

*I SÉRIE*



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

Sexta-feira, 30 de Dezembro de 2011

Número 250

ÍNDICE

## SUPLEMENTO

### Assembleia da República

**Lei n.º 64-A/2011:**

Aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015 ..... 5538-(2)

**Lei n.º 64-B/2011:**

Orçamento do Estado para 2012..... 5538-(48)

**Lei n.º 64-C/2011:**

Aprova a estratégia e os procedimentos a adoptar no âmbito da lei de enquadramento orçamental, bem como a calendarização para a respectiva implementação até 2015 .... 5538-(244)

**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA****Lei n.º 64-A/2011****de 30 de Dezembro****Aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea g) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

**Artigo 1.º****Objecto**

São aprovadas as Grandes Opções do Plano para 2012-2015, que integram as medidas de política e de investimentos que contribuem para as concretizar.

**Artigo 2.º****Enquadramento estratégico**

As Grandes Opções do Plano para 2012-2015 inserem-se nas estratégias de consolidação orçamental e de desenvolvimento da sociedade e da economia portuguesas apresentadas no Programa do XIX Governo Constitucional e no relatório do Orçamento do Estado para 2012, incorporados no anexo à presente lei, da qual fazem parte integrante.

**Artigo 3.º****Grandes Opções do Plano**

1 — As Grandes Opções do Plano para 2012-2015 definidas pelo Governo no início da presente legislatura são as seguintes:

- a) O desafio da mudança: a transformação estrutural da economia portuguesa;
- b) Finanças públicas e crescimento: a estratégia orçamental;
- c) Cidadania, solidariedade, justiça e segurança;
- d) Políticas externa e de defesa nacional;
- e) O desafio do futuro: medidas sectoriais prioritárias.

2 — As prioridades de investimento constantes das Grandes Opções do Plano para 2012-2015 são contempladas e compatibilizadas no âmbito do Orçamento do Estado para 2012 e devidamente articuladas com o Programa de Assistência Económica e Financeira e em particular com as medidas de consolidação orçamental.

**Artigo 4.º****Programa de Assistência Económica e Financeira**

1 — O cumprimento dos objectivos e das medidas previstas no Programa de Assistência Económica e Financeira acordado com a União Europeia e com o Fundo Monetário Internacional prevalece sobre quaisquer outros objectivos programáticos ou medidas específicas, incluindo apoios financeiros, benefícios, isenções ou outro tipo de vantagens fiscais ou para-fiscais cuja execução se revele impossível até que a sustentabilidade orçamental esteja assegurada.

2 — O Governo adopta como princípio prioritário para a condução das políticas que nenhuma medida com implicações financeiras seja decidida sem uma análise quantificada das suas consequências no curto, médio e longo prazos e sem a verificação expressa e inequívoca da sua compatibilidade com os compromissos internacionais da República Portuguesa.

**Artigo 5.º****Disposição final**

É publicado em anexo à presente lei, da qual faz parte integrante, o documento das Grandes Opções do Plano para 2012-2015.

Aprovada em 30 de Novembro de 2011.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Promulgada em 30 de Dezembro de 2011.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 30 de Dezembro de 2011.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

**ANEXO****GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2012-2015****Índice**

- 1 — 1.ª Opção — O desafio da mudança: a transformação estrutural da economia portuguesa
  - 1.1 — Enquadramento
    - 1.1.1 — Crescimento económico anémico e baixa produtividade
      - 1.1.2 — As finanças públicas numa trajectória insustentável
      - 1.1.3 — O endividamento externo da economia portuguesa
    - 1.2 — Agenda de transformação estrutural da economia portuguesa
      - 1.3 — Cenário macroeconómico
        - 1.3.1 — Hipóteses externas para 2012
        - 1.3.2 — Cenário macroeconómico para 2012
  - 2 — 2.ª Opção — Finanças públicas e crescimento: a estratégia orçamental
    - 2.1 — Introdução
    - 2.2 — Finanças públicas em 2011
    - 2.3 — Estratégia de consolidação orçamental
      - 2.3.1 — Finanças e Administração Pública
      - 2.3.2 — Políticas sociais
      - 2.3.3 — Funções económicas
    - 2.4 — Medidas fiscais para 2012
      - 2.4.1 — Alargamento da base tributável
      - 2.4.2 — Reforço do combate à fraude e evasão fiscais
      - 2.4.3 — Simplificação, incremento do recurso às novas tecnologias de formação e garantias dos contribuintes
      - 2.4.4 — Consolidação das condições de competitividade da economia portuguesa
        - 2.4.5 — Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares
        - 2.4.6 — Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas
        - 2.4.7 — Imposto sobre o valor acrescentado
        - 2.4.8 — Impostos especiais de consumo
        - 2.4.9 — Imposto único de circulação
        - 2.4.10 — Impostos locais
        - 2.4.11 — Benefícios fiscais
        - 2.4.12 — Combate à fraude e evasão fiscais
        - 2.4.13 — Emissão e transmissão electrónica de facturas
        - 2.4.14 — Direitos e garantias dos contribuintes
    - 2.5 — Implementação da lei de enquadramento orçamental
      - 2.5.1 — Apresentação
      - 2.5.2 — Regras orçamentais
      - 2.5.3 — Quadro plurianual de programação orçamental
      - 2.5.4 — Orçamento por programas
      - 2.5.5 — Procedimentos contabilísticos e prestação de contas
      - 2.5.6 — Conselho das Finanças Públicas
      - 2.5.7 — Questões operacionais e calendarização
  - 3 — 3.ª Opção — Cidadania, solidariedade, justiça e segurança
    - 3.1 — Administração interna

- 3.2 — Justiça
- 3.3 — Solidariedade e segurança social
  - 3.3.1 — Programa de Emergência Social (PES)
  - 3.3.2 — Combate à pobreza e reforço da inclusão e coesão sociais
  - 3.3.3 — Economia social
  - 3.3.4 — Família e natalidade
  - 3.3.5 — Promover a sustentabilidade da segurança social
- 3.4 — Administração local e reforma administrativa
- 3.5 — Comunicação social
- 3.6 — Igualdade de género, violência doméstica e integração de populações imigrantes e das comunidades ciganas
- 3.7 — Plano para a Integração dos Imigrantes e das Comunidades Ciganas
- 3.8 — Desporto e juventude
- 4 — 4.ª Opção — Política externa e de defesa nacional
  - 4.1 — Reforçar a diplomacia económica
  - 4.2 — Evoluir nas relações bilaterais e multilaterais
  - 4.3 — Valorizar a lusofonia e as comunidades portuguesas
  - 4.4 — Política de defesa nacional
- 5 — 5.ª Opção — O desafio do futuro: medidas sectoriais prioritárias
  - 5.1 — Economia e emprego
    - 5.1.1 — Apoio à internacionalização e à captação de investimento
    - 5.1.2 — Revitalização da actividade económica
    - 5.1.3 — Programa Estratégico para o Empreendedorismo e Inovação
    - 5.1.4 — Valorização da oferta nacional e aprofundamento do mercado interno, incluindo concorrência
    - 5.1.5 — Emprego e mercado de trabalho
    - 5.1.6 — Desenvolvimento regional e fundos comunitários
    - 5.1.7 — Transporte, infra-estruturas e comunicações
    - 5.1.8 — Mercado de energia e política energética
    - 5.1.9 — Turismo
  - 5.2 — Mercado de arrendamento
  - 5.3 — Agricultura e florestas
  - 5.4 — Mar
  - 5.5 — Ambiente e ordenamento do território
  - 5.6 — Saúde
    - 5.6.1 — Objectivos estratégicos
    - 5.6.2 — Medidas
  - 5.7 — Educação e ciência
    - 5.8 — Ensino básico e secundário e administração escolar
    - 5.9 — Ensino superior
    - 5.10 — Ciência
      - 5.10.1 — Investigação científica
      - 5.10.2 — Investigação aplicada e transferência tecnológica para o tecido empresarial
        - 5.10.3 — Formação de recursos altamente qualificados e aumento de emprego científico
        - 5.10.4 — Avaliação independente das políticas de ciência
        - 5.10.5 — Criação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia
    - 5.11 — Cultura
      - 5.11.1 — Património
      - 5.11.2 — Livro, leitura e uma política da língua
      - 5.11.3 — Libertar as artes da tutela do Estado
      - 5.11.4 — Crescimento das indústrias criativas em ambiente digital
        - 5.11.5 — Uma educação para a cultura e para a arte
        - 5.11.6 — Paisagem e cultura
        - 5.11.7 — Medidas

## 1 — 1.ª Opção — O desafio da mudança: a transformação estrutural da economia portuguesa

### 1.1 — Enquadramento

Portugal enfrenta actualmente uma das maiores crises económicas e financeiras da sua história. A crise que hoje vivemos é o resultado da acumulação de desequilíbrios

macroeconómicos e de debilidades estruturais durante mais de uma década. Estes desequilíbrios e debilidades tornaram-se visíveis, em toda a sua extensão, no contexto da crise global e europeia, que começou em 2007.

A economia portuguesa é uma das mais afectadas pela crise soberana da área do euro. A percepção de risco de crédito relativamente à dívida portuguesa deteriorou-se progressivamente desde o final de 2009, num quadro de receio crescente, por parte dos investidores internacionais, sobre a sustentabilidade das finanças públicas e do endividamento externo, em associação com um baixo crescimento do produto potencial. Deste modo, observou-se um agravamento significativo das condições de financiamento da economia, quer em termos de custo quer de acesso ao crédito, tornando inadiável o pedido de assistência financeira internacional, que se concretizou, finalmente, em Abril de 2011.

As actuais dificuldades, não obstante graves, devem ser avaliadas numa perspectiva histórica. Os períodos de crise fazem parte da dinâmica económica e tipicamente dão lugar a transformações que são essenciais para novos progressos e avanços das economias. Vale a pena ter presente que na segunda metade do século xx Portugal foi um caso de sucesso. A actividade económica cresceu rapidamente e Portugal juntou-se ao grupo dos países desenvolvidos, não apenas em matéria de alteração estrutural relativa aos principais motores de crescimento económico, como também a nível da educação, da saúde e da protecção social.

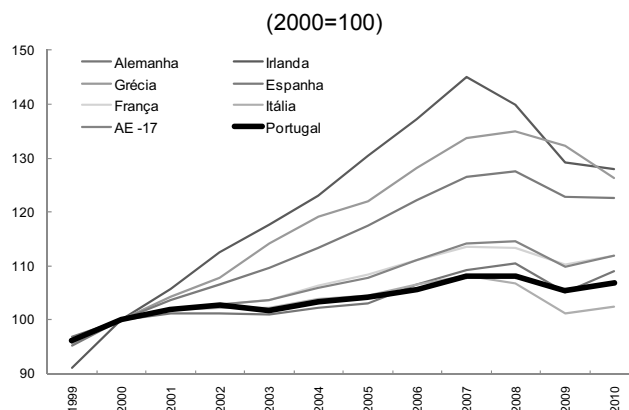
Esta capacidade de transformação mostrou que com esforço e determinação a economia portuguesa emergirá da crise como uma economia diferente. No final deste processo teremos uma economia mais competitiva, isto é, uma localização atraente para investir, produzir e criar emprego.

#### 1.1.1 — Crescimento económico anémico e baixa produtividade

Portugal registou ao longo da última década um baixo crescimento económico e um fraco desempenho no que se refere ao crescimento da produtividade. No período 1999-2010, o PIB cresceu a uma média anual de 1 %, o que compara com 1,4 % na área do euro. Neste conjunto de países, e durante o período acima referido, apenas a Itália verificou um crescimento mais baixo (gráfico n.º 1).

GRÁFICO N.º 1

#### PIB — Portugal e alguns dos seus parceiros europeus



Fontes: EUROSTAT e Ministério das Finanças.

O baixo crescimento da produtividade é particularmente preocupante uma vez que, no longo prazo, o nível da produtividade condiciona o nível dos salários reais e, por conseguinte, o nível de bem-estar social. A desaceleração da produtividade é em grande parte explicada pelo abrandamento da acumulação de capital por trabalhador, num quadro de um modelo de desenvolvimento económico pouco eficaz na captação de investimento directo estrangeiro e relutante à tomada de posições de controlo, por parte de capital estrangeiro, através da aquisição de posições em empresas cotadas em bolsa.

Ao longo da década de 90, a perspectiva de participação na área do euro e a sua concretização posterior constituiu um alargamento de oportunidades para o desenvolvimento da economia portuguesa, que, a terem sido bem aproveitadas, teriam permitido significativos ganhos ao nível da eficiência e da produtividade. Por um lado, a estabilidade monetária e financeira contribuiria para condições de financiamento favoráveis, por outro lado, uma maior integração dos mercados de bens e serviços e do mercado de capitais geraria ganhos de eficiência, criando condições que promoveriam o crescimento económico. Porém, o pleno aproveitamento dos benefícios de uma maior integração europeia exigiria a adopção de políticas económicas que garantissem a estabilidade orçamental e financeira, por um lado, e favorecessem a concorrência e a abertura da economia, por outro.

A opção por proteger alguns sectores da entrada de novos operadores e de condicionar a aquisição e o controlo de empresas por capital estrangeiro traduziu-se na falta de concorrência e em baixos níveis de investimento e de inovação. Em termos de afectação de recursos, esta abordagem favoreceu a acumulação de capital no sector dos bens e serviços não transaccionáveis (como a construção e o comércio a retalho).

Comparativamente aos parceiros europeus, Portugal apresenta várias debilidades nas condições que oferece para o desenvolvimento da actividade empresarial, designadamente ao nível da rigidez e segmentação do mercado de trabalho, do deficiente funcionamento do sistema de justiça e do baixo nível de qualificações do seu capital humano. Estes factores têm debilitado a capacidade de atracção de capital estrangeiro e condicionado o investimento nacional dentro do país.

#### 1.1.2 — As finanças públicas numa trajectória insustentável

##### ***Na última década, a política orçamental foi conduzida de forma imprudente.***

Ao longo da última década, Portugal seguiu uma política orçamental imprudente que conduziu o sector público a uma situação de endividamento excessivo. O preocupante nível de dívida pública entretanto atingido deve-se fundamentalmente à acumulação sucessiva de défices orçamentais que resultaram em grande parte de uma deterioração estrutural das contas públicas.

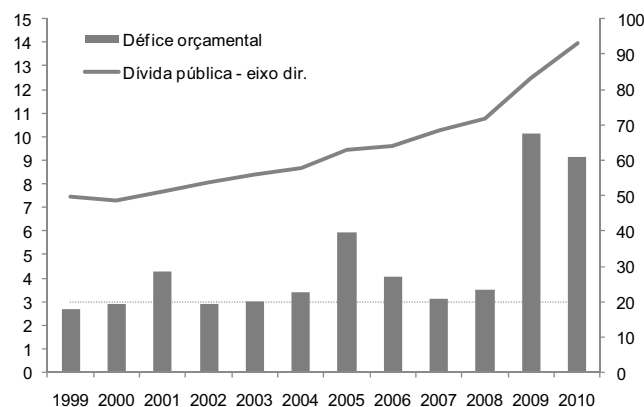
Desde a entrada na área do euro, Portugal registou défices orçamentais quase sempre acima de 3 % do PIB. De facto, apenas em 1999 (2,7 %), 2000 (2,9 %) e 2002 (2,9 %) o défice orçamental se situou abaixo do valor de referência de 3,0 % estabelecido no Pacto de Estabilidade e Crescimento, que apenas pode ser ultrapassado em condições excepcionais e de forma temporária (gráfico n.º 2). Durante este período, o défice orçamental apresentou um valor médio de 4,6 % do PIB.

No período em análise, Portugal foi formalmente sujeito ao Procedimento dos Défices Excessivos por três vezes. O primeiro episódio decorreu entre 2002 e 2004. O segundo teve lugar entre 2005 e 2008. O terceiro, que continua aberto, começou em 2009. Adicionalmente, as finanças públicas portuguesas nunca estiveram numa posição superavitária ou próxima do equilíbrio, conforme previsto nas regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Assim, a política orçamental conduzida nos últimos anos levou a que a dívida pública em percentagem do PIB evoluísse de aproximadamente 50 % em 1999 para cerca de 93 % em 2010.

GRÁFICO N.º 2

#### Défice e dívida pública

(em percentagem do PIB)



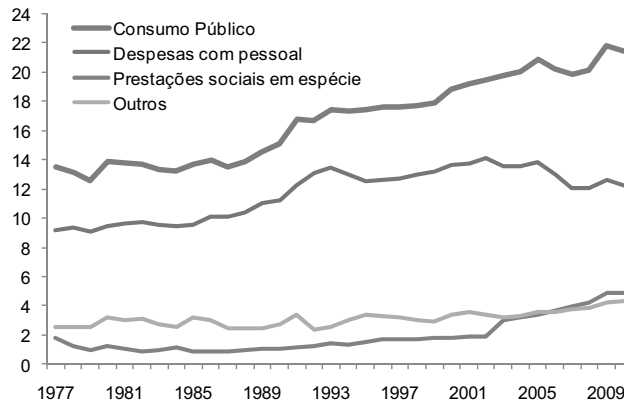
Fontes: INE, Banco de Portugal e Ministério das Finanças.

Ao longo da última década observou-se igualmente um forte incremento do peso do Estado na economia, prosseguindo a tendência crescente evidenciada desde a segunda metade da década de 80. A título de exemplo, o consumo público aumentou de cerca de 14 % do PIB, em 1985, para níveis ligeiramente acima de 21 % em 2010 (gráfico n.º 3). Até meados da década de 90, as despesas com o pessoal deram um forte contributo para o aumento do consumo público. Já na última década, em grande parte devido à empresarialização dos hospitais, as prestações sociais em espécie influenciaram decisivamente a tendência de subida, mais do que compensando a diminuição do peso das despesas com o pessoal.

GRÁFICO N.º 3

#### Evolução do consumo público

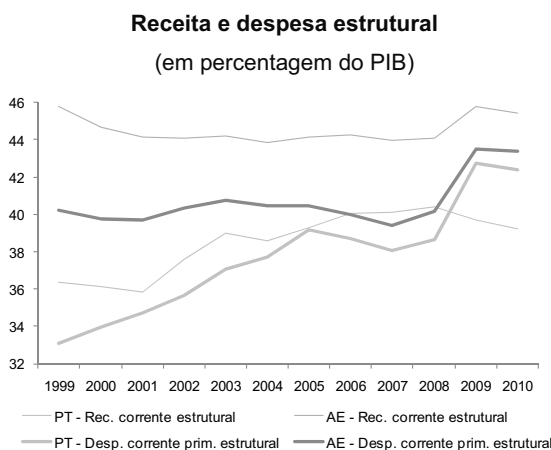
(em percentagem do PIB)



Fonte: INE.

Analisando a evolução da receita corrente estrutural e da despesa corrente primária estrutural é possível verificar que a política seguida por Portugal foi diferente da generalidade dos países da área do euro. De 1999 a 2008, ambas as variáveis cresceram significativamente em Portugal, com particular incidência na despesa (gráfico n.º 4). Deste modo, o saldo corrente primário estrutural reduziu-se de

GRÁFICO N.º 4



Em 2009, o saldo corrente primário estrutural sofreu uma redução tanto em Portugal como na área do euro. A receita corrente primária caiu em 0,7 pontos percentuais do PIB em Portugal por oposição a um aumento de 1,6 pontos percentuais nos países europeus. Do lado da despesa verificou-se um aumento de 4,1 pontos percentuais do PIB, em Portugal. Na área do euro observou-se um aumento de 3,3 pontos percentuais. Neste contexto, Portugal passou a apresentar um défice corrente primário estrutural das contas públicas de 3 % do PIB. No conjunto dos países da área do euro, o saldo também diminuiu mas permaneceu positivo em 2,2 % do PIB. De facto, tal desempenho só foi possível pois a maioria dos países participantes na área do euro dispunha de uma margem de segurança suficientemente grande para amortecer os efeitos da crise, sem colocar em perigo a situação financeira das administrações públicas. Pelo contrário, Portugal não tinha condições para reagir ao novo contexto sem que daí resultasse um grave desequilíbrio estrutural das contas públicas (v. caixa n.º 1).

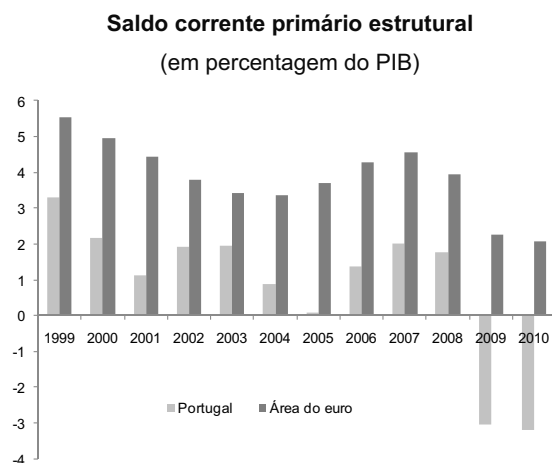
#### **As finanças públicas revelam um problema de disciplina orçamental.**

O sector público tem revelado um grave problema de disciplina orçamental, o que tem fragilizado a confiança dos agentes económicos no desempenho das contas públicas portuguesas. Esta falta de disciplina contribuiu para que, entre 1999 e 2008, se verificassem desvios médios do défice orçamental de 0,8 % do PIB face aos valores previstos nas actualizações dos programas de estabilidade e crescimento (PEC), para os respectivos anos em que foram publicadas. Cumulativamente, este desvio representou um total de, aproximadamente, 8 % do PIB.

De igual modo, as previsões para o saldo orçamental foram tendencialmente optimistas (gráfico n.º 6). Com efeito, os objectivos a médio prazo para o saldo orçamental previstos nas actualizações dos PEC apontavam geralmente para situações próximas do equilíbrio para o período final coberto pelo Programa. Porém, o desempenho orçamental observado ficou tipicamente aquém das metas definidas, tendo Portugal falhado sucessivamente o cumprimento

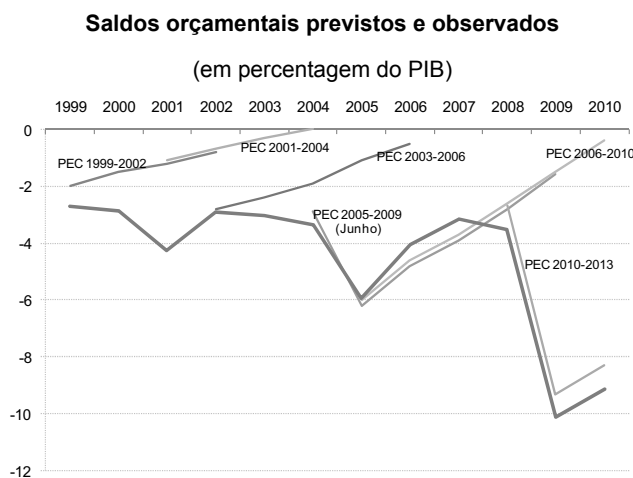
3,3 % do PIB em 1999 para 1,8 % em 2008 (gráfico n.º 5). Na área do euro a receita permaneceu relativamente estável enquanto a despesa verificou um aumento significativo, o que se traduziu numa redução deste saldo de 5,5 % do PIB em 1999 para 3,9 % em 2008. Portugal apresentava assim uma posição de finanças públicas mais frágil do que a média da área do euro no início da crise.

GRÁFICO N.º 5



dos ajustamentos orçamentais previstos nos diferentes programas.

GRÁFICO N.º 6



Fonte: INE e Ministério das Finanças.

Nota. — Os valores apresentados para a previsão correspondem aos valores que foram reportados nas actualizações dos PEC.

Os sucessivos desvios verificados sugerem que as regras orçamentais não são suficientemente fortes para assegurar que as metas de médio prazo definidas sejam cumpridas. O problema reside sobretudo ao nível da capacidade de controlar a execução orçamental e de garantir a realização da estratégia de consolidação orçamental anunciada.

#### **Existe um elevado nível de dívida não contabilizado nas contas públicas.**

Para além do endividamento público excessivo, existe um elevado nível de dívida de entidades públicas e de responsabilidades futuras do Estado que não estão reflectidas nas contas das administrações públicas. De destacar, por um lado, o sector empresarial do estado (SEE), excluindo o sector

financeiro, fortemente deficitário e, por outro, as parcerias público-privadas (PPP) envolvendo encargos futuros elevados.

O SEE, que na presente análise engloba todas as empresas do sector público, tem vindo a acumular um excessivo nível de endividamento, resultado de um fraco desempenho financeiro. No final de 2010, o valor total da sua dívida bancária rondava os 19 % do PIB. Este conjunto de empresas apresenta uma estrutura financeira frágil, assente num passivo muito elevado, de cerca de 62 mil milhões de euros, e num capital próprio negativo na ordem dos 235 milhões de euros. Esta situação de fragilidade constitui um risco considerável para as contas públicas. Refira-se, a este respeito, a integração de três das empresas públicas de transportes no perímetro das administrações públicas, em contas nacionais, com um impacto de cerca de 0,4 % do PIB no valor do défice orçamental de 2007 e de 0,5 % em 2008, 2009 e 2010.

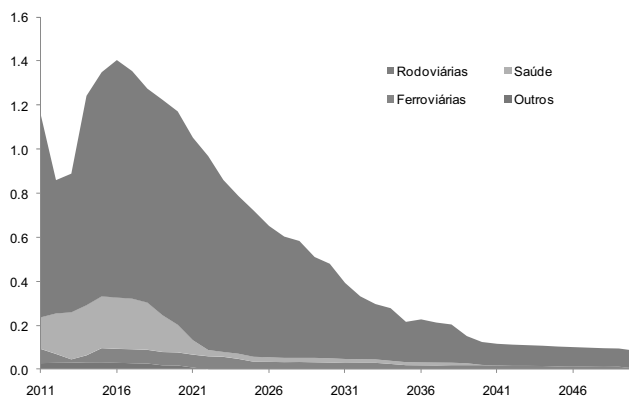
Para além deste risco orçamental, existe também um efeito de *crowding-out* do sector privado: o elevado nível de endividamento do SEE, designadamente junto dos bancos, absorve uma fracção considerável do crédito que, desta forma, não pode ser destinado ao sector privado, com destaque para as PME e as empresas exportadoras.

À semelhança de outros países, mas numa escala invulgar, as PPP foram um modelo amplamente usado em Portugal para o financiamento de obras públicas, principalmente infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias e de serviços de saúde. Neste tipo de estruturas contratuais, o financiamento e a responsabilidade pelo investimento e pela exploração incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado. A extensiva utilização deste tipo de contratos fez com que o valor das responsabilidades por pagamentos futuros do Estado aos parceiros privados represente hoje cerca de 14 % do PIB (considerando o valor actualizado dos *cash-flows* futuros).

Estes compromissos assumidos aumentam a pressão sobre as contas públicas no médio prazo, uma vez que o desembolso anual do Estado atinge o seu máximo em 2016 (gráfico n.º 7). A título de exemplo do risco inerente a estas operações, refira-se o impacto no défice orçamental que a revisão da excepção do tratamento a dar a três contratos envolvendo PPP teve no défice orçamental (no âmbito da revisão de Abril de 2011 da primeira notificação do Procedimento dos Défices Excessivos, por parte do INE): 0,1 % do PIB em 2009 e 0,5 % em 2010.

GRÁFICO N.º 7

### Encargos brutos com as parcerias público privadas (em percentagem do PIB)



Fonte: INE e Ministério das Finanças.

Nota. — Encargos das PPP a preços constantes com IVA.

### O processo orçamental português padece de importantes fragilidades.

O processo orçamental português apresenta importantes fragilidades. Em termos genéricos, o processo é caracterizado por mecanismos de planeamento assentes numa lógica de fluxos de caixa, anualidade e ausência de enfoque nos resultados a alcançar. Por seu turno, os mecanismos de controlo e prestação de contas são muito detalhados, baseados na legalidade e regularidade da despesa, com elevada carga burocrática. As mais importantes fragilidades do sistema são a elevada fragmentação do processo orçamental, a ausência do quadro orçamental plurianual para ancorar a despesa e a existência de um sistema contabilístico incompleto (e, de forma mais genérica, a ausência de um sistema de suporte à avaliação do desempenho).

#### Fragmentação do processo orçamental

A fragmentação do processo orçamental manifesta-se em dois planos distintos. Num primeiro plano, há a considerar as diferenças de metodologia entre a óptica da contabilidade nacional e óptica da contabilidade pública. A coexistência destas duas ópticas traduz-se em diferenças que nos últimos anos têm assumido particular expressão, quer ao nível do universo das entidades que fazem parte do sector público quer ao nível do apuramento da receita e despesa do ano. Estas diferentes abordagens afectam a transparência das contas públicas e dificultam o controlo orçamental em «tempo real».

Num segundo plano, há a considerar a fragmentação orgânica dentro da própria contabilidade pública. A administração central é constituída por mais de 500 entidades, repartidas em serviços integrados (sem autonomia financeira e financiados essencialmente pelo Orçamento do Estado) e fundos e serviços autónomos (que são financiados por transferências do Orçamento do Estado e por receitas próprias e detêm autonomia financeira). A elaboração e execução do orçamento e a prestação de contas não são centralizados a nível dos ministérios, o que obriga o Ministério das Finanças a manter várias centenas de interlocutores, tornando difícil manter «em tempo real» uma visão global e analítica do orçamento e impedindo um controlo orçamental eficaz. Esta situação é agravada pelo facto das regras relativas à elaboração e execução do orçamento assentarem em detalhe e complexidade excessivos.

#### Ausência de um quadro orçamental plurianual

O Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) tem sido o único instrumento de programação orçamental de médio prazo. O PEC apresenta as intenções de política orçamental do Governo e define objectivos orçamentais para um horizonte de quatro anos a um nível bastante agregado. Tipicamente as medidas apresentadas para atingir os objectivos orçamentais definidos são insuficientemente detalhadas, calendarizadas e quantificadas. Conforme é referido e ilustrado no gráfico n.º 6, a experiência passada revela que os objectivos definidos são largamente incumpridos, não havendo qualquer mecanismo endógeno que permita a correcção de desvios.

#### Sistema contabilístico incompleto

Os sistemas contabilísticos e de informação disponíveis deverão ser melhorados de forma a fornecer informação para uma boa gestão e uma prestação efectiva de contas. O facto de a informação sobre a execução orçamental ser ainda em larga medida baseada numa óptica de caixa, impede um conhecimento atempado da totalidade dos compromissos assumidos. Por seu turno, a complexidade e fragmenta-

ção do orçamento dificultam a obtenção de informação consolidada sobre a posição financeira do sector público.

1.1.3 — O endividamento externo da economia portuguesa

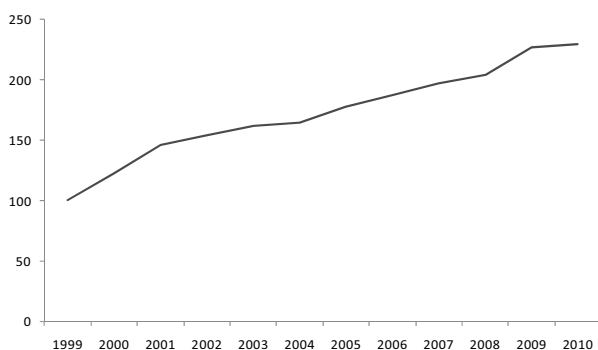
**O endividamento externo da economia portuguesa atingiu níveis muito elevados.**

Portugal acumulou nos últimos 10 anos um nível de endividamento excepcionalmente elevado, quer quando

comparado com a sua história recente, quer quando confrontado com os seus parceiros europeus. A dívida externa bruta, um indicador do total das dívidas do sector público e do sector privado ao estrangeiro, aumentou de cerca de 100 % do PIB em 1999 para 230 % do PIB em 2010 (gráfico n.º 8). Actualmente, Portugal encontra-se entre os países mais endividados da área do euro (gráfico n.º 9).

GRÁFICO N.º 8

**Dívida externa bruta portuguesa**  
(em percentagem do PIB)

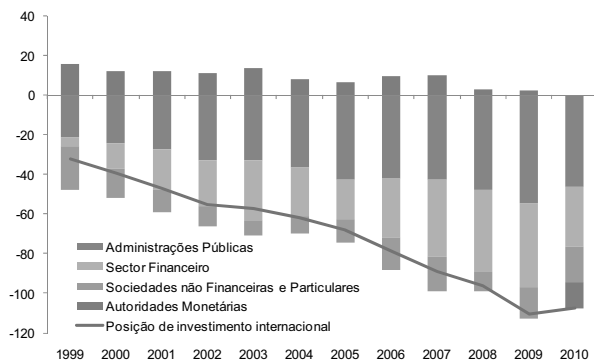


Fonte: Banco de Portugal.

Também em termos líquidos, isto é, descontando a acumulação de activos financeiros externos por parte dos agentes económicos residentes, é visível o ritmo de crescimento do endividamento externo da economia portuguesa ao longo da última década. A posição de investimento

GRÁFICO N.º 10

**Posição de investimento internacional**  
(em percentagem do PIB)

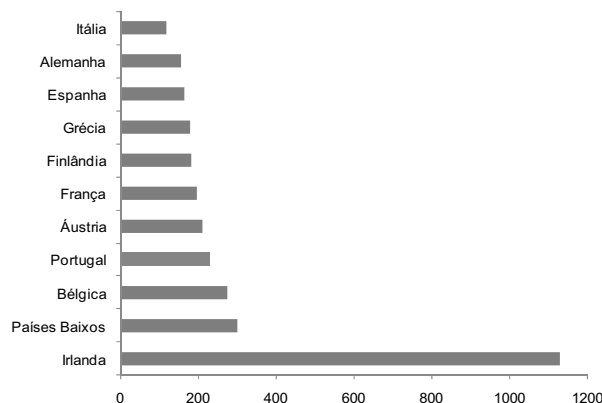


Fonte: Banco de Portugal.

A acumulação de dívida da economia portuguesa resultou de um aumento das necessidades de financiamento do sector público e do sector privado não financeiro. Dada a participação limitada do sector privado não financeiro no mercado de capitais, as suas necessidades de financiamento foram

GRÁFICO N.º 9

**Dívida externa bruta em 2010**  
(em percentagem do PIB)



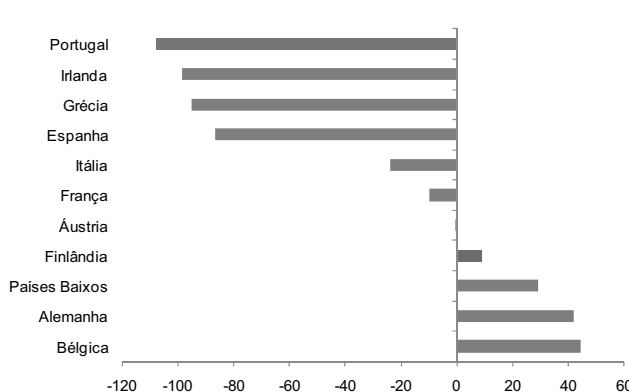
Fontes: AMECO, Banco de Portugal e FMI.

Nota. — No caso da Irlanda a posição da dívida externa refere-se a 30 de Junho de 2010.

internacional agravou-se significativamente tendo passado de 32 % do PIB em 1999 para cerca de 108 % em 2010 (gráfico n.º 10). Em termos de posição de investimento internacional, Portugal ocupa a posição mais desfavorável de entre os países da área do euro (gráfico n.º 11).

GRÁFICO N.º 11

**Posição de investimento internacional em 2010**  
(em percentagem do PIB)



Fontes: AMECO, Banco de Portugal e FMI.

Nota. — No caso da Irlanda a posição da dívida externa refere-se a 30 de Junho de 2010.

maioritariamente satisfeitas pelo sistema bancário português, que por sua vez recorreu à emissão de dívida junto de não residentes. A concentração de um elevado nível de endividamento externo no sector público e no sistema bancário colocou a economia portuguesa numa situação vulnerável a

alterações das condições de liquidez e de percepção de risco nos mercados internacionais de instrumentos de dívida.

A interligação entre o risco de crédito soberano e o risco de crédito do sistema bancário é muito forte como demonstrado na actual crise de dívida soberana. A deterioração do mercado da dívida soberana gera perdas potenciais nas carteiras de dívida pública dos bancos e diminui o valor do colateral e das garantias do Estado detidas por estes. Neste contexto, deteriorações das notações de *rating* da dívida soberana são frequentemente seguidas de revisões em baixa do *rating* dos bancos, determinando um agravamento das condições de financiamento de ambos os sectores. O aumento do risco de crédito bancário afecta igualmente o risco soberano, designadamente pelos efeitos sobre as finanças públicas dos mecanismos de apoio à estabilidade do sistema financeiro. A gestão do risco macrosistémico impõe a necessidade de uma margem acrescida de prudência na condução das políticas orçamental e de supervisão do sistema financeiro.

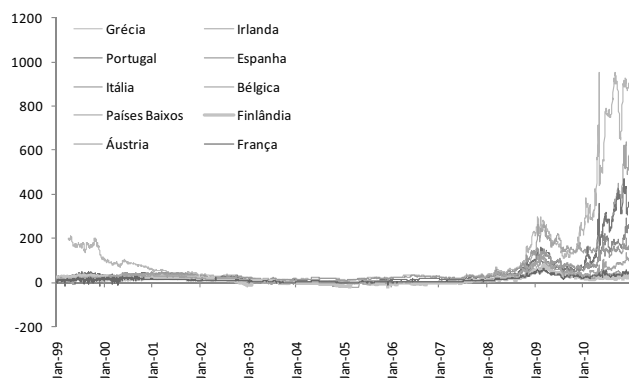
**A entrada de Portugal na área do euro determinou um relaxamento das restrições de liquidez e uma melhoria das condições financeiras dos portugueses.**

A entrada de Portugal na área do euro determinou uma melhoria das condições de financiamento da economia portuguesa que passou a beneficiar de taxas de juro reais mais baixas e menos voláteis e do acesso a um mercado alargado de financiamento no exterior sem incorrer em risco cambial. Estas condições foram potenciadas por uma avaliação relativamente benigna do risco nos mercados internacionais, e em particular pela reduzida discriminação de risco de crédito entre os emitentes dos países da área do euro (gráfico n.º 12).

GRÁFICO N.º 12

### Taxas de rendibilidade da dívida pública a 10 anos

(diferenciais face à Alemanha em pontos base)



Fonte: Reuters.

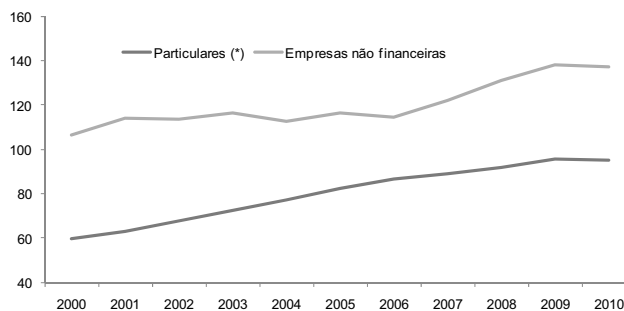
Na última década, os rácios de endividamento dos particulares e das sociedades não financeiras registaram aumentos acentuados, situando-se entre os mais elevados da área do euro (gráfico n.º 13). No caso dos particulares, o aumento do endividamento foi acompanhado de uma diminuição significativa da taxa de poupança em percentagem do rendimento disponível que passou de 10,6 % em 2000 para um mínimo de 7,0 % em 2007.

O endividamento dos particulares foi usado sobretudo para aquisição de habitação própria, mas também em despesas de consumo. No caso das empresas, a composição dos empréstimos bancários sugere uma predominância do financiamento de actividades relacionadas com o sector imobiliário e serviços.

GRÁFICO N.º 13

### Dívida dos particulares e empresas não financeiras

(em percentagem do PIB)



(\*) Dívida financeira.

Fonte: Banco de Portugal.

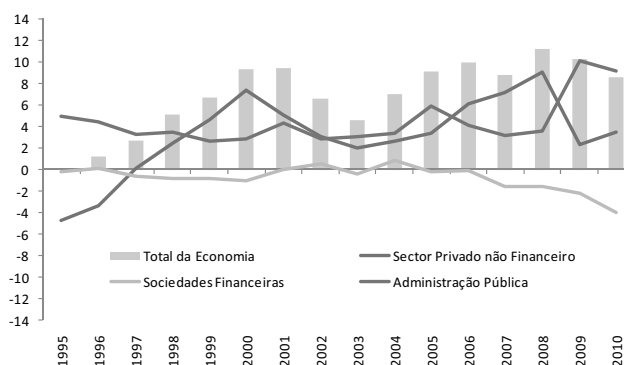
A expansão do crédito ao sector privado não financeiro foi sustentada pelo sistema bancário que acedia a financiamento nos mercados de dívida por grosso em condições muito favoráveis. Esta expansão teve implicações sobre a estrutura de financiamento do sistema bancário, com um aumento significativo do peso das fontes de financiamento mais voláteis no total de recursos. O rácio de transformação dos depósitos em crédito aumentou, para a média do sistema bancário português, para valores muito elevados (cerca de 160 %), ainda que com diferenças significativas entre bancos.

A partir de 2008, e no quadro da crise económica e financeira global, o sector privado iniciou um rápido e significativo processo de ajustamento. As necessidades de financiamento do sector privado não financeiro caíram logo em 2009 para níveis semelhantes aos mínimos observados ao longo da última década, tendo permanecido relativamente inalteradas em 2010 (gráfico n.º 14). Por seu turno, o sector financeiro aumentou a poupança financeira para níveis máximos dos últimos 15 anos. Em contraste, o sector público aumentou substancialmente as necessidades de financiamento em 2009, tendo praticamente anulado o impacto do ajustamento do sector privado nas necessidades de financiamento do total da economia. Desta forma as necessidades de financiamento total diminuíram apenas muito ligeiramente.

GRÁFICO N.º 14

### Necessidades de financiamento por sectores institucionais

(em percentagem do PIB)



Fonte: Banco de Portugal.



**As vulnerabilidades associadas ao elevado endividamento externo revelaram-se no quadro da crise da dívida soberana.**

Os riscos de endividamento excessivo da economia portuguesa materializaram-se recentemente no quadro da crise da dívida soberana iniciada no outono de 2009. A avaliação do risco soberano português foi-se tornando progressivamente mais desfavorável, o que colocou fortes pressões sobre os custos de financiamento do sector público e sobre o financiamento do sistema bancário, culminando na perda de acesso a financiamento externo em condições normais de mercado. O Estado substituiu o financiamento externo por financiamento junto de residentes, sobretudo junto do sistema bancário português. Por sua vez, os bancos passaram a recorrer extensivamente ao financiamento junto do Eurosistema e tornaram significativamente mais restritivas as condições de concessão de crédito à economia. O agravamento da restrição financeira veio expor as debilidades associadas ao endividamento excessivo dos vários sectores económicos e tornou imperativo o início de um processo de desalavancagem da economia portuguesa.

O elevado nível de dívida externa acumulada coloca um grande desafio em termos de financiamento da economia portuguesa num quadro em que os credores privados não residentes revelam um apetite limitado por instrumentos de dívida emitidos por entidades nacionais. Deste modo, e em termos prospectivos, é fundamental promover a diversificação das fontes de financiamento da economia portuguesa. Especificamente é crucial substituir instrumentos de dívida por investimento de não residentes no capital de empresas localizadas em Portugal.

1.2 — Agenda de transformação estrutural da economia portuguesa

O Documento de Estratégia Orçamental (DEO) apresentado pelo Ministério das Finanças em 31 de Agosto de 2011 definiu as grandes linhas da consolidação orçamental a médio prazo da economia portuguesa, incluindo um cenário de finanças públicas para os próximos quatro anos, compatível com os objectivos definidos no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) acordado com a Comissão Europeia (CE), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Central Europeu (BCE). A elaboração do documento bem como a data da sua publicação faz parte da condicionalidade estrutural do memorando de políticas económicas e financeiras do PAEF. A partir do próximo ano, o documento, revisto em razão dos recentes desenvolvimentos internos e externos, será parte integrante do Programa de Estabilidade e Crescimento a ser apresentado até ao final de Abril de 2012, no âmbito do Semestre Europeu.

O Governo propõe-se apresentar, em simultâneo com o Orçamento do Estado de 2012, uma estratégia de implementação dos novos procedimentos da lei de enquadramento orçamental (LEO). Essa estratégia determinará que o quadro orçamental plurianual para a administração central previsto na LEO seja apresentado em simultâneo com o PEC, permitindo uma integração dos dois documentos a partir de 2012.

Aspecto decisivo para o sucesso da agenda de ajustamento estrutural agora descrita diz respeito ao financiamento da economia portuguesa. Tal como referido anteriormente, Portugal acumulou nos últimos anos um nível de endividamento excepcionalmente elevado. Tal facto, associado a outros desequilíbrios macroeconómicos, debilidades estruturais e baixa *performance* em matéria de crescimento económico estão na base da difícil situação

que a economia enfrenta actualmente, designadamente em matéria de acesso ao financiamento.

O processo de desalavancagem da economia portuguesa é assim inevitável e desejável, tendo-se já iniciado de forma mais evidente no sector privado. Porém, se por um lado este processo é desejável, por outro lado importa assegurar que se desenvolve de uma forma ordeira não pondo em causa o financiamento da economia — em grande parte canalizado pelo sector bancário —, e a agenda de transformação estrutural assente na promoção da iniciativa privada e da actividade das empresas portuguesas num ambiente concorrencial.

Torna-se, assim, crucial promover um processo de desalavancagem equilibrado e ordeiro do sector bancário, capaz de eliminar os actuais desequilíbrios de financiamento de forma permanente. A definição por parte dos bancos de planos de médio prazo que permitam assegurar uma posição de financiamento de mercado estável representa um primeiro passo claro neste sentido. De acordo com o PAEF, os referidos planos de financiamento serão revistos periodicamente de forma a garantir, em particular, a sua compatibilidade com o enquadramento macroeconómico incluindo na parte que decorre do cenário de médio prazo em matéria de finanças públicas. Neste âmbito, é de destacar a necessidade de assegurar a coordenação entre a revisão dos planos de financiamento do sector bancário e o plano de desalavancagem do sector empresarial do Estado, a ser implementado a muito curto prazo tendo por base uma redução significativa da estrutura de custos das empresas públicas. Promove-se, desta forma, a libertação de crédito bancário actualmente afecto ao sector público para os sectores mais produtivos da economia, com especial enfoque para o sector exportador que se prevê ser o principal motor de crescimento da economia portuguesa nos anos mais próximos.

Adicionalmente, esta agenda de transformação inclui a própria transformação estrutural do Estado, que é condição essencial para a sustentabilidade do ajustamento das administrações públicas. Nesse sentido, serão adoptadas medidas que introduzam melhorias no funcionamento da Administração Pública, designadamente por via da eliminação de actividades redundantes e da simplificação e reorganização dos serviços. Neste contexto, serão reforçados os mecanismos de controlo sobre a criação e o funcionamento de todas as entidades públicas, incluindo empresas públicas, fundações e associações. A forma e o fundamento da intervenção pública serão sistematicamente reavaliados. Proceder-se-á à extinção de entidades públicas.

A responsabilidade financeira e de gestão das regiões autónomas e municípios será também fortalecida. Ao nível do processo orçamental, serão introduzidos procedimentos que simplifiquem o processo de elaboração e execução do orçamento e que fortaleçam os mecanismos de controlo de risco sobre a evolução das finanças públicas. Estas medidas, inspiradas nas melhores práticas internacionais, encontram-se adiante desenvolvidas.

A agenda de transformação envolve também a adopção de um ambicioso programa de reformas estruturais, orientadas para a modernização e o reforço da competitividade da economia portuguesa.

O programa de privatizações é, neste contexto, um pilar fundamental, enquadrando-se nos objectivos de redução do peso do Estado na economia e de aprofundamento da integração europeia, designadamente por via da abertura do capital das empresas ao investimento estrangeiro. O investimento directo estrangeiro e a tomada de participações por não residentes em empresas portuguesas são veículos que permitem aceder a financiamento externo sem incorrer em endivida-

mento adicional e que, no médio e longo prazo, conduzirão a um aumento da concorrência e da eficiência.

Adicionalmente, embora as condições de mercado pudessem vir a ser mais favoráveis, a verdade é que as empresas que se espera privatizar, tendem a ter um comportamento menos volátil do que a generalidade das empresas cotadas. Acresce a isto que, num contexto de dificuldades de financiamento, as operações de privatização tendem a ser mais bem sucedidas que as operações de emissão de dívida pública, ao mesmo tempo que permitem a redução do *stock* dessa dívida.

Em termos de privatizações será cumprido o que está delineado no programa do Governo, sendo que até ao final de 2011 serão alienadas as participações do Estado na EDP, REN e GALP. Ainda neste âmbito, recorde-se que foram já eliminadas as *golden shares* e todos os outros direitos estabelecidos por lei ou nos estatutos de empresas cotadas em bolsa que confirmam direitos especiais ao Estado.

O aumento da concorrência será ainda reforçado com a adopção de um novo projecto da Lei da Concorrência que separe de forma clara os procedimentos de aplicação das regras da concorrência dos procedimentos penais, em harmonização com o quadro legal de concorrência da União Europeia. Serão ainda analisadas alterações ao quadro regulamentar no sentido de reforçar a independência dos reguladores.

Outro aspecto fundamental da estratégia do Governo são as alterações previstas no âmbito dos serviços e profissões reguladas, com o objectivo de aumentar a concorrência dentro destas profissões. Será, nomeadamente, efectuada uma revisão do número de profissões reguladas e liberalizado o acesso ao exercício destas profissões por profissionais qualificados e estabelecidos na União Europeia.

A reforma do sistema judicial é reconhecidamente urgente para o bom funcionamento da economia, dado que sem ela muitas das reformas previstas nos outros sectores não verão o seu efeito totalmente realizado. Até final de 2011 será concluída uma avaliação que visa acelerar os procedimentos dos tribunais e melhorar a sua eficiência e será também reforçado o quadro de resolução alternativa de litígios para facilitar o acordo extrajudicial. Pretende-se igualmente pôr em prática um orçamento mais sustentável e transparente para o sistema judicial.

Finalmente serão adoptadas medidas que promovam o bom funcionamento do mercado de trabalho, conferindo-lhe uma maior flexibilidade, com o objectivo de reduzir o risco de desemprego de longa duração e favorecer a criação de emprego.

O sucesso desta profunda agenda de transformação da economia portuguesa requer o esforço e a mobilização de todos os portugueses. Este será o caminho para um novo ciclo de prosperidade, crescimento e criação de emprego.

Caixa n.º 1

#### A deterioração da situação orçamental de 2009

Em 2009 a situação das finanças públicas portuguesas verificou um acentuado agravamento, tendo-se observado um aumento substancial do défice orçamental e do rácio da dívida pública. O défice aumentou de 3,5 % do PIB em 2008 para 10,1 % em 2009 e o rácio da dívida pública verificou um acréscimo de 11,4 pontos percentuais para 83 % do PIB no final de 2009.

De realçar que o Orçamento do Estado para 2009 previa um valor para o défice de 2,2 % do PIB, o qual foi sucessivamente revisto em alta nos meses seguintes: em

Janeiro de 2009 para 3,9 % na actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento, em Maio de 2009 para 5,9 % no Relatório de Orientação da Política Orçamental, tendo sido confirmado na notificação no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos (PDE); em Novembro de 2009 foi revisto para 8 % conforme anunciado pelo Governo; e, em Janeiro de 2010, para 9,3 % no Relatório do Orçamento do Estado para 2010. Finalmente, no âmbito da notificação de Março de 2011 do PDE foi apurado um défice efectivo de 10,1 % do PIB. Deste modo, o défice orçamental de 2009 registou um desvio de 7,9 pontos percentuais do PIB face ao inicialmente orçamentado. Salienta-se que, no reporte do PDE, o perímetro de consolidação das administrações públicas foi alargado, passando a incluir as empresas da área dos transportes (REFER, Metro de Lisboa e Metro do Porto) o qual contribuiu com 0,5 pontos percentuais do PIB para o agravamento do défice orçamental e com 6,5 pontos percentuais do PIB para o aumento do rácio da dívida pública.

Esta deterioração acentuada reflectiu não apenas o efeito desfavorável sobre as contas públicas da contracção da actividade económica mas sobretudo a adopção deliberada de uma política expansionista discricionária de estímulo à actividade económica.

A economia portuguesa registou uma forte recessão em 2009, tendo o PIB verificado uma contracção de 2,5 % em média anual. Esta deterioração da actividade económica não tinha sido antecipada no cenário macroeconómico subjacente ao Orçamento do Estado para 2009, o qual apontava para uma expansão do PIB de 0,6 %. De acordo com estimativas disponíveis, tendo em conta a metodologia *standard* de decomposição do saldo orçamental, a componente cíclica contribuiu em - 1,1 pontos percentuais do PIB para a variação observada no saldo orçamental em 2009 (quadro n.º 1).

QUADRO N.º 1

#### Principais indicadores orçamentais

(em percentagem do PIB)

	2007	2008	2009	Variação 2009-2008
Saldo Global	-3.1	-3.5	-10.1	-6.6
Componente cíclica	0.8	0.5	-0.6	-1.1
Medidas temporárias	0.1	1.1	0.0	-1.1
Saldo estrutural	-4.1	-5.1	-9.5	-4.4
Despesa em juros (PDE)	2.9	3.0	2.9	-0.1
Saldo primário estrutural	-1.1	-2.1	-6.6	-4.5

Fonte: INE e Ministério das Finanças

O agravamento do saldo orçamental foi essencialmente de natureza estrutural, tendo o défice total estrutural aumentado em 4,4 pontos percentuais do PIB. Note-se, no entanto, que pelas características da recessão, em particular pelo efeito de deflação que se registou em 2009, este valor pode estar sobrestimado.

A opção por uma orientação expansionista da política orçamental teve lugar logo em meados de 2008 com a descida da taxa normal do IVA de 21 % para 20 %, a majoração da dedução em IRS das despesas com a habitação, a redução do IRC para as PME e a adopção de medidas de reforço dos apoios sociais de combate à pobreza e de apoio à família.

Esta orientação expansionista foi posteriormente reforçada no final de 2008, no quadro no Plano Europeu de Recuperação Económica acordado em Dezembro de 2008 pelo Conselho Europeu. Este plano previa a adopção coordenada de medidas de estímulo à procura, tendo no entanto em atenção as especificidades orçamentais de cada Estado membro. A implementação destas medidas deveria respeitar os requisitos do Pacto de Estabilidade e Crescimento de forma a não comprometer a sustentabilidade das finanças públicas dos diferentes países. Este programa contemplava medidas de carácter temporário e que deveriam reforçar as reformas estruturais previstas na Estratégia de Lisboa para o Crescimento e Emprego, totalizando um pacote de 200 mil milhões de euros, 1,5 % do PIB da União Europeia.

Neste contexto, Portugal adoptou um pacote de estímulo orçamental — denominado de Iniciativa para o Investimento e o Emprego — num montante de 2040 milhões de euros, 1,2 % do PIB, sendo um terço proveniente de financiamento comunitário e o restante suportado pelo orçamento nacional, repartindo-se este último em dois terços por via do aumento da despesa e um terço através da diminuição da receita. A iniciativa substanciou-se em:

Aumento do investimento público, designadamente ao nível da modernização das escolas, apoios a projectos na área das energias renováveis e infra-estruturas de transporte de energia e apoio à realização de investimento em redes de banda larga de nova geração;

Apoio às empresas e à exportação, em particular por via da criação de linhas de crédito às PME, linhas e mecanismos de seguro de crédito de apoio à exportação, apoio à promoção externa, redução do limiar de reembolso do IVA e redução do pagamento especial por conta;

Apoio ao emprego e protecção social, em particular através da redução das contribuições para a segurança social e pagamento a entidades empregadoras para apoiar a manutenção do emprego e a contratação de desempregados e aumento do apoio social aos desempregados.

O agravamento do saldo orçamental foi superior ao total do efeito das medidas referidas anteriormente. Este facto é justificado pelo facto de outras medidas terem sido tomadas ao longo do tempo. Por exemplo a actualização dos vencimentos da função pública em 2,9 %, consideravelmente acima da inflação verificada.

### 1.3 — Cenário macroeconómico

#### 1.3.1 — Hipóteses externas para 2012

As perspectivas para os anos de 2011 e 2012 apontam para um crescimento do PIB mundial na ordem dos 4 %, em termos médios reais, representando uma revisão em baixa face às previsões anteriormente divulgadas pelas instituições internacionais, que tem em conta o contexto e os riscos acima descritos (v. n.º 1.1.3).

Neste enquadramento, prevê-se para o próximo ano uma desaceleração da procura externa relevante <sup>(1)</sup> para Portugal e uma diminuição das taxas de juro de curto prazo. Antecipa-se, igualmente, uma diminuição do preço do petróleo e uma apreciação do euro face ao dólar.

O quadro a seguir resume as hipóteses externas subjacentes ao cenário macroeconómico.

QUADRO N.º 1

#### Enquadramento internacional — Principais hipóteses

	Fonte	2010	2011 <sup>(p)</sup>	2012 <sup>(p)</sup>
Crescimento da procura externa relevante (%)	MF	7,9	5,4	4,8
Preço do petróleo Brent (US\$/bbl)	NYMEX	80,2	111,7	108,6
Taxa de juro de curto prazo (média anual, %) <sup>(a)</sup>	BdP	0,8	1,3	1,0
Taxa de juro de longo prazo (média anual, %) <sup>(b)</sup>	PAEF	5,3	6,4	5,0
Taxa de câmbio do EUR/USD (média anual)	BCE	1,33	1,40	1,39

Nota: (p) previsão. (a) EURIBOR a três meses; (b) Obrigações do Tesouro a 10 anos.

#### 1.3.2 — Cenário macroeconómico para 2012

O cenário macroeconómico aponta para uma quebra do PIB de 1,9 % em 2011 e 2,8 % em 2012, associada a uma forte redução da procura interna a qual é atenuada pelo contributo positivo esperado da procura externa líquida — o quadro seguinte apresenta as estimativas para 2011 e as previsões para 2012.

QUADRO N.º 2

#### Principais indicadores

(taxa de variação, %)

	2010	2011 <sup>(p)</sup>	2012 <sup>(p)</sup>
<b>PIB e Componentes da Despesa (em termos reais)</b>			
PIB	1,4	-1,9	-2,8
Consumo Privado	2,3	-3,5	-4,8
Consumo Público	1,3	-5,2	-6,2
Investimento (FBCF)	-4,9	-10,6	-9,5
Exportações de Bens e Serviços	8,8	6,7	4,8
Importações de Bens e Serviços	5,1	-4,5	-4,3
<b>Evolução dos Preços</b>			
Deflador do PIB	1,1	1,0	1,7
IPC	1,4	3,5	3,1
<b>Evolução do Mercado de Trabalho</b>			
Emprego	-1,5	-1,5	-1,0
Taxa de Desemprego (%)	10,8	12,5	13,4
Produtividade aparente do trabalho	2,9	-0,3	-1,8
<b>Saldo das Balanças Corrente e de Capital (em % do PIB)</b>			
Necessidades líquidas de financiamento face ao exterior	-8,4	-6,7	-2,5
- Saldo da Balança Corrente	-9,7	-7,9	-3,9
da qual Saldo da Balança de Bens	-10,0	-8,4	-5,5
- Saldo da Balança de Capital	1,4	1,2	1,4

Nota: (p) previsão.

Fontes: INE e Ministério das Finanças.

Esta quebra mais acentuada do produto em 2012, face ao apresentado no Documento de Estratégia Orçamental, resulta das medidas adicionais tomadas no âmbito da actual proposta de Orçamento do Estado para 2012 para cumprir as metas acordadas no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) a Portugal, as quais se traduzem, com maior reflexo, no consumo privado, na sequência da redução do rendimento disponível quer pela via do aumento dos impostos quer pela redução dos salários nominais na função pública.

Adicionalmente, o cenário tem subjacente o efeito positivo esperado que o aumento das horas trabalhadas no sector privado exerce sobre as exportações e sobre o investimento e por essa via sobre o produto.

No que respeita ao consumo privado, e fruto de um ajustamento do padrão do consumo das famílias, com especial enfoque nos bens duradouros (cujo consumo aumentou significativamente em 2010), espera-se uma quebra já significativa em 2011, mas ainda mais acentuada em 2012. Neste ano, a quebra esperada (- 4,8 %) é resultado quer do aumento esperado dos preços por via fiscal (aumento

de impostos indirectos) quer por redução do rendimento disponível das famílias (efeito de procura).

Por sua vez, efeito das medidas de consolidação orçamental que têm vindo a ser adoptadas pelo Governo, prevê-se uma quebra do consumo público em 5,2 % e 6,2 % em 2011 e 2012, respectivamente.

As exportações de bens e serviços deverão apresentar um comportamento favorável, apesar de desacelerarem face aos anos anteriores, fruto do abrandamento da procura externa relevante. O crescimento das exportações, associado à redução prevista das importações (em 4,5 % e 4,3 %, em 2011 e 2012, respectivamente) deverá reflectir-se numa redução mais intensa do défice da balança comercial nos dois anos. Refira-se, no entanto, que a previsão agora apresentada beneficia igualmente do efeito da medida de aumento das horas trabalhadas pela via da redução dos custos salariais.

Para a formação bruta de capital fixo prevê-se uma quebra significativa, em resultado de condições mais exigentes do financiamento do sector privado e, também, às perspectivas menos optimistas dos empresários quanto à evolução da economia. Para esta contracção contribuirá, também, a diminuição do investimento público previsto para os dois anos. Contudo, apesar da redução esperada, estima-se que o investimento empresarial venha a ter uma menor quebra em resultado da medida atrás referida relativa às horas trabalhadas.

Adicionalmente, espera-se, ainda, que as necessidades de financiamento da economia se reduzam, beneficiando da redução do défice comercial que mais do que compensa o agravamento previsto do défice da balança de rendimentos primários.

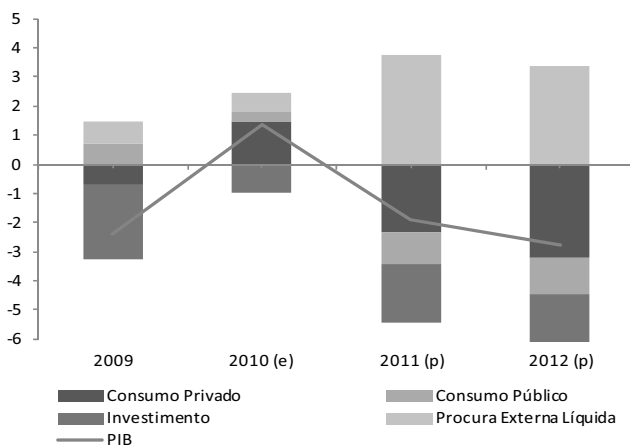
A inflação em 2011 deverá aumentar para 3,5 %, abrandando para 3,1 % no próximo ano. Em 2012, parte do aumento da inflação está directamente relacionado com o efeito fiscal (alteração de alguns bens e serviços de taxas do IVA reduzidas para normais, ou de intermédias para normais). Naturalmente, o efeito mecânico desta medida seria substancialmente superior à actual taxa de inflação esperada. Contudo, quer o efeito contracção da procura quer o efeito esperado sobre os custos salariais atenuam o referido efeito provocado directamente pelo aumento dos impostos.

A taxa de desemprego deverá continuar a agravar-se no próximo ano em resultado do comportamento mais negativo do ciclo económico.

GRÁFICO N.º 15

### Contributos para a variação em volume do PIB

(pontos percentuais)



Nota: (e) estimado; (p) previsão.

Fontes: INE e Ministério das Finanças.

## 2 — 2.ª Opção — Finanças públicas e crescimento: a estratégia orçamental

### 2.1 — Introdução

Tendo como base as perspectivas orçamentais para 2011 e o actual enquadramento macrofinanceiro, o Governo propõe a execução prioritária de um conjunto de medidas de consolidação orçamental com vista a garantir a sustentabilidade das contas públicas num contexto de grande exigência, o controlo da despesa em todas as áreas da Administração Pública, a monitorização rigorosa dos riscos orçamentais e o cumprimento dos limites definidos no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF).

As medidas propostas e sumariadas na tabela abaixo incidem em grande parte sobre a despesa pública (mais de dois terços) tendo inerentes cortes transversais a toda a Administração Pública, incluindo institutos públicos, administração local e regional e sector empresarial do Estado. O cumprimento da meta para o défice em 2012 torna também necessário proceder a um ajustamento pela via fiscal, tal como aliás já previsto no próprio programa.

O PAEF impõe um limite para o défice orçamental das administrações públicas, numa óptica de contabilidade nacional, de 7645 milhões de euros em 2012 (equivalente a 4,5 % do PIB), cujo cumprimento é condição necessária para garantir os desembolsos associados ao Programa e, portanto, para impedir a interrupção do financiamento da economia portuguesa.

Para atingir tal objectivo, impõe-se um esforço de consolidação orçamental com medidas que totalizam um impacto esperado na ordem dos 6 % do PIB quando comparado com um cenário das políticas invariantes, i.e., cerca 2,4 pontos percentuais acima do previsto no PAEF. A estratégia de consolidação orçamental incorpora, assim, medidas de contenção da despesa que vão além das incluídas no PAEF de forma a compensar, de forma permanente, o desvio de execução orçamental verificado, essencialmente, no 1.º semestre de 2011.

Parte deste desvio foi já explicado no Documento de Estratégia Orçamental, designadamente no que diz respeito às despesas com o pessoal, ao consumo intermédio, à receita não fiscal, à inclusão de efeitos de natureza temporária, como sejam a assunção da dívida de duas empresas da Região Autónoma da Madeira e a operação relacionada com a privatização do BPN, bem como a medidas incluídas no Orçamento para 2011 cujo impacto estava sobrestimado ou cuja implementação se veio a demonstrar impossível.

O trabalho técnico subjacente à preparação da proposta de Orçamento do Estado para 2012 permitiu obter informação significativamente mais detalhada para 2011 referente a todas as entidades incluídas no perímetro das administrações públicas. No que se refere, em particular, ao sector empresarial do Estado e à administração local a referida informação revelou a existência de desvios no 1.º semestre superiores aos reportados no Documento de Estratégia Orçamental.

Os desvios encontrados e a meta estabelecida para 2012 justificam, assim, o nível de ambição das medidas propostas.

Com efeito, uma medida como a suspensão dos subsídios de férias e de Natal aos servidores do Estado é ditada pela urgente necessidade de corrigir os desequilíbrios orçamentais e o profundo agravamento das finanças públicas, e só se justifica por ser absolutamente necessária

para assegurar as metas muito exigentes a que Portugal se vinculou e para preservar a manutenção e sustentabilidade do Estado social e garantir o financiamento da economia portuguesa.

QUADRO N.º 3

**Medidas de consolidação orçamental OE 2012 e PAEF**

	PAEF		Orçamento do Estado	
	2012		2012	
	10^6 euros	% PIB	10^6 euros	% PIB
<b>Diminuição de Despesa</b>	<b>4 506</b>	<b>2,7</b>	<b>7 460</b>	<b>4,4</b>
<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>740</b>	<b>0,4</b>	<b>2 694</b>	<b>1,6</b>
Corte salarial na Administração Pública face a 2011	:	:	1 800	1,1
Congelamento de salários na função pública	340	0,2	340	0,2
Redução do número de funcionários públicos através de restrições nas admissões na Administração Central e na Administração Regional e Local, bem como de medidas setoriais de redução de número de contratados	400	0,2	500	0,3
PREMAC	:	:	54	0,0
<b>Prestações sociais</b>	<b>1 073</b>	<b>0,6</b>	<b>2 066</b>	<b>1,2</b>
Corte nas pensões face a 2011	:	:	1260,2	0,7
Contribuição especial aplicável a todas as pensões acima de 1500 euros com regras semelhantes à redução dos salários da Administração	445	0,3	:	:
Suspensão da regra de indexação das pensões, excluindo a atualização das pensões mais baixas	628	0,4	628	0,4
Poupança na despesa com prestações sociais	:	:	178	0,1
<b>Prestações sociais em espécie</b>	<b>684</b>	<b>0,4</b>	<b>1 000</b>	<b>0,6</b>
Redução de despesa pública com saúde, nas áreas do medicamento, taxas moderadoras, sub-sistemas públicos de saúde e planos de reestruturação dos hospitais	684	0,4	1 000	0,6
<b>Consumo intermédio</b>	<b>702</b>	<b>0,4</b>	<b>690</b>	<b>0,4</b>
Medidas de racionalização dos serviços e controlo de custos operacionais na Administração Pública	506	0,3	466	0,3
Aprofundamento da racionalização da rede escolar e aumento da eficiência no aprovisionamento	196	0,1	224	0,1
<b>Subsídios</b>	<b>312</b>	<b>0,2</b>	<b>88</b>	<b>0,1</b>
Redução de custos no Sector Empresarial do Estado e nos Serviços e Fundos Autónomos: revisão das indemnizações compensatórias e dos custos operacionais	312	0,2	88	0,1
<b>Despesas de capital</b>	<b>846</b>	<b>0,5</b>	<b>923</b>	<b>0,5</b>
Redução da despesa de capital (incluindo SFAs, SEE e redução de transferências para a Administração Local e Regional	846	0,5	923	0,5
<b>Aumento de Receita</b>	<b>1 535</b>	<b>0,9</b>	<b>2 890</b>	<b>1,7</b>
<b>Impostos sobre a produção</b>	<b>1 085</b>	<b>0,6</b>	<b>2359</b>	<b>1,4</b>
Racionalização da estrutura de taxas do IVA, incluindo alteração da taxa do IVA sobre produtos energéticos	410	0,2	2 044	1,2
Atualização dos impostos especiais sobre o consumo	250	0,1	180	0,1
Redução substancial das isenções do IMI	250	0,1	50	0,0
Reforço do combate à fraude e evasão fiscais	175	0,1	85	0,1
<b>Impostos sobre o rendimento</b>	<b>450</b>	<b>0,3</b>	<b>683</b>	<b>0,4</b>
Revisão e limitação dos benefícios e deduções fiscais, designadamente em sede de IRS e IRC	300	0,2	756	0,4
Sobretaxa extraordinária em sede de IRS (medida implementada em 2011)	:	:	185	0,1
Conclusão da convergência no regime de IRS de pensões e rendimentos do trabalho	150	0,1	115	0,1
Sobretaxa de solidariedade IRS	:	:	16	0,0
Alteração da taxa das mais-valias	:	:	3	0,0
Alterações na medida de "Aumento de 2,5 p.p. na taxa de IRC para lucros acima de 2 milhões de euros" - a sobretaxa passa a 3 % e o limiar de lucros desce para 1,5 milhões de euros. Adicionalmente, no caso dos lucros acima de 10 milhões de euros, a taxa a aplicar passa a ser de 5%.	:	:	187	0,1
Combate à evasão fiscal	:	:	90	0,1
Efeito no IRS da redução de salários e pensões	:	:	-668,7	-0,4
<b>Contribuições sociais</b>	<b>:</b>	<b>:</b>	<b>-335</b>	<b>-0,2</b>
Reestruturação voluntária de dívidas	:	:	40	0,0
Efeito na receita contributiva da redução salarial	:	:	-375	-0,2
<b>Receita não fiscal</b>	<b>:</b>	<b>:</b>	<b>183</b>	<b>0,1</b>
Aumento do financiamento, pela UE, de projetos na área da educação	:	:	154	0,1
Outras medidas	:	:	29	0,0
<b>Total</b>	<b>6 041</b>	<b>3,6</b>	<b>10350</b>	<b>6,1</b>
<b>Impacto vis-à-vis ano anterior</b>	<b>5073,0</b>	<b>3,0</b>	<b>9042,3</b>	<b>5,3</b>

Fonte: Ministério das Finanças.

A adopção destas medidas foi ainda modulada pela preocupação de prevenir uma onerosidade social excessiva. Para os orçamentos familiares, alternativas de reduções remuneratórias que implicassem uma diminuição dos montantes que a cada mês fazem face às despesas dos agregados seriam certamente mais penalizadoras e de muito mais difícil gestão. Por isso a suspensão dos subsídios de férias e de Natal é socialmente mais admissível e menos onerosa, não afastando a mais-valia que a estabilidade remuneratória mensal proporciona.

O facto de os portugueses nas últimas eleições legislativas terem manifestado um apoio inequívoco ao cumprimento dos objectivos assumidos no contexto do PAEF, através de uma votação global de 80 % nos partidos subscritores do acordo com a UE e FMI, demonstra estarem conscientes da situação do País e da necessidade incontornável de fortes ajustamentos ao nível geral.

Não ignora o Governo que se trata de um peso que recai directamente sobre as pessoas com uma relação de emprego público, não tendo uma natureza universal.

Mas a verdade é que embora sendo múltiplas as medidas de contenção de despesa pública adoptadas pelo Governo, ainda assim os desvios subsistem com uma magnitude que não podem senão ser corrigidos por uma medida transversal sobre uma rubrica tão relevante para a consolidação orçamental como é a da despesa com pessoal. As alternativas, ou são social e economicamente piores ou simplesmente não são eficazes para garantir as necessidades.

O esforço do lado da receita atingiu já os limites do sustentável, e é da imperiosa combinação com um acentuado esforço do lado da despesa nos seus segmentos de maior expressão que será possível corrigir os desequilíbrios.

Acresce que não é de facto igual a situação de quem tem uma relação de emprego público e os outros trabalhadores.

Nem no plano qualitativo dos direitos e garantias, que são superiores, nem no plano quantitativo das remunerações, subsistindo na sociedade portuguesa uma diferenciação média remuneratória, com alguma expressão, entre os sectores públicos e o privado. Num contexto de emergência nacional com elevado nível de desemprego, a segurança no emprego constitui um valor inestimável que, na ponderação dos bens tutelados, se sobrepõe às expectativas de intocabilidade do *quantum* remuneratório, sobretudo atendendo a que os trabalhadores do sector público beneficiam em média, quando comparado com trabalhadores com qualificações idênticas no sector privado, de retribuições superiores.

A presente opção tem também a preocupação de ser transversal, abrangendo todos, mas garantindo simultaneamente a protecção dos mais vulneráveis. Numa situação de crise e emergência social não é possível excluir nenhuma corporação ou grupo social de dar o seu contributo para o ajustamento. Daí a necessidade de medidas abrangentes que têm efeitos sobre salários, pensões e outras prestações sociais bem como de aumento de impostos com maior incidência sobre os rendimentos mais elevados e sobre o património.

O enorme esforço de consolidação será também partilhado pelo sector empresarial do Estado, cuja dimensão se tornou insustentável. O nível de endividamento destas empresas constitui uma das razões de peso do estrangulamento do crédito à economia. As medidas a aplicar, sendo duras para os seus trabalhadores, são indispensáveis para a sustentabilidade futura das empresas públicas e dos serviços que prestam.

Por fim, e em resposta à necessidade de aumentar a competitividade da nossa economia, possibilitar-se-á o aumento do horário do trabalho nas empresas privadas através da alteração

da legislação laboral. Esta medida substitui a desvalorização fiscal, ao contribuir para a competitividade através da redução dos custos unitários do trabalho, mas sem as implicações adicionais para as contas públicas que uma redução da taxa social única inevitavelmente teria. O aumento do horário de trabalho deverá permitir a criação de uma margem adicional de flexibilidade para as empresas que a deverão utilizar de forma inteligente para melhorar a sua competitividade de forma a poderem ter um melhor desempenho.

## 2.2 — Finanças públicas em 2011

A evolução das finanças públicas em Portugal, em 2011, caracterizou-se pelo apuramento de sucessivos desvios da execução orçamental que, na ausência de medidas de compensação adicionais, teriam comprometido o cumprimento do limite para o défice de 5,9 % do PIB, acordado no âmbito do PAEF. Estes desvios resultaram da conjugação do menor impacto das medidas de consolidação anunciadas, nomeadamente ao nível do controlo da despesa, da evolução de receita não fiscal abaixo do esperado e do agravamento das condições de financiamento da economia portuguesa. Estas, por sua vez, tornaram crescentemente visíveis os desequilíbrios financeiros acumulados ao longo de anos, com destaque para a acumulação de dívidas não declaradas, antecipação de receita via concessões e decisões de investimento insustentáveis, em particular as associadas com a transferência de despesa orçamental para entidades fora do sector das administrações públicas, no curto prazo, mas com acréscimo de encargos públicos no futuro.

***O Programa de Assistência Económica e Financeira reviu em alta os objectivos estabelecidos no OE 2011 para o défice.***

O OE 2011 fixou o objectivo para o défice das administrações públicas em 2011 em 4,6 % do PIB. No âmbito do PAEF, este objectivo foi revisto para 5,9 % do PIB. Esta revisão em alta face ao objectivo estabelecido no OE 2011 reflecte essencialmente quatro factores. Em primeiro lugar, a inclusão explícita no perímetro de consolidação das administrações públicas de quatro empresas da área dos transportes e infra-estruturas (REFER, Metro Lisboa e Metro do Porto e Estradas de Portugal). Em segundo lugar, o agravamento das condições de financiamento da economia portuguesa e do mercado da dívida soberana em particular, com um aumento considerável nos custos do serviço da dívida. Em terceiro lugar, as perspectivas menos favoráveis relativamente ao cenário macroeconómico. Por último, a execução orçamental do 1.º trimestre do ano que apontava para um desvio nos resultados de algumas medidas de consolidação orçamental, nomeadamente ao nível das despesas com o pessoal.

A estratégia de consolidação orçamental para 2011, estabelecida no PAEF, assentou fundamentalmente na necessidade de executar as medidas constantes do OE 2011 e nas medidas propostas na actualização do PEC apresentada em Março de 2011, não tendo sido definidas medidas de consolidação adicionais.

***As contas das administrações públicas relativas ao 1.º semestre de 2011 revelaram um desvio significativo na execução orçamental.***

As Contas Nacionais Trimestrais, divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística no dia 30 de Setembro, revelaram a existência de um défice orçamental muito significativo no 1.º semestre de 2011, de 6998 milhões de euros (8,3 % do PIB). Tendo em conta o limite para o défice de 2011 estabelecido no PAEF, estes dados vêm demonstrar que no 1.º semestre foi já usado 70 % do limite para o total

do ano. Para cumprir o objectivo de 2011, no 2.º semestre as administrações públicas só poderão ter um saldo negativo de 3070 milhões de euros, aproximadamente 3,5 %

do PIB. O quadro n.º 4 apresenta os dados da execução orçamental no 1.º semestre de 2011 e os objectivos previstos para o ano no âmbito do PAEF.

QUADRO N.º 4

**Execução orçamental das administrações públicas no 1.º semestre**

(óptica da contabilidade nacional)

	2010	Execução 1.º semestre			2011	
		2010	2011	Taxa de variação	PAEF	Taxa de variação face a 2010
	milhões de euros			%	milhões de euros	%
Receitas totais	71 817	31 373	32 353	3,1	71 258	-0,8
Receita corrente	67 164	30 977	31 903	3,0	69 093	2,9
Receita fiscal	38 343	17 227	17 859	3,7	39 216	2,3
Impostos sobre o rendimento e património	23 005	10 869	11 251	3,5	23 673	2,9
Impostos sobre a produção e a importação	15 338	6 358	6 608	3,9	15 543	1,3
Contribuições sociais	21 166	10 096	10 221	1,2	21 382	1,0
Outras receitas correntes	7 654	3 653	3 823	4,7	8 496	11,0
Receita de capital	4 653	396	449	13,4	2 165	-53,5
Despesas totais	88 680	40 102	39 348	-1,9	81 300	-8,3
Despesa primária	73 746	34 562	33 227	-3,9	74 173	0,6
Despesas com pessoal	21 093	10 491	9 845	-6,2	19 590	-7,1
Consumo intermédio	8 667	3 854	3 534	-8,3	7 278	-16,0
Subsídios	1 193	551	499	-9,5	1 183	-0,8
Transferências sociais	37 884	17 411	17 240	-1,0	37 506	-1,0
Outras transferências correntes	4 908	2 255	2 111	-6,4	3 775	-23,1
Juros	5 190	2 411	3 304	37,0	7 127	37,3
Despesas de capital	9 745	3 129	2 817	-10,0	4 840	-50,3
Formação bruta de capital fixo	6 197	1 906	2 017	5,8	4 341	-29,9
Outras despesas de capital	3 548	1 222	800	-34,6	499	-85,9
Saldo total	-16 863	-8 729	-6 995		-10 042	

Fontes: INE e Ministério das Finanças.

Do lado da receita, importa destacar que a receita fiscal no 1.º semestre evidenciou um crescimento ligeiramente superior à estimativa do PAEF para o ano, reflectindo o comportamento dos impostos sobre o rendimento e sobre a produção e importação. Esta evolução reflecte, em grande parte, os efeitos das medidas aprovadas em meados de 2010 e início de 2011, designadamente o aumento das taxas de IRS, a sobretaxa de IRC e os aumentos das taxas do IVA, factores que irão contribuir para a desaceleração da receita fiscal na 2.ª metade do ano.

Em contraste, as outras receitas correntes registaram um baixo nível de execução. O recebimento de dividendos por parte do Estado no 1.º semestre foi de cerca de 180 milhões de euros, bastante inferior ao valor orçamentado para o ano (cerca de 400 milhões de euros), reflectindo, em particular, a decisão de não distribuição de dividendos por parte da CGD. No caso dos serviços e fundos autónomos é de referir o baixo nível de execução das taxas, emolumentos e outras receitas próprias do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, que no 1.º semestre se situaram em cerca de 200 milhões de euros, face a um total orçamentado de quase 700 milhões de euros para o conjunto do ano.

Do lado da despesa, o desvio na execução orçamental no 1.º semestre resultou essencialmente das rubricas de despesas com o pessoal, consumo intermédio e despesas de capital.

O comportamento das despesas com o pessoal reflecte essencialmente uma diminuição menor do que o programado no número de saída dos trabalhadores da administração central e o impacto de promoções em alguns ministérios (Ministério da Administração Interna e Ministério da Defesa Nacional). Eram esperadas reduções significativas no número de efectivos da administração central, de quase 4 % em 2011 face ao ano anterior, e a informação provisória disponibilizada aponta para uma redução inferior a 1 % no 1.º semestre.

Ao nível dos consumos intermédios, o desvio na execução é explicado pela inclusão das comissões pagas pelos empréstimos internacionais (que não tinham sido consideradas no PAEF) e por um impacto inferior ao esperado das medidas sectoriais de consolidação orçamental.

A elevada taxa de execução das despesas de capital no 1.º semestre de 2011 reflecte a não concretização de operações de concessões e de vendas de património nos montantes incluídos no programa (mais de 1300 milhões

de euros para o conjunto do ano), receitas que, em contabilidade nacional, são abatidas à despesa de capital. A estes valores acrescem as despesas relacionadas com a assunção de responsabilidades do sector empresarial da Região Autónoma da Madeira (570 milhões de euros).

**Parte do desvio de execução do 1.º semestre tinha já sido identificada no Documento de Estratégia Orçamental divulgado em Agosto de 2011 no qual se previa também um conjunto vasto de medidas de correcção.**

No Documento de Estratégia Orçamental (DEO), divulgado no final de Agosto de 2011, foi apurado um

desvio face ao objectivo de 2011 do PAEF de 1,4 pontos percentuais do PIB (quadro n.º 5). O desvio foi calculado tendo em conta uma estimativa para o ano de 2011 com base na informação muito preliminar para a administração regional e local (ARL) e para as empresas públicas numa óptica de caixa. Acrescem as já referidas despesas relacionadas com a assunção de responsabilidades do sector empresarial da Região Autónoma da Madeira, bem como o impacto líquido da privatização do BPN a concretizar até ao final do ano.

QUADRO N.º 5

**Défice orçamental 2011: Objectivo, desvio, medidas de correcção**

(% PIB)

	DEO - PAEF	OE2012 - DEO	OE2012 - PAEF
<b>Objectivo PAEF</b>	<b>5,9</b>	<b>5,9</b>	<b>5,9</b>
Desvio de execução orçamental			
Receita fiscal	-0,2	0,2	0,0
Receita não fiscal (excepto transferências de fundos pensões)	0,4	0,0	0,4
Despesa corrente primária	0,6	0,0	0,6
Juros	0,0	0,1	0,1
Despesa de capital (excluindo "one-off" e concessões)	0,0	0,3	0,3
<b>Total</b>	<b>0,8</b>	<b>0,7</b>	<b>1,4</b>
Desvio da despesa "one-off"			
Reclassificações de operações de capital	0,3	0,0	0,3
BPN (impacto líquido)	0,2	0,0	0,2
<b>Total</b>	<b>0,5</b>	<b>0,0</b>	<b>0,6</b>
<b>Total desvio antes medidas correcção</b>	<b>1,4</b>	<b>0,7</b>	<b>2,0</b>
<b>Medidas de correcção</b>			
Sobretaxa IRS	-0,5	0,0	-0,5
Revisão taxas IVA	-0,1	0,0	-0,1
Concessões	-0,4	0,5	0,2
Outras medidas não especificadas			
Transferências de fundos de pensões	(até) -0,5	-1,0	-1,6
<b>Total</b>	<b>-1,4</b>	<b>-0,6</b>	<b>-2,0</b>

Fonte: Ministério das Finanças.

Considerando que uma parte do desvio se deveu a factores de natureza temporária e dado já ter decorrido mais de metade do ano, o DEO previa que as medidas de correcção do desvio para 2011 fossem, essencialmente, de natureza extraordinária. A sobretaxa extraordinária em sede de IRS de 3,5 % sobre o rendimento colectável do ano de 2011 <sup>(2)</sup> e a antecipação, para 1 de Outubro de 2011, da revisão na taxa do IVA dos bens energéticos para a taxa normal, permitiriam compensar o desvio em cerca de 0,6 pontos percentuais do PIB. As receitas de concessões deveriam também ser superiores ao previsto em cerca de 0,4 pontos percentuais do PIB e os restantes 0,5 pontos percentuais seriam cobertos pela transferência de fundos de pensões do sector bancário para o sistema público da segurança social.

***O saldo orçamental para 2011 subjacente ao OE 2012 revelou um novo alargamento do desvio face ao objectivo do PAEF.***

***As perspectivas para as finanças públicas para 2011 subjacentes ao OE 2012, que assentam num conjunto de informação bastante mais completo e actualizado, revelam um novo alargamento do desvio face ao objectivo do PAEF, para 2,0 pontos percentuais do PIB (quadro n.º 5). Comparativamente ao DEO, o desvio aumentou 0,6 pontos percentuais do PIB, sendo esta revisão explicada na quase totalidade pela actualização da informação relativa às empresas públicas e à administração regional e local.***

Do lado da receita, é de destacar a revisão em baixa, face ao DEO, da estimativa de receita fiscal em resultado, em particular, da menor receita esperada por parte dos



municípios e, em menor grau, da receita fiscal do Estado. Do lado da despesa, salienta-se a revisão em alta, face ao DEO, da estimativa para os juros pagos pelas empresas públicas e para as despesas de capital.

Adicionalmente, e ao nível das medidas de correcção identificadas no DEO, há a destacar uma significativa revisão em baixa das receitas com concessões pela incorporação de informação mais recente. Esta revisão deverá ser compensada por um acréscimo das transferências de fundos de pensões.

O recurso a receitas extraordinárias, para corrigir os desvios de 2011 e garantir o cumprimento da meta acordada para o défice no PAEF, exige um esforço adicional de ajustamento estrutural em 2012. Com efeito, só uma correcção estrutural do saldo das administrações públicas assegurará uma consolidação sustentada das finanças públicas.

### 2.3 — Estratégia de consolidação orçamental

A Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2012 é fortemente condicionada pela necessidade de dar cumprimento aos compromissos assumidos pelo Estado Português no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), o qual compreende um vasto conjunto de medidas de consolidação da despesa e fiscais (quadro n.º 6), essenciais para a prossecução do objectivo imperioso de redução do défice das administrações públicas para 7645 milhões de euros (4,5 % do PIB) em 2012. Este esforço de ajustamento é crucial para recuperar a credibilidade no plano interno e externo, num contexto macroeconómico marcado pela redução da procura interna, associada quer ao processo de desalavancagem do sector privado quer às medidas de consolidação orçamental, e por um elevado grau de incerteza relativamente do enquadramento internacional.

QUADRO N.º 6

#### Principais medidas de consolidação orçamental em 2012

	M€	%PIB
<b>Finanças e Administração Pública</b>	<b>1487,6</b>	<b>0,9</b>
<b>Recursos humanos</b>	<b>1342,0</b>	<b>0,8</b>
Corte salarial (efeito líquido)	1065,0	0,6
Redução do número de funcionários (excluindo efeito já contabilizado na educação)	277,0	0,2
<b>Racionalização de recursos</b>	<b>145,6</b>	<b>0,1</b>
PREMAC	89,0	0,1
Compras públicas	40,0	0,0
Outras racionalizações de serviços das AP	16,7	0,0
<b>Políticas Sociais</b>	<b>2803,3</b>	<b>1,7</b>
<b>Segurança Social</b>	<b>1249,4</b>	<b>0,7</b>
Corte das pensões vis-à-vis 2011 (efeito líquido referente ao sistema da Segurança Social e à CGA)	951,5	0,6
Poupança nas prestações sociais	154,9	0,1
Reestruturação voluntária de dívidas	40,0	0,0
Medidas CGA	23,2	0,0
Medidas ADSE	79,8	0,0
<b>Educação, Ciência e Ensino Superior</b>	<b>600,1</b>	<b>0,4</b>
<b>Ensino Pré-Escolar, Básico e Secundário</b>		
Supressão de ofertas não essenciais no Ensino Básico	102,2	0,1
Racionalização da rede escolar, designadamente o encerramento de escolas do 1.º ciclo com um número de alunos reduzido e a agregação de escolas em agrupamentos	54,0	0,0
Outras medidas de racionalização de recursos, nomeadamente quanto ao número de alunos por turma no ensino regular e nos cursos EFA	87,8	0,1
<b>Ensino Superior e Ciência</b>	<b>147,4</b>	<b>0,1</b>
<b>Outras</b>	<b>208,7</b>	<b>0,1</b>
<b>Saúde</b>	<b>953,8</b>	<b>0,6</b>
<b>Política do medicamento</b>	<b>173,0</b>	<b>0,1</b>
<b>Prescrição e monitorização</b>	<b>46,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Racionalização de recursos e controlo da despesa</b>	<b>734,8</b>	<b>0,4</b>
<b>Políticas Económicas</b>	<b>1038,9</b>	<b>0,6</b>
<b>Subsídios</b>	<b>87,7</b>	<b>0,1</b>
<b>Receita não fiscal</b>	<b>28,7</b>	<b>0,0</b>
<b>Despesas de capital</b>	<b>922,5</b>	<b>0,5</b>
Redução das despesas de capital (incluindo venda de imóveis)	922,5	0,5
d.q. : Medidas do Sector Empresarial do Estado	438,0	0,3
Transferências para a Adm. Regional e Local	175,0	0,1
<b>Medidas Fiscais</b>	<b>3711,4</b>	<b>2,2</b>
<b>Impostos sobre a produção e a importação</b>	<b>2359,2</b>	<b>1,4</b>
Racionalização da estrutura de taxas do IVA, incluindo alteração da taxa do IVA sobre produtos energéticos	2044,0	1,2
Atualização dos impostos especiais sobre o consumo	180,0	0,1
Redução substancial das isenções do IMI	50,0	0,0
Reforço do combate à fraude e evasão fiscais	85,2	0,1
<b>Impostos sobre o rendimento e a riqueza</b>	<b>1352,2</b>	<b>0,8</b>
Revisão e limitação dos benefícios e deduções fiscais, designadamente em sede de IRS e IRC	756,4	0,4
Sobretaxa extraordinária em sede de IRS (medida implementada em 2011)	185,0	0,1
Conclusão da convergência no regime de IRS de pensões e rendimentos do trabalho	115,0	0,1
Sobretaxa de solidariedade IRS	16,0	0,0
Alteração da taxa das mais-valias	3,0	0,0
Alterações na medida de "Aumento de 2,5 p.p. na taxa de IRC para lucros acima de 2 milhões de euros" - a sobretaxa passa a 3 % e o limiar de lucros desce para 1,5 milhões de euros. Adicionalmente, no caso dos lucros acima de 10 milhões de euros, a taxa a aplicar passa a ser de 5%.	187,0	0,1
Combate à evasão fiscal	89,8	0,1
<b>TOTAL</b>	<b>9041,2</b>	<b>5,3</b>
<b>Medidas "no policy change" não incluídas nesta tabela</b>	<b>1308,3</b>	<b>0,8</b>
Congelamento salarial	340,0	0,2
Congelamento das pensões	628,0	0,4
Lei de Programação Militar	340,3	0,2

Fonte: Ministério das Finanças.

## 2.3.1 — Finanças e Administração Pública

**Redução de estruturas na administração directa e indirecta do Estado**

A reforma da organização do Estado é um processo fundamental na concretização do Compromisso Eficiência apresentado no Programa do XIX Governo Constitucional, sendo desenvolvido em fases sucessivas e complementares, não se esgotando numa alteração limitada a um único momento.

O Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC) correspondeu ao arranque da reforma da organização do Estado, em que deverá ser alcançada uma redução de 40 % nas estruturas macro e de 27 % no número de dirigentes, reflectidas nas novas leis orgânicas dos ministérios (em preparação). Neste contexto, deverá ser ultrapassada significativamente a meta de redução de pelo menos 15 % de estruturas e de dirigentes estabelecidas no âmbito do PAEF a Portugal.

QUADRO N.º 7

**Evolução de estruturas em resultado da aplicação do PREMAC**

Tipo de Macro-Estrutura	Situação Inicial	Estruturas Extintas	Estruturas Mantidas	Estruturas Criadas	Nova Situação	Variação	
Administração Direta	145	66	79	19	98	-47	-32%
Central	102	37	65	19	84	-18	
Periférica	43	29	14	0	14	-29	
Administração Indirecta							
Institutos Públicos	74	21	53	4	57	-17	-23%
Órgão Consultivos	122	67	55	2	57	-65	-53%
Outros Organismos	18	14	4	1	5	-13	-72%
	<b>359</b>	<b>168</b>	<b>191</b>	<b>26</b>	<b>217</b>	<b>-142</b>	<b>-40%</b>

QUADRO N.º 8

**Evolução de quadro de dirigentes**

Situação inicial cf. Diplomas orgânicos		Situação Final		Variação global	
Dirigentes Superiores	Dirigentes Intermédios	Dirigentes Superiores	Dirigentes Intermédios	Dirigentes Superiores	Dirigentes Intermédios
715	5571	440	4135	-275	-1436
	6286		4575		-1711
				-38%	-26%
					-27%

A reorganização da administração central que irá ser concretizada, sempre tendo por base a avaliação das atribuições do Estado e o dimensionamento às capacidades financeiras do País, terá um potencial de redução de despesa pública significativo, quer pela via da redução de dirigentes quer pela via da aplicação dos procedimentos relativos à redução de efectivos e, bem assim, pela redução dos consumos intermédios e de espaços físicos que será obtida pela eliminação de um conjunto muito significativo de entidades da administração directa e indirecta do Estado.

Contudo, os objectivos de reforma da organização do Estado não se esgotam nos resultados do PREMAC, o qual constitui apenas o primeiro passo para o reforço da eficiência da Administração Pública. A sua continuidade passa por outras acções concretas, a desenvolver durante o ano de 2012, nomeadamente a reestruturação do sector empresarial do Estado; a reforma da administração local; a reorganização dos serviços desconcentrados da administração central; e a avaliação e reorganização das fundações públicas, associações públicas e outras entidades públicas e quase públicas.

**Realização de censo às fundações**

A administração directa e indirecta do Estado, bem como as regiões autónomas e as autarquias locais, no âmbito da prossecução das suas atribuições, no domínio social e outros, e no cumprimento do princípio da descentralização, têm vindo a recorrer com crescente frequência, durante os últimos anos, à criação de fundos e serviços autónomos e à alocação de património e subvenções aos mesmos, mais conhecidos por fundações públicas (de direito público), regidas pela respectiva lei orgânica e pela legislação geral aplicável aos institutos públicos, bem como a fundações públicas de direito privado, criadas nos termos da lei civil por uma ou mais pessoas colectivas públicas ou por pessoas dessa natureza com pessoas colectivas privadas, em que as primeiras, isolada ou conjuntamente, detêm uma influência dominante sobre a fundação, e ainda a fundações privadas, criadas nos termos da lei civil por uma ou mais pessoas de direito privado ou por pessoas dessa natureza com pessoas colectivas públicas que, isolada ou conjuntamente, não detêm sobre a fundação uma influência dominante, ou, que

não participando na criação das últimas, asseguram ainda assim algum tipo de subvenção ao seu funcionamento.

Assim, tendo em consideração que a actividade daqueles tipos de fundações se encontra dependente, em alguma medida, do património que lhes foi afecto pelo Estado, regiões autónomas ou autarquias locais e de subvenções atribuídas por estes, importa assegurar uma efectiva monitorização sobre a sua actividade, através da imposição de uma obrigação de reporte de carácter universal e extraordinário, com o objectivo de permitir, por um lado, um censo exaustivo e agregado das entidades em causa e do nível de participação de pessoas colectivas públicas no seu financiamento e, por outro, a avaliação do seu custo/benefício mediante a verificação da correspondência entre as suas actividades e as finalidades que presidiram à sua criação, bem como da sua viabilidade financeira e eficiência na gestão dos recursos que lhes são afectos pelo Estado, regiões autónomas e autarquias locais.

Encontra-se em fase de aprovação legislativa na Assembleia da República a realização de um censo dirigido às fundações que prosseguem os seus fins em território nacional, com vista à avaliação do respectivo custo/benefício e da sua viabilidade financeira, tendo por base a apresentação de respostas a um questionário e consequente

disponibilização de informação que permita analisar a sua actividade, bem como a sua efectiva utilidade face aos dinheiros públicos de que beneficia. A referida proposta de lei determina a aplicação de um conjunto de medidas preventivas, com referências às fundações objecto do censo, que visam assegurar o cumprimento efectivo e tempestivo do dever de resposta ao questionário e de disponibilização da informação que permita efectuar a avaliação anteriormente referida. Porém, a aplicação destas medidas preventivas fica suspensa desde a data da publicação do diploma até à decisão que determine o seu levantamento ou as torne definitivas, não podendo esse prazo ultrapassar os 90 dias.

#### Redução de efectivos

No âmbito do PAEF o Estado assumiu o compromisso de adoptar medidas dirigidas à Administração Pública, com o objectivo de assegurar que o peso das despesas com pessoal no PIB diminua em 2012 e nos anos seguintes.

Para 2012, ao nível da administração central, o objectivo de redução anual de efectivos é de 2 % (em vez de 1 % inicialmente previsto), o qual resulta do ajustamento necessário para compensar o não cumprimento da meta de redução de efectivos que havia sido fixada em 3,6 % para 2011.

QUADRO N.º 9

#### Emprego na administração central por ministérios

	31-Dez-2010	30-Jun-2011 (p.)	Varição
Orgãos de Soberania e Entidades Independentes	13 550	13 398	-1,1%
Presidência do Conselho de Ministros	4 761	4 726	-0,7%
Ministério das Finanças	14 000	13 713	-2,1%
Ministério dos Negócios Estrangeiros	3 370	3 304	-2,0%
Ministério da Defesa Nacional	45 313	44 691	-1,4%
Ministério da Administração Interna	49 833	50 132	0,6%
Ministério da Justiça	16 714	16 527	-1,1%
Ministério da Economia e do Emprego	10 778	10 574	-1,9%
Min. da Agric, Mar, Ambiente e Orden. do Território	11 095	10 903	-1,7%
Ministério da Saúde	90 178	88 232	-2,2%
Ministério da Educação e Ciência	238 146	237 532	-0,3%
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	14 686	14 198	-3,3%
<b>Total</b>	<b>512 424</b>	<b>507 930</b>	<b>-0,9%</b>

p.: provisório.

*Nota.* — Inclui trabalhadores integrados em entidades de natureza pública empresarial que mantiveram o vínculo público ao Estado; não inclui trabalhadores com contrato de trabalho ao abrigo do Código do Trabalho.

**Fontes:** DGAEP — BDAP 2005; SIOE (Junho/2011 dados provisórios); DGAEP/OBSEP.

Ao nível da administração regional e local, os objectivos de redução de 2 % de efectivos em 2012 e nos anos seguintes implica a consagração de previsões de restrição e controlo de admissões, por via da Lei do Orçamento do Estado para 2012, através das necessárias alterações à Lei das Finanças Regionais (Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2010, de 29 de Março) e à Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro), bem como às disposições referentes à administração regional e local constantes da Lei n.º 12-A/2010,

de 30 de Junho, que aprovou um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental.

Para atingir os objectivos de redução ao nível da administração central, regional e local, será adoptada uma política de substituição parcial dos trabalhadores que saem, mantendo-se como regra a proibição de recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego previamente constituída. Situações excepcionais de admissão, rigorosamente fundamentadas, passam a estar sujeitas a criteriosos requisitos cumulativos, aplicáveis de igual modo à administração central, regional e local, previstos

pela Lei do Orçamento do Estado para 2012, como sejam a existência de relevante interesse público no recrutamento, a impossibilidade de ocupação do posto de trabalho com recurso a pessoal colocado em mobilidade especial e a demonstração de cumprimento da redução mínima de 2 % de pessoal tendo em vista o cumprimento do PAEF.

As medidas de redução de efectivos serão objecto de uma avaliação criteriosa pelo que a monitorização do cumprimento desta medida será garantida por um reforço de deveres de reporte periódico a vigorar durante todo o PAEF, por forma a permitir uma correcção atempada de desvios e implementação das alterações necessárias à obtenção do resultado previsto, articulada com os movimentos normais de passagem à reforma. A este respeito, sinaliza-se a Proposta de Lei n.º 21/2011 sobre a reformulação do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE), que dá cumprimento aos objectivos definidos pelo Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal. Esta determina a obrigação de reporte de informação sobre as causas das variações do número de trabalhadores de entidades públicas e as remunerações praticadas, em base trimestral, para todas as entidades públicas classificadas no perímetro das administrações públicas na óptica das contas nacionais (todos os serviços integrados, serviços e fundos autónomos, regiões autónomas, autarquias locais, outras entidades que integrem o universo das administrações públicas em contas nacionais, bem como às demais empresas públicas).

Prevê-se ainda o reforço do controlo e restrições de admissões sobre alguns sectores específicos, tais como as instituições de ensino superior públicas e outras pessoas colectivas de direito público, bem com um esforço adicional de redução de 10 % do pessoal militar durante o período de 2011 a 2014 previsto no PAEF.

Salienta-se que, no caso concreto do controlo do número de efectivos, preconiza-se, a partir de 2012, um procedimento de responsabilização *top/down* e sectorial, que atribui um tecto máximo para o número de efectivos em cada ano condizente com os objectivos de redução de cada ministério.

O reforço da restrição das admissões no Estado é igualmente acompanhado da manutenção de medidas de controlo sobre os contratos de aquisição de serviços externos, mantendo-se, no essencial, o regime decorrente da Lei do Orçamento do Estado para 2011. A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pela Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de aquisição de serviços nas modalidades de tarefa e de avença e contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica, continua a carecer de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública.

**Medidas de congelamento de admissões de pessoal nas administrações regionais e autárquicas e nas instituições de ensino superior públicas**

Uma vez que os resultados das medidas anteriormente previstas de controlo de admissões de pessoal sem vínculo nas administrações regionais e autárquicas ficaram muito aquém do esperado, evidenciando que tais medidas eram ineficazes para assegurar os objectivos, torna-se absolutamente necessário adoptar outro tipo de medidas, mais robustas e restritivas, embora de natureza excepcional, que passam pela limitação à prática de determinados actos pelos órgãos próprios daquelas administrações.

Assim, para garantir o objectivo de redução de pessoal nas administrações regionais e autárquicas nos termos previstos no PAEF e tendo presente, por um lado, a necessidade de respeitar o princípio da autonomia das referidas administrações e, por outro, a imperiosa necessidade de cumprir rigorosamente os compromissos internacionais assumidos pelo Estado soberano, legitimamente representado pelo Governo da República, estabelece-se um mecanismo de controlo de admissões de pessoal sem vínculo análogo para todas as administrações públicas.

Dado que é o Governo da República que deve responder pelo cumprimento dos compromissos assumidos perante os parceiros internacionais, torna-se absolutamente necessário que esse mesmo Governo disponha dos instrumentos legais indispensáveis para assegurar a execução, por todos os sectores e administrações, das políticas públicas determinadas pelos órgãos competentes.

Assim, no caso concreto do controlo de admissões de pessoal sem vínculo nas administrações públicas, as más experiências do passado fizeram saltar à evidência a necessidade de reforçar a capacidade de controlo da despesa pública associada ao recrutamento de pessoal e, bem assim, o equilíbrio orçamental das contas públicas de todos os sectores pelo Governo da República.

É neste contexto e tendo presente o princípio de proporcionalidade, que se prevêem algumas limitações à prática de determinados actos pelos órgãos próprios das referidas administrações, de carácter excepcional, transitório e na medida do estritamente necessário para assegurar o cumprimento das metas internacionalmente assumidas pelo Estado Português, promovendo a competente alteração às leis das finanças regionais e locais (respectivamente, Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro, e Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro), as quais são leis de valor reforçado. Assim, é com base na habilitação legal introduzida naquelas leis que a LOE 2012 prevê que as admissões de pessoal sem vínculo pelas administrações regionais e autárquicas apenas pode ocorrer em situações excepcionais, verificados determinados requisitos cumulativos, e desde que seja obtida autorização e ou parecer prévio favorável dos membros do Governo da República responsáveis pelas áreas das finanças e da administração local, no caso das autarquias locais.

É, pois, este o mecanismo que se afigura passível de permitir um controlo efectivo das admissões naquelas administrações, o qual, conjugado com as saídas normais de pessoal, por aposentação ou outra formal legal de desvinculação, permitirá alcançar o objectivo de redução anual, de 2 %, do pessoal nas mesmas administrações, conforme assumido pelo Estado Português no âmbito do PAEF.

Sublinha-se, uma vez mais, que esta solução constitui já um último recurso, apenas utilizado porque as duas soluções anterior e sucessivamente utilizadas, manifestamente não lograram atingir os objectivos propostos.

Referimo-nos às medidas constantes, primeiro, do artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, em que se remetia exclusivamente para os órgãos próprios das administrações regionais e autárquicas o controlo das admissões nessas mesmas administrações, sem qualquer intervenção do Governo da República que ficava, assim, numa posição praticamente passiva face ao que efectivamente se passava.

Posteriormente, dada a manifesta ineficácia daquelas medidas, o legislador acabou por prever a intervenção excepcional do Governo da República, mais concretamente no caso das autarquias locais em situação de endividamento e

ou desequilíbrio financeiro, fazendo depender as admissões de pessoal nestas autarquias da autorização prévia dos membros do Governo da República responsáveis pelas finanças e pelas autarquias locais. Tal está previsto no artigo 43.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. Se é certo que, neste universo, passou efectivamente a haver um controlo de admissões, já no caso das demais autarquias e nas regiões os resultados não foram, uma vez mais, os esperados.

Finalmente importa referir o controlo das admissões nas instituições de ensino superior públicas, relativamente às quais se procede de forma análoga ao estabelecido para as administrações regionais e autárquicas.

Estabelece-se, assim, uma solução excepcional e temporária, em que todas as admissões de pessoal sem vínculo apenas podem ocorrer em situações excepcionais, verificados determinados requisitos cumulativos, e desde que haja autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da educação e ciência. Também neste caso se chega a esta solução depois de esgotadas as possibilidades de, com soluções sucessivas anteriores, de cariz menos interventivo do Governo da República, não se ter atingido os resultados esperados. Primeiro a regra geral para o controlo das admissões de pessoal na administração central do Estado fixada no artigo 9.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, e, posteriormente, o regime fixado no artigo 44.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

Para habilitar à medida agora proposta de restrição ao recrutamento de pessoal sem vínculo procede-se a uma alteração ao regime das instituições de ensino superior (Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro), com uma solução equilibrada do ponto de vista da autonomia do ensino superior, por um lado, e do ponto de vista da salvaguarda do equilíbrio orçamental das finanças públicas do País, por outro. Consagra-se, assim, uma norma habilitante para a previsão do congelamento nas admissões naquelas instituições constante da LOE 2012.

O montante de poupanças (incluindo o sector da educação) associado a estas medidas será cerca de 0,3 % do PIB.

#### Eliminação temporária dos subsídios de férias e de Natal

A eliminação temporária dos subsídios de férias e de Natal é uma medida que se inscreve no contexto da situação de emergência nacional em que nos encontramos. As despesas com pessoal representam 25 % da despesa primária (numa óptica de contas nacionais), pelo que a sua redução é fundamental para a consolidação das finanças públicas. A lógica subjacente ao regime contratual do funcionalismo público tem-se baseado na protecção do emprego, ao contrário do sector privado, onde a redução de efectivos pode ser utilizada para o ajustamento das empresas. Para evitar uma redução mais acelerada de efectivos nas administrações públicas do que a que se encontra prevista para os próximos anos e dada a necessidade de consolidação das contas públicas no curto prazo, só uma redução mais significativa dos vencimentos dos trabalhadores em exercício de funções públicas assegura a manutenção do nível de emprego público actual. No caso do sector empresarial do Estado, a insustentabilidade da sua situação financeira impõe que seja aplicado o mesmo corte salarial que à Administração Pública e que, simultaneamente, haja lugar ao ajustamento do número de efectivos para reflectir os ajustamentos decorrentes dos processos de reestruturação.

Neste quadro, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira é suspenso temporariamente o pagamento de subsídios de férias e de Natal ou quaisquer prestações correspondentes aos 13.º e ou 14.º meses para as pessoas a que se refere o n.º 9 do artigo 19.º da lei do OE

2011 (Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro), cuja remuneração base mensal seja superior a € 1000. As remunerações cujo valor seja superior à retribuição mínima mensal garantida (€ 485) mas inferior a € 1000, ficam sujeitas a uma redução progressiva nestas prestações:

QUADRO N.º 10

#### Redução progressiva nas remunerações

(euros)

Retribuição mensal	Redução	Valor final do 13.º/14.º mês
485	0	485
500	29,12	470,88
550	126,21	423,79
600	223,30	376,70
650	320,39	329,61
700	417,47	282,53
750	514,56	235,44
800	611,65	188,35
850	708,74	141,26
900	805,82	94,18
950	902,91	47,09
1 000	1 000	0

Fonte: Ministério das Finanças.

O valor da redução é calculado após a aplicação das reduções remuneratórias previstas na lei do OE 2011 (artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro).

Esta medida abrange todas as prestações, independentemente da sua designação formal, que, directa ou indirectamente, se reconduzam ao pagamento dos subsídios, designadamente a título de adicionais à remuneração mensal. Abrange ainda os contratos de prestação de serviços celebrados com pessoas singulares ou colectivas, na modalidade de avença, com pagamentos mensais ao longo do ano, acrescidos de uma ou duas prestações de igual montante.

A medida aplica-se igualmente ao pessoal na reserva ou equiparado, independentemente da efectividade de funções.

Esta medida, que vigorará durante o Programa de Assistência Económica e Financeira, permitirá uma poupança líquida de 1065 milhões de euros em 2012.

#### Manutenção das reduções salariais e das proibições de valorizações remuneratórias aplicadas em 2011

Conforme previsto no PAEF serão mantidas em 2012, a título excepcional e transitório, as reduções salariais aprovadas pela Lei do Orçamento do Estado para 2011. Estas reduções remuneratórias são feitas de forma progressiva, ficando isentas as pessoas que recebam rendimento igual ou inferior a € 1500.

São igualmente mantidas em 2012 as proibições de valorizações ou acréscimos remuneratórios, quer eles resultem de mudança de posição remuneratória ou de categoria, da atribuição de prémios de desempenho ou de mecanismos de mobilidade interna.

Encontram-se abrangidos por estas disposições os gestores, dirigentes e trabalhadores de todas as administrações do Estado (central, regional e local), dos institutos públicos de regime geral e especial, do sector empresarial regional e local, das entidades públicas empresariais, das empresas públicas de capital maioritariamente público, das fundações públicas e de todos os estabelecimentos públicos e, ainda, os militares das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana.

Qualquer destas medidas encontra fundamento na situação de emergência nacional em que o País se encontra

em matéria de necessidade de equilíbrio das suas contas públicas, encontrando-se em linha, em termos de temporalidade de aplicação, com a medida que determina a suspensão dos subsídios de férias e de Natal.

#### **Revogação do direito de renúncia a férias pelos trabalhadores em funções públicas**

A Lei do Orçamento do Estado para 2012 procede à revogação, com efeitos a Janeiro, do n.º 6 do artigo 173.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, e alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, onde actualmente consta a faculdade de renúncia ao direito a férias. Com a revogação da norma relativa ao direito a renúncia a férias cessa, consequentemente, o direito a receber a remuneração e o subsídio respectivo.

Estima-se que esta medida permita poupar aproximadamente 0,2 milhões de euros em 2012 no contexto global da administração central.

#### **Redução do acréscimo pago por trabalho suplementar**

O acréscimo ao valor da retribuição horária relativo ao pagamento de trabalho extraordinário à Administração Pública, prestado em dia normal de trabalho, é reduzido em 50 %, passando a ser realizado nos seguintes termos:

- 25 % da remuneração na 1.ª hora;
- 37,5 % da remuneração nas horas ou fracções subsequentes.

O trabalho extraordinário prestado em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar, e em dia feriado, é também reduzido em 50 %, passando a conferir o direito a apenas um acréscimo de 50 % da remuneração por cada hora de trabalho efectuado.

É eliminado o direito a descanso compensatório, salvo nas situações em que seja necessário assegurar o período mínimo de descanso diário ou de descanso semanal obrigatório.

Esta medida, que vigorará para a Administração Pública durante o Programa de Assistência Económica e Financeira, permitirá uma poupança de 28,5 milhões de euros em 2012.

#### **Reforço dos mecanismos de mobilidade na Administração Pública**

Prevaleceu, como princípio orientador, a simplificação dos mecanismos de mobilidade para uma rápida adaptação de órgãos e serviços a novas atribuições e condicionantes. Esta necessidade é ampliada num enquadramento de profunda reorganização da Administração Pública e de fortes restrições à admissão de novos efectivos.

#### **Simplificação dos mecanismos de mobilidade geral**

A Lei do Orçamento do Estado para 2012 introduz alterações ao regime da mobilidade geral, no sentido de simplificar a consolidação definitiva da mobilidade interna. Passa ser possível consolidar a mobilidade interna, na mesma categoria, desde que reunidas as seguintes condições: existência de acordo do serviço de origem quando tal tenha sido exigido para o início da mobilidade; a duração mínima de seis meses na situação de mobilidade interna, ou a duração do período experimental exigido para a categoria em causa se este for superior; a existência de acordo do trabalhador quando tal tenha sido exigido para o início da mobilidade; e a ocupação de posto de trabalho previamente existente no mapa de pessoal. Deste modo, obvia-se a necessidade de o órgão ou serviço de destino ter de criar um procedimento concursal, com todos os

encargos administrativos associados, para consolidação definitiva de situações de mobilidade interna.

#### **Reforço dos mecanismos de reintegração de trabalhadores em situação de mobilidade especial**

Tendo em consideração que os trabalhadores colocados em situação de mobilidade especial são recursos experientes e válidos para a Administração Pública, introduz-se uma melhoria na articulação da mobilidade interna com a mobilidade especial, passando a prever-se, nas situações de fusões de órgãos, serviços e unidades orgânicas que constituem a maioria das situações de reorganização, mecanismos de favorecimento da reintegração de trabalhadores assentes no seguinte:

a) Passa a existir um momento prévio à colocação de trabalhadores em situação de mobilidade especial, em que se favorece a aplicação das regras da mobilidade interna, agilizando a realocação por recurso a esta modalidade (o que pode ocorrer até ao último momento do processo de reorganização em causa);

b) Como estímulo à adopção de comportamentos activos que fomentem o reinício de funções:

Procede-se à redução dos valores de remuneração auferidos pelos trabalhadores que se encontram em situação de mobilidade especial, de cinco sextos para dois terços na fase de qualificação, e de dois terços para metade na fase de compensação (calculados sobre a remuneração base mensal detida no serviço de origem);

Determina-se a passagem imediata à situação de licença sem remuneração ou licença sem vencimento de longa duração dos trabalhadores em situação de mobilidade especial aquando da desistência injustificada do procedimento de selecção e recusa não fundamentada de reinício de funções;

Eliminam-se as licenças extraordinárias para os trabalhadores em situação de mobilidade especial, situação claramente prejudicial ao Estado, já que os trabalhadores nessa situação continuam a receber uma prestação remuneratória sem que a Administração possa contar com eles para o exercício de qualquer actividade;

É estabelecido um conjunto de regras referentes ao procedimento de recrutamento de pessoal em mobilidade especial, impondo-se aos órgãos e serviços da Administração Pública que esgotem a possibilidade de colmatar as suas necessidades de recursos humanos por recurso, em primeira instância, aos trabalhadores em situação de mobilidade especial.

Paralelamente, estabelece-se o dever de a entidade gestora de mobilidade assumir um papel proactivo na identificação dos perfis de competências mais necessários e, caso os trabalhadores em situação de mobilidade especial não possuam as competências adequadas para ocupar tais postos de trabalho, promover as acções de formação e ou de requalificação apropriadas. Esta actuação será obrigatória relativamente aos trabalhadores que se encontrem na situação de mobilidade especial há mais de seis meses.

#### **Serviços partilhados na Administração Pública**

Os serviços partilhados são um factor-chave na obtenção dos necessários ganhos de eficiência dos serviços públicos e, simultaneamente, um instrumento indispensável para fazer face às actuais pressões orçamentais. Pretende-se assegurar serviços públicos de qualidade baseados em processos eficientes e aplicados de forma consistente e proactiva na globalidade do sector público.

Na base dos serviços partilhados está a ideia de permitir às organizações ganhos de competências e de economias de escala: redução de custos e prestação de serviços de alta qualidade são atingíveis através de economias de escala, com concentração de conhecimento especializado, normalmente escasso e dispendioso.

No domínio do desenvolvimento da utilização de serviços partilhados na administração central, o Governo apostará numa visão estratégica, extensível a toda a Administração Pública, ao nível das áreas financeira, recursos humanos, sistemas de informação e património, implementando, na totalidade, os projectos em curso e avaliando regularmente a possibilidade de maior integração.

Pretende-se com esta visão estratégica:

Libertar os organismos nucleares de actividades de suporte;  
Fornecer serviços centrados no cliente, prestados por uma unidade especializada;

Optimizar os investimentos tecnológicos e respectiva manutenção;

Aumentar a eficiência;

Melhorar os processos de negócio e de suporte;

Partilhar os benefícios pelos diversos agentes.

A maioria dos ganhos de eficiência serão gerados pela partilha e reutilização de soluções, difusão de boas práticas e melhoria dos processos de negócios, desenhados para acrescentar valor e eliminar actividades redundantes ou ineficientes.

Em matéria de projectos em curso merecem particular destaque: o GeRFiP (Gestão de Recursos Financeiros e Logísticos da AP), que se encontra já disponível e em funcionamento em 65 organismos da administração pública central, pertencentes a nove ministérios, e em que se prevê o alargamento muito significativo a outros organismos no decurso de 2012; e o GeRHuP (Gestão de Recursos Humanos da AP), que se encontra em fase de desenvolvimento da solução tecnológica e cuja entrada em produtivo se prevê para Abril de 2012 em cinco organismos piloto do Ministério das Finanças.

#### **Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e Parque de Veículos do Estado (PVE)**

O Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) congrega mais de 1800 entidades num modelo em rede de articulação com as Unidades Ministeriais de Compras (UMC). Actualmente encontram-se habilitados a fornecer bens e a prestar serviços ao Estado mais de 270 operadores económicos, dos quais mais de dois terços são PME.

A gestão centralizada do Parque de Veículos do Estado (PVE) permitiu nos últimos dois anos uma poupança de custos de aproximadamente 25 % e uma redução efectiva da sua dimensão (quase 3 % face a 2009).

Para o ano de 2012, fixaram-se quatro objectivos principais quanto ao SNCP:

Centralização progressiva na entidade gestora do SNCP dos procedimentos de aquisição das categorias de bens e serviços objecto de acordo quadro (AQ) <sup>(3)</sup>, bem como das demais aquisições de bens e serviços nas UMC;

Obtenção de mais poupanças, pelo maior recurso aos AQ, potenciando ferramentas de agregação das necessidades, e otimizando os planos anuais de compras e orçamentos dos ministérios e entidades vinculadas (estimadas em cerca de 40 milhões de euros em 2012 e 60 milhões de euros em 2013);

Continuação do desenvolvimento do SNCP através do aumento do número de AQ (16 em 2011), das suas renovações (4 em 2011) e de novas contratações de bens e serviços para a Administração Pública. Serão também incluídas duas novas categorias de bens e serviços, tendo em conta a natureza transversal da despesa e a sua importância, bem como pelo aumento do nível de abrangência do Sistema, com a vinculação gradual do sector empresarial do Estado (SEE);

Desenvolvimento de uma estratégia tecnológica que permita a progressiva e completa desmaterialização do ciclo de contratação pública, englobando toda a cadeia de valor das compras públicas, melhorando os níveis de eficiência e reporte.

Quanto ao PVE, pretende-se:

Potenciar o novo AQ de veículos automóveis e AOV, ou outra forma de financiamento de aquisição de veículos que se revele economicamente mais favorável, que já considera o ciclo de vida total do veículo de acordo com as normas constantes da Directiva n.º 2009/33/CE. Pretende-se, assim, promover e estimular o mercado de veículos não poluentes e energeticamente eficientes, alcançando uma frota progressivamente mais limpa e ecológica;

Manter um rácio de três veículos abatidos ao PVE por cada novo veículo adquirido;

Rever a regulamentação do PVE no sentido de promover um rigoroso controlo da gestão de veículos e a aplicação de medidas de racionalização da despesa nesta categoria, nomeadamente o aumento da abrangência do PVE, que será alargado a outras entidades actualmente ainda não consideradas, e a vinculação progressiva dos veículos das entidades do SEE;

Definir os cargos da Administração Pública com competências para a utilização de veículos do PVE, tornando o processo de atribuição de veículos mais transparente, obtendo-se um maior controlo sobre a frota e possibilitando o abate dos veículos excedentários e de substituição;

Rever os modelos dos veículos a adquirir e respectivos valores de aquisição, valores de renda ou aluguer mensal;

Desenvolver a componente de gestão de frota, através da centralização de procedimentos de contratação de manutenção. Possibilitar-se-á, desta forma, um maior controlo sobre todo o ciclo de vida do veículo e a redução dos respectivos custos de utilização.

#### **2.3.2 — Políticas sociais**

As políticas sociais são uma das principais vertentes de actuação do Governo, representando cerca de 65 % da despesa das administrações públicas. Nesta área a prioridade do Governo é proceder a cortes de despesa essenciais para garantir o processo de consolidação orçamental, mas garantindo um nível adequado de serviços inerentes ao Estado social e a protecção dos mais desfavorecidos. Deste modo, o Governo foi tão longe quanto podia, uma vez que reduções adicionais nestas áreas poderiam ter impactos extremamente adversos nas dimensões fundamentais do Estado social.

#### **Educação**

Na área da educação, ciência e ensino superior prevê-se uma redução da despesa no montante de 0,4 % do PIB. As medidas serão transversais às várias áreas de actuação

do Ministério: ensino pré-escolar, básico e secundário, ensino superior e ciência, envolvendo a racionalização no uso dos recursos, quer no número de escolas quer no número de professores contratados. No entanto, serão também implementadas medidas que promovam o reforço do ensino pré-escolar bem como a melhoria das qualificações nos vários níveis de ensino. Para mais detalhes sobre as medidas desta área, v. capítulo IV, n.º 12.1.

#### Saúde

A saúde é uma área essencial de actuação do Estado social, mas também uma das que acarreta um maior peso nas despesas sociais do Estado. O elevado montante de compromissos acumulados junto de terceiros condiciona significativamente a gestão actual. Pretende-se que as medidas de consolidação orçamental adoptadas nesta área actuem sobretudo ao nível da racionalização de recursos e controlo de despesa (v. capítulo IV, n.º 11.1). Serão ainda tomadas importantes medidas na área da política de medicamento e da prescrição de medicamentos e monitorização dos processos. No total, estas medidas deverão permitir uma poupança de 0,6 % do PIB.

#### Segurança social

Durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira é suspenso temporariamente o pagamento de subsídios de férias e de Natal ou quaisquer prestações correspondentes aos 13.º e ou 14.º meses nas pensões acima de € 1000. As pensões cujo valor é superior à retribuição mínima mensal garantida (€ 485) mas inferior a € 1000, ficam sujeitas a uma redução progressiva nestas prestações, tal como exemplificado no quadro n.º 11.

QUADRO N.º 11

#### Redução progressiva nas pensões

(euros)

Pensão mensal	Redução	Valor final do 13º/14º mês
485,00	0,00	485,00
500,00	29,13	470,88
550,00	126,21	423,79
600,00	223,30	376,70
650,00	320,39	329,61
700,00	417,48	282,53
750,00	514,56	235,44
800,00	611,65	188,35
850,00	708,74	141,26
900,00	805,83	94,18
950,00	902,91	47,09
1000,00	1000,00	0,00

Fonte: Ministério das Finanças.

Esta medida aplica-se a todas as prestações pagas pela CGA, I. P., pelo Centro Nacional de Pensões e, directamente ou por intermédio de fundos de pensões detidos por quaisquer entidades e empresas públicas de âmbito nacional, regional ou municipal.

No caso dos beneficiários de subvenções mensais vitalícias pagas por quaisquer destes serviços ou entidades, a medida abrange as prestações que excedam as 12 mensalidades.

A esta medida acresce a contribuição extraordinária de solidariedade de 10 % nas pensões acima de € 5000, que incide sobre o montante que exceda este valor.

Ainda nesta área estão previstas medidas ao nível das outras prestações sociais, nomeadamente o subsídio de desemprego. O total de poupanças na área da segurança social será de 0,7 % do PIB.

#### 2.3.3 — Funções económicas

##### Racionalização do sector empresarial do Estado

A reforma do SEE constitui um elemento central na consolidação orçamental em 2012 e incide sobre as empresas que integram o perímetro das administrações públicas e sobre as que não afectam directamente o défice das contas públicas. Apesar do forte impacto das medidas aplicadas já em 2011, o elevado nível de endividamento acumulado da generalidade das empresas coloca grandes desafios à capacidade de financiamento da economia, competindo com o sector privado na captação de recursos escassos.

A reestruturação do SEE envolverá uma actuação em múltiplas vertentes, conforme detalhado no capítulo III, n.ºs 6 e 7, e nos planos sectoriais. As medidas transversais serão também aplicadas ao SEE. O corte dos subsídios de férias e de Natal será aplicado a todo o SEE.

Paralelamente, importa promover o reforço da governação do SEE, medida aliás também incluída no PAEF e que constitui um elemento estrutural. Serão seguidas as melhores práticas internacionais e o exercício resultará num reforço do papel da tutela financeira na gestão das empresas. O plano será apresentado até ao final do ano de 2011.

Dentro das empresas públicas que integram o perímetro de consolidação da administração central, a revisão dos planos de investimento, a racionalização dos quadros de pessoal e redução de remunerações principais e acessórias, e o decréscimo nos consumos intermédios permitem atingir uma poupança global estimada em 438 milhões de euros entre 2011 e 2012. A poupança atingida seria muito superior, não fosse o aumento previsto de encargos financeiros em 378 milhões de euros, resultante, quer do aumento do nível de endividamento em 2011 quer do aumento dos *spreads* praticados nos novos financiamentos.

##### Racionalização do investimento público

Ao nível das despesas de capital, pretende-se implementar uma profunda racionalização e priorização dos investimentos públicos. Nesse sentido, prevê-se uma redução das despesas de investimento, que deverá ser, em 2012, e incluindo os efeitos do SEE, superior a 900 milhões de euros.

O melhor aproveitamento das oportunidades de financiamento no âmbito dos programas co-financiados pela União Europeia dará um contributo muito significativo para as poupanças a alcançar.



Neste contexto, foi submetida à Comissão Europeia, em Junho de 2011, uma proposta de reprogramação técnica do QREN, tendo como objectivo intensificar a utilização dos fundos comunitários através quer do aumento das taxas de co-financiamento comunitário praticadas quer de uma reafecção das dotações dos diferentes programas operacionais em função dos respectivos níveis de compromisso. Esta reprogramação, cuja aprovação pela Comissão Europeia deverá ocorrer até final de Outubro de 2011, permitirá reduzir as necessidades de contrapartida pública nacional em cerca de 2140 milhões de euros no período de 2012-2015. A poupança média anual, transversal a todos os sectores da Administração Pública e sector empresarial do Estado, será, assim, superior a 550 milhões de euros face às necessidades de contrapartida pública nacional subjacentes à programação inicial.

Esta reprogramação técnica não esgota as possibilidades de optimização do QREN. Assim, será preparada, até final do ano, uma nova reprogramação, de carácter estratégico, que permitirá poupanças adicionais em contrapartida pública nacional. No âmbito do Orçamento do Estado para 2012, foi estabelecido como objectivo para esta reprogramação estratégica uma poupança de, pelo menos, 100 milhões de euros.

No âmbito dos programas co-financiados no domínio da agricultura e pescas, onde se destaca, pela sua dimensão relativa, o PRODER, será seguida uma abordagem semelhante. Neste caso, as autoridades portuguesas têm intenção de beneficiar da possibilidade de majoração da taxa de co-financiamento oferecida a países com programas de assistência financeira. Esta possibilidade encontra-se em discussão na União Europeia, esperando-se a sua aprovação até final de 2011. Caso se concretize, a taxa de co-financiamento média no âmbito do PRODER será aumentada de 78 % para 85 %, permitindo uma poupança de contrapartida pública nacional de 290 milhões de euros no período de 2012-2015, face às necessidades de financiamento estimadas para a actual taxa de co-financiamento. Esta poupança global corresponde, assim, a uma redução média anual das necessidades de financiamento do PRODER de 72 milhões de euros.

Por último, e no âmbito da reforma dos procedimentos orçamentais, serão reavaliados os circuitos orçamentais dos programas co-financiados com o objectivo de permitir um mapeamento preciso entre o orçamento e execução anuais e a programação plurianual.

#### 2.4 — Medidas fiscais para 2012

A Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2012 é fortemente condicionada pela necessidade de dar cumprimento aos compromissos assumidos pelo Estado Português no PAEF, o qual compreende um vasto conjunto de medidas fiscais, essenciais para a prossecução do objectivo imperioso de redução do défice das administrações públicas para 7645 milhões de euros (4,5 % do PIB) em 2012. Este esforço de ajustamento é crucial para recuperar a credibilidade no plano interno e externo, num contexto macroeconómico marcado pela redução da procura interna e por um elevado grau de incerteza relativamente ao enquadramento internacional.

Durante o presente mandato, o Governo procederá a uma reforma do sistema fiscal, por via da simplificação dos impostos sobre o rendimento, reduzindo o número de escalões do IRS e privilegiando a mobilidade social. No IRC, a reforma terá como objectivos promover a inter-

nacionalização e aumentar a competitividade das empresas portuguesas. No entanto, a necessidade de assegurar a correcção da situação de défice excessivo impõe que este seja um orçamento particularmente focado no objectivo da consolidação orçamental.

As medidas de natureza fiscal constantes da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2012 assentam em quatro vectores essenciais: *i*) o alargamento da base tributável dos diversos impostos, de acordo com os compromissos assumidos no PAEF; *ii*) o reforço significativo do combate à fraude e evasão fiscais; *iii*) a simplificação, o incremento do recurso às novas tecnologias de informação no procedimento tributário e as garantias dos contribuintes, e *iv*) a consolidação de um quadro fiscal propício à competitividade e ao investimento.

##### 2.4.1 — Vector 1 — Alargamento da base tributável

O alargamento da base tributável dos diversos impostos constitui o primeiro vector das medidas fiscais constantes da Proposta de Lei do Orçamento, em cumprimento das obrigações assumidas no PAEF. Este alargamento permitirá proceder à simplificação da lei e promover uma repartição equitativa do esforço adicional de consolidação orçamental por via fiscal. Assim, são definidos limites globais progressivos para as deduções à colecta (v. g. despesas de saúde, de educação e encargos com imóveis), com exclusão daquelas com carácter personalizante e das relativas às pessoas com deficiência, atendendo à dimensão do agregado familiar através da majoração da dedução fiscal pelo número de dependentes. Conforme previsto no PAEF, procede-se ainda a um alargamento da base tributável com a sujeição a imposto de diversos rendimentos em espécie.

Estas medidas concretizam ainda o princípio da equidade social na austeridade, através da justa repartição dos sacrifícios, não onerando as famílias portuguesas com menores rendimentos. Neste sentido, os sujeitos passivos com rendimentos mais elevados passam a estar sujeitos a uma taxa adicional de solidariedade e deixam de poder beneficiar da possibilidade de deduções à colecta. Por outro lado, alarga-se, pela primeira vez, a aplicação do limite de existência aos pensionistas, os contribuintes dos dois primeiros escalões mantém a possibilidade de beneficiar das deduções à colecta sem qualquer limite, cria-se uma majoração à dedução de encargos com rendas para as famílias mais carenciadas e, fruto da renegociação do PAEF, evita-se a tributação das prestações sociais (v. g., subsídio de desemprego, subsídio de doença, subsídio de maternidade e paternidade, rendimento social de inserção, abonos de famílias) recebidas pelos grupos particularmente vulneráveis.

Neste quadro, as empresas com lucros mais elevados passam a estar sujeitas a uma taxa adicional de solidariedade de 3 % sobre os lucros superiores a € 1,5 milhões e de 5 % sobre os lucros acima de € 10 milhões. Em cumprimento do PAEF, procede-se, ainda em sede de IRC, à eliminação de todas as taxas reduzidas, à revogação de isenções subjectivas e à restrição de benefícios fiscais.

Em sede de IVA, reduzem-se as isenções e procede-se a uma reestruturação e racionalização das listas deste imposto, com transferência de categorias de bens e serviços entre as diferentes listas, preservando-se a aplicação da taxa reduzida ao cabaz de bens e serviços essenciais, designadamente produtos alimentares de primeira necessidade, medicamentos, produtos farmacêuticos e transportes, e mantendo-se a taxa intermédia para sectores de produção nacional como a vinicultura, a agricultura e as pescas.

Em contrapartida, e como forma de reforçar as políticas sociais, determina-se que uma parte da receita adicional de IVA gerada por esta reestruturação será alocada ao financiamento do Programa de Emergência Social, aumentando os recursos destinados ao auxílio das famílias portuguesas afectadas pela exclusão e carência sociais.

Finalmente, em matéria de impostos sobre o património, a isenção temporária de IMI sobre os imóveis para habitação própria é reduzida, mas apenas com efeitos para o futuro, preservando-se, assim, os direitos adquiridos e as legítimas expectativas dos contribuintes que actualmente beneficiam desta isenção. Em simultâneo, reforça-se a isenção em sede deste imposto para os prédios de reduzido valor detidos por famílias de baixos rendimentos.

#### 2.4.2 — Vector 2 — Reforço do combate à fraude e evasão fiscais

O segundo vector prioritário da parte fiscal da presente proposta de Orçamento é o reforço significativo do combate às práticas de fraude e evasão fiscais como forma de garantir uma justa repartição do esforço fiscal. O Governo elaborará um plano estratégico de combate à fraude e evasão fiscal para o período de 2012 a 2014 de modo a combater mais eficazmente fenómenos de incumprimento fiscal e, em especial, os esquemas de fraude de elevada complexidade e a economia informal.

Algumas das medidas a constar do Plano Estratégico são já incluídas na Proposta de Orçamento de Estado para 2012. De entre estas medidas destaca-se o agravamento da tributação das transferências de rendimentos de capitais provenientes e com destino a paraísos fiscais, o alargamento significativo das regras de transparência fiscal internacional (regras CFC) e a flexibilização das regras de utilização da cláusula geral antiabuso por parte da administração fiscal para combater o planeamento fiscal agressivo. Procede-se, ainda, à extensão dos prazos de caducidade e de prescrição para 12 e 15 anos, respectivamente, quando estejam em causa rendimentos não declarados obtidos em países e territórios sujeitos a regime fiscal privilegiado.

Simultaneamente, o quadro penal existente para as infracções tributárias sofre um agravamento significativo através, nomeadamente, do aumento das molduras penais dos crimes fiscais mais graves (burla tributária, associação criminosa e fraude fiscal qualificada) e do agravamento das coimas nas contra-ordenações fiscais.

O combate à informalidade e à evasão fiscal, nomeadamente nos sectores de maior risco, será ainda reforçado através da introdução de um regime que regule a emissão e transmissão electrónica de facturas e outros documentos com relevância fiscal (cuja autorização legislativa consta da proposta do OE). Este regime permitirá um controlo mais eficaz dos rendimentos dos operadores económicos, constituindo um instrumento poderoso para combater a economia paralela, alargar a base tributável e reduzir a concorrência desleal. A utilização da facturação electrónica será promovida através da concessão de deduções em sede de IRS, IMI ou IUC correspondentes a uma percentagem de até 5 % do valor do IVA suportado na aquisição de bens ou serviços por consumidores finais.

#### 2.4.3 — Vector 3 — Simplificação, incremento do recurso às novas tecnologias de formação e garantias dos contribuintes

O terceiro vector consiste na simplificação e incremento do recurso às novas tecnologias de informação no

procedimento tributário, nomeadamente nas relações da autoridade tributária com os contribuintes e na administração e cobrança dos impostos. Neste âmbito, proceder-se-á à uniformização de procedimentos e à desmaterialização gradual das notificações aos contribuintes, através da utilização da caixa postal electrónica.

No que se refere às relações entre a administração tributária e os contribuintes adoptam-se medidas que privilegiam uma atitude preventiva e facilitadora do cumprimento das obrigações fiscais e da regularização voluntária, passando a administração fiscal a informar os contribuintes dos seus direitos e obrigações, bem como a interpelá-los para procederem à regularização das respectivas situações tributárias e, dessa forma, aproveitarem para exercer o direito à redução da coima.

Ao nível das garantias dos contribuintes, estabelece-se o agravamento dos juros indemnizatórios a pagar pela administração tributária no caso de atraso na execução das decisões judiciais, introduz-se um prazo limite para o reembolso de imposto retido em excesso, reduz-se significativamente o prazo para a conclusão dos procedimentos e actos tributários, e torna-se obrigatória a prévia citação pessoal do contribuinte nos casos da realização da venda de bens penhorados. Por fim, no âmbito do regime prescricional de pagamento de dívidas fiscais dispensa-se a obrigação de apresentação de garantia e alarga-se o prazo de pagamento até ao máximo de 150 prestações, no quadro do cumprimento de um plano de recuperação económica.

#### 2.4.4 — Vector 4 — Consolidação das condições de competitividade da economia portuguesa

Finalmente, o quarto vector da política fiscal que enforma a proposta de orçamento é o da consolidação das condições de competitividade da economia portuguesa, através da manutenção de um contexto fiscal favorável que propicie o investimento e a criação de emprego.

Neste contexto, consolida-se o regime fiscal das SGPS, o qual passará a ser qualificado como estrutural no âmbito do Estatuto dos Benefícios Fiscais, e operacionaliza-se o regime das informações vinculativas urgentes, de forma a reforçar a segurança jurídica dos investidores e, assim, potenciar a atracção de investimento directo estrangeiro em Portugal. Prevê-se, ainda, a manutenção e consolidação dos regimes de apoio e incentivo ao investimento produtivo, à criação de emprego e à reestruturação e reorganização empresariais.

De forma a favorecer o investimento, o prazo de reporte dos prejuízos fiscais é aumentado de quatro para cinco anos, em resultado de uma renegociação do PAEF que previa a redução deste prazo para três anos. Esta medida é de particular importância para as empresas portuguesas, fomentando os projectos de investimento de médio e longo prazo e, nessa medida, contribuindo para o crescimento da economia.

Outro ponto essencial para a competitividade da economia portuguesa é a manutenção da taxa reduzida do IVA para o alojamento hoteleiro, mantendo-se, assim, as condições de competitividade do sector turístico português face a mercados concorrentes.

Finalmente, cria-se um programa especial para o sector exportador, o qual irá permitir acelerar substancialmente os procedimentos necessários para obter a isenção de IVA nas exportações e simplificar os procedimentos de modo a facilitar as exportações indirectas.

## 2.4.5 — Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares

**Manutenção da não tributação das prestações sociais**

Ao contrário do previsto no PAEF, as prestações sociais (v. g., subsídio de desemprego, subsídio de doença, subsídio de maternidade e paternidade, rendimento social de inserção e abonos de família) não serão sujeitas a tributação em IRS, protegendo-se, assim, os grupos mais vulneráveis da sociedade portuguesa.

**Revisão das deduções à colecta**

Em cumprimento do estabelecido no PAEF, introduzem-se limites globais progressivos, em sede de IRS, para as deduções à colecta dos agregados familiares dos 3.º, 4.º, 5.º e 6.º escalões de rendimento, majoráveis em 10 % por cada dependente e com exclusão daquelas com carácter personalizante e das relativas às pessoas com deficiência. Os contribuintes dos dois últimos escalões de rendimento deixarão de poder beneficiar de deduções à colecta relativas a despesas de saúde, educação, encargos com lares e pensões de alimentos e encargos com imóveis, enquanto que os contribuintes dos dois primeiros escalões continuarão a poder usufruir, sem limite, destas deduções.

Ainda no respeito dos compromissos assumidos no PAEF, procede-se à redução em dois terços da dedução com despesas de saúde, passando a percentagem de dedução de 30 % para 10 %, e estabelece-se um limite máximo para esta dedução correspondente a duas vezes o valor do IAS. Este valor é majorado em 30 % do IAS, por cada dependente, quando existam três ou mais dependentes.

No que se refere aos encargos com imóveis, reduz-se de 30 % para 15 % a percentagem de dedução à colecta, excluindo-se ainda desta dedução as amortizações de capital em todos os contratos de crédito à habitação e os juros para os contratos celebrados a partir de 1 de Janeiro de 2012, nos termos previstos no PAEF. Nos mesmos termos, prevê-se, ainda, a eliminação faseada das deduções com juros relativos a contratos celebrados até final de 2011, em quatro anos, e com rendas, em seis anos.

**Criação da taxa adicional de solidariedade**

Os sujeitos passivos com rendimentos mais elevados pertencentes ao último escalão passarão a estar sujeitos a uma taxa adicional de 2,5 % sobre o respectivo rendimento colectável, a qual vigorará nos anos de 2012 e 2013. Desta forma, solicita-se a estes contribuintes uma contribuição acrescida para o esforço de consolidação orçamental.

**Aumento da tributação das mais-valias mobiliárias**

A taxa especial aplicável às mais-valias de partes sociais, outros valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados é elevada para 21,5 %, equiparando-a à taxa liberatória aplicável aos juros e dividendos.

**Convergência das deduções específicas das categorias A e H**

Em cumprimento do PAEF, reduz-se a dedução específica da categoria H (pensões) para 72 % de 12 vezes o valor do IAS, concluindo-se a convergência da dedução específica desta categoria com a estabelecida para os rendimentos do trabalho dependente. Neste contexto, o limite mínimo de existência passa a ser, pela primeira vez, também aplicável aos pensionistas, protegendo-se desta forma os pensionistas com menores recursos.

**Operações financeiras com entidades sujeitas a um regime fiscal privilegiado**

As operações financeiras com entidades sujeitas a um regime fiscal privilegiado passam a ser tributadas de forma mais acentuada, passando as transferências de rendimentos de capitais provenientes de paraísos fiscais, bem como as transferências para estes territórios, a estar sujeitas a uma taxa agravada de 30 %.

## 2.4.6 — Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas

**Eliminação de isenções subjectivas e das taxas reduzidas**

Tal como decorre do PAEF, procede-se à redução de isenções subjectivas em sede de IRC, eliminando-se nomeadamente as isenções a entidades anexas de instituições particulares de solidariedade social. Estabelece-se, ainda, a eliminação de todas as taxas reduzidas aplicáveis às empresas, designadamente a taxa reduzida de 12,5 % constante do Código do IRC, as taxas reduzidas previstas no regime da interioridade, bem como as taxas reduzidas previstas no Estatuto dos Benefícios Fiscais e no Estatuto Fiscal Cooperativo.

**Dedução dos prejuízos fiscais**

As empresas portuguesas passam a beneficiar do alargamento do prazo de reporte de prejuízos de quatro para cinco anos, fruto da renegociação do compromisso previsto no PAEF, favorecendo-se assim o investimento produtivo e criando-se condições para o reforço da competitividade das empresas.

Por outro lado, introduz-se uma limitação à dedução de prejuízos fiscais, a qual corresponderá a 75 % do lucro tributável do período em que se procede à dedução. Desta forma, as empresas que apresentem lucros tributáveis serão sempre sujeitas ao pagamento de IRC, ainda que detenham prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores.

**Aumento da derrama estadual**

As empresas que apresentem lucros mais elevados são sujeitas a taxas agravadas em sede de derrama estadual, dando assim um contributo acrescido para a consolidação orçamental. Com efeito, as empresas com lucros superiores a 1,5 milhões de euros passam a estar sujeitas a uma taxa adicional de 3 % e as empresas com lucros superiores a 10 milhões de euros ficam sujeitas a uma taxa de 5 % sobre a parte do lucro que exceda aquele limite.

**Pagamentos a entidades sujeitas a um regime fiscal privilegiado**

Os pagamentos efectuados indirectamente às entidades residentes fora do território português e aí submetidas a um regime fiscal privilegiado passam a estar sujeitos ao regime de não dedutibilidade em sede de IRC, sempre que o sujeito passivo tenha, ou devesse ter, conhecimento de que tais importâncias tinham como destino um paraíso fiscal, presumindo-se a existência desse conhecimento sempre que existam relações especiais.

Simultaneamente, à semelhança do que sucede em IRS, introduz-se uma taxa de tributação agravada de 30 % para transferências de rendimentos de capitais para entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado.

**Imputação de rendimentos de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado**

O regime de transparência fiscal internacional é objecto de uma profunda reformulação com objectivo de abranger

estruturas fiduciárias criadas para a detenção de activos em paraísos fiscais e de tornar mais eficaz o combate à fraude e evasão fiscais.

Nestes termos, os sujeitos passivos de IRC que detenham ou controlem, directa ou indirectamente, mesmo que através de mandatário, fiduciário ou interposta pessoa, entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado, passam a ser tributados pelos lucros gerados por estas entidades.

#### 2.4.7 — Imposto sobre o valor acrescentado

##### **Transferência de bens e serviços entre as taxas de IVA**

Em cumprimento do PAEF, procede-se a uma reestruturação e racionalização das listas do IVA, evitando-se, desta forma, a subida das actuais taxas de imposto.

No quadro desta reestruturação, os bens e serviços que integram o cabaz essencial continuam sujeitos à taxa reduzida. Com efeito, os bens alimentares de primeira necessidade, o abastecimento público de água, medicamentos, produtos farmacêuticos e transportes permanecem na taxa reduzida de 6 %, como forma de proteger os grupos sociais mais vulneráveis do impacto das medidas de consolidação orçamental.

Em simultâneo, efectua-se uma redução considerável do âmbito dos bens sujeitos à taxa intermédia, assegurando-se, no entanto, a sua manutenção para um conjunto limitado de bens cruciais para sectores de produção nacional, como a vinicultura, a agricultura e as pescas.

##### **Medidas antiabuso**

Nas transmissões de bens e serviços entre sujeitos passivos com relações especiais entre si são introduzidas regras de determinação do valor tributável que obrigam à utilização do valor de mercado nestas operações, combatendo-se, assim, a fixação artificial de preços com o objectivo de obtenção de vantagens fiscais em sede de IVA.

##### **Simplificação da restituição do IVA nas exportações**

As empresas exportadoras passaram a poder aceder a um novo modelo de certificação (certificado comprovativo de exportação — CCE), destinado a agilizar e simplificar os mecanismos para a restituição do IVA nas exportações.

##### **Restituição de IVA às instituições de solidariedade social**

As instituições particulares de solidariedade social e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa vêem assegurado o direito à restituição de um montante equivalente a 50 % do IVA suportado nas aquisições de bens ou serviços relacionados com a construção, manutenção e conservação de imóveis utilizados na prossecução dos seus fins de solidariedade social, reforçando-se assim o seu papel na assistência aos mais desfavorecidos.

#### 2.4.8 — Impostos especiais de consumo

No âmbito dos impostos especiais sobre o consumo, e de acordo com o PAEF, introduz-se um regime de tributação da electricidade para consumidores domésticos e industriais, transpondo-se a Directiva n.º 2003/96/CE, de 27 de Outubro de 2003, e aumentam-se as taxas do imposto sobre o tabaco e do imposto sobre veículos, agravando-se em especial, neste último caso, a tributação sobre a componente ambiental dos veículos.

#### 2.4.9 — Imposto único de circulação

A generalidade das taxas de tributação dos veículos sujeitos a IUC é actualizada de acordo com a taxa de inflação esperada, procedendo-se a um agravamento, em 7,5 %, da tributação sobre os veículos ligeiros de alta cilindrada, as embarcações de recreio e as aeronaves de uso particular.

#### 2.4.10 — Impostos locais

##### **Imposto municipal sobre imóveis**

Em cumprimento do PAEF, as taxas mínimas e máximas do im 352636 posto municipal sobre imóveis são elevadas em 0,1 pontos percentuais, regressando aos níveis fixados aquando da aprovação do Código deste imposto, em 2003.

Os prédios detidos por entidades sujeitas a um regime fiscal privilegiado sofrem um agravamento de taxa de IMI de 5 % para 7,5 %, aumentando-se igualmente a taxa aplicável aos prédios devolutos.

Ainda no âmbito do IMI, a isenção temporária é reduzida para três anos, restringindo-se a sua aplicação aos prédios urbanos destinados à habitação própria e permanente com valor patrimonial tributário não superior a € 125 000 e aos sujeitos passivos cujo rendimento colectável não seja superior a € 153 300. Esta medida tem efeitos apenas para o futuro, preservando-se, assim, os direitos adquiridos e as legítimas expectativas dos contribuintes que actualmente beneficiam desta isenção. Em contrapartida, reforçam-se os benefícios fiscais concedidos a prédios de reduzido valor patrimonial detidos por sujeitos passivos de baixos rendimentos.

#### 2.4.11 — Benefícios fiscais

##### **Revisão dos benefícios fiscais**

No cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado português no âmbito do PAEF, eliminam-se todos os benefícios fiscais de IRC sob a modalidade de redução de taxa e restringem-se outros benefícios fiscais, nomeadamente os abrangidos pela cláusula de caducidade estabelecida no artigo 3.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF).

Complementarmente, consolidam-se o regime fiscal das sociedades gestoras de participações sociais (SGPS) e os benefícios fiscais aplicáveis à reestruturação empresarial, os quais pela sua natureza estrutural deixam de estar abrangidos pela regra da caducidade. Prorrogam-se, igualmente, os incentivos fiscais à criação de emprego, ao investimento produtivo e, bem assim, os que visam facilitar o financiamento externo da economia portuguesa.

#### 2.4.12 — Combate à fraude e evasão fiscais

##### **Agravamento das penas para os crimes fiscais mais graves**

Os crimes de burla tributária, associação criminosa, crimes aduaneiros qualificados e fraude qualificada passam a ter a sua moldura penal agravada.

Neste quadro, a pena máxima de prisão aplicável ao crime de fraude fiscal qualificada (v. g., interposição de sociedades em paraísos fiscais para ocultar rendimentos à administração tributária) é agravada de 5 para 8 anos.

Por outro lado, quem fizer parte de grupos, organizações ou associações cuja finalidade ou actividade seja dirigida à prática de crimes fiscais (v. g., facturas falsas) incorrerá numa pena de prisão de 2 a 8 anos.

No âmbito do Regime Geral das Infracções Tributárias, procede-se, ainda, ao agravamento substancial das coimas aplicadas às contra-ordenações aduaneiras e fiscais, cujos valores não eram actualizados desde a aprovação deste regime em 2001.

Finalmente, introduzem-se contra-ordenações específicas para a falta de apresentação da documentação relativa aos preços de transferência, para a não apresentação de prova da origem de rendimentos provenientes de entidades residentes em paraísos fiscais, bem como para os casos de omissão na informação prestada pelos sujeitos passivos no âmbito de pedidos de informação vinculativa à administração tributária.

#### **Flexibilização da aplicação das normas antiabuso**

O procedimento próprio e autónomo consagrado no artigo 63.º do Código do Processo e do Procedimento Tributário é significativamente flexibilizado, passando a abranger apenas as situações de aplicação da cláusula geral antiabuso constante do artigo 38.º, n.º 2, da Lei Geral Tributária. No âmbito das alterações introduzidas, deixa de existir um prazo específico para a aplicação da referida cláusula e potencia-se a respectiva utilização, como instrumento para agilizar o combate à fraude e evasão fiscal de elevada complexidade.

#### **Medidas para evitar a utilização abusiva de paraísos fiscais**

A proposta de Orçamento do Estado para 2012 contém um vasto conjunto de medidas que visam combater a utilização de entidades sediadas em paraísos fiscais. De entre estas medidas destacam-se as seguintes: *i*) o agravamento da moldura penal dos crimes fiscais mais graves; *ii*) o agravamento da tributação das transferências de rendimentos de capitais pagos a (ou provenientes de) entidades sediadas em países ou territórios e aí sujeitas a um regime fiscal privilegiado; *iii*) o aumento da tributação sobre os imóveis detidos por essas entidades; e *iv*) o reforço da regras para evitar a dedutibilidade das despesas pagas relacionadas com operações com essas entidades.

Além disso, prevê-se o alargamento dos prazos de prescrição das dívidas tributárias (de 8 para 15 anos) e de caducidade de liquidação (de 4 para 12 anos) aplicáveis sempre que estejam em causa factos tributários relacionados com a utilização de países ou territórios sujeitos a um regime fiscal privilegiado.

Com estas medidas, acompanhadas do reforço dos mecanismos de troca de informações a introduzir nos Protocolos às Convenções de Dupla Tributação com a Suíça e o Luxemburgo, da celebração de novas convenções, nomeadamente com Hong Kong e Panamá, da entrada em vigor dos acordos de troca de informações em matéria fiscal e da intensificação do controlo da administração fiscal sobre as transferências bancárias de fundos para paraísos fiscais (através da declaração modelo 38), estarão criadas as condições para um combate mais eficaz à ocultação de rendimentos através da utilização de estruturas sediadas em paraísos fiscais.

#### **Regularização tributária de elementos patrimoniais colocados no exterior**

O regime de regularização tributária dos elementos patrimoniais colocados no exterior (RERT III) permitirá, excepcionalmente, regularizar a situação dos elementos patrimoniais não localizados em Portugal em 31 de De-

zembro de 2010, sem necessidade do seu repatriamento. Este regime exclui do seu âmbito as situações em que já esteja a decorrer procedimento para o apuramento da situação tributária do contribuinte ou tenha sido, entretanto, desencadeado procedimento penal ou contra-ordenacional que abranja os elementos patrimoniais susceptíveis dele aproveitar. Os contribuintes deverão apresentar uma declaração que inclua os elementos patrimoniais em situação irregular e proceder ao pagamento de uma taxa de 7,5 % sobre o valor do património mobiliário declarado, a qual corresponde a um agravamento de 50 % face à taxa aplicada no anterior regime.

#### **2.4.13 — Emissão e transmissão electrónica de facturas**

No contexto da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2012, prevê-se uma autorização legislativa em matéria fiscal que autoriza o Governo a aprovar um regime que regule a emissão e transmissão electrónica de facturas e outros documentos com relevância fiscal. Este regime constituirá um instrumento adicional para o combate à informalidade nos sectores de actividade económica em que existe um maior risco de evasão fiscal, incentivando-se a exigência de emissão de facturas pelos consumidores finais através da possibilidade de deduções fiscais de um montante até 5 % do IVA suportado.

#### **2.4.14 — Direitos e garantias dos contribuintes**

No âmbito do pagamento em prestações das dívidas tributárias, o prazo de pagamentos prestacionais é alargado até um máximo de 150 prestações mensais, no quadro do cumprimento de um plano de recuperação económica, deixando o pagamento em prestações de estar condicionado à apresentação de garantia por parte dos contribuintes.

O regime da informação vinculativa com carácter de urgência é reforçado, operacionalizando-se os procedimentos para a respectiva utilização, de forma a constituir um meio efectivo para reforçar a segurança jurídica dos investidores, contribuindo, assim, para a criação de um clima mais propício à atracção de investimento directo estrangeiro para Portugal.

Os contribuintes passam a ter direito a juros indemnizatórios em dobro no caso de não execução atempada das decisões judiciais por parte da administração tributária e a serem reembolsados, no prazo máximo de um ano, do imposto retido em excesso por aplicação de uma convenção de dupla tributação ou de uma directiva da União Europeia. Por fim, nos casos da realização da venda de bens penhorados passa a ser obrigatória a prévia citação pessoal dos contribuintes.

### **2.5 — Implementação da lei de enquadramento orçamental**

#### **2.5.1 — Apresentação**

A aplicação das normas da nova lei de enquadramento orçamental, a partir do Orçamento do Estado para 2012, trará alterações significativas ao processo orçamental, que se traduzirão em melhorias visíveis no domínio da transparência orçamental e contribuirão para minorar significativamente algumas das fragilidades acima identificadas.

Por força do previsto no artigo 2.º da nova lei, terá lugar uma aproximação do universo da contabilidade pública ao universo da contabilidade nacional. Com efeito, as entidades públicas que, independentemente da sua

natureza e forma, tenham sido incluídas no sector das administrações públicas no âmbito das contas nacionais publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística, e referentes ao ano anterior ao da apresentação do Orçamento, passam a integrar o Orçamento do Estado, sendo para o efeito equiparadas a fundos e serviços autónomos. Neste contexto, integram o Orçamento do Estado para 2012, 53 novas entidades das 65 incluídas no sector das administrações públicas das contas nacionais em 2010 (mas não no universo do OE), destacando-se as grandes empresas públicas do sector dos transportes (Estradas de Portugal, REFER, Metro de Lisboa e Metro do Porto), a Parque Escolar, as fundações universitárias, as diversas sociedades Polis, o Arsenal do Alfeite, a Empresa de Meios Aéreos, a RTP, os teatros nacionais e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Conforme anteriormente referido, e na linha das melhores práticas e das recomendações a nível europeu, a arquitectura orçamental subjacente à nova LEO assenta em cinco elementos fundamentais: regras orçamentais; quadro orçamental plurianual; orçamentação por programas; contabilidade patrimonial; e instituições orçamentais independentes.

#### 2.5.2 — Regras orçamentais

Nos termos do artigo 12.º-C da LEO, o saldo orçamental, corrigido de efeitos cíclicos e medidas temporárias, não pode ser inferior ao objectivo de médio-prazo estabelecido no âmbito dos procedimentos de supervisão orçamental da União Europeia. Este objectivo está actualmente fixado em -0,5 % do PIB, no caso português. Quaisquer desvios a esta regra devem ser corrigidos nos anos seguintes, contrariando-se desta forma a tendência passada de acomodação sistemática dos desvios orçamentais. A regra orçamental aplica-se a partir de 2015, devendo as revisões anuais do Programa de Estabilidade e Crescimento a apresentar entretanto prever a trajectória de ajustamento compatível com a concretização do objectivo definido.

No que respeita à regra orçamental é necessário:

- i)* Definir a metodologia a utilizar na determinação do saldo estrutural e a forma de operacionalizar o mecanismo de correcção de desvios face aos objectivos orçamentais;
- ii)* Reavaliar o objectivo de médio-prazo para o saldo orçamental definido no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento;
- iii)* Definir a forma como será feita a transição para a plena aplicação da regra de equilíbrio orçamental.

#### 2.5.3 — Quadro plurianual de programação orçamental

O Governo apresentará anualmente à Assembleia da República uma proposta de lei com o quadro plurianual de programação orçamental, o qual definirá, para a administração central, limites de despesa da financiada por receitas gerais para os quatro anos seguintes, em consonância com os objectivos do Programa de Estabilidade e Crescimento (artigo 12.º-D da LEO). Serão estabelecidos limites vinculativos para cada programa orçamental para o ano a que respeita o Orçamento (ano  $N + 1$ ); para agrupamentos de programas por áreas de intervenção política para o ano  $N + 2$  e para o conjunto de todos os programas para os anos  $N + 3$  e  $N + 4$ .

Um quadro orçamental plurianual assente num cenário macroeconómico credível e em limites vinculativos para grandes áreas da despesa imprime à condução da

política orçamental uma perspectiva de médio-prazo, contrariando o enviesamento para um crescimento excessivo da despesa inerente à actividade do sector público. A existência de um quadro orçamental plurianual permite ainda aos gestores dos organismos públicos conhecer, com um grau razoável de certeza, os recursos com que poderão contar num conjunto de anos, contribuindo desta forma para melhorar a sua capacidade de planeamento, a afectação de recursos e a responsabilização pelos resultados alcançados.

Para operacionalizar o quadro plurianual de programação orçamental, torna-se necessário definir:

- i)* O universo das despesas sujeitas a limites e a natureza desses limites (indicativos ou vinculativos). Em particular, é necessário responder a questões como: As despesas que não dependem da acção do Governo (por exemplo, o pagamento da contribuição financeira à União Europeia) devem estar sujeitas apenas a limites indicativos? Devem ser consideradas as despesas financiadas por receita consignada?
- ii)* Procedimentos de elaboração das projecções de despesa e receita a médio-prazo, incluindo a elaboração do cenário macroeconómico subjacente, a construção do cenário de políticas invariantes e a avaliação dos impactos de novas medidas de política;
- iii)* Regras relativas à transição de saldos, designadamente no que respeita saldos de receita consignada ou de fundos para financiar projectos de investimento.

O quadro plurianual de programação orçamental será submetido pela primeira vez à Assembleia da República em Abril de 2012, em simultâneo com a apresentação do Programa de Estabilidade e Crescimento. Uma vez que a elaboração de projecções de médio prazo é um exercício muito complexo que exige o desenvolvimento de capacidade analítica e a acumulação de experiência, os limites de despesa definidos serão, numa primeira fase, indicativos.

#### 2.5.4 — Orçamento por programas

O Orçamento do Estado passará a estar estruturado por programas, permitindo uma melhor percepção dos recursos afectos às diferentes políticas públicas (artigos 18.º a 20.º da LEO). Uma estrutura de Orçamento por programas complementa a tradicional classificação orgânica e funcional da despesa com uma classificação centrada nos objectivos das políticas e nos resultados a alcançar.

A formulação do Orçamento do Estado por programas foi já ensaiada no Orçamento relativo a 2011 e será consolidada em 2012. O quadro 12 elenca os 14 programas orçamentais que vigorarão no Orçamento do Estado para 2012. Cada programa orçamental terá um único ministério executor, ou seja, não haverá programas horizontais, reforçando-se, desta forma, a responsabilidade dos ministérios pelos resultados alcançados. Na generalidade dos casos, cada Ministério será responsável por um único programa, o que permite uma maior flexibilidade na execução do Orçamento. O Ministério da Educação e Ciência optou por definir programas independentes para o ensino básico e secundário e administração escolar e para a ciência e ensino superior. O Ministério das Finanças executará igualmente dois programas: finanças e Administração Pública e gestão da dívida pública.

QUADRO N.º 12

## OE2012 — Programas orçamentais e entidades gestoras

Código do Programa	Programa	Ministério Executor
001	Órgãos de Soberania	Encargos Gerais do Estado
002	Governança e Cultura	Presidência do Conselho de Ministros
003	Finanças e Administração Pública	Ministério das Finanças
004	Gestão da Dívida Pública	Ministério das Finanças
005	Representação Externa	Ministério dos Negócios Estrangeiros
006	Defesa	Ministério da Defesa Nacional
007	Segurança Interna	Ministério da Administração Interna
008	Justiça	Ministério da Justiça
009	Economia e Emprego	Ministério da Economia e do Emprego
010	Agricultura, Mar e Ambiente	Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território
011	Saúde	Ministério da Saúde
012	Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar	Ministério da Educação e Ciência
013	Ciência e Ensino Superior	Ministério da Educação e Ciência
014	Solidariedade e Segurança Social	Ministério da Solidariedade e Segurança Social

Fonte: Ministério das Finanças.

Em consonância com a filosofia subjacente à orçamentação por programas, o artigo 72.º da LEO prevê que o Governo envie à Assembleia da República, até 31 de Março do ano seguinte, um relatório de execução dos programas orçamentais, explicitando os resultados obtidos e os recursos utilizados. Uma vez que o Orçamento do Estado para 2012 é o primeiro a ser elaborado e executado de acordo com a nova LEO, este relatório deverá ser apresentado pela primeira vez em Março de 2013.

A plena implementação de um sistema de orçamentação por programas exige:

- i) Definir orientações gerais relativas à definição e recolha de indicadores de desempenho;
- ii) Clarificar a articulação dos indicadores com os sistemas de avaliação do desempenho existentes e, designadamente, o SIADAP;
- iii) Clarificar a repartição de responsabilidades entre o Ministério das Finanças e os ministérios sectoriais.

## 2.5.5 — Procedimentos contabilísticos e prestação de contas

A LEO prevê que a prestação de contas por parte de todas as entidades públicas deverá ser feita com base no POCP, com excepção das entidades que aplicam o sistema de normalização contabilística (SNC) ou que elaborem as suas contas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (artigo 11.º da LEO).

Como referido anteriormente, a adopção do POCP tem sido um processo muito moroso, ainda que se tenha registado um importante progresso nos últimos anos. O Governo está empenhado em concluir esta importante reforma de adopção de uma contabilidade patrimonial pela Administração Pública, que integrará as três vertentes da contabilidade — orçamental, patrimonial e analítica — permitindo conhecer com maior rigor a situação financeira das diferentes entidades públicas, bem como os custos dos bens e serviços produzidos.

A adopção de sistemas de informação de gestão modernos e a utilização da informática de gestão é uma opção crucial da modernização do processo orçamental. A adopção destes sistemas deve também obrigar a um redesenho de processos e de procedimentos orçamentais e contabilísticos. De facto, os actuais processos e procedimentos foram desenhados há cerca de 20 anos. Neste período de tempo verificou-se uma enorme evolução dos sistemas de

informação de gestão. Os ganhos da utilização destes novos sistemas decorrem não tanto da adopção de uma nova plataforma tecnológica, mas do redesenho de processo e procedimentos que uma nova plataforma tecnológica permite.

Em Portugal tem-se seguido a via de introdução de novos sistemas de informação sem alteração concomitante dos processos. A ausência desta reengenharia de processos orçamentais e contabilísticos tem consequências para a qualidade da informação, para o controlo e para os custos de implementação. De facto, os sistemas de informação de gestão tendem a incluir processos que reflectem *standards* internacionais, pelo que o abandono das idiossincrasias nacionais facilita consideravelmente a transição para sistemas de informação mais sofisticados.

Esta opção significa uma extensa revisão dos actuais procedimentos orçamentais e contabilísticos e da prestação de contas, quer relativamente à forma quer relativamente ao conteúdo. De facto, por um lado, a documentação de prestação de contas é extensa, confusa e muitas vezes repetitiva. Por outro lado, a prestação de contas deve permitir medir e comparar resultados. Estes devem ser comparados com o passado, com a restante economia e com outros sectores públicos. Estas três dimensões de avaliação impõem que o processo de prestação de contas seja estável ao longo do tempo; que utilize, tanto quanto possível, princípios, métodos e valorizações idênticos aos utilizados pela restante economia; e que siga, ainda que com possíveis adaptações a situações concretas, as normas internacionais de contabilidade.

No âmbito da assistência técnica prevista no PAEF, foi sugerido que fossem utilizados os princípios da *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) na apresentação de contas das entidades do sector público. De acordo com as instituições internacionais, a adopção destes princípios contabilísticos aumentaria a transparência na prestação de contas e a responsabilização. Contudo, o reporte de informação em base de caixa manter-se-ia uma parte importante do processo de prestação de contas devido à necessidade de prever as necessidades de tesouraria e financiamento em termos globais.

Um outro aspecto referido no âmbito da assistência técnica é a necessidade da certificação externa das contas no âmbito do processo de prestação de contas. Este desenvolvimento obrigará a uma reformulação significativa do



processo de avaliação e certificação externa da Conta Geral do Estado e das contas das diversas entidades públicas.

#### 2.5.6 — Conselho das Finanças Públicas

Será criado um órgão independente — o Conselho das Finanças Públicas (CFP) — cuja missão consiste em pronunciar-se sobre os objectivos e cenários orçamentais, a sustentabilidade das contas públicas e o cumprimento das regras relativas ao saldo orçamental, à despesa da administração central e ao endividamento das regiões autónomas e autarquias locais (artigo 12.º-I da LEO).

A experiência internacional revela que a criação de uma entidade independente desta natureza permite aumentar de forma significativa a transparência sobre a situação orçamental e patrimonial do sector público. O CFP será, assim, instrumental para a melhoria do processo de decisão política e, portanto, para a qualidade da Democracia. Será igualmente fundamental na recuperação da credibilidade externa do País perante os investidores internacionais.

A Assembleia da República aprovou os Estatutos do CFP no final de Setembro de 2011. A nomeação dos membros do Conselho Superior do CFP ocorrerá antes do final de 2011, sendo expectável que o Conselho inicie a sua actividade nos primeiros meses de 2012. Os membros do Conselho Superior serão nomeados pelo Conselho de Ministros sob proposta conjunta do Presidente do Tribunal de Contas e do Governador do Banco de Portugal.

#### 2.5.7 — Questões operacionais e calendarização

O desenho detalhado do novo quadro orçamental e a sua progressiva implementação devem ser encarados numa perspectiva de gestão de projecto. Neste sentido, será constituído um *Steering Committee* e dois grupos de trabalho (GT) temáticos. O *Steering Committee* será liderado pelo Ministro de Estado e das Finanças e composto pelos Secretários de Estado do Ministério das Finanças, dirigentes do Ministério das Finanças e peritos externos, cabendo-lhe orientar e acompanhar os trabalhos dos grupos de trabalho.

O GT sobre a reforma do Ministério das Finanças será responsável pela elaboração de uma proposta de reforma do Ministério das Finanças e calendário de implementação. O GT sobre controlo da despesa pública será responsável por apresentar uma proposta de operacionalização da regra orçamental e do quadro plurianual contida na LEO, incluindo o calendário de implementação. Os grupos de trabalho serão compostos por técnicos do Ministério das Finanças, podendo integrar técnicos de outros ministérios e outros peritos nacionais ou internacionais, nomeadamente no âmbito da assistência técnica por parte do Fundo Monetário Internacional e da Comissão Europeia.

Os trabalhos terão três fases. A fase 1 destina-se ao desenho das soluções a adoptar no âmbito de cada área de trabalho e deverá culminar com a entrega de uma proposta de solução e de implementação. Na fase 2 serão tomadas as decisões quanto à solução a implementar. A fase 3, que poderá comportar diversas etapas, será de implementação.

### 3 — 3.ª Opção — Cidadania, solidariedade, justiça e segurança

#### 3.1 — Administração interna

A defesa dos cidadãos e a manutenção da ordem pública e da paz social é um dos pilares fundamentais do Estado de

Direito, como garante do desenvolvimento da actividade económica, social e cultural. A redução da complexidade operacional e o reforço dos laços de proximidade entre as forças de segurança e a sociedade civil constituem a prioridade do Governo para a presente legislatura.

Neste contexto, o objectivo primordial do Governo consiste em garantir a reorganização das forças de segurança e a criação de dinâmicas de interoperabilidade entre os serviços do Ministério da Administração Interna (MAI), eliminando duplicação de competências e redundância de funções, numa lógica de eficiência, eficácia e aumento da resiliência organizacional.

Em linha com este objectivo será adoptado um conjunto de medidas estratégicas e estruturais de longo prazo, por forma a garantir ganhos de eficiência com reflexo prioritário na vertente operacional, nomeadamente:

A promoção da integração operativa do sistema de segurança interna;

O reforço da segurança comunitária com o envolvimento da sociedade civil, especialmente em zonas e comunidades urbanas sensíveis;

A implementação de um plano estratégico e operacional para o inter-relacionamento entre os organismos responsáveis pela prevenção e combate às situações de emergência e o Serviço 112;

A promoção da simplificação e racionalização de processos, da contenção da despesa e rentabilização dos recursos disponíveis, que conduzam a um aumento da capacidade operativa das forças de segurança;

A concretização da reforma do sistema de saúde das forças de segurança, garantindo um apoio de qualidade aos seus utentes e um aproveitamento completo da capacidade instalada;

O reforço da actuação do Estado na área da segurança privada através da regulamentação e do controlo da actividade dos actores privados.

A concretização destas orientações estratégicas será alcançada através da implementação de medidas legislativas, administrativas e operacionais de combate à criminalidade, do reforço e racionalização do efectivo policial e melhoria das condições de trabalho com um inerente aumento da qualidade do serviço prestado e consequente valorização do papel e estatuto das forças de segurança junto da sociedade civil, bem como o reforço do sistema de protecção civil e do combate à sinistralidade.

No quadro da integração operativa dos sistemas de segurança interna, o Governo promoverá a adopção de medidas operacionais que reduzam as redundâncias e aumentem a resiliência do sistema (informações, segurança pública, investigação criminal, estrangeiros e fronteiras e protecção civil), através de uma maior integração, especialmente operacional, das forças e serviços de segurança, mantendo-se a existência de um sistema dual, numa vertente mais civil e numa vertente mais militarizada, em que se irá clarificar as áreas de intervenção e as respectivas responsabilidades, criando-se durante a legislatura uma rede de partilha de informações e conhecimentos. Assim, irá promover-se a racionalização da utilização dos meios existentes com ganhos de eficácia no planeamento e na execução de operações, em que a coordenação operacional, orgânica e funcional será mais enfocada e direccionada.

Neste âmbito, pretende-se, também, criar com vista ao incremento da segurança o inter-relacionamento com outras áreas, como já acontece com a justiça e a defesa,



numa lógica de actuação conjunta que permita resultados mais eficientes, por via da simplificação, da clarificação e da utilização coordenada de meios e do desenvolvimento de processos flexíveis e inovadores.

Reforçar e renovar os dispositivos da GNR e da PSP, com a abertura de concursos para admissão de elementos e a libertação recursos humanos de áreas mais administrativas, judiciais e burocráticas, tendo-se em consideração as situações de reserva e de aposentações em ordem a concentrar o máximo de efectivos nas valências operacionais e no policiamento de proximidade.

O Governo irá alterar a Lei de Programação e Instalações e Equipamentos das Forças de Segurança, revendo as provisões e os meios de financiamento, implementando um plano a médio/longo prazo de requalificação dos equipamentos mais carenciados, tendo como fim último a melhoria contínua das condições de trabalho e consequentemente a melhoria da qualidade do serviço prestado ao cidadão. A valorização do papel e estatuto das forças de segurança junto da sociedade são eixos fundamentais da actuação política do Governo.

No âmbito da política de imigração e controlo de fronteiras, serão reforçadas as parcerias internacionais na área da gestão dos fluxos fronteiriços desenvolvendo-se a luta contra a imigração clandestina e o tráfico de seres humanos. Será, também, promovido o reforço das relações com os Estados membros da União Europeia, especialmente em decisões que resultem do ajustamento do Tratado de Schengen e afins.

Relativamente à estratégia nacional de segurança rodoviária, o Governo dará prioridade ao combate à sinistralidade rodoviária, levando a cabo a avaliação do sistema implementado e reforçando, em coordenação com as instituições da sociedade civil, a aposta na prevenção e na fiscalização selectiva dos comportamentos de maior risco, dedicando especial atenção à sinistralidade em meio urbano e aos utilizadores de veículos de duas rodas.

O processo de contra-ordenações rodoviário será simplificado e racionalizado, procurando-se criar sinergias com outras áreas que efectivem a redução dos tempos processuais.

No período de 2012-2015, o Governo irá reforçar o sistema de protecção civil, intensificando o aproveitamento de sinergias operacionais entre ministérios responsáveis pelas áreas da segurança interna, justiça e da defesa nacional e a administração local.

No âmbito dos equipamentos e instalações, a aposta será assegurar aos corpos de bombeiros as condições adequadas ao seu bom desempenho, avaliando o dispositivo existente, em função das necessidades e dos riscos específicos de cada zona, e clarificando os diversos níveis de intervenção operacional.

Finalmente, o Governo pretende promover as alterações necessárias ao processo de recenseamento eleitoral ajustando os procedimentos administrativos por forma a garantir a fiabilidade dos procedimentos eleitorais e a permanente actualização dos cadernos eleitorais.

### 3.2 — Justiça

O Governo assumiu, no seu Programa, que a Justiça é um pilar do Estado de Direito. Existe para o cidadão, para a defesa dos seus direitos, liberdades e garantias, constituindo, ao mesmo tempo, um factor de eficiência da economia.

Em 2012-2015, o Governo reforçará o sistema de justiça, assegurando uma resposta judicial eficaz, assente na estabilização da produção legislativa e na avaliação de impacto normativo, a qual pressupõe a prévia aferição da situação existente e dos custos, resultados previsíveis e interesses afectados pelas reformas a introduzir.

Promoverá, em segundo lugar, o acesso universal à justiça e ao direito, bem como a garantia da tutela judicial efectiva dos interesses legítimos dos cidadãos e dos agentes económicos, em particular dos grupos mais frágeis da sociedade.

Tal objectivo exige, por seu turno, a aposta que vai continuar a ser feita na desburocratização, no aumento da eficiência e na optimização da justiça de proximidade e dos mecanismos de autocomposição dos litígios, designadamente dos meios de resolução alternativa: mediação, conciliação e arbitragem.

A qualificação da resposta judicial não prescinde, também, sendo outra das prioridades para 2012-2015, da gestão racional dos recursos humanos e materiais disponíveis, valorizando a formação e as carreiras dos profissionais da justiça, restaurando o modelo das «profissões jurídicas» e assegurando a independência judicial e a autonomia do Ministério Público, a quem cabe dirigir toda a investigação num modelo em que o magistrado responsável pela investigação deve garantir o processo na fase do julgamento.

A fim de combater a morosidade da justiça, será potenciada a gestão do sistema judicial em função de objectivos, preferencialmente quantificados, círculo a círculo, comarca a comarca e sector a sector, avaliando, com regularidade, o seu grau de concretização.

Prosseguirá, ademais, o esforço de dotar os tribunais do necessário apoio técnico, assegurando a especialização dos operadores judiciais e a criação de um novo paradigma para o processo civil, susceptível de criar as condições para que os processos se concluam em tempo útil e razoável.

Neste contexto, implementar-se-ão medidas de simplificação processual, apostando-se na desformalização de procedimentos, na oralidade processual e na limitação das questões processuais relevantes, de modo a tornar o processo mais célere, eficaz e compreensível pelas partes.

O modelo de mapa judiciário será, também, objecto de reavaliação, assente em centralidades territoriais reconhecidas pelos cidadãos e numa nova matriz de distribuição da oferta judiciária.

Outro pilar fundamental do sistema e, portanto, outra das prioridades para 2012-2015, assenta no combate à corrupção e no reforço da justiça penal, respeitando as garantias de defesa e contribuindo para melhorar a imagem da justiça criminal.

Nestes termos, proceder-se-á à revisão do Código Penal e do Código de Processo Penal, investindo-se na credibilização da justiça penal, nas garantias dos direitos dos cidadãos e no reforço do estatuto penal das vítimas, consagrando-se novos direitos de informação, apoio e intervenção no processo e eliminando-se expedientes dilatórios.

A revisão do Código do Processo dos Tribunais Administrativos e Fiscais, designadamente no que respeita à sua harmonização com o Código do Procedimento Administrativo e à execução de sentenças, a alteração do Código de Insolvência e de Recuperação de Empresas, redefinindo-se as prioridades dos credores no sentido de decisões rápidas que, sem anular a defesa dos interesses do Estado e dos trabalhadores, permitam contribuir para a aceleração da recuperação económica dos activos, e a revisão do Regime de Acesso ao Direito, serão, também, realizadas.

As acções a desenvolver terão, pois, como prioridades estratégicas: a melhoria da qualidade do Estado de Direito, o reforço da cidadania, a dignificação da justiça e dos seus agentes, bem como a agilização dos sistemas processuais, envolvendo os diferentes órgãos de soberania, operadores judiciais e respectivas instituições e a sociedade. Este esforço assumirá particular importância no contexto económico actual, constituindo um dos vectores da agenda de transformação da economia portuguesa.

Por último, será aprovado o Plano de Acção para a Justiça para a Sociedade da Informação.

### 3.3 — Solidariedade e segurança social

O XIX Governo Constitucional assumiu no seu programa a necessidade de desenvolver um conjunto alargado de iniciativas e de implementação de medidas concretas que, assentes na salvaguarda da dignidade da pessoa humana, possam garantir mínimos vitais de subsistência e de bem-estar, particularmente aos mais vulneráveis, as crianças, os idosos, as pessoas com deficiência, os desempregados e a todas as pessoas em situação de carência e de vulnerabilidade social. Neste âmbito, uma das prioridades estratégicas passa pelo reforço da articulação com as instituições da sociedade civil, designadamente as instituições particulares de solidariedade social (IPSS), as misericórdias e as mutualidades, alargando a sua esfera de intervenção e promovendo uma maior flexibilidade e autonomia de acção de forma a potenciar um maior leque de respostas de apoio social mais ajustadas às necessidades emergentes da população.

#### 3.3.1 — Programa de Emergência Social (PES)

Numa conjuntura em que se torna imperativo e urgente garantir aos socialmente mais vulneráveis níveis globais de protecção social, impõe-se desenvolver o Programa de Emergência Social. A redução das desigualdades sociais deve assentar em medidas estruturais que promovam o combate ao abandono escolar precoce, o apoio à família e a distribuição mais justa dos rendimentos. O Programa tem como objectivos estratégicos: *i)* Combater a pobreza; *ii)* Reforçar a inclusão e coesão sociais; *iii)* Estimular as pessoas, capacitando-as e incentivando-as através do trabalho socialmente útil; *iv)* Maximizar as respostas das redes sociais já existentes; *v)* Fomentar a responsabilidade social; e *vi)* dinamizar o voluntariado.

#### 3.3.2 — Combate à pobreza e reforço da inclusão e coesão sociais

A redução das desigualdades sociais constitui um dos eixos centrais da intervenção do Governo no actual contexto de crise económica como forma de evitar a exclusão dos grupos sociais mais vulneráveis. Para além da actualização das pensões mínimas, sociais e rurais ao nível da inflação, a opção governativa contempla medidas como a majoração do subsídio de desemprego para os casais com filhos e em que ambos os membros do agregado se encontram no desemprego, a revisão do regime do rendimento social de inserção (RSI), que será efectuada através de uma melhoria dos mecanismos contratuais de atribuição e fiscalização, nomeadamente a procura activa de emprego, frequência de formação e prestação de trabalho comunitário pelos beneficiários do RSI com idade e em condições de trabalhar, o desenvolvimento de uma rede nacional de equipamentos sociais mais flexível e adaptada às condições económicas

do País, em especial no que respeita às respostas dirigidas às crianças e idosos.

No plano do apoio às famílias de menores recursos, entre outras, salientam-se respostas como a implementação do mercado social de arrendamento que promova a utilização de casas a preços inferiores aos do mercado, bem como a criação de tarifas sociais no sector dos transportes, na criação de um apoio social extraordinário para os consumidores de energia.

No âmbito do combate à pobreza extrema e à exclusão, pretende-se garantir:

O acesso à alimentação a quem não a consegue prover; e  
O acesso a medicamentos em melhores condições.

A inclusão e participação social das pessoas com deficiências ou incapacidade é considerada também uma prioridade, quer através da aposta na capacitação, activação e empregabilidade destas pessoas, quer através da implementação de programas dirigidos a pessoas de mobilidade reduzida e do aprofundamento da medida «Descanso do Cuidador».

#### 3.3.3 — Economia social

No reconhecimento da importância das instituições locais no desenvolvimento das melhores condições de protecção social e aproveitando as estruturas e as sinergias dos recursos existentes na comunidade, pretende-se dar maior segurança e estabilidade às entidades que participam na área da economia social. Para o efeito concorrerá a implementação da respectiva lei de bases e um modelo de articulação com o Estado que lhes confira maior flexibilidade e autonomia na estruturação das suas actividades, na definição dos recursos necessários e na reafecção eficiente dos meios disponíveis.

Na assunção de que o voluntariado é uma actividade inerente ao exercício de cidadania que se traduz numa relação solidária para com o próximo, através da participação livre e organizada na solução de problemas que afectam a sociedade em geral e que o trabalho voluntário representa hoje um dos instrumentos básicos de participação da sociedade civil nos mais diversos domínios de actividade, pretende-se fomentar a sua dinamização aumentando as redes de solidariedade social.

#### 3.3.4 — Família e natalidade

O apoio à família e a promoção da natalidade irão assumir particular relevo no âmbito da intervenção do Governo. O debate em torno do aumento da taxa de natalidade face à actual conjuntura demográfica será objecto de discussão, procurando analisar-se medidas que venham ao encontro das melhores práticas existentes na Europa. As famílias mais numerosas irão merecer especial atenção, procurando desenvolver-se benefícios económicos à fixação e ampliação de famílias em zonas de baixa densidade populacional. No âmbito da conciliação da vida familiar e profissional é assumida a necessidade de encontrar novos caminhos, de forma a apoiar os agregados com crianças nos primeiros anos de vida. Por outro lado, queremos potenciar as respostas ao nível dos equipamentos de educação das crianças, garantindo as condições efectivas para a conciliação da vida familiar com a vida profissional.

#### 3.3.5 — Promover a sustentabilidade da segurança social

De forma a garantir a sustentabilidade do sistema de segurança social, particularmente, face a situações econó-

micas adversas como a conjuntura actual, importa actuar de forma preventiva com a avaliação e introdução de medidas que permitam o equilíbrio financeiro do sistema a longo prazo. Pretende-se ainda estimular o envelhecimento activo e promover medidas que aproximem a idade média da reforma da idade legal da reforma e ajustar a taxa de contribuição das empresas no que se refere às componentes de pensão e subsídios de desemprego para os trabalhadores com carreira contributiva plena, facilitando a sua permanência voluntária no mercado de trabalho. Para além da reforma das prestações de desemprego, será também avaliada a possibilidade de autonomização do financiamento do risco de desemprego e a introdução para as gerações mais novas de um limite superior salarial para efeito de contribuição e determinação do valor da pensão, avaliando-se ainda a revisão do sistema público de segurança social de forma a garantir não só a sustentabilidade financeira intergeracional, como também a capacidade voluntária de escolha das gerações mais novas da organização da sua carreira contributiva.

Também no âmbito da melhoria da eficácia do sistema e da simplificação do cumprimento e regularização das obrigações contributivas será implementada uma medida de reestruturação voluntária das dívidas, permitindo às entidades competentes a utilização dos instrumentos necessários, tendo em vista a supressão de impedimentos legais, em particular no que respeita aos trabalhadores independentes.

#### 3.4 — Administração local e reforma administrativa

O Governo pretende introduzir uma agenda marcadamente reformista assente na proximidade com os cidadãos e na descentralização administrativa, sempre no pressuposto matricial de um acordo político alargado que viabilize uma reorganização do mapa administrativo, visando a optimização e a racionalização do número de órgãos autárquicos.

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2011, de 22 de Setembro, são princípios orientadores da reforma da administração local autárquica:

- A maior proximidade e descentralização administrativa;
- O reforço do municipalismo e da intervenção das freguesias como estratégia de desenvolvimento;
- A eficiência na gestão e afectação dos recursos públicos, potenciando economias de escala;
- O reforço da sustentabilidade da estrutura autárquica, numa perspectiva de dimensão e de escala;
- A valorização da prestação de serviço público;
- A especial consideração pelas especificidades locais; e
- O reforço da coesão e competitividade territorial.

Por outro lado, são eixos estruturantes da reforma da administração local autárquica:

- O sector empresarial local (SEL);
- A organização do território;
- A gestão municipal, gestão intermunicipal e financiamento; e
- A Democracia local.

A reforma na administração local passará igualmente pela aprovação de uma nova Lei das Finanças Locais que atenderá à actual dependência autárquica das receitas da construção e do imobiliário, procurando assegurar o direito a uma parte das receitas fiscais cobradas no seu território, compensadas com um fundo de coesão municipal, no caso dos municípios economicamente mais débeis,

o que corresponde a alterar o modelo de financiamento para o tornar mais transparente, mais adequado e mais responsabilizador.

O Governo continuará a proceder às transferências de competências e recursos da administração central para os municípios e para as diversas formas de associação voluntária em vários domínios, tais como o ambiente, a cultura e o ordenamento do território, este de forma transversal e integrada. O Governo prioriza, ainda, na administração local e reforma administrativa, áreas como a educação, saúde e acção social, bem como a simplificação dos procedimentos administrativos e de planeamento nas relações entre a administração central e a administração local.

#### 3.5 — Comunicação social

Neste âmbito, o Governo paupará a sua actividade de acordo com o novo contexto tecnológico e financeiro. Será dada particular atenção às mudanças em curso (por exemplo, a introdução da televisão digital terrestre dentro do calendário previsto e acordado entre os operadores, a ANA-COM e a PT ou as novas gerações de banda larga) de forma a garantir que não há cidadãos excluídos relativamente aos benefícios que se possam colher dessas mudanças.

O Governo acompanhará, a partir de um novo registo de posicionamento do Estado, tanto ao nível do Grupo RTP como da Lusa, os planos de reestruturação em curso em respeito pelo princípio de manutenção de um serviço público de meios de comunicação social redefinido à luz das realidades actuais, quer a nível societário, quer a nível tecnológico, e que responda aos desafios da lusofonia e do Portugal europeu e cosmopolita que queremos solidificar.

O Grupo RTP será reestruturado de maneira a realizar uma forte contenção de custos operacionais no decurso de 2012. Pretende-se, assim, reduzir significativamente o esforço financeiro dos contribuintes e criar as condições necessárias para o processo de alienação de um canal de televisão pública que assegure total respeito pelas regras e condições do mercado. Neste contexto, as opções a prosseguir no período 2012-2015 são: assegurar uma comunicação social livre e plural; oferecer um serviço público de qualidade e incentivar a comunicação social regional e local.

#### 3.6 — Igualdade de género, violência doméstica e integração de populações imigrantes e das comunidades ciganas

O Governo assume como opção para este período o aprofundamento das políticas públicas que promovem e consolidam a igualdade, consagrada na Constituição e na lei.

Considera-se da maior relevância o aperfeiçoamento das formas de recolha e de tratamento dos dados estatísticos relativos às matérias da igualdade, da violência doméstica e do tráfico de seres humanos, acção instrumental que se impõe como forma de promover uma intervenção mais fundamentada e eficaz nestas áreas.

Na área da igualdade de género promover-se-á o reforço da transversalidade da dimensão de género nas políticas da administração central e local, a implementação de novas iniciativas e o alargamento de medidas já tomadas na área da educação, dimensão fundamental para a eliminação progressiva de todas as formas de discriminação ainda verificadas na sociedade portuguesa. Assumem-se igualmente como prioritárias, na área do emprego, medidas de combate à diferenciação salarial entre mulheres e homens, de promoção de um maior equilíbrio entre mulheres e homens nos lugares de decisão e de prevenção e combate ao assédio sexual no local de trabalho.

Quanto à violência doméstica o Governo considera necessário um esforço redobrado no sentido de uma melhor articulação de todas as entidades públicas envolvidas. Será dado um especial destaque a uma mais eficaz protecção das vítimas e à formação mais intensa, quer dos profissionais que actuam na investigação e punição destes crimes, quer ainda daqueles que procedem ao atendimento das vítimas ou trabalham nas estruturas de acolhimento.

No que respeita ao tráfico de seres humanos, o Governo propõe-se reforçar a prevenção e o combate a esta prática, designadamente, através de uma maior sensibilização da opinião pública no que se refere à gravidade deste crime e à necessidade da sua denúncia, da formação dos profissionais que intervêm nesta área e da protecção e a assistência às vítimas.

### 3.7 — Plano para a integração dos imigrantes e das comunidades ciganas

No momento actual, considerando os objectivos de desenvolvimento que se pretendem alcançar em Portugal nos próximos anos, com a inadiável necessidade de efectivar o crescimento da economia e de equilibrar as contas públicas, subsiste a necessidade de continuar a recrutar mão-de-obra externa, para assegurar segmentos profissionais em determinados sectores e áreas da actividade económica e, numa acepção mais global, para promover o rejuvenescimento da pirâmide etária, a sustentabilidade demográfica e o saneamento financeiro do sistema social.

Nesse sentido, a política de imigração a desenvolver radica em três pilares fundamentais e inultrapassáveis num Estado de direito: regulação, fiscalização e integração. A regulação rigorosa, ajustada e proporcional dos fluxos, acompanhada dos consentâneos procedimentos de fiscalização e combate à ilegalidade, a desenvolver no plano da política de segurança interna, são basilares na política de imigração, permitindo ao Estado controlar o processo migratório e criar as condições de sustentabilidade para efectivar práticas integratórias ajustadas e eficazes.

Dar seguimento à implementação do actual Plano para a Integração dos Imigrantes e das suas 17 áreas de intervenção estratégicas, nomeadamente, ao nível da consolidação das redes de acolhimento de imigrantes, da potenciação do acesso aos direitos sociais e das medidas para fomentar o emprego e a formação profissional, com especial destaque para a dimensão do empreendedorismo imigrante como resposta à crise e do Projecto Empreendedorismo Imigrante (PEI). Assume-se, deste modo, o objectivo de assegurar uma maior igualdade de oportunidades e um reforço da coesão social na sociedade portuguesa. O plano será coordenado pelo ACIDI, I. P., com os restantes parceiros ministeriais, sem prejuízo de ajustes pontuais a algumas das suas medidas, atentas as novas circunstâncias económicas e sociais que o País atravessa.

Por outro lado, assegurar a continuidade da execução da 4.ª Geração do Programa Escolhas (2010-2012) no quadro das suas áreas de actuação prioritárias — inclusão escolar e educação não formal, formação profissional e empregabilidade, dinamização comunitária e cidadania, inclusão digital, bem como empreendedorismo e capacitação e lançar uma Estratégia Nacional para a Inclusão das Comunidades Ciganas (2011-2020) em quatro áreas estratégicas, educação, habitação, saúde e emprego, que será acompanhada e monitorizada por um grupo consultivo para a inclusão das comunidades ciganas.

### 3.8 — Desporto e juventude

O Governo pretende o estabelecimento de uma política de juventude holística e transversal, assente em especial: no apoio a crianças e jovens; na educação, formal e não formal; na inovação; no voluntariado; nos incentivos ao emprego, designadamente ao empreendedorismo jovem à competitividade; na promoção da leitura; na mobilidade; na inclusão e participação cívicas; na saúde e sexualidade; na prevenção de alcoolismo, sedentarismo, obesidade, tabagismo, criminalidade e delinquência; na fixação dos jovens no interior; e na agilização de procedimentos de financiamento do associativismo juvenil e estudantil.

Para o efeito é necessária uma planificação estratégica integrada, conforme às melhores práticas internacionais, numa perspectiva de médio e longo prazo. Para esse efeito o Governo esboçou um Livro Branco da Juventude, num processo envolvendo o contributo de todos os agentes e destinatários das políticas de juventude em Portugal.

O Governo pretende, também, o estabelecimento de uma política de desporto com todos e para todos, recordando, designadamente, que tudo começa na fase infanto-juvenil e que as mulheres e a população sénior não podem ser descuradas. Para o efeito há duas prioridades imediatas neste sector: a criação de um Museu/Casa do Património do Desporto e a implementação de um plano nacional para a ética no desporto.

Pretende-se ainda assegurar a coordenação operacional das políticas do desporto e da juventude, através da fusão do Instituto do Desporto e do Instituto da Juventude num único organismo, com uma melhoria de redes integradas de informação e uma maior e melhor captação de meios financeiros para execução de programas e a promoção de uma actuação mais ágil, funcional e desconcentrada, bem como a obtenção de sinergias com vista à concretização das políticas públicas nestas áreas.

## 4 — 4.ª Opção — Política externa e de defesa nacional

### 4.1 — Reforçar a diplomacia económica

Um dos principais eixos de acção da política externa portuguesa será a prossecução de uma diplomacia económica que contribua de forma decisiva para a afirmação da credibilidade externa de Portugal, para a atracção de investimento e para a promoção das empresas, produtos e marcas nacionais no exterior.

Neste sentido, serão activamente implementadas as sinergias entre os instrumentos que podem sustentar uma eficaz diplomacia económica.

Na presente conjuntura, o Governo procurará reafectar recursos para os países com maior potencial de incremento das exportações e de captação de investimento directo estrangeiro, relançar a «Marca Portugal» e desenvolver uma linha de actuação que contribua para a eliminação de obstáculos à internacionalização das empresas portuguesas.

O contributo para o reforço da internacionalização e competitividade das empresas passará pela promoção da acção das câmaras de comércio portuguesas e por uma acção coordenada com as estruturas empresariais privadas, incluindo o estímulo à capacidade das grandes empresas de envolverem as PME portuguesas nos seus processos de internacionalização, o apoio à formação de consórcios de empresas e de redes integradas de cadeia de valor e o fomento das parcerias entre empresários portugueses (residentes e não residentes).

#### 4.2 — Evoluir nas relações bilaterais e multilaterais

Reestruturando a sua rede diplomática, com vista a obter ganhos de eficiência e complementaridade, Portugal potenciará a sua política externa em torno dos alicerces tradicionais da integração europeia, relação transatlântica e lusofonia, procurando sempre identificar para as suas empresas e para os seus cidadãos novas oportunidades numa realidade internacional em constante evolução.

O nosso país continuará a agir activamente junto das diferentes instituições europeias, mantendo-se na linha da frente do processo de integração e procurando defender e reforçar a sua imagem no contexto da União.

Em particular, serão acompanhadas as negociações relativas ao novo quadro financeiro plurianual, bem como a evolução das políticas da União com incidências orçamentais mais significativas, tal como a política de coesão, a política agrícola comum e a política comum de pescas.

Portugal contribuirá, igualmente, para a implementação da Estratégia da Europa 2020, bem como para o aprofundamento da integração nos vários domínios do mercado interno europeu, com especial destaque para o energético e para o desenvolvimento da rede de transportes.

Em todas estas políticas, a acção de Portugal terá como fio condutor o respeito pelos princípios fundamentais da coesão e solidariedade entre os Estados membros e o reforço do método comunitário.

No âmbito dos organismos da União Europeia, Portugal empenhar-se-á na promoção de uma presença cada vez mais representativa de agentes e funcionários portugueses, nomeadamente através do desenvolvimento de programas de formação especialmente vocacionados para o apoio aos processos de recrutamento.

Portugal vai empenhar-se em contribuir para a implementação da política europeia de vizinhança renovada, a qual pretende dar resposta aos processos de transformação em curso nos países vizinhos, quer do sul, quer do leste, no sentido da consolidação da Democracia, dos Direitos do Homem e do Estado de Direito, em sociedades mais prósperas, estáveis e seguras.

Portugal procurará igualmente envolver-se activamente na preparação e participação nas cimeiras previstas em 2012 com os países latino americanos (Cimeira UE-ALC) e com os asiáticos (Cimeira UE-ASEM), as quais permitirão reforçar os laços político-económicos já existentes com essas regiões. Em paralelo, será mantido o envolvimento na preparação das cimeiras anuais com os parceiros estratégicos da União Europeia, como a Rússia, EUA, China, Índia, Brasil, Ucrânia e Canadá.

Particular atenção será dada aos parceiros mediterrânicos, em especial no que se refere à concretização do apoio da União aos processos de transição democrática e de reformas.

Na presente legislatura, será prosseguido o empenho na implementação da estratégia relativa ao «Comércio, crescimento e questões internacionais», que visa conferir uma dimensão externa à Agenda 2020 para o crescimento e emprego, constituindo esta vertente um dos eixos da política europeia de competitividade. O acento continuará a ser posto: na identificação das principais barreiras em sectores chave para a economia europeia e nacional em mercados prioritários, visando a respectiva eliminação; na conclusão das negociações em curso relativas a uma nova geração de acordos bilaterais de comércio livre e de acordos de associação visando o reforço da presença da União nestes mercados, em particular na Ásia e América Latina; e no

reforço da protecção dos direitos de propriedade intelectual e melhoria do acesso das empresas europeias a mercados públicos de países terceiros, nomeadamente pela inclusão de disposições específicas nos acordos bilaterais.

Portugal empenhar-se-á ainda na aplicação da Estratégia Conjunta África-UE e respectivo plano de acção, com vista à IV Cimeira UE-África prevista para 2013, em Bruxelas.

No quadro da abordagem global das migrações, e no seguimento do que é mencionado no Programa de Estocolmo, importa acompanhar o reforço do diálogo da UE com países terceiros em matéria de migrações e asilo, tendo em vista uma gestão mais eficaz dos fluxos migratórios.

Portugal continuará empenhado em responder aos desafios colocados pelo Tratado de Lisboa nas áreas política externa e de segurança comum e na política comum de segurança e defesa, zelando para que a sua correcta implementação dote a acção da UE de uma coerência acrescida e assegure uma maior visibilidade da União na cena internacional.

Ao nível das relações bilaterais de Portugal com países terceiros, e no contexto da relação privilegiada com os EUA, o Governo irá defender a dimensão histórica de Portugal como país euro-atlântico e dinamizar a relação estratégica bilateral, designadamente no quadro da comissão permanente e da cooperação nas áreas da defesa, do comércio e investimento, da justiça e administração interna e da ciência, tecnologia, energia e ambiente, bem como da cooperação específica com a Região Autónoma dos Açores.

Continuará a dar-se prioridade às relações históricas de Portugal com a América Latina, com destaque para o aprofundamento do vasto relacionamento bilateral com o Brasil em diversas áreas e para o desenvolvimento das relações políticas e económicas com a Venezuela, tendo também presente a dimensão da comunidade portuguesa naquele país. Paralelamente, será ainda procurada uma diversificação das parcerias de Portugal com o espaço ibero-americano.

Nesta legislatura, dar-se-á continuidade ao aprofundamento das relações bilaterais com os países da região do Magrebe nas suas múltiplas vertentes, nomeadamente através dos mecanismos das cimeiras bilaterais já instituídas e do acompanhamento do processo de estabilização da Líbia.

Portugal manterá o empenho no reforço do relacionamento com a Ásia e a Oceânia na perspectiva bilateral e regional, que passará pela intensificação de visitas bilaterais e da realização de consultas políticas.

Será prosseguido o relacionamento com os países africanos, bem como com as organizações regionais e sub-regionais de que fazem parte. Neste contexto, e atendendo ao especial relacionamento existente com os países africanos de língua portuguesa, salienta-se a realização de visitas bilaterais recíprocas, bem como a realização de cimeiras com Moçambique e Cabo Verde. Merecerão também particular atenção a intensificação da relação privilegiada mantida com Angola em todos os sectores, assim como o apoio ao processo de estabilização na Guiné-Bissau.

A política externa portuguesa alicerça-se, também, na participação de Portugal na Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Investir na consolidação e aprofundamento da CPLP e promover uma política de cooperação estruturante são áreas prioritárias a prosseguir.

No âmbito da CPLP, Portugal participará nas Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, dando con-

tinuidade à prossecução dos objectivos prioritários, em particular a promoção e difusão da língua portuguesa, a intensificação da concertação político-diplomática e o reforço da cooperação sectorial. Neste quadro, Portugal tem previsto organizar a II Conferência da Língua portuguesa no seguimento da Conferência de Brasília.

Na área da cooperação para o desenvolvimento, terão início os novos Programas Indicativos de Cooperação (PIC), nos PALOP e Timor-Leste, tendo por base critérios de maior concentração geográfica e sectorial, através de «Programas bandeira» que visem melhorar a eficácia e impacto dos investimentos. Países vizinhos ou enquadrados na região poderão igualmente ser considerados, potenciando parcerias e abordagens de cooperação Sul-Sul e cooperação triangular, privilegiando-se relações entre Estados membros da CPLP, dada a sua relevância estratégica e económica.

Serão ainda aplicados critérios de rigor, transparência e maior concentração na identificação das parcerias, privilegiando-se consórcios entre diferentes actores intersectoriais, numa abordagem *whole-of-government*, destacando-se as ONGD e entidades do sector privado, bem como autarquias que poderão representar uma mais-valia ao nível do crescimento económico, apoio ao sector privado local e criação de emprego nos países, partilhando experiência, conhecimento e inovação (em linha com o ODM 8).

Será concedido relevo à interacção com organizações parceiras multilaterais, sejam elas instituições financeiras internacionais, organizações, programas e fundos internacionais, que permitam alavancar novos recursos técnicos e financeiros, destacando-se a União Europeia através dos mecanismos de cooperação delegada.

Para além das áreas tradicionais de cooperação nas áreas da educação e ensino da língua portuguesa, justiça, segurança, saúde e desenvolvimento rural, serão promovidas outras áreas inovadoras relacionadas com o combate às alterações climáticas e energias renováveis e ciência e tecnologia para o desenvolvimento, tendo por base as mais-valias e grau de especialização que Portugal poderá oferecer aos seus parceiros, em particular no espaço CPLP.

Portugal empenhar-se-á afinadamente nas organizações internacionais multilaterais. Neste sentido, e no cumprimento do mandato de membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, Portugal continuará a procurar reforçar o prestígio do País na cena internacional e a contribuir, de forma construtiva, para a tomada de decisões no quadro da manutenção da paz e da segurança internacionais.

No decurso de 2012 serão desenvolvidas acções no quadro da candidatura de Portugal ao Conselho de Direitos Humanos (triénio 2015-2017), tendo em vista a eleição a realizar em Maio de 2014.

No âmbito da OTAN, Portugal continuará a manter uma presença empenhada, tanto no quadro político como operacional, com particular incidência na implementação nacional da nova estrutura de comandos.

Portugal continuará a participar de forma activa em diversas operações de paz e de segurança internacional, nomeadamente no âmbito das Nações Unidas, NATO e em missões civis e militares no âmbito da política comum de segurança e defesa da UE.

Em matéria de direitos humanos, Portugal continuará a implementar as recomendações que lhe foram efectuadas durante o seu exame pelo mecanismo de revisão periódica universal (UPR). Para tal recorrerá à Comissão Nacional

de Direitos Humanos, instituição criada na sequência daquele exame.

Portugal apoiará activamente a Aliança das Civilizações, tanto ao nível do Grupo de Amigos como nas reuniões regionais e desenvolverá o segundo Plano Nacional de Implementação dos objectivos da Aliança.

#### 4.3 — Valorizar a lusofonia e as comunidades portuguesas

A política para as comunidades portuguesas aponta para uma crescente aproximação entre todos os portugueses, independentemente do local em que vivam.

As comunidades portuguesas constituem-se, assim, como uma prioridade absoluta no contexto da política externa.

A mobilização dos jovens luso-descendentes deverá ser uma das primeiras preocupações, dando-se sequência a programas que permitam a sua relação com a nossa cultura, a nossa língua e a realidade do Portugal contemporâneo.

O aumento da participação cívica e política das nossas comunidades na vida política nacional e nos países de acolhimento deverá ser incentivado, com especial atenção à intervenção pública das mulheres.

O Conselho das Comunidades Portuguesas e o movimento associativo da Diáspora serão considerados parceiros privilegiados, sendo chamados a pronunciar-se ou a acompanhar o desenvolvimento das principais medidas.

Será dada prioridade ao alargamento da participação eleitoral dos portugueses residentes no estrangeiro, ao mesmo tempo que será incentivado o recenseamento eleitoral.

Será feita uma grande aposta no desenvolvimento de mecanismos de captação de poupanças e investimentos dos portugueses residentes no estrangeiro.

Impõe-se que sejam incentivadas estratégias de organização empresarial no seio das nossas comunidades numa óptica de aproximação ao tecido industrial e comercial nacional, tendo particularmente em conta o papel das câmaras de indústria e comércio.

A rede consular deverá ser um instrumento activo de desenvolvimento da nossa política externa, conjugando a sua função institucional de representação do Estado com acções integradas de diplomacia económica e cultural, numa estreita ligação às comunidades portuguesas.

A reforma e modernização da rede consular será permanente, devendo prever a adopção de modelos organizacionais que envolvam o movimento associativo e a iniciativa privada conjuntamente com os organismos públicos de representação externa, reservando um papel especial para os cônsules honorários, normalmente desaproveitados, e sendo capaz de concentrar e coordenar efectivamente as mais diferentes vertentes da nossa acção externa. Neste sentido, será desenvolvida uma nova experiência de criação de gabinetes de apoio às comunidades portuguesas em instituições de natureza associativa, os quais desenvolverão as vertentes da acção consular, do apoio social e da acção cultural.

O Governo não esquecerá os portugueses em situações economicamente mais difíceis e mais fragilizados socialmente, devendo neste sentido desenvolver-se uma rede de acompanhamento dos casos mais delicados, a qual deverá envolver as instituições oficiais e o movimento associativo local. A gestão dos programas de apoio social a emigrantes e idosos carenciados deve ser alterada, passando a contar com uma participação mais activa de tais entidades.

A reforma do ensino do Português no estrangeiro será prioritária, apostando-se num modelo que permita alargar a rede aos países fora da Europa, o desenvolvimento de uma nova plataforma de ensino à distância para apoio directo à acção dos professores, a certificação das aprendizagens obtidas, a articulação estratégica com instituições formadoras existentes em cada país ou cidade de acolhimento e a contratação local de professores.

Será privilegiada a cooperação com a CPLP nos diferentes domínios, em particular a promoção e difusão do português como língua global, nos termos do Plano de Acção de Brasília e promovido o reforço da cooperação com países cuja planificação linguística integra ou prevê integrar o português como língua curricular.

Procurar-se-á reforçar a introdução das tecnologias de informação e comunicação (TIC) nos processos de formação e aprendizagem do português no estrangeiro e reestruturar e qualificar a rede de Centros Culturais Portugueses no mundo como plataformas de intervenção regional.

Destaca-se ainda a continuação, em 2012, da presidência da rede de institutos de cultura dos Estados membros da UE (EUNIC — European Union National Institutes for Culture), contribuindo para a visibilidade de Portugal na UE e no mundo e a organização, em 2012, da II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial.

#### 4.4 — Política de defesa nacional

Entre 2012 e 2015, o Ministério da Defesa Nacional orientará a sua actividade tendo presentes os objectivos permanentes da política de defesa nacional e as missões atribuídas às Forças Armadas, e que se encontram constitucionalmente definidas, bem como o facto de a incerteza que vem caracterizando o contexto internacional exigir respostas flexíveis, eficazes e eficientes, num quadro cooperativo alargado.

Nesse sentido, a presença portuguesa em missões internacionais humanitárias e de paz irá manter-se, através do empenhamento das Forças Armadas portuguesas em vários teatros, garantindo a continuidade do contributo nacional para a segurança e estabilidade globais.

Esse empenhamento, em 2012, numa iniciativa pioneira que se poderá alargar a outros países de língua portuguesa até 2015, contará com a integração de um contingente militar de Timor-Leste na Força Nacional Destacada no Líbano, na missão UNIFIL, das Nações Unidas.

A participação do MDN na política comum de segurança e defesa da União Europeia estará focada, em particular, no processo de consolidação definitiva dos fundamentos do Tratado de Lisboa, designadamente ao nível das formas de cooperação estruturada permanente e cooperações reforçadas e do processo de *pooling and sharing*.

Ao nível da NATO, e para além do seu contributo para o reforço da Aliança, o MDN concretizará aspectos relacionados com as reformas estruturais aprovadas, designadamente com a instalação, em Portugal, da *Strike Force* NATO, e da transferência, para o nosso país, da Escola de Sistema de Informação e Comunicações da Organização.

No âmbito das relações externas bilaterais de defesa, o esforço do MDN centrar-se-á em áreas estratégicas, seja por via do reforço do relacionamento com os aliados e parceiros tradicionais seja através do diálogo e aproximação consistentes com os países do Magrebe.

A proximidade histórica, cultural e linguística implica a contínua valorização da cooperação técnico-militar,

apostando na formação em Portugal e em projectos que se encontram em curso nos países parceiros, mas também descobrindo novas oportunidades de cooperação no sector da defesa, a desenvolver em termos bilaterais ou multilateralmente na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Neste período, concluir-se-ão os processos de revisão da Lei de Programação Militar (LPM) e da Lei de Programação de Infra-Estruturas Militares (LPIM), num esforço de ajustamento das necessidades de reequipamento das Forças Armadas e de manutenção de infra-estruturas militares à actual conjuntura económico-financeira e à real capacidade de rentabilização do património imobiliário da defesa, que venha a permitir uma maior e melhor partilha de equipamentos militares no futuro.

O sector empresarial da defesa deverá ter maior capacidade de sustentação, sendo objecto de reestruturação, e procurará, de forma activa e empenhada, encontrar novos parceiros e parcerias internacionais, assim contribuindo para os objectivos da diplomacia económica.

Será criado um «balcão único» com o objectivo de facilitar o acesso e agilizar procedimentos relativos aos antigos combatentes e aos deficientes das Forças Armadas, dignificando os militares que serviram o País.

O MDN será indutor de processos que identifiquem mecanismos de coordenação com outros ministérios, que evitem a duplicação de capacidades e de intervenções e que permitam ganhos de eficiência e de sinergias, proporcionando óbvias vantagens em termos de economia de esforço, de escala e de recursos. Neste sentido, serão reforçados os mecanismos de coordenação com o MAI.

A reforma da saúde militar dará passos decisivos na sua concretização, procurando melhorar as estruturas existentes, o nível de serviço prestado e a racionalização de recursos, humanos, financeiros e materiais, o mesmo se verificando com a reforma do ensino militar.

O arranque da reestruturação dos estabelecimentos fabris do Exército, de há muito adiado, será concretizado neste período.

A actividade do MDN terá em atenção os compromissos a que Portugal está obrigado no quadro do apoio económico-financeiro prestado pelas instituições internacionais, sendo parte activa do esforço nacional de contenção da despesa pública, pelo que no Orçamento de Estado para 2012 há já contributos concretos do MDN para o esforço de consolidação orçamental.

A racionalização de estruturas e de recursos, tendo em vista maior eficácia e eficiência das Forças Armadas, pretende igualmente aprofundar o conceito de umas forças armadas ao serviço das pessoas.

A concretização, no MDN, do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC) permitirá uma maior racionalização de estruturas e uma melhor utilização dos recursos, a modernização e optimização do funcionamento da Administração Pública e a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados.

## 5 — 5.ª Opção — O Desafio do Futuro: Medidas sectoriais prioritárias

### 5.1 — Economia e emprego

De modo a alcançar um crescimento económico sustentável e duradouro, mas tendo presente o muito exigente contexto resultante do PAEF, o Governo vai realizar um conjunto de reformas estruturais que promovam o aumento



da produtividade e da competitividade, que criem condições mais favoráveis ao financiamento das empresas, que estimulem a produção de bens transaccionáveis e facilitem o investimento e a criação de emprego.

O Governo seguirá uma política activa de promoção da internacionalização da economia portuguesa e de estímulo às exportações que contribua para a recuperação económica e para a redução do défice comercial. O Governo apostará no sector transaccionável, promovendo a competitividade e a inovação e a subida na cadeia de valor da indústria e do turismo.

O Governo seguirá ainda uma política laboral que fomente a criação de emprego, diminua a segmentação do mercado de trabalho e que aumente a competitividade das empresas. Da mesma forma, as políticas sectoriais nos transportes e energia serão orientadas para o aumento da competitividade do País, melhorando-se a sua eficiência e racionalidade e assegurando-se a sua sustentabilidade financeira.

#### 5.1.1 — Apoio à internacionalização e à captação de investimento

O crescimento e a competitividade da nossa economia têm de passar inevitavelmente pelo aumento da nossa capacidade exportadora e pela renovação do nosso tecido empresarial. O desequilíbrio da nossa balança comercial é um factor recorrente de limitação ao nosso saudável desenvolvimento económico, para além do consequente desequilíbrio ao nível de contas nacionais. É necessário proceder-se a uma reestruturação do acompanhamento das questões associadas à internacionalização no sentido de potenciar a eficácia das estratégias de internacionalização das empresas portuguesas.

O Governo pretende ainda reforçar a captação de novos investidores e de investimentos de empresas já existentes, nomeadamente os que contribuam para a modernização e reestruturação do tecido industrial. Para tal, procurará promover um ambiente favorável ao investimento, eliminando ou reduzindo custos de contexto e simplificando processos de licenciamento. Enunciam-se seguidamente as principais medidas:

Consolidação da acção do Estado no âmbito do apoio à internacionalização e da captação de investimento com vista ao aproveitamento de sinergias entre diferentes organismos públicos e ao reforço da eficácia da diplomacia económica;

Apoio à internacionalização dos sectores tradicionais, através de uma estratégia de diferenciação e cooperação (via pólos de competitividade/*clusters* e associações sectoriais) no sentido de reforçar o valor acrescentado nacional;

Criação do «passaporte para a exportação» que certifica a PME (não exportadora) como empresas com potencial para a exportação;

Desenvolver, em conjunto com as associações representativas de agentes económicos, modalidades de desenvolvimento de acções de parceria entre PME e grandes empresas tendo em vista a internacionalização das primeiras;

Criação de uma rede de contactos activa baseada nos portugueses expatriados e nas comunidades portuguesas no estrangeiro que apoiará a internacionalização das empresas portuguesas e a angariação de investimento;

Revisão da legislação aplicável ao investimento tendo em vista a sua simplificação e à transparência dos processos.

#### 5.1.2 — Revitalização da actividade económica

No contexto actual de dificuldade de financiamento da economia, é crucial promover a liquidez e a solvabilidade do tecido empresarial de modo a reforçar as condições financeiras de empresas com viabilidade económica. Assim, no período 2012-2015, pretende-se promover um contexto adequado à aceleração do crescimento económico e à consolidação, reestruturação e criação de empresas. Importa aperfeiçoar os mecanismos de apoio à consolidação do capital, essenciais ao crescimento da dimensão média do tecido produtivo para se atingir uma escala mínima de produtividade e de competitividade.

Neste contexto, apresenta-se, em seguida, uma síntese das principais medidas a implementar pelo Governo nesta área:

Promover uma reprogramação estratégica do QREN otimizando os recursos financeiros disponíveis;

Redução dos atrasos de pagamento do Estado aos seus fornecedores e reestruturação do crédito ao sector empresarial do Estado;

Dinamizar o recurso a fontes de financiamento e criar programas específicos para ir ao encontro de dificuldades de liquidez;

Reforma no sector de capital de risco reorientando-o sobretudo para PME com potencial de inovação e de criação de emprego. Baseia-se em três pontos fundamentais: *i*) Promoção e desenvolvimento do capital de risco privado; *ii*) racionalização de recursos; *iii*) reorientação de prioridades;

Revisão do processo extrajudicial de consolidação com vista a uma maior celeridade e menor complexidade face ao processo judicial de insolvência;

Avaliação do défice de procura por fontes de financiamento além do crédito tradicional, incluindo o recurso ao mercado de capitais, fundos de capitalização, recapitalização e reestruturação de empresas;

Reforço da divulgação e da desburocratização dos instrumentos de financiamento postos à disposição pela União Europeia para reforçar a taxa de participação das empresas portuguesas.

#### 5.1.3 — Programa Estratégico para o Empreendedorismo e Inovação

O desenvolvimento e a competitividade de um país são hoje em dia associados à intensidade do investimento em investigação e desenvolvimento (I&D) e à pujança do seu sistema de inovação, que tem como principal função permitir às empresas ter um acesso privilegiado ao conhecimento e, portanto, à sua aplicação na criação de valor económico.

Existe um espaço para reforçar tanto a inovação como o próprio esforço de I&D no contexto empresarial português. Para que Portugal seja uma referência em termos de inovação nos mercados globais, é necessário reforçar o valor de mercado da investigação, o que passa por estimular ao trabalho em rede de universidades, centros de investigação, incubadoras e empresas, e incentivar à integração de recursos humanos altamente qualificados nas empresas.

Por outro lado, para se criar um enquadramento favorável ao empreendedorismo e a uma menor aversão ao risco, além da redução de custos de contexto e da promoção do acesso de formas de financiamento ajustadas, importará começar por identificar os estrangulamentos que se colocam às empresas na valorização económica dos resultados das



actividades de I&D e de inovação, e promover iniciativas e políticas que visem a criação de mercados para produtos, processos e serviços inovadores.

Neste âmbito, subscrevem-se as seguintes prioridades:

Criação do Programa +Empreendedorismo +Inovação, que traduz o desenvolvimento de uma estratégia para o País através de um programa agregador de promoção destas áreas como factores cruciais para a competitividade. Este Programa será aberto e irá sendo ajustado de acordo com as necessidades e resultados obtidos, envolvendo um conjunto alargado de intervenientes;

Será implementado o *small business act* (SBA) com as adaptações necessárias às especificidades da economia portuguesa de forma a promover a criação de novas empresas, o reforço da competitividade, criação de emprego e apoio na gestão de tesouraria das SME e o seu financiamento;

Criar condições mais favoráveis à participação das empresas portuguesas, especialmente das PME, nos programas internacionais de I&DT e de inovação, através de uma participação activa e que vise salvaguardar os interesses do tecido económico nacional, não apenas aquando da sua implementação daqueles programas mas também na fase de concepção ou revisão dos mesmos;

Reforçar as competências internas das PME em inovação através de uma melhor utilização de instrumentos específicos já existentes no âmbito do QREN/COMPETE, nomeadamente as modalidades núcleos de I&DT e vales de I&DT e vales de inovação; apoiar as empresas nas várias fases de implementação de um sistema de gestão de I&D e de inovação;

Reforçar políticas de cooperação empresarial e de *clustering* capazes de ultrapassar as actuais insuficiências de cooperação entre as empresas e o Sistema Científico e Tecnológico Nacional, neste contexto irá proceder-se à avaliação das prioridades e do modelo de governação dos pólos de competitividade e tecnologia e outros *clusters* apoiados através da Iniciativa Estratégias de Eficiência Colectiva do COMPETE;

Promoção do empreendedorismo qualificado, sobretudo em áreas tecnológicas, e avaliação de necessidades de formação de empresários visando a familiarização com aquelas fontes de financiamento;

No domínio dos procedimentos administrativos: simplificação de processos de criação, reestruturação e extinção de empresas; alargamento do âmbito de actuação das lojas da empresa, concentrando num local e interlocutor único as funções chave do Estado para as empresas (finanças, inspecção do trabalho, segurança social, etc.);

Apoiar as empresas no registo nacional e internacional de propriedade industrial, nomeadamente no registo e licenciamento de patentes.

#### 5.1.4 — Valorização da oferta nacional e aprofundamento do mercado interno, incluindo concorrência

No período 2012-2015 será implementada uma estratégia destinada a promover a valorização da oferta nacional, bem como do consumo de bens e serviços de maior contribuição para o VAB em Portugal, simultaneamente potenciando a criação de emprego e a dinamização dos mercados locais.

Será igualmente aperfeiçoada a Lei da Concorrência.

No que respeita à valorização da oferta nacional, pretende-se incrementar a escala da cadeia de valor das actividades tradicionais e o desenvolvimento de novas

actividades da indústria transformadora, através das seguintes medidas:

Actuação no âmbito das áreas de indústria, comércio e serviços, através da dinamização de iniciativas de sensibilização de consumidores, empresas e entidades públicas para a qualidade dos produtos de origem nacional, dentro do cumprimento das regras de concorrência da União Europeia;

Adopção de medidas de estímulo à adopção de padrões e práticas de consumo mais sustentáveis;

Combater a concorrência comercial desleal por forma a assegurar a transparência nos mercados de bens e serviços;

No âmbito europeu, pugnar pela adopção, por países terceiros, de padrões de protecção sanitária e ambiental, entre outros, equivalentes aos que são praticados na União Europeia;

Criação da Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Alimentar, que tem por missão acompanhar a relação entre a produção agrícola, a transformação e a distribuição, de forma a assegurar transparência, equidade e equilíbrio na cadeia alimentar;

Promover a elaboração, definição e execução da política de defesa do consumidor como objectivo de assegurar um nível elevado de protecção dos consumidores, para que estes possam também contribuir para a criação de um mercado mais competitivo e dinâmico, conduzindo a um aumento do bem-estar geral.

Relativamente às políticas da concorrência e da regulação, o Governo pretende desenvolver, no âmbito das Grandes Opções do Plano para 2012-2015, uma matriz facilitadora do desenvolvimento da economia portuguesa, e da disseminação de mercados competitivos, que sejam simultaneamente promotores do investimento, por parte das empresas privadas e geradoras da confiança no domínio dos cidadãos e consumidores em geral.

A actual revisão da Lei da Concorrência visa, entre outros objectivos, promover modalidades de cooperação empresarial com um balanço económico positivo, nos termos do artigo 101(3) do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, que, em paralelo, promova a praxis de um Estado regulador em que ele próprio não distorça as regras de concorrência.

#### 5.1.5 — Emprego e mercado de trabalho

O bem-estar das pessoas e a competitividade das empresas e da economia portuguesa requer uma legislação laboral que fomente a economia, a competitividade e a criação de emprego, que diminua a precariedade laboral e que esteja concentrada na protecção do trabalhador e não do posto de trabalho. Neste contexto, pretende-se, no período 2012-2015, adoptar um vasto conjunto de medidas:

No quadro da concertação social: simplificar a legislação laboral através de uma maior clareza das normas e diminuição da burocracia; criar um regime legal mais ajustado à realidade das empresas; reformular o sistema de compensações por cessação do contrato de trabalho, alinhando Portugal com a média das compensações dos restantes países da UE; implementar o mecanismo de financiamento com vista a assegurar o pagamento parcial das compensações por cessação do contrato de trabalho; alargar às pequenas empresas as indemnizações em substituição de reintegração a pedido do empregador; promover a arbitragem laboral em conflitos individuais de trabalho,

e garantir a possibilidade de alteração das datas de alguns feriados, de modo a aumentar a produtividade;

Nos contratos a celebrar no futuro, será flexibilizado o período experimental no recrutamento inicial e simplificado o processo de cessação dos contratos. Devido à actual situação de emergência social, pretende-se ainda admitir, a título excepcional, a renovação extraordinária dos contratos a termo que, até 30 de Junho de 2013, não possam ser objecto de renovação por efeito dos limites de duração estabelecidos no n.º 1 do artigo 148.º do Código do Trabalho;

No domínio da duração do trabalho, serão estabelecidos horários de trabalho ajustados às necessidades de laboração das organizações, nomeadamente através da criação de um banco de horas e da adequação da compensação resultante de trabalho suplementar às necessidades da empresa e do trabalhador. Pretende-se possibilitar o recurso a trabalho temporário sempre que houver uma verdadeira necessidade transitória de trabalho;

Pretende-se ainda introduzir mecanismos de cedência temporária de trabalhadores entre empresas por um período de tempo limitado, dependente de acordo expresso do trabalhador;

Será promovida uma nova geração de políticas activas de emprego, nomeadamente a revisão dos conteúdos das ofertas formativas, adequando-as às necessidades do mercado de trabalho; identificação de profissões em que a oferta de postos de trabalho não é satisfeita pela procura; criação de programas com o objectivo de promover o acesso ao mercado de trabalho de jovens com elevadas qualificações e a inserção de desempregados com mais de 55 anos, através de acções de formação profissional específica; lançamento de um programa destinado à requalificação profissional de desempregados e direccionado para as profissões em que exista maior inadequação entre a oferta e a procura; recurso ao cheque-formação, facilitando o acesso individual dos trabalhadores à formação; desenvolvimento de mecanismos de apoio à promoção do próprio emprego, e aprofundamento, em conjunto com os parceiros sociais, dos mecanismos de intervenção previstos no regime dos centros de emprego e inserção.

#### 5.1.6 — Desenvolvimento regional e fundos comunitários

As políticas públicas de apoio ao desenvolvimento regional e fundos comunitários, no período 2012-2015, visarão os seguintes objectivos:

Promover um desenvolvimento harmonioso do território nacional em simultâneo com a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial, alinhado com a reforma do poder local, bem como uma política de valorização do território e das suas potencialidades, estabelecendo-se medidas no sentido de aumentar a racionalidade, a coerência e a eficácia das políticas públicas orientadas para o desenvolvimento regional (centrais, regionais e locais);

Assegurar a execução na plenitude e com rigor das verbas nos programas operacionais do QREN, em coerência com as prioridades estratégicas e operacionais;

Promover uma reprogramação estratégica do QREN, orientada para a optimização da utilização dos recursos disponíveis através dos programas operacionais;

Preparar e negociar, de acordo com as necessidades do nosso país, o próximo período de programação, 2014-2020,

quer do ponto de vista financeiro quer do ponto de vista das prioridades nacionais.

#### 5.1.7 — Transporte, infra-estruturas e comunicações

No domínio dos transportes, no período 2012-2015 será assegurada a melhoria da mobilidade das pessoas e das mercadorias, de modo a melhorar as condições de funcionamento da economia, aumentando a eficiência energética e reduzindo o impacte ambiental, através de:

Um plano estratégico dos transportes que revê e simplifica o quadro regulador do sector de forma a assegurar um desenvolvimento e modernização integral e coerente dos diferentes modos de transporte;

Estabelecimento de prioridades de investimento para o sector, tendo em conta o quadro de restrição financeira do País, designadamente promovendo todos os que contribuam para uma melhoria da competitividade das exportações nacionais, reduzindo custos de contexto e promovendo a efectiva integração de Portugal na Rede Transeuropeia de Transportes.

Os investimentos neste sector considerarão a disponibilidade de apoios financeiros no âmbito do QREN e serão prioritariamente decididos em regime de concessão ao sector privado, de modo a minimizar o esforço financeiro do Estado:

Medidas que permitam a resolução dos défices operacionais crónicos e das dívidas financeiras crescentes na área dos transportes públicos através de: promoção do transporte público e melhoria da eficiência dos operadores, em paralelo com medidas de discriminação de preços por forma a minorar os efeitos dos aumentos tarifários para com os cidadãos de menor rendimento; reestruturação da dívida financeira histórica; clarificação do modelo de relacionamento do Estado com os diversos operadores ao nível do serviços público, assegurando transparência e compromisso com melhorias de produtividade, e avaliação da eventual concessão das carreiras e linhas da Carris, STCP, CP e Metro de Lisboa;

Redimensionamento e requalificação da rede nacional ferroviária: ponderando as necessidades do transporte de passageiros e de mercadorias; definindo o modelo de privatização/concessão do operador ferroviário estatal, designadamente na actividade do transporte de mercadorias e suburbano de passageiros, e avaliando o modelo de organização e financiamento da REFER — Rede Ferroviária Nacional. Adicionalmente, reforço das ligações aos portos e centros de produção orientados para o comércio externo, desenvolvendo-se infra-estruturas ferroviárias em bitola europeia de modo a privilegiar a competitividade externa do País;

No sector do transporte aéreo, definição de um projecto de crescimento a longo prazo para a companhia aérea, reforçando o papel estratégico de Lisboa como *hub*, assegurando ainda o reenquadramento regulatório do sistema aeroportuário. Serão ainda definidos, e concretizados, os modelos de privatização da TAP e da ANA e reavaliada a oportunidade de construção de um novo aeroporto na área metropolitana de Lisboa;

Ao nível das infra-estruturas rodoviárias, serão revistos o modelo de gestão e funcionamento das estradas de Portugal, tendo em vista assegurar a sua sustentabilidade, e o Plano Rodoviário Nacional, redefinindo prioridades em face dos constrangimentos financeiros do País, e serão reforçados o princípio do utilizador-pagador através

da introdução de portagens nas concessões rodoviárias, e a segurança, de modo que prossiga a redução da sinistralidade;

Nos portos, e de forma a reduzir o custo da movimentação das cargas e reforçar a captação dos fluxos turísticos internacionais, será: melhorado o modelo de governação do sistema portuário e a sua efectiva integração no sistema global de logística e transportes; intensificada a modernização tecnológica dos instrumentos de gestão portuária, tendo em vista aumentar a eficiência dos portos portugueses (Janela Única Portuária, Janela Única Logística, etc.); melhorada a sua atractividade pela avaliação dos contratos de concessão existentes e pela revisão do quadro jurídico que rege o trabalho portuário;

Nas telecomunicações e serviços postais, será melhorado o funcionamento do mercado, designadamente aumentando a concorrência e actualizando os respectivos quadros reguladores. Assim, serão: realizados leilões de novas frequências de rádio para acesso a banda larga sem fios; reduzidas as barreiras à entrada no mercado das comunicações fixas; renegociado o contrato de concessão com a empresa que actualmente fornece o serviço universal de comunicações; lançado um novo concurso para designação de fornecedores de serviços universais, e definido, e concretizado, o modelo de privatização dos CTT.

#### 5.1.8 — Mercado de energia e política energética

No período 2012-2015 será revista a Estratégia Nacional de Energia de forma que possam ser atingidos os seguintes objectivos:

Garantir um modelo energético com racionalidade económica que assegure custos de energia sustentáveis, que não comprometam a competitividade das empresas nem a qualidade de vida dos cidadãos;

Promover a competitividade, a transparência dos preços, o bom funcionamento e a efectiva liberalização dos mercados da electricidade e do gás natural;

Melhorar substancialmente a eficiência energética do País (redução em 25 % do consumo até 2020), com o Estado como primeiro exemplo (redução de 30 % do consumo até 2020), combatendo os desperdícios, contribuindo para a melhoria da balança de pagamentos e para um mais cabal cumprimento dos objectivos de sustentabilidade;

Reforçar a diversificação das fontes primárias de energia, contribuindo para aumentar estruturalmente a segurança de abastecimento do País, diminuindo o risco do preço de determinadas *commodities* e melhorando os níveis de sustentabilidade;

Garantir fontes de energia final a preços relativamente competitivos, contribuindo para reduzir os custos intermédios e aumentar a competitividade das empresas;

Assegurar o cumprimento dos objectivos de redução das emissões de gases com efeito de estufa;

Reforçar a segurança jurídica e a transparência no sector, consolidando a legislação aprovada de forma dispersa e assistemática num código da energia.

No início do 1.º trimestre de 2012 será apresentada uma estratégia nacional para os recursos geológicos que estabeleça uma estratégia de financiamento para a dinamização da fase de prospecção e atracção de investimento estrangeiro para exploração e que promova o crescimento sustentado do sector, o aumento das exportações de tecnologias e a criação de emprego.

#### 5.1.9 — Turismo

No período 2012-2015, o sector do turismo aposta na diferenciação e autenticidade dos serviços e dos produtos, e na diversificação de mercados, de forma a reduzir a sua actual concentração, através de uma visão estratégica partilhada entre actores públicos e privados, inovação e eficiência na gestão dos recursos financeiros, reforço da acção reguladora e simplificação da legislação. Para isso, serão implementadas as seguintes medidas:

Aposta na «Marca Portugal» e reforço da atractividade do turismo pela sua articulação com o ordenamento do espaço, o ambiente, os transportes, a saúde, o mar e a cultura, nos mercados interno e externos prioritários, tendo como objectivo a aposta no crescimento no sector;

Reforço dos programas de turismo sénior, turismo para emigrantes, turismo para cidadãos com deficiências e incapacidades, turismo religioso, turismo de saúde e turismo de natureza;

Promoção de novos conteúdos de valorização do destino Portugal em cooperação com as indústrias criativas, com base na história, valores partilhados e autenticidade do produto turístico;

Consubstanciação de uma plataforma económica e logística que reforce os fluxos turísticos de raiz atlântica.

#### 5.2 — Mercado de arrendamento

As deficiências do mercado de arrendamento têm funcionado como um constrangimento para a dinamização do sector imobiliário, acarretando, simultaneamente, problemas económicos e sociais. Para o período 2012-2015, propõe-se o Governo inverter esta tendência, criando um mercado de arrendamento dinâmico e sustentável, bem como condições de confiança para quem queira colocar imóveis no mercado de arrendamento.

Isso passará, entre outras medidas, pela revisão do mecanismo de actualização das rendas, pela implementação de um mecanismo extrajudicial de despejo do arrendatário e pelo reforço da liberdade contratual entre as partes. Este esforço deverá atender às situações de carência e às especificidades económicas e sociais dos arrendatários.

#### 5.3 — Agricultura e florestas

O período 2012-2015 corresponde ao arranque de um ciclo da Política Agrícola Comum, devendo Portugal pugnar por uma distribuição mais equitativa dos recursos financeiros. Internamente, devem ser feitos todos os esforços para aproveitar a totalidade das verbas destinadas ao rendimento dos agricultores. A nível interno, deverá ser assegurada a participação nacional necessária para concluir o PRODER, co-financiado pela UE até 2015.

As empresas agrícolas deverão ser incentivadas de modo a aumentar a produção e a promover a melhoria da produtividade. Nelas radicam uma diversidade de recursos humanos que importa valorizar e aproveitar de modo a potenciar as condições concorrenciais competitivas dos agricultores portugueses. Neste sentido, particular atenção deverá ser prestada à valorização e formação dos agricultores.

Procurar-se-á investir nas produções vegetal e animal, agro-industrial e indústrias de base florestal, apostando num modelo de desenvolvimento rural que resista às pressões de um modelo assimétrico.

O espaço agrícola deverá valorizar a multifuncionalidade, designadamente potenciando novos usos e explora-

ções sustentadas da terra. Isso implica uma atenção particular à disponibilidade dos terrenos agrícolas, devendo ser criada uma bolsa de terras.

Deverá ser feito um esforço no sentido de promover o equilíbrio da cadeia de valor, assegurando uma melhor articulação e justiça entre os intervenientes.

O associativismo florestal, o emparcelamento funcional e a gestão colectiva são instrumentos que contribuem para o equilíbrio do tecido florestal e para o combate ao fracionamento. Nesse sentido, proceder-se-á à redinamização das ZIF (zonas de intervenção florestal).

Deverá proceder-se ao cadastro florestal e à criação de um mecanismo de segurança e gestão de riscos como forma de redução dos riscos de incêndio. De igual modo, problemas como o declínio dos povoamentos suberícolas e o nemátodo do pinheiro deverão merecer especial atenção.

#### 5.4 — Mar

Como factor estruturante da identidade nacional, o mar deverá voltar a ser um factor de desenvolvimento e de criação de riqueza. Importa, por isso desenvolver acções assentes num pensamento estratégico sobre a dimensão marítima de Portugal que permitam um conhecimento sistemático sobre as actividades com ele conexas.

Para isso, será preciso, entre outros vectores:

Actuar nos sectores dos portos, logística e transportes marítimos;

Incentivar o desenvolvimento das pescas, aquicultura e indústria de pescado;

Promover a actuação empresarial conjunta dentro dos limites legais da sã concorrência;

Actuar no domínio da náutica de recreio;

Incentivar, promover e divulgar a cultura marítima;

Actuar nos sectores relativos à energia, minerais e biotecnologia, nos serviços marítimos;

Actuar no domínio das obras marítimas;

Promover a investigação científica, inovação e desenvolvimento;

Incentivar de forma generalizada o ensino e a formação associados ao conhecimento, economia e cultura do mar, especialmente nas regiões de vocação mais acentuadamente marítima;

Aproveitar as acções na segurança marítima, incluindo a protecção do ambiente marinho, para potenciar a economia do mar.

No sector da marinha mercante, designadamente na marinha de comércio, existe um potencial de crescimento e diversificação por forma a colmatar insuficiências gravíssimas ao nível de défice de transporte marítimo assegurado por navios sob operação portuguesa, para contribuir para o equilíbrio da balança de pagamentos e salvaguardar necessidades estratégicas básicas que no contexto actual de zero marítimo nacional assumem a maior gravidade, caso da inexistência de navios petroleiros nacionais associada a incapacidade de abastecimento de combustíveis às regiões autónomas com meios próprios, para além de participação quase nula no comércio externo e internacional.

No sector da indústria naval, incluindo plataformas ou infra-estruturas no mar, reside outro factor estratégico crucial de uma política efectiva de regresso de Portugal ao Mar, preservando o que existe e incentivando sob todas as formas possíveis a inovação e o desenvolvimento da reparação e construção naval em Portugal, para que pos-

samos contribuir de forma significativa num esforço de relançamento da reparação e construção naval na Europa e apoiar a reconstrução das frotas de comércio, de pesca e militar em Portugal.

No sector das pescas existe um potencial de renovação e crescimento que deve alicerçar o relançamento do sector pesqueiro ao nível da competitividade mundial. Muito deste desígnio é cumprido ao nível da política comum de pescas da UE que deverá merecer especial atenção de Portugal.

Deverá ainda ser desenvolvida a aquicultura.

#### 5.5 — Ambiente e ordenamento do território

Um país que está empenhado no crescimento económico encontra nos seus recursos naturais e numa boa organização territorial alicerces sólidos para o seu desenvolvimento. Um novo modelo de desenvolvimento deverá permitir uma visão integrada do território e dos seus recursos naturais.

No período 2012-2015 prosseguir-se-á o combate às alterações climáticas, com a promoção de uma economia de baixo carbono e desenvolvendo esforços para a redução das emissões nacionais; inaugurar-se-á uma nova estratégia para a conservação da natureza e biodiversidade; dar-se-á um novo impulso à política e à gestão de recursos dos recursos hídricos, concretizando e implementando o planeamento hidrológico em atraso; criar-se-á o Plano Nacional de Acção para o Uso Eficiente da Água, visando enfrentar a escassez de recursos hídricos, cujo modelo institucional de gestão deverá ser reformulado; garantir-se-á a implementação plena da Directiva Quadro da Água, cujo sector de abastecimento e saneamento deverá ser reorganizado; prosseguir-se-á a identificação e resolução do défice tarifário; rever-se-á o sistema de tarifas e promover-se-á a abertura à participação de entidades públicas estatais ou municipais; prosseguir-se-á uma estratégia de sustentabilidade da política e do sistema de gestão e tratamento de resíduos; implementar-se-ão as medidas necessárias à abertura do Grupo Águas de Portugal ao sector privado; privilegiar-se-ão soluções de valorização energética de resíduos não recicláveis e refugos com potencial energético; otimizar-se-ão soluções de tratamento e valorização de resíduos industriais perigosos; apostar-se-á na ecoeficiência e na revisão da fiscalidade ambiental; proceder-se-á à revisão da Lei de Bases do Ambiente e da Lei dos Solos.

No domínio do ordenamento do território, deverá ser promovida a simplificação do modelo institucional de ordenamento, diminuindo as entidades sectoriais intervenientes nos processos, concentrando competências em matéria de ordenamento do território e gestão urbanística e optando por um modelo que permita a existência de um único interlocutor para os municípios e municípes.

O litoral e o espaço marítimo deverão merecer particular atenção ao nível da protecção e valorização.

Deverá ser desenvolvida uma política de cidades de modo a corrigir os desequilíbrios. Deverão ser penalizados os prédios devolutos e implementado um novo enquadramento legal da reabilitação urbana e do arrendamento, socialmente justo, administrativamente expedito e promotor do repovoamento dos centros urbanos.

#### 5.6 — Saúde

##### 5.6.1 — Objectivos estratégicos

Portugal alcançou um posicionamento relativo positivo do seu sistema de saúde em termos internacionais. No en-

tanto, como acima se refere no âmbito da 1.ª Grande Opção do Plano, a respectiva sustentabilidade financeira está neste momento em causa na medida em que as despesas têm crescido acima das receitas disponíveis para as financiar.

É pois fundamental levar a cabo uma utilização mais racional e eficiente dos recursos disponíveis, não apenas pelo objectivo da sustentabilidade mas porque esta é absolutamente necessária para continuar a garantir o direito à protecção da saúde, o que implica reforçar os princípios da responsabilização pelos resultados, da transparência da gestão dos dinheiros públicos e o da imparcialidade objectiva e eficaz das decisões de política de saúde, bem como cumprir os seguintes objectivos estratégicos:

Continuar a melhorar a qualidade e o acesso efectivo dos cidadãos aos cuidados de saúde, quer ao nível da organização quer ao nível da prestação;

Fomentar um maior protagonismo dos cidadãos na utilização e gestão activa do sistema;

Aprofundar a cooperação no domínio da saúde com a CPLP e a União Europeia.

#### 5.6.2 — Medidas

Qualidade e acesso efectivo aos cuidados de saúde:

Implementar o Plano Nacional de Saúde 2011-2016, como pilar fundamental da reforma do sistema de saúde;

Alargar progressivamente a cobertura dos cuidados primários, com o objectivo de eliminar as actuais assimetrias de acesso e cobertura de natureza regional ou social e apostando na prevenção: reforçando o papel das entidades integrantes da rede de cuidados primários; transferindo, de forma gradual, alguns cuidados actualmente prestados em meio hospitalar para estruturas de proximidade, e aproveitando e desenvolvendo os meios já existentes, com o reforço dos cuidados continuados para instituir, por metas faseadas, uma rede de âmbito nacional de cuidados paliativos;

Reorganizar a rede hospitalar através de uma visão integrada e mais racional do sistema de prestação;

Rever a estratégia de gestão de recursos humanos em saúde com análise ponderada das necessidades.

Regulação do sector:

Regulamentação e desenvolvimento do sector da saúde pública, com especial enfoque na actuação das autoridades de saúde e da aplicação de sistemas de vigilância epidemiológica;

Promover condições que possibilitem e maximizem a investigação em saúde em Portugal, com especial enfoque para a investigação clínica.

Linhas de orientação clínica:

Promover a elaboração e a aplicação de normas e orientações clínicas actualizadas com vista a assegurar critérios de qualidade, mensuráveis e comparáveis com padrões conhecidos e aceites pela comunidade científica internacional e nacional, baseados em princípios de custo-efectividade.

Acreditação dos serviços do SNS:

Garantir estruturas e mecanismos de acreditação em saúde com vista à certificação e ao reconhecimento público do nível de qualidade atingida nos serviços prestadores de cuidados de saúde, de acordo com padrões predefinidos,

fortalecendo a confiança dos cidadãos e dos profissionais nas instituições, fomentando uma cultura de melhoria da qualidade e de segurança.

Um maior protagonismo dos cidadãos na utilização e gestão activa do sistema:

Introduzir liberdade de escolha em determinadas áreas e serviços, de forma prioritária nos cuidados primários;

Intensificar programas integrados de promoção da saúde e de prevenção da doença mediante iniciativas de base intersectorial, designadamente com a educação, segurança social, ambiente e autarquias, com maior proximidade à população;

Insistir na redução dos tempos médios de espera para consultas de especialidade e cirurgias;

Intensificar e promover a cirurgia ambulatória através de incentivos adequados que estimulem a sua execução;

Promover a convergência na política de contratualização de convenções do Estado;

Retomar e concluir o processo legislativo anteriormente iniciado, assegurando a aprovação de uma lei de testamento vital.

Melhorar a informação e o conhecimento do sistema de saúde:

Assegurar uma política de investimento em sistemas de informação que permita a optimização das fontes de dados existentes em informação útil para gestão e melhoria das condições de acesso dos cidadãos ao sistema de saúde;

Avaliar a utilização de um cartão como meio de validação de todos os episódios de cuidados que lhe são prestados, assegurando o financiamento do respectivo prestador de forma mais eficiente e transparente;

Desmaterialização crescente de todos os processos administrativos das entidades prestadoras de cuidados, promovendo a eficácia e a rapidez de resposta;

Desenvolvimento do registo de saúde electrónico (RSE), ligando diferentes tipologias de unidades prestadoras de cuidados;

Disponibilizar informação pública mensal sobre o desempenho das instituições (hospitais, centros de saúde e serviços).

Melhorar a transparência da informação em saúde:

A transparência na saúde enquadra-se no dever que o Estado assume de informar os cidadãos acerca dos serviços que prestam cuidados de saúde com qualidade e segurança, incluindo a prestação pública de contas, bem como divulgação de informação simples, objectiva e descodificada.

Aprofundar a cooperação no domínio da saúde com a CPLP e a União Europeia:

Intensificar a cooperação com a CPLP, facilitando a transferência de conhecimentos e a criação de uma agenda de cooperação em saúde, nos domínios técnico e científico, bem como promover o intercâmbio de profissionais do SNS com os serviços de saúde da CPLP;

Manter e aprofundar a cooperação na área da saúde com a União Europeia a fim de criar as condições para a aplicação da Directiva de Mobilidade Transfronteiriça de Doentes no Sistema de Saúde em Portugal.

### 5.7 — Educação e ciência

A educação como serviço público com qualidade é o quadro conceptual em torno do qual se desenvolvem as medidas constantes do presente documento, as quais têm em conta os diferentes elementos do sistema educativo, nomeadamente os alunos, os estabelecimentos de ensino e os professores.

No que diz respeito à ciência, é consensual reconhecer que uma comunidade científica internacionalmente competitiva é um factor crítico para o desenvolvimento económico das nações. Neste sentido, revela-se fundamental fomentar a capacidade competitiva do tecido científico nacional.

O ano de 2012 será marcado pelo arranque da nova estrutura organizativa do Ministério da Educação e Ciência, decorrente da fusão dos anteriores Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Neste contexto, está prevista a fusão/reorganização de diversos serviços, organismos e entidades, de que resultará uma redução significativa do número de cargos dirigentes — designadamente 38 cargos de direcção superior e 47 cargos de direcção intermédia (correspondendo a 53 % e a 28 %, respectivamente, do número actual de cargos dirigentes).

#### 5.8 — Ensinos básico e secundário e administração escolar

Em matéria de educação e formação, o País enfrenta como principais desafios o garantir de uma melhoria significativa das aprendizagens, o elevar dos níveis de qualificação dos jovens e de adultos e o combate ao abandono escolar precoce. O Programa de Apoio Económico e Financeiro vem reforçar precisamente a necessidade de reunir esforços e apostar em medidas que tenham em vista «o aumento da eficiência no sector educativo, o aumento da qualidade do capital humano e a facilitação da adaptação ao mercado de trabalho».

Assim, no que diz respeito a matérias relacionadas com questões curriculares, pedagógicas e de qualificação, consideram-se os seguintes objectivos estratégicos:

Elevar os níveis de qualificação e melhorar significativamente a qualidade da aprendizagem, desde o ensino pré-escolar ao ensino secundário (quer nos cursos gerais quer nos cursos profissionalizantes), e a sua comparabilidade no espaço europeu;

Alargar o acesso ao ensino especial e adequar a intervenção educativa e a resposta terapêutica às necessidades dos alunos e das famílias no ensino especial;

Reforçar a aposta no ensino profissionalizante de jovens quer no nível básico quer no nível secundário de educação;

Manter as respostas de qualificação de adultos, com especial incidência na elevação dos níveis de certificação profissional e na reconversão e integração laboral das pessoas em situação de desemprego;

Desenvolver e consolidar uma cultura de monitorização e avaliação a todos os níveis do sistema de ensino assente no rigor, na responsabilização, na promoção e valorização do mérito e na detecção das fragilidades.

No que diz respeito à administração escolar, consideram-se os seguintes objectivos estratégicos:

Melhorar a gestão dos recursos humanos por via do processo de mobilidade, utilizando critérios exigentes de gestão e racionalização;

Reordenar a rede escolar do sistema de ensino, melhorando as condições de ensino e de aprendizagem no 1.º ciclo e articulando e racionalizando a gestão pedagógica e administrativa nos diferentes níveis de ensino;

Criar uma rede de oferta pública de educação coerente e aproveitando os recursos existentes;

Reforçar a autonomia das escolas, contratualizando com um maior número de escolas maior autonomia;

Empreender reformas na administração escolar, nomeadamente numa primeira fase, o modelo de financiamento das escolas particulares e cooperativas com contrato de associação e a implementação de um novo modelo de avaliação de desempenho docente.

### 5.9 — Ensino superior

O ensino superior é essencial para o desenvolvimento do País, seja através da qualidade dos diplomados, seja através da investigação feita nas instituições, seja através de mecanismos de transferência directa do saber com vista à criação de riqueza cultural e económica.

As últimas décadas foram de crescimento rápido da população estudantil frequentando instituições de ensino superior em Portugal. Essa população aproxima-se dos 400 000, sendo cerca de 63 % do subsistema universitário e 37 % do subsistema politécnico (com aproximadamente um quinto em instituições privadas), e constitui mais de 35 % dos correspondentes grupos etários. Em simultâneo, o corpo docente qualificado aumentou substancialmente, tendo o número de doutorados ultrapassado os 10 000 no ano de 2009.

A rede de instituições e formações apresenta-se heterogénea e desequilibrada, coexistindo situações de elevada qualidade com casos problemáticos nos planos pedagógico, científico e de sustentabilidade.

Face ao panorama actual, foram definidos os seguintes objectivos estratégicos:

Melhorar a qualidade do sistema de ensino superior em Portugal, utilizando e, se necessário, aperfeiçoando e reforçando os instrumentos legislativos e regulatórios actualmente existentes;

Racionalizar a rede de instituições de ensino superior com vista a otimizar o uso dos recursos disponíveis e melhorar o ajustamento da oferta formativa às necessidades do País;

Melhorar as políticas de apoio social com vista a maior eficiência dos serviços e optimização no uso dos recursos públicos.

### 5.10 — Ciência

A análise do impacte social e económico das políticas de investigação e desenvolvimento (I&D) em países europeus de referência revela a importância de políticas de apoio a I&D sustentadas no tempo.

Como se infere do relatório «Science, Technology and Tertiary Education in Portugal, 2011», de 20 de Abril de 2011, tal esforço sustentado tem apenas duas décadas no nosso país. Neste relatório, identificam-se nas políticas de ciência das últimas décadas em Portugal os seguintes pontos que requerem atenção: a fragilidade do modelo de financiamento de I&D face aos ciclos económicos; a ainda limitada ligação entre ciência e o tecido produtivo; a pouca clareza nas decisões políticas sobre a estrutura do sistema científico do País; a ausência de avaliação independente das próprias políticas de I&D.

Neste contexto, foram definidas as seguintes áreas de intervenção prioritárias:

#### 5.10.1 — Investigação científica

Serão introduzidas modificações no modelo de financiamento das unidades de investigação por forma a promover a excelência e a concentrar os apoios financeiros onde eles são cientificamente mais rentáveis, reduzindo a carga administrativa das avaliações institucionais, promovendo a iniciativa individual dos investigadores e incentivando a competitividade das instituições para o acolhimento dos investigadores e projectos de maior valor.

#### 5.10.2 — Investigação aplicada e transferência tecnológica para o tecido empresarial

Serão introduzidas medidas nos programas de formação de recursos humanos que estimulem o empreendedorismo dos investigadores e a sua integração nas empresas; por outro lado, serão reforçadas as actividades de divulgação de ciência e tecnologia junto dos jovens dos ensinos básico e secundário por forma a estimular a escolha de carreiras profissionais nas áreas da ciência e tecnologia.

#### 5.10.3 — Formação de recursos altamente qualificados e aumento de emprego científico

Serão iniciados concursos nacionais para «contratos de desenvolvimento de carreira» de jovens doutorados e para o recrutamento dos melhores cientistas nacionais e estrangeiros que queiram integrar o sistema científico nacional. Pretende-se, assim: *i*) criar um corpo estável de investigadores de excelência no País, seleccionando os melhores a nível nacional; *ii*) promover a mobilidade dos investigadores, permitindo-lhes trabalhar nas instituições que melhores condições ofereçam para o desenvolvimento dos seus projectos e para a competitividade das suas carreiras; *iii*) ajustar as competências nas diferentes áreas do conhecimento à evolução das necessidades do País; *iv*) estimular o emprego científico em empresas, laboratórios do Estado e universidades.

#### 5.10.4 — Avaliação independente das políticas de ciência

Por forma a suportar as decisões sobre políticas de ciência, será feita uma análise rigorosa, por entidades independentes, dos impactes societários das políticas de I&D desenvolvidas nas últimas décadas, bem como a monitorização das que venham a ser implementadas no futuro.

#### 5.10.5 — Criação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia

Será constituído, na sua maioria, por alguns dos melhores cientistas e empreendedores do País e terá a seu cargo o acompanhamento das políticas de I&D e a apresentação de recomendações necessárias à sua optimização.

### 5.11 — Cultura

Nos próximos anos é preciso afirmar uma visão clara do que deve ser o futuro da cultura em Portugal. A cultura é um factor de coesão e de identidade nacional, assumindo-se como uma atitude perante a vida e as realidades nacionais. Ela constitui, hoje, um universo gerador de riqueza, de emprego e de qualidade de vida e, em simultâneo, um instrumento para a afirmação de Portugal na comunidade internacional.

Os principais objectivos estratégicos da Secretaria de Estado da Cultura são:

#### 5.11.1 — Património

O património cultural constitui dos activos mais preciosos de qualquer país e representa a herança comum a todos os Portugueses, a ser partilhada com a geração actual e futura. Assim, mais do que uma obrigação ou imposição legal, trata-se de uma questão cívica e de cidadania garantir o seu cuidado e desenvolvimento, assumindo-se a manutenção responsável e a valorização dos museus e monumentos nacionais, através de uma estratégia integrada com o sector do turismo, municípios, escolas e sociedade civil.

#### 5.11.2 — Livro, leitura e uma política da língua

Atravessamos uma reforma importante que se traduz na adopção do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Acreditamos que a sua crescente universalização constitui uma oportunidade para colocar a língua portuguesa no centro da agenda política, tanto interna como externamente. Igualmente importante é a reavaliação do Plano Nacional de Leitura, peça chave na articulação entre a linguagem falada e a linguagem escrita.

#### 5.11.3 — Libertar as artes da tutela do Estado

Implementar uma nova política de atribuição de apoios às artes performativas, procurando não só desburocratizar procedimentos, agilizar candidaturas e, sobretudo, avaliar resultados. Pretende-se uma transparência absoluta na atribuição de apoios do Estado às artes, ao teatro e ao cinema. Não podemos continuar a atribuir apoios sem identificar claramente as mais-valias que representam, seja no âmbito de serviço público seja na receptividade e atractividade das iniciativas e dos espectáculos.

#### 5.11.4 — Crescimento das indústrias criativas em ambiente digital

O trabalho dos criadores nacionais é um factor fundamental para a definição da identidade contemporânea de Portugal. Contribuir para o desenvolvimento das indústrias criativas é fundamental para aumentar a auto-sustentabilidade do sector cultural, assegurar a difusão e defesa dos direitos de autor e gerar emprego qualificado, concorrendo ainda para a revitalização urbana. É necessário legislar e actuar, com urgência, na área da pirataria de música, de cinema e de livros, defendendo os criadores, os direitos dos autores, as empresas e a qualidade das plataformas em que circulam os seus trabalhos e produtos.

#### 5.11.5 — Uma educação para a cultura e para a arte

A cultura é património de cada um de nós e devemos ser formados, enquanto público não especialista, para a importância de compreendermos e apreciarmos as várias formas e conteúdos produzidos. Reforçar a ligação à escola, aprofundando e desenvolvendo as bases já existentes, garantindo uma educação artística generalizada através da frequência periódica de museus e monumentos, teatros e outras estruturas de criação, de modo a relacionar-se com os programas escolares. Só há uma forma de criar novos públicos para a cultura e para os mercados da cultura: criando hábitos culturais a partir da idade escolar.



## 5.11.6 — Paisagem e cultura

A paisagem que nos envolve condicionou a nossa evolução desde os tempos mais remotos, tornando-se também um pilar da identidade cultural de cada região. Promover alterações a essas paisagens tem de ser entendido como uma eventual interferência nessa raiz cultural, logo sujeitas a um parecer prévio desta tutela.

## 5.11.7 — Medidas

Cientes dos objectivos traçados no documento de estratégia orçamental e em consonância com o Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica, promover-se-á a um novo modelo organizacional com vista à redução dos custos para o Estado e o contribuinte, a modelos mais eficientes de funcionamento e à reavaliação do papel do Estado na vida cultural através de uma reorganização e simplificação das estruturas e das entidades tuteladas, a saber:

Fusão/extinção de organismos: reduzir-se-á o número de estruturas de 16 para 11, diminuindo-se o número de cargos de dirigentes de 191 para 122, o que se traduz numa redução de despesas com pessoal na ordem dos 2,6 milhões de euros;

Alteração do modelo de gestão do sector empresarial do Estado com a criação de um agrupamento complementar de empresas (ACE) que permitirá uma gestão mais eficaz, a centralização de processos, a diminuição de despesas mediante uma gestão mais racional dos recursos humanos; a diminuição dos encargos com as contratações e serviços externos, a redução da despesa relacionada com processos internos e redução da despesa ao nível dos conselhos de administração. A criação do ACE libertará as empresas públicas empresariais para aquilo que é verdadeiramente serviço público na área da cultura: programação artística, criação, difusão e itinerância;

Contribuição para a meta transversal de redução de efectivos na administração central em cerca de 2 %, limitando-se as admissões de pessoal;

Reorganização e racionalização das instalações da propriedade da Secretaria de Estado da Cultura, permitindo uma maior eficiência e eficácia nos recursos financeiros, humanos e logísticos e redução dos encargos de locação de imóveis, através da rescisão de contratos de arrendamento. Estima-se uma redução que poderá atingir os 0,8 milhões de euros em 2012 e 2 milhões de euros em 2013;

Centralização das compras, nomeadamente através das aquisições agregadas na unidade ministerial de compras, o que permitirá aquisições a preços mais competitivos e reduzidos;

Avaliação do custo/benefício e da viabilidade financeira das fundações que beneficiem de transferências do Estado, bem como dos apoios financeiros concedidos no âmbito das actividades culturais, exigindo-se uma maior disciplina na utilização dos mesmos;

Revisão do regime de gratuidade dos museus e património cultural, diminuindo o período da sua aplicação e alteração dos seus horários de funcionamento, promovendo o aumento das receitas;

Reforço do acompanhamento e monitorização da execução económica e financeira, numa base mensal, através da implementação de um sistema de suporte de informação uniformizado em todos os serviços e organismos da Secretaria de Estado da Cultura.

(<sup>1</sup>) Procura externa relevante: cálculo efectuado pelo MF com base nas previsões do crescimento real das importações dos nossos principais

parceiros comerciais ponderadas pelo peso que esses países representam nas nossas exportações. Foram considerados os seguintes países: Espanha (26,5 %); Alemanha (13,3 %); França (12,4 %); Angola (8,1 %); Reino Unido (5,6 %); Itália (3,8 %); Países Baixos (3,7 %); Estados Unidos (3,6 %); Bélgica (2,4 %); Suécia (1,2 %); Brasil (1 %), e China (0,8 %), que representam mais de 80 % das nossas exportações.

(<sup>2</sup>) Esta medida será operacionalizada pela aplicação da retenção na fonte, a título de pagamento por conta, correspondente a 50 % da parte do valor devido do subsídio de Natal ou 13.º mês relativo a 2011 que exceda o valor da RMMG.

(<sup>3</sup>) Instrumento que permite normalizar e seleccionar previamente os fornecedores do Estado, definindo os preços máximos e as condições mínimas de níveis de serviços com que estes se comprometem, numa óptica de funcionamento enquanto central de compras.

**Lei n.º 64-B/2011****de 30 de Dezembro****Orçamento do Estado para 2012**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea g) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

## CAPÍTULO I

**Aprovação do Orçamento**

## Artigo 1.º

**Aprovação**

1 — É aprovado pela presente lei o Orçamento do Estado para o ano de 2012, constante dos mapas seguintes:

a) Mapas I a IX, com o orçamento da administração central, incluindo os orçamentos dos serviços e fundos autónomos;

b) Mapas X a XII, com o orçamento da segurança social;

c) Mapas XIII e XIV, com as receitas e as despesas dos subsistemas de acção social, solidariedade e de protecção familiar do Sistema de Protecção Social de Cidadania e do Sistema Previdencial;

d) Mapa XV, com as despesas correspondentes a programas;

e) Mapa XVII, com as responsabilidades contratuais plurianuais dos serviços integrados e dos serviços e fundos autónomos, agrupados por ministérios;

f) Mapa XVIII, com as transferências para as regiões autónomas;

g) Mapa XIX, com as transferências para os municípios;

h) Mapa XX, com as transferências para as freguesias;

i) Mapa XXI, com as receitas tributárias cessantes dos serviços integrados, dos serviços e fundos autónomos e da segurança social.

2 — Durante o ano de 2012, o Governo é autorizado a cobrar as contribuições e os impostos constantes dos códigos e demais legislação tributária em vigor e de acordo com as alterações previstas na presente lei.

## Artigo 2.º

**Aplicação dos normativos**

1 — Todas as entidades previstas no âmbito do artigo 2.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de Outubro, independentemente da sua natureza e estatuto jurídico, ficam sujeitas ao cumprimento dos normativos previstos na presente lei e no decreto-lei de execução orçamental.



2 — Sem prejuízo das competências atribuídas pela Constituição e pela lei a órgãos de soberania de carácter electivo, o previsto no número anterior prevalece sobre disposições gerais e especiais que disponham em sentido contrário.

## CAPÍTULO II

### Disciplina orçamental

#### Artigo 3.º

##### Utilização das dotações orçamentais

1 — Ficam cativos 12,5 % das despesas afectas a investimento relativas a financiamento nacional.

2 — Fica cativa a rubrica «Outras despesas correntes — Diversas — Outras — Reserva» correspondente a 2,5 % do total das verbas de funcionamento dos orçamentos dos serviços e organismos da administração central.

3 — Ficam cativos, nos orçamentos de funcionamento dos serviços integrados e dos serviços e fundos autónomos:

a) 10 % das dotações iniciais das rubricas 020201 — «Encargos das instalações», 020202 — «Limpeza e higiene», 020203 — «Conservação de bens» e 020209 — «Comunicações»;

b) 20 % das dotações iniciais das rubricas 020102 — «Combustíveis e lubrificantes», 020108 — «Material de escritório», 020112 — «Material de transporte — Peças», 020113 — «Material de consumo hoteleiro», 020114 — «Outro material — Peças», 020121 — «Outros bens», 020216 — «Seminários, exposições e similares» e 020217 — «Publicidade»;

c) 30 % das dotações iniciais das rubricas 020213 — «Deslocações e estadas», 020220 — «Outros trabalhos especializados» e 020225 — «Outros serviços»;

d) 60 % das dotações iniciais da rubrica 020214 — «Estudos, pareceres, projectos e consultadoria».

4 — Exceptuam-se da cativação prevista nos n.ºs 1 e 3:

a) As despesas financiadas com receitas próprias, nelas se incluindo as transferências da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., inscritas nos orçamentos dos serviços e fundos autónomos das áreas da educação e ciência e nos orçamentos dos laboratórios do Estado e nos de outras instituições públicas de investigação;

b) As despesas financiadas com receitas próprias do Fundo para as Relações Internacionais, I. P. (FRI, I. P.), transferidas para os orçamentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

c) As dotações da rubrica 020220 — «Outros trabalhos especializados» quando afectas ao pagamento do apoio judiciário.

5 — As verbas transferidas do Orçamento da Assembleia da República que se destinam a transferências para as entidades com autonomia financeira ou administrativa nele previstas estão abrangidas pelas cativações constantes do presente artigo.

6 — A cativação das verbas referidas nos n.ºs 1 a 3 pode ser redistribuída entre serviços integrados, entre serviços e fundos autónomos e entre serviços integrados e serviços e fundos autónomos, dentro de cada ministério, mediante despacho do respectivo membro do Governo.

7 — No caso de as verbas cativadas respeitarem a projectos, devem incidir sobre projectos não co-financiados ou, não sendo possível, sobre a contrapartida nacional em projectos co-financiados cujas candidaturas ainda não tenham sido submetidas a concurso.

8 — A descativação das verbas referidas nos números anteriores, no que for aplicável à Assembleia da República e à Presidência da República, incumbe aos respectivos órgãos nos termos das suas competências próprias.

#### Artigo 4.º

##### Alienação e oneração de imóveis

1 — A alienação e a oneração de imóveis pertencentes ao Estado ou a organismos públicos com personalidade jurídica, dotados ou não de autonomia financeira, que não tenham a natureza, a forma e a designação de empresa, fundação ou associação pública, dependem de autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, que fixa, mediante despacho e nos termos do artigo seguinte, a afectação do produto da alienação ou da oneração.

2 — A alienação e a oneração de imóveis pertencentes ao Estado ou a quaisquer organismos públicos são sempre onerosas, tendo como referência o valor apurado em avaliação promovida pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

3 — O disposto nos números anteriores não se aplica:

a) Aos imóveis do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P. (IGFSS, I. P.), que constituem o património imobiliário da segurança social;

b) À alienação de imóveis da carteira de activos do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS), gerida pelo Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P. (IGFCSS, I. P.), cuja receita seja aplicada no FEFSS;

c) Ao património imobiliário do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU, I. P.)

4 — É atribuído aos municípios da localização dos imóveis, por razões de interesse público, o direito de preferência nas alienações a que se refere o n.º 1, realizadas através de hasta pública, sendo esse direito exercido pelo preço e demais condições resultantes da venda.

5 — No âmbito de operações de deslocalização, de reinstalação ou de extinção, fusão ou reestruturação dos serviços ou organismos públicos a que se refere o n.º 1, pode ser autorizada a alienação por ajuste directo ou a permuta de imóveis pertencentes ao domínio privado do Estado que se encontrem afectos aos serviços ou organismos a deslocalizar, a reinstalar ou a extinguir, fundir ou reestruturar ou que integrem o respectivo património privativo, a favor das entidades a quem, nos termos legalmente consagrados para a aquisição de imóveis, venha a ser adjudicada a aquisição de novas instalações.

6 — A autorização prevista no número anterior consta de despacho dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pela respectiva tutela que especifica as condições da operação, designadamente:

a) Identificação da entidade a quem são adquiridos os imóveis;

b) Identificação matricial, registral e local da situação dos imóveis a transaccionar;

c) Valores de transacção dos imóveis incluídos na operação, tendo por referência os respectivos valores da avaliação promovida pela DGTF;

d) Condições e prazos de disponibilização das novas instalações e das instalações que, sendo libertadas pelos serviços ocupantes, são alienadas à entidade que adquire as novas instalações;

e) Informação de cabimento orçamental e suporte da despesa;

f) Fixação do destino da receita, no caso de resultar da operação um saldo favorável ao Estado ou ao organismo alienante, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.

#### Artigo 5.º

##### Afectação do produto da alienação e oneração de imóveis

1 — Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o produto da alienação e da oneração de imóveis efectuadas nos termos do artigo anterior reverte até 50 % para o serviço ou organismo proprietário ou ao qual o imóvel está afecto, ou para outros serviços do mesmo ministério, desde que se destine a despesas de investimento, ou:

a) Ao pagamento das contrapartidas resultantes da implementação do princípio da onerosidade, previsto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto, alterado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro;

b) À despesa com a utilização de imóveis;

c) À aquisição ou renovação dos equipamentos destinados à modernização e operação dos serviços e forças de segurança;

d) À despesa com a construção, a manutenção ou a aquisição de imóveis para aumentar e diversificar a capacidade de resposta em acolhimento por parte da Casa Pia de Lisboa, I. P., no caso do património do Estado afecto a esta instituição e nos termos a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pela respectiva tutela.

2 — O produto da alienação e da oneração do património do Estado pode, por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, até 75 %, ser destinado:

a) No Ministério da Defesa Nacional, ao reforço do capital do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas, bem como à regularização dos pagamentos efectuados ao abrigo das Leis n.ºs 9/2002, de 11 de Fevereiro, 21/2004, de 5 de Junho, e 3/2009, de 13 de Janeiro, pela Caixa Geral de Aposentações, I. P. (CGA, I. P.), e pelo orçamento da segurança social, e ainda a despesas com a construção e manutenção de infra-estruturas afectas ao Ministério da Defesa Nacional e à aquisição de equipamentos destinados à modernização e operação das Forças Armadas, sem prejuízo do disposto na Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de Setembro;

b) No Ministério da Justiça, a despesas necessárias aos investimentos destinados à construção ou manutenção de infra-estruturas afectas a este Ministério e à aquisição de dispositivos e sistemas lógicos e equipamentos para a modernização e operacionalidade da justiça;

c) No Ministério da Saúde, ao reforço de capital dos hospitais entidades públicas empresariais e a despesas necessárias à construção ou manutenção de infra-estruturas afectas a cuidados de saúde primários;

d) No Ministério da Educação e Ciência, a despesas necessárias à construção ou manutenção de infra-estruturas

ou aquisição de bens destinados a actividades de ensino, investigação e desenvolvimento;

e) No Ministério dos Negócios Estrangeiros, a despesas de amortização de dívidas contraídas com a aquisição de imóveis, investimento, aquisição, reabilitação ou construção de imóveis daquele Ministério.

3 — No Ministério da Economia e do Emprego, a afectação ao Instituto do Turismo de Portugal, I. P. (Turismo de Portugal, I. P.), do produto da alienação dos imóveis dados como garantia de financiamentos concedidos por este Instituto ou a outro título adquiridos em juízo para o ressarcimento de créditos não reembolsados pode ser destinada, até 100 %, à concessão de financiamentos para a construção e recuperação de património turístico.

4 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 61/2007, de 10 de Setembro, o produto da alienação e da oneração do património do Estado pode, por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, ser destinado, até 75 %, no Ministério da Administração Interna, a despesas com a construção e a aquisição de instalações, infra-estruturas e equipamentos para utilização das forças e dos serviços de segurança.

5 — O remanescente da afectação do produto da alienação e da oneração de imóveis a que se referem os números anteriores constitui receita do Estado.

6 — O disposto nos números anteriores não prejudica:

a) O disposto no n.º 9 do artigo 109.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro;

b) A aplicação do previsto na Portaria n.º 131/94, de 4 de Março, alterada pelas Portarias n.ºs 598/96, de 19 de Outubro, e 226/98, de 7 de Abril;

c) A afectação ao Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial da percentagem do produto da alienação e da constituição de direitos reais sobre bens imóveis do Estado e das contrapartidas recebidas em virtude da implementação do princípio da onerosidade que vier a ser fixada por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças.

7 — Em casos excepcionais devidamente fundamentados, pode o membro do Governo responsável pela área das finanças fixar percentagens superiores às estabelecidas nos n.ºs 1, 2 e 4 desde que o produto da alienação e da oneração dos bens imóveis se destine a despesas de investimento, aquisição, reabilitação ou construção de instalações dos respectivos serviços e organismos.

#### Artigo 6.º

##### Transferência de património edificado

1 — O IGFSS, I. P., e o IHRU, I. P., este último relativamente ao património habitacional que lhe foi transmitido por força da fusão e da extinção do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), podem, sem exigir qualquer contrapartida e sem sujeição às formalidades previstas nos artigos 3.º e 113.º-A do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto, alterado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, de acordo com critérios a estabelecer para a alienação do parque habitacional de arrendamento público, transferir para os municípios, empresas municipais ou de capital maioritariamente municipal, para instituições particulares de solidariedade social ou para pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, desde que prossigam fins assistenciais e demonstrem

capacidade para gerir os agrupamentos habitacionais ou bairros a transferir, a propriedade de prédios ou das suas fracções que constituem agrupamentos habitacionais ou bairros, bem como os direitos e obrigações a estes relativos e aos fogos em regime de propriedade resolúvel.

2 — A transferência do património referida no número anterior é antecedida de acordos de transferência e efectua-se por auto de cessão de bens, o qual constitui título bastante de prova para todos os efeitos legais, incluindo os de registo.

3 — Após a transferência do património e em função das condições que vierem a ser estabelecidas nos acordos de transferência, podem as entidades beneficiárias proceder à alienação dos fogos aos respectivos moradores, nos termos do Decreto-Lei n.º 141/88, de 22 de Abril, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 172/90, de 30 de Maio, 342/90, de 30 de Outubro, 288/93, de 20 de Agosto, e 116/2008, de 4 de Julho.

4 — O arrendamento das habitações transferidas fica sujeito ao regime da renda apoiada, nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio.

5 — O património transferido para os municípios, empresas municipais ou de capital maioritariamente municipal pode, nos termos e condições a estabelecer nos autos de cessão a que se refere o n.º 2, ser objecto de demolição no âmbito de operações de renovação urbana ou operações de reabilitação urbana desde que assegurado pelos municípios o realojamento dos respectivos moradores.

#### Artigo 7.º

##### Transferências orçamentais

Fica o Governo autorizado a proceder às alterações orçamentais e às transferências constantes do mapa anexo à presente lei, da qual faz parte integrante.

#### Artigo 8.º

##### Afectação de verbas resultantes da extinção da Sociedade Arco Ribeirinho Sul

Após a extinção da Sociedade Arco Ribeirinho Sul, S. A., o valor remanescente do respectivo capital social, deduzido dos custos necessários para a liquidação, pode ser afecto ao orçamento do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT), por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças.

#### Artigo 9.º

##### Afectação de verbas resultantes do encerramento de contratos-programa realizados no âmbito do Programa Polis para as cidades

O MAMAOT pode proceder à alocação de partes do capital social das sociedades Polis Litoral para pagamento de dívidas dos Programas Polis para as cidades, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, até ao montante de € 6 000 000.

#### Artigo 10.º

##### Reorganização de serviços e transferências na Administração Pública

1 — Ficam suspensas, até 31 de Dezembro de 2012, as reorganizações de serviços públicos, excepto as que ocorram no contexto da redução transversal a todas as áreas ministeriais de cargos dirigentes e de estruturas orgânicas, bem como aquelas de que resulte diminuição da despesa

ou que tenham em vista a melhoria da eficácia operacional das forças de segurança.

2 — A criação de serviços públicos ou de outras estruturas, até 31 de Dezembro de 2012, só pode verificar-se se for compensada pela extinção ou pela racionalização de serviços ou estruturas públicas existentes no âmbito do mesmo ministério, da qual resulte diminuição de despesa.

3 — Do disposto nos números anteriores não pode resultar um aumento do número de cargos dirigentes, salvo nas situações que impliquem uma diminuição de despesa.

4 — Fica o Governo autorizado, para efeitos da aplicação do disposto nos números anteriores, incluindo as reorganizações iniciadas ou concluídas em 2011, bem como da aplicação do regime de mobilidade especial, a efectuar alterações orçamentais, independentemente de envolverem diferentes classificações orgânicas e funcionais.

5 — Fica o Governo autorizado a efectuar, mediante despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da economia, do emprego, da agricultura, do mar, do ambiente e do ordenamento do território, alterações orçamentais entre as comissões de coordenação e desenvolvimento regional e os serviços do MAMAOT, independentemente da classificação orgânica e funcional.

#### Artigo 11.º

##### Regime de obrigatoriedade de reutilização de consumíveis informáticos

Todos os serviços do Estado, administração pública central, poder executivo, legislativo e judicial, empresas públicas ou com capital maioritariamente público, autarquias locais e sector empresarial local estão obrigados a reutilizar, sempre que possível, os consumíveis informáticos, nomeadamente, *toners* e *tinteiros*.

#### Artigo 12.º

##### Alterações orçamentais no âmbito do QREN, PROMAR, PRODER, PRRN, PREMAC e QCA III

1 — Fica o Governo autorizado a efectuar as alterações orçamentais decorrentes de alterações orgânicas do Governo, da estrutura dos ministérios e da implementação do Programa de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado (PREMAC), independentemente de envolverem diferentes programas.

2 — Fica o Governo autorizado, mediante proposta do membro do Governo responsável pela área das finanças, a efectuar as alterações orçamentais que se revelem necessárias à execução do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), do Programa Operacional Pesca 2007-2013 (PROMAR), do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER) e do Programa da Rede Rural Nacional (PRRN), independentemente de envolverem diferentes programas.

3 — Fica o Governo autorizado a efectuar as alterações orçamentais que se revelem necessárias para garantir a execução do Programa Operacional de Potencial Humano, do Programa Operacional de Assistência Técnica e o encerramento do 3.º Quadro Comunitário de Apoio (QCA III).

#### Artigo 13.º

##### Transferências orçamentais e atribuição de subsídios às entidades públicas reclassificadas

As entidades abrangidas pelo n.º 5 do artigo 2.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de Outubro, que não constem dos mapas da presente

lei, não podem receber directa ou indirectamente transferências ou subsídios com origem no Orçamento do Estado.

#### Artigo 14.º

##### Retenção de montantes nas dotações, transferências e reforço orçamental

1 — As transferências correntes e de capital do Orçamento do Estado para os organismos autónomos da administração central, para as regiões autónomas e para as autarquias locais podem ser retidas para satisfazer débitos, vencidos e exigíveis, constituídos a favor da CGA, I. P., da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), do Serviço Nacional de Saúde (SNS), da segurança social e da DGTF, e ainda em matéria de contribuições e impostos, bem como dos resultantes da não utilização ou da utilização indevida de fundos comunitários.

2 — A retenção a que se refere o número anterior, no que respeita a débitos das regiões autónomas, não pode ultrapassar 5 % do montante da transferência anual.

3 — As transferências referidas no n.º 1, no que respeita a débitos das autarquias locais, salvaguardando o regime especial previsto no Código das Expropriações, só podem ser retidas nos termos previstos na Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

4 — Quando não seja tempestivamente prestada ao Ministério das Finanças, pelos órgãos competentes e por motivo que lhes seja imputável, a informação tipificada na lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de Outubro, bem como a que venha a ser anualmente definida no decreto-lei de execução orçamental ou noutra disposição legal aplicável, podem ser retidas as transferências e recusadas as antecipações de duodécimos, nos termos a fixar no decreto-lei de execução orçamental até que a situação seja devidamente sanada.

5 — Os pedidos de reforço orçamental resultantes de novos compromissos de despesa ou de diminuição de receitas próprias implicam a apresentação de um plano que preveja a redução, de forma sustentável, da correspondente despesa no programa orçamental a que respeita, pelo membro do Governo que tutela o serviço ou organismo em causa.

6 — Para satisfazer débitos, vencidos e exigíveis, constituídos a favor do Estado e que resultem da alienação ou oneração dos imóveis previstos no n.º 1 do artigo 4.º, podem ser retidas as transferências correntes e de capital do Orçamento do Estado para as autarquias locais, nos termos do n.º 1, constituindo essa retenção receita afectada conforme previsto no artigo 5.º

#### Artigo 15.º

##### Transferências para fundações

1 — Durante o ano de 2012, como medida excepcional de estabilidade orçamental, as transferências para as fundações cujo financiamento dependa em mais de 50 % de verbas do Orçamento do Estado são reduzidas em 30 % do valor orçamentado ao abrigo da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, alterada pelas Leis n.ºs 12-A/2010, de 30 de Junho, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

2 — Ficam excepcionadas do cumprimento do disposto no número anterior as fundações a seguir enunciadas:

a) Fundação Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa;

b) Universidade do Porto, Fundação Pública;

c) Universidade de Aveiro, Fundação Pública.

#### Artigo 16.º

##### Divulgação da lista de financiamento a fundações, associações e outras entidades

1 — Fica sujeita a divulgação pública, com actualização anual, a lista de financiamentos por verbas do Orçamento do Estado a fundações, associações e outras entidades de direito privado.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior devem os serviços ou entidades financiadoras proceder à inserção dos dados num formulário electrónico próprio, aprovado por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças e disponibilizado pelo Ministério das Finanças.

#### Artigo 17.º

##### Dotação inscrita no âmbito da Lei de Programação Militar

Durante o ano de 2012, a dotação inscrita no mapa xv, referente à Lei de Programação Militar, é reduzida nos seguintes termos:

a) 40 % como medida de estabilidade orçamental decorrente da aplicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-A/2010, de 27 de Dezembro;

b) 19,59 % como medida adicional de estabilidade orçamental.

#### Artigo 18.º

##### Utilização de saldos do Turismo de Portugal, I. P.

Fica o Turismo de Portugal, I. P., autorizado a utilizar, por conta do seu saldo de gerência e até ao montante de € 12 000 000, as verbas provenientes das receitas do jogo, para aplicação nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 15/2003, de 30 de Janeiro.

#### Artigo 19.º

##### Cessação da autonomia financeira

Fica o Governo autorizado a fazer cessar o regime de autonomia financeira e a aplicar o regime geral de autonomia administrativa aos serviços e fundos autónomos que não tenham cumprido a regra do equilíbrio orçamental prevista no n.º 1 do artigo 25.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de Outubro, sem que para tal tenham sido dispensados nos termos do n.º 3 do mesmo artigo.

### CAPÍTULO III

#### Disposições relativas a trabalhadores do sector público

##### SECÇÃO I

##### Disposições remuneratórias

#### Artigo 20.º

##### Contenção da despesa

1 — Durante o ano de 2012 mantêm-se em vigor os artigos 19.º e 23.º, os n.ºs 1 a 7 e 11 a 16 do artigo 24.º, os artigos 25.º,

26.º, 28.º, 35.º, 40.º, 43.º e 45.º e os n.ºs 2 e 3 do artigo 162.º, todos da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de Agosto, e 60-A/2011, de 30 de Novembro, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 — O abono mensal de representação previsto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 28 de Fevereiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 153/2005, de 2 de Setembro, e 10/2008, de 17 de Janeiro, e pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de Agosto, e 60-A/2011, de 30 de Novembro, é, sem prejuízo das reduções previstas no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, reduzido em 6 %.

3 — As adaptações a que se refere a alínea *t*) do n.º 9 do artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de Agosto, e 60-A/2011, de 30 de Novembro, relativas a reduções remuneratórias no sector público empresarial, são efectuadas pelas seguintes entidades:

*a*) Membro do Governo responsável pela área das finanças no que se refere às adaptações aplicáveis às empresas públicas de capital exclusiva ou maioritariamente público e às entidades públicas empresariais pertencentes ao sector empresarial do Estado, nos termos do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro;

*b*) Titulares dos órgãos executivos próprios das regiões autónomas e da administração local, relativamente às adaptações aplicáveis às entidades do sector empresarial regional e local, respectivamente, nos termos do respectivo estatuto e regime jurídico.

4 — As alterações do posicionamento remuneratório que venham a ocorrer após 31 de Dezembro de 2012, não podem produzir efeitos em data anterior àquela, devendo considerar-se, assim, alterado em conformidade o disposto na alínea *b*) do n.º 3 do artigo 24.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de Agosto, e 60-A/2011, de 30 de Novembro.

5 — O tempo de serviço prestado durante a vigência do artigo 24.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de Agosto, e 60-A/2011, de 30 de Novembro, pelo pessoal referido no n.º 1 daquela disposição não é contado para efeitos de promoção e progressão, em todas as carreiras, cargos e, ou, categorias, incluindo as integradas em corpos especiais, bem como para efeitos de mudanças de posição remuneratória ou categoria nos casos em que estas apenas dependam do decurso de determinado período de prestação de serviço legalmente estabelecido para o efeito.

6 — O disposto no artigo 24.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de Agosto, e 60-A/2011, de 30 de Novembro, não é impeditivo da prática dos actos necessários à obtenção de determinados graus ou títulos ou da realização da formação específica que sejam exigidos, durante a vigência do presente artigo, pela regulamentação específica das carreiras.

7 — Quando a prática dos actos e ou a aquisição das habilitações ou da formação referidas no número anterior implicar, nos termos das disposições legais aplicáveis, alteração da remuneração devida ao trabalhador, esta alteração fica suspensa durante a vigência do presente artigo.

8 — As alterações da remuneração a que se refere o número anterior que venham a ocorrer após a cessação de vigência do presente artigo não podem produzir efeitos reportados a data anterior àquela cessação.

9 — O disposto no artigo 24.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de Agosto, e 60-A/2011, de 30 de Novembro, não se aplica para efeitos de conclusão, com aproveitamento, de estágio legalmente exigível para o ingresso nas carreiras não revistas a que se refere o artigo 35.º da mesma lei.

10 — O procedimento de adaptação a que se refere o n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de Agosto, e 60-A/2011, de 30 de Novembro, abrange, desde que compatível com as garantias de independência estabelecidas em disposições dos tratados que regem a União Europeia, todas as pessoas colectivas de direito público dotadas de independência decorrente da sua integração nas áreas de regulação, supervisão ou controlo e deve ser concluído até 31 de Dezembro de 2012.

11 — Os dirigentes máximos dos serviços abrangidos pelo disposto no número anterior apresentam ao membro do Governo competente, no prazo de 180 dias após a entrada em vigor da presente lei, proposta de alteração aos respectivos estatutos.

12 — O incumprimento do disposto no número anterior determina a responsabilidade disciplinar do dirigente e constitui fundamento para a cessação da respectiva comissão de serviço.

13 — Todas as entidades públicas, independentemente da respectiva natureza, institucional, associativa ou empresarial, do seu âmbito territorial, nacional, regional ou municipal, e do grau de independência ou autonomia, incluindo entidades reguladoras, de supervisão ou controlo, que, directamente ou por intermédio de terceiros, designadamente fundos de pensões, paguem quaisquer pensões, subvenções ou outras prestações pecuniárias da mesma natureza, de base ou complementares, são obrigadas a comunicar, mensalmente, à Caixa Geral de Aposentações, os montantes abonados por beneficiário.

14 — O incumprimento pontual do dever de comunicação estabelecido no número anterior constitui o dirigente máximo da entidade pública, pessoal e solidariamente responsável, juntamente com o beneficiário, pelo reembolso à Caixa Geral de Aposentações das importâncias que esta venha a abonar indevidamente em consequência daquela omissão.

15 — As pensões, subvenções e outras prestações pecuniárias de idêntica natureza, pagas a um único titular, são sujeitas a uma contribuição extraordinária de solidariedade, nos seguintes termos:

*a*) 25 % sobre o montante que exceda 12 vezes o valor do indexante dos apoios sociais (IAS) mas que não ultrapasse 18 vezes aquele valor;

*b*) 50 % sobre o montante que ultrapasse 18 vezes o IAS.

16 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excepcionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos.

## Artigo 21.º

### Suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal ou equivalentes

1 — Durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), como medida excepcional de estabilidade orçamental é suspenso o pagamento de subsídios de férias e de Natal ou quaisquer prestações correspondentes aos 13.º e, ou, 14.º meses às pessoas a

que se refere o n.º 9 do artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de Agosto, e 60-A/2011, de 30 de Novembro, cuja remuneração base mensal seja superior a € 1100.

2 — As pessoas a que se refere o n.º 9 do artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de Agosto, e 60-A/2011, de 30 de Novembro, cuja remuneração base mensal seja igual ou superior a € 600 e não exceda o valor de € 1100 ficam sujeitas a uma redução nos subsídios ou prestações previstos no número anterior, auferindo o montante calculado nos seguintes termos:  $\text{subsídios/prestações} = 1320 - 1,2 \times \text{remuneração base mensal}$ .

3 — O disposto nos números anteriores abrange todas as prestações, independentemente da sua designação formal, que, directa ou indirectamente, se reconduzam ao pagamento dos subsídios a que se referem aqueles números, designadamente a título de adicionais à remuneração mensal.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 abrange ainda os contratos de prestação de serviços celebrados com pessoas singulares ou colectivas, na modalidade de avença, com pagamentos mensais ao longo do ano, acrescidos de uma ou duas prestações de igual montante.

5 — O disposto no presente artigo aplica-se após terem sido efectuadas as reduções remuneratórias previstas no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de Agosto, e 60-A/2011, de 30 de Novembro, bem como do artigo 23.º da mesma lei.

6 — O disposto no presente artigo aplica-se aos subsídios de férias que as pessoas abrangidas teriam direito a receber, quer respeitem a férias vencidas no início do ano de 2012 quer respeitem a férias vencidas posteriormente, incluindo pagamentos de proporcionais por cessação ou suspensão da relação jurídica de emprego.

7 — O disposto no número anterior aplica-se, com as devidas adaptações, ao subsídio de Natal.

8 — O disposto no presente artigo aplica-se igualmente ao pessoal na reserva ou equiparado, quer esteja em efectividade de funções quer esteja fora de efectividade.

9 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa e excepcional, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excepcionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos.

#### Artigo 22.º

##### **Transferências da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., para as instituições do sistema científico e tecnológico nacional**

Durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), e no âmbito dos contratos-programa celebrados entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., e as instituições do sistema científico e tecnológico nacional, nelas se incluindo as instituições de ensino superior públicas, não são deduzidos às transferências a realizar por aquela Fundação os montantes correspondentes aos subsídios de férias e de Natal ou equivalentes sempre que se comprove que igual redução é feita no orçamento da entidade beneficiária da transferência.

#### Artigo 23.º

##### **Contratos de docência e de investigação**

O disposto no artigo 22.º é ainda aplicável aos valores pagos por contratos que visem o desenvolvimento de

actividades de docência ou de investigação e que sejam financiados por entidades privadas, pelo Programa Quadro de Investigação & Desenvolvimento da União Europeia ou por instituições estrangeiras ou internacionais, exclusivamente na parte financiada por fundos nacionais do Orçamento do Estado.

#### Artigo 24.º

##### **Entregas nos cofres do Estado**

As entidades processadoras das remunerações dos trabalhadores em funções públicas referidas na alínea r) do n.º 9 do artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de Agosto, e 60-A/2011, de 30 de Novembro, procedem à entrega das quantias dos subsídios cujo pagamento seja suspenso nos termos do artigo 21.º nos cofres do Estado, nos termos a definir por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças.

#### Artigo 25.º

##### **Suspensão de subsídios de férias e de Natal ou equivalentes de aposentados e reformados**

1 — Durante a vigência do PAEF, como medida excepcional de estabilidade orçamental, é suspenso o pagamento de subsídios de férias e de Natal ou quaisquer prestações correspondentes aos 13.º e, ou, 14.º meses, pagos pela CGA, I. P., pelo Centro Nacional de Pensões e, directamente ou por intermédio de fundos de pensões detidos por quaisquer entidades públicas, independentemente da respectiva natureza e grau de independência ou autonomia, e empresas públicas, de âmbito nacional, regional ou municipal, aos aposentados, reformados, pré-aposentados ou equiparados cuja pensão mensal seja superior a € 1100.

2 — Os aposentados cuja pensão mensal seja igual ou superior a € 600 e não exceda o valor de € 1100 ficam sujeitos a uma redução nos subsídios ou prestações previstos no número anterior, auferindo o montante calculado nos seguintes termos:  $\text{subsídios/prestações} = 1320 - 1,2 \times \text{pensão mensal}$ .

3 — Durante a vigência do PAEF, como medida excepcional de estabilidade orçamental, o valor mensal das subvenções mensais, depois de actualizado por indexação às remunerações dos cargos políticos considerados no seu cálculo, é reduzido na percentagem que resultar da aplicação dos números anteriores às pensões de idêntico valor anual.

4 — O disposto no presente artigo aplica-se sem prejuízo da contribuição extraordinária prevista no artigo 162.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de Agosto, e 60-A/2011, de 30 de Novembro.

5 — No caso das pensões ou subvenções pagas, directamente ou por intermédio de fundos de pensões detidos por quaisquer entidades públicas, independentemente da respectiva natureza e grau de independência ou autonomia, e empresas públicas, de âmbito nacional, regional ou municipal, o montante relativo aos subsídios cujo pagamento é suspenso nos termos dos números anteriores deve ser entregue por aquelas entidades na CGA, I. P., não sendo objecto de qualquer desconto ou tributação.

6 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa e excepcional, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excepcionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos, admitindo como única excepção

as prestações indemnizatórias correspondentes, atribuídas aos deficientes militares abrangidos, respectivamente, pelos Decretos-Leis n.ºs 43/76, de 20 de Janeiro, 314/90, de 13 de Outubro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 248/98, de 11 de Agosto, e 250/99, de 7 de Julho.

#### Artigo 26.º

##### Contratos de aquisição de serviços

1 — O disposto no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, alterada pelas Leis n.º 48/2011, de 26 de Agosto, e 60-A/2011, de 30 de Novembro, é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objecto e, ou, contraparte de contrato vigente em 2011, celebrados por:

a) Órgãos, serviços e entidades previstos nos n.ºs 1 a 4 do artigo 3.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e pela presente lei, incluindo institutos de regime especial e pessoas colectivas de direito público, ainda que dotadas de autonomia ou de independência decorrente da sua integração nas áreas de regulação, supervisão ou controlo;

b) Entidades públicas empresariais, empresas públicas de capital exclusiva ou maioritariamente público e entidades do sector empresarial local e regional;

c) Fundações públicas e outros estabelecimentos públicos não abrangidos pelas alíneas anteriores;

d) Gabinetes previstos na alínea n) do n.º 9 do artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de Agosto, e 60-A/2011, de 30 de Novembro.

2 — Para efeito de aplicação da redução a que se refere o número anterior é considerado o valor total do contrato de aquisição de serviços, excepto no caso das avenças, previstas no n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e pela presente lei, em que a redução incide sobre o valor a pagar mensalmente.

3 — A redução por agregação prevista no n.º 2 do artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de Agosto, e 60-A/2011, de 30 de Novembro, aplica-se sempre que em 2012 a mesma contraparte preste mais do que um serviço ao mesmo adquirente.

4 — Carece de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças, excepto no caso das instituições do ensino superior, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria do referido membro do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e pela presente lei, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;

b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

5 — O parecer previsto no número anterior depende da:

a) Verificação do disposto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e pela presente lei, e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental emitida pela delegação da Direcção-Geral do Orçamento, ou pelo IGFSS, I. P., quando se trate de órgão, serviço ou entidade que integre o âmbito da segurança social aquando do respectivo pedido;

c) Verificação do cumprimento do disposto no n.º 1.

6 — Não estão sujeitas ao disposto nos n.ºs 1 e 4:

a) A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços essenciais previstos no n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, alterada pelas Leis n.ºs 12/2008, de 26 de Fevereiro, 24/2008, de 2 de Junho, 6/2011, de 10 de Março, e 44/2011, de 22 de Junho, ou de outros contratos mistos cujo tipo contratual preponderante não seja o da aquisição de serviços ou em que o serviço assuma um carácter acessório da disponibilização de um bem;

b) A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos ou serviços adjudicantes ao abrigo de acordo quadro;

c) A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos ou serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e pela presente lei, entre si ou com entidades públicas empresariais;

d) As renovações de contratos de aquisição de serviços, nos casos em que tal seja permitido, quando os contratos tenham sido celebrados ao abrigo de concurso público em que o critério de adjudicação tenha sido o do mais baixo preço.

7 — Não está sujeita ao disposto no n.º 1 e na alínea c) do n.º 5 a renovação, em 2012, de contratos de aquisição de serviços cuja celebração ou renovação anterior já tenha sido objecto da redução prevista na mesma disposição legal e obtido parecer favorável ou registo de comunicação.

8 — Nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 5, bem como da alínea b) do mesmo número com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.

9 — O disposto no n.º 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e pela presente lei, e no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, aplica-se aos contratos previstos no presente artigo.

10 — São nulos os contratos de aquisição de serviços celebrados ou renovados sem os pareceres previstos nos n.ºs 4 a 8.



11 — A aplicação à Assembleia da República dos princípios consignados nos números anteriores processa-se por despacho do Presidente da Assembleia da República, precedido de parecer do Conselho de Administração.

12 — Considerando a diversidade de realidades económicas que se vive no contexto internacional, bem como as leis locais e a especificidade das atribuições dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ficam estes serviços excepcionados da aplicação do disposto no n.º 1, devendo a redução dos contratos de aquisição de bens e serviços incidir sobre a globalidade da despesa, e no n.º 4.

#### Artigo 27.º

##### Alteração ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro

O artigo 127.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, passa a ter a seguinte redacção:

#### «Artigo 127.º

[...]

1 — .....

2 — A publicitação da celebração de contratos na sequência de ajuste directo, de valor igual ou superior a € 5000, deve conter a fundamentação da necessidade de recurso ao ajuste directo, em especial, sobre a impossibilidade de satisfação da necessidade por via dos recursos próprios da Administração Pública.

3 — A publicitação referida nos números anteriores é condição do respectivo contrato, independentemente da sua redução ou não a escrito, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.»

#### Artigo 28.º

##### Controlo da contratação de novos trabalhadores por pessoas colectivas de direito público

1 — As pessoas colectivas de direito público dotadas de independência e que possuam atribuições nas áreas da regulação, supervisão ou controlo, designadamente aquelas a que se referem as alíneas e) e f) do n.º 1 e o n.º 3 do artigo 48.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pelos Decretos-Leis n.ºs 200/2006, de 25 de Outubro, e 105/2007, de 3 de Abril, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de Março, e pela Lei n.º 57/2011, de 28 de Novembro, e que não se encontrem abrangidas pelo âmbito de aplicação do artigo 50.º da presente lei e do artigo 9.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, não podem proceder ao recrutamento de trabalhadores para a constituição de relações jurídicas de emprego por tempo indeterminado, determinado e determinável, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 — Em situações excepcionais, fundamentadas na existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a carência dos recursos humanos, bem como a evolução global dos mesmos, o membro do Governo responsável pela área das finanças pode, ao abrigo do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, autorizar o recrutamento a que se refere o número anterior, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a

recrutar e desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos:

a) Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas;

b) Impossibilidade de satisfação das necessidades de pessoal por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade;

c) Demonstração de que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam;

d) Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de Novembro, quando aplicável.

3 — Para efeitos da emissão da autorização prevista no número anterior, os órgãos de direcção ou de administração das pessoas colectivas enviam ao referido membro do Governo os elementos comprovativos da verificação dos requisitos ali previstos.

4 — São nulas as contratações de trabalhadores efectuadas em violação do disposto nos números anteriores, sendo aplicável, com as devidas adaptações, o disposto nos n.ºs 6, 7 e 8 do artigo 9.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, na redacção introduzida pela presente lei.

5 — O disposto no presente artigo prevalece sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias.

#### Artigo 29.º

##### Prémios de gestão

Durante o período de execução do PAEF, não podem retribuir os seus gestores ou titulares de órgãos directivos, de administração ou outros órgãos estatutários, com remunerações variáveis de desempenho:

a) As empresas do sector empresarial do Estado, as empresas públicas, as empresas participadas e ainda as empresas detidas, directa ou indirectamente, por quaisquer entidades públicas estaduais, nomeadamente as dos sectores empresariais regionais e municipais;

b) Os institutos públicos de regime geral e especial;

c) As pessoas colectivas de direito público dotadas de independência decorrente da sua integração nas áreas da regulação, supervisão ou controlo.

#### Artigo 30.º

##### Ajudas de custo, trabalho extraordinário e trabalho nocturno nas fundações públicas e nos estabelecimentos públicos

1 — O Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de Dezembro, bem como as reduções aos valores nele previstos são aplicáveis aos trabalhadores das fundações públicas e dos estabelecimentos públicos.

2 — Os regimes do trabalho extraordinário e do trabalho nocturno previstos no Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e pelo Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de Novembro, são aplicados aos trabalhadores das fundações públicas e dos estabelecimentos públicos.

3 — O disposto no presente artigo prevalece sobre as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias e sobre todos os instrumentos de regulamentação colectiva de



trabalho, sendo directa e imediatamente aplicável, dada a sua natureza imperativa, aos trabalhadores a que se refere o número anterior.

**Artigo 31.º**

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril**

O artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 25.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — Por via aérea:

Classe executiva (ou equivalente):

a) Viagens de duração superior a quatro horas:

- i) Membros do Governo, chefes e adjuntos dos respectivos gabinetes;
- ii) Chefes de missão diplomática nas viagens que tenham por ponto de partida ou de chegada o local do respectivo posto;
- iii) Titulares de cargos de direcção superior do 1.º grau ou equiparados;
- iv) Trabalhadores que acompanhem os membros dos órgãos de soberania;

Classe turística ou económica:

- a) Viagens de duração não superior a quatro horas;
- b) Pessoal não referido anteriormente, independentemente do número de horas de viagem.

- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....
- 8 — .....

**Artigo 32.º**

**Pagamento do trabalho extraordinário**

1 — Durante a vigência do PAEF, como medida excepcional de estabilidade orçamental, todos os acréscimos ao valor da retribuição horária referentes a pagamento de trabalho extraordinário prestado em dia normal de trabalho pelas pessoas a que se refere o n.º 9 do artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de Agosto, e 60-A/2011, de 30 de Novembro, são realizados nos seguintes termos:

- a) 25 % da remuneração na primeira hora;
- b) 37,5 % da remuneração nas horas ou fracções subsequentes.

2 — O trabalho extraordinário prestado em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar, e em dia feriado confere às pessoas a que se refere o n.º 9 do artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de Agosto, e 60-A/2011, de 30 de Novembro, o direito a um acréscimo de 50 % da remuneração por cada hora de trabalho efectuado.

3 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excepcionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos.

**Artigo 33.º**

**Descanso compensatório**

1 — Durante a vigência do PAEF, a prestação de trabalho extraordinário pelas pessoas a que se refere o n.º 9 do artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de Agosto, e 60-A/2011, de 30 de Novembro, não confere direito a descanso compensatório, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 — O trabalhador que presta trabalho extraordinário impeditivo do gozo do descanso diário tem direito a descanso compensatório remunerado equivalente às horas de descanso em falta, a gozar num dos três dias úteis seguintes, salvaguardadas as excepções previstas no artigo 138.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e pelo Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de Novembro.

3 — O trabalhador que presta trabalho em dia de descanso semanal obrigatório tem direito a um dia de descanso compensatório remunerado, a gozar num dos três dias úteis seguintes.

4 — O trabalhador que presta trabalho em órgão ou serviço legalmente dispensado de suspender o trabalho em dia feriado tem direito a um descanso compensatório de igual duração, a gozar num dos três dias úteis seguintes, ou ao acréscimo de 50 % da remuneração pelo trabalho prestado nesse dia, cabendo a escolha à entidade empregadora pública.

5 — A prestação de trabalho extraordinário, em dia de descanso semanal obrigatório, que não exceda duas horas por motivo de falta imprevista de trabalhador que devia ocupar o posto de trabalho no turno seguinte confere direito a descanso compensatório equivalente às horas de descanso em falta, a gozar num dos três dias úteis seguintes.

6 — O descanso compensatório a que se referem os n.ºs 2, 3 e 5 não pode ser substituído por prestação de trabalho remunerado com acréscimo.

7 — O descanso compensatório é marcado por acordo entre o trabalhador e a entidade empregadora pública ou, na sua falta, pela entidade empregadora pública.

8 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excepcionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos.

9 — O disposto nos números anteriores não é aplicável ao descanso compensatório dos trabalhadores das carreiras de saúde, sem prejuízo do cumprimento do período normal do trabalho.

**Artigo 34.º**

**Aplicação de regimes laborais especiais na saúde**

1 — Durante a vigência do PAEF, os níveis retributivos, incluindo suplementos remuneratórios, dos trabalhadores com contrato de trabalho no âmbito dos estabelecimentos ou serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS) com a natureza de entidade pública empresarial, celebrados após 1 de Janeiro de 2012, não podem ser superiores aos dos

correspondentes trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas inseridos em carreiras gerais ou especiais.

2 — A celebração de contratos de trabalho que não respeitem os níveis retributivos do número anterior carece de autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde.

3 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excepcionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos, e abrange todos os suplementos remuneratórios.

## SECÇÃO II

### Outras disposições aplicáveis a trabalhadores em funções públicas

#### Artigo 35.º

##### Alteração à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro

1 — Os artigos 64.º, 71.º e 72.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 64.º

[...]

1 — .....

2 — A mobilidade na categoria que se opere entre dois órgãos ou serviços pode consolidar-se definitivamente, por decisão do dirigente máximo do órgão ou serviço de destino, desde que reunidas, cumulativamente, as seguintes condições:

a) Haja acordo do serviço de origem, quando este tenha sido exigido para o início da mobilidade;

b) A mobilidade tenha tido, pelo menos, a duração de seis meses ou a duração do período experimental exigido para a categoria, caso este seja superior;

c) Haja acordo do trabalhador, quando tenha sido exigido para o início da mobilidade ou quando envolva alteração da actividade de origem;

d) Seja ocupado posto de trabalho previsto previamente no mapa de pessoal.

3 — A consolidação da mobilidade prevista no presente artigo não é precedida nem sucedida de qualquer período experimental.

4 — Na consolidação da mobilidade na categoria é mantido o posicionamento remuneratório detido na situação jurídico-funcional de origem.

5 — Quando se trate de trabalhador em situação de mobilidade especial, o disposto nas alíneas a) e c) do n.º 2 não é aplicável, podendo ainda o posto de trabalho referido na alínea d) do mesmo número ser automaticamente previsto quando necessário para a consolidação.

#### Artigo 71.º

##### Cálculo do valor da remuneração horária e diária

1 — .....

2 — A fórmula referida no número anterior serve de base de cálculo da remuneração correspondente a

qualquer outra fracção de tempo de trabalho inferior ao período de trabalho diário.

3 — A remuneração diária corresponde a  $\frac{1}{30}$  da remuneração mensal.

#### Artigo 72.º

[...]

1 — (*Anterior corpo do artigo.*)

2 — No caso de cedência de interesse público para o exercício de funções em órgão ou serviço a que a presente lei é aplicável, com a opção pela remuneração a que se refere o número anterior, a remuneração a pagar não pode exceder, em caso algum, a remuneração base do Primeiro-Ministro.»

2 — O disposto no artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e pela presente lei, aplica-se às situações de mobilidade em curso ou iniciadas após a data da entrada em vigor da presente lei.

#### Artigo 36.º

##### Alteração ao Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas

O artigo 215.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e pelo Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de Novembro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 215.º

##### Cálculo do valor da remuneração horária e diária

1 — (*Anterior corpo do artigo.*)

2 — A fórmula referida no número anterior serve de base de cálculo da remuneração correspondente a qualquer outra fracção de tempo de trabalho inferior ao período de trabalho diário.

3 — A remuneração diária corresponde a  $\frac{1}{30}$  da remuneração mensal.»

#### Artigo 37.º

##### Alteração à Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho

1 — O artigo 9.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 9.º

[...]

1 — .....

2 — Em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública podem, ao abrigo e nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, autorizar a abertura de procedimentos concursais a que se refere o número anterior, fixando, caso a caso, o número máximo de

trabalhadores a recrutar e desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos:

a) Existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderando, designadamente, a eventual carência dos recursos humanos no sector de actividade da Administração Pública a que se destina o recrutamento, bem como a evolução global dos recursos humanos do ministério de que depende o órgão ou serviço;

b) Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade;

c) Confirmação de declaração de cabimento orçamental emitida pela delegação da Direcção-Geral do Orçamento, ou pelo IGFSS, I. P., quando se trate de órgão, serviço ou entidade que integre o âmbito da segurança social, aquando do pedido de autorização;

d) Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de Novembro;

e) Demonstração do cumprimento das medidas de redução mínima de 2 % de pessoal, tendo em vista o cumprimento do Programa de Assistência Económica e Financeira, considerando o número de trabalhadores do órgão ou serviço em causa no termo do ano anterior;

f) Parecer prévio favorável do membro do Governo de que depende o órgão ou serviço que pretende efectuar o recrutamento.

3 — (Revogado.)

4 — (Revogado.)

5 — Quando tenha decorrido o prazo de seis meses após a data da emissão da autorização prevista no n.º 2 sem que tenha sido homologada a lista de classificação final, devem os serviços que procedem ao recrutamento, após a fase de aplicação de métodos de selecção, solicitar autorização aos membros do Governo a que se refere a mesma disposição legal para prosseguir com o recrutamento.

6 — (Anterior n.º 5.)

7 — (Anterior n.º 6.)

8 — (Anterior n.º 7.)

9 — (Anterior n.º 8.)»

2 — O disposto no n.º 5 do artigo 9.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, na redacção dada pela presente lei, aplica-se aos procedimentos concursais a que se refere o n.º 1 da mesma disposição em curso à data da entrada em vigor da presente lei.

Artigo 38.º

Alteração à Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro

1 — Os artigos 12.º, 13.º, 19.º, 24.º, 25.º, 29.º, 33.º, 45.º e 46.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 11/2008, de 20 de Fevereiro, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 12.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....

- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....
- 8 — .....
- 9 — (Revogado.)
- 10 — (Revogado.)
- 11 — (Revogado.)
- 12 — (Revogado.)
- 13 — (Revogado.)

14 — Para efeitos do disposto no artigo 15.º-A, considera-se data da extinção do serviço a data da publicação do despacho que aprova a lista a que se refere o n.º 8 ou, no caso de inexistência deste, a data a fixar nos termos do n.º 6 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de Outubro.

Artigo 13.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....
- 8 — .....
- 9 — .....
- 10 — .....
- 11 — .....
- 12 — .....
- 13 — (Revogado.)
- 14 — (Revogado.)

15 — Concluído o processo de fusão, é publicado na 2.ª série do *Diário da República* despacho do dirigente máximo do serviço integrador ou responsável pela coordenação do processo declarando a data da conclusão do mesmo.

Artigo 19.º

[...]

1 — Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 7 e 8 do artigo 12.º, 10 e 11 do artigo 13.º e 5 do artigo 15.º-A, a colocação em situação de mobilidade especial faz-se por lista nominativa que indique o vínculo, carreira, categoria, escalão, índice ou posição e nível remuneratórios detidos pelos trabalhadores, aprovada por despacho do dirigente responsável pelo processo de reorganização, a publicar no *Diário da República*.

- 2 — .....

Artigo 24.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — Sem prejuízo do disposto no n.º 5, durante a fase de requalificação o trabalhador auferirá remuneração equivalente a dois terços da remuneração base mensal correspondente à categoria, escalão, índice ou posição e nível remuneratórios detidos no serviço de origem.
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....

## Artigo 25.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — Durante a fase de compensação, o trabalhador auferir remuneração equivalente a metade da remuneração base mensal correspondente à categoria, escalão, índice ou posição e nível remuneratórios detidos no serviço de origem.

4 — .....

## Artigo 29.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — .....

8 — A desistência injustificada do procedimento de selecção ao qual aquele pessoal é opositor obrigatório e a recusa não fundamentada de reinício de funções em serviço determinam, precedendo procedimento simplificado, a passagem à situação de licença sem remuneração ou licença sem vencimento de longa duração, à data daquela desistência ou recusa.

9 — As faltas à aplicação de métodos de selecção para reinício de funções nos termos dos artigos 35.º e 36.º que não sejam justificadas com base no regime de faltas dos trabalhadores em funções públicas, as recusas não fundamentadas de reinício de funções em entidades diferentes de serviços ou de frequência de acções de formação profissional, bem como a desistência não fundamentada no decurso destas, determinam, precedendo procedimento simplificado:

a) A redução em 30 % da remuneração auferida, à data da primeira falta, recusa ou desistência;

b) A passagem à situação de licença sem remuneração ou licença sem vencimento de longa duração, à data da segunda falta, recusa ou desistência.

c) (Revogada.)

d) (Revogada.)

10 — .....

11 — .....

12 — .....

13 — Para efeitos do disposto no n.º 8 e na alínea b) do n.º 9 é considerada a licença sem vencimento ou sem remuneração com duração de 12 meses seguidos, operando-se o regresso nos termos do respectivo regime geral.

## Artigo 33.º

[...]

1 — .....

2 — Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte e no artigo 33.º-C, quando não se trate de cargo ou função que, nos termos da lei, só possam ser exercidos transitoriamente, o exercício de funções a título transitório pelo prazo de um ano determina a sua conversão automática em exercício por tempo indeterminado, em posto de trabalho vago, ou a criar e a extinguir quando

vagar, do mapa de pessoal do serviço onde exerce funções, com a natureza do vínculo e na carreira, categoria, escalão, índice ou posição e nível remuneratórios que o trabalhador detinha na origem.

3 — O exercício de funções na sequência do procedimento a que se refere o artigo seguinte pressupõe a constituição de uma relação jurídica de emprego público com o serviço que procede ao recrutamento, a qual tem início com um período experimental de duração não inferior a seis meses, excepto quando esteja em causa a constituição de uma relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável, em que o período experimental tem duração não superior a 30 dias.

4 — Por acto especialmente fundamentado da entidade competente, ouvido o júri, o período experimental e a relação jurídica a que se refere o número anterior podem ser feitos cessar antecipadamente quando o trabalhador manifestamente revele não possuir as competências exigidas pelo posto de trabalho que ocupa, com comunicação à entidade gestora da mobilidade e à secretaria-geral a que o trabalhador está afecto.

5 — Em tudo o que não se encontre especialmente previsto no presente artigo é aplicável ao período experimental a que se referem os números anteriores, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

6 — No caso de procedimento para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, a situação de mobilidade especial suspende-se durante o período experimental a que se refere o n.º 3, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 26.º

7 — No caso de procedimento para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo determinado ou determinável, a situação de mobilidade especial suspende-se durante todo o período de vigência dessa relação jurídica, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 26.º

## Artigo 45.º

[...]

1 — (Anterior corpo do artigo.)

2 — No caso de reorganização de serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação objectivo estabelecido no artigo 2.º que implique a transferência de atribuições e competências para entidades públicas empresariais, aplica-se o procedimento previsto no artigo 13.º ou nos n.ºs 7 e seguintes do artigo 14.º, consoante o caso, devendo aquelas entidades dispor de um mapa de pessoal com postos de trabalho destinados aos trabalhadores com relação jurídica de emprego público que lhes venham a ser reafectos nos termos daquelas disposições, a extinguir quando vagar.

3 — Aos trabalhadores a que se refere o número anterior continua a ser aplicável o regime decorrente da relação jurídica de emprego público de que sejam titulares à data da reafecção decorrente da aplicação daquela disposição.

4 — Os trabalhadores a que referem os números anteriores podem optar pela constituição de uma relação jurídica de emprego nos termos do regime geral aplicável à generalidade dos trabalhadores da entidade pública

empresarial em causa, com a correspondente cessação da relação jurídica de emprego público.

#### Artigo 46.º

[...]

Para efeitos de aplicação da presente lei, a dois terços e a metade da remuneração base mensal correspondem, respectivamente, 66,7 % e 50 % desta remuneração.»

2 — São aditados à Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 11/2008, de 20 de Fevereiro, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, os artigos 15.º-A, 18.º-A, 33.º-A, 33.º-B, 33.º-C, 39.º-A e 47.º-A, com a seguinte redacção:

#### «Artigo 15.º-A

##### Situações de mobilidade e comissão de serviço

1 — Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 1 a 3 do artigo 11.º, durante os procedimentos de reorganização há lugar a mobilidade, nos termos gerais.

2 — Nos casos de extinção por fusão e de reestruturação com transferência de atribuições ou competências, a autorização da mobilidade compete ao dirigente máximo do serviço integrador daquelas atribuições ou competências a que o trabalhador se encontra afecto.

3 — Independentemente da data do seu início, caso a situação de mobilidade se mantenha à data do despacho que declara a conclusão do processo de extinção ou de fusão, o trabalhador do serviço extinto é integrado:

a) No serviço em que exerce funções, na carreira, categoria, vínculo, escalão, índice ou posição e nível remuneratórios detidos no serviço de origem, em posto de trabalho não ocupado ou a prever no mapa de pessoal;

b) Quando legalmente não possa ocorrer a integração no serviço, na secretaria-geral do ministério a que pertencia o serviço extinto, na carreira, categoria, vínculo, escalão, índice ou posição e nível remuneratórios detidos no serviço de origem, em posto de trabalho não ocupado ou a prever no mapa de pessoal.

4 — O disposto no número anterior só é aplicável quando o mapa de pessoal do serviço ou da secretaria-geral possam prever, tendo em conta as respectivas atribuições, a carreira e a categoria de que o trabalhador seja titular.

5 — Quando não seja possível a integração na secretaria-geral por força do número anterior, o trabalhador é colocado em situação de mobilidade especial, a qual produz efeitos finda a situação de mobilidade geral.

6 — O trabalhador cujo serviço de origem tenha sido extinto por fusão e que se encontre em comissão de serviço em cargo dirigente ou em funções em gabinete ministerial é integrado no serviço para o qual foram transferidas as atribuições do serviço extinto, com produção de efeitos reportada ao termo da comissão de serviço ou do exercício daquelas funções.

7 — No caso previsto no número anterior, quando o serviço de origem tenha sido extinto no âmbito do procedimento previsto no artigo 12.º, é aplicável o disposto na alínea b) do n.º 3 e nos n.ºs 4 e 5.

#### Artigo 18.º-A

##### Procedimento prévio à colocação em situação de mobilidade especial

1 — Terminado o processo de selecção do pessoal a reafectar ao serviço integrador, existindo postos de trabalho vagos naquele serviço integrador que não devam ser ocupados por reafecção, o dirigente máximo procede a novo processo de selecção para a sua ocupação, previamente à aplicação do n.º 9 do artigo 16.º, de entre os trabalhadores nele referidos.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, os universos são definidos por postos de trabalho, a que corresponde uma carreira ou categoria e área de actividade, bem como habilitações académicas ou profissionais, quando legalmente possível, sendo os restantes trabalhadores cuja carreira, categoria e habilitações corresponda àqueles requisitos, seleccionados segundo critérios objectivos, considerando, designadamente, a experiência anterior na área de actividade prevista para o posto de trabalho e, ou, a antiguidade na categoria, carreira e função pública.

3 — Os universos e critérios de selecção a que se refere o número anterior são estabelecidos por despacho do dirigente máximo responsável pela coordenação do processo de reorganização e afixados em locais próprios do serviço que se extingue.

4 — Após esgotadas as possibilidades de reafecção e de atribuição de postos de trabalho nos termos dos números anteriores, aos trabalhadores que excederem os postos de trabalho disponíveis é aplicável o disposto no n.º 9 do artigo 16.º

#### Artigo 33.º-A

##### Prioridade ao recrutamento de pessoal em situação de mobilidade especial

1 — Nenhum dos serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação fixado no artigo 2.º pode recrutar pessoal por tempo indeterminado, determinado ou determinável que não se encontre integrado no mapa de pessoal para o qual se opera o recrutamento antes de executado procedimento prévio de recrutamento de pessoal em situação de mobilidade especial para os postos de trabalho em causa.

2 — O procedimento prévio de recrutamento de pessoal em situação de mobilidade especial a que se refere o número anterior é fixado por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública.

3 — No âmbito do procedimento prévio de recrutamento a que se referem os números anteriores não pode haver lugar a exclusão de candidatos indicados pela entidade gestora da mobilidade e, ou, cuja candidatura tenha sido validada por esta entidade.

4 — O recrutamento de pessoal em situação de mobilidade especial, ao abrigo e nos termos do procedimento previsto nos números anteriores, tem prioridade face ao recrutamento de pessoal em reserva constituída no próprio órgão ou serviço e em reserva constituída por entidade centralizadora.

5 — O pessoal em situação de mobilidade especial é candidato obrigatório à ocupação de postos de trabalho objecto do recrutamento a que se referem os n.ºs 1 e 2 desde que se verifiquem os requisitos cumulativos previstos no n.º 5 do artigo 29.º, sendo-lhe aplicável o

disposto nos n.ºs 6 e seguintes daquela disposição e na subalínea *ii*) da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 39.º

6 — O disposto no número anterior não prejudica o dever de ser opositor a procedimentos concursais abertos nos termos gerais.

7 — A inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial para os postos de trabalho em causa é atestada pela entidade gestora da mobilidade, mediante emissão de declaração própria para o efeito, nos termos a fixar pela portaria a que se refere o n.º 2, e cuja apresentação é indispensável para a abertura, pela entidade empregadora pública em causa, de procedimento concursal nos termos gerais para a ocupação dos postos de trabalho que não tenha sido possível ocupar por pessoal em situação de mobilidade especial.

8 — O procedimento de recrutamento de pessoal em situação de mobilidade especial a que se referem os n.ºs 1 e 2 é urgente e de interesse público, não havendo lugar a audiência de interessados.

9 — Não há efeito suspensivo do recurso administrativo interposto de despacho de homologação da lista, de despacho de nomeação, de celebração de contrato ou de qualquer outro acto praticado no decurso do procedimento.

10 — A aplicação do presente artigo não prejudica o disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 54.º e no n.º 7 do artigo 106.º, ambos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

#### Artigo 33.º-B

##### Remuneração

1 — Aos trabalhadores em situação de mobilidade especial, recrutados nos termos do artigo anterior, não pode ser proposta remuneração inferior à correspondente à categoria, escalão, índice ou posição e nível remuneratórios detidos à data da colocação em situação de mobilidade especial, sem prejuízo das ulteriores alterações a que se refere o n.º 1 do artigo 27.º

2 — A secretaria-geral a que o trabalhador em causa se encontra afecto procede à transferência, para a entidade empregadora pública que procedeu ao recrutamento, do montante orçamentado para a remuneração do trabalhador recrutado por esta para o ano económico em que ocorra o recrutamento a que se refere o artigo anterior, cumprindo a esta entidade suportar a diferença a que eventualmente haja lugar.

3 — No caso de exercício de funções cujo termo ocorra antes do termo do ano económico a que se refere o número anterior, a transferência ali mencionada respeita apenas ao montante orçamentado pela secretaria-geral para a remuneração do trabalhador que abranja o período do exercício daquelas funções.

#### Artigo 33.º-C

##### Reinício de funções ao abrigo de instrumentos de mobilidade geral

1 — Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o pessoal em situação de mobilidade especial pode reiniciar funções ao abrigo e nos termos dos instrumentos de mobilidade geral previstos na lei, com as necessárias adaptações.

2 — O reinício de funções a que se refere o número anterior pode, por decisão do serviço com necessidade

de recursos humanos, ser objecto do procedimento de selecção previsto no artigo 33.º-A.

3 — Ao reinício de funções previsto no presente artigo é aplicável o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo anterior.

#### Artigo 39.º-A

##### Medidas de promoção do reinício de funções

1 — Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo anterior, os serviços abrangidos pela presente lei divulgam permanentemente nas respectivas páginas electrónicas os seus mapas de pessoal, bem como o perfil de competências associado aos respectivos postos de trabalho, nos termos da lei, identificando os postos de trabalho ocupados e não ocupados.

2 — A entidade gestora da mobilidade remete aos serviços a que se refere o número anterior os currículos do pessoal em mobilidade especial que se mostrem compatíveis com o perfil de postos de trabalho desocupados.

3 — Com base nos perfis de competências associados aos postos de trabalho dos mapas de pessoal a que se refere o número anterior e nas competências evidenciadas pelo pessoal em situação de mobilidade especial há mais de seis meses sem exercício efectivo de funções, a entidade gestora da mobilidade elabora planos de formação especialmente vocacionados para a aquisição de competências cuja necessidade seja evidenciada pelos referidos postos de trabalho.

4 — O disposto no presente artigo não prejudica a adopção de outras medidas de requalificação, formação ou orientação profissionais, designadamente nos termos do disposto nos artigos 23.º a 25.º

5 — O membro do Governo responsável pela área da Administração Pública pode aprovar, por despacho, o modelo de currículo do pessoal em situação de mobilidade especial.

#### Artigo 47.º-A

##### Pessoal de serviços extintos em situação de licença sem vencimento ou remuneração

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o regresso de licença sem vencimento ou remuneração do pessoal a que se referem o n.º 7 do artigo 12.º, o n.º 10 do artigo 13.º e o n.º 6 do artigo 47.º efectua-se nos seguintes termos:

*a*) O trabalhador é colocado no início da fase de transição, suspendendo-se a contagem do prazo previsto no n.º 1 do artigo 23.º, para efeitos de mudança de fase;

*b*) Até ao reinício de funções que ocorra em primeiro lugar o trabalhador fica sujeito a todos os deveres e direitos estabelecidos para os trabalhadores colocados na fase de compensação, excepto no que se refere à remuneração que apenas será devida após o primeiro reinício de funções;

*c*) No caso de reinício de funções por tempo indeterminado ou da verificação de qualquer outra circunstância prevista no n.º 1 do artigo 26.º, cessa a situação de mobilidade especial do trabalhador;

*d*) No caso de reinício de funções a título transitório é aplicável o disposto nas alíneas *a*) ou *b*) do n.º 2 do artigo 26.º, consoante os casos;

*e*) Aquando da cessação das funções a que se refere a alínea anterior o trabalhador é recolocado no início da

fase de transição, aplicando-se, a partir deste momento, integralmente o regime geral previsto nos artigos 23.º e seguintes.

2 — No caso de regresso de situação de licenças sem vencimento ou remuneração que, nos termos gerais, determine o regresso directo e imediato ao serviço, o trabalhador é colocado na fase de transição, com todos os direitos e deveres previstos para esta fase, aplicando-se integralmente o regime previsto nos artigos 23.º e seguintes.

3 — Consideram-se abrangidas pelo disposto no número anterior as licenças previstas, nomeadamente, nas seguintes disposições:

a) N.º 4 do artigo 235.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e pelo Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de Novembro;

b) Artigo 76.º e alínea b) do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;

c) Artigo 84.º e alínea a) do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, nos casos em que a licença tenha duração inferior à prevista, respectivamente, no n.º 2 do artigo 85.º e no n.º 5 do artigo 90.º»

3 — São revogados o n.º 4 do artigo 11.º, os n.ºs 9 a 13 do artigo 12.º, os n.ºs 13 e 14 do artigo 13.º, as alíneas c) e d) do n.º 9 do artigo 29.º e o artigo 32.º, todos da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 11/2008, de 20 de Fevereiro, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

4 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as alterações introduzidas pelo presente artigo aplicam-se ao pessoal em situação de mobilidade especial à data da entrada em vigor da presente lei.

5 — O disposto no artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 11/2008, de 20 de Fevereiro, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e pela presente lei, produz efeitos com a entrada em vigor da portaria prevista no seu n.º 2.

6 — O pessoal a quem tenha sido concedida licença extraordinária ao abrigo do artigo 32.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 11/2008, de 20 de Fevereiro, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e pela presente lei, mantém-se nessa situação, aplicando-se-lhe o regime previsto naquela disposição, não podendo haver lugar a prorrogação da licença.

### Artigo 39.º

#### Prioridade no recrutamento

1 — Nos procedimentos concursais publicitados ao abrigo e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e pela presente lei, o recrutamento efectua-se, sem prejuízo das preferências legalmente estabelecidas, pela seguinte ordem:

a) Candidatos aprovados com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida;

b) Candidatos aprovados sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida relativamente aos quais seja estabelecido, por diploma legal, o direito de candidatura a procedimento concursal exclusivamente destinado a quem seja titular dessa modalidade de relação jurídica, designadamente a título de incentivos à realização de determinada actividade ou relacionado com titularidade de determinado estatuto jurídico;

c) Candidatos aprovados com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável;

d) Candidatos sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.

2 — Durante o ano de 2012 e tendo em vista o cumprimento das medidas de redução de pessoal previstas no PAEF, os candidatos a que se refere a alínea b) do número anterior não podem ser opositores a procedimentos concursais exclusivamente destinados a trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, considerando-se suspensas todas as disposições em contrário.

3 — O disposto no presente artigo tem carácter excepcional e prevalece sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias.

### Artigo 40.º

#### Cedência de interesse público

1 — A celebração de acordo de cedência de interesse público com trabalhador de entidade excluída do âmbito de aplicação objectivo da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e pela presente lei, para o exercício de funções em órgão ou serviço a que a mesma lei é aplicável, previsto na primeira parte do n.º 1 do artigo 58.º daquela lei, depende de parecer prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, excepto nos casos a que se refere o n.º 12 do mesmo artigo.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, na área da saúde a concordância expressa do órgão, serviço ou entidade cedente a que se refere o n.º 2 do artigo 58.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e pela presente lei, pode ser dispensada, por despacho do membro do Governo responsável por aquela área, quando sobre aqueles exerça poderes de direcção, superintendência ou tutela.

3 — Nas autarquias locais o parecer a que alude o n.º 1 é da competência do órgão executivo.

4 — O disposto no presente artigo tem carácter excepcional e prevalece sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias.

### Artigo 41.º

#### Quantitativos de militares em regime de contrato e de voluntariado

1 — O quantitativo máximo de militares em regime de contrato (RC) e de voluntariado (RV) nas Forças Armadas, para o ano de 2012, é de 17 710 militares, sendo a sua distribuição pelos diferentes ramos a seguinte:

a) Marinha: 2098;

b) Exército: 12 939;

c) Força Aérea: 2673.

2 — O quantitativo referido no número anterior inclui os militares em RC e RV a frequentar cursos de formação para ingresso nos quadros permanentes e não contabiliza os casos especiais previstos no artigo 301.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas.

3 — A distribuição dos quantitativos dos ramos pelas diferentes categorias é fixada por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

#### Artigo 42.º

##### **Admissões de pessoal militar, militarizado e com funções policiais, de segurança ou equiparado e de adidos de embaixada**

1 — Carecem de parecer prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e, consoante os casos, da defesa nacional e da administração interna:

a) As decisões relativas à admissão de pessoal para o ingresso nas diversas categorias dos quadros permanentes das Forças Armadas, previsto no n.º 2 do artigo 195.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas;

b) A abertura de concursos para admissão de pessoal em regime de contrato e de voluntariado;

c) As decisões relativas à admissão do pessoal militarizado ou equiparado e com funções policiais e de segurança ou equiparado;

d) As decisões relativas à admissão de militares da Guarda Nacional Republicana e de polícias da Polícia de Segurança Pública.

2 — O parecer a que se refere o número anterior, com excepção do disposto na alínea d), depende da demonstração do cumprimento das medidas de redução de pessoal previstas no PAEF, considerando o número de efectivos no universo em causa no termo do ano anterior.

3 — A abertura de concurso de ingresso para ocupação das 20 vagas na categoria de adido de embaixada da carreira diplomática carece de parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos negócios estrangeiros.

#### Artigo 43.º

##### **Alteração ao Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro**

O artigo 21.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 118/2004, de 21 de Maio, e 320/2007, de 27 de Setembro, e pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

#### «Artigo 21.º

##### **Prestações após o termo da prestação do serviço militar**

1 — .....

2 — .....

3 — Não há lugar ao pagamento de prestação pecuniária a que se refere o n.º 1 nas seguintes situações:

a) Quando, durante o serviço efectivo, o militar obtenha provimento em concurso para serviço ou organismo da Administração Pública ao abrigo do previsto nos artigos 30.º, 33.º, 34.º e 35.º do presente Regulamento;

b) Quando o vínculo contratual não seja renovado por iniciativa do militar ou seja rescindido por motivos imputáveis ao mesmo.

4 — .....

#### Artigo 44.º

##### **Duração da mobilidade**

1 — As situações de mobilidade existentes à data da entrada em vigor da presente lei, cujo limite de duração máxima ocorra durante o ano de 2012, podem, por acordo entre as partes, ser excepcionalmente prorrogadas até 31 de Dezembro de 2012.

2 — A prorrogação excepcional prevista no número anterior é aplicável às situações de mobilidade cujo termo ocorre em 31 de Dezembro de 2011, nos termos do acordo previsto no número anterior.

3 — No caso de acordo de cedência de interesse público a que se refere o n.º 13 do artigo 58.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e pela presente lei, a prorrogação a que se referem os números anteriores depende ainda de parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública.

4 — Nas autarquias locais, o parecer a que alude o número anterior é da competência do órgão executivo.

#### Artigo 45.º

##### **Controlo do recrutamento de trabalhadores nas administrações regionais**

1 — O disposto no artigo 9.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, na redacção introduzida pela presente lei, aplica-se, como medida de estabilidade orçamental, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 7.º e 8.º da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro, alterada pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/2010, de 29 de Março, e 2/2010, de 16 de Junho, imediata e directamente aos órgãos e serviços das administrações regionais dos Açores e da Madeira.

2 — Os Governos Regionais zelarão pela aplicação dos princípios e procedimentos mencionados nos números seguintes, ao abrigo de memorandos de entendimento a celebrar com o Governo da República, nos quais se quantifiquem os objectivos a alcançar para garantir a estabilidade orçamental e o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado Português perante outros países e organizações.

3 — Para efeitos da emissão da autorização prevista no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, na redacção introduzida pela presente lei, os dirigentes máximos dos órgãos e serviços das administrações regionais enviam ao membro do Governo Regional competente para o efeito os elementos comprovativos da verificação dos seguintes requisitos cumulativos:

a) Existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a evolução global e a eventual carência dos recursos humanos no sector de actividade a que se destina o recrutamento;

b) Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, ou por recurso a pessoal colocado em



situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade;

c) Demonstração de que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam;

d) Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de Novembro;

e) Demonstração do cumprimento das medidas de redução mínima, de 2 %, de pessoal, tendo em vista o cumprimento do PAEF, considerando o número de trabalhadores do órgão ou serviço em causa no termo do ano anterior.

4 — Os Governos Regionais apresentam ao membro do Governo da República responsável pela área das finanças planos semestrais para a redução a que se refere a alínea e) do n.º 2, com a indicação dos instrumentos para assegurar a respectiva monitorização.

5 — Os Governos Regionais remetem trimestralmente ao membro do Governo da República responsável pela área das finanças informação sobre o número e despesa com recrutamento de trabalhadores, a qualquer título, bem como a identificação das autorizações de recrutamento concedidas ao abrigo do disposto no n.º 2, sem prejuízo do disposto na alínea d) do mesmo número.

6 — Em caso de incumprimento do disposto nos n.ºs 4 e 5, é aplicável o disposto nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 16.º da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro, alterada pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/2010, de 29 de Março, e 2/2010, de 16 de Junho.

7 — No caso de incumprimento dos objectivos de redução a que se refere a alínea e) do n.º 3 e, ou, dos planos a que se refere o n.º 4, pode haver lugar a uma redução nas transferências do Orçamento do Estado para as regiões autónomas no montante equivalente ao que resultaria, em termos de poupança, com a efectiva redução de pessoal no período em causa.

#### Artigo 46.º

##### Controlo do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais

1 — As autarquias locais não podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objecto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 — Em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, o órgão deliberativo, sob proposta do respectivo órgão executivo, pode, ao abrigo e nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, autorizar a abertura dos procedimentos concursais a que se refere o n.º 1, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar e desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos:

a) Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no sector de actividade a que aquele se destina, bem como a evolução global dos recursos humanos na autarquia em causa;

b) Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou outros instrumentos de mobilidade;

c) Demonstração de que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam;

d) Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos no artigo 50.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e na Lei n.º 57/2011, de 28 de Novembro;

e) Demonstração do cumprimento da medida de redução mínima prevista no artigo 48.º

3 — A homologação da lista de classificação final deve ocorrer no prazo de seis meses a contar da data da deliberação de autorização prevista no número anterior, sem prejuízo da respectiva renovação, desde que devidamente fundamentada.

4 — São nulas as contratações e as nomeações de trabalhadores efectuadas em violação do disposto nos números anteriores, sendo aplicável, com as devidas adaptações, o disposto nos n.ºs 6, 7 e 8 do artigo 9.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, na redacção introduzida pela presente lei, havendo lugar a redução nas transferências do Orçamento do Estado para a autarquia em causa de montante idêntico ao despendido com tais contratações ou nomeações, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 92.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de Outubro.

5 — O disposto no artigo 43.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, na redacção dada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de Agosto, e 60-A/2011, de 30 de Novembro, mantém-se em vigor para autarquias locais abrangidas pelo respectivo âmbito de aplicação.

6 — O disposto no presente artigo é directamente aplicável às autarquias locais das regiões autónomas.

7 — Até ao final do mês seguinte ao do termo de cada trimestre, as autarquias locais informam a Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) do número de trabalhadores recrutados nos termos do presente artigo.

8 — O disposto no presente artigo tem carácter excepcional e prevalece sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias.

9 — O disposto no presente artigo aplica-se como medida de estabilidade orçamental nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º e no n.º 1 do artigo 5.º, ambos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, conjugado com o disposto no artigo 86.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de Outubro, e tendo em vista o cumprimento do PAEF.

#### Artigo 47.º

##### Redução de cargos dirigentes nas autarquias locais

1 — Até ao final do 1.º semestre do ano de 2012 as autarquias locais reduzem, no mínimo, 15 % do número de

dirigentes em exercício efectivo de funções em 31 de Dezembro de 2011, incluindo cargos legalmente equiparados.

2 — Excepcionam-se do disposto no número anterior as situações em que, da aplicação daquela percentagem, resulte número inferior a um cargo dirigente.

#### Artigo 48.º

##### Redução de trabalhadores nas autarquias locais

1 — Até ao final do 3.º trimestre do ano de 2012, as autarquias locais reduzem o número de trabalhadores de acordo com os seguintes critérios:

a) Autarquias locais que, no período relativo aos anos de 2009, 2010 e 2011, tenham reduzido em 10 % ou mais o número de trabalhadores relativamente aos existentes em 31 de Dezembro de 2008 reduzem, no mínimo, em 1 % o número de trabalhadores existentes em 31 de Dezembro de 2011;

b) Autarquias locais que, no período relativo aos anos de 2009, 2010 e 2011, tenham reduzido em menos de 10 % o número de trabalhadores relativamente aos existentes em 31 de Dezembro de 2008 reduzem, no mínimo, em 2 % o número de trabalhadores existentes em 31 de Dezembro de 2011;

c) Autarquias locais que, no período referido nas alíneas anteriores, tenham mantido ou aumentado o número de trabalhadores relativamente aos existentes em 31 de Dezembro de 2008 reduzem, no mínimo, em 3 % o número de trabalhadores existentes em 31 de Dezembro de 2011.

2 — No final de cada trimestre, as autarquias locais prestam à DGAL informação detalhada acerca da evolução do cumprimento dos objectivos de redução consagrados no número anterior.

3 — No caso de incumprimento dos objectivos de redução mencionados no n.º 1, há lugar a uma redução das transferências do Orçamento do Estado para a autarquia em causa no montante equivalente ao que resultaria, em termos de poupança, com a efectiva redução de pessoal prevista naquela disposição no período em causa.

4 — A violação do dever de informação previsto no n.º 2 do presente artigo até ao final do 3.º trimestre é equiparada, para todos os efeitos legais, ao incumprimento dos objectivos de redução do número de trabalhadores previstos no n.º 1.

5 — Para efeitos do disposto no n.º 1, não é considerado o pessoal necessário para assegurar o exercício de actividades objecto de transferência ou contratualização de competências da administração central para a administração local no domínio da educação.

#### Artigo 49.º

##### Contratação de doutorados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.

Durante o ano de 2012, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., pode proceder, desde que devidamente cabimentado e sem dependência de parecer do membro do Governo responsável pela área das finanças e da Administração Pública, até ao limite máximo de 80 novas contratações, para o exercício de funções de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico avançado, à celebração de contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo, até ao montante de despesa total de € 3 571 500.

#### Artigo 50.º

##### Recrutamento de trabalhadores nas instituições do ensino superior públicas

1 — Durante o ano de 2012, para os trabalhadores docentes e não docentes e investigadores e não investigadores, as instituições do ensino superior públicas não podem proceder a contratações, independentemente do tipo de vínculo jurídico que venha a estabelecer-se, se as mesmas implicarem um aumento do valor total das remunerações dos trabalhadores docentes e não docentes e investigadores e não investigadores da instituição em relação ao valor referente a 31 de Dezembro de 2011, ajustado pela redução decorrente da suspensão dos subsídios de férias e de Natal.

2 — Em situações excepcionais, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da Administração Pública e do ensino superior, nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, podem dar parecer prévio favorável à contratação de trabalhadores docentes e não docentes e investigadores e não investigadores para além do limite estabelecido no número anterior desde que cumulativamente observados os seguintes requisitos, fixando, caso a caso, o número de contratos a celebrar e o montante máximo a despendar:

a) Existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a eventual carência dos recursos humanos no sector de actividade a que se destina o recrutamento;

b) Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade.

3 — Excepciona-se do disposto nos n.ºs 1 e 2 a contratação de docentes e investigadores, por tempo determinado ou determinável, para a execução de programas, projectos e prestações de serviço, no âmbito das missões e atribuições das instituições do ensino superior públicas, cujos encargos onerem, exclusivamente, receitas transferidas da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., ou receitas próprias provenientes daqueles programas, projectos e prestações de serviço.

4 — As contratações excepcionais previstas no número anterior são obrigatoriamente precedidas de autorização do reitor ou do presidente, conforme os casos e nos termos legais.

5 — As contratações efectuadas em violação do disposto no presente artigo são nulas e fazem incorrer os seus autores em responsabilidade civil, financeira e disciplinar.

6 — É aplicável às instituições do ensino superior públicas o regime previsto nos n.ºs 2 a 4 do artigo 125.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro.

7 — O presente artigo não se aplica às instituições do ensino superior militar e policial.

8 — O disposto no presente artigo tem carácter excepcional e prevalece sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias.

#### Artigo 51.º

##### Prestação de informação sobre efectivos militares

1 — Para os efeitos do disposto nos artigos 41.º e 42.º, os ramos das Forças Armadas disponibilizam, em instrumento

de recolha de informação acessível na Direcção-Geral do Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM), os seguintes dados:

- a) Números totais de vagas autorizadas na estrutura orgânica dos ramos, por categoria, posto e quadro especial;
- b) Número de militares, por categoria, posto e quadro especial, a ocupar vagas na estrutura orgânica dos ramos;
- c) Número de militares na situação de supranumerário, por categoria, posto e quadro especial, com a indicação dos motivos e da data da colocação nessa situação;
- d) Número de militares em funções noutras entidades ou organizações, sem ocupação de vaga nos quadros especiais da estrutura orgânica dos ramos, por categoria, posto e quadro especial, com a indicação da entidade e, ou, funções em causa, da data de início dessa situação e data provável do respectivo termo, bem como das disposições legais ao abrigo das quais foi autorizado o exercício de tais funções;
- e) Números totais de promoções efectuadas, por categoria, posto e quadro especial, com a identificação do acto que as determinou, data de produção de efeitos e vaga a ocupar no novo posto, se for o caso;
- f) Número de militares em regime de contrato e voluntariado, por categoria e posto, em funções na estrutura orgânica dos ramos e em outras entidades, com indicação das datas de início e do termo previsível do contrato.

2 — A informação a que se refere o número anterior é prestada trimestralmente, até ao dia 15 do mês seguinte ao fim de cada trimestre.

3 — Os termos e a periodicidade da prestação de informação a que se referem os números anteriores podem ser alterados por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional.

4 — Sem prejuízo da responsabilização nos termos gerais, o incumprimento do disposto nos números anteriores determina a não tramitação de quaisquer processos relativos a pessoal militar que dependam de parecer dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e, ou, da defesa nacional que lhes sejam dirigidos pelo ramo das Forças Armadas em causa.

5 — A DGPRM disponibiliza a informação prevista no n.º 1 à Direcção-Geral do Orçamento (DGO) e à Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP).

6 — O disposto no presente artigo é também aplicável, com as necessárias adaptações, à Guarda Nacional Republicana (GNR), devendo a informação a que se refere o n.º 1 ser disponibilizada em instrumento de recolha a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração interna.

**Artigo 52.º**

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro**

O artigo 83.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 83.º

[...]

1 — As pessoas de família a cargo dos aposentados terão direito a receber, por morte destes, um subsídio correspondente a um número de pensões igual ao dos meses de vencimento que a lei concede por morte dos servidores no activo, com o limite máximo de seis vezes o indexante dos apoios sociais.

2 — .....

**Artigo 53.º**

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 223/95, de 8 de Setembro**

1 — Os artigos 7.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 223/95, de 8 de Setembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 7.º

[...]

O subsídio por morte é igual a seis vezes o valor da remuneração mensal, susceptível de pagamento de quota para a Caixa Geral de Aposentações, a que o funcionário ou agente tem direito à data do seu falecimento, com o limite máximo de seis vezes o indexante dos apoios sociais.

Artigo 14.º

[...]

1 — .....

2 — O valor do reembolso das despesas de funeral, deduzido o valor do subsídio de funeral, é igual ao subsídio por morte não atribuído.

3 — .....

2 — As alterações introduzidas nos artigos 7.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 223/95, de 8 de Setembro, apenas são aplicáveis às prestações referentes a mortes ocorridas após a entrada em vigor da presente lei.

**Artigo 54.º**

**Revisão do Estatuto dos Funcionários Parlamentares**

1 — O Estatuto dos Funcionários Parlamentares, aprovado pela Lei n.º 23/2011, de 20 de Maio, é revisto, até 31 de Dezembro de 2012, de forma a convergir, quando tal não se verificar, com os princípios e a disciplina da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e pela presente lei, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, pelo Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de Novembro, e da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, tendo em conta a natureza e as características específicas da Assembleia da República e a observância das correspondentes competências próprias do seu Presidente e dos respectivos órgãos de gestão.

2 — No que respeita à avaliação do desempenho, a revisão prevista nos números anteriores efectua-se mediante as adaptações ao SIADAP previstas no artigo 3.º da Lei n.º 66-B/2008, de 28 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e respeitando o disposto naquela lei, em especial em matéria de:

- a) Princípios, objectivos e subsistemas do SIADAP;
- b) Avaliação do desempenho baseada na confrontação entre objectivos fixados e resultados obtidos e, no caso de dirigentes e trabalhadores, também as competências demonstradas e a desenvolver;
- c) Diferenciação de desempenhos, respeitando o número mínimo de menções de avaliação e o valor das percentagens máximas previstos naquela lei.

3 — No prazo referido no n.º 1 são igualmente revistos os mapas de pessoal dos órgãos e serviços de apoio da Assembleia da República, com observância do disposto nos artigos 4.º e 5.º na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e pela presente lei.

## CAPÍTULO IV

### Finanças locais

#### Artigo 55.º

##### Montantes da participação das autarquias locais nos impostos do Estado

1 — Em 2012, e tendo em conta a estabilidade orçamental prevista na lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de Outubro, a repartição dos recursos públicos entre o Estado e os municípios, tendo em vista atingir os objectivos de equilíbrio financeiro horizontal e vertical, inclui as seguintes participações:

a) Uma subvenção geral fixada em € 1 752 023 817, para o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF);

b) Uma subvenção específica fixada em € 140 561 886, para o Fundo Social Municipal (FSM);

c) Uma participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial do continente, Açores e Madeira, incluída na col. 7 do mapa XIX em anexo, a qual resulta da aplicação da percentagem deliberada pelo município aos rendimentos de 2010, nos termos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, correspondendo a diferença, face ao valor da col. 5 do mesmo mapa, à dedução à colecta em sede de IRS, relativo ao ano de 2010, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º da mesma lei.

2 — Os acertos a que houver lugar, resultantes da diferença entre a colecta líquida de IRS de 2010 e de 2011, no cumprimento do previsto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, devem ser efectuados, para cada município, no período orçamental de 2012.

3 — Fica suspenso no ano de 2012 o cumprimento do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, bem como das demais disposições que contrariem o disposto no n.º 1 deste artigo.

4 — No ano de 2012, o montante do FSM indicado na alínea b) do n.º 1 destina-se exclusivamente ao financiamento de competências exercidas pelos municípios no domínio da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, a distribuir de acordo com os indicadores identificados na alínea a) do n.º 1 do artigo 28.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

5 — No ano de 2012, o montante global do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) é fixado em € 184 038 450, sendo o montante a atribuir a cada freguesia o que consta do mapa XX em anexo.

6 — Fica suspenso no ano de 2012 o cumprimento do previsto nos n.ºs 4 e 7 do artigo 32.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

#### Artigo 56.º

##### Remuneração dos eleitos das juntas de freguesia

1 — É inscrita no orçamento dos encargos gerais do Estado uma verba no montante de € 7 394 370 a distribuir pelas freguesias referidas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 67/2007, de 31 de Dezembro, para satisfação das remunerações e dos encargos dos presidentes das juntas que tenham optado pelo regime de permanência, a tempo inteiro ou a meio tempo, deduzidos dos montantes relativos à compensação mensal para encargos a que os mesmos eleitos teriam direito se tivessem permanecido em regime de não permanência, que sejam solicitadas junto da Direcção-Geral das Autarquias Locais, através do preenchimento de formulário electrónico próprio até 28 de Fevereiro de 2012.

2 — A relação das verbas transferidas para cada freguesia, ao abrigo do número anterior, é publicitada mediante portaria do membro do Governo responsável pela área da administração local.

#### Artigo 57.º

##### Alteração à Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro

Os artigos 4.º, 8.º, 14.º, 25.º e 42.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

#### «Artigo 4.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....

7 — Para efeitos do disposto nos números anteriores e com vista a assegurar a consolidação orçamental das contas públicas, em situações excepcionais e transitórias, podem ser estabelecidos, por lei, limites à prática de actos que determinem a assunção de encargos financeiros com impacte nas contas públicas pelas autarquias locais, designadamente:

- a) O recrutamento de trabalhadores;
- b) A celebração de contratos de aquisição de serviços de consultadoria e assessoria técnica;
- c) Valorizações remuneratórias dos trabalhadores em funções públicas e outros servidores dos órgãos e serviços das autarquias locais.

8 — Para efeitos do disposto no presente artigo podem igualmente ser estabelecidos, por lei, deveres de informação e reporte tendo em vista habilitar as autoridades nacionais com a informação agregada relativa, nomeadamente, à organização e gestão de órgãos e serviços das autarquias locais, ao recrutamento de trabalhadores e à celebração de contratos de aquisição de serviços pelos vários órgãos e serviços das autarquias locais.

9 — Ao incumprimento das medidas e dos deveres a que se referem os números anteriores é aplicável o disposto no n.º 7 do artigo 50.º da presente lei e no n.º 3 do artigo 92.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de Outubro.

Artigo 8.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....
- 8 — .....
- 9 — O disposto no presente artigo aplica-se às empresas do sector empresarial do Estado.

Artigo 14.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....
- 8 — Quando seja aplicável o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, a derrama incide sobre o lucro tributável individual de cada uma das sociedades do grupo, sem prejuízo do disposto no artigo 115.º do Código do IRC.
- 9 — (Anterior n.º 8.)
- 10 — (Anterior n.º 9.)
- 11 — (Anterior n.º 10.)

Artigo 25.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — Cada município pode decidir da repartição dos montantes referidos na alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º entre receita corrente e de capital, não podendo a receita corrente exceder 80 % do FEF.
- 4 — Os municípios devem informar anualmente, até 30 de Junho do ano anterior ao ano a que respeita o orçamento, qual a percentagem do FEF que deve ser considerada como transferência corrente, na ausência da qual é considerada a percentagem de 80 %.
- 5 — O limite para a receita corrente previsto no n.º 3 será aumentado para 85 % caso a autarquia demonstre que a diferença se destina a despesas sociais.

- 6 — (Eliminado.)
- 7 — (Eliminado.)

Artigo 42.º

**Fundo de Regularização Municipal**

1 — O Fundo de Regularização Municipal (FRM) visa fazer face a situações de desequilíbrio financeiro estrutural ou de ruptura financeira dos municípios, sendo constituído pelos montantes das transferências orçamentais deduzidas dos municípios de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 5.º, sendo utilizado para, através da Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), proceder ao pagamento das dívidas a fornecedores do município respectivo.

2 — O montante pago nos termos do número anterior não contribui para a redução a que se refere o n.º 2 do artigo 37.º

3 — O Governo regulamentará, por decreto-lei, o regime de regularização de dívidas a fornecedores previsto no n.º 1 e que se aplica apenas a dívidas vencidas há mais de 90 dias.»

Artigo 58.º

**Dívidas das autarquias locais relativas ao sector da água, saneamento e resíduos**

1 — As autarquias locais que tenham dívidas vencidas às entidades gestoras dos sistemas multimunicipais do sector da água, do saneamento básico e dos resíduos devem apresentar até ao dia 15 de Fevereiro, ao ministério da tutela sectorial, as condições de regularização dos respectivos débitos.

2 — Durante o ano de 2012, e em relação às dívidas contraídas pelas autarquias locais a partir de Janeiro do mesmo ano, é conferido um privilégio creditório às entidades gestoras dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos na dedução às transferências prevista no artigo 34.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

Artigo 59.º

**Confirmação da situação tributária e contributiva no âmbito dos pagamentos efectuados pelas autarquias locais**

É aplicável às autarquias locais, no que respeita à confirmação da situação tributária e contributiva, o regime estabelecido no artigo 31.º-A do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 275-A/93, de 9 de Agosto, e 113/95, de 25 de Maio, pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, pelo Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de Outubro, pela Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de Março.

Artigo 60.º

**Descentralização de competências para os municípios no domínio da educação**

1 — Durante o ano de 2012, fica o Governo autorizado a transferir para todos os municípios do continente as dotações inscritas no orçamento do Ministério da Educação e Ciência, acrescidas de actualização nos termos equi-

valentes à inflação prevista, referentes a competências a descentralizar no domínio da educação, relativas a:

- a) Componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar;
- b) Acção social escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico;
- c) Verbas correspondentes à alteração do número de beneficiários no âmbito da acção social escolar, referentes ao ano escolar de 2008-2009, nos termos do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março.

2 — Durante o ano de 2012, fica o Governo autorizado a transferir para os municípios que tenham celebrado ou venham a celebrar contratos de execução ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de Abril, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, as dotações inscritas no orçamento do Ministério da Educação e Ciência, referentes a:

- a) Pessoal não docente do ensino básico;
- b) Actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico;
- c) Gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

3 — Em 2012, as transferências de recursos para pagamento de despesas referentes a pessoal não docente são actualizadas nos termos equivalentes à variação prevista para as remunerações da função pública.

4 — As dotações inscritas no orçamento do Ministério da Educação e Ciência para financiamento do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 2 são actualizadas nos termos equivalentes à inflação prevista.

5 — É inscrita no orçamento dos encargos gerais do Estado uma verba de € 23 689 267 destinada ao pagamento das despesas a que se refere o n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de Abril, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

6 — A relação das verbas transferidas ao abrigo do presente artigo é publicitada mediante portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da educação e da ciência.

#### Artigo 61.º

##### Áreas metropolitanas e associações de municípios

As transferências para as áreas metropolitanas e associações de municípios, nos termos das Leis n.ºs 45/2008 e 46/2008, de 27 de Agosto, alterada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, a inscrever no orçamento dos encargos gerais do Estado, são as que constam do mapa anexo à presente lei, do qual faz parte integrante.

#### Artigo 62.º

##### Auxílios financeiros e cooperação técnica e financeira

É inscrita no orçamento dos encargos gerais do Estado uma verba de € 5 000 000 para as finalidades previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 8.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, bem como para a conclusão de projectos em curso, tendo em conta o período de aplicação dos respectivos programas de financiamento e os princípios de equidade e de equilíbrio na distribuição territorial.

#### Artigo 63.º

##### Retenção de fundos municipais

Constitui receita própria da Direcção-Geral das Autarquias Locais, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 44/2007, de 27 de Abril, a retenção da percentagem de 0,1 % do FEF de cada município do continente.

#### Artigo 64.º

##### Regras relativas à cabimentação e assunção de compromissos na administração local

As matérias relativas à cabimentação e assunção de compromissos na administração local serão objecto de regulamentação em decreto-lei a aprovar até 60 dias após a entrada em vigor da presente lei.

#### Artigo 65.º

##### Violação das regras relativas a compromissos

1 — Os agentes económicos que procedam ao fornecimento de bens ou serviços sem que o documento de compromisso ou nota de encomenda ou documento análogo tenha o número de cabimento e a clara identificação da entidade emitente não poderão reclamar da autarquia local o respectivo pagamento.

2 — Os dirigentes ou equiparados que assumam compromissos ou emitam notas de encomenda ou documentos análogos que não exibam o número de cabimento incorrem em responsabilidade disciplinar, financeira, civil ou criminal.

3 — Até ao final do ano de 2012, e sem prejuízo do disposto nos números anteriores, as entidades incluídas no subsector da administração local reduzem no mínimo 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL) em Setembro de 2011.

4 — À redução prevista no número anterior acresce a redução equivalente a um sétimo da despesa efectuada com remunerações certas e permanentes no ano de 2011, deduzidos dos valores correspondentes aos subsídios de férias e de Natal suportados em 2012 cujo pagamento seja devido nos termos do artigo 21.º da presente lei, a qual deverá ser obrigatoriamente afectada, por esta ordem, à:

- a) Redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL, em Setembro de 2011;
- b) Redução do valor médio dos encargos assumidos e não pagos (EANP) registados no SIIAL em Setembro de 2011;
- c) Redução do endividamento de médio e longo prazos.

5 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, até final do mês de Junho de 2012 os municípios reduzem no mínimo 5 % de pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL entre Junho e Dezembro de 2011.

6 — No caso de incumprimento das reduções previstas nos n.ºs 3, 4 e 5 do presente artigo, há lugar a uma redução das transferências do Orçamento do Estado no montante equivalente ao valor da redução respectivamente em falta.

#### Artigo 66.º

##### Endividamento municipal em 2012

1 — O valor do endividamento líquido de cada município em 31 de Dezembro de 2012, calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de De-

zembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, não pode ser superior ao observado em 31 de Dezembro do ano anterior.

2 — No ano de 2012, e sem prejuízo do disposto no n.º 7 do presente artigo e no artigo 39.º, n.ºs 1 a 5 e 7, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, a celebração de novos contratos de empréstimo de médio e longo prazos é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efectuadas pelos municípios no ano de 2010 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município.

3 — O valor global das amortizações efectuadas no ano de 2010 é corrigido, até 30 de Junho, pelo valor das amortizações efectuadas no ano de 2011.

4 — O rateio referido nos n.ºs 2 e 3 é prioritariamente utilizado pelos municípios em empréstimos de médio e longo prazos para investimentos no âmbito do QREN ou da reabilitação urbana.

5 — Pode excepcionar-se do disposto nos n.ºs 1 e 2 a celebração de contratos de empréstimo, a autorizar por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, em situações excepcionais devidamente fundamentadas e tendo em conta a situação económica e financeira do País, designadamente no âmbito do QREN e da reabilitação urbana e incluindo o empréstimo quadro do Banco Europeu de Investimento (BEI).

6 — Os municípios transmitem obrigatoriamente à DGAL, até ao dia 15 do mês seguinte ao final de cada trimestre, informação sobre os novos contratos de empréstimo de médio e longo prazos celebrados, os montantes utilizados no cumprimento de contratos de crédito bancário e os montantes das amortizações efectuadas no trimestre anterior.

7 — O valor disponível para rateio nos termos dos n.ºs 1 e 2 do presente artigo é reduzido em 150 milhões de euros para, em acumulação com as reduções previstas no artigo anterior, assegurar a diminuição do endividamento líquido dos municípios.

**Artigo 67.º**

**Aplicação do artigo 29.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro**

A alteração ao artigo 29.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, introduzida pelo artigo 47.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, é retroactivamente aplicável ao ano de 2009 para efeitos de cálculo na participação dos impostos do Estado no ano de 2012.

**Artigo 68.º**

**Fundo de Emergência Municipal**

1 — A autorização de despesa a que se refere o n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 225/2009, de 14 de Setembro, é fixada em € 3 000 000.

2 — Em 2012, é permitido o recurso ao Fundo de Emergência Municipal consagrado no Decreto-Lei n.º 225/2009, de 14 de Setembro, sem verificação do requisito da declaração de situação de calamidade pública, desde que se verifiquem condições excepcionais reconhecidas por resolução do Conselho de Ministros.

3 — Em 2012, é permitido o recurso ao Fundo de Emergência Municipal pelos municípios identificados na Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2010, de 13 de Janeiro, em execução dos contratos-programa celebrados em 2010 e 2011 e com execução plurianual.

**Artigo 69.º**

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho**

Os artigos 4.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de Abril, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 4.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — Em 2012, as transferências de recursos para pagamento das despesas a que se refere o presente artigo são actualizadas nos termos equivalentes à variação prevista para as remunerações da função pública.

5 — A partir de 2013, as transferências de recursos financeiros a que se refere o presente artigo são incluídas no Fundo Social Municipal (FSM) e actualizadas segundo as regras aplicáveis às transferências para as autarquias locais.

**Artigo 7.º**

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — Em 2012, as transferências de recursos para pagamento das despesas a que se refere o presente artigo são actualizadas nos termos equivalentes à inflação prevista.

4 — A partir de 2013, as transferências de recursos financeiros a que se refere o presente artigo são incluídas no FSM e actualizadas segundo as regras aplicáveis às transferências para as autarquias locais.

**Artigo 8.º**

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — Em 2012, as transferências de recursos para pagamento das despesas a que se refere o presente artigo são actualizadas nos termos equivalentes à inflação prevista.

5 — A partir de 2013, as transferências de recursos financeiros a que se refere o presente artigo são incluídas no FSM e actualizadas segundo as regras aplicáveis às transferências para as autarquias locais.

- 6 — .....

**Artigo 9.º**

[...]

- 1 — .....
- 2 — Em 2012, as transferências de recursos para pagamento das despesas a que se refere o presente artigo são actualizadas nos termos equivalentes à inflação prevista.

3 — A partir de 2013, as transferências de recursos financeiros a que se refere o presente artigo são incluídas no FSM e actualizadas segundo as regras aplicáveis às transferências para as autarquias locais.

## Artigo 10.º

[...]

- 1 — .....  
 2 — .....  
 3 — .....

4 — Em 2012, as transferências de recursos para pagamento das despesas a que se refere o presente artigo são actualizadas nos termos equivalentes à inflação prevista.

5 — A partir de 2013, as transferências de recursos financeiros a que se refere o presente artigo são incluídas no FSM e actualizadas segundo as regras aplicáveis às transferências para as autarquias locais.

## Artigo 11.º

[...]

- 1 — .....  
 2 — .....  
 3 — .....

4 — Em 2012, as transferências de recursos para pagamento das despesas a que se refere o presente artigo são actualizadas nos termos equivalentes à inflação prevista.

5 — A partir de 2013, as transferências de recursos financeiros a que se refere o presente artigo são incluídas no FSM e actualizadas segundo as regras aplicáveis às transferências para as autarquias locais.

- 6 — ..... »

## Artigo 70.º

**Transferência de património e equipamentos**

1 — É transferida para os municípios a titularidade do direito de propriedade dos prédios afectos às escolas que se encontrem sob gestão municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º e dos artigos 8.º, 12.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de Abril, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

2 — A presente lei constitui título bastante para a transferência prevista no número anterior, sendo dispensadas quaisquer outras formalidades, designadamente as estabelecidas nos contratos de execução celebrados nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de Abril, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

## CAPÍTULO V

**Segurança social**

## Artigo 71.º

**Saldo de gerência do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.**

1 — O saldo de gerência do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.), é transferido para o IGFSS, I. P., e constitui receita do orçamento da segurança social.

2 — O saldo referido no número anterior que resulte de receitas provenientes da execução de programas co-financiados maioritariamente pelo Fundo Social Europeu (FSE) pode ser mantido no IEFP, I. P., por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da economia, do emprego, da solidariedade e da segurança social.

## Artigo 72.º

**Mobilização de activos e recuperação de créditos da segurança social**

Fica o Governo autorizado, através do membro do Governo responsável pelas áreas da solidariedade e segurança social, com faculdade de delegação, a proceder à anulação de créditos detidos pelas instituições de segurança social quando se verificar que carecerem os mesmos de justificação ou estarem insuficientemente documentados ou quando a sua irrecuperabilidade decorra da inexistência de bens penhoráveis do devedor.

## Artigo 73.º

**Gestão de fundos em regime de capitalização**

O disposto no n.º 8 do artigo 6.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de Outubro, não dispensa o registo contabilístico individualizado de todos os fluxos financeiros, ainda que meramente escriturais, associados às operações neles referidas.

## Artigo 74.º

**Alienação de créditos**

1 — A segurança social pode, excepcionalmente, alienar os créditos de que seja titular correspondentes às dívidas de contribuições, quotizações e juros no âmbito de processos de viabilização económica e financeira que envolvam o contribuinte.

2 — A alienação pode ser efectuada pelo valor nominal ou pelo valor de mercado dos créditos.

3 — A alienação de créditos pelo valor de mercado segue um dos procedimentos aprovados pelo membro do Governo responsável pela área da solidariedade e segurança social.

4 — A alienação prevista no presente artigo não pode fazer-se a favor:

- a) Do contribuinte devedor;
- b) Dos membros dos órgãos sociais do contribuinte devedor, quando a dívida respeite ao período de exercício do seu cargo;
- c) De entidades com interesse patrimonial equiparável.

5 — A competência atribuída nos termos do n.º 3 é susceptível de delegação.

## Artigo 75.º

**Representação da segurança social nos processos especiais de recuperação de empresas e insolvência**

Nos processos especiais de recuperação de empresas e insolvência previstos no Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, compete ao IGFSS, I. P., definir a posição da segurança social, cabendo ao Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS, I. P.), assegurar a respectiva representação.

## Artigo 76.º

**Transferências para capitalização**

Os saldos anuais do sistema previdencial, bem como as receitas resultantes da alienação de património, são transferidos para o FEFSS.



Artigo 77.º

**Transferências para políticas activas de emprego e formação profissional durante o ano de 2012**

1 — Das contribuições orçamentadas no âmbito do sistema previdencial, constituem receitas próprias:

- a) Do IEFP, I. P., destinadas à política de emprego e formação profissional, € 481 000 000;
- b) Do IGFSE, I. P., destinadas à política de emprego e formação profissional, € 3 512 327;
- c) Da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), destinadas à melhoria das condições de trabalho e à política de higiene, segurança e saúde no trabalho, € 23 415 517;
- d) Da Agência Nacional para a Qualificação, I. P. (ANQ, I. P.), destinadas à política de emprego e formação profissional, € 4 000 000;
- e) Da Direcção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho, destinadas à política de emprego e formação profissional, € 1 170 776.

2 — Constituem receitas próprias das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, respectivamente, € 8 916 728 e € 10 408 419, destinadas à política do emprego e formação profissional.

Artigo 78.º

**Divulgação de listas de contribuintes**

É aplicável aos contribuintes devedores à segurança social a divulgação de listas prevista na alínea a) do n.º 5 do artigo 64.º da lei geral tributária (LGT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro.

Artigo 79.º

**Suspensão do regime de actualização do valor do indexante dos apoios sociais, das pensões e outras prestações sociais**

É suspenso durante o ano de 2012:

- a) O regime de actualização anual do indexante dos apoios sociais (IAS), mantendo-se em vigor o valor de € 419,22 estabelecido no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 323/2009, de 24 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro;
- b) O regime de actualização das pensões e de outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de segurança social, previsto nos artigos 4.º, 5.º e 6.º da Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 323/2009, de 24 de Dezembro, e pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de Abril, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro;
- c) O regime de actualização das pensões do regime de protecção social convergente, estabelecido no artigo 6.º da Lei n.º 52/2007, de 31 de Agosto, alterada pela Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 323/2009, de 24 de Dezembro, e pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

Artigo 80.º

**Congelamento do valor nominal das pensões**

1 — No ano de 2012, não são objecto de actualização:

- a) Os valores das pensões regulamentares de invalidez e de velhice do regime geral de segurança social, as pensões por incapacidade permanente para o trabalho, as pensões por morte e por doença profissional e demais

pensões, subsídios e complementos, previstos na Portaria n.º 1458/2009, de 31 de Dezembro, atribuídos em data anterior a 1 de Janeiro de 2010;

- b) Os valores das pensões de aposentação, reforma, invalidez e de outras pensões, subsídios e complementos atribuídos pela CGA, I. P., previstos na Portaria n.º 1458/2009, de 31 de Dezembro, atribuídos em data anterior a 1 de Janeiro de 2012.

2 — O disposto no número anterior não é aplicável às pensões, subsídios e complementos cujos valores sejam automaticamente actualizados por indexação à remuneração de trabalhadores no activo, os quais ficam sujeitos à redução remuneratória prevista na presente lei, com excepção das pensões actualizadas ao abrigo do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

3 — Exceptuam-se ainda do disposto na alínea a) do n.º 1 as pensões mínimas do regime geral de segurança social, as pensões do regime especial de segurança social das actividades agrícolas (RESSAA), as pensões do regime não contributivo e de regimes equiparados ao regime não contributivo, as pensões dos regimes transitórios dos trabalhadores agrícolas e o complemento por dependência, cuja actualização consta de portaria do membro do Governo responsável pela área da solidariedade e segurança social.

Artigo 81.º

**Alteração à Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro**

1 — Em face da significativa diminuição das contribuições, à necessidade de combater a evasão contributiva e atendendo a especificidades de apuramento da base de contribuição próprias de algumas actividades económicas, urge proceder a ajustamentos no regime contributivo da categoria dos trabalhadores independentes, bem como ajustar o regime de regularização prestacional de dívida à segurança social.

2 — O artigo 5.º da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, alterada pela Lei n.º 119/2009, de 30 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de Dezembro, e pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 5.º

[...]

- 1 — .....
- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) .....
- e) .....
- f) .....
- g) .....
- h) .....
- i) .....
- j) .....
- k) .....
- l) .....
- m) .....
- n) .....
- o) .....
- p) .....
- q) .....
- r) .....

- s) .....  
 t) .....  
 u) .....  
 v) .....  
 x) O artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/93/M, de 23 de Julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/98/M, de 18 de Setembro;  
 z) .....  
 aa) .....  
 bb) .....  
 cc) .....  
 dd) .....  
 ee) .....  
 ff) .....  
 gg) .....  
 hh) .....  
 ii) .....  
 jj) .....  
 ll) .....  
 mm) .....  
 nn) .....  
 oo) .....  
 pp) .....  
 qq) .....  
 rr) .....  
 ss) .....  
 2 — .....»

3 — Os artigos 62.º, 97.º, 98.º, 99.º, 134.º, 139.º, 145.º, 165.º e 168.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado em anexo à Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, alterada pela Lei n.º 119/2009, de 30 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de Dezembro, e pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 62.º

[...]

- a) .....  
 b) .....  
 c) .....

d) Os membros dos órgãos internos de fiscalização das pessoas colectivas, qualquer que seja o fim prosseguido, que não se encontrem obrigatoriamente abrangidos pelo regime de protecção social convergente dos trabalhadores em funções públicas e que não tenham optado, nos termos legais, por diferente regime de protecção social de inscrição obrigatória;

e) Os membros dos demais órgãos estatutários das pessoas colectivas, qualquer que seja o fim prosseguido, que não se encontrem obrigatoriamente abrangidos pelo regime de protecção social convergente dos trabalhadores em funções públicas e que não tenham optado, nos termos legais, por diferente regime de protecção social de inscrição obrigatória.

Artigo 97.º

[...]

São abrangidos pelo regime geral, com as especificidades previstas na presente subsecção, os trabalhadores

que exercem actividade profissional na pesca local e costeira, sob autoridade de um armador de pesca ou do seu representante legal, bem como os proprietários de embarcações de pesca local e costeira, que integrem o rol de tripulação e exerçam efectiva actividade profissional nestas embarcações, e ainda os apanhadores de espécies marinhas e os pescadores apeados.

Artigo 98.º

[...]

1 — A contribuição relativa aos trabalhadores que exercem actividade na pesca local e aos proprietários de embarcações, que integrem o rol de tripulação e exerçam efectiva actividade profissional nestas embarcações, corresponde a 10 % do valor bruto do pescado vendido em lota, a repartir de acordo com as respectivas partes.

2 — A contribuição relativa aos apanhadores de espécies marinhas e aos pescadores apeados, bem como a outros sujeitos que estejam autorizados à primeira venda de pescado fresco, fora das lotas, corresponde a 10 % do valor do produto bruto do pescado vendido de acordo com as respectivas notas de venda.

3 — A contribuição referida nos números anteriores equivale à aplicação da taxa contributiva à base de incidência e determina a respectiva remuneração a registar.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 3 também se aplica aos trabalhadores e proprietários de embarcações que exerçam a sua actividade a bordo de embarcações de pesca costeira que, à data da entrada em vigor do presente Código, estivessem abrangidas pelo n.º 2 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 199/99, de 8 de Junho.

5 — (Anterior n.º 4.)

6 — A cobrança das contribuições referidas nos n.ºs 1 e 2 é efectuada pela entidade que explorar a lota, no acto da venda do pescado em lota ou no acto da entrega da nota de venda, conforme aplicável.

7 — Sem prejuízo do disposto no n.º 4, a base de incidência dos trabalhadores inscritos marítimos que exercem a sua actividade a bordo de embarcações de pesca costeira determina-se nos termos do disposto nos artigos 44.º e seguintes.

Artigo 99.º

**Taxa contributiva**

1 — A taxa para efeitos de cálculo de remuneração dos sujeitos abrangidos pelo artigo 97.º e regulados pelo artigo 98.º corresponde a 29 %, sendo, respectivamente, de 21 % e de 8 % para as entidades empregadoras e para os trabalhadores.

2 — Relativamente aos proprietários que integrem o rol de tripulação, a taxa prevista no número anterior é aplicável desde que os respectivos rendimentos provenham única e exclusivamente do exercício da actividade da pesca local ou costeira.

Artigo 134.º

[...]

1 — São obrigatoriamente abrangidos pelo regime dos trabalhadores independentes, com as especificidades previstas no presente título, os produtores agrícolas que exerçam efectiva actividade profissional na exploração agrícola ou equiparada, bem como os respectivos côn-

juizes que exerçam efectiva e regularmente actividade profissional na exploração.

2 — Para efeitos do número anterior:

- a) .....
- b) .....

Artigo 139.º

[...]

1 — .....

- a) .....
- b) .....
- c) .....

d) Os proprietários de embarcações de pesca local e costeira, que integrem o rol de tripulação e exerçam efectiva actividade profissional nestas embarcações;  
e) Os apanhadores de espécies marinhas e os pescadores apeados.

2 — .....

3 — Os sujeitos previstos nas alíneas d) e e) são excluídos do regime de trabalhador independente atendendo à especificidade de apuramento da base contributiva da sua actividade, estando sujeitos ao regime previsto nos artigos 97.º a 99.º

Artigo 145.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — No caso de reinício de actividade, o enquadramento produz efeitos no 1.º dia do mês do reinício.

4 — .....

5 — .....

Artigo 165.º

[...]

1 — .....

2 — Sem prejuízo do disposto nos números seguintes e nos n.ºs 3 e 4 do artigo seguinte, em caso de reinício de actividade, a base de incidência contributiva é determinada nos termos seguintes:

a) Corresponde ao escalão obtido em Outubro último se a cessação ocorrer no decurso de 12 meses de produção de efeitos do posicionamento referido no n.º 5 do artigo 163.º;

b) É fixada no 1.º escalão quando não se verifique exercício de actividade nos 12 meses anteriores.

3 — .....

4 — .....

Artigo 168.º

[...]

1 — .....

2 — (Revogado.)

3 — É fixada em 28,3 % a taxa contributiva a cargo dos produtores agrícolas e respectivos cônjuges cujos rendimentos provenham única e exclusivamente do exercício da actividade agrícola.

4 — .....

5 — (Revogado.)

6 — (Revogado.)»

4 — A subsecção II da secção III do capítulo II da parte II do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado em anexo à Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, alterada pela Lei n.º 119/2009, de 30 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de Dezembro, e pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, passa a ter a seguinte epígrafe: «Trabalhadores da pesca local e costeira, apanhadores de espécies marinhas e pescadores apeados».

5 — É revogada a alínea l) do n.º 1 do artigo 273.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado em anexo à Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, alterada pela Lei n.º 119/2009, de 30 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de Dezembro, e pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

Artigo 82.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 42/2001, de 9 de Fevereiro

O artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 42/2001, de 9 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 112/2004, de 13 de Maio, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 13.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — O número de prestações referido no número anterior pode ser alargado até 60 se a dívida exequenda exceder 50 unidades de conta no momento da autorização ou, independentemente do valor da dívida exequenda, no caso de pessoas singulares que não se encontrem em processo de reversão.

4 — O número de prestações previstas no n.º 2 pode ser alargado até 120 desde que, cumulativamente, se verifiquem as seguintes condições:

a) .....

b) .....

c) .....

5 — Para pessoas singulares que não se encontrem em processo de reversão o número de prestações previstas no n.º 2 pode ser alargado até 120 desde que, cumulativamente, se verifiquem as seguintes condições:

a) A dívida exequenda exceda 50 unidades de conta no momento da autorização;

b) O executado preste garantia idónea ou requeira a sua isenção e a mesma seja concedida.

6 — Para efeitos do disposto nos números anteriores, a fixação do número de prestações a autorizar não está condicionada a um limite mínimo de pagamento.»

## Artigo 83.º

**Alteração ao Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro**

1 — Os artigos 80.º e 86.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro, passam a ter a seguinte redacção:

## «Artigo 80.º

[...]

1 — .....

2 — O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo exceder 60 prestações.

3 — Sempre que o executado seja pessoa singular, o número de prestações referido no n.º 2 pode ser alargado até 120 desde que, cumulativamente, se verifiquem as seguintes condições:

a) A dívida exequenda exceda 50 unidades de conta no momento da autorização;

b) O executado preste garantia idónea ou requeira a sua isenção e a mesma seja concedida.

4 — Sempre que o executado seja pessoa colectiva, o número de prestações referido no n.º 2 pode ser alargado até 120 desde que, cumulativamente, se verifiquem as seguintes condições:

a) A dívida exequenda exceda 500 unidades de conta;

b) O executado preste garantia idónea ou a mesma se encontre constituída;

c) Seja demonstrada notória dificuldade financeira e previsíveis consequências económicas.

5 — Para efeitos do disposto nos números anteriores, a fixação do número de prestações a autorizar não está condicionada a um limite mínimo de pagamento.

## Artigo 86.º

[...]

1 — A alteração do enquadramento dos proprietários de embarcações que integrem o rol de tripulação, dos apanhadores de espécies marinhas e dos pescadores apeados para o regime geral dos trabalhadores por conta de outrem produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012.

2 — Os trabalhadores referidos no número anterior mantêm o direito à protecção nas eventualidades de doença e parentalidade, nos termos aplicáveis aos trabalhadores enquadrados no regime geral dos trabalhadores por conta de outrem.»

2 — É revogado o artigo 34.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro.

## CAPÍTULO VI

**Operações activas, regularizações e garantias do Estado**

## Artigo 84.º

**Concessão de empréstimos e outras operações activas**

1 — Fica o Governo autorizado, nos termos da alínea *h*) do artigo 161.º da Constituição, através do membro do Governo

responsável pela área das finanças, com a faculdade de delegação, a conceder empréstimos e a realizar outras operações de crédito activas, até ao montante contratual equivalente a € 3 200 000 000, incluindo a eventual capitalização de juros, não contando para este limite os montantes referentes a reestruturação ou consolidação de créditos do Estado.

2 — Acresce ao limite fixado no número anterior a concessão de empréstimos pelos serviços e fundos autónomos, até ao montante contratual equivalente a € 500 000 000, incluindo a eventual capitalização de juros, não contando para este limite os montantes referentes a reestruturação ou consolidação de créditos.

3 — Fica, ainda, o Governo autorizado, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, com a faculdade de delegação, a renegociar as condições contratuais de empréstimos anteriores, incluindo a troca da moeda do crédito, ou a remir os créditos daqueles resultantes.

4 — O Governo informa trimestralmente a Assembleia da República da justificação e das condições das operações realizadas ao abrigo do presente artigo.

## Artigo 85.º

**Mobilização de activos e recuperação de créditos**

1 — Fica o Governo autorizado, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, com a faculdade de delegação, no âmbito da recuperação de créditos e outros activos financeiros do Estado, detidos pela DGTF, a proceder às seguintes operações:

a) Redefinição das condições de pagamento das dívidas nos casos em que os devedores se proponham pagar a pronto ou em prestações, podendo também, em casos devidamente fundamentados, ser reduzido o valor dos créditos, sem prejuízo de, em caso de incumprimento, se exigir o pagamento nas condições originariamente vigentes, podendo estas condições ser aplicadas na regularização dos créditos adquiridos pela DGTF respeitantes a dívidas às instituições de segurança social, nos termos do regime legal aplicável a estas dívidas;

b) Redefinição das condições de pagamento e, em casos devidamente fundamentados, redução ou remissão do valor dos créditos dos empréstimos concedidos a particulares, ao abrigo do Programa Especial para a Reparação de Fogos ou Imóveis em Degradação (PRID) e do Programa Especial de Autoconstrução, nos casos de mutuários cujos agregados familiares tenham um rendimento médio mensal *per capita* não superior ao valor do rendimento social de inserção ou de mutuários com manifesta incapacidade financeira;

c) Realização de aumentos de capital com quaisquer activos financeiros, bem como mediante conversão de crédito em capital das empresas devedoras;

d) Aceitação, como dação em cumprimento, de bens imóveis, bens móveis, valores mobiliários e outros activos financeiros;

e) Alienação de créditos e outros activos financeiros;

f) Aquisição de activos mediante permuta com outros entes públicos ou no quadro do exercício do direito de credor preferente ou garantido em sede de venda em processo executivo ou em liquidação do processo de insolvência.

2 — Fica o Governo igualmente autorizado, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, com a faculdade de delegação, a proceder:

a) À cessão da gestão de créditos e outros activos, a título remunerado ou não, quando tal operação se revele a mais adequada à defesa dos interesses do Estado;

b) À contratação da prestação dos serviços financeiros relativos à operação indicada na alínea anterior, independentemente do seu valor, podendo esta ser precedida de procedimento por negociação ou realizada por ajuste directo;

c) À redução do capital social de sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos, ou simplesmente participadas, no âmbito de processos de saneamento económico-financeiro;

d) À cessão de activos financeiros que o Estado, através da DGTF, detenha sobre cooperativas e associações de moradores aos municípios onde aquelas tenham a sua sede;

e) À anulação de créditos detidos pela DGTF, quando, em casos devidamente fundamentados, se verifique que não se justifica a respectiva recuperação;

f) À contratação da prestação de serviços no âmbito da recuperação dos créditos do Estado, em casos devidamente fundamentados.

3 — O Governo informa trimestralmente a Assembleia da República da justificação e condições das operações realizadas ao abrigo do presente artigo.

4 — A cobrança dos créditos do Estado detidos pela DGTF, decorrentes de empréstimos concedidos pelo Estado ou por outras entidades públicas, incluindo empresas públicas, que lhe tenham transmitido os respectivos direitos, tem lugar por recurso ao processo de execução fiscal nos termos previstos no Código de Procedimento e de Processo Tributário, constituindo a certidão de dívida emitida pela DGTF título executivo para o efeito.

#### Artigo 86.º

##### Aquisição de activos e assunção de passivos e responsabilidades

1 — Fica o Governo autorizado, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, com a faculdade de delegação:

a) A adquirir créditos de empresas públicas, no contexto de planos estratégicos de reestruturação e de saneamento financeiro;

b) A assumir passivos e responsabilidades ou adquirir créditos sobre empresas públicas e estabelecimentos fabris das Forças Armadas no contexto de planos estratégicos de reestruturação e de saneamento financeiro ou no âmbito de processos de liquidação.

2 — O financiamento das operações referidas no número anterior é assegurado por dotação orçamental inscrita no capítulo 60 do Ministério das Finanças.

#### Artigo 87.º

##### Limite das prestações de operações de locação

Em conformidade com o previsto no n.º 1 do artigo 11.º da Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de Agosto, fica o Governo autorizado a satisfazer encargos com as prestações a liquidar referentes a contratos de investimento público sob a forma de locação, até ao limite máximo de € 96 838 000.

#### Artigo 88.º

##### Antecipação de fundos comunitários

1 — As operações específicas do Tesouro efectuadas para garantir o encerramento do 3.º Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) e a execução do QREN, incluindo

iniciativas comunitárias e Fundo de Coesão, devem ser regularizadas até ao final do exercício orçamental de 2013.

2 — As antecipações de fundos referidas no número anterior não podem, sem prejuízo do disposto no número seguinte, exceder em cada momento:

a) Relativamente aos programas co-financiados pelo Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional (FEDER), por iniciativas comunitárias e pelo Fundo de Coesão € 1 500 000 000;

b) Relativamente aos programas co-financiados pelo Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), pelo Instrumento Financeiro da Orientação da Pesca (IFOP) e pelo Fundo Europeu das Pescas (FEP) € 430 000 000.

3 — Os montantes referidos no número anterior podem ser objecto de compensação entre si, mediante autorização do membro do Governo responsável pela gestão nacional do fundo compensador.

4 — Os limites referidos no n.º 2 incluem as antecipações já efectuadas até 2011.

5 — As operações específicas do Tesouro efectuadas para garantir o pagamento dos apoios financeiros concedidos no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) devem ser regularizadas aquando do respectivo reembolso pela União Europeia, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1290/2005, do Conselho, de 21 de Junho, relativo ao financiamento da Política Agrícola Comum.

6 — Por forma a colmatar eventuais dificuldades inerentes ao processo de encerramento dos anteriores períodos de programação e à execução do QREN relativamente aos programas co-financiados pelo FSE, incluindo iniciativas comunitárias, fica o Governo autorizado a antecipar pagamentos por conta das transferências comunitárias da União Europeia com suporte em fundos da segurança social que não podem exceder a cada momento, considerando as antecipações efectuadas desde 2007, o montante de € 200 000 000.

7 — A regularização das operações activas referidas no número anterior deve ocorrer até ao final do exercício orçamental de 2013, ficando para tal o IGFSS, I. P., autorizado a ressarcir-se nas correspondentes verbas transferidas pela Comissão.

#### Artigo 89.º

##### Princípio da unidade de tesouraria

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, toda a movimentação de fundos dos serviços e fundos autónomos, incluindo aqueles cuja gestão financeira e patrimonial se rege pelo regime jurídico do sector empresarial do Estado, é efectuada por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P. (IGCP, I. P.)

2 — São dispensados do cumprimento da unidade de tesouraria:

a) As escolas do ensino não superior;

b) Os serviços e organismos que, por disposição legal, estejam excepcionados do seu cumprimento;

c) Em situações excepcionais como tal reconhecidas por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, após parecer prévio do IGCP, I. P.

3 — O princípio da unidade de tesouraria é aplicável às instituições do ensino superior nos termos previstos no

artigo 115.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, alterada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

4 — Os casos excepcionais de dispensa são objecto de renovação anual expressa, a qual é precedida de parecer prévio do IGCP, I. P.

5 — O incumprimento do disposto nos números anteriores pode constituir fundamento para a retenção das transferências e recusa das antecipações de duodécimos, nos termos a fixar no decreto-lei de execução orçamental.

6 — Os serviços integrados do Estado e os serviços e fundos autónomos mencionados no n.º 1 promovem a sua integração na rede de cobranças do Estado, prevista no regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de Junho, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2000, de 4 de Abril, e 107-B/2003, de 31 de Dezembro, mediante a abertura de contas bancárias junto do IGCP, I. P., para recebimento, contabilização e controlo das receitas próprias.

7 — As empresas públicas não financeiras devem manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, I. P., nos termos do n.º 1, sendo-lhes para esse efeito aplicável o regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de Junho, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2000, de 4 de Abril, e 107-B/2003, de 31 de Dezembro.

8 — As receitas de todas as aplicações financeiras que sejam efectuadas em violação do princípio da unidade de tesouraria pelas entidades ao mesmo sujeitas revertem para o Estado.

#### Artigo 90.º

##### Operações de reprivatização e de alienação

Para as reprivatizações a realizar ao abrigo da Lei n.º 11/90, de 5 de Abril, alterada e republicada pela Lei n.º 50/2011, de 13 de Setembro, bem como para a alienação de outras participações sociais do Estado, fica o Governo autorizado, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, com a faculdade de delegação, a contratar, por ajuste directo, entre as empresas pré-qualificadas a que se refere o artigo 5.º da referida lei, a montagem das operações de alienação e de oferta pública de subscrição de acções, a tomada firme e respectiva colocação e demais operações associadas.

#### Artigo 91.º

##### Limite máximo para a concessão de garantias pelo Estado e por outras pessoas colectivas de direito público

1 — O limite máximo para a autorização da concessão de garantias pelo Estado em 2012 é fixado, em termos de fluxos líquidos anuais, em € 2 400 000 000, sem prejuízo do disposto no artigo 103.º

2 — Não se encontram abrangidas pelo limite fixado no número anterior as operações resultantes de deliberações tomadas no seio da União Europeia.

3 — Ao limite fixado no n.º 1 acresce o correspondente a garantias de seguro de crédito, de créditos financeiros, seguro-caução e seguro de investimento, a conceder pelo Estado, que não pode ultrapassar o montante equivalente a € 1 000 000 000.

4 — O limite máximo para a concessão de garantias por outras pessoas colectivas de direito público, em 2012, é fixado, em termos de fluxos líquidos anuais, em € 10 000 000.

5 — O Governo remete trimestralmente à Assembleia da República a listagem dos projectos beneficiários de garantias ao abrigo dos n.ºs 1 e 4, a qual deve igualmente

incluir a respectiva caracterização física e financeira individual, bem como a discriminação de todos os apoios e benefícios que lhes forem prestados pelo Estado, para além das garantias concedidas ao abrigo do presente artigo.

#### Artigo 92.º

##### Saldos do capítulo 60 do Orçamento do Estado

1 — Os saldos das dotações afectas às rubricas da classificação económica «Transferências correntes», «Subsídios», «Activos financeiros» e «Outras despesas correntes» inscritas no Orçamento do Estado para 2012, no capítulo 60 do Ministério das Finanças, podem ser utilizados em despesas cujo pagamento seja realizável até 15 de Fevereiro de 2013, desde que a obrigação para o Estado tenha sido constituída até 31 de Dezembro de 2012 e seja nessa data conhecida ou estimável a quantia necessária para o seu cumprimento.

2 — As quantias utilizadas nos termos do número anterior são depositadas em conta especial destinada ao pagamento das respectivas despesas, devendo tal conta ser encerrada até 15 de Fevereiro de 2013.

#### Artigo 93.º

##### Encargos de liquidação

1 — O Orçamento do Estado assegura sempre que necessário, por dotação orçamental inscrita no capítulo 60 do Ministério das Finanças, a satisfação das obrigações das entidades extintas cujo activo restante foi transmitido para o Estado em sede de partilha, até à concorrência do respectivo valor transferido.

2 — É dispensada a prestação de caução prevista no n.º 3 do artigo 154.º do Código das Sociedades Comerciais quando, em sede de partilha, a totalidade do activo restante for transmitido para o Estado.

#### Artigo 94.º

##### Processos de extinção

1 — As despesas correntes estritamente necessárias que resultem de processos de dissolução, liquidação e extinção de empresas públicas e participadas, serviços e outros organismos são efectuadas através do capítulo 60 do Ministério das Finanças.

2 — No âmbito dos processos referidos no número anterior que envolvam transferências de patrimónios para o Estado pode proceder-se à extinção de obrigações, por compensação e por confusão.

## CAPÍTULO VII

### Financiamento do Estado e gestão da dívida pública

#### Artigo 95.º

##### Financiamento do Orçamento do Estado

1 — Para fazer face às necessidades de financiamento decorrentes da execução do Orçamento do Estado, incluindo os serviços e fundos dotados de autonomia administrativa e financeira, fica o Governo autorizado, nos termos da alínea *h*) do artigo 161.º da Constituição e do artigo 97.º da presente lei, a aumentar o endividamento líquido global directo, até ao montante máximo de € 13 890 000 000.

2 — Ao limite previsto no número anterior pode acrescentar a antecipação de financiamento admitida pelo n.º 2 do artigo 16.º-A da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de Outubro.

#### Artigo 96.º

##### Financiamento de habitação e de reabilitação urbana

1 — Fica o IHRU, I. P., autorizado:

a) A contrair empréstimos, até ao limite de € 20 000 000, para o financiamento de operações activas no âmbito da sua actividade;

b) A utilizar os empréstimos contraídos ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 110.º da Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, para o financiamento da reabilitação urbana promovida por câmaras municipais e sociedades de reabilitação urbana e para a recuperação do parque habitacional degradado.

2 — O limite previsto na alínea a) do número anterior concorre para efeitos do limite global previsto no artigo anterior.

#### Artigo 97.º

##### Condições gerais do financiamento

1 — Nos termos da alínea h) do artigo 161.º da Constituição, fica o Governo autorizado a contrair empréstimos amortizáveis e a realizar outras operações de endividamento, nomeadamente operações de reporte com valores mobiliários representativos de dívida pública directa do Estado, independentemente da taxa e da moeda de denominação, cujo produto da emissão, líquido de mais e de menos-valias, não exceda, na globalidade, o montante resultante da adição dos seguintes valores:

a) Montante dos limites para o acréscimo de endividamento líquido global directo estabelecidos nos termos dos artigos 95.º e 104.º;

b) Montante das amortizações da dívida pública realizadas durante o ano, nas respectivas datas de vencimento ou a antecipar por conveniência de gestão da dívida, calculado, no primeiro caso, segundo o valor contratual da amortização e, no segundo caso, segundo o respectivo custo previsível de aquisição em mercado;

c) Montante de outras operações que envolvam redução de dívida pública, determinado pelo custo de aquisição em mercado da dívida objecto de redução.

2 — As amortizações de dívida pública que forem efectuadas pelo Fundo de Regularização da Dívida Pública como aplicação de receitas das privatizações não são consideradas para efeitos da alínea b) do número anterior.

3 — O prazo dos empréstimos a emitir e das operações de endividamento a realizar ao abrigo do disposto no n.º 1 não pode ser superior a 50 anos.

#### Artigo 98.º

##### Dívida denominada em moeda diferente do euro

1 — A exposição cambial em moedas diferentes do euro não pode ultrapassar, em cada momento, 10 % do total da dívida pública directa do Estado.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, entende-se por «exposição cambial» o montante das responsabi-

lidades financeiras, incluindo as relativas a operações de derivados financeiros associadas a contratos de empréstimos, cujo risco cambial não se encontre coberto.

#### Artigo 99.º

##### Dívida flutuante

Para satisfação de necessidades transitórias de tesouraria e maior flexibilidade de gestão da emissão de dívida pública fundada, fica o Governo autorizado a emitir dívida flutuante, sujeitando-se o montante acumulado de emissões vivas em cada momento ao limite máximo de € 30 000 000 000.

#### Artigo 100.º

##### Compra em mercado e troca de títulos de dívida

1 — A fim de melhorar as condições de negociação e transacção dos títulos de dívida pública directa do Estado, aumentando a respectiva liquidez, e tendo em vista a melhoria dos custos de financiamento do Estado, fica o Governo autorizado, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, com faculdade de delegação, a proceder à amortização antecipada de empréstimos e a efectuar operações de compra em mercado ou operações de troca de instrumentos de dívida, amortizando antecipadamente os títulos de dívida que, por esta forma, sejam retirados do mercado.

2 — As condições essenciais das operações referidas no número anterior, designadamente modalidades de realização e instrumentos de dívida abrangidos, são aprovadas pelo membro do Governo responsável pela área das finanças e devem:

a) Salvar os princípios e objectivos gerais da gestão da dívida pública directa do Estado, nomeadamente os consignados no artigo 2.º da Lei n.º 7/98, de 3 de Fevereiro, alterada pela Lei n.º 87-B/98, de 31 de Dezembro;

b) Respeitar o valor e a equivalência de mercado dos títulos de dívida.

#### Artigo 101.º

##### Gestão da dívida pública directa do Estado

1 — Fica o Governo autorizado, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, a realizar as seguintes operações de gestão da dívida pública directa do Estado:

a) Substituição entre a emissão das várias modalidades de empréstimos;

b) Reforço das dotações para amortização de capital;

c) Pagamento antecipado, total ou parcial, de empréstimos já contratados;

d) Conversão de empréstimos existentes, nos termos das condições da emissão ou do contrato, ou por acordo com os respectivos titulares, quando as condições dos mercados financeiros assim o aconselharem.

2 — A fim de dinamizar a negociação e transacção de valores mobiliários representativos de dívida pública, fica ainda o Governo autorizado, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, com a faculdade de delegação, a realizar operações de reporte com valores mobiliários representativos de dívida pública directa do Estado.

3 — Para efeitos do disposto no artigo e números anteriores, e tendo em vista a realização de operações de fomento de liquidez em mercado secundário, bem como a intervenção em operações de derivados financeiros impostas pela eficiente gestão activa da dívida pública directa do Estado, pode o IGCP, I. P., emitir dívida pública, bem como o Fundo de Regularização da Dívida Pública subcrever e, ou, alienar valores mobiliários representativos de dívida pública.

4 — O acréscimo de endividamento líquido global directo que seja necessário para dar cumprimento ao disposto no número anterior, até ao limite de € 1 500 000 000, é efectuado por contrapartida de uma redução, no mesmo montante, do limite máximo previsto no artigo 104.º

#### Artigo 102.º

##### Linha de financiamento de pequenas e médias empresas

1 — O Governo enceta um processo negocial com o BEI com o intuito de contratualizar uma linha de financiamento de pequenas e médias empresas.

2 — O Governo assegura critérios de selectividade e mérito na gestão da linha de financiamento prevista no número anterior visando a prioridade do financiamento aos sectores de bens e serviços transaccionáveis, incluindo as empresas exportadoras, devendo a sua regulamentação reflectir esta prioridade.

### CAPÍTULO VIII

#### Iniciativa para o reforço da estabilidade financeira

#### Artigo 103.º

##### Concessão extraordinária de garantias pessoais do Estado

1 — Excepcionalmente, pode o Estado conceder garantias, em 2012, nos termos da lei, para reforço da estabilidade financeira e da disponibilidade de liquidez nos mercados financeiros.

2 — O limite máximo para a autorização da concessão de garantias previsto no número anterior é de € 29 920 000 000 e acresce ao limite fixado no n.º 1 do artigo 91.º

#### Artigo 104.º

##### Financiamento

Excepcionalmente, para fazer face às necessidades de financiamento, tendo em vista o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros, fica o Governo autorizado, nos termos da alínea *h*) do artigo 161.º da Constituição e do artigo 97.º, a aumentar o endividamento líquido global directo até ao montante de € 12 000 000 000, o qual acresce ao montante máximo referido no artigo 95.º

### CAPÍTULO IX

#### Financiamento e transferências para as regiões autónomas

#### Artigo 105.º

##### Transferências orçamentais para as regiões autónomas

1 — Nos termos do artigo 37.º da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro, alterada pelas Leis Or-

gânicas n.ºs 1/2010, de 29 de Março, e 2/2010, de 16 de Junho, são transferidas as seguintes verbas:

- a) € 289 874 773 para a Região Autónoma dos Açores;
- b) € 189 690 880 para a Região Autónoma da Madeira.

2 — Nos termos do artigo 38.º da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro, alterada pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/2010, de 29 de Março, e 2/2010, de 16 de Junho, são transferidas as seguintes verbas:

- a) € 36 234 347 para a Região Autónoma dos Açores;
- b) € 0 para a Região Autónoma da Madeira.

3 — Nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei Orgânica n.º 2/2010, de 16 de Junho, alterada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, são ainda transferidos para a Região Autónoma da Madeira € 50 000 000.

4 — Ao abrigo dos princípios da estabilidade financeira e da solidariedade recíproca, no âmbito dos compromissos assumidos com as regiões autónomas, nas transferências decorrentes dos n.ºs 1 e 2 estão incluídas todas as verbas devidas até ao final de 2012, por acertos de transferências decorrentes da aplicação do disposto nos artigos 37.º e 38.º da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro, alterada pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/2010, de 29 de Março, e 2/2010, de 16 de Junho.

#### Artigo 106.º

##### Transferências orçamentais para a Região Autónoma da Madeira

Por violação dos limites de endividamento apurados no ano de 2011 as transferências referidas nos n.ºs 1 e 2 do artigo anterior relativamente à Região Autónoma da Madeira ficam sujeitas ao disposto no artigo 31.º da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro, na redacção dada pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/2010, de 29 de Março, e 2/2010, de 16 de Junho.

#### Artigo 107.º

##### Necessidades de financiamento das regiões autónomas

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 10.º da Lei Orgânica n.º 2/2010, de 16 de Junho, alterada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e em respeito pelo artigo 87.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de Outubro, que prevalece sobre esta norma, as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira não podem acordar contratualmente novos empréstimos, incluindo todas as formas de dívida, que impliquem um aumento do seu endividamento líquido.

2 — Podem excepcionar-se do disposto no número anterior, nos termos e condições a definir por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, os empréstimos e as amortizações destinados ao financiamento de projectos com participação de fundos comunitários e à regularização de dívidas vencidas das regiões autónomas.

3 — O montante de endividamento líquido regional, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), é equivalente à diferença entre a soma dos passivos financeiros, qualquer que seja a sua forma, incluindo, nomeadamente, os empréstimos contraídos, os



contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos financeiros, em especial o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras e as aplicações de tesouraria.

CAPÍTULO X

**Impostos directos**

SECÇÃO I

**Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares**

Artigo 108.º

**Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares**

Os artigos 2.º, 3.º, 5.º, 10.º, 13.º, 18.º, 20.º, 24.º, 27.º, 31.º-A, 35.º, 36.º-B, 37.º, 38.º, 39.º, 41.º, 43.º, 44.º, 53.º, 55.º, 57.º, 69.º, 70.º, 71.º, 72.º, 77.º, 78.º, 82.º, 83.º-A, 85.º, 87.º, 92.º, 97.º, 101.º, 115.º, 117.º, 119.º, 127.º e 130.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro, abreviadamente designado por Código do IRS, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 2.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- a) .....
- b) .....
- 1) .....
- 2) O subsídio de refeição na parte em que exceder em 20 % o limite legal estabelecido ou em 60 % sempre que o respectivo subsídio seja atribuído através de vales de refeição;
- 3) .....
- 4) .....
- 5) .....
- 6) .....
- 7) .....
- 8) .....
- 9) .....
- 10) .....
- c) .....
- d) .....
- e) .....
- f) .....
- g) .....

4 — Quando, por qualquer forma, cessem os contratos subjacentes às situações referidas nas alíneas a), b) e c) do n.º 1, mas sem prejuízo do disposto na alínea d) do mesmo número, quanto às prestações que continuem a ser devidas mesmo que o contrato de trabalho não subsista, ou se verifique a cessação das funções de gestor público, administrador ou gerente de pessoa colectiva, bem como de representante de estabelecimento estável de entidade não residente, as

importâncias auferidas, a qualquer título, ficam sempre sujeitas a tributação:

a) Pela sua totalidade, tratando-se de gestor público, administrador ou gerente de pessoa colectiva, bem como de representante de estabelecimento estável de entidade não residente;

b) Na parte que exceda o valor correspondente ao valor médio das remunerações regulares com carácter de retribuição sujeitas a imposto, auferidas nos últimos 12 meses, multiplicado pelo número de anos ou fracção de antiguidade ou de exercício de funções na entidade devedora, nos demais casos, salvo quando nos 24 meses seguintes seja criado novo vínculo profissional ou empresarial, independentemente da sua natureza, com a mesma entidade, caso em que as importâncias serão tributadas pela totalidade.

- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....
- 8 — .....
- 9 — .....
- 10 — .....
- 11 — .....
- 12 — .....
- 13 — .....
- 14 — .....

Artigo 3.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- a) .....
- b) .....
- c) As mais-valias apuradas no âmbito das actividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais, definidas nos termos do artigo 46.º do Código do IRC, designadamente as resultantes da transferência para o património particular dos empresários de quaisquer bens afectos ao activo da empresa e, bem assim, os outros ganhos ou perdas que, não se encontrando nessas condições, decorram das operações referidas no n.º 1 do artigo 10.º, quando imputáveis a actividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais;
- d) .....
- e) .....
- f) .....
- g) .....
- h) .....
- i) .....

- 3 — .....
- 4 — São excluídos de tributação os rendimentos resultantes de actividades agrícolas, silvícolas e pecuárias quando o valor dos proveitos ou das receitas, isoladamente ou em cumulação com os rendimentos ilíquidos sujeitos, ainda que isentos, desta ou de outras categorias que devam ser ou tenham sido englobados, não exceda por agregado familiar quatro vezes e meia o valor anual do IAS.
- 5 — .....
- 6 — .....

## Artigo 5.º

[...]

- 1 — .....  
2 — .....

- a) .....  
b) .....  
c) .....  
d) .....  
e) .....  
f) .....  
g) .....  
h) .....

i) O valor atribuído aos associados em resultado da partilha que, nos termos do artigo 81.º do Código do IRC, seja considerado rendimento de aplicação de capitais, bem como o valor atribuído aos associados na amortização de partes sociais sem redução de capital;

- j) .....  
l) .....  
m) .....  
n) .....  
o) .....  
p) .....  
q) .....  
r) .....

- 3 — .....  
4 — .....  
5 — .....  
6 — .....

7 — Havendo lugar à cessão ou anulação de um *swap* ou de uma operação cambial a prazo, com pagamento e recebimento de valores de regularização, os ganhos respectivos constituem rendimento para efeitos da alínea q) do n.º 2.

8 — Estando em causa instrumentos financeiros derivados, o disposto no n.º 10 do artigo 49.º do Código do IRC é aplicável, com as necessárias adaptações, para efeitos de IRS.

- 9 — .....

## Artigo 10.º

[...]

- 1 — .....

- a) .....

b) Alienação onerosa de partes sociais, incluindo a sua remição e amortização com redução de capital, e de outros valores mobiliários e, bem assim, o valor atribuído aos associados em resultado da partilha que, nos termos do artigo 81.º do Código do IRC, seja considerado como mais-valia;

- c) .....  
d) .....  
e) .....  
f) .....  
g) .....

- 2 — .....  
3 — .....  
4 — .....  
5 — .....  
6 — .....

- 7 — .....

8 — No caso de se verificar uma permuta de partes sociais nas condições mencionadas no n.º 5 do artigo 73.º e no n.º 2 do artigo 77.º do Código do IRC, a atribuição, em resultado dessa permuta, dos títulos representativos do capital social da sociedade adquirente aos sócios da sociedade adquirida não dá lugar a qualquer tributação destes últimos se os mesmos continuarem a valorizar, para efeitos fiscais, as novas partes sociais pelo valor das antigas, determinado de acordo com o estabelecido neste Código, sem prejuízo da tributação relativa às importâncias em dinheiro que lhes sejam eventualmente atribuídas.

- 9 — .....

- a) .....

b) É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 10 do artigo 73.º do Código do IRC.

10 — O estabelecido nos n.ºs 8 e 9 é também aplicável, com as necessárias adaptações, relativamente à atribuição de partes, quotas ou acções, nos casos de fusão ou cisão a que seja aplicável o artigo 74.º do Código do IRC.

- 11 — .....

## Artigo 13.º

[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — .....  
4 — .....  
5 — .....

6 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 59.º e no n.º 9 do artigo 78.º, as pessoas referidas nos números anteriores não podem fazer parte de mais do que um agregado familiar nem, integrando um agregado familiar, ser consideradas sujeitos passivos autónomos.

- 7 — .....

## Artigo 18.º

[...]

- 1 — .....

- a) .....

- b) .....

- c) .....

- d) .....

- e) .....

- f) .....

- g) .....

- h) .....

i) As mais-valias resultantes da transmissão onerosa de partes representativas do capital de entidades com sede ou direcção efectiva em território português, incluindo a sua remição e amortização com redução de capital e, bem assim, o valor atribuído aos associados em resultado da partilha que, nos termos do artigo 81.º do Código do IRC, seja considerado como mais-valia, ou de outros valores mobiliários emitidos por entidades que aí tenham sede ou direcção efectiva, ou ainda de partes de capital ou outros valores mobiliários quando, não se verificando essas condições, o pagamento dos respectivos rendimentos seja imputável a estabelecimento estável situado no mesmo território;

- j) .....
- l) .....
- m) .....
- n) .....
- o) .....
  
- 2 — .....
- 3 — .....

Artigo 20.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — Constitui rendimento dos sujeitos passivos de IRS residentes em território português os lucros ou rendimentos obtidos por entidades não residentes em território português e aí submetidos a um regime fiscal claramente mais favorável, no caso em que, nos termos e condições do artigo 66.º do Código do IRC, os mesmos detenham, directa ou indirectamente, mesmo que através de mandatário, fiduciário ou interposta pessoa, pelo menos, 25 % ou 10 % das partes de capital, dos direitos de voto ou dos direitos sobre os rendimentos ou os elementos patrimoniais dessas entidades, consoante os casos, aplicando-se para o efeito, com as necessárias adaptações, o regime aí estabelecido.

4 — Para efeitos do disposto no número anterior, as respectivas importâncias integram-se como rendimento líquido na categoria B, nos casos em que as partes de capital ou os direitos estejam afectos a uma actividade empresarial ou profissional, ou na categoria E, nos restantes casos.

5 — .....

Artigo 24.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....

a) .....

b) Não havendo renda, o valor do uso é igual ao valor da renda condicionada, determinada segundo os critérios legais, não devendo, porém, exceder um terço do total das remunerações auferidas pelo beneficiário;

c) .....

3 — Nos casos previstos no n.º 5) da alínea b) do n.º 3 do artigo 2.º, o rendimento em espécie corresponde:

a) No caso de empréstimos concedidos pela entidade patronal sem juros ou a taxa de juro reduzida, ao valor obtido por aplicação ao respectivo capital da diferença entre a taxa de juro de referência para o tipo de operação em causa, publicada anualmente por portaria do Ministro das Finanças, e a taxa de juro que eventualmente seja suportada pelo beneficiário;

b) No caso de empréstimos concedidos ao trabalhador por outras entidades, ao valor correspondente à parte dos juros suportada pela entidade patronal.

- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....

Artigo 27.º

[...]

1 — São dedutíveis ao rendimento, e até à sua concorrência, as importâncias despendidas pelos sujeitos passivos que desenvolvam profissões de desgaste rápido, na constituição de seguros de doença, de acidentes pessoais e de seguros de vida que garantam exclusivamente os riscos de morte, invalidez ou reforma por velhice, neste último caso desde que o benefício seja garantido após os 55 anos de idade, desde que os mesmos não garantam o pagamento e este se não verifique, nomeadamente, por resgate ou adiantamento, de qualquer capital em dívida durante os primeiros cinco anos, com o limite de cinco vezes o valor do IAS.

- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....

Artigo 31.º-A

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....

6 — A prova referida no número anterior deve ser efectuada de acordo com o procedimento previsto no artigo 139.º do Código do IRC, com as necessárias adaptações.

Artigo 35.º

[...]

Na determinação do lucro das actividades agrícolas pode ser sempre utilizado o critério referido no n.º 5 do artigo 26.º do Código do IRC.

Artigo 36.º-B

[...]

Em caso de mudança de regime de determinação do rendimento tributável durante o período em que o bem seja amortizável, devem considerar-se no cálculo das mais-valias as quotas praticadas, tendo em conta as correcções previstas no n.º 2 do artigo 64.º do Código do IRC, relativamente ao período em que o rendimento tributável seja determinado com base na contabilidade, e as quotas mínimas calculadas de acordo com o previsto no n.º 9 do artigo 31.º, relativamente ao período em que seja aplicado o regime simplificado.

Artigo 37.º

[...]

A dedução de prejuízos fiscais prevista no artigo 52.º do Código do IRC só nos casos de sucessão por morte aproveita ao sujeito passivo que suceder àquele que suportou o prejuízo.

Artigo 38.º

[...]

- 1 — .....
- a) .....
- b) .....

c) .....

d) .....

e) A sociedade referida na alínea a) se comprometa, através de declaração, a respeitar o disposto no artigo 86.º do Código do IRC, a qual deve ser junta à declaração periódica de rendimentos da pessoa singular relativa ao exercício da transmissão.

2 — .....

3 — .....

#### Artigo 39.º

[...]

1 — A determinação do rendimento por métodos indirectos verifica-se nos casos e condições previstos nos artigos 87.º a 89.º da lei geral tributária e segue os termos do artigo 90.º da referida lei e do artigo 59.º do Código do IRC, com as adaptações necessárias.

2 — .....

3 — .....

#### Artigo 41.º

[...]

1 — Aos rendimentos brutos referidos no artigo 8.º deduzem-se as despesas de manutenção e de conservação que incumbam ao sujeito passivo, por ele sejam suportadas e se encontrem documentalmente provadas, bem como o imposto municipal sobre imóveis que incide sobre o valor dos prédios ou parte de prédios cujo rendimento tenha sido englobado.

2 — .....

3 — .....

#### Artigo 43.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) .....

e) Nas permutas de partes de capital nas condições mencionadas no n.º 5 do artigo 73.º e no n.º 2 do artigo 77.º do Código do IRC, o período de detenção corresponde ao somatório dos períodos em que foram detidas as partes de capital entregues e as recebidas em troca;

f) O regime da alínea anterior é aplicável, com as necessárias adaptações, à aquisição de partes sociais nos casos de fusão ou cisão a que seja aplicável o artigo 74.º do Código do IRC.

#### Artigo 44.º

[...]

1 — .....

2 — Nos casos das alíneas a), b) e f) do número anterior, tratando-se de direitos reais sobre bens imóveis, prevalecerão, quando superiores, os valores por que

os bens houverem sido considerados para efeitos de liquidação de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis ou, não havendo lugar a esta liquidação, os que devessem ser, caso fosse devida.

3 — .....

4 — .....

#### Artigo 53.º

[...]

1 — Aos rendimentos brutos da categoria H de valor anual igual ou inferior a 72 % de 12 vezes o valor do IAS deduz-se, até à sua concorrência, a totalidade do seu quantitativo por cada titular que os tenha auferido.

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — .....

#### Artigo 55.º

[...]

1 — .....

2 — O resultado líquido negativo apurado na categoria F só pode ser reportado aos cinco anos seguintes àquele a que respeita, deduzindo-se aos resultados líquidos positivos da mesma categoria.

3 — .....

a) O resultado só pode ser reportado, de harmonia com a parte aplicável do artigo 52.º do Código do IRC, aos cinco anos seguintes àquele a que respeita, deduzindo-se aos resultados líquidos positivos da mesma categoria, sem prejuízo do disposto nas alíneas seguintes;

b) As perdas resultantes do exercício de actividades agrícolas, silvícolas e pecuárias não são todavia comunicáveis, mas apenas reportáveis, de harmonia com a parte aplicável do artigo 52.º do Código do IRC, a rendimentos líquidos positivos da mesma natureza;

c) O resultado líquido negativo apurado nas restantes actividades da categoria B não é, igualmente, comunicável aos rendimentos líquidos positivos resultantes do exercício de actividades agrícolas, silvícolas e pecuárias, mas apenas reportável, de harmonia com a parte aplicável do artigo 52.º do Código do IRC, a rendimentos líquidos positivos das restantes actividades daquela categoria;

d) .....

4 — .....

5 — A percentagem do saldo negativo a que se refere o n.º 2 do artigo 43.º só pode ser reportada aos cinco anos seguintes àquele a que respeita, deduzindo-se aos resultados líquidos da mesma categoria.

6 — .....

7 — .....

#### Artigo 57.º

[...]

1 — .....

a) .....

b) Os elementos mencionados no n.º 6 do artigo 78.º do Código do IRC, quando se aplicar o disposto no n.º 8

do artigo 10.º, entendendo-se que os valores a mencionar relativamente às acções entregues são o valor nominal e o valor de aquisição das mesmas, nos termos do artigo 48.º

2 — Sem prejuízo do disposto no artigo 63.º, no caso de falecimento do sujeito passivo, incumbe ao administrador da herança apresentar a declaração de rendimentos em nome daquele, relativa aos rendimentos correspondentes ao período decorrido de 1 de Janeiro até à data do óbito.

3 — (Anterior n.º 2.)

4 — (Anterior n.º 3.)

5 — (Anterior n.º 4.)

Artigo 69.º

[...]

1 — .....

2 — As taxas fixadas no artigo 68.º aplicam-se ao quociente do rendimento colectável, multiplicando-se por dois o resultado obtido para se apurar a colecta do IRS.

Artigo 70.º

[...]

1 — Da aplicação das taxas estabelecidas no artigo 68.º não pode resultar, para os titulares de rendimentos predominantemente originados em trabalho dependente ou em pensões, a disponibilidade de um rendimento líquido de imposto inferior ao valor anual da retribuição mínima mensal acrescida de 20 % nem resultar qualquer imposto para os mesmos rendimentos, cuja matéria colectável, após a aplicação do quociente conjugal, seja igual ou inferior a € 1911.

2 — .....

Artigo 71.º

[...]

1 — Estão sujeitos a retenção na fonte a título definitivo, à taxa liberatória de 25 %, os seguintes rendimentos obtidos em território português:

a) .....

b) .....

c) .....

d) Quaisquer rendimentos de capitais auferidos por não residentes em Portugal não expressamente tributados a taxa diferente.

2 — Estão sujeitos a retenção na fonte a título definitivo, à taxa liberatória de 25 %, os rendimentos de valores mobiliários pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares, residentes em território português, devidos por entidades que não tenham aqui domicílio a que possa imputar-se o pagamento, por intermédio de entidades que estejam mandatadas por devedores ou titulares ou ajam por conta de uns ou outros.

3 — .....

4 — .....

a) .....

b) Os rendimentos de capitais referidos nas alíneas m) e n) do n.º 2 do artigo 5.º;

c) .....

d) .....

5 — .....

6 — .....

7 — .....

8 — .....

9 — .....

10 — .....

11 — .....

12 — .....

13 — Estão sujeitos a retenção na fonte a título definitivo, à taxa liberatória de 30 %, os rendimentos mencionados nos n.ºs 1 e 2, pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares, residentes em território português, devidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável em território português e que sejam domiciliadas em país, território ou região sujeitas a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças, por intermédio de entidades que estejam mandatadas por devedores ou titulares ou ajam por conta de uns ou outros.

14 — Estão sujeitos a retenção na fonte a título definitivo, à taxa liberatória de 30 %, os rendimentos de capitais, tal como são definidos no artigo 5.º, obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável em território português, que sejam domiciliadas em país, território ou região sujeitas a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças.

Artigo 72.º

[...]

1 — As mais-valias e outros rendimentos auferidos por não residentes em território português que não sejam imputáveis a estabelecimento estável nele situado e que não sejam sujeitos a retenção na fonte às taxas liberatórias são tributados à taxa autónoma de 25 %, ou de 16,5 % quando se trate de rendimentos prediais, salvo o disposto no n.º 4.

2 — .....

3 — .....

4 — O saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias, resultante das operações previstas nas alíneas b), e), f) e g) do n.º 1 do artigo 10.º, é tributado à taxa de 25 %.

5 — Os rendimentos de capitais, tal como são definidos no artigo 5.º e mencionados no n.º 1 do artigo 71.º, devidos por entidades não residentes, quando não sujeitos a retenção na fonte, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, são tributados autonomamente à taxa de 25 %.

6 — .....

7 — .....

8 — .....

9 — .....

10 — .....

11 — Os rendimentos de capitais, tal como são definidos no artigo 5.º e mencionados nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 71.º, devidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável em território português, que sejam domiciliadas em país, território ou região sujeitas a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças, quando não sujeitos a retenção na fonte nos termos

do n.º 13 do artigo 71.º, são tributados autonomamente à taxa de 30 %.

#### Artigo 77.º

[...]

A liquidação do IRS deve ser efectuada no ano imediato àquele a que os rendimentos respeitam, nos seguintes prazos:

- a) Até 31 de Julho, com base na declaração apresentada nos prazos referidos no n.º 1 do artigo 60.º;
- b) (Revogada.)
- c) .....

#### Artigo 78.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — Em caso algum, as deduções previstas no n.º 1, sujeitas aos limites constantes da tabela prevista no n.º 7, podem deixar aos sujeitos passivos rendimento líquido de imposto menor do que aquele que lhe ficaria se o seu rendimento colectável correspondesse ao limite superior do escalão imediatamente inferior.
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — A soma das deduções à colecta previstas nos artigos 82.º, 83.º, 83.º-A, 84.º e 85.º não pode exceder os limites constantes da seguinte tabela:

Escalão de rendimento colectável (euros)	Limite (euros)
Até 4 898 .....	Sem limite
De mais de 4 898 até 7 410 .....	Sem limite
De mais de 7 410 até 18 375 .....	1 250
De mais de 18 375 até 42 259 .....	1 200
De mais de 42 259 até 61 244 .....	1 150
De mais de 61 244 até 66 045 .....	1 100
De mais de 66 045 até 153 300 .....	0
Superior a 153 300 .....	0

8 — Os limites previstos para o 3.º, 4.º, 5.º e 6.º escalões de rendimentos na tabela constante do número anterior são majorados em 10 % por cada dependente ou afilhado civil que não seja sujeito passivo de IRS.

9 — Nos casos em que, por divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento, as responsabilidades parentais relativas aos filhos são exercidas em comum por ambos os progenitores, as deduções à colecta são efectuadas nos seguintes termos:

- a) 50 % dos montantes fixados na alínea d) do n.º 1 e no n.º 3 do artigo 79.º e nos n.ºs 1, 2 e 6 do artigo 87.º, relativamente a cada dependente;
- b) 50 % do limite previsto no n.º 4 do artigo 87.º, respectivamente, por cada dependente;
- c) 50 % dos restantes limites quantitativos estabelecidos para as deduções previstas nas alíneas b), c), e) e j) do n.º 1 deste artigo e no n.º 2 do artigo 74.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, salvo se no mesmo agregado existirem outros dependentes que não estejam nestas condições.

#### Artigo 82.º

[...]

1 — São dedutíveis à colecta 10 %, das seguintes importâncias, com o limite de duas vezes o valor do IAS:

- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) .....

2 — Nos agregados com três ou mais dependentes a seu cargo o limite referido no n.º 1 é elevado em montante correspondente a 30 % do valor do IAS, por cada dependente, caso existam, relativamente a todos eles, despesas de saúde.

3 — (Anterior n.º 2.)

#### Artigo 83.º-A

[...]

1 — À colecta devida pelos sujeitos passivos são deduzidas 20 % das importâncias comprovadamente suportadas e não reembolsadas respeitantes a encargos com pensões de alimentos a que o sujeito esteja obrigado por sentença judicial ou por acordo homologado nos termos da lei civil, salvo nos casos em que o seu beneficiário faça parte do mesmo agregado familiar para efeitos fiscais ou relativamente ao qual estejam previstas outras deduções à colecta ao abrigo do artigo 78.º, com o limite mensal de um IAS, por beneficiário.

2 — .....

#### Artigo 85.º

[...]

1 — São dedutíveis à colecta 15 % dos encargos a seguir mencionados relacionados com imóveis situados em território português ou no território de outro Estado membro da União Europeia ou no espaço económico europeu desde que, neste último caso, exista intercâmbio de informações:

a) Juros de dívidas, por contratos celebrados até 31 de Dezembro de 2011, contraídas com a aquisição, construção ou beneficiação de imóveis para habitação própria e permanente ou arrendamento devidamente comprovado para habitação permanente do arrendatário, até ao limite de € 591;

b) Prestações devidas em resultado de contratos celebrados até 31 de Dezembro de 2011 com cooperativas de habitação ou no âmbito do regime de compras em grupo, para a aquisição de imóveis destinados a habitação própria e permanente ou arrendamento para habitação permanente do arrendatário, devidamente comprovadas, na parte que respeitem a juros das correspondentes dívidas, até ao limite de € 591;

c) Importâncias pagas a título de rendas por contrato de locação financeira celebrado até 31 de Dezembro de 2011 relativo a imóveis para habitação própria e permanente efectuadas ao abrigo deste regime, na parte que não constituam amortização de capital, até ao limite de € 591;

d) Importâncias, líquidas de subsídios ou participações oficiais, suportadas a título de renda pelo arrendatário de prédio urbano ou da sua fracção autónoma para

fins de habitação permanente, quando referentes a contratos de arrendamento celebrados a coberto do Regime do Arrendamento Urbano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 321-B/90, de 15 de Outubro, ou do Novo Regime de Arrendamento Urbano, aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro, até ao limite de € 591.

- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....

5 — O disposto nas alíneas c) e d) do n.º 1 não é aplicável quando os encargos aí referidos sejam devidos a favor de entidade residente em país, território ou região, sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças, e que não disponha em território português de estabelecimento estável ao qual os rendimentos sejam imputáveis.

6 — *(Revogado.)*

7 — Os limites estabelecidos no n.º 1 são elevados, tendo em conta os escalões previstos no n.º 1 do artigo 68.º, nos seguintes termos:

- a) .....
- b) .....
- c) .....

Artigo 87.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....

4 — A dedução dos prémios de seguros ou das contribuições pagas a associações mutualistas a que se refere o n.º 2 não pode exceder 15 % da colecta de IRS.

- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....

8 — As deduções previstas nos n.ºs 1, 6 e 7 são cumulativas.

Artigo 92.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....

- a) .....
- b) .....

c) O pagamento de qualquer capital em vida, antes de decorridos cinco anos, relativo a seguros ou produtos mutualistas cujos prémios ou contribuições tenham sido deduzidos nos termos e condições previstos no n.º 1 do artigo 27.º ou nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 87.º

Artigo 97.º

[...]

- 1 — .....
- a) .....
- b) *(Revogada.)*
- c) .....

2 — .....

- 3 — .....

Artigo 101.º

[...]

1 — .....

- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) 20 %, tratando-se de rendimentos da categoria B

auféridos em actividades de elevado valor acrescentado, com carácter científico, artístico ou técnico, definidas em portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, por residentes não habituais em território português.

2 — .....

a) Às entidades devedoras dos rendimentos referidos nos n.ºs 1, 4 e 14 do artigo 71.º;

b) Às entidades que paguem ou coloquem à disposição os rendimentos referidos nos n.ºs 2 e 13 do artigo 71.º

3 — .....

4 — .....

Artigo 115.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — *(Revogado.)*

4 — .....

Artigo 117.º

[...]

1 — .....

2 — Aos sujeitos passivos referidos no número anterior é aplicável o disposto no artigo 123.º do Código do IRC.

Artigo 119.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — Tratando-se de rendimentos pagos ou colocados à disposição de sujeitos passivos não residentes em território português, as entidades devedoras são obrigadas a:

a) Entregar à Direcção-Geral dos Impostos, até ao fim do 2.º mês seguinte ao do pagamento ou colocação à disposição dos respectivos beneficiários, uma declaração relativa àqueles rendimentos, de modelo oficial;

b) .....

8 — .....

9 — .....

10 — .....

11 — .....

12 — .....

13 — *(Revogado.)*

## Artigo 127.º

[...]

1 — As instituições de crédito, as cooperativas de habitação, empresas de locação financeira, empresas de seguros e as empresas gestoras dos fundos e de outros regimes complementares referidos nos artigos 16.º, 17.º e 21.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, incluindo as associações mutualistas e as instituições sem fins lucrativos que tenham por objecto a prestação de cuidados de saúde, e as demais entidades que possam participar em despesas de saúde, comunicam à Direcção-Geral dos Impostos, até ao final do mês de Fevereiro de cada ano, em declaração de modelo oficial, relativamente ao ano anterior e a cada sujeito passivo:

- a) .....
  - b) .....
  - c) .....
  - d) .....
  - e) .....
- 2 — .....
- 3 — .....

## Artigo 130.º

[...]

1 — .....

2 — O disposto no número anterior não é aplicável, sendo a designação de representante meramente facultativa, em relação a não residentes de, ou a residentes que se ausentem para, Estados membros da União Europeia ou do espaço económico europeu, neste último caso desde que esse Estado membro esteja vinculado a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito da União Europeia.

3 — A designação a que se referem os números anteriores é feita na declaração de início de actividade, de alterações ou de registo de número de contribuinte, devendo nela constar expressamente a sua aceitação pelo representante.

4 — (*Anterior n.º 3.*)»

## Artigo 109.º

**Aditamento de normas no âmbito do IRS**

São aditados os artigos 40.º-B, 68.º-A e 121.º ao Código do IRS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro, com a seguinte redacção:

## «Artigo 40.º-B

**Swaps e operações cambiais a prazo**

No cálculo do rendimento da cessão ou anulação de um *swap* ou de uma operação cambial a prazo, com pagamento e recebimento de valores de regularização, não é considerado:

a) Qualquer pagamento de compensação que exceda os pagamentos de regularização, ou terminais, previstos no contrato original, ou os preços de mercado aplicáveis a operações com idênticas características, designadamente de prazo remanescente;

b) O custo imputado à aquisição de uma posição contratual de um *swap* preexistente que exceda os

pagamentos de regularização, ou terminais, previstos no contrato original, ou os preços de mercado aplicáveis a operações com idênticas características, designadamente de prazo remanescente.

## Artigo 68.º-A

**Taxa adicional**

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 68.º, ao quantitativo do rendimento colectável superior a € 153 300 é aplicada a taxa adicional de 2,5 %.

2 — Tratando-se de sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens, a taxa referida no número anterior aplica-se à diferença positiva entre a divisão por dois do rendimento colectável e o limite estabelecido no mesmo número, multiplicada por dois.

## Artigo 121.º

**Comunicação da atribuição de subsídios**

As entidades que paguem subsídios ou subvenções não reembolsáveis no âmbito do exercício de uma actividade abrangida pelo artigo 3.º devem entregar à DGCI, até ao final do mês de Fevereiro de cada ano, uma declaração de modelo oficial, referente aos rendimentos atribuídos no ano anterior.»

## Artigo 110.º

**Revogação de normas no âmbito do Código do IRS**

São revogados a alínea b) do artigo 77.º, o n.º 6 do artigo 85.º, a alínea b) do n.º 1 do artigo 97.º, o n.º 3 do artigo 115.º e o n.º 13 do artigo 119.º do Código do IRS.

## Artigo 111.º

**Disposições transitórias no âmbito do IRS**

1 — Até que o valor do indexante dos apoios sociais (IAS), instituído pela Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, atinja o valor da retribuição mínima mensal garantida em vigor para o ano de 2010, é aplicável este último valor para efeito da indexação prevista no artigo 53.º do Código do IRS.

2 — O disposto nos n.ºs 2, 3 e 5 do artigo 55.º do Código do IRS aplica-se à dedução de perdas apuradas em 2012 e nos anos seguintes.

3 — O disposto no artigo 68.º-A aplica-se apenas aos rendimentos auferidos durante os anos de 2012 e 2013, cessando a sua vigência após a produção de todos os seus efeitos em relação a estes anos fiscais.

4 — O limite para a dedução dos encargos previstos nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 85.º do Código do IRS é considerado, para efeitos de IRS, apenas por 75 %, 50 % e 25 % do seu valor, respectivamente nos anos de 2013, 2014 e 2015, deixando estes encargos de ser dedutíveis a partir de 2016.

5 — O limite para a dedução dos encargos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 85.º do Código do IRS é considerado, para efeitos de IRS, apenas por 85 %, 70 %, 55 %, 40 % e 25 % do seu valor, respectivamente nos anos de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, deixando estes encargos de ser dedutíveis a partir de 2018.

6 — Os rendimentos brutos de cada uma das categorias A, B e H auferidos por sujeitos passivos com deficiência são considerados, para efeitos de IRS, apenas por 90 % em 2012.



7 — Não obstante o disposto no número anterior, a parte do rendimento excluída de tributação não pode exceder em 2012, por categoria de rendimentos, € 2500.

Artigo 112.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 42/91, de 22 de Janeiro

Os artigos 3.º, 8.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 42/91, de 22 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 134/2001, de 24 de Abril, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 3.º

Aplicação da retenção na fonte à categoria A

1 — Sem prejuízo do disposto no n.º 6, a retenção de IRS é efectuada sobre as remunerações mensalmente pagas ou postas à disposição dos seus titulares, mediante a aplicação das taxas que lhes correspondam, constantes da respectiva tabela.

- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....

6 — No caso de remunerações mensalmente pagas ou postas à disposição de residentes não habituais em território português, tratando-se de rendimentos de categoria A auferidos em actividades de elevado valor acrescentado, com carácter científico, artístico ou técnico, definidas em portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, aplica-se a taxa de 20 %.

Artigo 8.º

[...]

- 1 — .....

a) 16,5 %, tratando-se de rendimentos da categoria B referidos na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º do Código do IRS, de rendimentos das categorias E e F ou de incrementos patrimoniais previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 9.º do Código do IRS;

b) 21,5 %, tratando-se de rendimentos decorrentes das actividades profissionais especificamente previstas na tabela a que se refere o artigo 151.º do Código do IRS;

c) 11,5 %, tratando-se de rendimentos da categoria B referidos na alínea b) do n.º 1 e nas alíneas g) e i) do n.º 2 do artigo 3.º do Código do IRS, não compreendidos na alínea anterior;

d) 20 %, tratando-se de rendimentos da categoria B auferidos por residentes não habituais em território português em actividades de elevado valor acrescentado, com carácter científico, artístico ou técnico, definidas em portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças.

- 2 — .....
- 3 — .....

Artigo 18.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....

- 7 — .....

8 — O reembolso do excesso do imposto retido na fonte deve ser efectuado no prazo de um ano contado da data da apresentação do pedido e dos elementos que constituem a prova da verificação dos pressupostos de que depende a concessão do benefício e, em caso de incumprimento desse prazo, acrescem à quantia a reembolsar juros indemnizatórios calculados a taxa idêntica à aplicável aos juros compensatórios a favor do Estado.

9 — Para efeitos da contagem do prazo referido no número anterior, considera-se que o mesmo se suspende sempre que o procedimento estiver parado por motivo imputável ao requerente.»

SECÇÃO II

Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas

Artigo 113.º

Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas

Os artigos 8.º, 10.º, 29.º, 52.º, 53.º, 65.º, 66.º, 69.º, 71.º, 87.º, 87.º-A, 88.º, 92.º, 105.º-A, 123.º, 124.º, 126.º, 127.º e 130.º do Código do sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, abreviadamente designado por Código do IRC, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 8.º

[...]

- 1 — .....

2 — As pessoas colectivas com sede ou direcção efectiva em território português que, nos termos da legislação aplicável, estejam obrigadas a elaborar demonstrações financeiras consolidadas, bem como as pessoas colectivas ou outras entidades sujeitas a IRC que não tenham sede nem direcção efectiva neste território e nele disponham de estabelecimento estável, podem adoptar um período anual de imposto diferente do estabelecido no número anterior, o qual deve ser mantido durante, pelo menos, os cinco períodos de tributação imediatos, salvo se o sujeito passivo passar a integrar um grupo de sociedades obrigado a elaborar demonstrações financeiras consolidadas, em que a empresa mãe adopte um período de tributação diferente daquele adoptado pelo sujeito passivo.

- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....
- 8 — .....
- 9 — .....
- 10 — .....

Artigo 10.º

[...]

- 1 — .....

a) .....

b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;

c) .....

- 2 — .....  
 3 — .....  
 4 — .....  
 5 — .....

#### Artigo 29.º

[...]

1 — São aceites como gastos as depreciações e amortizações de elementos do activo sujeitos a deprecimento, considerando-se como tais os activos fixos tangíveis, os activos intangíveis, os activos biológicos que não sejam consumíveis e as propriedades de investimento contabilizados ao custo histórico que, com carácter sistemático, sofram perdas de valor resultantes da sua utilização ou do decurso do tempo.

- 2 — .....  
 3 — .....

#### Artigo 52.º

[...]

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação, nos termos das disposições anteriores, são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos cinco períodos de tributação posteriores.

2 — A dedução a efectuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 75 % do respectivo lucro tributável, não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições e até ao final do respectivo período de dedução.

3 — Nos períodos de tributação em que tiver lugar o apuramento do lucro tributável com base em métodos indirectos, os prejuízos fiscais não são dedutíveis, ainda que se encontrem dentro do período referido no n.º 1, não ficando, porém, prejudicada a dedução, dentro daquele período, dos prejuízos que não tenham sido anteriormente deduzidos.

4 — Quando se efectuarem correcções aos prejuízos fiscais declarados pelo sujeito passivo, devem alterar-se, em conformidade, as deduções efectuadas, não se procedendo, porém, a qualquer anulação ou liquidação, ainda que adicional, de IRC, se forem decorridos mais de cinco anos relativamente àquele a que o lucro tributável respeite.

- 5 — .....  
 6 — .....  
 7 — .....  
 8 — .....  
 9 — .....  
 10 — .....  
 11 — *(Revogado.)*  
 12 — .....

#### Artigo 53.º

[...]

1 — .....  
 2 — Para efeitos de determinação do rendimento global:

a) Os prejuízos fiscais apurados relativamente ao exercício de actividades comerciais, industriais ou agrícolas só podem ser deduzidos, nos termos e condições

da parte aplicável do artigo 52.º, aos rendimentos da mesma categoria num ou mais dos cinco períodos de tributação posteriores;

b) As menos-valias só podem ser deduzidas aos rendimentos da mesma categoria num ou mais dos cinco períodos de tributação posteriores.

- 3 — .....  
 4 — .....  
 5 — .....  
 6 — .....

#### Artigo 65.º

[...]

1 — .....  
 2 — .....  
 3 — .....  
 4 — .....  
 5 — O disposto nos números anteriores é ainda aplicável às importâncias pagas ou devidas indirectamente, a qualquer título, às mesmas pessoas singulares ou colectivas, quando o sujeito passivo tenha ou devesse ter conhecimento do destino de tais importâncias, presumindo-se esse conhecimento quando existam relações especiais nos termos do n.º 4 do artigo 63.º entre:

a) O sujeito passivo e as pessoas singulares ou colectivas residentes fora do território português e aí submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável; ou

b) O sujeito passivo e o mandatário, fiduciário ou interposta pessoa que procede ao pagamento às pessoas singulares ou colectivas referidas na alínea anterior.

#### Artigo 66.º

##### **Imputação de rendimentos de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado**

1 — Os lucros ou rendimentos obtidos por entidades não residentes em território português e submetidos a um regime fiscal claramente mais favorável são imputados aos sujeitos passivos de IRC residentes em território português que detenham, directa ou indirectamente, mesmo que através de mandatário, fiduciário ou interposta pessoa, pelo menos 25 % das partes de capital, dos direitos de voto ou dos direitos sobre os rendimentos ou os elementos patrimoniais dessas entidades.

2 — Quando, pelo menos, 50 % das partes de capital, dos direitos de voto ou dos direitos sobre os rendimentos ou os elementos patrimoniais sejam detidos, directa ou indirectamente, mesmo que através de mandatário, fiduciário ou interposta pessoa, por sujeitos passivos de IRC ou IRS residentes em território português, a percentagem referida no número anterior é de 10 %.

3 — A imputação a que se refere o n.º 1 é feita na base tributável relativa ao período de tributação do sujeito passivo que integrar o termo do período de tributação da entidade, pelo montante do respectivo lucro ou rendimentos, consoante o caso, obtidos por esta, de acordo com a proporção do capital, ou dos direitos sobre os rendimentos ou os elementos patrimoniais detidos, directa ou indirectamente, mesmo que através de mandatário, fiduciário ou interposta pessoa, por esse sujeito passivo.

4 — Para efeitos do número anterior, aos lucros ou aos rendimentos sujeitos a imputação é deduzido o im-

posto sobre o rendimento incidente sobre esses lucros ou rendimentos, a que houver lugar de acordo com o regime fiscal aplicável no Estado de residência dessa entidade.

5 — Para efeitos do disposto no n.º 1, considera-se que uma entidade está submetida a um regime fiscal claramente mais favorável quando o território de residência da mesma constar da lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças ou quando aquela aí não for tributada em imposto sobre o rendimento idêntico ou análogo ao IRC ou, ainda, quando o imposto efectivamente pago seja igual ou inferior a 60 % do IRC que seria devido se a entidade fosse residente em território português.

6 — Excluem-se do disposto no n.º 1 as entidades não residentes em território português quando se verificarem cumulativamente as seguintes condições:

a) Os respectivos lucros ou rendimentos provenham em, pelo menos, 75 % do exercício de uma actividade agrícola ou industrial no território onde estão estabelecidos ou do exercício de uma actividade comercial que não tenha como intervenientes residentes em território português ou, tendo-os, esteja dirigida predominantemente ao mercado do território em que se situa;

b) A actividade principal da entidade não residente não consista na realização das seguintes operações:

1) Operações próprias da actividade bancária, mesmo que não exercida por instituições de crédito;

2) Operações relativas à actividade seguradora, quando os respectivos rendimentos resultem predominantemente de seguros relativos a bens situados fora do território de residência da entidade ou organismo ou de seguros respeitantes a pessoas que não residam nesse território;

3) Operações relativas a partes de capital ou outros valores mobiliários, a direitos da propriedade intelectual ou industrial, à prestação de informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector industrial, comercial ou científico ou à prestação de assistência técnica;

4) Locação de bens, excepto de bens imóveis situados no território de residência.

7 — Quando ao sujeito passivo residente sejam distribuídos lucros ou rendimentos provenientes de uma entidade não residente a que tenha sido aplicável o disposto no n.º 1, são deduzidos na base tributável relativa ao período de tributação em que esses rendimentos sejam obtidos, até à sua concorrência, os valores que o sujeito passivo prove que já foram imputados para efeitos de determinação do lucro tributável de períodos de tributação anteriores, sem prejuízo de aplicação nesse período de tributação do crédito de imposto por dupla tributação internacional a que houver lugar, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 90.º e do artigo 91.º

8 — A dedução que se refere na parte final do número anterior é feita até à concorrência do montante de IRC apurado no período de tributação de imputação dos lucros ou rendimentos, após as deduções mencionadas nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 90.º

9 — Para efeitos do disposto no n.º 1, o sujeito passivo residente deve integrar no processo de documentação fiscal a que se refere o artigo 130.º os seguintes elementos:

a) As contas devidamente aprovadas pelos órgãos competentes das entidades não residentes a que respeitam o lucro ou os rendimentos a imputar;

b) A cadeia de participações directas e indirectas existentes entre entidades residentes e a entidade não residente, bem como todos os instrumentos jurídicos que respeitem aos direitos de voto ou aos direitos sobre os rendimentos ou os elementos patrimoniais;

c) A demonstração do imposto pago pela entidade não residente e dos cálculos efectuados para a determinação do IRC que seria devido se a entidade fosse residente em território português, nos casos em que o território de residência da mesma não conste da lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças.

10 — Quando o sujeito passivo residente em território português, que se encontre nas condições do n.º 1 ou do n.º 2, esteja sujeito a um regime especial de tributação, a imputação que lhe seria efectuada, nos termos aí estabelecidos, é feita directamente às primeiras entidades, que se encontrem na cadeia de participação, residentes nesse território sujeitas ao regime geral de tributação, independentemente da sua percentagem de participação efectiva no capital da sociedade não residente, sendo aplicável o disposto nos n.ºs 3 e seguintes, com as necessárias adaptações.

11 — Para efeitos da determinação das percentagens previstas nos n.ºs 1 e 2 são, igualmente, tidas em consideração as partes de capital e os direitos detidos, directa e indirectamente, por entidades com as quais o sujeito passivo tenha relações especiais nos termos do n.º 4 do artigo 63.º

12 — O disposto neste artigo não se aplica quando a entidade não residente em território português seja residente ou esteja estabelecida noutro Estado membro da União Europeia ou num Estado membro do espaço económico europeu, neste último caso desde que esse Estado membro esteja vinculado a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito da União Europeia, e o sujeito passivo demonstre que a constituição e funcionamento da entidade correspondem a razões económicas válidas e que esta desenvolve uma actividade económica de natureza agrícola, comercial, industrial ou de prestação de serviços.

Artigo 69.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....
- 8 — .....
- 9 — .....
- 10 — .....

11 — Compete à sociedade dominante fazer a prova do preenchimento das condições de aplicação do regime especial de tributação de grupos de sociedades.

Artigo 71.º

[...]

- 1 — .....

a) Os prejuízos das sociedades do grupo verificados em períodos de tributação anteriores ao do início de

aplicação do regime só podem ser deduzidos ao lucro tributável do grupo, nos termos e condições previstos no n.º 2 do artigo 52.º, até ao limite do lucro tributável da sociedade a que respeitam;

b) Os prejuízos fiscais do grupo apurados em cada período de tributação em que seja aplicado o regime só podem ser deduzidos aos lucros tributáveis do grupo, nos termos e condições previstos no n.º 2 do artigo 52.º;

- c) .....
- d) .....
- 2 — .....
- 3 — .....

Artigo 87.º

[...]

1 — A taxa do IRC é de 25 %, excepto nos casos previstos nos números seguintes.

- 2 — (Revogado.)
- 3 — .....
- 4 — .....
- a) .....
- b) .....
- c) (Revogada.)
- d) .....
- e) .....
- f) .....
- g) .....
- h) .....

i) Rendimentos de capitais, tal como definidos no artigo 5.º do Código do IRS, obtidos por entidades não residentes em território português, que sejam domiciliadas em país, território ou região sujeitas a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças, em que a taxa é de 30 %.

- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — (Revogado.)

Artigo 87.º-A

[...]

1 — Sobre a parte do lucro tributável superior a € 1 500 000 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas apurado por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e por não residentes com estabelecimento estável em território português, incidem as taxas adicionais constantes da tabela seguinte:

Lucro tributável (em euros)	Taxas (em percentagens)
De mais de 1 500 000 até 10 000 000.....	3
Superior a 10 000 000 .....	5

2 — O quantitativo da parte do lucro tributável que exceda € 1 500 000, quando superior a € 10 000 000, é dividido em duas partes: uma, igual a € 8 500 000, à qual se aplica a taxa de 3 %; outra, igual ao lucro tributável que exceda € 10 000 000, à qual se aplica a taxa de 5 %.

3 — Quando seja aplicável o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, as taxas a que se refere o n.º 1 incidem sobre o lucro tributável apurado na declaração periódica individual de cada uma das sociedades do grupo, incluindo a da sociedade dominante.

4 — (Anterior n.º 3.)

Artigo 88.º

[...]

1 — .....

2 — A taxa referida no número anterior é elevada para 70 % nos casos em que tais despesas sejam efectuadas por sujeitos passivos total ou parcialmente isentos, ou que não exerçam, a título principal, actividades de natureza comercial, industrial ou agrícola e ainda por sujeitos passivos que auferiram rendimentos enquadráveis no artigo 7.º

- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....
- 8 — .....
- 9 — .....
- 10 — .....

11 — São tributados autonomamente, à taxa de 25 %, os lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiam de isenção total ou parcial, abrangendo, neste caso, os rendimentos de capitais, quando as partes sociais a que respeitam os lucros não tenham permanecido na titularidade do mesmo sujeito passivo, de modo ininterrupto, durante o ano anterior à data da sua colocação à disposição e não venham a ser mantidas durante o tempo necessário para completar esse período.

- 12 — .....
- 13 — .....
- 14 — .....

Artigo 92.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....

- a) .....
- b) .....
- c) .....

d) Os previstos nos artigos 19.º, 32.º, 32.º-A e 42.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Artigo 105.º-A

[...]

1 — .....

2 — O valor dos pagamentos adicionais por conta devidos nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 104.º-A é igual ao montante resultante da aplicação das taxas previstas na tabela seguinte sobre a parte do lucro tributável superior a € 1 500 000 relativo ao período de tributação anterior:

Lucro tributável (em euros)	Taxas (em percentagens)
De mais de 1 500 000 até 10 000 000 .....	2,5
Superior a 10 000 000 .....	4,5

3 — O quantitativo da parte do lucro tributável que exceda € 1 500 000, quando superior a € 10 000 000, é dividido em duas partes: uma, igual a € 8 500 000, à qual se aplica a taxa de 2,5 %; outra, igual ao lucro tributável que exceda € 10 000 000, à qual se aplica a taxa de 4,5 %.

4 — (Anterior n.º 3.)

Artigo 123.º

[...]

1 — As sociedades comerciais ou civis sob forma comercial, as cooperativas, as empresas públicas e as demais entidades que exerçam, a título principal, uma actividade comercial, industrial ou agrícola, com sede ou direcção efectiva em território português, bem como as entidades que, embora não tendo sede nem direcção efectiva naquele território, aí possuam estabelecimento estável, são obrigadas a dispor de contabilidade organizada nos termos da lei que, além dos requisitos indicados no n.º 3 do artigo 17.º, permita o controlo do lucro tributável.

- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....
- 8 — .....

9 — Os programas e equipamentos informáticos de facturação dependem da prévia certificação pela Direcção-Geral dos Impostos, sendo de utilização obrigatória, nos termos a definir por portaria do Ministro das Finanças.

Artigo 124.º

[...]

1 — As entidades com sede ou direcção efectiva em território português que não exerçam, a título principal, uma actividade comercial, industrial ou agrícola devem possuir obrigatoriamente os seguintes registos:

- a) .....
- b) .....
- c) .....

2 — Os registos referidos no número anterior não abrangem os rendimentos das actividades comerciais, industriais ou agrícolas eventualmente exercidas a título acessório, pelas entidades aí mencionadas, devendo, caso existam esses rendimentos, ser também organizada uma contabilidade que, nos termos do artigo anterior, permita o controlo do lucro apurado nessas actividades.

3 — O disposto no número anterior não se aplica quando os rendimentos totais obtidos em cada um dos dois exercícios anteriores não excedam € 150 000, e o sujeito passivo não opte por organizar uma contabilidade que, nos termos do artigo anterior, permita o controlo do lucro apurado nessas actividades.

4 — (Revogado.)

5 — .....

Artigo 126.º

[...]

1 — .....

2 — O disposto no número anterior não é aplicável, sendo a designação de representante meramente facultativa, em relação às entidades que sejam consideradas, para efeitos fiscais, como residentes noutro Estados membros da União Europeia ou do espaço económico europeu, neste último caso desde que esse Estado membro esteja vinculado a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito da União Europeia.

3 — A designação a que se referem os números anteriores é feita na declaração de início de actividade ou de alterações, devendo dela constar expressamente a sua aceitação pelo representante.

4 — (Anterior n.º 3.)

Artigo 127.º

[...]

1 — Os serviços, estabelecimentos e organismos do Estado, das regiões autónomas e das autarquias locais, incluindo os dotados de autonomia administrativa ou financeira e ainda que personalizados, as associações e federações de municípios, bem como outras pessoas colectivas de direito público, as pessoas colectivas de utilidade pública, as instituições particulares de solidariedade social e as empresas públicas devem, por força do dever público de cooperação com a administração fiscal, apresentar anualmente o mapa recapitulativo previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 29.º do Código do IVA.

2 — As entidades que paguem subsídios ou subvenções não reembolsáveis a sujeitos passivos de IRC devem entregar à DGCI, até ao final do mês de Fevereiro de cada ano, uma declaração de modelo oficial, referente aos rendimentos atribuídos no ano anterior.

Artigo 130.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....

4 — Os sujeitos passivos, sempre que notificados para o efeito, deverão fazer a entrega do processo de documentação fiscal referido no n.º 1 e da documentação respeitante à política adoptada em matéria de preços de transferência prevista no n.º 6 do artigo 63.º)

Artigo 114.º

**Revogação de normas no Código do IRC**

1 — São revogados o n.º 11 do artigo 52.º, o n.º 2, a alínea c) do n.º 4 e o n.º 7 do artigo 87.º e o n.º 4 do artigo 124.º do Código do IRC.

2 — A revogação do n.º 11 do artigo 52.º do Código do IRC retroage à data da sua entrada em vigor.

Artigo 115.º

**Revogação de isenções**

São revogadas as isenções concedidas ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, na redacção anterior, a entidades anexas de instituições particulares de solidariedade social.

## Artigo 116.º

**Disposições transitórias no âmbito do Código do IRC**

1 — O disposto no n.º 1 do artigo 52.º do Código do IRC aplica-se aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012.

2 — O disposto no n.º 2 do artigo 52.º e nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 71.º do Código do IRC é aplicável à dedução aos lucros tributáveis dos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012 dos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de Janeiro de 2012, ou em curso nesta data.

3 — O disposto no n.º 2 do artigo 53.º do Código do IRC aplica-se aos prejuízos fiscais e às menos-valias apurados em períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012.

4 — A nova redacção dos artigos 87.º-A e 105.º-A do Código do IRC aplica-se aos lucros tributáveis e aos pagamentos adicionais por conta referentes aos dois períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012.

## Artigo 117.º

**Despesas com equipamentos e software de facturação**

1 — As desvalorizações excepcionais decorrentes do abate, no período de tributação de 2012, de programas e equipamentos informáticos de facturação que sejam substituídos em consequência da exigência, de certificação do *software*, nos termos do artigo 123.º do Código do IRC, são consideradas perdas por imparidade.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, o sujeito passivo fica dispensado de obter a aceitação, por parte da Direcção-Geral dos Impostos, prevista no n.º 2 do artigo 38.º do Código do IRC.

3 — As despesas com a aquisição de programas e equipamentos informáticos de facturação certificados, adquiridos no ano de 2012, podem ser consideradas como gasto fiscal no período de tributação em que sejam suportadas.

## Artigo 118.º

**Alteração ao Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro**

O artigo 1.º do Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, passa a ter a seguinte redacção:

## «Artigo 1.º

[...]

1 — Podem ser objecto de depreciação ou amortização os elementos do activo sujeitos a depreciação, considerando-se como tais os activos fixos tangíveis, os activos intangíveis, os activos biológicos que não sejam consumíveis e as propriedades de investimento contabilizados ao custo histórico que, com carácter sistemático, sofrerem perdas de valor resultantes da sua utilização ou do decurso do tempo.

2 — .....

a) .....

b) Relativamente aos activos biológicos que não sejam consumíveis e aos activos intangíveis, a partir da sua aquisição ou do início de actividade, se posterior, ou ainda, no que se refere aos activos intangíveis, quando se trate de elementos especificamente associados à

obtenção de rendimentos, a partir da sua utilização com esse fim.

3 — .....

## CAPÍTULO XI

**Impostos indirectos**

## SECÇÃO I

**Imposto sobre o valor acrescentado**

## Artigo 119.º

**Alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado**

1 — Os artigos 9.º, 16.º, 27.º, 29.º, 32.º, 58.º e 88.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro, abreviadamente designado por Código do IVA, passam a ter a seguinte redacção:

## «Artigo 9.º

[...]

Estão isentas do imposto:

- 1) .....
- 2) .....
- 3) .....
- 4) .....
- 5) .....
- 6) .....
- 7) .....
- 8) .....
- 9) .....
- 10) .....
- 11) .....
- 12) .....
- 13) .....
- 14) .....
- 15) .....
- 16) A transmissão do direito de autor e a autorização para a utilização da obra intelectual, definidas no Código de Direito de Autor, quando efectuadas pelos próprios autores, seus herdeiros ou legatários, ou ainda por terceiros, por conta deles, salvo quando o autor for pessoa colectiva;
- 17) .....
- 18) .....
- 19) .....
- 20) .....
- 21) .....
- 22) .....
- 23) .....
- 24) .....
- 25) .....
- 26) .....
- 27) .....
- 28) .....
- 29) .....
- 30) .....
- 31) .....
- 32) .....
- 33) .....

- 34) .....
- 35) .....
- 36) .....
- 37) .....

- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....

Artigo 16.º

[...]

1 — Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 2 e 10, o valor tributável das transmissões de bens e das prestações de serviços sujeitas a imposto é o valor da contraprestação obtida ou a obter do adquirente, do destinatário ou de um terceiro.

- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....
- 8 — .....
- 9 — .....

10 — O disposto no n.º 1 não tem aplicação nas transmissões de bens ou prestações de serviços efectuadas por sujeitos passivos que tenham relações especiais, nos termos do n.º 4 do artigo 63.º do Código do IRC, com os respectivos adquirentes ou destinatários, independentemente de estes serem ou não sujeitos passivos, caso em que o valor tributável é o valor normal determinado nos termos do n.º 4, quando se verifique qualquer uma das seguintes situações:

a) A contraprestação seja inferior ao valor normal e o adquirente ou destinatário não tenha direito a deduzir integralmente o imposto;

b) A contraprestação seja inferior ao valor normal e o transmitente dos bens ou o prestador dos serviços não tenha direito a deduzir integralmente o imposto e a operação esteja isenta ao abrigo do artigo 9.º;

c) A contraprestação seja superior ao valor normal e o transmitente dos bens ou o prestador dos serviços não tenha direito a deduzir integralmente o IVA.

11 — A derrogação prevista no número anterior não será aplicada sempre que seja feita prova de que a diferença entre a contraprestação e o valor normal não se deve à existência de uma relação especial entre o sujeito passivo e o adquirente dos bens ou serviços.

12 — Para efeitos do n.º 10, consideram-se ainda relações especiais as relações estabelecidas entre um empregador e um empregado, a família deste ou qualquer pessoa com ele estreitamente relacionada.

Artigo 27.º

[...]

1 — .....

2 — As pessoas referidas na alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º, bem como as que pratiquem uma só operação tributável nas condições referidas na alínea a) da mesma disposição, devem entregar nos locais de cobrança legalmente autorizados o correspondente imposto nos prazos de, respectivamente, 15 dias a contar da emissão da factura ou documento equivalente e até ao final do mês seguinte ao da conclusão da operação.

- 3 — .....
- 4 — .....

Artigo 29.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....
- 8 — .....
- 9 — .....
- 10 — .....
- 11 — .....
- 12 — .....
- 13 — .....
- 14 — .....
- 15 — .....
- 16 — .....
- 17 — .....

18 — Os sujeitos passivos a que seja aplicável o regime de normalização contabilística para microentidades ficam dispensados da obrigação de entrega da declaração de informação contabilística e fiscal e anexos respeitantes à aplicação do Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de Agosto.

Artigo 32.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — O sujeito passivo fica dispensado da entrega da declaração mencionada no n.º 1 sempre que as alterações em causa sejam de factos sujeitos a registo na conservatória do registo comercial e a entidades inscritas no ficheiro central de pessoas colectivas que não estejam sujeitas a registo comercial.

Artigo 58.º

[...]

1 — Os sujeitos passivos isentos nos termos do artigo 53.º são obrigados ao cumprimento do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 29.º e nos artigos 31.º, 32.º e 33.º

- 2 — .....
- 3 — (Revogado.)
- 4 — .....
- 5 — É devido imposto com referência às operações efectuadas pelos sujeitos passivos a partir do mês seguinte àquele em que se torne obrigatória a entrega das declarações a que se referem os n.ºs 2 ou 4.
- 6 — .....

Artigo 88.º

[...]

1 — Se a declaração periódica prevista no artigo 41.º não for apresentada, a Direcção-Geral dos Impostos, com base nos elementos de que disponha, relativos ao sujeito passivo ou ao respectivo sector de actividade, procede à liquidação oficiosa do imposto, a qual tem por

limite mínimo um valor anual igual a seis ou três vezes a retribuição mínima mensal garantida, respectivamente, para os sujeitos passivos a que se referem as alíneas *a)* e *b)* do n.º 1 daquele artigo.

2 — O imposto liquidado nos termos do número anterior deve ser pago nos locais de cobrança legalmente autorizados, no prazo mencionado na notificação, efectuada nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário, o qual não pode ser inferior a 90 dias contados a partir da data da notificação.

3 — .....  
4 — .....

*a)* .....

*b)* Se a liquidação vier a ser corrigida com base nos elementos recolhidos em procedimento de inspecção tributária ou outros ao dispor dos serviços.

5 — .....  
6 — .....»

#### Artigo 120.º

##### Alteração à lista I anexa ao Código do IVA

As verbas 1.4.9, 1.7 e 1.11 da lista I anexa ao Código do IVA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

«1.4.9 — Bebidas e iogurtes de soja, incluindo tofu.

1.7 — Água, com excepção das águas de nascente, minerais, medicinais e de mesa, águas gaseificadas ou adicionadas de gás carbónico ou de outras substâncias.

1.11 — Sumos e néctares de frutos ou de produtos hortícolas.»

#### Artigo 121.º

##### Alteração à lista II anexa ao Código do IVA

A verba 2.3 da lista II anexa ao Código do IVA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

«2.3 — Petróleo e gasóleo, coloridos e marcados, e fuelóleo e respectivas misturas.»

#### Artigo 122.º

##### Aditamento à lista II anexa ao Código do IVA

São aditadas à lista II anexa ao Código do IVA, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro, as verbas 1.11 e 2.6, com a seguinte redacção:

«1.11 — Águas de nascente, minerais, medicinais e de mesa, águas gaseificadas ou adicionadas de gás carbónico, com excepção das águas adicionadas de outras substâncias.

2.6 — Entradas em espectáculos de canto, dança, música, teatro, cinema, tauromaquia e circo. Exceptuam-se as entradas em espectáculos de carácter pornográfico ou obsceno, como tal considerados na legislação sobre a matéria.»

#### Artigo 123.º

##### Norma revogatória no âmbito do IVA

1 — É revogado o n.º 3 do artigo 58.º do Código do IVA.  
2 — São revogadas as verbas 1.4.8, 1.7.1, 1.7.2, 1.10, 2.15 e 3.11 da lista I anexa ao Código do IVA.

3 — São revogadas as verbas 1.3, 1.3.1, 1.3.2, 1.4, 1.4.1, 1.5, 1.5.1, 1.5.2, 1.6, 1.7, 1.8, 1.9, 2.4, 3 e 3.1 da lista II anexa ao Código do IVA.

#### Artigo 124.º

##### Alteração ao regime da renúncia à isenção do IVA nas operações relativas a bens imóveis

O artigo 7.º do regime da renúncia à isenção do IVA nas operações relativas a bens imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 21/2007, de 29 de Janeiro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 7.º

[...]

1 — Não obstante o disposto no n.º 1 do artigo 16.º do Código do IVA, na transmissão ou locação de bens imóveis efectuadas com renúncia à isenção do IVA por sujeitos passivos que tenham entre si relações especiais, na aceção do n.º 4 do artigo 63.º do Código do IRC, o valor tributável é o valor normal determinado nos termos do n.º 4 do artigo 16.º do Código do IVA, quando se verifique qualquer das seguintes situações:

*a)* .....  
*b)* .....

2 — .....»

#### Artigo 125.º

##### Alteração ao Decreto-Lei n.º 198/90, de 19 de Junho

O artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 198/90, de 19 de Junho, alterado pela Lei n.º 30-C/2000, de 29 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 6.º

1 — Estão isentas do imposto sobre o valor acrescentado, com direito à dedução do imposto suportado a montante, nos termos do artigo 20.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, as vendas de mercadorias de valor superior a € 1000, por factura, efectuadas por um fornecedor a um exportador nacional, exportadas no mesmo Estado, desde que:

*a)* A aceitação da declaração aduaneira de exportação ocorra até 30 dias, a contar da data da factura emitida pelo fornecedor;

*b)* A saída das mercadorias do território aduaneiro da Comunidade ocorra até 60 dias, a contar da data de aceitação da declaração aduaneira de exportação; e

*c)* O certificado comprovativo da exportação (CCE) seja entregue ao fornecedor no prazo de 90 dias, a contar da data da factura por ele emitida.

2 — As mercadorias não podem ser entregues ao exportador, salvo se for titular de um armazém de exportação, devendo as mesmas ser apresentadas num dos locais a seguir referidos, que determinam a estância aduaneira competente para a entrega da declaração aduaneira de exportação:

*a)* Instalações do fornecedor, em caso de carregamentos completos;



b) Porto ou aeroporto de embarque, no caso de carga não consolidada;

c) Armazém de exportação;

d) Entrepósito não aduaneiro de bens sujeitos a impostos especiais de consumo previsto no artigo 15.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

3 — A isenção prevista no n.º 1 deve ser invocada na declaração aduaneira de exportação, no momento da sua apresentação, mediante:

a) A aposição do código específico definido na regulamentação aduaneira; e

b) A indicação dos seguintes elementos específicos:

i) Fornecedor: número de identificação fiscal;

ii) Mercadorias: designação, quantidade, natureza dos volumes, peso bruto e peso líquido;

iii) Factura do fornecedor: número, data e valor.

4 — O CCE deve conter, para além dos indicados na alínea b) do número anterior, os seguintes elementos:

a) Exportador: nome, morada e número de identificação fiscal;

b) Fornecedor: nome e morada;

c) Local de apresentação das mercadorias;

d) Marca e número do contentor, quando for o caso;

e) Número e data de aceitação da declaração aduaneira de exportação;

f) Estância aduaneira e data de saída das mercadorias do território aduaneiro da Comunidade;

g) Data de validação do certificado.

5 — No caso de inacessibilidade do sistema electrónico de processamento da declaração aduaneira, que não permita a emissão do certificado por essa mesma via, o exportador ou seu representante deve, no prazo previsto na alínea b) do n.º 1, entregar na estância aduaneira o certificado em suporte papel com todos os elementos previstos na alínea b) do n.º 3 e nas alíneas a) a d) do n.º 4.

6 — O CCE validado pelos serviços aduaneiros, após a saída das mercadorias e verificados os requisitos enunciados nos n.ºs 1 a 4, é disponibilizado, em suporte papel ou electrónico, ao exportador ou seu representante que o deve entregar ao fornecedor.

7 — Se o fornecedor não estiver na posse do CCE, validado pelos serviços aduaneiros, no prazo de 90 dias a contar da data da factura por ele emitida, deve, no prazo referido no n.º 1 do artigo 36.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, proceder à liquidação do imposto, debitando-o ao exportador em factura ou documento equivalente emitido para o efeito.

8 — O fornecedor pode efectuar a regularização do imposto a que se refere o número anterior, no prazo previsto no n.º 2 do artigo 98.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, desde que esteja na posse do CCE, validado pelos serviços aduaneiros, e da prova de que o adquirente tomou conhecimento da rectificação ou de que foi reembolsado do imposto, sem o que se considera indevida a respectiva dedução.

9 — Dentro do prazo de 60 dias, a contar da data de aceitação da declaração aduaneira de exportação, o adquirente pode afectar as mercadorias a um destino diferente da exportação, desde que esteja na posse da factura ou documento equivalente do fornecedor com a liquidação do imposto respectivo, sem prejuízo, se

for o caso, do cumprimento das regras de anulação da declaração aduaneira de exportação.

10 — Nas vendas de bens abrangidas pelo presente artigo, o fornecedor pode exigir do adquirente o montante do IVA, obrigando-se a restituí-lo quando lhe for entregue o CCE.»

#### Artigo 126.º

##### Alteração ao regime do IVA nas transacções intracomunitárias

O artigo 30.º do regime do IVA nas transacções intracomunitárias, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 290/92, de 28 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

#### «Artigo 30.º

[...]

1 — .....

2 — Não obstante o disposto na alínea b) do n.º 1, os sujeitos passivos aí referidos devem enviar a declaração recapitulativa até ao dia 20 do mês seguinte àquele a que respeitam as operações, quando o montante total das operações referidas na alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º, durante o trimestre civil em curso ou em qualquer dos quatro trimestres civis anteriores, seja superior a € 50 000.

3 — .....

4 — .....

#### Artigo 127.º

##### Regime de liquidação do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) nas transmissões de combustíveis gasosos

1 — O regime especial de tributação previsto no artigo 32.º da Lei n.º 9/86, de 30 de Abril, será substituído pelo regime normal de tributação em IVA a partir de 1 de Janeiro de 2012.

2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 54.º e no n.º 2 do artigo 60.º do Código do IVA, os sujeitos passivos que comercializem os combustíveis abrangidos pelo número anterior podem deduzir o imposto correspondente às suas existências na data da cessação do regime especial de tributação.

3 — Para efeitos de dedução do imposto referido no número anterior, os sujeitos passivos estão obrigados a elaborar e manter na sua posse um inventário das existências dos combustíveis gasosos, abrangidos pelo n.º 1, do qual devem constar as quantidades, a descrição dos bens, o preço de compra e o imposto suportado.

4 — O imposto apurado no inventário referido no número anterior pode ser objecto de dedução na declaração periódica correspondente à data da entrada em vigor do regime normal de tributação.

5 — O inventário referido no n.º 3 deve ser preenchido e enviado, por transmissão electrónica de dados, no portal das finanças na Internet, no endereço electrónico [www.portaldasfinancas.gov.pt](http://www.portaldasfinancas.gov.pt), até ao fim do mês de Janeiro de 2012.

6 — No preenchimento e envio do inventário referido no n.º 3, devem ser seguidos os procedimentos referidos no portal das finanças, mediante autenticação com o respectivo número de identificação fiscal e senha de acesso.

7 — Os sujeitos passivos que comercializem combustíveis gasosos, nomeadamente de gás em botija, abrangidos

pelo n.º 1, e que se encontrem enquadrados no regime especial de isenção ou no regime dos pequenos retalhistas, podem optar pelo regime normal de tributação, mediante apresentação, durante o mês de Janeiro de 2012, da declaração prevista no artigo 31.º ou no artigo 32.º do Código do IVA, consoante os casos, que produz efeitos a partir da data prevista no n.º 1.

8 — Aos sujeitos passivos que exerçam a opção referida no número anterior é aplicável o disposto nos n.ºs 2 a 6 deste artigo, podendo a Direcção-Geral dos Impostos tomar as medidas que julgue necessárias a fim de evitar que o sujeito passivo, na passagem do regime especial de isenção ou do regime dos pequenos retalhistas para o regime normal de tributação, usufrua de vantagens injustificadas ou sofra prejuízos igualmente injustificados.

9 — É revogado o artigo 32.º da Lei n.º 9/86, de 30 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2000, de 4 de Abril.

#### Artigo 128.º

##### Autorizações legislativas no âmbito do IVA

1 — Fica o Governo autorizado a proceder à transposição para a ordem jurídica interna do artigo 4.º da Directiva n.º 2008/8/CE, do Conselho, de 12 de Fevereiro, que altera a Directiva n.º 2006/112/CE, do Conselho, de 28 de Novembro, no que respeita ao lugar das prestações de serviços.

2 — O sentido e a extensão das alterações a introduzir na legislação do IVA, nos termos da autorização legislativa prevista no número anterior, são os seguintes:

a) Em derrogação à regra geral referida na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Código do IVA, estabelecer que a locação de meios de transporte, com excepção da locação de curta duração, no caso de serviços prestados a não sujeitos passivos, se localiza no lugar onde o destinatário está estabelecido ou tem domicílio ou residência habitual;

b) Em derrogação à regra referida na alínea a), estabelecer que a locação de embarcações de recreio, com excepção da locação de curta duração, nos casos de serviços prestados a não sujeitos passivos, se localiza no lugar onde a embarcação é colocada à disposição do destinatário, quando a prestação de serviços seja efectivamente realizada por um prestador a partir da sua sede ou estabelecimento estável situados nesse lugar.

3 — Fica o Governo autorizado a proceder à transposição para a ordem jurídica interna dos n.ºs 1 a 5 do artigo 1.º da Directiva n.º 2010/45/UE, do Conselho, de 13 de Julho, que altera a Directiva n.º 2006/112/CE, relativa aos sistema comum do IVA no que respeita às regras em matéria de facturação.

4 — O sentido e a extensão das alterações a introduzir na legislação do IVA em matéria de exigibilidade, nos termos da autorização legislativa prevista no número anterior, são os seguintes:

a) Estabelecer que nas transmissões intracomunitárias de bens isentas nos termos do artigo 14.º do Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias, efectuadas de forma continuada por um período superior a um mês civil, o facto gerador e a exigibilidade ocorrem no final de cada mês civil;

b) Clarificar que as regras constantes do artigo 8.º do Código do IVA não são aplicáveis às prestações intracomuni-

tárias de serviços, cujo imposto seja devido pelo adquirente nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º do Código do IVA, nem às transmissões intracomunitárias de bens;

c) Determinar que nas transmissões intracomunitárias de bens isentas nos termos do artigo 14.º do Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias o imposto se torna exigível no momento da emissão da factura ou, não tendo sido emitida factura até à data fixada, no termo do prazo para a respectiva emissão;

d) Prever que nas aquisições intracomunitárias de bens o imposto se torna exigível no momento da emissão da factura ou, não tendo sido emitida factura até à data fixada, no termo do prazo para a respectiva emissão.

#### Artigo 129.º

##### Transferência de IVA para o desenvolvimento do turismo regional

1 — A transferência a título de IVA destinada às entidades regionais de turismo é de € 20 800 000.

2 — A receita a transferir para as entidades regionais de turismo ao abrigo do número anterior é distribuída com base nos critérios definidos no Decreto-Lei n.º 67/2008, de 10 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 187/2009, de 12 de Agosto.

#### SECÇÃO II

##### Imposto do selo

#### Artigo 130.º

##### Alteração ao Código do Imposto do Selo

Os artigos 26.º, 39.º e 52.º do Código do Imposto do Selo, aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 de Setembro, abreviadamente designado por Código do IS, passam a ter a seguinte redacção:

#### «Artigo 26.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — A participação deve ser apresentada até ao final do 3.º mês seguinte ao do nascimento da obrigação tributária, em qualquer serviço de finanças ou noutro local previsto em lei especial.
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....
- 8 — .....
- 9 — .....
- 10 — .....
- 11 — .....

#### Artigo 39.º

[...]

1 — Só pode ser liquidado imposto nos prazos e termos previstos nos artigos 45.º e 46.º da LGT, salvo tratando-se de transmissões gratuitas ou da aquisição onerosa do direito de propriedade ou de figuras parcelares sobre bens imóveis, sujeitos a tributação pela verba 1.1. da Tabela Geral, em que o prazo de liquidação é de oito anos contados da transmissão ou da data em

que a isenção ficou sem efeito, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....

Artigo 52.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — Os sujeitos passivos a que seja aplicável o regime de normalização contabilística para microentidades ficam dispensados da apresentação da declaração referida no número anterior.
- 4 — (Anterior n.º 3.)»

Artigo 131.º

Norma revogatória no âmbito do imposto do selo

É revogado o artigo 50.º do Código do Imposto do Selo, aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 de Setembro.

CAPÍTULO XII

Impostos especiais

SECÇÃO I

Impostos especiais de consumo

Artigo 132.º

Alteração ao Código dos Impostos Especiais de Consumo

Os artigos 4.º, 7.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 33.º, 47.º, 55.º, 61.º, 71.º, 74.º, 76.º, 83.º, 86.º, 87.º, 88.º, 89.º, 91.º, 92.º, 93.º, 94.º, 95.º, 98.º, 100.º, 103.º, 104.º, 105.º, 110.º, 111.º e 112.º do Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de Junho, abreviadamente designado por Código dos IEC, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 4.º

[...]

1 — São sujeitos passivos de impostos especiais de consumo o depositário autorizado e o destinatário registado e, no caso de fornecimento de electricidade, os comercializadores, definidos em legislação própria, os comercializadores para a mobilidade eléctrica, os produtores que vendam electricidade directamente aos consumidores finais, os autoprodutores e os consumidores que comprem electricidade através de operações em mercados organizados.

- 2 — .....
- 3 — .....

Artigo 7.º

[...]

1 — Constitui facto gerador do imposto a produção ou a importação em território nacional dos produtos referidos no artigo 5.º, bem como a sua entrada no referido território quando provenientes de outro Estado membro,

excepto no caso da electricidade, cujo facto gerador é o seu fornecimento ao consumidor final.

- 2 — .....
- 3 — .....

Artigo 9.º

[...]

- 1 — .....
- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) .....
- e) .....
- f) .....
- g) O fornecimento de electricidade ao consumidor final, o autoconsumo e a aquisição de electricidade por consumidores finais em mercados organizados.

- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — (Revogado.)

6 — Para além do disposto no n.º 1, considera-se ainda terem sido introduzidos no consumo os produtos correspondentes às estampilhas especiais que não se mostrem devidamente utilizadas, os que sejam inutilizados com preterição das regras aplicáveis ou as perdas que ultrapassem os limites fixados, nos termos e nas condições previstos no presente Código.

Artigo 10.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — A DIC deve ser processada até ao final do dia útil seguinte àquele em que ocorra a introdução no consumo.
- 4 — Em derrogação ao disposto no número anterior, a DIC pode ser processada com periodicidade mensal, até ao dia 5 do mês seguinte, para os produtos tributados à taxa zero ou isentos, ou até ao 5.º dia útil do 2.º mês seguinte, para a electricidade.
- 5 — (Anterior n.º 4.)

Artigo 11.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — Quando em consequência de uma importação for devido imposto, observa-se o disposto na legislação comunitária aplicável aos direitos aduaneiros, quer estes sejam ou não devidos, no que respeita aos prazos para a sua liquidação e cobrança, limiares mínimos de cobrança e aos prazos e fundamentos da cobrança a posteriori, do reembolso e da dispensa de pagamento.
- 3 — .....

Artigo 12.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....

5 — Os custos e encargos inerentes ao depósito, à inutilização ou à venda, incluindo análises e estudos, dos produtos apreendidos, abandonados ou declarados perdidos, são da responsabilidade das pessoas singulares ou colectivas que detinham os referidos produtos.

#### Artigo 33.º

[...]

1 — .....

2 — Constituem fundamento da decisão oficiosa de revogação, sem prejuízo da instauração de processo por infracção tributária, nomeadamente as seguintes situações:

- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) .....

e) A não observância superveniente dos requisitos fixados, consoante o caso, na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 23.º, no n.º 1 do artigo 29.º e no n.º 2 do artigo 32.º

3 — .....

4 — .....

5 — .....

#### Artigo 47.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — Para efeitos do número anterior, e quando a entidade apreensora ou à ordem da qual estejam depositados os produtos não for a autoridade aduaneira, a referida entidade deve comunicar a esta autoridade o método, o local e a data em que o produto será inutilizado.

5 — (Anterior n.º 4.)

#### Artigo 55.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — .....

8 — .....

9 — Ficam dispensados da prestação da garantia de circulação os produtos petrolíferos e energéticos expedidos por via marítima ou por condutas fixas, com destino:

- a) Ao território nacional;
- b) A outro Estado membro, com o acordo desse Estado.

10 — No caso da circulação ocorrida integralmente no território nacional, estão ainda dispensados da prestação de garantia os organismos e entidades referidos no n.º 2 do artigo anterior, bem como os produtos tributados à taxa zero.

11 — (Anterior n.º 10.)

#### Artigo 61.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — Para efeitos do número anterior, considera-se forma de transporte atípica o transporte de combustível que não se encontre no reservatório de um veículo, ou num recipiente de reserva apropriado, até ao limite de 10 l, bem como o transporte de produtos líquidos para aquecimento que não seja efectuado em camiões-cisterna utilizados por operadores profissionais.

7 — .....

#### Artigo 71.º

[...]

1 — .....

2 — .....

a) Superior a 0,5 % vol. e inferior ou igual a 1,2 % vol. de álcool adquirido, € 7,36/hl;

b) Superior a 1,2 % vol. de álcool adquirido e inferior ou igual a 7º plato, € 9,22/hl;

c) Superior a 1,2 % vol. de álcool adquirido e superior a 7º plato e inferior ou igual a 11º plato, € 14,72/hl;

d) Superior a 1,2 % vol. de álcool adquirido e superior a 11º plato e inferior ou igual a 13º plato, € 18,43/hl;

e) Superior a 1,2 % vol. de álcool adquirido e superior a 13º plato e inferior ou igual a 15º plato, € 22,10/hl;

f) Superior a 1,2 % vol. de álcool adquirido e superior a 15º plato, € 25,85/hl.

#### Artigo 74.º

[...]

1 — .....

2 — A taxa do imposto aplicável aos produtos intermédios é de € 64,57/hl.

#### Artigo 76.º

[...]

1 — .....

2 — A taxa do imposto aplicável às bebidas espirituosas é de € 1108,94/hl.

#### Artigo 83.º

##### Obrigações dos produtores de álcool e de bebidas alcoólicas

1 — .....

2 — Constituem obrigações dos produtores vitivinícolas e de outras bebidas alcoólicas:

a) .....

b) Instalar indicadores de nível em estado funcional, ou outro equipamento similar, nomeadamente, caudalímetros que permitam o controlo eficaz da quantidade produzida e armazenada, bem como o número de ordem, caso se trate de depósitos fixos;

c) A prevista na alínea a) do número anterior.

Artigo 86.º

[...]

1 — No momento da introdução no consumo, as bebidas espirituosas acondicionadas para venda ao público devem ter aposta uma estampilha especial, não reutilizável, cujo modelo e procedimentos a observar na requisição, fornecimento e controlo são regulamentados por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças.

2 — .....

3 — As estampilhas especiais são vendidas, nos termos da portaria prevista no n.º 1, aos operadores referidos no n.º 1 do artigo 4.º, salvo quando a actividade principal do operador seja a prestação de serviços de armazenagem, devendo nesse caso ser adquiridas pelos depositantes.

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — .....

8 — .....

9 — A requisição de estampilhas especiais por operadores económicos sem estatuto IEC depende da constituição de uma garantia, cujo montante mínimo deve ser igual a 25 % do imposto exigível pelos produtos correspondentes às estampilhas em causa.

Artigo 87.º

[...]

1 — O álcool e as bebidas alcoólicas não engarrafados, apreendidos e declarados perdidos a favor da fazenda pública em processo de infracção tributária, abandonados, ou considerados fazendas demoradas, devem ser vendidos ou inutilizados, no prazo de 60 dias, contados a partir do trânsito em julgado da declaração de perda da mercadoria a favor da Fazenda Pública, da declaração de abandono, do envio da certidão do tribunal ou do termo do prazo concedido para atribuição de um destino aduaneiro ou fiscal aos produtos, mesmo que não tenha sido ainda proferida sentença judicial, podendo aplicar-se a mesma formalidade ao álcool e às bebidas alcoólicas engarrafados desde que requerida pelo interessado.

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

Artigo 88.º

[...]

1 — .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) A electricidade abrangida pelo código NC 2716.

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

Artigo 89.º

[...]

1 — .....

2 — Está isenta do imposto a electricidade que, comprovadamente, seja:

a) Utilizada para produzir electricidade, e para manter a capacidade de produzir electricidade;

b) Produzida a bordo de embarcações;

c) Utilizada para o transporte de passageiros e de mercadorias por via férrea em comboio, metropolitano ou eléctrico, e por trólei;

d) Utilizada pelos clientes finais economicamente vulneráveis, beneficiários de tarifa social, nos termos do Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de Dezembro.

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — As isenções previstas nas alíneas a), c), d), e), f), h), i) e j) do n.º 1 e nas alíneas a) e c) do n.º 2 dependem de reconhecimento prévio da autoridade aduaneira competente.

Artigo 91.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — A unidade tributável da electricidade é o MWh.

Artigo 92.º

[...]

1 — Os valores das taxas unitárias do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos aplicável às gasolinas, aos gasóleos, aos petróleos, aos fuelóleos e à electricidade são fixados, para o continente, por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da economia, tendo em consideração o princípio da liberdade de mercado e os diferentes impactos ambientais de cada um dos produtos energéticos, favorecendo gradualmente os menos poluentes, dentro dos seguintes intervalos:

Produto	Código NC	Taxa do imposto (em euros)	
		Mínima	Máxima
Gasolina com chumbo	2710 11 51 a 2710 11 59	650	650
Gasolina sem chumbo	2710 11 41 a 2710 11 49	359	650
Petróleo	2710 19 21 a 2710 19 25	302	400
Petróleo colorido e marcado	2710 19 25	0	149,64
Gasóleo	2710 19 41 a 2710 19 49	278	400
Gasóleo colorido e marcado	2710 19 41 a 2710 19 49	21	199,52
Fuelóleo com teor de enxofre superior a 1 %	2710 19 63 a 2710 19 69	15	34,92
Fuelóleo com teor de enxofre inferior ou igual a 1 %	2710 19 61	15	29,93
Electricidade	2716	0	1,00

2 — .....

3 — A taxa aplicável ao metano e aos gases de petróleo usados como carburante é de € 127,88/1000 kg e, quando usados como combustível, é fixada entre

€ 7,81 e € 9,00/1000 kg, sendo igualmente aplicável ao acetileno usado como combustível.

4 — A taxa aplicável ao gás natural usado como carburante é de € 2,84/gJ.

- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....

- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) .....
- e) .....
- f) .....

g) Com a taxa compreendida entre € 100 e € 400/1000 l, o gasóleo de aquecimento classificado pelo código NC 2710 19 45.

- 8 — .....
- 9 — .....
- 10 — .....
- 11 — .....

Artigo 93.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....

5 — O gasóleo colorido e marcado só pode ser adquirido pelos titulares do cartão electrónico instituído para efeitos de controlo da sua afectação aos destinos referidos no n.º 3, sendo responsável pelo pagamento do montante de imposto resultante da diferença entre o nível de tributação aplicável ao gasóleo rodoviário e a taxa aplicável ao gasóleo colorido e marcado, o proprietário ou o responsável legal pela exploração dos postos autorizados para a venda ao público, em relação às quantidades que venderem e que não fiquem devidamente registadas no sistema electrónico de controlo.

- 6 — .....
- 7 — .....
- 8 — .....
- 9 — .....

Artigo 94.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....

4 — Para efeitos do disposto no presente artigo, os valores das taxas unitárias do imposto aplicáveis na ilha de São Miguel aos produtos a seguir indicados são fixados por resolução do Conselho do Governo Regional, podendo ser alterados dentro dos seguintes intervalos:

Produto	Código NC	Taxa do imposto (em euros)	
		Mínima	Máxima
Gasolina com chumbo	2710 11 51 a 2710 11 59	650	650
Gasolina sem chumbo	2710 11 41 a 2710 11 49	359	650
Petróleo	2710 19 21 a 2710 19 25	49,88	339,18
Gasóleo	2710 19 41 a 2710 19 49	49,88	400
Gasóleo agrícola	2710 19 41 a 2710 19 49	21	199,52

Produto	Código NC	Taxa do imposto (em euros)	
		Mínima	Máxima
Fuelóleo com teor de enxofre superior a 1 %	2710 19 63 a 2710 19 69	0	34,92
Fuelóleo com teor de enxofre inferior ou igual a 1 %	2710 19 61	0	29,93
Electricidade	2716	0	1,00

Artigo 95.º

[...]

Os valores das taxas unitárias do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos são fixados, para a Região Autónoma da Madeira, por portaria do membro competente do Governo Regional, dentro dos intervalos constantes do n.º 1 do artigo 92.º, tendo em consideração o princípio de liberdade de mercado e as técnicas tributárias próprias.

Artigo 98.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....

4 — Consideram-se entrepostos fiscais de transformação os entrepostos fiscais de produção onde são efectuadas operações de produção que não envolvem a refinação de petróleo bruto.

5 — Os titulares de entrepostos fiscais de armazenagem de produtos destinados a ser utilizados em fins isentos dentro do território nacional estão dispensados dos requisitos previstos no n.º 2.

Artigo 100.º

[...]

1 — Estão sujeitos aos documentos previstos nos artigos 36.º e 60.º os seguintes produtos petrolíferos e energéticos:

- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) .....
- e) .....
- f) .....
- g) .....
- h) .....

2 — Ficam dispensados do documento administrativo electrónico previsto no artigo 36.º os produtos petrolíferos e energéticos que circulem em regime de suspensão do imposto por condutas fixas em território nacional.

Artigo 103.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....

4 — .....

- a) Elemento específico — € 78,37;
- b) Elemento *ad valorem* — 20 %.

5 — Os cigarros ficam sujeitos, no mínimo, a 104 % do imposto que resultar da aplicação da taxa do imposto aos cigarros pertencentes à classe de preços mais vendida do ano a que corresponda a estampilha especial em vigor.

Artigo 104.º

[...]

1 — O imposto sobre o tabaco relativo a charutos, cigarrilhas, tabaco de corte fino destinado a cigarros de enrolar e restantes tabacos de fumar reveste a forma *ad valorem*, resultando da aplicação ao respectivo preço de venda ao público nas percentagens seguintes:

- a) Charutos — 15 %;
- b) Cigarrilhas — 15 %;
- c) Tabaco de corte fino destinado a cigarros de enrolar — 61,4 %;
- d) Restantes tabacos de fumar — 50 %.

2 — O imposto relativo ao tabaco de corte fino destinado a cigarros de enrolar resultante da aplicação da alínea c) do número anterior não pode ser inferior a € 0,075/g.

3 — Para efeitos do número anterior, caso o peso dos módulos de venda ao público, expresso em gramas, constitua um número decimal, esse peso é arredondado:

- a) Por excesso, para o número inteiro imediatamente superior, quando o algarismo da primeira casa decimal for igual ou superior a cinco;
- b) Por defeito, para o número inteiro imediatamente inferior, nos restantes casos.

Artigo 105.º

[...]

1 — .....

2 — Os cigarros ficam sujeitos, no mínimo, a 50 % do montante do imposto que resulte da aplicação do disposto no n.º 5 do artigo 103.º

Artigo 110.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — .....

8 — A requisição de estampilhas especiais por operadores económicos sem estatuto IEC depende da constituição de uma garantia, cujo montante mínimo deve ser igual a 25 % do imposto exigível pelos produtos de tabaco correspondentes às estampilhas em causa.

Artigo 111.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — A proibição prevista no n.º 1 abrange a comercialização à distância de produtos de tabaco, através de via postal ou outro meio equivalente.

Artigo 112.º

[...]

1 — Os preços de venda ao público dos produtos de tabaco e as subseqüentes alterações são comunicadas pelos fabricantes estabelecidos na Comunidade ou, se for caso disso, pelos seus representantes ou mandatários comerciais ou pelos importadores de países terceiros, considerando-se tacitamente aceites pela autoridade aduaneira, na ausência de decisão expressa desta, decorrido o prazo de 10 dias subseqüentes àquela comunicação.

2 — .....

Artigo 133.º

Aditamento ao Código dos IEC

É aditado o artigo 96.º-A ao Código dos IEC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de Junho, com a seguinte redacção:

«Artigo 96.º-A

Comercialização da electricidade

1 — Os comercializadores de electricidade registados e licenciados nos termos da legislação aplicável, que fornecem ao consumidor final, incluindo os comercializadores de electricidade para a mobilidade eléctrica, devem registar-se na estância aduaneira competente, para efeitos do cumprimento das obrigações fiscais previstas no presente Código.

2 — São equiparados aos comercializadores os produtores de electricidade que forneçam directamente os consumidores, através da rede pública de distribuição ou através de linha directa.

3 — As quantidades de electricidade a declarar para introdução no consumo são as quantidades facturadas aos clientes consumidores finais.»

Artigo 134.º

Revogação de disposição do Código dos IEC

É revogado o n.º 5 do artigo 9.º do Código dos IEC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de Junho.

SECÇÃO II

Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos

Artigo 135.º

Adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos

1 — Mantém-se em vigor em 2012 o adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos, no montante de € 0,005 por litro para a gasolina e no montante de € 0,0025 por litro para o gasóleo rodoviário e o gasóleo

colorido e marcado, que constitui receita própria do fundo financeiro de carácter permanente previsto no Decreto-Lei n.º 63/2004, de 22 de Março, até ao limite máximo de € 30 000 000 anuais.

2 — O adicional a que se refere o número anterior integra os valores das taxas unitárias fixados nos termos do n.º 1 do artigo 92.º do Código dos IEC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de Junho.

3 — Os encargos de liquidação e cobrança incorridos pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo são compensados através da retenção de uma percentagem entre 2 % e 3 % do produto do adicional, a fixar por despacho do Ministro das Finanças, a qual constitui sua receita própria.

### Artigo 136.º

#### Alteração à Lei n.º 55/2007, de 31 de Agosto

É alterado o artigo 4.º da Lei n.º 55/2007, de 31 de Agosto, alterada pelas Leis n.ºs 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, que passa a ter a seguinte redacção:

#### «Artigo 4.º

[...]

1 — .....

2 — O valor da contribuição de serviço rodoviário é de € 65, 47/1000 l para a gasolina e de € 87,98/1000 l para o gasóleo rodoviário.

3 — .....

### SECÇÃO III

#### Imposto sobre veículos

### Artigo 137.º

#### Alteração ao Código do Imposto sobre Veículos

Os artigos 2.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 31.º e 53.º do Código do Imposto sobre Veículos, aprovado pela Lei n.º 22-A/2007, de 29 de Junho, abreviadamente designado por Código do ISV, passam a ter a seguinte redacção:

#### «Artigo 2.º

[...]

1 — .....

2 — .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) (Revogada.)

### Artigo 7.º

[...]

1 — A tabela A, a seguir indicada, estabelece as taxas de imposto, tendo em conta a componente cilindrada e ambiental, e é aplicável aos seguintes veículos:

a) Aos automóveis de passageiros;

b) Aos automóveis ligeiros de utilização mista e aos automóveis ligeiros de mercadorias, que não sejam tributados pelas taxas reduzidas nem pela taxa intermédia.

TABELA A

#### Componente cilindrada

Escalão de cilindrada (em centímetros cúbicos)	Taxas por centímetros cúbicos (em euros)	Parcela a abater (em euros)
Até 1 250 .....	0,97	718,98
Mais de 1 250 .....	4,56	5 212,59

#### Componente ambiental

##### Veículos a gasolina

Escalão de CO <sub>2</sub> (em gramas por quilómetro)	Taxas (em euros)	Parcela a abater (em euros)
Até 115 .....	4,03	378,98
De 116 a 145 .....	36,81	4 156,95
De 146 a 175 .....	42,72	5 010,87
De 176 a 195 .....	108,59	16 550,52
Mais de 195 .....	143,39	23 321,94

##### Veículos a gasóleo

Escalão de CO <sub>2</sub> (em gramas por quilómetro)	Taxas (em euros)	Parcela a abater (em euros)
Até 95 .....	19,39	1 540,30
De 96 a 120 .....	55,49	5 023,11
De 121 a 140 .....	123,06	13 245,34
De 141 a 160 .....	136,85	15 227,57
Mais de 160 .....	187,97	23 434,67

2 — A tabela B, a seguir indicada, tem em conta exclusivamente a componente cilindrada, sendo aplicável aos seguintes veículos:

a) Na totalidade do imposto, aos automóveis ligeiros de mercadorias, de caixa fechada, com lotação máxima de três lugares, incluindo o do condutor, e altura interior da caixa de carga inferior a 120 cm;

b) Na totalidade do imposto, aos automóveis ligeiros de mercadorias, de caixa fechada, com lotação máxima de três lugares, incluindo o do condutor, e tracção às quatro rodas, permanente ou adaptável;

c) Aos automóveis abrangidos pelo n.º 3 do artigo seguinte, na percentagem aí prevista;

d) Aos automóveis abrangidos pelo artigo 9.º, nas percentagens aí previstas.

TABELA B

#### Componente cilindrada

Escalão de cilindrada (em centímetros cúbicos)	Taxas por centímetros cúbicos (em euros)	Parcela a abater (em euros)
Até 1 250 .....	4,34	2 799,66
Mais de 1 250 .....	10,26	10 200,16

3 — Ficam sujeitos a um agravamento de € 500 no total do montante do imposto a pagar, os veículos ligeiros, equipados com sistema de propulsão a gasóleo, sendo o valor acima referido reduzido para € 250 relativamente aos veículos ligeiros de mercadorias referidos no n.º 2 do artigo 9.º, com excepção dos veículos que apresentarem



nos respectivos certificados de conformidade ou, na sua inexistência, nas homologações técnicas, um valor de emissão de partículas inferior a 0,003 g/km.

- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....
- 8 — .....

Artigo 8.º

[...]

1 — .....

2 — É aplicável uma taxa intermédia, correspondente a 95 % do imposto resultante da aplicação da tabela B a que se refere o n.º 2 do artigo anterior, aos veículos fabricados antes de 1970, aos quais, independentemente da sua proveniência ou origem, é aplicável a tabela D a que se refere o n.º 1 do artigo 11.º

3 — É aplicável uma taxa intermédia, correspondente a 50 % do imposto resultante da aplicação da tabela B a que se refere o n.º 2 do artigo anterior, aos automóveis ligeiros de mercadorias, de caixa aberta, ou sem caixa, com lotação superior a três lugares, incluindo o do condutor, que apresentem tracção às quatro rodas, permanente ou adaptável.

Artigo 9.º

[...]

1 — É aplicável uma taxa reduzida, correspondente a 15 % do imposto resultante da aplicação da tabela B a que se refere o n.º 2 do artigo 7.º, aos seguintes veículos:

- a) .....
- b) .....
- c) .....

2 — É aplicável uma taxa reduzida correspondente a 10 % do imposto resultante da aplicação da tabela B, aos automóveis ligeiros de mercadorias, de caixa aberta, fechada ou sem caixa, com lotação máxima de três lugares, incluindo o do condutor, com excepção dos abrangidos pelo n.º 2 do artigo 7.º

Artigo 10.º

[...]

TABELA C

Escalão de cilindrada (em centímetros cúbicos)	Valor (em euros)
De 120 até 250 .....	60,00
De 251 até 350 .....	75,00
De 351 até 500 .....	100,00
De 501 até 750 .....	150,00
Mais de 750 .....	200,00

Artigo 31.º

[...]

1 — Sem prejuízo do disposto em convenções internacionais ou das regras aplicáveis no âmbito de relações diplomáticas e consulares, os veículos matriculados

em série provisória de um Estado membro da União Europeia, só podem beneficiar do regime de admissão temporária pelo período máximo de 90 dias, a contar da respectiva entrada em território nacional, na condição de serem admitidos e conduzidos pelos seus proprietários ou legítimos detentores, pessoas não residentes em território nacional e requererem na alfândega a emissão de guia de circulação.

- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....

Artigo 53.º

[...]

1 — Os automóveis ligeiros de passageiros e de utilização mista que se destinem ao serviço de alugar com condutor — táxis, letra ‘A’ e letra ‘T’, introduzidos no consumo e que apresentem até quatro anos de uso, contados desde a atribuição da primeira matrícula e respectivos documentos, e não tenham níveis de emissão de CO<sub>2</sub> superiores a 175 g/km, confirmados pelo respectivo certificado de conformidade, beneficiam de uma isenção correspondente a 70 % do montante do imposto.

- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....

5 — Os automóveis ligeiros de passageiros e de utilização mista não previstos nos artigos 8.º e 9.º, novos, que se destinem ao exercício de actividades de aluguer sem condutor, beneficiam, na introdução no consumo, de uma isenção correspondente a 40 % do montante do imposto, nas condições seguintes:

- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) .....
- 6 — .....»

Artigo 138.º

**Revogação de normas do Código do Imposto sobre Veículos**

É revogada a alínea d) do n.º 2 do artigo 2.º do Código do Imposto sobre Veículos, aprovado pela Lei n.º 22-A/2007, de 29 de Junho.

Artigo 139.º

**Revogação dos incentivos financeiros na aquisição de veículos eléctricos**

1 — É revogado o capítulo v do Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de Abril, que cria e regulamenta os incentivos financeiros na aquisição de veículos exclusivamente eléctricos.

2 — Os certificados de destruição emitidos nos termos do n.º 3 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de Abril, que habilitam ao incentivo financeiro de € 1500, perdem a sua validade em 31 de Dezembro de 2011.

## SECÇÃO IV

## Imposto único de circulação

## Artigo 140.º

## Alteração ao Código do Imposto Único de Circulação

Os artigos 7.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º e 15.º do Código do Imposto Único de Circulação, aprovado pelo anexo II da Lei n.º 22-A/2007, de 29 de Junho, passam a ter a seguinte redacção:

## «Artigo 7.º

[...]

1 — .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) .....

e) .....

f) .....

g) No caso de veículos da categoria B fabricados antes de 1970, referidos no n.º 2 do artigo 8.º do Código do ISV, aos quais seja aplicada a tabela D a que se refere o n.º 1 do artigo 11.º do mesmo diploma, considera-se para efeitos de determinação do nível de emissão de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) o escalão mínimo (até 120 g por quilómetro).

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

## Artigo 9.º

[...]

Combustível utilizado		Electricidade Vóltagem total	Imposto anual segundo o ano da matrícula (em euros)		
Gasolina cilindrada (em centímetros cúbicos)	Outros produtos cilindrada (em centímetros cúbicos)		Posterior a 1995	De 1990 a 1995	De 1981 a 1989
Até 1 000 .....	Até 1 500 .....	Até 100 .....	17,25	10,87	7,63
Mais de 1 000 até 1 300 .....	Mais de 1 500 até 2 000 .....	Mais de 100 .....	34,61	19,45	10,87
Mais de 1 300 até 1 750 .....	Mais de 2 000 até 3 000 .....		54,06	30,22	15,16
Mais de 1 750 até 2 600 .....	Mais de 3 000 .....		137,17	72,35	31,26
Mais de 2 600 até 3 500 .....			229,39	124,92	63,61
Mais de 3 500 .....			408,69	209,94	96,46

## Artigo 10.º

[...]

1 — .....

Escalão de cilindrada (em centímetros cúbicos)	Taxas (em euros)	Escalão de CO <sub>2</sub> (em grammas por quilómetro)	Taxas (em euros)
Até 1 250 .....	27,51	Até 120 .....	56,46
Mais de 1 250 até 1 750 .....	55,22	Mais de 120 até 180 .....	84,59
Mais de 1 750 até 2 500 .....	110,34	Mais de 180 até 250 .....	169,18
Mais de 2 500 .....	347,74	Mais de 250 .....	289,82

2 — .....

Ano de aquisição (veículo da categoria B)	Coefficiente
2007 .....	1,00
2008 .....	1,05
2009 .....	1,10
2010 .....	1,15

Ano de aquisição (veículo da categoria B)	Coefficiente
2011 .....	1,15
2012 .....	1,15

## Artigo 11.º

[...]

## Veículos de peso bruto inferior a 12 t

Escalões de peso bruto (em quilogramas)	Taxas anuais (em euros)
Até 2 500 .....	31
2 501 a 3 500 .....	50
3 501 a 7 500 .....	120
7 501 a 11 999 .....	195

## Veículos a motor de peso bruto ≥ 12 t

Escalões de peso bruto (em quilogramas)	Ano da 1.ª matrícula									
	Até 1990 (inclusive)		Entre 1991 e 1993		Entre 1994 e 1996		Entre 1997 e 1999		2000 e após	
	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão
	Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)	
<b>2 eixos</b>										
12 000 .....	212	220	196	205	186	195	180	186	178	184
12 001 a 12 999 .....	301	354	280	329	268	314	257	302	255	300
13 000 a 14 999 .....	304	359	282	333	270	318	260	306	258	304

Escalões de peso bruto (em quilogramas)	Ano da 1.ª matrícula									
	Até 1990 (inclusive)		Entre 1991 e 1993		Entre 1994 e 1996		Entre 1997 e 1999		2000 e após	
	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão
	Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)	
15 000 a 17 999 .....	339	377	315	352	301	336	288	323	286	320
≥ 18 000 .....	430	479	400	444	382	424	368	407	365	403
<b>3 eixos</b>										
< 15 000 .....	212	301	196	279	186	267	179	257	178	255
15 000 a 16 999 .....	298	337	277	313	265	300	254	286	252	284
17 000 a 17 999 .....	298	345	277	320	265	305	254	293	252	290
18 000 a 18 999 .....	388	428	360	398	345	380	330	366	327	362
19 000 a 20 999 .....	389	428	362	398	346	384	331	366	329	367
21 000 a 22 999 .....	391	434	363	402	348	432	333	369	330	411
≥ 23 000 .....	437	486	406	453	389	432	372	414	370	411
<b>≥ 4 eixos</b>										
< 23 000 .....	299	335	278	311	265	298	255	284	252	282
23 000 a 24 999 .....	377	425	352	396	336	377	323	363	320	360
25 000 a 25 999 .....	388	428	360	398	345	380	330	366	327	362
26 000 a 26 999 .....	711	806	661	750	631	715	606	685	601	680
27 000 a 28 999 .....	721	824	670	768	639	732	616	705	610	698
≥ 29 000 .....	741	837	687	777	657	744	631	714	626	709

## Veículos articulados e conjuntos de veículos

Escalões de peso bruto (em quilogramas)	Ano da 1.ª matrícula									
	Até 1990 (inclusive)		Entre 1991 e 1993		Entre 1994 e 1996		Entre 1997 e 1999		2000 e após	
	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão
	Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)	
<b>2 + 1 eixos</b>										
12 000 .....	211	213	195	197	185	188	179	181	177	180
12 001 a 17 999 .....	292	359	274	333	263	317	254	305	252	303
18 000 a 24 999 .....	388	457	363	424	348	405	336	390	332	387
25 000 a 25 999 .....	419	468	394	436	375	415	363	399	361	396
≥ 26 000 .....	780	859	732	799	699	763	674	731	670	726
<b>2 + 2 eixos</b>										
< 23 000 .....	288	331	272	308	260	293	251	282	250	280
23 000 a 25 999 .....	373	422	351	394	333	375	324	361	322	358
26 000 a 30 999 .....	712	811	667	755	636	721	617	692	611	685
31 000 a 32 999 .....	769	833	722	774	687	741	666	711	661	705
≥ 33 000 .....	818	988	769	919	733	877	711	843	705	835
<b>2 + 3 eixos</b>										
< 36 000 .....	725	815	679	759	649	725	629	696	623	688
36 000 a 37 999 .....	800	868	752	813	718	776	693	752	686	746
≥ 38 000 .....	829	977	776	916	743	874	719	846	713	839
<b>3 + 2 eixos</b>										
< 36 000 .....	719	793	674	736	644	705	623	675	619	674
36 000 a 37 999 .....	736	839	692	780	661	746	637	715	632	714
38 000 a 39 999 .....	738	892	693	829	662	792	639	760	633	758
≥ 40 000 .....	859	1104	807	1029	769	982	746	942	739	941
<b>≥ 3 + 3 eixos</b>										
< 36 000 .....	672	796	630	741	602	706	582	678	576	673
36 000 a 37 999 .....	792	880	744	817	710	791	685	751	680	744
38 000 a 39 999 .....	800	895	751	831	717	795	692	763	685	757
≥ 40 000 .....	817	908	767	846	732	807	710	774	702	769

## Artigo 12.º

[...]

## Veículos de peso bruto inferior a 12 t

Escalões de peso bruto (em quilogramas)	Taxas anuais (em euros)
Até 2 500 .....	16
2 501 a 3 500 .....	28
3 501 a 7 500 .....	62
7 501 a 11 999 .....	105

## Veículos a motor de peso bruto ≥ 12 t

Escalões de peso bruto (em quilogramas)	Ano da 1.ª matrícula									
	Até 1990 (inclusive)		Entre 1991 e 1993		Entre 1994 e 1996		Entre 1997 e 1999		2000 e após	
	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão
	Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)	
<b>2 eixos</b>										
12 000 .....	122	126	115	118	109	113	105	108	104	107
12 001 a 12 999 .....	143	185	134	174	128	166	124	161	123	160
13 000 a 14 999 .....	145	186	136	175	130	167	126	162	125	160
15 000 a 17 999 .....	177	257	166	240	159	230	153	222	151	221
≥ 18 000 .....	208	324	194	305	186	291	180	281	178	279
<b>3 eixos</b>										
< 15 000 .....	121	146	114	137	108	131	104	127	103	126
15 000 a 16 999 .....	145	188	136	176	130	168	126	163	125	162
17 000 a 17 999 .....	145	188	136	176	130	168	126	163	125	162
18 000 a 18 999 .....	174	248	164	232	155	222	151	215	149	213
19 000 a 20 999 .....	174	248	164	232	155	222	151	215	149	213
21 000 a 22 999 .....	176	265	165	249	158	237	152	229	151	227
≥ 23 000 .....	264	330	248	310	236	296	229	285	227	283
<b>≥ 4 eixos</b>										
< 23 000 .....	145	184	136	173	130	165	126	160	125	159
23 000 a 24 999 .....	204	246	191	231	182	220	177	213	175	212
25 000 a 25 999 .....	233	270	219	254	209	241	202	234	201	232
26 000 a 26 999 .....	377	473	354	443	339	424	327	409	324	406
27 000 a 28 999 .....	380	474	356	445	340	425	328	410	326	407
≥ 29 000 .....	428	638	401	599	384	572	370	553	367	548

## Veículos articulados e conjuntos de veículos

Escalões de peso bruto (em quilogramas)	Ano da 1.ª matrícula									
	Até 1990 (inclusive)		Entre 1991 e 1993		Entre 1994 e 1996		Entre 1997 e 1999		2000 e após	
	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão
	Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)	
<b>2 + 1 eixos</b>										
12 000 .....	120	121	113	113	107	107	104	104	103	103
12 001 a 17 999 .....	143	183	134	172	128	164	124	159	123	158
18 000 a 24 999 .....	184	242	173	227	160	217	160	210	159	208
25 000 a 25 999 .....	233	344	219	322	203	307	203	298	201	295
≥ 26 000 .....	352	472	330	443	305	422	305	408	303	405
<b>2 + 2 eixos</b>										
< 23 000 .....	143	183	134	172	128	165	124	159	123	158
23 000 a 24 999 .....	173	231	163	217	154	207	149	201	148	199
25 000 a 25 999 .....	202	244	189	229	181	219	175	212	173	210
26 000 a 28 999 .....	291	407	272	382	260	365	252	352	250	350
29 000 a 30 999 .....	349	465	327	437	312	417	302	403	300	400

Escalaões de peso bruto (em quilogramas)	Ano da 1.ª matrícula									
	Até 1990 (inclusive)		Entre 1991 e 1993		Entre 1994 e 1996		Entre 1997 e 1999		2000 e após	
	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão	Com suspensão pneumática ou equivalente	Com outro tipo de suspensão
	Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)		Taxas anuais (em euros)	
31 000 a 32 999 .....	413	546	388	513	370	489	358	473	355	470
≥ 33 000 .....	549	641	515	602	491	575	476	555	472	551
<b>2 + 3 eixos</b>										
< 36 000 .....	404	464	379	436	361	415	350	402	347	399
36 000 a 37 999 .....	433	609	406	571	387	545	374	528	371	523
≥ 38 000 .....	595	659	559	619	533	590	516	571	512	567
<b>3 + 2 eixos</b>										
< 36 000 .....	343	400	321	375	307	358	297	346	295	344
36 000 a 37 999 .....	411	537	386	503	368	481	357	465	354	461
38 000 a 39 999 .....	539	632	506	593	483	567	468	548	463	543
≥ 40 000 .....	746	870	700	815	668	779	647	753	641	747
<b>≥ 3 + 3 eixos</b>										
< 36 000 .....	285	371	268	348	256	332	248	321	246	319
36 000 a 37 999 .....	374	465	352	437	336	417	324	403	322	400
38 000 a 39 999 .....	437	471	410	441	391	421	379	407	375	404
≥ 40 000 .....	449	636	421	597	402	570	389	551	386	547

Artigo 13.º

[...]

Escalaão de cilindrada (em centímetros cúbicos)	Taxa anual em euros (segundo o ano da matrícula do veículo)	
	Posterior a 1996	Entre 1992 e 1996
De 120 até 250 .....	5,37	0,00
Mais de 250 até 350 .....	7,59	5,37
Mais de 350 até 500 .....	18,34	10,85
Mais de 500 até 750 .....	55,12	32,46
Mais de 750 .....	110,24	54,07

Artigo 14.º

[...]

A taxa aplicável aos veículos da categoria F é de € 2,33/kW.

Artigo 15.º

[...]

A taxa aplicável aos veículos da categoria G é de € 0,58/kg, tendo o imposto o limite superior de € 10 750.»

CAPÍTULO XIII

Impostos locais

SECÇÃO I

Imposto municipal sobre imóveis

Artigo 141.º

Alteração ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis

1 — Os artigos 9.º, 13.º, 37.º, 40.º-A, 42.º, 45.º, 68.º, 75.º, 76.º, 112.º, 128.º, 130.º e 138.º do Código do Im-

posto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, abreviadamente designado por Código do IMI, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 9.º

[...]

1 — .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) Do 4.º ano seguinte, inclusive, àquele em que um terreno para construção tenha passado a figurar no inventário de uma empresa que tenha por objecto a construção de edifícios para venda;

e) Do 3.º ano seguinte, inclusive, àquele em que um prédio tenha passado a figurar no inventário de uma empresa que tenha por objecto a sua venda.

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — Nas situações a que alude o número anterior, se a comunicação for apresentada para além do prazo referido, o imposto é devido por todo o tempo já decorrido, iniciando-se a suspensão da tributação apenas a partir do ano da comunicação, cessando, todavia, no ano em que findaria caso tivesse sido apresentada em tempo.

6 — .....

7 — .....

Artigo 13.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

- 4 — .....  
 5 — .....  
 6 — .....  
 7 — A Direcção-Geral dos Impostos procede ao pré-preenchimento da declaração a que se refere o n.º 1, quanto disponha dos elementos previstos no artigo 128.º, sem prejuízo da validação a efectuar pelo sujeito passivo.

## Artigo 37.º

[...]

- 1 — .....  
 2 — .....  
 3 — .....  
 4 — .....  
 5 — .....  
 6 — Quando as telas finais e os projectos de loteamento referidos nos n.ºs 2 e 3 sejam entregues na câmara municipal e aí devidamente aprovadas, e caso esta entidade os envie ao serviço de finanças, fica o sujeito passivo dispensado de proceder à sua entrega.

## Artigo 40.º-A

[...]

- 1 — .....  
 2 — .....  
 3 — .....  
 4 — .....  
 5 — Nos terrenos para construção, o coeficiente de ajustamento de áreas (Caj) é aplicado às edificações autorizadas ou previstas, de acordo com as seguintes regras:

- a) Quando existir apenas uma afectação, aplica-se a tabela correspondente;  
 b) Quando existir mais de uma afectação, com discriminação de área, aplica-se a tabela correspondente a cada uma das afectações;  
 c) Quando existir mais de uma afectação e não seja possível estabelecer a discriminação referida na alínea anterior, aplica-se a tabela da afectação economicamente dominante.

## Artigo 42.º

[...]

- 1 — O coeficiente de localização (Cl) varia entre 0,4 e 3,5, podendo, em situações de habitação dispersa em meio rural, ser reduzido para 0,35.  
 2 — .....  
 3 — .....  
 4 — .....

## Artigo 45.º

[...]

- 1 — .....  
 2 — .....  
 3 — .....  
 4 — .....  
 5 — Quando o documento comprovativo de viabilidade construtiva a que se refere o artigo 37.º apenas faça referência aos índices do PDM, devem os peritos avaliadores estimar, fundamentadamente, a respectiva área de

construção, tendo em consideração, designadamente, as áreas médias de construção da zona envolvente.

## Artigo 68.º

[...]

- 1 — .....  
 2 — Ficam a cargo do sujeito passivo as despesas de avaliação efectuadas a seu pedido, sempre que o valor contestado se mantenha ou aumente.  
 3 — Ficam a cargo das câmaras municipais as despesas de avaliação de prédio urbano efectuada a seu pedido, sempre que, em resultado desta, não for dada razão à requerente na sua pretensão.

## Artigo 75.º

[...]

- 1 — .....  
 2 — .....  
 3 — .....  
 4 — .....  
 5 — .....  
 6 — .....  
 7 — Caso a segunda avaliação seja requerida pelos sujeitos passivos, e se, em resultado desta, o valor patrimonial tributário se mantenha ou aumente, as despesas com a avaliação são por estes reembolsadas à Direcção-Geral dos Impostos.

## Artigo 76.º

[...]

- 1 — .....  
 2 — .....  
 3 — Pelo pedido da segunda avaliação é devida pelo requerente uma taxa inicial, a fixar entre 7,5 e 30 unidades de conta, tendo em conta a complexidade da matéria.  
 4 — .....  
 5 — .....  
 6 — .....  
 7 — .....  
 8 — .....  
 9 — .....  
 10 — .....  
 11 — .....  
 12 — .....  
 13 — No caso dos prédios em compropriedade, sempre que haja mais do que um pedido de segunda avaliação, devem os comproprietários nomear um só representante para integrar a comissão referida no n.º 2, aplicando-se igualmente esta regra em caso de transmissões sucessivas no decurso de uma avaliação, quando exista mais do que um alienante ou adquirente a reclamar.  
 14 — .....

## Artigo 112.º

[...]

- 1 — As taxas do imposto municipal sobre imóveis são as seguintes:  
 a) .....  
 b) Prédios urbanos: 0,5 % a 0,8 %;  
 c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,3 % a 0,5 %.

- 2 — .....
- 3 — As taxas previstas nas alíneas *b)* e *c)* do n.º 1 são elevadas, anualmente, ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio.
- 4 — Para os prédios que sejam propriedade de entidades que tenham domicílio fiscal em país, território ou região sujeito a regime fiscal claramente mais favorável, constantes de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças, a taxa do imposto é de 7,5 %.
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....
- 8 — .....
- 9 — .....
- 10 — .....
- 11 — .....
- 12 — .....
- 13 — .....
- 14 — .....
- 15 — .....

Artigo 128.º

[...]

1 — Às câmaras municipais compete colaborar com a administração fiscal no cumprimento do disposto no presente Código, devendo, nomeadamente:

*a)* Remeter ao serviço de finanças competente, até final ao mês seguinte ao da sua aprovação, os alvarás de loteamento, licenças de construção, plantas de arquitectura das construções correspondentes às telas finais, licenças de demolição e de obras, pedidos de vistorias, datas de conclusão de edifícios e seus melhoramentos ou da sua ocupação, bem como todos os elementos necessários à avaliação dos prédios;

- b)* .....
- c)* .....

2 — *(Revogado.)*

3 — Os termos, formatos e procedimentos necessários ao cumprimento do disposto no n.º 1 são definidos por portaria do Ministro das Finanças, após audição da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Artigo 130.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — O chefe do serviço de finanças competente pode, a todo o tempo, promover a rectificação de qualquer incorrecção nas inscrições matriciais, salvo as que impliquem alteração do valor patrimonial tributário resultante de avaliação directa com o fundamento previsto na alínea *a)* do n.º 3, caso em que tal rectificação só pode efectuar-se decorrido o prazo referido no número anterior.
- 6 — *(Anterior n.º 5.)*
- 7 — *(Anterior n.º 6.)*
- 8 — Os efeitos das reclamações, bem como o das correcções promovidas pelo chefe do serviço de finanças competente, efectuadas com qualquer dos fundamentos previstos

neste artigo, só se produzem na liquidação respeitante ao ano em que for apresentado o pedido ou promovida a rectificação.

Artigo 138.º

[...]

1 — Os valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos referidos nas alíneas *a)*, *c)* e *d)* do n.º 1 do artigo 6.º são actualizados trienalmente com base em factores correspondentes a 75 % dos coeficientes de desvalorização da moeda fixados anualmente por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças para efeitos dos impostos sobre o rendimento.

2 — Os valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos referidos na alínea *b)* do n.º 1 do artigo 6.º são actualizados anualmente com base em factores correspondentes aos coeficientes de desvalorização da moeda fixados anualmente por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças.»

2 — A nova redacção dada à alínea *d)* do n.º 1 do artigo 9.º do Código do IMI tem natureza interpretativa.

Artigo 142.º

**Revogação de normas do Código do IMI**

É revogado o n.º 2 do artigo 128.º do Código do IMI, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro.

SECÇÃO II

**Imposto municipal sobre as transmissões onerosas imóveis**

Artigo 143.º

**Alteração ao Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis**

1 — Os artigos 17.º e 40.º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, abreviadamente designado por Código do IMT, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 17.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — A taxa é sempre de 10 %, não se aplicando qualquer isenção ou redução sempre que o adquirente tenha a residência ou sede em país, território ou região sujeito a um regime fiscal mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças, sem prejuízo da isenção prevista no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 540/76, de 9 de Julho.
- 5 — .....
- 6 — .....

Artigo 40.º

[...]

- 1 — Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o IMT prescreve nos termos dos artigos 48.º e 49.º da lei geral tributária.
- 2 — .....

3 — Verificando-se caducidade de benefícios, o prazo de prescrição conta-se a partir da data em que os mesmos ficaram sem efeito.

4 — (*Anterior n.º 3.*)»

2 — É revogado o artigo 47.º do Código do IMT, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro.

## CAPÍTULO XIV

### Benefícios fiscais

#### Artigo 144.º

##### Alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais

Os artigos 3.º, 16.º, 17.º, 21.º, 22.º, 26.º, 27.º, 32.º, 33.º, 46.º, 48.º, 52.º, 54.º, 58.º, 69.º, 70.º e 74.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho, abreviadamente designado por EBF, passam a ter a seguinte redacção:

#### «Artigo 3.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — O disposto no n.º 1 não se aplica aos benefícios fiscais constantes dos artigos 16.º, 17.º, 18.º, 21.º, 22.º, 23.º, 24.º, 32.º, 44.º, 60.º e 66.º-A, bem como ao capítulo v da parte II do presente Estatuto.

#### Artigo 16.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — São isentos de IRC os rendimentos dos fundos de pensões que se constituam, operem de acordo com a legislação e estejam estabelecidos noutro Estado membro da União Europeia ou do espaço económico europeu, neste último caso desde que esse Estado membro esteja vinculado a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito da União Europeia, não imputáveis a estabelecimento estável situado em território português, desde que se verifiquem cumulativamente os seguintes requisitos:

a) Garantam exclusivamente o pagamento de prestações de reforma por velhice ou invalidez, sobrevivência, pré-reforma ou reforma antecipada, benefícios de saúde pós-emprego e, quando complementares e acessórios destas prestações, a atribuição de subsídios por morte;

b) Sejam geridos por instituições de realização de planos de pensões profissionais às quais seja aplicável a Directiva n.º 2003/41/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Junho;

c) O fundo de pensões seja o beneficiário efectivo dos rendimentos;

d) Tratando-se de lucros distribuídos, as correspondentes partes sociais sejam detidas, de modo ininterrupto, há pelo menos um ano.

8 — Sem prejuízo do disposto no artigo 98.º do Código do IRC, para que seja imediatamente aplicável o disposto no número anterior, deve ser feita prova perante a entidade que se encontra obrigada a efectuar a retenção na fonte, anteriormente à data de colocação à disposição dos rendimentos, da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a), b) e c) mediante declaração confirmada e autenticada pelas autoridades do Estado membro da União Europeia ou do espaço económico europeu a quem compete a respectiva supervisão.

#### Artigo 17.º

[...]

1 — .....

2 — Às importâncias pagas, sob a forma de renda vitalícia ou resgate do capital acumulado, no âmbito do regime público de capitalização é aplicável o regime previsto nos n.ºs 2 a 5 do artigo 21.º

#### Artigo 21.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — A fruição do benefício previsto no n.º 2 fica sem efeito, devendo as importâncias deduzidas, majoradas em 10 %, por cada ano ou fracção, decorrido desde aquele em que foi exercido o direito à dedução, ser acrescidas à colecta do IRS do ano da verificação dos factos, se aos participantes for atribuído qualquer rendimento ou for concedido o reembolso dos certificados, salvo em caso de morte do subscritor ou quando tenham decorrido, pelo menos, cinco anos a contar da respectiva entrega e ocorra qualquer uma das situações definidas na lei.

5 — A fruição do benefício previsto no n.º 3 fica sem efeito quando o reembolso dos certificados ocorrer fora de qualquer uma das situações definidas na lei, devendo o rendimento ser tributado, autonomamente, à taxa de 21,5 %, de acordo com as regras aplicáveis aos rendimentos da categoria E de IRS, incluindo as relativas a retenções na fonte, sem prejuízo da eventual aplicação das alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 5.º do Código do IRS, quando o montante das entregas pagas na primeira metade de vigência do plano representar, pelo menos, 35 % da totalidade daquelas.

6 — .....

7 — .....

8 — .....

9 — .....

10 — .....

#### Artigo 22.º

[...]

1 — .....

a) .....

b) .....

c) Tratando-se de mais-valias, obtidas em território português ou fora dele, há lugar a tributação, autonomamente, nas mesmas condições em que se verificaria se desses rendimentos fossem titulares pessoas singulares residentes em território português, à taxa de 21,5 %, so-



bre a diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias obtidas em cada ano, sendo o imposto entregue ao Estado pela respectiva entidade gestora, até ao fim do mês de Abril do ano seguinte àquele a que respeitar.

- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....

a) Tratando-se de rendimentos prediais, que não sejam relativos à habitação social sujeita a regimes legais de custos controlados, há lugar a tributação, autonomamente, à taxa de 20 %, que incide sobre os rendimentos líquidos dos encargos de conservação e manutenção efectivamente suportados, devidamente documentados, bem como do imposto municipal sobre imóveis, sendo a entrega do imposto efectuada pela respectiva entidade gestora até ao fim do mês de Abril do ano seguinte àquele a que respeitar, e considerando-se o imposto eventualmente retido como pagamento por conta deste imposto;

- b) .....
- c) .....

- 7 — .....
- 8 — .....
- 9 — .....
- 10 — .....
- 11 — .....
- 12 — .....
- 13 — .....
- 14 — .....
- 15 — .....
- 16 — .....

Artigo 26.º

[...]

1 — .....

2 — A diferença, quando positiva, entre o valor devido aquando do encerramento dos planos de poupança em acções e as importâncias entregues pelo subscritor está sujeita a retenção na fonte à taxa liberatória de 21,5 %, sem prejuízo da possibilidade de englobamento, por opção do sujeito passivo, caso em que o imposto retido tem a natureza de pagamento por conta.

Artigo 27.º

[...]

1 — .....

2 — .....

a) .....

b) A entidades não residentes e sem estabelecimento estável em território português que sejam domiciliadas em país, território ou região sujeitas a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças;

c) .....

3 — .....

a) A pessoas singulares não residentes e sem estabelecimento estável em território português que

sejam domiciliadas em país, território ou região sujeitas a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças;

- b) .....

Artigo 32.º

Sociedades gestoras de participações sociais (SGPS)

1 — .....

2 — As mais-valias e as menos-valias realizadas pelas SGPS de partes de capital de que sejam titulares, desde que detidas por período não inferior a um ano, e, bem assim, os encargos financeiros suportados com a sua aquisição não concorrem para a formação do lucro tributável destas sociedades.

3 — O disposto no número anterior não é aplicável relativamente às mais-valias realizadas e aos encargos financeiros suportados quando as partes de capital tenham sido adquiridas a entidades com as quais existam relações especiais, nos termos do n.º 4 do artigo 63.º do Código do IRC, ou a entidades com domicílio, sede ou direcção efectiva em território sujeito a um regime fiscal mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças, ou residentes em território português sujeitas a um regime especial de tributação, e desde que tenham sido detidas, pela alienante, por período inferior a três anos e, bem assim, quando a alienante tenha resultado de transformação de sociedade à qual não fosse aplicável o regime previsto naquele número, relativamente às mais-valias das partes de capital objecto de transmissão, desde que, neste último caso, tenham decorrido menos de três anos entre a data da transformação e a data da transmissão.

4 — (Revogado.)

5 — (Revogado.)

6 — (Revogado.)

7 — (Revogado.)

8 — (Revogado.)

9 — .....

Artigo 33.º

[...]

1 — (Revogado.)

2 — (Revogado.)

3 — (Revogado.)

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — .....

8 — .....

9 — .....

10 — .....

11 — .....

12 — .....

13 — .....

14 — .....

15 — .....

16 — .....

17 — .....

18 — .....

19 — .....

20 — .....

## Artigo 46.º

[...]

1 — Ficam isentos de imposto municipal sobre imóveis, nos termos do n.º 5, os prédios ou parte de prédios urbanos habitacionais construídos, ampliados, melhorados ou adquiridos a título oneroso, destinados à habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, cujo rendimento colectável, para efeitos de IRS, no ano anterior, não seja superior a € 153 300, e que sejam efectivamente afectos a tal fim, no prazo de seis meses após a aquisição ou a conclusão da construção, da ampliação ou dos melhoramentos, salvo por motivo não imputável ao beneficiário, devendo o pedido de isenção ser apresentado pelos sujeitos passivos até ao termo dos 60 dias subsequentes àquele prazo.

2 — .....

3 — Ficam igualmente isentos, nos termos do n.º 5, os prédios ou parte de prédios construídos de novo, ampliados, melhorados ou adquiridos a título oneroso, quando se trate da primeira transmissão, na parte destinada a arrendamento para habitação, desde que reunidas as condições referidas na parte final do n.º 1, iniciando-se o período de isenção a partir da data da celebração do primeiro contrato de arrendamento.

4 — .....

5 — Para efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 3, o período de isenção a conceder é de três anos, aplicável a prédios urbanos cujo valor patrimonial tributário não exceda € 125 000.

6 — .....

7 — .....

8 — .....

9 — .....

10 — O disposto nos n.ºs 1 e 3 não é aplicável quando os prédios ou parte de prédios tiverem sido construídos de novo, ampliados, melhorados ou adquiridos a título oneroso por entidades que tenham o domicílio em países, territórios ou regiões sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável, constantes de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças.

11 — .....

12 — .....

13 — .....

## Artigo 48.º

[...]

1 — Ficam isentos de imposto municipal sobre imóveis os prédios rústicos e urbanos destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que sejam efectivamente afectos a tal fim, desde que o rendimento bruto total do agregado familiar, englobado para efeitos de IRS, não seja superior a 2,2 vezes o valor anual do IAS e o valor patrimonial tributário global da totalidade dos prédios rústicos e urbanos pertencentes ao sujeito passivo não exceda 10 vezes o valor anual do IAS.

2 — As isenções a que se refere o número anterior são reconhecidas anualmente pelo chefe do serviço de finanças da área da situação dos prédios, mediante requerimento devidamente fundamentado, que deve ser apresentado pelo sujeito passivo no prazo de 60 dias contados da data da aquisição dos prédios e nunca depois de 31 de Dezembro do ano do início de isenção solicitada.

## Artigo 52.º

[...]

Ficam isentas de IRC, excepto quanto aos rendimentos de capitais tal como definidos para efeitos de IRS, as comissões vitivinícolas regionais, reguladas nos termos do Decreto-Lei n.º 212/2004, de 23 de Agosto, e legislação complementar.

## Artigo 54.º

[...]

1 — Ficam isentos de IRC os rendimentos das colectividades desportivas, de cultura e recreio, abrangidas pelo artigo 11.º do Código do IRC, desde que a totalidade dos seus rendimentos brutos sujeitos a tributação, e não isentos nos termos do mesmo Código, não exceda o montante de € 7500.

2 — As importâncias investidas pelos clubes desportivos em novas infra-estruturas, não provenientes de subsídios, podem ser deduzidas à matéria colectável até ao limite de 50 % da mesma, sendo o eventual excesso deduzido até ao final do segundo exercício seguinte ao do investimento.

## Artigo 58.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — A importância a excluir do englobamento nos termos do n.º 1 não pode exceder € 20 000.

4 — *(Revogado.)*

## Artigo 69.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — O regime referido nos n.ºs 1 e 2 vigora para os imóveis adquiridos ou concluídos até 31 de Dezembro de 2012.

7 — .....

## Artigo 70.º

[...]

1 — .....

a) Veículos afectos ao transporte público de passageiros com lotação igual ou superior a 22 lugares, por sujeitos passivos de IRC licenciados pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P. (IMTT, I. P.), sempre que no próprio período de tributação ou até ao fim do segundo período de tributação seguinte seja efectuado o reinvestimento da totalidade do valor de realização na aquisição de veículos novos, com lotação igual ou superior a 22 lugares, com data de fabrico não anterior a 2011 e afectos a idêntica finalidade;

b) Veículos afectos ao transporte em táxi, pertencentes a empresas devidamente licenciadas para esse fim, sempre que, no próprio período de tributação ou até ao fim do segundo período de tributação seguinte, seja

efectuado o reinvestimento da totalidade do valor de realização na aquisição de veículos com data de fabrico não anterior a 2011 e afectos a idêntica finalidade;

c) Veículos de mercadorias com peso bruto igual ou superior a 12 t, adquiridos antes de 1 de Julho de 2009 e com a primeira matrícula anterior a esta data, afectos ao transporte rodoviário de mercadorias público ou por conta de outrem, sempre que, no próprio período de tributação ou até ao fim do segundo período de tributação seguinte, a totalidade do valor da realização seja reinvestido em veículos de mercadorias com peso bruto igual ou superior a 12 t e primeira matrícula posterior a 1 de Janeiro de 2011, que sejam afectos ao transporte rodoviário de mercadorias público ou por conta de outrem.

2 — Os veículos objecto do benefício referido no número anterior devem permanecer registados como elementos do activo fixo tangível dos sujeitos passivos beneficiários pelo período de cinco anos.

3 — . . . . .

4 — Os gastos suportados com a aquisição, em território português, de combustíveis para abastecimento de veículos são dedutíveis, em valor correspondente a 120 % do respectivo montante, para efeitos da determinação do lucro tributável, quando se trate de:

a) Veículos afectos ao transporte público de passageiros, com lotação igual ou superior a 22 lugares, e estejam registados como elementos do activo fixo tangível de sujeitos passivos de IRC que estejam licenciados pelo IMTT, I. P.;

b) Veículos afectos ao transporte rodoviário de mercadorias público ou por conta de outrem, com peso bruto igual ou superior a 3,5 t, registados como elementos do activo fixo tangível de sujeitos passivos IRC e que estejam licenciados pelo IMTT, I. P.;

c) Veículos afectos ao transporte em táxi, registados como elementos do activo fixo tangível dos sujeitos passivos de IRS ou de IRC, com contabilidade organizada e que estejam devidamente licenciados.

5 — Os benefícios fiscais previstos no presente artigo são aplicáveis durante o período de tributação que se inicie em ou após 1 de Janeiro de 2012.

#### Artigo 74.º

[...]

1 — São dedutíveis à colecta do IRS 10 % dos prémios de seguros ou contribuições pagas a associações mutualistas ou a instituições sem fins lucrativos que tenham por objecto a prestação de cuidados de saúde que, em qualquer dos casos, cubram exclusivamente os riscos de saúde relativamente ao sujeito passivo ou aos seus dependentes, pagos por aquele ou por terceiros, desde que, neste caso, tenham sido comprovadamente tributados como rendimento do sujeito passivo, com os seguintes limites:

a) Tratando-se de sujeitos passivos não casados ou separados judicialmente de pessoas e bens, até ao limite de € 50;

b) Tratando-se de sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens, até ao limite de € 100.

2 — Por cada dependente a cargo do sujeito passivo, os limites das alíneas a) e b) do número anterior são elevados em € 25.»

#### Artigo 145.º

##### Aditamento ao Estatuto dos Benefícios Fiscais

1 — São aditados ao Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho, os artigos 32.º-A, 62.º-A e 66.º-A, com a seguinte redacção:

#### «Artigo 32.º-A

##### Sociedades de capital de risco (SCR) e investidores de capital de risco (ICR)

1 — As mais-valias e as menos-valias realizadas pelas SCR e os ICR de partes de capital de que sejam titulares, desde que detidas por período não inferior a um ano, e, bem assim, os encargos financeiros suportados com a sua aquisição não concorrem para a formação do lucro tributável destas sociedades.

2 — O disposto no número anterior não é aplicável relativamente às mais-valias realizadas e aos encargos financeiros suportados quando as partes de capital tenham sido adquiridas a entidades com as quais existam relações especiais, nos termos do n.º 4 do artigo 63.º do Código do IRC, ou a entidades com domicílio, sede ou direcção efectiva em território sujeito a um regime fiscal mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças, ou residentes em território português sujeitas a um regime especial de tributação, e desde que tenham sido detidas, pela alienante, por período inferior a três anos e, bem assim, quando a alienante tenha resultado de transformação de sociedade à qual não fosse aplicável o regime previsto naquele número, relativamente às mais-valias das partes de capital objecto de transmissão, desde que, neste último caso, tenham decorrido menos de três anos entre a data da transformação e a data da transmissão.

3 — As SCR podem deduzir ao montante apurado nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 90.º do Código do IRC, e até à sua concorrência, uma importância correspondente ao limite da soma das colectas de IRC dos cinco exercícios anteriores àquele a que respeita o benefício, desde que seja utilizada na realização de investimentos em sociedades com potencial de crescimento e valorização.

4 — A dedução a que se refere o número anterior é feita nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 90.º do Código do IRC, na liquidação do IRC respeitante ao exercício em que foram realizados os investimentos ou, quando o não possa ser integralmente, a importância ainda não deduzida poderá sê-lo, nas mesmas condições, na liquidação dos cinco exercícios seguintes.

5 — Os sócios das sociedades por quotas unipessoais ICR, os investidores informais das sociedades veículo de investimento em empresas com potencial de crescimento, certificadas no âmbito do Programa COMPETE, e os investidores informais em capital de risco a título individual certificados pelo IAPMEI, no âmbito do Programa FINICIA, podem deduzir à sua colecta em IRS do próprio ano, até ao limite de 15 % desta, um montante correspondente a 20 % do valor investido por si ou pela sociedade por quotas unipessoais ICR de que sejam sócios.

6 — A dedução à colecta referida no número anterior não se aplica aos seguintes casos:

a) Investimentos em sociedades cotadas em bolsa de valores e em sociedades cujo capital seja controlado maioritariamente por outras sociedades, exceptuados os investimentos efectuados em SCR e em fundos de capital de risco;

b) Investimentos em sociedades sujeitas a regulação pelo Banco de Portugal ou pelo Instituto dos Seguros de Portugal.

7 — Por valor investido entende-se a entrada de capitais em dinheiro destinados à subscrição ou aquisição de quotas ou acções ou à realização de prestações acessórias ou suplementares de capital em sociedades que usem efectivamente essas entradas de capital na realização de investimentos com potencial de crescimento e valorização.

#### Artigo 62.º-A

##### Mecenato científico

1 — São consideradas entidades beneficiárias as destinatárias directas dos donativos, nomeadamente, fundações, associações e institutos públicos ou privados, instituições do ensino superior, bibliotecas, mediatecas, centros de documentação, laboratórios do Estado, laboratórios associados, unidades de investigação e desenvolvimento, centros de transferência e centros tecnológicos, órgãos de comunicação social que se dediquem à divulgação científica e empresas que desenvolvam acções de demonstração de resultados de investigação e desenvolvimento tecnológico, sempre que a respectiva actividade assuma, predominantemente, carácter científico.

2 — São considerados gastos ou perdas do exercício, em valor correspondente a 130 % do respectivo total, para efeitos de IRC ou da categoria B do IRS, os donativos atribuídos às entidades referidas no número anterior, pertencentes:

a) Ao Estado, às regiões autónomas e autarquias locais e a qualquer dos seus serviços, estabelecimentos e organismos, ainda que personalizados;

b) Associações de municípios e freguesias;

c) Fundações em que o Estado, as regiões autónomas ou as autarquias locais participem no património inicial.

3 — São considerados gastos ou perdas do exercício, até ao limite de  $\frac{8}{1000}$  do volume de vendas ou de serviços prestados, em valor correspondente a 130 % para efeitos do IRC ou da categoria B do IRS, os donativos atribuídos às entidades de natureza privada, previstas no n.º 1.

4 — Os donativos previstos nos n.ºs 2 e 3 anteriores são considerados gastos em valor correspondente a 140 % do seu valor quando atribuídos ao abrigo de contratos plurianuais que fixem objectivos a atingir pelas entidades beneficiárias e os montantes a atribuir pelos sujeitos passivos.

5 — No caso de donativos em espécie efectuados por sujeitos passivos de IRC ou por sujeitos passivos de IRS que exerçam actividades empresariais e profissionais, considera-se, para efeitos do presente artigo, que o valor dos bens é o valor fiscal que os mesmos tiverem no exercício em que forem doados, ou seja;

a) No caso de bens do activo fixo tangível, o custo de aquisição ou de produção deduzido das depreciações

efectivamente praticadas e aceites para efeitos fiscais, sem prejuízo do disposto na parte final da alínea a) do n.º 5 do artigo 29.º do Código do IRC;

b) No caso de bens com a natureza de inventários, o custo de aquisição ou de produção eventualmente deduzido das perdas por imparidade que devam ser constituídas de acordo com o respectivo regime fiscal.

6 — No caso de mecenato de recursos humanos, considera-se, para efeitos do presente artigo, que o valor da cedência de um investigador ou especialista é o valor correspondente aos encargos despendidos pela entidade patronal com a sua remuneração, incluindo os suportados para regimes obrigatórios de segurança social, durante o período da respectiva cedência.

7 — A usufruição de qualquer dos incentivos previstos neste artigo depende de acreditação, por uma entidade acreditadora designada por despacho do Ministro da Educação e Ciência, que comprove a afectação do donativo a uma actividade de natureza científica.

8 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, nos casos em que a entidade beneficiária seja de natureza privada, a acreditação depende de prévio reconhecimento, através de despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Educação e Ciência.

9 — A entidade beneficiária privada deve requerer, fundamentadamente, junta da entidade acreditadora, o reconhecimento de natureza científica da actividade por si desenvolvida, competindo à entidade acreditadora emitir parecer sobre o mesmo e remeter o pedido à tutela.

10 — Do despacho conjunto referido no n.º 8, consta necessariamente a fixação do prazo de validade de tal reconhecimento.

#### Artigo 66.º-A

##### Cooperativas

1 — Estão isentas de IRC, com excepção dos resultados provenientes de operações com terceiros e de actividades alheias aos próprios fins:

a) As cooperativas agrícolas;

b) As cooperativas culturais;

c) As cooperativas de consumo;

d) As cooperativas de habitação e construção;

e) As cooperativas de solidariedade social.

2 — Estão ainda isentas de IRC as cooperativas, dos demais ramos do sector cooperativo, desde que, cumulativamente:

a) 75 % das pessoas que nelas aufram rendimentos do trabalho dependente sejam membros da cooperativa;

b) 75 % dos membros da cooperativa nela prestem serviço efectivo.

3 — Nas cooperativas mistas do ramo do ensino não entram para o cômputo previsto na alínea b) do número anterior os alunos e respectivos encarregados de educação.

4 — A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos sujeitos a IRC por retenção na fonte, a qual tem carácter definitivo no caso de a cooperativa não ter outros rendimentos sujeitos a imposto, aplicando-se as taxas que lhe correspondam.

5 — As cooperativas isentas nos termos dos números anteriores podem renunciar à isenção, com efeitos a partir do período de tributação seguinte àquele a que respeita a declaração periódica de rendimentos em que manifestarem essa intenção, aplicando-se então o regime geral de tributação em IRC durante, pelo menos, cinco períodos de tributação.

6 — São isentos de IRC:

a) Os apoios e subsídios financeiros ou de qualquer outra natureza atribuídos pelo Estado, nos termos da lei às cooperativas de primeiro grau, de grau superior ou às régies cooperativas como compensação pelo exercício de funções de interesse e utilidade públicas delegados pelo Estado;

b) Os rendimentos resultantes das quotas pagas pelas cooperativas associadas e cooperativas de grau superior.

7 — As despesas realizadas em aplicação da reserva para educação e formação cooperativas, prevista no artigo 70.º e com observância do disposto no artigo 3.º — 5.º princípio, ambos do Código Cooperativo, podem ser consideradas como gasto para efeitos da determinação do lucro tributável em IRC, no período de tributação em que sejam suportadas, em valor correspondente a 120 % do respectivo total.

8 — As cooperativas estão isentas de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis na aquisição de quaisquer direitos sobre imóveis destinados à sede e ao exercício das actividades que constituam o respectivo objecto social.

9 — As cooperativas estão igualmente isentas de imposto municipal sobre imóveis relativamente aos imóveis referidos no número anterior.

10 — Aos prédios urbanos habitacionais, propriedade de cooperativas de habitação e construção e por estas cedidas aos seus membros em regime de propriedade colectiva, qualquer que seja a respectiva modalidade desde que destinados à habitação própria e permanente destes, aplica-se a isenção prevista no artigo 46.º, nos termos e condições aí estabelecidos.

11 — A usufruição dos benefícios previstos nos n.ºs 8 e 9 só pode ser revogada, ou a sua medida alterada, por deliberação das assembleias municipais em cuja circunscrição estejam situados os respectivos prédios.

12 — As cooperativas estão isentas de imposto do selo sobre os actos, contratos, documentos, títulos e outros factos, incluindo as transmissões gratuitas de bens, quando este imposto constitua seu encargo.

13 — As isenções e demais benefícios previstos neste artigo aplicam-se às cooperativas de primeiro grau, de grau superior e às régies cooperativas, desde que constituídas, registadas e funcionando nos termos do Código Cooperativo e demais legislação aplicável.»

2 — É aditado à parte II do EBF, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho, o capítulo XI, com a epígrafe «Benefícios às cooperativas», constituído pelo artigo 66.º-A.

**Artigo 146.º**

**Revogação e prorrogação de disposições do EBF**

1 — São revogados o artigo 25.º, os n.ºs 4, 5, 6, 7 e 8 do artigo 32.º, os n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 33.º, os artigos 34.º, 35.º, 43.º, 56.º e 57.º, o n.º 4 do artigo 58.º e os artigos 65.º e 73.º, todos do EBF.

2 — São prorrogadas, com as alterações estabelecidas pela presente lei, as normas que consagram os benefícios fiscais constantes dos artigos 19.º, 20.º, 26.º, 27.º, 28.º, 29.º, 30.º, 31.º e 32.º, dos n.ºs 4 a 20 do artigo 33.º, para efeitos da remissão do n.º 9 do artigo 36.º, e dos artigos 42.º, 45.º, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º, 50.º, 51.º, 52.º, 53.º, 54.º, 55.º, 58.º, 59.º, 60.º, 61.º, 62.º, 63.º, 64.º e 66.º do EBF.

3 — Aos rendimentos de aplicações a prazo e planos de poupança em acções celebrados até à data da entrada em vigor da presente lei continua a aplicar-se, relativamente às importâncias aplicadas até essa mesma data, o disposto nos artigos 25.º e 26.º do EBF na redacção anteriormente em vigor, não podendo os prazos inicialmente estabelecidos para essas aplicações ser prorrogados.

4 — A remissão para o n.º 1 do artigo 33.º do EBF constante do n.º 1 do artigo 36.º do mesmo Estatuto considera-se efectuada para a redacção daquela disposição em vigor em 31 de Dezembro de 2011.

**Artigo 147.º**

**Revogação do Estatuto do Mecenato Científico**

É revogado o Estatuto do Mecenato Científico, aprovado pela Lei n.º 26/2004, de 8 de Julho.

**Artigo 148.º**

**Revogação do Estatuto Fiscal Cooperativo**

É revogada a Lei n.º 85/98, de 16 de Dezembro, que cria o Estatuto Fiscal Cooperativo.

**CAPÍTULO XV**

**Procedimento, processo tributário e outras disposições**

**SECÇÃO I**

**Lei geral tributária**

**Artigo 149.º**

**Alteração à lei geral tributária**

Os artigos 19.º, 23.º, 43.º, 44.º, 45.º, 46.º, 48.º, 52.º, 54.º, 57.º, 59.º, 61.º, 68.º e 100.º da lei geral tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro, abreviadamente designada por LGT, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 19.º

[...]

1 — .....

2 — O domicílio fiscal integra ainda a caixa postal electrónica, nos termos previstos no serviço público de caixa postal electrónica.

3 — (Anterior n.º 2.)

4 — (Anterior n.º 3.)

5 — (Anterior n.º 4.)

6 — (Anterior n.º 5.)

7 — O disposto no número anterior não é aplicável, sendo a designação de representante meramente facultativa, em relação a não residentes de, ou a residentes que se ausentem para, Estados membros da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, neste último

caso desde que esse Estado membro esteja vinculado a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito da União Europeia.

8 — (Anterior n.º 6.)

9 — Os sujeitos passivos do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas com sede ou direcção efectiva em território português e os estabelecimentos estáveis de sociedades e outras entidades não residentes, bem como os sujeitos passivos residentes enquadrados no regime normal do imposto sobre o valor acrescentado, são obrigados a possuir caixa postal electrónica, nos termos do n.º 2, e a comunicá-la à administração fiscal.

10 — O Ministro das Finanças regula, por portaria, o regime de obrigatoriedade do domicílio fiscal electrónico dos sujeitos passivos não referidos no n.º 9.

#### Artigo 23.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....

7 — O dever de reversão previsto no n.º 3 deste artigo é extensível às situações em que seja solicitada a avocação de processos referida no n.º 2 do artigo 181.º do CPPT, só se procedendo ao envio dos mesmos a tribunal após despacho do órgão da execução fiscal, sem prejuízo da adopção das medidas cautelares aplicáveis.

#### Artigo 43.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....

5 — No período que decorre entre a data do termo do prazo de execução espontânea de decisão judicial transitada em julgado e a data da emissão da nota de crédito, relativamente ao imposto que deveria ter sido restituído por decisão judicial transitada em julgado, são devidos juros de mora a uma taxa equivalente ao dobro da taxa dos juros de mora definida na lei geral para as dívidas ao Estado e outras entidades públicas.

#### Artigo 44.º

[...]

1 — .....

2 — Os juros de mora aplicáveis às dívidas tributárias são devidos até à data do pagamento da dívida.

3 — A taxa de juros de mora é a definida na lei geral para as dívidas ao Estado e outras entidades públicas, excepto no período que decorre entre a data do termo do prazo de execução espontânea de decisão judicial transitada em julgado e a data do pagamento da dívida relativamente ao imposto que deveria ter sido pago por decisão judicial transitada em julgado, em que será aplicada uma taxa equivalente ao dobro daquela.

- 4 — .....

#### Artigo 45.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....

7 — O prazo referido no n.º 1 é de 12 anos sempre que o direito à liquidação respeite a factos tributários conexos com:

a) País, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças, que devendo ser declarados à administração tributária o não sejam; ou

b) Contas de depósito ou de títulos abertas em instituições financeiras não residentes em Estados membros da União Europeia cuja existência e identificação não seja mencionada pelos sujeitos passivos de IRS na correspondente declaração de rendimentos do ano em que ocorram os factos tributários.

#### Artigo 46.º

##### Suspensão do prazo de caducidade

- 1 — .....
- 2 — O prazo de caducidade suspende-se ainda:
  - a) .....
  - b) .....
  - c) .....
  - d) .....

e) Com a apresentação do pedido de revisão da matéria colectável, até à notificação da respectiva decisão.

- 3 — .....

#### Artigo 48.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....

4 — No caso de dívidas tributárias em que o respectivo direito à liquidação esteja abrangido pelo disposto no n.º 7 do artigo 45.º, o prazo referido no n.º 1 é alargado para 15 anos.

#### Artigo 52.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....

5 — A isenção prevista no número anterior é válida por um ano, devendo a administração tributária notificar o executado da data da sua caducidade, até 30 dias antes.

6 — Caso o executado não solicite novo período de isenção ou a administração tributária o indefira, é levantada a suspensão do processo.

7 — (Anterior n.º 5.)

8 — (Anterior n.º 6.)

Artigo 54.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — O procedimento tributário segue a forma escrita, sem prejuízo da tramitação electrónica dos actos do procedimento tributário nos termos definidos por portaria do Ministro das Finanças, mediante a qual será regulada a obrigatoriedade de apresentação em suporte electrónico de qualquer documento, designadamente requerimentos, exposições e petições.
- 4 — .....
- 5 — Os actos praticados por meios electrónicos pelo dirigente máximo do serviço são autenticados com assinatura electrónica avançada certificada nos termos previstos pelo Sistema de Certificação Electrónica do Estado — Infra-Estrutura de Chaves Públicas.
- 6 — (*Anterior n.º 5.*)

Artigo 57.º

[...]

- 1 — O procedimento tributário deve ser concluído no prazo de quatro meses, devendo a administração tributária e os contribuintes abster-se da prática de actos inúteis ou dilatatórios.
- 2 — Os actos do procedimento tributário devem ser praticados no prazo de oito dias, salvo disposição legal em sentido contrário.
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....

Artigo 59.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) .....
- e) .....
- f) .....
- g) .....
- h) .....
- i) .....
- j) .....
- l) .....
- m) Informação ao contribuinte dos seus direitos e obrigações, designadamente nos casos de obrigações periódicas;
- n) A interpelação ao contribuinte para proceder à regularização da situação tributária e ao exercício do direito à redução da coima, quando a administração tributária detecte a prática de uma infracção de natureza não criminal.
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....

Artigo 61.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — Para os sujeitos passivos não residentes sem estabelecimento estável em território nacional, que não tenham representante fiscal, considera-se competente o Serviço de Finanças de Lisboa 3.

Artigo 68.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — Mediante solicitação justificada do requerente, a informação vinculativa pode ser prestada com carácter de urgência, no prazo de 120 dias, desde que o pedido seja acompanhado de uma proposta de enquadramento jurídico-tributário.
- 3 — As informações vinculativas não podem compreender factos abrangidos por procedimento de inspecção tributária cujo início tenha sido notificado ao contribuinte antes do pedido.
- 4 — O pedido é apresentado por sujeitos passivos, outros interessados ou seus representantes legais, por via electrónica e segundo modelo oficial a aprovar pelo dirigente máximo do serviço, e a resposta é notificada pela mesma via no prazo máximo de 150 dias.
- 5 — .....
- 6 — Caso a informação vinculativa seja pedida com carácter de urgência, a administração tributária, no prazo máximo de 30 dias, notifica obrigatoriamente o contribuinte do reconhecimento ou não da urgência e, caso esta seja aceite, do valor da taxa devida, a ser paga no prazo de 5 dias.
- 7 — Pela prestação urgente de uma informação vinculativa é devida uma taxa entre 25 unidades de conta e 250 unidades de conta, a fixar em função da complexidade da matéria.
- 8 — .....
- 9 — .....
- 10 — .....
- 11 — Caso os elementos apresentados pelo contribuinte para a prestação da informação vinculativa se mostrem insuficientes, a administração tributária notifica-o para suprir a falta no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento do procedimento, ficando suspensos os prazos previstos nos n.ºs 2 e 4.
- 12 — .....
- 13 — .....
- 14 — .....
- 15 — .....
- 16 — .....
- 17 — .....
- 18 — .....
- 19 — .....

Artigo 100.º

[...]

A administração tributária está obrigada, em caso de procedência total ou parcial de reclamações ou recursos administrativos, ou de processo judicial a favor

do sujeito passivo, à imediata e plena reconstituição da situação que existiria se não tivesse sido cometida a ilegalidade, compreendendo o pagamento de juros indemnizatórios, nos termos e condições previstos na lei.»

#### Artigo 150.º

##### Aditamento à lei geral tributária

É aditado o artigo 60.º-A à lei geral tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro, com a seguinte redacção:

#### «Artigo 60.º-A

##### Utilização das tecnologias da informação e da comunicação

1 — A administração tributária pode utilizar tecnologias da informação e da comunicação no procedimento tributário.

2 — A administração tributária dispõe de um serviço na Internet que proporciona, nos termos referidos no número anterior, funcionalidades idênticas às dos serviços em instalações físicas.

3 — Por portaria do Ministro das Finanças são identificadas as obrigações declarativas, de pagamento, e as petições, requerimentos e outras comunicações que são obrigatoriamente entregues por via electrónica, bem como os actos e comunicações que a administração tributária pratica com utilização da mesma via, devendo respeitar-se sempre o princípio da reciprocidade.»

#### Artigo 151.º

##### Disposições transitórias no âmbito da LGT

1 — Os sujeitos passivos referidos no n.º 9 do artigo 19.º da LGT devem completar os procedimentos de criação da caixa postal electrónica e comunicá-la à administração tributária, por meio de transmissão electrónica de dados disponibilizada no portal das finanças na Internet, [www.portaldasfinancas.gov.pt](http://www.portaldasfinancas.gov.pt), mediante acesso restrito ao sujeito passivo, nos seguintes prazos:

a) Os sujeitos passivos do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas e os sujeitos passivos enquadrados no regime normal mensal do imposto sobre o valor acrescentado que tenham, ou devam ter, contabilidade organizada, até 30 de Março de 2012;

b) Os sujeitos passivos enquadrados no regime normal do imposto sobre o valor acrescentado, não abrangidos pela alínea anterior, até 30 de Abril de 2012.

2 — A nova redacção do n.º 2 do artigo 44.º da LGT tem aplicação imediata em todos os processos de execução fiscal que se encontrem pendentes à data da entrada em vigor da presente lei.

3 — A nova redacção do n.º 5 do artigo 43.º e do n.º 3 do artigo 44.º da LGT tem aplicação imediata às decisões judiciais transitadas em julgado, cuja execução se encontre pendente à data da entrada em vigor da presente lei.

4 — Os juros devidos, ao abrigo da nova redacção do n.º 5 do artigo 43.º e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 44.º da LGT, nos processos de execução fiscal que se encontrem pendentes e nas decisões judiciais transitadas em julgado, cuja execução se encontre pendente, só se aplicam ao período decorrido a partir da entrada em vigor da presente lei.

## SECÇÃO II

### Procedimento e processo tributário

#### Artigo 152.º

##### Alteração ao Código de Procedimento e de Processo Tributário

Os artigos 24.º, 27.º, 29.º, 38.º, 39.º, 41.º, 42.º, 43.º, 59.º, 63.º, 88.º, 89.º, 103.º, 150.º, 151.º, 163.º, 169.º, 170.º, 181.º, 189.º, 190.º, 191.º, 192.º, 193.º, 195.º, 196.º, 198.º, 199.º, 217.º, 227.º, 239.º, 242.º, 244.º, 248.º, 249.º, 250.º, 255.º, 256.º, 257.º, 262.º, 264.º e 269.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro, abreviadamente designado por CPPT, passam a ter a seguinte redacção:

#### «Artigo 24.º

[...]

1 — As certidões de actos e termos do procedimento tributário e do processo judicial, bem como os comprovativos de cadastros ou outros elementos em arquivo na administração tributária, sempre que informatizados, são passados, no prazo máximo de três dias, por via electrónica através da Internet ou mediante impressão nos serviços da administração tributária.

2 — Nos procedimentos e processos não informatizados, as certidões e termos são passados mediante a apresentação de pedido escrito ou oral, no prazo máximo de cinco dias.

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — Os documentos emitidos nos termos do n.º 1 são autenticados com um código de identificação, permitindo-se a consulta do original electrónico disponibilizado no serviço electrónico da Internet da administração tributária pela entidade interessada, considerando-se inexistente o documento enquanto não for efectuada a confirmação da conformidade do seu conteúdo em papel com o original electrónico.

#### Artigo 27.º

##### Processos administrativos ou judiciais instaurados

1 — A administração tributária e os tribunais tributários registam e arquivam os procedimentos administrativos e os processos judiciais instaurados, sempre que possível em suporte informático, por forma que seja possível a sua consulta a partir de vários critérios de pesquisa.

2 — Os arquivos são obrigatoriamente mantidos durante os 10 anos seguintes à decisão dos procedimentos ou ao trânsito em julgado das decisões judiciais.

3 — *(Revogado.)*

4 — *(Revogado.)*

5 — *(Revogado.)*

#### Artigo 29.º

[...]

1 — Os impressos a utilizar no procedimento administrativo tributário não informatizado, incluindo o processo de execução fiscal, obedecem a modelos apro-



vados pelo membro do Governo ou órgão executivo de quem dependam os serviços da administração tributária.

2 — Os impressos a utilizar no processo judicial tributário obedecem a modelos aprovados pelos Ministros das Finanças e da Justiça.

3 — A cópia para suporte papel dos procedimentos e processos informatizados deve ser efectuada, sempre que possível, no formato dos impressos aprovados.

Artigo 38.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....
- 8 — .....
- 9 — .....
- 10 — .....

11 — Quando se refiram a actos praticados por meios electrónicos pelo dirigente máximo do serviço, as notificações efectuadas por transmissão electrónica de dados são autenticadas com assinatura electrónica avançada certificada nos termos previstos pelo Sistema de Certificação Electrónica do Estado — Infra-Estrutura de Chaves Públicas.

12 — A administração fiscal disponibiliza no seu serviço na Internet os documentos electrónicos de notificação e citação a cada sujeito passivo.

Artigo 39.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....
- 8 — .....
- 9 — .....

10 — Em caso de ausência de acesso à caixa postal electrónica, a notificação considera-se efectuada no 25.º dia posterior ao seu envio, salvo nos casos em que se comprove que o contribuinte comunicou a alteração daquela nos termos do artigo 43.º ou que este demonstre ter sido impossível essa comunicação.

- 11 — .....
- 12 — .....

Artigo 41.º

[...]

1 — As pessoas colectivas e sociedades são citadas ou notificadas na sua caixa postal electrónica ou na pessoa de um dos seus administradores ou gerentes, na sua sede, na residência destes ou em qualquer lugar onde se encontrem.

- 2 — .....
- 3 — .....

Artigo 42.º

[...]

1 — As notificações e citações de autarquia local ou outra entidade de direito público são feitas por via electrónica para a respectiva caixa postal electrónica ou por carta registada com aviso de recepção, dirigida ao seu presidente ou ao membro em que este tenha delegado essa competência.

2 — Se o notificando ou citando for um serviço público do Estado, a notificação ou citação que não seja por via electrónica será feita na pessoa do seu presidente, director-geral ou funcionário equiparado, salvo disposição legal em contrário.

Artigo 43.º

[...]

1 — Os interessados que intervenham ou possam intervir em quaisquer procedimentos ou processos nos serviços da administração tributária ou nos tribunais tributários comunicam, no prazo de 15 dias, qualquer alteração do seu domicílio, sede ou caixa postal electrónica.

2 — .....

3 — A comunicação referida no n.º 1 só produz efeitos, sem prejuízo da possibilidade legal de a administração tributária proceder oficiosamente à sua rectificação, se o interessado fizer prova de já ter solicitado ou obtido a actualização fiscal do domicílio, sede ou caixa postal electrónica.

Artigo 59.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — *(Revogado.)*
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....

Artigo 63.º

**Aplicação de disposição antiabuso**

1 — A liquidação de tributos com base na disposição antiabuso constante do n.º 2 do artigo 38.º da lei geral tributária segue os termos previstos neste artigo.

2 — *(Revogado.)*

3 — A fundamentação do projecto e da decisão de aplicação da disposição antiabuso referida no n.º 1 contém necessariamente:

a) A descrição do negócio jurídico celebrado ou do acto jurídico realizado e dos negócios ou actos de idêntico fim económico, bem como a indicação das normas de incidência que se lhes aplicam;

b) A demonstração de que a celebração do negócio jurídico ou prática do acto jurídico foi essencial ou principalmente dirigida à redução, eliminação ou diferimento temporal de impostos que seriam devidos em caso de negócio ou acto com idêntico fim económico, ou à obtenção de vantagens fiscais.

4 — A aplicação da disposição antiabuso referida no n.º 1 depende da audição prévia do contribuinte, nos termos da lei.

5 — O direito de audição prévia é exercido no prazo de 30 dias a contar da notificação do projecto de aplicação da disposição antiabuso ao contribuinte.

6 — .....

7 — A aplicação da disposição antiabuso referida no n.º 1 é prévia e obrigatoriamente autorizada, após a audição prévia do contribuinte prevista no n.º 5, pelo dirigente máximo do serviço ou pelo funcionário em quem ele tiver delegado essa competência.

8 — A disposição antiabuso referida no n.º 1 não é aplicável se o contribuinte tiver solicitado à administração tributária informação vinculativa sobre os factos que a tiverem fundamentado e a administração tributária não responder no prazo de 150 dias.

9 — *(Revogado.)*

10 — *(Revogado.)*

#### Artigo 88.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — As certidões de dívida podem ser emitidas por via electrónica, sendo autenticadas pela assinatura electrónica avançada da entidade emitente, nos termos do Sistema de Certificação Electrónica do Estado — Infra-Estrutura de Chaves Públicas.

5 — *(Anterior n.º 4.)*

6 — *(Anterior n.º 5.)*

#### Artigo 89.º

[...]

1 — Os créditos do executado resultantes de reembolso, revisão oficiosa, reclamação ou impugnação judicial de qualquer acto tributário são aplicados na compensação das suas dívidas cobradas pela administração tributária, excepto nos casos seguintes:

a) .....

b) .....

2 — .....

3 — A compensação efectua-se pela seguinte ordem de preferência:

a) .....

b) .....

c) .....

d) .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — .....

#### Artigo 103.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — A impugnação tem efeito suspensivo quando, a requerimento do contribuinte, for prestada garantia adequada, no prazo de 10 dias após a notificação para o efeito pelo tribunal, com respeito pelos critérios e termos referidos nos n.ºs 1 a 6 e 10 do artigo 199.º

5 — .....

6 — .....

#### Artigo 150.º

[...]

1 — É competente para a execução fiscal a administração tributária.

2 — A instauração e os actos da execução são praticados no órgão da administração tributária designado, mediante despacho, pelo dirigente máximo do serviço.

3 — Na falta de designação referida no número anterior, os actos da execução são praticados no órgão periférico local da sede do devedor, da situação dos bens ou da liquidação, salvo tratando-se de coima fiscal e respectivas custas, caso em que é competente o órgão periférico local da área onde tiver corrido o processo da sua aplicação.

4 — *(Revogado.)*

#### Artigo 151.º

[...]

1 — Compete ao tribunal tributário de 1.ª instância da área do domicílio ou sede do devedor, depois de ouvido o Ministério Público nos termos do presente Código, decidir os incidentes, os embargos, a oposição, incluindo quando incida sobre os pressupostos da responsabilidade subsidiária, e a reclamação dos actos praticados pelos órgãos da execução fiscal.

2 — .....

#### Artigo 163.º

[...]

1 — .....

a) .....

b) Assinatura da entidade emissora ou promotora da execução, por chancela nos termos do presente Código ou, preferencialmente, através de aposição de assinatura electrónica avançada;

c) .....

d) .....

e) Natureza e proveniência da dívida e indicação do seu montante.

2 — .....

3 — .....

4 — A aposição da assinatura electrónica avançada deve ser realizada de acordo com os requisitos legais e regulamentares exigíveis pelo Sistema de Certificação Electrónica do Estado — Infra-Estrutura de Chaves Públicas.

#### Artigo 169.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — Se não houver garantia constituída ou prestada, nem penhora, ou os bens penhorados não garantirem a dívida exequenda e acrescido, é disponibilizado no portal das finanças na Internet, mediante acesso restrito ao executado, ou através do órgão da execução fiscal, a informação relativa aos montantes da dívida exequenda e acrescido, bem como da garantia a prestar, apenas se suspendendo a execução quando da sua efectiva prestação.

7 — Caso no prazo de 15 dias, a contar da apresentação de qualquer dos meios de reacção previstos neste artigo, não tenha sido apresentada garantia idónea ou requerida a sua dispensa, procede-se de imediato à penhora.

8 — Quando a garantia constituída nos termos do artigo 195.º, ou prestada nos termos do artigo 199.º, se tornar insuficiente é ordenada a notificação do executado dessa insuficiência e da obrigação de reforço ou prestação de nova garantia idónea no prazo de 15 dias, sob pena de ser levantada a suspensão da execução.

9 — (Anterior n.º 8.)

10 — (Anterior n.º 9.)

11 — (Anterior n.º 10.)

12 — (Anterior n.º 11.)

#### Artigo 170.º

[...]

1 — Quando a garantia possa ser dispensada nos termos previstos na lei, deve o executado requerer a dispensa ao órgão da execução fiscal no prazo de 15 dias a contar da apresentação de meio de reacção previsto no artigo anterior.

2 — .....

3 — .....

4 — .....

#### Artigo 181.º

[...]

1 — Declarada a insolvência, o administrador da insolvência requer, no prazo de 10 dias a contar da notificação da sentença, a citação pessoal dos chefes dos serviços periféricos locais da área do domicílio fiscal do insolvente ou onde possua bens ou onde exista qualquer estabelecimento comercial ou industrial que lhe pertença, para, no prazo de 15 dias, remeterem certidão das dívidas do insolvente à Fazenda Pública, aplicando-se o disposto nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 80.º

2 — No prazo de 10 dias, a contar da notificação da sentença que tiver declarado a insolvência ou da citação que lhe tenha sido feita em processo de execução fiscal, o administrador da insolvência requer, sob pena de incorrer em responsabilidade subsidiária, a avocação dos processos em que o insolvente seja executado ou responsável e que se encontrem pendentes nos órgãos da execução fiscal do seu domicílio, e daqueles onde tenha bens ou exerça comércio ou indústria, a fim de serem apensados ao processo de insolvência.

#### Artigo 189.º

[...]

1 — A citação comunica ao devedor os prazos para oposição à execução e para requerer a dação em pa-

gamento, e que o pedido de pagamento em prestações pode ser requerido até à marcação da venda.

2 — (Revogado.)

3 — O executado pode, até ao termo do prazo de oposição à execução, requerer a dação em pagamento nos termos da secção v do presente capítulo.

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — (Revogado.)

8 — .....

#### Artigo 190.º

[...]

1 — .....

2 — A citação é sempre acompanhada da nota indicativa do prazo para oposição, ou para dação em pagamento, nos termos do presente título, bem como da indicação de que, nos casos referidos no artigo 169.º e no artigo 52.º da lei geral tributária, a suspensão da execução e a regularização da situação tributária dependem da efectiva existência de garantia idónea, cujo valor deve constar da citação, ou em alternativa da obtenção de autorização da sua dispensa.

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

#### Artigo 191.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — Nos casos não referidos nos números anteriores, bem como nos de efectivação de responsabilidade subsidiária ou quando houver necessidade de proceder à venda de bens, a citação é pessoal.

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — As citações efectuadas por transmissão electrónica de dados são sempre autenticadas com a assinatura electrónica avançada certificada nos termos previstos pelo Sistema de Certificação Electrónica do Estado — Infra-Estrutura de Chaves Públicas, da entidade competente.

#### Artigo 192.º

[...]

1 — .....

2 — No caso de a citação pessoal ser efectuada mediante carta registada com aviso de recepção e este vier devolvido ou não vier assinado o respectivo aviso por o destinatário ter recusado a sua assinatura ou não ter procedido, no prazo legal, ao levantamento da carta no estabelecimento postal e não se comprovar que o contribuinte comunicou a alteração do seu domicílio ou sede fiscal, nos termos do artigo 43.º, é repetida a citação, enviando-se nova carta registada com aviso de recepção ao citando, advertindo-o da cominação prevista no número seguinte.

3 — A citação considera-se efectuada, nos termos do artigo anterior, na data certificada pelo distribuidor do serviço postal ou, no caso de ter sido deixado aviso, no 8.º dia posterior a essa data, presumindo-se que o citando teve conhecimento dos elementos que lhe foram deixados, sem prejuízo de fazer prova da impossibilidade de comunicação da alteração do seu domicílio ou sede.

4 — (Anterior n.º 2.)

5 — (Anterior n.º 3.)

6 — (Anterior n.º 4.)

7 — (Anterior n.º 5.)

8 — (Anterior n.º 6.)

#### Artigo 193.º

[...]

1 — .....

2 — A realização da venda depende de prévia citação pessoal.

3 — .....

4 — .....

#### Artigo 195.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — O penhor constitui-se por via electrónica ou por auto e é notificado ao devedor nos termos previstos para a citação.

#### Artigo 196.º

[...]

1 — As dívidas exigíveis em processo executivo podem ser pagas em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, até à marcação da venda, ao órgão da execução fiscal.

2 — O disposto no número anterior não é aplicável às dívidas de recursos próprios comunitários e às dívidas resultantes da falta de entrega, dentro dos respectivos prazos legais, de imposto retido na fonte ou legalmente repercutido a terceiros, salvo em caso de falecimento do executado.

3 — É excepcionalmente admitida a possibilidade de pagamento em prestações das dívidas referidas no número anterior, sem prejuízo da responsabilidade contra-ordenacional ou criminal que ao caso couber, quando:

a) Esteja em aplicação plano de recuperação económica legalmente previsto de que decorra a imprescindibilidade da medida, podendo neste caso, se tal for tido como adequado pela entidade competente para autorizar o plano, haver lugar a dispensa da obrigação de substituição dos administradores ou gerentes; ou

b) Se demonstre a dificuldade financeira excepcional e previsíveis consequências económicas gravosas, não podendo o número das prestações mensais exceder 12 e o valor de qualquer delas ser inferior a uma unidade de conta no momento da autorização.

4 — (Anterior n.º 5.)

5 — (Anterior n.º 6.)

6 — Quando, no âmbito de plano de recuperação económica legalmente previsto, se demonstre a indispensabilidade da medida e, ainda, quando os riscos inerentes à recuperação dos créditos o tornem recomendável, a administração tributária pode estabelecer que o regime prestacional seja alargado até ao limite máximo de 150 prestações, com a observância das condições previstas na parte final do número anterior.

7 — (Anterior n.º 8.)

8 — Podem beneficiar do regime previsto neste artigo os terceiros que assumam a dívida, ainda que o seu pagamento em prestações se encontre autorizado, desde que obtenham autorização do devedor ou provem interesse legítimo e prestem, em qualquer circunstância, garantias através dos meios previstos no n.º 1 do artigo 199.º

9 — (Anterior n.º 10.)

10 — O despacho de aceitação de assunção de dívida e das garantias apresentadas pelo novo devedor para suspensão da execução fiscal pode determinar a extinção das garantias constituídas e ou apresentadas pelo antigo devedor.

11 — (Anterior n.º 12.)

12 — (Anterior n.º 13.)

#### Artigo 198.º

[...]

1 — .....

2 — Após recepção e instrução dos pedidos com todas as informações de que se disponha, estes são imediatamente apreciados pelo órgão da execução fiscal ou, sendo caso disso, imediatamente remetidos após recepção para sancionamento superior, devendo o pagamento da primeira prestação ser efectuado no mês seguinte àquele em que for notificado o despacho.

3 — Caso o pedido de pagamento em prestações obedeça a todos os pressupostos legais, deve o mesmo ser objecto de imediata autorização pelo órgão considerado competente nos termos do artigo anterior, notificando-se o requerente desse facto e de que, caso pretenda a suspensão da execução e a regularização da sua situação tributária, deve ser constituída ou prestada garantia idónea nos termos do artigo seguinte ou, em alternativa, obter a autorização para a sua dispensa.

4 — Caso se apure que o pedido de pagamento em prestações não obedece aos pressupostos legais de que depende a sua autorização, o mesmo será indeferido de imediato, com notificação ao requerente dos fundamentos do mesmo indeferimento.

#### Artigo 199.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — Vale como garantia, para os efeitos do n.º 1, a penhora já feita sobre os bens necessários para assegurar o pagamento da dívida exequenda e acrescido ou a efectuar em bens nomeados para o efeito pelo executado no prazo referido no n.º 7.

5 — No caso de a garantia apresentada se tornar insuficiente, a mesma deve ser reforçada nos termos das normas previstas neste artigo.

6 — A garantia é prestada pelo valor da dívida exequenda, juros de mora contados até ao termo do prazo de pagamento voluntário ou à data do pedido, quando posterior, com o limite de cinco anos, e custas na totalidade, acrescida de 25 % da soma daqueles valores.

7 — *(Anterior n.º 6.)*

8 — A falta de prestação de garantia idónea dentro do prazo referido no número anterior, ou a inexistência de autorização para dispensa da mesma, no mesmo prazo, origina a prossecução dos termos normais do processo de execução, nomeadamente para penhora dos bens ou direitos considerados suficientes, nos termos e para os efeitos do n.º 4.

9 — *(Anterior n.º 8.)*

10 — Em caso de diminuição significativa do valor dos bens que constituem a garantia, o órgão da execução fiscal ordena ao executado que a reforce ou preste nova garantia idónea no prazo de 15 dias, com a cominação prevista no n.º 8 deste artigo.

11 — *(Anterior n.º 10.)*

12 — As garantias bancárias, caução e seguros-caução previstas neste artigo são constituídas a favor da administração tributária por via electrónica, nos termos a definir por portaria do Ministro das Finanças.

Artigo 217.º

[...]

A penhora é feita nos bens previsivelmente suficientes para o pagamento da dívida exequenda e do acrescido, mas, quando o produto dos bens penhorados for insuficiente para pagamento da execução, esta prossegue em outros bens.

Artigo 227.º

[...]

Quando a penhora tiver de recair em quaisquer abonos ou vencimentos de funcionários públicos ou empregados de pessoa colectiva de direito público ou em salário de empregados de empresas privadas ou de pessoas particulares, obedece às seguintes regras:

a) Calculada a dívida exequenda e o acrescido, solicitam-se os descontos à entidade encarregada do respectivo processamento, por carta registada, com aviso de recepção, ainda que aquela tenha a sede fora da área do órgão da execução fiscal;

b) .....

c) .....

d) A frustração da citação por via postal não obsta à aplicação no respectivo processo de execução fiscal, dos montantes depositados, se aquela não vier devolvida ou, sendo devolvida, não indicar a nova morada do executado e ainda em caso de não acesso à caixa postal electrónica;

e) A aplicação efectuada nos termos da alínea anterior não prejudica o exercício de direitos por parte do executado, designadamente quanto à oposição à execução.

Artigo 239.º

[...]

1 — .....

2 — Os credores desconhecidos, bem como os sucessores dos credores preferentes, são citados por éditos de 10 dias.

Artigo 242.º

[...]

Para a citação dos credores desconhecidos e sucessores não habilitados dos preferentes afixar-se-á um só edital no órgão da execução fiscal onde correr a execução.

Artigo 244.º

[...]

A venda realiza-se após o termo do prazo de reclamação de créditos.

Artigo 248.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — Não sendo apresentadas propostas nos termos fixados nos números anteriores, é aberto de novo leilão electrónico, que decorre durante 15 dias, adjudicando-se o bem à proposta de valor mais elevado.

5 — .....

6 — .....

Artigo 249.º

[...]

1 — Determinada a venda, procede-se à respectiva publicitação, mediante divulgação através da Internet.

2 — O disposto no número anterior não prejudica que, por iniciativa do órgão da execução fiscal ou por sugestão dos interessados na venda, sejam utilizados outros meios de divulgação.

3 — *(Revogado.)*

4 — *(Revogado.)*

5 — .....

6 — .....

7 — .....

8 — .....

9 — *(Revogado.)*

Artigo 250.º

Valor dos bens para venda

1 — .....

a) .....

b) Os imóveis rústicos, pelo valor patrimonial actualizado com base em factores de correcção monetária, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro;

c) .....

2 — .....

3 — .....

4 — .....

Artigo 255.º

[...]

Quando não houver propostas que satisfaçam o valor base do artigo 248.º, o órgão da execução fiscal pode

adquirir os bens para a Fazenda Pública, com observância do seguinte:

- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) .....

#### Artigo 256.º

[...]

1 — .....

- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) .....

e) O funcionário competente passa guia para o adquirente depositar a totalidade do preço à ordem do órgão da execução fiscal, no prazo de 15 dias a contar da decisão de adjudicação, sob pena das sanções previstas legalmente;

f) Nas aquisições de valor superior a 500 vezes a unidade de conta, mediante requerimento fundamentado do adquirente, entregue no prazo máximo de cinco dias a contar da decisão de adjudicação, pode ser autorizado o depósito, no prazo referido na alínea anterior, de apenas parte do preço, não inferior a um terço, obrigando-se à entrega da parte restante no prazo máximo de oito meses;

- g) .....
- h) .....
- i) .....

2 — .....

3 — .....

4 — Sem prejuízo de outras disposições legais, o não pagamento do preço devido, no prazo determinado legalmente, impede o adjudicatário faltoso de apresentar qualquer proposta em qualquer venda em execução fiscal, durante um período de dois anos.

#### Artigo 257.º

##### Anulação da venda

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — O pedido de anulação da venda deve ser dirigido ao órgão periférico regional da administração tributária que, no prazo máximo de 45 dias, pode deferir ou indeferir o pedido, ouvidos todos os interessados na venda, no prazo previsto no artigo 60.º da lei geral tributária.

5 — Decorrido o prazo previsto no número anterior sem qualquer decisão expressa, o pedido de anulação da venda é considerado indeferido.

6 — Havendo decisão expressa, deve esta ser notificada a todos os interessados no prazo de 10 dias.

7 — Da decisão, expressa ou tácita, sobre o pedido de anulação da venda cabe reclamação nos termos do artigo 276.º

8 — (Anterior n.º 4.)

#### Artigo 262.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — (Revogado.)

8 — .....

#### Artigo 264.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2, o pagamento de um valor mínimo de 20 % do valor da dívida instaurada suspende o procedimento de venda desse processo de execução fiscal, por um período de 15 dias.

#### Artigo 269.º

[...]

Sendo a dívida extinta por pagamento voluntário, o órgão da execução fiscal onde correr o processo declara extinta a execução, procedendo de imediato à comunicação desse facto ao executado, por via electrónica.»

#### Artigo 153.º

##### Revogação de normas do CPPT

São revogados os n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 27.º, o artigo 28.º, o n.º 4 do artigo 59.º, os n.ºs 2, 9 e 10 do artigo 63.º, o n.º 4 do artigo 150.º, os n.ºs 2 e 7 do artigo 189.º, os n.ºs 3, 4 e 9 do artigo 249.º e o n.º 7 do artigo 262.º, todos do CPPT, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro.

#### Artigo 154.º

##### Disposições transitórias no âmbito do CPPT

As alterações aos artigos 169.º e 199.º do CPPT têm aplicação imediata em todos os processos de execução fiscal que se encontrem pendentes a partir da entrada em vigor da presente lei.

#### SECÇÃO III

##### Infracções tributárias

#### Artigo 155.º

##### Alteração ao Regime Geral das Infracções Tributárias

Os artigos 22.º, 23.º, 26.º, 29.º, 31.º, 87.º, 89.º, 95.º, 96.º, 97.º, 97.º-A, 104.º, 108.º, 109.º, 110.º, 110.º-A, 111.º, 111.º-A, 112.º, 113.º, 114.º, 115.º, 116.º, 117.º, 118.º, 119.º, 120.º, 121.º, 122.º, 123.º, 124.º, 125.º, 125.º-A, 125.º-B, 126.º, 127.º, 128.º e 129.º do Regime Geral das Infracções Tributárias, aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de Junho, abreviadamente designado por RGIT, passam a ter seguinte redacção:

«Artigo 22.º

[...]

1 — .....

2 — .....

a) .....

b) A prestação tributária e demais acréscimos legais tiverem sido pagos, ou tiverem sido restituídos os

benefícios injustificadamente obtidos, até à dedução da acusação;

c) .....

3 — .....

Artigo 23.º

[...]

1 — .....

2 — São contra-ordenações simples as puníveis com coima cujo limite máximo não exceda € 5750.

3 — São contra-ordenações graves as puníveis com coima cujo limite máximo seja superior a € 5750 e aquelas que, independentemente da coima aplicável, a lei expressamente qualifique como tais.

4 — .....

Artigo 26.º

[...]

1 — Se o contrário não resultar da lei, as coimas aplicáveis às pessoas colectivas, sociedades, ainda que irregularmente constituídas, ou outras entidades fiscalmente equiparadas podem elevar-se até ao valor máximo de:

a) € 165 000, em caso de dolo;

b) € 45 000, em caso de negligência.

2 — .....

3 — O montante mínimo da coima a pagar é de € 50, excepto em caso de redução da coima, em que é de € 25.

4 — .....

Artigo 29.º

[...]

1 — As coimas pagas a pedido do agente são reduzidas nos termos seguintes:

a) Se o pedido de pagamento for apresentado nos 30 dias posteriores ao da prática da infracção e não tiver sido levantado auto de notícia, recebida participação ou denúncia ou iniciado procedimento de inspecção tributária, para 12,5 % do montante mínimo legal;

b) Se o pedido de pagamento for apresentado depois do prazo referido na alínea anterior, sem que tenha sido levantado auto de notícia, recebida participação ou iniciado procedimento de inspecção tributária, para 25 % do montante mínimo legal;

c) .....

2 — .....

3 — .....

Artigo 31.º

[...]

1 — Sempre que a coima variar em função da prestação tributária, é considerado montante mínimo, para efeitos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 29.º, 10 % ou 20 % da prestação tributária devida, conforme a infracção tiver sido praticada, respectivamente, por pessoa singular ou colectiva.

2 — .....

3 — .....

Artigo 87.º

[...]

1 — .....

2 — Se a atribuição patrimonial for de valor elevado, a pena é a de prisão de 1 a 5 anos para as pessoas singulares e a de multa de 240 a 1200 dias para as pessoas colectivas.

3 — .....

4 — .....

5 — .....

Artigo 89.º

[...]

1 — .....

2 — Na mesma pena incorre quem apoiar tais grupos, organizações ou associações, nomeadamente fornecendo armas, munições, instrumentos de crime, armazenagem, guarda ou locais para as reuniões, ou qualquer auxílio para que se recrutem novos elementos.

3 — Quem chefiar, dirigir ou fizer parte dos grupos, organizações ou associações referidos nos números anteriores é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos, se pena mais grave não lhe couber, nos termos de outra lei penal.

4 — .....

Artigo 95.º

[...]

1 — Quem, por qualquer meio, no decurso do transporte de mercadorias em regime suspensivo:

a) .....

b) .....

c) .....

d) .....

é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa até 360 dias, se o valor da prestação tributária em falta for superior a € 15 000 ou, não havendo lugar a prestação tributária, a mercadoria objecto da infracção for de valor aduaneiro superior a € 50 000.

2 — .....

Artigo 96.º

[...]

1 — Quem, com intenção de se subtrair ao pagamento dos impostos especiais sobre o álcool e as bebidas alcoólicas, produtos petrolíferos e energéticos ou tabaco:

a) .....

b) .....

c) .....

d) .....

e) .....

f) Obtiver, mediante falsas declarações ou qualquer outro meio fraudulento, um benefício ou vantagem fiscal, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa até 360 dias, se o valor da prestação tributária em falta for superior a € 15 000 ou, não havendo lugar a prestação tributária, se os produtos objecto da infracção forem de valor líquido de imposto superior a € 50 000.

2 — Na mesma pena incorre quem, com intenção de se subtrair ao pagamento da prestação tributária devida, introduzir no consumo veículo tributável com obtenção de benefício ou vantagem fiscal mediante falsas declarações, ou qualquer outro meio fraudulento, se o valor da prestação tributária em falta for superior a € 15 000.

3 — (Anterior n.º 2.)

#### Artigo 97.º

[...]

Os crimes previstos nos artigos anteriores são punidos com pena de prisão de 1 a 5 anos para as pessoas singulares e de multa de 240 a 1200 dias para as pessoas colectivas, quando se verifique qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) .....
- e) .....
- f) .....
- g) .....

#### Artigo 97.º-A

[...]

1 — Quem importar ou exportar, sem as correspondentes autorizações emitidas pelas autoridades competentes, ou, por qualquer modo, introduzir ou retirar do território nacional sem as apresentar às estâncias aduaneiras, as mercadorias que, na prática, só podem ser utilizadas para aplicar a pena de morte ou infligir tortura ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, tipificadas no anexo II do Regulamento (CE) n.º 1236/2005, do Conselho, de 27 de Junho, é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos para as pessoas singulares e de multa de 240 a 1200 dias para as pessoas colectivas.

- 2 — .....
- 3 — .....

#### Artigo 104.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — A mesma pena é aplicável quando:

a) A fraude tiver lugar mediante a utilização de facturas ou documentos equivalentes por operações inexistentes ou por valores diferentes ou ainda com a intervenção de pessoas ou entidades diversas das da operação subjacente; ou

b) A vantagem patrimonial for de valor superior a € 50 000.

3 — Se a vantagem patrimonial for de valor superior a € 200 000, a pena é a de prisão de 2 a 8 anos para as pessoas singulares e a de multa de 480 a 1920 dias para as pessoas colectivas.

4 — (Anterior n.º 3.)

#### Artigo 108.º

[...]

1 — Os factos descritos nos artigos 92.º, 93.º e 95.º da presente lei que não constituam crime em razão do

valor da prestação tributária ou da mercadoria objecto da infracção, ou, independentemente destes valores, sempre que forem praticados a título de negligência, são puníveis com coima de € 250 a € 165 000.

- 2 — .....
- 3 — A mesma coima é aplicável:

a) Quando for violada a disciplina legal dos regimes aduaneiros;

- b) .....
- c) .....
- d) .....

- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — .....
- 8 — .....

#### Artigo 109.º

[...]

1 — Os factos descritos no artigo 96.º da presente lei que não constituam crime em razão do valor da prestação tributária ou da mercadoria objecto da infracção, ou, independentemente destes valores, sempre que forem praticados a título de negligência, são puníveis com coima de € 500 a € 165 000.

2 — São puníveis com coima de € 250 a € 165 000 os seguintes factos:

- a) .....
- b) .....
- c) Não dispuser da contabilidade nos termos do Código dos Impostos Especiais sobre o Consumo ou nela não inscrever imediatamente as expedições, recepções e introduções no consumo de produtos tributáveis;
- d) .....
- e) .....
- f) .....
- g) .....
- h) .....
- i) .....
- j) .....
- l) Não dispuser ou não actualizar os certificados de calibração e não mantiver em bom estado de operacionalidade os instrumentos de medida, tubagens, indicadores automáticos de nível e válvulas, tal como exigido por lei;
- m) .....
- n) .....
- o) .....
- p) Introduzir no consumo, expedir, detiver ou comercializar produtos com violação das regras de selagem, embalagem, detenção ou comercialização, designadamente os limites quantitativos, estabelecidas pelo Código dos Impostos Especiais sobre o Consumo e em legislação complementar;
- q) .....
- r) Utilizar produtos que beneficiem de isenção, sem o reconhecimento prévio da autoridade aduaneira, nos casos em que esta for exigível pela legislação aplicável.

3 — A coima prevista no número anterior é igualmente aplicável a quem:

- a) .....
- b) .....



- c) .....
- d) .....
- e) .....

4 — .....

5 — O montante das coimas nos números anteriores é reduzido a metade no caso de os produtos objecto da infracção serem tributados à taxa zero.

6 — .....

Artigo 110.º

[...]

1 — A recusa de entrega, exibição ou apresentação de escrita, contabilidade, declarações e documentos ou a recusa de apresentação de mercadorias às entidades com competência para a investigação e instrução das infracções aduaneiras é punível com coima de € 150 a € 15 000.

2 — .....

Artigo 110.º-A

[...]

A falta ou atraso na apresentação, ainda que por via electrónica, ou a não exibição imediata ou no prazo que a lei ou a administração aduaneira fixarem, de declarações ou documentos comprovativos dos factos, valores ou situações constantes das declarações, documentos de transporte ou outros que legalmente os possam substituir, comunicações, guias, registos, mesmo que magnéticos, ou outros documentos e a não prestação de informações ou esclarecimentos que autonomamente devam ser legal ou administrativamente exigidos são puníveis com coima de € 75 a € 3750.

Artigo 111.º

[...]

A violação dolosa do dever legal de cooperação, no sentido da correcta percepção da prestação tributária aduaneira, ou a prática de inexactidões, erros ou omissões nos documentos que aquele dever postula, quando estas não devam ser consideradas como infracções mais graves, é punível com coima de € 75 a € 7500.

Artigo 111.º-A

[...]

As omissões ou inexactidões que não constituam a contra-ordenação prevista no artigo anterior, praticada nas declarações, bem como nos documentos comprovativos dos factos, valores ou situações delas constantes, incluindo as praticadas nos documentos de transporte ou outros que legalmente os possam substituir ou noutros documentos tributariamente relevantes que devam ser mantidos, apresentados ou exigidos são puníveis com coima de € 75 a € 5750.

Artigo 112.º

[...]

1 — Quem, sem previamente se ter assegurado da sua legítima proveniência, adquirir ou receber, a qualquer título, coisa que, pela sua qualidade ou pela condição de quem lha oferece ou pelo montante do preço proposto, faça razoavelmente suspeitar de que se trata de

mercadoria objecto de infracção aduaneira, quando ao facto não for aplicável sanção mais grave, é punido com coima de € 75 a € 7500.

2 — .....

Artigo 113.º

[...]

1 — Quem dolosamente recusar a entrega, a exibição ou apresentação de escrita, de contabilidade ou de documentos fiscalmente relevantes a funcionário competente, quando os factos não constituam fraude fiscal, é punido com coima de € 375 a € 75 000.

2 — .....

3 — .....

4 — .....

Artigo 114.º

[...]

1 — .....

2 — Se a conduta prevista no número anterior for imputável a título de negligência, e ainda que o período da não entrega ultrapasse os 90 dias, será aplicável coima variável entre 15 % e metade do imposto em falta, sem que possa ultrapassar o limite máximo abstractamente estabelecido.

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — O pagamento do imposto por forma diferente da legalmente prevista é punível com coima de € 75 a € 2000.

Artigo 115.º

[...]

A revelação ou aproveitamento de segredo fiscal de que se tenha conhecimento no exercício das respectivas funções ou por causa delas, quando devidos a negligência, é punível com coima de € 75 a € 1500.

Artigo 116.º

[...]

1 — A falta de declarações que para efeitos fiscais devem ser apresentadas a fim de que a administração tributária especificamente determine, avalie ou comprove a matéria colectável, bem como a respectiva prestação fora do prazo legal, é punível com coima de € 150 a € 3750.

2 — .....

Artigo 117.º

[...]

1 — A falta ou atraso na apresentação ou a não exibição, imediata ou no prazo que a lei ou a administração tributária fixarem, de declarações ou documentos comprovativos dos factos, valores ou situações constantes das declarações, documentos de transporte ou outros que legalmente os possam substituir, comunicações, guias, registos, ainda que magnéticos, ou outros documentos e a não prestação de informações ou esclarecimentos que autonomamente devam ser legal ou administrativamente exigidos são puníveis com coima de € 150 a € 3750.

2 — A falta de apresentação, ou a apresentação fora do prazo legal, das declarações de início, alteração ou

cessação de actividade, das declarações autónomas de cessação ou alteração dos pressupostos de benefícios fiscais e das declarações para inscrição em registos que a administração fiscal deva possuir de valores patrimoniais é punível com coima de € 300 a € 7500.

3 — A falta de exibição pública dos dísticos ou outros elementos comprovativos do pagamento do imposto que seja exigido é punível com coima de € 35 a € 750.

4 — A falta de apresentação ou apresentação fora do prazo legal das declarações ou fichas para inscrição ou actualização de elementos do número fiscal de contribuinte das pessoas singulares é punível com coima de € 75 a € 375.

5 — A falta de apresentação no prazo que a administração tributária fixar da documentação respeitante à política adoptada em matéria de preços de transferência é punível com coima de € 500 a € 10 000.

6 — A falta de apresentação no prazo que a administração tributária fixar dos elementos referidos no n.º 8 do artigo 66.º do Código do IRC é punível com coima de € 500 a € 10 000.

#### Artigo 118.º

[...]

1 — Quem dolosamente falsificar, viciar, ocultar, destruir ou danificar elementos fiscalmente relevantes, quando não deva ser punido pelo crime de fraude fiscal, é punido com coima variável entre € 750 e o triplo do imposto que deixou de ser liquidado, até € 37 500.

2 — Quem utilizar, alterar ou viciar programas, dados ou suportes informáticos, necessários ao apuramento e fiscalização da situação tributária do contribuinte, com o objectivo de obter vantagens patrimoniais susceptíveis de causarem diminuição das receitas tributárias, é punido com coima variável entre € 750 e o triplo do imposto que deixou de ser liquidado, até € 37 500.

3 — .....

#### Artigo 119.º

[...]

1 — As omissões ou inexactidões relativas à situação tributária que não constituam fraude fiscal nem contra-ordenação prevista no artigo anterior, praticadas nas declarações, bem como nos documentos comprovativos dos factos, valores ou situações delas constantes, incluindo as praticadas nos livros de contabilidade e escrituração, nos documentos de transporte ou outros que legalmente os possam substituir ou noutros documentos fiscalmente relevantes que devam ser mantidos, apresentados ou exibidos, são puníveis com coima de € 375 a € 22 500.

2 — .....

3 — .....

4 — As inexactidões ou omissões praticadas nas declarações ou fichas para inscrição ou actualização de elementos do número fiscal de contribuinte das pessoas singulares são puníveis com coima entre € 35 e € 750.

#### Artigo 120.º

[...]

1 — A inexistência de livros de contabilidade ou de escrituração e do modelo de exportação de ficheiros, obrigatórios por força da lei, bem como de livros, regis-

tos e documentos com eles relacionados, qualquer que seja a respectiva natureza é punível com coima entre € 225 e € 22 500.

2 — .....

#### Artigo 121.º

[...]

1 — A não organização da contabilidade de harmonia com as regras de normalização contabilística, bem como o atraso na execução da contabilidade, na escrituração de livros ou na elaboração de outros elementos de escrita, ou de registos, por período superior ao previsto na lei fiscal, quando não sejam punidos como crime ou como contra-ordenação mais grave, são puníveis com coima de € 75 a € 2750.

2 — .....

#### Artigo 122.º

[...]

1 — A falta de apresentação, no prazo legal e antes da respectiva utilização, de livros, registos ou outros documentos relacionados com a contabilidade ou exigidos na lei é punível com coima de € 75 a € 750.

2 — .....

#### Artigo 123.º

[...]

1 — A não passagem de recibos ou facturas ou a sua emissão fora dos prazos legais, nos casos em que a lei o exija, é punível com coima de € 150 a € 3750.

2 — A não exigência, nos termos da lei, de passagem ou emissão de facturas ou recibos, ou a sua não conservação pelo período de tempo nela previsto, é punível com coima de € 75 a € 2000.

#### Artigo 124.º

[...]

1 — A falta de designação de uma pessoa com residência, sede ou direcção efectiva em território nacional para representar, perante a administração tributária, as entidades não residentes neste território, bem como as que, embora residentes, se ausentem do território nacional por período superior a seis meses, no que respeita a obrigações emergentes da relação jurídico-tributária, bem como a designação que omita a aceitação expressa pelo representante, é punível com coima de € 75 a € 7500.

2 — O representante fiscal do não residente, quando pessoa diferente do gestor de bens ou direitos, que, sempre que solicitado, não obtiver ou não apresentar à administração tributária a identificação do gestor de bens ou direitos é punível com coima de € 75 a € 3750.

#### Artigo 125.º

[...]

1 — O pagamento ou colocação à disposição dos respectivos titulares de rendimentos sujeitos a imposto, com cobrança mediante o sistema de retenção na fonte, sem que aqueles façam a comprovação do seu número fiscal de contribuinte, é punível com coima entre € 35 e € 750.

2 — A falta de retenção na fonte relativa a rendimentos sujeitos a esta obrigação, quando se verificarem os pressupostos legais para a sua dispensa total ou parcial mas sem que, no prazo legalmente previsto, tenha sido apresentada a respectiva prova, é punível com coima de € 375 a € 3750.

Artigo 125.º-A

[...]

O pagamento ou colocação à disposição de rendimentos ou ganhos conferidos ou associados a valores mobiliários, quando a aquisição destes tenha sido realizada sem a intervenção das entidades referidas nos artigos 123.º e 124.º do Código do IRS, e previamente não tenha sido feita prova perante as entidades que intervenham no respectivo pagamento ou colocação à disposição da apresentação da declaração a que se refere o artigo 138.º do Código do IRS, é punível com coima de € 375 a € 37 500.

Artigo 125.º-B

[...]

A inexistência de prova, de que foi apresentada a declaração a que se refere o artigo 138.º do Código do IRS, perante as entidades referidas no n.º 3 do mesmo artigo, ou que a aquisição das acções ou valores mobiliários foi realizada com a intervenção das entidades referidas nos artigos 123.º e 124.º desse Código, é punível com coima de € 375 a € 37 500.

Artigo 126.º

[...]

A transferência para o estrangeiro de rendimentos sujeitos a imposto, obtidos em território português por entidades não residentes, sem que se mostre pago ou assegurado o imposto que for devido, é punível com coima de € 375 a € 37 500.

Artigo 127.º

[...]

1 — A impressão de documentos fiscalmente relevantes por pessoas ou entidades não autorizadas para o efeito, sempre que a lei o exija, bem como a sua aquisição, é punível com coima de € 750 a € 37 500.

2 — O fornecimento de documentos fiscalmente relevantes por pessoas ou entidades autorizadas sem observância das formalidades legais, bem como a sua aquisição ou utilização, é punível com coima de € 750 a € 37 500.

Artigo 128.º

[...]

1 — Quem criar, ceder ou transaccionar programas informáticos, concebidos com o objectivo de impedir ou alterar o apuramento da situação tributária do contribuinte, quando não deva ser punido como crime, é punido com coima variável entre € 3750 e € 37 500.

2 — A aquisição ou utilização de programas ou equipamentos informáticos de facturação, que não estejam certificados nos termos do n.º 9 do artigo 123.º do Código do IRC, é punida com coima variável entre € 375 e € 18 750.

Artigo 129.º

[...]

1 — A falta de conta bancária nos casos legalmente previstos é punível com coima de € 270 a € 27 000.

2 — A falta de realização através de conta bancária de movimentos nos casos legalmente previstos é punível com coima de € 180 a € 4500.

3 — A realização de pagamento através de meios diferentes dos legalmente previstos é punível com coima de € 180 a € 4500.»

Artigo 156.º

**Aditamento de normas ao RGIT**

É aditado ao RGIT, aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de Junho, o artigo 119.º-A, com a seguinte redacção:

«Artigo 119.º-A

**Omissões ou inexactidões nos pedidos de informação vinculativa**

1 — As omissões ou inexactidões relativas aos actos, factos ou documentos relevantes para a apreciação de pedidos de informação vinculativa, prestadas com carácter de urgência, apresentados nos termos do artigo 68.º da lei geral tributária, são puníveis com coima de € 375 a € 22 500.

2 — Os limites previstos no número anterior são reduzidos para um quarto no caso de pedidos de informação vinculativa não previstos no número anterior.»

SECÇÃO IV

**Custas dos processos tributários**

Artigo 157.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 29/98, de 11 de Fevereiro**

O artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 29/98, de 11 de Fevereiro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 307/2002, de 16 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 6.º

[...]

Os reembolsos das despesas com papel e cadernetas prediais ficam a cargo dos interessados, mediante o pagamento dos seguintes valores:

1) Papel dactilografado, manuscrito ou fotocopiado numa ou nas duas faces:

a) Matrizes prediais, por cada prédio —  $\frac{1}{150}$  de UC;

b) De outras certidões ou certificados, por cada lauda —  $\frac{1}{150}$  de UC;

2) Cadernetas prediais:

a) Urbanas, cada uma —  $\frac{1}{100}$  de UC;

b) Cadastrais:

Áreas dos prédios	Custo por hectare	Mínimo a cobrar
Até 20 ha . . . . .	$\frac{1}{150}$ de UC	$\frac{1}{35}$ de UC
Mais de 20 ha até 100 ha . . . . .	$\frac{1}{180}$ de UC	$\frac{1}{8}$ de UC
Mais de 100 ha até 500 ha . . . . .	$\frac{1}{300}$ de UC	$\frac{1}{2}$ de UC
Superior a 500 ha . . . . .	$\frac{1}{450}$ de UC	1 e $\frac{1}{2}$ de UC

## Artigo 158.º

**Alteração ao Regulamento das Custas dos Processos Tributários**

1 — Os artigos 9.º, 14.º e 20.º do Regulamento das Custas dos Processos Tributários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 29/98, de 11 de Fevereiro, passam a ter a seguinte redacção:

## «Artigo 9.º

[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — .....

4 — No caso de haver lugar a procedimento de verificação e graduação de créditos em processo de execução fiscal, é devida taxa de justiça inicial, nos termos da tabela anexa a este diploma, a qual é devida pelo credor ou credores reclamantes.

## Artigo 14.º

[...]

1 — A taxa de justiça é reduzida a um terço:

- a) .....  
b) .....

2 — A taxa de justiça é reduzida a três quartos:

- a) .....  
b) .....

c) No processo de execução, quando o pagamento for efectuado por meio do pagamento em prestações, desde que o respectivo plano seja pontual e integralmente cumprido.

## Artigo 20.º

[...]

1 — .....

2 — O reembolso com despesas de papel, fotocópias e outro expediente, bem como os encargos

referidos nas alíneas e) e f), é calculado à razão de três quartos de UC nas primeiras 50 folhas ou fracção do processado e de um oitavo de UC por cada conjunto subsequente de 25 folhas ou fracção do processado.

3 — O reembolso com despesas de divulgação da venda através da Internet é estabelecido em 2 UC.

4 — .....

5 — As custas abrangem também os encargos relativos ao reembolso das despesas referidas nas alíneas a) a f) do n.º 1, levados a cabo no procedimento de verificação e graduação de créditos previsto no artigo 245.º do CPPT, os quais são devidos pelo credor ou credores reclamantes.»

2 — A tabela até agora designada por «tabela a que se refere o artigo 9.º» deve passar a designar-se por «tabela a que se refere o n.º 1 do artigo 9.º».

3 — É aditada ao Regulamento das Custas dos Processos Tributários uma nova tabela, com a designação de «tabela a que se refere o n.º 4 do artigo 9.º», que passa a integrar o anexo:

**Execução fiscal — Procedimento de verificação e graduação de créditos**

Reclamação de créditos no valor de	Taxa de justiça normal (UC)	Taxa de justiça agravada (UC)
Até € 30 000.....	2	2
Igual ou superior a € 30 000,01.....	4	4

## Artigo 159.º

**Alteração à tabela dos emolumentos da Direcção-Geral dos Impostos (DGCI)**

A tabela a que se refere o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 29/98, de 11 de Fevereiro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 307/2002, de 16 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

[...]

Número de verba	Espécie	Emolumentos
1	Buscas por cada ano, excluindo o corrente (este emolumento não pode ser superior a $\frac{1}{10}$ de UC.....	$\frac{1}{10}$ de UC
2	Buscas nas matrizes prediais em vigor, por cada proprietário ou grupos de proprietários.....	$\frac{1}{35}$ de UC
3	Cadernetas prediais das inscrições matriciais que as substituem: 1) Cadernetas prediais urbanas, por cada uma..... 2) Cadernetas prediais rústicas, por cada uma..... (Acrece, acima de 20 ha o emolumento de € 1,5 por cada hectare ou fracção a mais.)	$\frac{1}{15}$ de UC $\frac{1}{15}$ de UC
4	Cartões com o número fiscal: 1) Pessoas singulares — inscrição, emissão e renovação, por cada um..... 2) Pessoas singulares — pedidos de segunda via, por cada um..... 3) Pessoas colectivas e equiparadas — início de actividade, primeira emissão, renovação e pedidos de segunda via, por cada um.....	$\frac{1}{10}$ de UC $\frac{1}{8}$ de UC $\frac{1}{4}$ de UC
5	Certidões ou fotocópias a requerimentos das partes.....	$\frac{1}{35}$ de UC
6	Certidões ou fotocópias extraídas das matrizes prediais, além do emolumento da verba n.º 5, por cada prédio.....	$\frac{1}{100}$ de UC
7	Confiança de processos, por cada um.....	$\frac{1}{8}$ de UC

Às certidões requeridas através de sistemas de transmissão electrónica de dados, quando autorizado, para além dos emolumentos referidos, acrescerá, por cada uma,  $\frac{1}{10}$  de UC.

Nos casos de isenção de emolumentos mencionar-se-á sempre, nos requerimentos, a disposição legal que confere a isenção, sob pena da isenção não ser considerada.

As receitas geradas através da verba 4 constituem receita própria da DGITA e da DGCI, na proporção de 77 % e 23 %, respectivamente.

**SECÇÃO V**  
**Arbitragem tributária**

**Artigo 160.º**

**Alteração ao Regime Jurídico da Arbitragem em Matéria Tributária**

Os artigos 2.º, 4.º e 13.º do Regime Jurídico da Arbitragem em Matéria Tributária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2011, de 20 de Janeiro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 2.º

[...]

1 — .....

a) .....

b) A declaração de ilegalidade de actos de fixação da matéria tributável quando não dê origem à liquidação de qualquer tributo, de actos de determinação da matéria colectável e de actos de fixação de valores patrimoniais;

c) *(Revogada.)*

2 — .....

**Artigo 4.º**

[...]

1 — A vinculação da administração tributária à jurisdição dos tribunais constituídos nos termos da presente lei depende de portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da justiça, que estabelece, designadamente, o tipo e o valor máximo dos litígios abrangidos.

2 — .....

**Artigo 13.º**

[...]

1 — Nos pedidos de constituição de tribunais arbitrais que tenham por objecto a apreciação da legalidade dos actos tributários previstos no artigo 2.º, o dirigente máximo do serviço da administração tributária pode, no prazo de 20 dias a contar do conhecimento do pedido de constituição do tribunal arbitral, proceder à revogação, ratificação, reforma ou conversão do acto tributário cuja ilegalidade foi suscitada, praticando, quando necessário, acto tributário substitutivo, devendo notificar o presidente do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD) da sua decisão, iniciando-se então a contagem do prazo referido na alínea c) do n.º 1 do artigo 11.º

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

**Artigo 161.º**

**Norma revogatória no âmbito do Regime Jurídico da Arbitragem em Matéria Tributária**

São revogados a alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º e o artigo 14.º do Regime Jurídico da Arbitragem em Matéria

Tributária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2011, de 20 de Janeiro.

**CAPÍTULO XVI**

**Disposições diversas com relevância tributária**

**SECÇÃO I**

**Incentivos fiscais**

**Artigo 162.º**

**Regime fiscal de apoio ao investimento**

O regime fiscal de apoio ao investimento realizado em 2009 (RFAI 2009), aprovado pelo artigo 13.º da Lei n.º 10/2009, de 10 de Março, mantém-se em vigor até 31 de Dezembro de 2012.

**Artigo 163.º**

**Sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial II**

Os artigos 3.º, 4.º e 6.º do sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial II (SIFIDE II), aprovado pelo artigo 133.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 3.º

[...]

1 — .....

a) Aquisições de activos fixos tangíveis, à excepção de edifícios e terrenos, desde que criados ou adquiridos em estado novo e directamente afectos à realização de actividades de I&D;

b) .....

c) .....

d) Despesas de funcionamento, até ao máximo de 55 % das despesas com o pessoal directamente envolvido em tarefas de I&D contabilizadas a título de remunerações, ordenados ou salários, respeitantes ao exercício;

e) .....

f) Participação no capital de instituições de I&D e contributos para fundos de investimentos, públicos ou privados, destinados a financiar empresas dedicadas sobretudo a I&D, incluindo o financiamento da valorização dos seus resultados, cuja idoneidade em matéria de investigação e desenvolvimento seja reconhecida por despacho conjunto dos Ministros da Economia e do Emprego e da Educação e Ciência;

g) .....

h) .....

i) .....

j) Despesas com acções de demonstração que decorram de projectos de I&D apoiados.

2 — .....

3 — As alíneas g), h) e i) do n.º 1 só são aplicáveis às micro, pequenas e médias empresas.

4 — No caso de entidades que não sejam micro, pequenas e médias empresas, as despesas referidas na alínea b) do n.º 1 apenas são dedutíveis em 90 % do respectivo montante.

5 — As despesas referidas na alínea j) do n.º 1 apenas são elegíveis quando tenham sido previamente comunicadas à entidade referida no n.º 1 do artigo 6.º

#### Artigo 4.º

[...]

1 — Os sujeitos passivos de IRC residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza agrícola, industrial, comercial e de serviços e os não residentes com estabelecimento estável nesse território podem deduzir ao montante apurado nos termos do artigo 90.º do Código do IRC, e até à sua concorrência, o valor correspondente às despesas com investigação e desenvolvimento, na parte que não tenha sido objecto de comparticipação financeira do Estado a fundo perdido, realizadas nos períodos de tributação de 1 de Janeiro de 2011 a 31 de Dezembro de 2015, numa dupla percentagem:

- a) .....  
 b) .....  
 2 — .....  
 3 — .....  
 4 — .....  
 5 — .....  
 6 — .....  
 7 — .....

#### Artigo 6.º

##### Obrigações acessórias

1 — A dedução a que se refere o artigo 4.º deve ser justificada por declaração comprovativa, a requerer pelas entidades interessadas, ou prova da apresentação do pedido de emissão dessa declaração, de que as actividades exercidas ou a exercer correspondem efectivamente a acções de investigação ou desenvolvimento, dos respectivos montantes envolvidos, do cálculo do acréscimo das despesas em relação à média dos dois exercícios anteriores e de outros elementos considerados pertinentes, emitida por entidade nomeada por despacho do Ministro da Economia e Emprego, a integrar no processo de documentação fiscal do sujeito passivo a que se refere o artigo 130.º do Código do IRC.

2 — .....

3 — As entidades interessadas em recorrer ao sistema de incentivos fiscais previsto na presente lei devem submeter as candidaturas até ao final do mês de Julho do ano seguinte ao do exercício, não sendo aceites candidaturas referentes a anos anteriores a esse período de tributação.

4 — (Anterior n.º 3.)

5 — O Ministério da Economia e Emprego, através da entidade a que se refere o n.º 1, comunica por via electrónica à Direcção-Geral dos Impostos, até ao fim do mês de Fevereiro de cada ano, a identificação dos beneficiários e do montante das despesas consideradas elegíveis reportadas ao ano anterior ao da comunicação.»

#### Artigo 164.º

##### Disposição transitória no âmbito do SIFIDE II

A alteração introduzida pela presente lei ao n.º 3 do artigo 6.º do SIFIDE II, aprovado pelo artigo 133.º da Lei

n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, é aplicável apenas aos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012, devendo as candidaturas respeitantes a períodos de tributação anteriores ser submetidas até ao final do mês de Julho de 2012.

#### Artigo 165.º

##### Constituição de garantias

Fica isenta de imposto do selo a constituição em 2012 de garantias a favor do Estado ou das instituições de segurança social, no âmbito da aplicação do artigo 196.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário ou do Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 235-A/96, de 9 de Dezembro.

#### SECÇÃO II

##### Regime de regularização tributária

#### Artigo 166.º

##### Regularização tributária de elementos patrimoniais colocados no exterior

É aprovado o regime excepcional de regularização tributária de elementos patrimoniais que não se encontrem em território português, em 31 de Dezembro de 2010, abreviadamente designado pela sigla RERT III, nos seguintes termos e condições:

##### «Artigo 1.º

##### Objecto

O presente regime excepcional de regularização tributária aplica-se a elementos patrimoniais que não se encontrem no território português, em 31 de Dezembro de 2010, que consistam em depósitos, certificados de depósito, partes de capital, valores mobiliários e outros instrumentos financeiros, incluindo apólices de seguro do ramo 'Vida' ligados a fundos de investimento e operações de capitalização do ramo 'Vida'.

##### Artigo 2.º

##### Âmbito subjectivo

1 — Podem beneficiar do presente regime os sujeitos passivos que sejam titulares, ou beneficiários efectivos, de elementos patrimoniais referidos no artigo anterior.

2 — Para efeitos do presente regime, os sujeitos passivos devem:

a) Apresentar a declaração de regularização tributária prevista no artigo 5.º;

b) Proceder ao pagamento da importância correspondente à aplicação de uma taxa de 7,5 % sobre o valor dos elementos patrimoniais constantes da declaração referida na alínea anterior.

3 — A importância paga nos termos da alínea b) do número anterior não é dedutível nem compensável para efeitos de qualquer outro imposto ou tributo.

##### Artigo 3.º

##### Valorização dos elementos patrimoniais

A determinação do valor referido na alínea b) do n.º 2 do artigo anterior faz-se de acordo com as seguintes

regras aplicadas com referência à data de 31 de Dezembro de 2010:

a) No caso de depósitos em instituições financeiras, o montante do respectivo saldo;

b) No caso de partes de capital, valores mobiliários e instrumentos financeiros cotados em mercado regulamentado, o valor da última cotação;

c) No caso de unidades de participação em organismos de investimento colectivo não admitidos à cotação em mercado regulamentado, bem como de seguros do ramo 'Vida' ligados a um fundo de investimentos, o seu valor para efeitos de resgate;

d) No caso de operações de capitalização do ramo 'Vida' e demais instrumentos de capitalização, o valor capitalizado;

e) Nos demais casos, o valor que resultar da aplicação das regras de determinação do valor tributável previstas no Código do Imposto do Selo ou o respectivo custo de aquisição, consoante o que for maior.

#### Artigo 4.º

##### Efeitos

1 — A declaração e o pagamento referidos no n.º 2 do artigo 2.º produzem, relativamente aos elementos patrimoniais constantes da declaração e respectivos rendimentos, os seguintes efeitos:

a) Extinção das obrigações tributárias exigíveis em relação àqueles elementos e rendimentos, respeitantes aos períodos de tributação que tenham terminado até 31 de Dezembro de 2010;

b) Exclusão da responsabilidade por infracções tributárias que resultem de condutas ilícitas que tenham lugar por ocultação ou alteração de factos ou valores que devam constar de livros de contabilidade ou escrituração, de declarações apresentadas ou prestadas à administração fiscal ou que a esta devam ser revelados, desde que conexas com aqueles elementos ou rendimentos;

c) Constituição de prova bastante para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 89.º-A da lei geral tributária.

2 — Para efeitos de apuramento de quaisquer rendimentos relativos a períodos de tributação que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2011, considera-se que o valor de aquisição dos elementos patrimoniais objecto de regularização corresponde aos valores declarados, apurados nos termos do artigo 3.º, e que a data de aquisição destes elementos patrimoniais é 31 de Dezembro de 2010.

3 — Os efeitos previstos nos números anteriores não se verificam quando à data da apresentação da declaração já tenha tido início procedimento para apuramento da situação tributária do contribuinte, bem como quando já tenha sido desencadeado procedimento penal ou contra-ordenacional de que, em qualquer dos casos, o interessado já tenha tido conhecimento nos termos da lei e que abranjam elementos patrimoniais susceptíveis de beneficiar deste regime.

#### Artigo 5.º

##### Declaração e pagamento

1 — A declaração de regularização tributária a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º obedece a modelo aprovado por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças e deve ser acompanhada

dos documentos comprovativos da titularidade, ou da qualidade de beneficiário efectivo, e do depósito ou registo dos elementos patrimoniais dela constantes.

2 — A declaração de regularização tributária deve ser entregue, até ao dia 30 de Junho de 2012, junto do Banco de Portugal ou de outros bancos estabelecidos em Portugal.

3 — O pagamento previsto na alínea b) do n.º 2 do artigo 2.º é efectuado junto das entidades referidas no número anterior, em simultâneo com a entrega da declaração a que se refere a alínea a) do mesmo número e artigo, ou nos 10 dias posteriores contados da data da recepção daquela declaração.

4 — A entidade bancária interveniente entrega ao declarante no acto do pagamento um documento nominativo comprovativo da entrega da declaração e do respectivo pagamento.

5 — Nos limites do presente regime, a declaração de regularização tributária não pode ser, por qualquer modo, utilizada como indício ou elemento relevante para efeitos de qualquer procedimento tributário, criminal ou contra-ordenacional, devendo os bancos intervenientes manter sigilo sobre a informação prestada.

6 — No caso de a entrega da declaração e o pagamento não serem efectuados directamente junto do Banco de Portugal, o banco interveniente deve remeter ao Banco de Portugal a referida declaração, bem como uma cópia do documento comprovativo nos 10 dias úteis posteriores à data da entrega da declaração.

7 — Nos casos previstos no número anterior, o banco interveniente deve transferir para o Banco de Portugal as importâncias recebidas nos 10 dias úteis posteriores ao respectivo pagamento.

#### Artigo 6.º

##### Falta, omissões e inexactidões da declaração

Sem prejuízo das demais sanções criminais ou contra-ordenacionais que ao caso sejam aplicáveis, a falta de entrega da declaração de regularização tributária de elementos patrimoniais referidos no artigo 1.º bem como as omissões ou inexactidões da mesma implicam, em relação aos elementos patrimoniais não declarados, omitidos ou inexactos, a majoração em 60 % do imposto que seria devido pelos rendimentos correspondentes aos elementos patrimoniais não declarados, omitidos ou inexactos.»

### SECÇÃO III

#### Contribuições especiais

#### Artigo 167.º

##### Contribuições especiais

1 — Os artigos 2.º, 3.º e 7.º do Regulamento da Contribuição Especial, devida pela valorização de imóveis decorrente da construção da nova ponte sobre o rio Tejo, anexo ao Decreto-Lei n.º 51/95, de 20 de Março, passam a ter a seguinte redacção:

#### «Artigo 2.º

[...]

1 — Constitui valor sujeito a contribuição a diferença entre o valor do prédio à data em que for requerido o

licenciamento de construção ou de obra, ou apresentação da comunicação prévia e o seu valor à data de 1 de Janeiro de 1992, corrigido por aplicação dos coeficientes de desvalorização da moeda constantes da portaria a que se refere o artigo 47.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, correspondendo, para o efeito, à data de aquisição a data de 1 de Janeiro de 1992 e à de realização a data da emissão do alvará de licença de construção ou de obra, ou do recibo de apresentação da comunicação prévia daquelas operações urbanísticas, acompanhado do comprovativo da sua admissão nos termos do artigo 36.º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE).

2 — Os valores que servem para determinar a diferença são determinados por avaliação nos termos do presente Regulamento.

#### Artigo 3.º

[...]

A contribuição é devida pelos titulares do direito de construir em cujo nome seja emitido o alvará de licença de construção ou de obra e, ainda, pelos titulares do recibo de apresentação da comunicação prévia daquelas operações urbanísticas, acompanhado do comprovativo da sua admissão nos termos do artigo 36.º-A do RJUE.

#### Artigo 7.º

[...]

1 — Os titulares de alvará de licença de construção ou de obra, ou do recibo de apresentação da comunicação prévia daquelas operações urbanísticas, acompanhado do comprovativo da sua admissão nos termos do artigo 36.º-A do RJUE, deverão apresentar até ao fim do mês imediato àquele em que tenha sido emitido a referida licença, na repartição de finanças da área da situação do prédio, declaração do modelo aprovado.

2 — Com a apresentação da declaração deverá ser exibido o alvará de licença de construção ou de obra, ou do recibo de apresentação da comunicação prévia daquelas operações urbanísticas, acompanhado do comprovativo da sua admissão nos termos do artigo 36.º-A do RJUE a fim de ser extraída pela repartição de finanças fotocópia destinada a documentar o processo.»

2 — Os artigos 2.º, 3.º e 7.º do Regulamento da Contribuição Especial, devida pela valorização de imóveis decorrente da realização da EXPO 98, anexo ao Decreto-Lei n.º 54/95, de 22 de Março, passam a ter a seguinte redacção:

#### «Artigo 2.º

[...]

1 — Constitui valor sujeito a contribuição a diferença entre o valor do prédio à data em que for requerido o licenciamento de construção ou de obra, ou apresentação da comunicação prévia e o seu valor à data de 1 de Janeiro de 1992, corrigido por aplicação dos coeficientes de desvalorização da moeda constantes da portaria a que se refere o artigo 47.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, correspondendo, para o efeito, à data de aquisição a data de 1 de Janeiro de 1992 e à de realização a data da emissão do alvará

de licença de construção ou de obra, ou do recibo de apresentação da comunicação prévia daquelas operações urbanísticas, acompanhado do comprovativo da sua admissão nos termos do artigo 36.º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE).

2 — .....

#### Artigo 3.º

[...]

A contribuição é devida pelos titulares do direito de construir em cujo nome seja emitido o alvará de licença de construção ou de obra e, ainda, pelos titulares do recibo de apresentação da comunicação prévia daquelas operações urbanísticas, acompanhado do comprovativo da sua admissão nos termos do artigo 36.º-A do RJUE.

#### Artigo 7.º

[...]

1 — Os titulares de alvará de licença de construção ou de obra, ou do recibo de apresentação da comunicação prévia daquelas operações urbanísticas, acompanhado do comprovativo da sua admissão nos termos do artigo 36.º-A do RJUE, deverão apresentar até ao fim do mês imediato àquele em que tenha sido emitido a referida licença, na repartição de finanças da área da situação do prédio, declaração do modelo aprovado.

2 — Com a apresentação da declaração deverá ser exibido o alvará de licença de construção ou de obra, ou do recibo de apresentação da comunicação prévia daquelas operações urbanísticas, acompanhado do comprovativo da sua admissão nos termos do artigo 36.º-A do RJUE a fim de ser extraída pela repartição de finanças fotocópia destinada a documentar o processo.»

3 — Os artigos 2.º, 3.º e 7.º do Regulamento da Contribuição Especial, devida pela valorização dos imóveis beneficiados com a realização da CRIL, CREL, CRIP, CREP, travessia ferroviária do Tejo, troços ferroviários complementares, extensões do metropolitano de Lisboa e outros investimentos, anexo ao Decreto-Lei n.º 43/98, de 3 de Março, passam a ter a seguinte redacção:

#### «Artigo 2.º

[...]

1 — Constitui valor sujeito a contribuição a diferença entre o valor do prédio à data em que for requerido o licenciamento de construção ou de obra, ou apresentação da comunicação prévia e o seu valor à data de 1 de Janeiro de 1994, corrigido por aplicação dos coeficientes de desvalorização da moeda constantes da portaria a que se refere o artigo 47.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, correspondendo, para o efeito, à data de aquisição a data de 1 de Janeiro de 1994 e à de realização a data da emissão do alvará de licença de construção ou de obra, ou do recibo de apresentação da comunicação prévia daquelas operações urbanísticas, acompanhado do comprovativo da sua admissão nos termos do artigo 36.º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE).

2 — .....



Artigo 3.º

[...]

A contribuição é devida pelos titulares do direito de construir em cujo nome seja emitido o alvará de licença de construção ou de obra e, ainda, pelos titulares do recibo de apresentação da comunicação prévia daquelas operações urbanísticas, acompanhado do comprovativo da sua admissão nos termos do artigo 36.º-A do RJUE.

Artigo 7.º

[...]

1 — Os titulares de alvará de licença de construção ou de obra, ou do recibo de apresentação da comunicação prévia daquelas operações urbanísticas, acompanhado do comprovativo da sua admissão nos termos do artigo 36.º-A do RJUE, deverão apresentar até ao fim do mês imediato àquele em que tenha sido emitido a referida licença, na repartição de finanças da área da situação do prédio, declaração do modelo aprovado.

2 — Com a apresentação da declaração deverá ser exibido o alvará de licença de construção ou de obra, ou do recibo de apresentação da comunicação prévia daquelas operações urbanísticas, acompanhado do comprovativo da sua admissão nos termos do artigo 36.º-A do RJUE a fim de ser extraída pela repartição de finanças fotocópia destinada a documentar o processo.»

Artigo 168.º

**Norma transitória no âmbito das contribuições especiais**

As alterações aos Regulamentos das Contribuições Especiais, anexos aos Decretos-Leis n.ºs 51/95, de 20 de Março, 54/95, de 22 de Março, e 43/98, de 3 de Março, têm natureza interpretativa e abrangem todas as comunicações prévias efectuadas ao abrigo do RJUE, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro.

SECÇÃO IV

**Caução global para desalfandegamento**

Artigo 169.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 289/88, de 24 de Agosto**

1 — Os artigos 1.º, 2.º, 4.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 289/88, de 24 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 294/92, de 30 de Dezembro, 445/95, de 3 de Novembro, e 73/2001, de 26 de Fevereiro, e pela Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 1.º

1 — .....

2 — Os donos ou consignatários das mercadorias, bem como qualquer pessoa que exerça a actividade de declarar perante a alfândega, podem, igualmente, ser titulares de uma caução global para desalfandegamento, sendo-lhes aplicáveis, com as necessárias adaptações, as disposições dos artigos seguintes, com excepção, no que respeita aos representantes, da possibilidade conferida pelo n.º 3 do artigo 2.º

3 — A excepção a que se refere a parte final do número anterior vigora enquanto não for abolida a atribuição do exclusivo da declaração aduaneira em representação directa ao despachante oficial.

4 — (Anterior n.º 3.)

Artigo 2.º

1 — .....

2 — .....

3 — Em derrogação ao disposto no n.º 1, o despachante oficial pode agir em nome e por conta de outrem no âmbito da caução global de que seja titular, quando possuir poderes de representação para o efeito, caso em que apenas se constitui solidariamente responsável pelo pagamento dos direitos e demais imposições apurados até ao termo do prazo de pagamento a que se refere o n.º 1 do artigo 7.º

Artigo 4.º

1 — A prestação da caução global para desalfandegamento é autorizada pelo director da alfândega que, por opção do despachante oficial, seja a mais adequada ao exercício da sua actividade de declarar perante a alfândega, mediante requerimento por ele apresentado.

2 — .....

3 — .....

Artigo 8.º

1 — Os direitos e demais imposições que, a pedido do despachante oficial, não devam ser garantidos pela caução global, serão objecto de pagamento ou de deferimento do pagamento de acordo com as regras previstas no Regulamento (CEE) n.º 2913/92, do Conselho, de 12 de Outubro, e respectivas disposições de aplicação.

2 — .....

3 — .....

2 — O modelo criado pelo Decreto-Lei n.º 289/88, de 24 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 294/92, de 30 de Dezembro, publicado em anexo ao referido diploma, passa a ter a seguinte redacção:

«ANEXO

**Termo de caução**

(artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 289/88)

... <sup>(1)</sup>, com sede em ..., declara que pelo presente documento presta a favor da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo e perante o director da Alfândega de ... um(a) ... <sup>(2)</sup> até ao montante de ... para garantia do pagamento dos direitos e demais imposições e eventuais juros de mora pelo qual, no âmbito do sistema de caução global para desalfandegamento, instituído pelo Decreto-Lei n.º 289/88, de 24 de Agosto, seja responsável ... <sup>(3)</sup>.

Mais se declara que pela presente garantia se obriga como principal pagador, com expressa renúncia ao benefício da excussão, comprometendo-se ainda, ao primeiro pedido de um director da Alfândega e sem necessidade de qualquer outra consideração, a pagar, no prazo de oito dias a contar da data da recepção do

referido pedido, todas as quantias cujo pagamento seja da responsabilidade de ...<sup>(3)</sup>.

A presente garantia é válida pelo período de um ano, sendo sucessiva e automaticamente renovável por iguais períodos de tempo, salvo denúncia prévia da entidade garante com a antecedência mínima de 45 dias.

... (assinaturas)

(<sup>1</sup>) Identificação da entidade garante.

(<sup>2</sup>) Fiança bancária ou seguro-caução.

(<sup>3</sup>) Preencher a hipótese aplicável, de acordo com o disposto nos n.ºs 1 ou 2 do artigo 1.º ou no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 289/88, de 24 de Agosto, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 294/92, de 30 de Dezembro.»

## SECÇÃO V

### Autorizações legislativas

#### Artigo 170.º

##### Autorização legislativa no âmbito das notificações electrónicas efectuadas pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

1 — Fica o Governo autorizado a legislar sobre as notificações por transmissão electrónica de dados através dos sistemas informáticos declarativos geridos pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC).

2 — A autorização referida no número anterior tem o seguinte sentido e extensão:

a) Consagração da possibilidade de serem efectuadas notificações por transmissão electrónica de dados no âmbito do procedimento tributário e dos procedimentos de desalfandegamento das mercadorias, através dos diversos sistemas informáticos declarativos geridos pela DGAIEC, com valor jurídico idêntico ao das notificações previstas no Código de Procedimento e de Processo Tributário;

b) Criação de formas de notificação por transmissão electrónica de dados, sem recurso à caixa postal electrónica, e de regras especiais em matéria de presunção de notificação e respectiva elisão, tendo em conta as especificidades técnicas dos vários sistemas informáticos declarativos geridos pela DGAIEC e respeitando as diversas vertentes do dever de notificação, consagrado no n.º 3 do artigo 268.º da Constituição.

#### Artigo 171.º

##### Autorização legislativa no âmbito do registo de contribuintes

Fica o Governo autorizado a rever e a sistematizar toda a regulamentação relativa à atribuição e gestão, para fins exclusivamente fiscais, do número de identificação fiscal pela Direcção-Geral dos Impostos, com a extensão e o sentido de:

a) Incluir num único diploma as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 463/79, de 30 de Novembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 240/84, de 13 de Julho, 266/91, de 6 de Agosto, e 19/97, de 21 de Janeiro, pela Lei n.º 15/2001, de 5 de Junho, e pelo Decreto-Lei n.º 81/2003, de 23 de Abril, e, bem assim, das Portarias n.ºs 386/98, de 3 de Julho, 271/99, de 13 de Abril, 862/99, de 8 de Outubro, 377/2003, de 10 de Maio, e 594/2003, de 21 de Julho;

b) Proceder à uniformização das regras de emissão do cartão de identificação fiscal com as regras aplicáveis ao

cartão do cidadão, cartão da empresa e cartão de pessoa colectiva;

c) Introduzir procedimentos que a prática mostrou aconselháveis e inovações que visem simplificar o cumprimento de obrigações fiscais e prestar um serviço de melhor qualidade ao contribuinte.

#### Artigo 172.º

##### Autorização legislativa relativa à emissão e transmissão electrónica de facturas e outros documentos com relevância fiscal

1 — Fica o Governo autorizado a aprovar um regime que institua e regule a emissão e transmissão electrónica de facturas e outros documentos com relevância fiscal.

2 — A autorização referida no número anterior tem o seguinte sentido e extensão:

a) Estabelecer as regras que assegurem a fiabilidade e integridade da sequência das facturas, e outros documentos com relevância fiscal, emitidos electronicamente por sujeitos passivos com sede, estabelecimento estável ou domicílio fiscal em território português;

b) Estabelecer as regras de segurança que garantam a autenticidade da origem, a integridade e o não repúdio das facturas, e outros documentos fiscalmente relevantes, emitidos electronicamente;

c) Regular a transmissão electrónica dos elementos das facturas, e outros documentos fiscalmente relevantes, dos emitentes para a administração tributária, incluindo a disponibilização de funcionalidades de emissão e transmissão electrónica das facturas e documentos equivalentes;

d) Regular a emissão e transmissão electrónica de recibos de quitação, nomeadamente de rendas, vencimentos e outros pagamentos;

e) Estabelecer a obrigatoriedade de transmissão à administração tributária, por via electrónica, dos elementos constantes dos suportes referidos nas Portarias n.ºs 321-A/2007, de 26 de Março, e 1192/2009, de 8 de Outubro;

f) Regular a emissão electrónica dos documentos de transporte de bens em circulação, bem como da sua transmissão por via electrónica para a administração tributária;

g) Regular as condições e periodicidade do envio, por via electrónica, à administração tributária dos inventários;

h) Criar deduções em sede de IRS, IMI ou IUC correspondentes a um valor de até 5 % do IVA suportado, e efectivamente pago, pelos sujeitos passivos na aquisição de bens ou serviços, sujeitas a um limite máximo.

## SECÇÃO VI

### Medidas excepcionais de apoio ao financiamento da economia

#### Artigo 173.º

##### Regime fiscal dos empréstimos externos

1 — Ficam isentos de IRS ou de IRC os juros de capitais provenientes do estrangeiro representativos de contratos de empréstimo *Schuldscheindarlehen* celebrados pelo IGCP, I. P., em nome e em representação da República Portuguesa, desde que o credor seja um não residente sem estabelecimento estável em território português ao qual o empréstimo seja imputado.

2 — A isenção fiscal prevista no número anterior fica subordinada à verificação, pelo IGCP, I. P., da não resi-

dência dos credores em Portugal e da não existência de estabelecimento estável em território português ao qual o empréstimo seja imputado, que deve ser efectuada até à data de pagamento do rendimento ou, caso o IGCP, I. P., não conheça nessa data o beneficiário efectivo, nos 60 dias posteriores.

**Artigo 174.º**

**Regime especial de tributação de valores mobiliários representativos de dívida emitida por entidades não residentes**

1 — Beneficiam de isenção de IRS e de IRC os rendimentos dos valores mobiliários representativos de dívida pública e não pública emitida por entidades não residentes, que sejam considerados obtidos em território português nos termos dos Códigos do IRS e do IRC, quando venham a ser pagos pelo Estado Português enquanto garante de obrigações assumidas por sociedades das quais é acionista em conjunto com outros Estados membros da União Europeia.

2 — A isenção a que se refere o número anterior aplica-se aos beneficiários efectivos que cumpram os requisitos previstos no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 25/2006, de 8 de Fevereiro.

**Artigo 175.º**

**Operações de reporte**

Beneficiam de isenção de imposto do selo as operações de reporte de valores mobiliários ou direitos equiparados realizadas em bolsa de valores, bem como o reporte e a alienação fiduciária em garantia realizados pelas instituições financeiras, designadamente por instituições de crédito e sociedades financeiras, com interposição de contrapartes centrais.

**Artigo 176.º**

**Operações de reporte com instituições financeiras não residentes**

Ficam isentos de IRC os ganhos obtidos por instituições financeiras não residentes na realização de operações de reporte de valores mobiliários efectuadas com instituições de crédito residentes, desde que os ganhos não sejam imputáveis a estabelecimento estável daquelas instituições situado em território português.

**SECÇÃO VII**

**Outras disposições**

**Artigo 177.º**

**Alteração à Lei n.º 25/2006, de 30 de Junho**

1 — Os artigos 3.º, 4.º, 7.º a 11.º, 14.º, 15.º, 17.º, 17.º-A e 18.º da Lei n.º 25/2006, de 30 de Junho, alterada pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 113/2009, de 18 de Maio, pelas Leis n.ºs 46/2010, de 7 de Setembro, 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 3.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — Os agentes de fiscalização referidos no número anterior são devidamente ajuramentados e credenciados

pelas entidades competentes da área onde desempenham as respectivas funções, devendo estas manter um registo permanente e actualizado de tais agentes de fiscalização.

**Artigo 4.º**

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — No caso de ser detectada a prática dos factos constitutivos de uma contra-ordenação prevista na presente lei, os agentes de fiscalização podem, com a intervenção da autoridade policial, mandar interromper a marcha do veículo em causa, tendo em vista o pagamento imediato do valor da taxa de portagem devida e dos custos administrativos associados.
- 4 — Se o infractor recusar efectuar o pagamento voluntário de imediato nos termos do número anterior, o agente de fiscalização lavra o correspondente auto de notícia nos termos do artigo 9.º, entregando-lhe cópia do mesmo.
- 5 — (Anterior n.º 4.)
- 6 — (Anterior n.º 5.)
- 7 — (Anterior n.º 6.)

**Artigo 7.º**

[...]

- 1 — As contra-ordenações previstas na presente lei são punidas com coima de valor mínimo correspondente a 10 vezes o valor da respectiva taxa de portagem, mas nunca inferior a € 25, e de valor máximo correspondente ao quádruplo do valor mínimo da coima, com respeito pelos limites máximos previstos no Regime Geral das Infrações Tributárias.
- 2 — Para efeitos do disposto no número anterior, sempre que for variável a determinação da taxa de portagem em função do percurso percorrido e não for possível, no caso concreto, a sua determinação, é considerado o valor máximo cobrável na respectiva barreira de portagem ou, no caso de infra-estruturas rodoviárias, designadamente em auto-estradas e pontes, onde seja devido o pagamento de portagens e que apenas disponham de um sistema de cobrança electrónica das mesmas, no sublanço ou conjunto de sublanços abrangido pelo respectivo local de detecção de veículos para efeitos de cobrança electrónica de portagens.
- 3 — .....

**Artigo 8.º**

[...]

- 1 — A prática das contra-ordenações previstas nos artigos 5.º e 6.º pode ser detectada por qualquer agente de autoridade ou agente de fiscalização no exercício das suas funções, bem como através de equipamentos adequados, designadamente que registem a imagem ou detectem o dispositivo electrónico do veículo.
- 2 — .....

**Artigo 9.º**

[...]

- 1 — Quando o agente de fiscalização, no exercício das suas funções, detectar a prática ou a ocorrência de contra-ordenações previstas nos artigos 5.º e 6.º, lavra

auto de notícia, nos termos do Regime Geral das Infrações Tributárias, e remete-o imediatamente à entidade competente para instaurar e instruir o processo.

- 2 — .....  
 3 — .....  
 4 — .....  
 5 — *(Revogado.)*  
 6 — *(Revogado.)*

#### Artigo 10.º

[...]

1 — Sempre que não for possível identificar o condutor do veículo no momento da prática da contra-ordenação, as concessionárias, as subconcessionárias, as entidades de cobrança das taxas de portagem ou as entidades gestoras de sistemas electrónicos de cobrança de portagens, consoante os casos, notificam o titular do documento de identificação do veículo para que este, no prazo de 15 dias úteis, proceda a essa identificação ou pague o valor da taxa de portagem e os custos administrativos associados, salvo se provar, no mesmo prazo, a utilização abusiva do veículo por terceiros.

2 — A identificação referida no número anterior deve, sob pena de não produzir efeitos, indicar, cumulativamente:

- a) Nome completo;  
 b) Residência completa;  
 c) Número de identificação fiscal.

3 — Na falta de cumprimento do disposto nos números anteriores, é responsável pelo pagamento das coimas a aplicar, das taxas de portagem e dos custos administrativos em dívida, consoante os casos, o proprietário, o adquirente com reserva de propriedade, o usufrutuário, o locatário em regime de locação financeira ou o detentor do veículo.

4 — *(Anterior n.º 3.)*

5 — Caso o agente da contra-ordenação não proceda ao pagamento referido no número anterior, é lavrado auto de notícia, aplicando-se o disposto no artigo 9.º do presente diploma.

6 — O direito de ilidir a presunção de responsabilidade prevista no n.º 3, considera-se definitivamente precludido caso não seja exercido no prazo referido no n.º 1.

#### Artigo 11.º

[...]

1 — Para efeitos da emissão do auto de notícia quando não for possível identificar o condutor do veículo no momento da prática da contra-ordenação, as concessionárias, as subconcessionárias, as entidades de cobrança das taxas de portagem e as entidades gestoras de sistemas electrónicos de cobrança de portagens podem solicitar à Conservatória do Registo Automóvel os dados referidos no n.º 2 do artigo anterior relativamente às entidades identificadas no n.º 3 do mesmo artigo.

2 — Os termos e condições de disponibilização da informação referida no n.º 1 são definidos por protocolo a celebrar entre as concessionárias, as subconcessionárias, as entidades de cobrança das taxas de portagem e as entidades gestoras de sistemas electrónicos de cobrança de portagens e o Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

3 — Compete às respectivas concessionárias, subconcessionárias, às entidades de cobrança das taxas de portagem e às entidades gestoras de sistemas electrónicos de cobrança de portagens efectuar as notificações e, ou, requerer as autorizações necessárias junto da Comissão Nacional de Protecção de Dados.

#### Artigo 14.º

[...]

1 — As notificações previstas no artigo 10.º efectuam-se por carta registada com aviso de recepção, expedida para o domicílio ou sede do notificando.

- 2 — .....  
 3 — .....  
 4 — .....  
 5 — .....

#### Artigo 15.º

[...]

1 — O serviço de finanças da área do domicílio fiscal do agente de contra-ordenação é competente para a instauração e instrução dos processos de contra-ordenação a que se refere a presente lei, bem como para aplicação das respectivas coimas.

- 2 — *(Revogado.)*  
 3 — *(Revogado.)*  
 4 — *(Revogado.)*  
 5 — *(Revogado.)*

#### Artigo 17.º

[...]

1 — O produto da coima cobrado na sequência de processo de contra-ordenação reverte:

- a) 40 % para o Estado;  
 b) 35 % para a Direcção-Geral dos Impostos (DGCI);  
 c) 10 % para o InIR — Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P.;  
 d) 15 % para as entidades a que se refere o artigo 11.º

- 2 — *(Revogado.)*  
 3 — *(Revogado.)*

4 — A Direcção-Geral dos Impostos (DGCI) entrega mensalmente os quantitativos das taxas de portagem, das coimas e das custas administrativas às entidades a que pertencem.

#### Artigo 17.º-A

[...]

1 — Compete à administração tributária promover, nos termos do Código de Procedimento e Processo Tributário, a cobrança coerciva dos créditos compostos pela taxa de portagem, coima e custos administrativos e dos juros de mora devidos.

2 — Os créditos previstos no número anterior gozam de privilégio mobiliário especial sobre os veículos com os quais hajam sido praticadas as infracções a que se refere a presente lei, quando propriedade do arguido à data daquela prática.

- 3 — *(Revogado.)*  
 4 — *(Revogado.)*  
 5 — *(Revogado.)*

Artigo 18.º

[...]

Às contra-ordenações previstas na presente lei, e em tudo o que nela não se encontre expressamente regulado, é aplicável o Regime Geral das Infracções Tributárias.»

2 — Revogam-se os n.ºs 5 e 6 do artigo 9.º, os artigos 12.º e 13.º, os n.ºs 2 a 5 do artigo 15.º, os artigos 16.º a 16.º-B, os n.ºs 2 e 3 do artigo 17.º, e os n.ºs 3 a 5 do artigo 17.º-A da Lei n.º 25/2006, de 30 de Junho, alterado pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 113/2009, de 18 de Maio, pela Lei n.º 46/2010, de 7 de Setembro, pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro.

Artigo 178.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de Dezembro**

O artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de Dezembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 299/2001, de 22 de Novembro, e 212/2008, de 7 de Novembro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 51.º

[...]

É fixada em 10 % a percentagem prevista na alínea *d*) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 335/97, de 2 de Dezembro, sendo de excluir as receitas provenientes da alienação de imóveis afectos à DGCI.»

Artigo 179.º

**Instituições particulares de solidariedade social e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa**

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, são ripristinados, durante o ano de 2012, o n.º 2 do artigo 65.º da Lei n.º 16/2001, de 22 de Junho, alterada pelas Leis n.ºs 91/2009, de 31 de Agosto, e 3-B/2010, de 28 de Abril, e as alíneas *a*) e *b*) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro, alterado pela Lei n.º 52-C/96, de 27 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 323/98, de 30 de Outubro, pela Lei n.º 30-C/2000, de 29 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 238/2006, de 20 de Dezembro, revogados pelo n.º 1 do artigo 130.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

2 — A restituição prevista nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro, é feita em montante equivalente a 50 % do IVA suportado, excepto nos casos de operações abrangidas pelo n.º 2 do artigo 130.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, relativamente às quais se mantém em vigor o direito à restituição de um montante equivalente ao IVA suportado.

Artigo 180.º

**Regime de exigibilidade de caixa do IVA**

O Governo irá desenvolver as consultas e estudos preparatórios tendo em vista a apresentação, no decorrer do ano de 2012, de uma proposta de introdução de um regime de «exigibilidade de caixa» do IVA, simplificado e facultativo, destinado às microempresas que não beneficiem de isenção do imposto, permitindo que estas exerçam o direito à

dedução do IVA e paguem o imposto devido no momento do efectivo pagamento ou recebimento, respectivamente.

Artigo 181.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 81/2007, de 29 de Março**

O artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 81/2007, de 29 de Março, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 8.º

[...]

- 1 — .....
  - 2 — .....
  - a*) .....
  - b*) .....
  - c*) .....
  - d*) .....
  - e*) .....
  - f*) .....
  - g*) .....
  - h*) .....
  - i*) O montante da taxa devida pela realização de segundas avaliações de prédios urbanos, quando suportadas pelos contribuintes, bem como da taxa prevista no n.º 3 do artigo 76.º do Código do IMI;
  - j*) O reembolso de despesas suportadas com a realização de primeiras e segundas avaliações de prédios rústicos e urbanos, não referidas no número anterior, que será abatido às receitas transferidas para os municípios do período em que foram incorridas;
  - l*) O produto da percentagem definida na lei relativamente ao IMI cobrado nos anos em que se proceder à avaliação geral dos prédios urbanos ou rústicos;
  - m*) O montante da taxa devida pela prestação urgente de uma informação vinculativa;
  - n*) [*Anterior alínea i*].]
- 3 — As percentagens referidas no número anterior são definidas por despacho do ministro responsável pela área das finanças, excepto as que constam das alíneas *l*) e *m*), que são definidas por lei ou decreto-lei.
- 4 — .....
  - 5 — .....

Artigo 182.º

**Contribuição sobre o sector bancário**

1 — É prorrogado o regime que cria a contribuição sobre o sector bancário, aprovado pelo artigo 141.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

2 — É alterado o artigo 3.º do regime que cria a contribuição sobre o sector bancário, aprovado pelo artigo 141.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, nos seguintes termos:

«Artigo 3.º

[...]

A contribuição sobre o sector bancário incide sobre:

- a*) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base (tier 1) e complementares (tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos e pelo Fundo de Garan-

tia do Crédito Agrícola Mútuo, e os depósitos na Caixa Central constituídos por Caixas de Crédito Agrícola Mútuo pertencem ao Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo, ao abrigo do artigo 72.º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 142/2009, de 16 de Junho;

b) . . . . . »

#### Artigo 183.º

##### Alteração da política contabilística relativa a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego

As variações patrimoniais negativas registadas no período de tributação de 2011 decorrentes da alteração, nos termos previstos na Norma Internacional de Contabilidade n.º 19, da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, respeitantes a contribuições efectuadas nesse período ou em períodos de tributação anteriores, não concorrem para os limites estabelecidos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 43.º do Código do IRC, sendo consideradas dedutíveis para efeitos de apuramento do lucro tributável, em partes iguais, no período de tributação que se inicie em ou após 1 de Janeiro de 2012 e nos nove períodos de tributação seguintes.

#### Artigo 184.º

##### Fiscalização prévia do Tribunal de Contas

De acordo com o disposto no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, alterada pelas Leis n.ºs 87-B/98, de 31 de Dezembro, 1/2001, de 4 de Janeiro, 55-B/2004, de 30 de Dezembro, 48/2006, de 29 de Agosto, 35/2007, de 13 de Agosto, e 3-B/2010, de 28 de Abril, para o ano de 2012 ficam isentos de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas os actos e contratos, considerados isolada ou conjuntamente com outros que aparentem estar relacionados entre si, cujo montante não exceda o valor de € 350 000.

#### Artigo 185.º

##### Fundo Português de Carbono

Fica o Governo autorizado a transferir para o Fundo Português de Carbono:

a) O montante das cobranças provenientes da harmonização fiscal entre o gasóleo de aquecimento e o gasóleo rodoviário;

b) O montante das cobranças provenientes da taxa sobre lâmpadas de baixa eficiência, prevista no Decreto-Lei n.º 108/2007, de 12 de Abril;

c) O produto das compensações pelo não cumprimento da obrigação de incorporação de biocombustíveis, prevista no Decreto-Lei n.º 49/2009, de 26 de Fevereiro;

d) O montante das receitas de leilões para o sector da aviação, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 93/2010, de 27 de Julho;

e) O montante das receitas nacionais de leilões relativos ao comércio europeu de licenças de emissão (CELE), no âmbito da Directiva n.º 2009/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril;

f) O montante de outras receitas que venham a ser afectas a seu favor.

#### Artigo 186.º

##### Contribuição para o áudio-visual

Fixa-se em € 2,25 o valor mensal da contribuição para o áudio-visual a cobrar em 2012.

#### Artigo 187.º

##### Contratos-programa no âmbito do Serviço Nacional de Saúde

1 — Os contratos-programa a celebrar pelas administrações regionais de saúde, I. P. (ARS, I. P.), com os hospitais integrados no SNS ou pertencentes à rede nacional de prestação de cuidados de saúde, nos termos do n.º 2 da base XII da Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto, e do n.º 2 do artigo 1.º do regime jurídico da gestão hospitalar, aprovado em anexo à Lei n.º 27/2002, de 8 de Novembro, bem como os celebrados com entidades a integrar na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), no âmbito do funcionamento ou implementação da RNCCI, são autorizados pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da saúde, da solidariedade e da segurança social e podem envolver encargos até um triénio.

2 — O disposto no número anterior é aplicável aos contratos-programa a celebrar pelas ARS, I. P., e pelo ISS, I. P., com entidades a integrar na RNCCI, no âmbito do funcionamento ou implementação da mesma, sendo autorizados pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da saúde, da solidariedade e da segurança social.

3 — Os contratos-programa a que se referem os números anteriores tornam-se eficazes com a sua assinatura e são publicados na 2.ª série do *Diário da República*.

4 — Fora dos casos previstos nos números anteriores, os contratos dos centros hospitalares, dos hospitais e unidade locais de saúde com natureza de entidade pública empresarial passam a estar sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

#### Artigo 188.º

##### Receitas do Serviço Nacional de Saúde

1 — O Ministério da Saúde, através da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS, I. P.), implementa as medidas necessárias à facturação e à cobrança efectiva de receitas, devidas por terceiros legal ou contratualmente responsáveis, nomeadamente entidades seguradoras, mediante o estabelecimento de penalizações, no âmbito dos contratos-programa, por incorrecta identificação das situações de responsabilidade civil, com vista a evitar a diminuição significativa de receitas desta proveniência.

2 — O Ministério da Saúde implementa de forma progressiva as medidas necessárias para que, na facturação dos serviços prestados aos utentes do SNS seja incluída informação relativa ao custo efectivo dos serviços usufruídos pelos utentes que não sujeitos a pagamento.

3 — A responsabilidade de terceiro pelos encargos das prestações de saúde de um sujeito exclui, na medida dessa responsabilidade, a do SNS.

4 — Para efeitos dos números anteriores, o Ministério da Saúde acciona, nomeadamente, mecanismos de resolução alternativa de litígios.

## Artigo 189.º

**Encargos com prestações de saúde no Serviço Nacional de Saúde**

1 — Os encargos com as prestações de saúde realizadas por estabelecimentos e serviços do SNS aos beneficiários da ADSE, regulados pelo Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 90/98, de 14 de Abril, 279/99, de 26 de Julho, e 234/2005, de 30 de Dezembro, e pelas Leis n.ºs 53-D/2006, de 29 de Dezembro, 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, da assistência na doença da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública (SAD da GNR e PSP), regulado pelo Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de Setembro, alterado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de Dezembro, e da assistência na doença a militares das Forças Armadas (ADM), regulado pelo Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de Setembro, alterado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de Dezembro, são suportados pelo orçamento do SNS.

2 — Para efeitos do número anterior e para efeitos do disposto no artigo 25.º do Estatuto do SNS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, o preço dos cuidados prestados no quadro do SNS é o estabelecido pela ACSS, I. P., para os restantes beneficiários do SNS.

3 — Os saldos dos serviços e fundos autónomos do SNS apurados na execução orçamental de 2011 transitam automaticamente para o Orçamento de 2012.

4 — O disposto no artigo 156.º da Lei n.º 53-A/2006, de 28 de Dezembro, não prejudica os financiamentos que visem garantir a igualdade de tratamento em caso de doença dos trabalhadores colocados nos serviços periféricos externos em relação aos demais trabalhadores em funções públicas.

## Artigo 190.º

**Transferências das autarquias locais para o orçamento do Serviço Nacional de Saúde**

1 — As autarquias locais transferem para o orçamento da ACSS, I. P., um montante igual ao afecto em 2011 com os encargos com os seus trabalhadores em matéria de prestações de saúde pelo SNS.

2 — A transferência referida no número anterior efectiva-se mediante retenção da transferência do Orçamento do Estado para as autarquias locais.

## Artigo 191.º

**Encargos específicos no âmbito do Serviço Nacional de Saúde**

1 — As responsabilidades com o pagamento de pensões relativas aos aposentados que tenham passado a subscritores nos termos do Decreto-Lei n.º 301/79, de 18 de Agosto, do Decreto-Lei n.º 124/79, de 10 de Maio, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 210/79, de 12 de Julho, e 121/2008, de 11 de Julho, e do Decreto-Lei n.º 295/90, de 21 de Setembro, são suportadas pelas verbas da alienação dos imóveis do Estado afectos ao Ministério da Saúde e das entidades integradas no SNS.

2 — Para efeitos do número anterior, cessa, com efeitos a 1 de Janeiro de 2011, a aplicação do regime previsto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 301/79, de 18 de Agosto, regulamentado pela Portaria n.º 513/80, de 12 Agosto.

3 — Para efeitos dos números anteriores, cabe à Secretária-Geral do Ministério da Saúde proceder aos pagamentos à CGA, I. P., que forem devidos na medida das receitas obtidas nos termos do n.º 1.

4 — Os encargos com a rede de informação da saúde são suportados pelos serviços e estabelecimentos beneficiários dos respectivos serviços.

5 — O disposto no número anterior é aplicável aos encargos decorrentes de protocolo celebrado antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 1/2005, de 4 de Janeiro, devendo a ACSS, I. P., proceder à imputação dos respectivos custos para efeitos de pagamento directo ao prestador de serviços.

## Artigo 192.º

**Cobrança de dívidas relativas a prestações de saúde a terceiros responsáveis**

1 — O disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 218/99, de 15 de Junho, passa a ter a seguinte redacção:

## «Artigo 1.º

[...]

1 — O presente diploma estabelece o regime de cobrança de dívidas pelas instituições e serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde em virtude dos cuidados de saúde prestados.

2 — Para efeitos do presente diploma, a realização das prestações de saúde consideram-se feitas ao abrigo de um contrato de prestação de serviços, sendo aplicável o regime jurídico das injunções.

3 — Para efeitos do número anterior, o requerimento de injunção deve conter na exposição sucinta dos factos os seguintes elementos:

- a) O nome do assistido;
- b) Causa da assistência;
- c) No caso de acidente que envolva veículos automóveis, matrícula ou número de apólice de seguro;
- d) No caso de acidente de trabalho, nome do empregador e número da apólice seguro, quando haja;
- e) No caso de agressão, o nome do agredido e data da agressão;
- f) Nos restantes casos em que sejam responsáveis seguradoras, deve ser indicada a apólice de seguro.»

2 — São revogados os artigos 7.º e 9.º a 12.º do Decreto-Lei n.º 218/99, de 15 de Junho.

## Artigo 193.º

**Contra-ordenação pela utilização dos serviços de saúde sem pagamento de taxa moderadora**

1 — Constitui contra-ordenação, punível com coima, a utilização dos serviços de saúde pelos utentes sem pagamento de taxa moderadora devida após interpelação para o efeito.

2 — A contra-ordenação prevista no número anterior é punida com coima de valor mínimo correspondente a cinco vezes o valor da respectiva taxa moderadora, mas nunca inferior a € 50, e de valor máximo correspondente ao quántuplo do valor mínimo da coima, com respeito pelos limites máximos previstos no artigo 17.º do regime geral do ilícito de mera ordenação social.

3 — A negligência é punível, sendo reduzido de um terço o limite máximo da coima aplicável nos termos do presente artigo.

4 — A Direcção-Geral dos Impostos (DGCI) é a entidade competente para a instauração e instrução dos processos de contra-ordenação a que se refere o n.º 1.

5 — Na falta de pagamento da taxa moderadora devida no prazo de 10 dias após interpelação, o estabelecimento ou serviço integrado no SNS comunica à DGCI a utilização de serviços de saúde sem pagamento da taxa moderadora mediante auto de notícia com os seguintes elementos:

- a) Nome completo;
- b) Residência completa;
- c) Número de identificação fiscal;
- d) Data da assistência e valor da taxa moderadora;
- e) Data da interpelação para cumprir.

6 — O auto de notícia deve ser elaborado nos 60 dias seguintes à data limite do prazo fixado para pagamento da taxa moderadora sem que a mesma tenha sido liquidada.

7 — Cabe à DGCI promover a cobrança coerciva dos créditos compostos pela taxa moderadora, coima e custos administrativos, que seguirá os termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

8 — O produto da coima cobrado na sequência de processo de contra-ordenação ao abrigo da presente norma, revertem:

- a) 40 % para o Estado;
- b) 35 % para a entidade que elabora o auto de notícia;
- c) 25 % para a DGCI.

9 — Às contra-ordenações previstas na presente lei, e em tudo o que nela não se encontre expressamente regulado, é aplicável o Regime Geral das Infracções Tributárias.

#### Artigo 194.º

##### **Transmissão de dados entre a Direcção-Geral dos Impostos e o Instituto da Segurança Social, I. P.**

Os órgãos do Ministério da Solidariedade e Segurança Social enviam à DGCI, por via electrónica, até ao final do mês de Fevereiro de cada ano, os valores de todas as prestações sociais pagas, incluindo pensões, bolsas de estudo e de formação, subsídios de renda de casa e outros apoios públicos à habitação, por beneficiário, relativas ao ano anterior, através de modelo oficial.

#### Artigo 195.º

##### **Alteração ao Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de Fevereiro**

1 — O artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 118/83, de 27 de Fevereiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 90/98, de 14 de Abril, 279/99, de 26 de Julho, e 234/2005, de 30 de Dezembro, e pelas Leis n.ºs 53-D/2006, de 29 de Dezembro, 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

#### «Artigo 47.º

##### **Descontos nas pensões**

1 — As pensões de aposentação e de reforma dos beneficiários titulares, quando o seu montante for superior ao valor correspondente à retribuição mínima mensal garantida, ficam imediatamente sujeitas ao desconto de 1,5 %.

2 — Quando da aplicação da percentagem prevista no número anterior resultar pensão de valor inferior à retribuição mínima mensal garantida, esta fica isenta de desconto.»

2 — É aditado o artigo 64.º-A ao Decreto-Lei n.º 118/83, de 27 de Fevereiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 90/98, de 14 de Abril, 279/99, de 26 de Julho, e 234/2005, de 30 de Dezembro, e pelas Leis n.ºs 53-D/2006, de 29 de Dezembro, 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, com a seguinte redacção:

#### «Artigo 64.º-A

##### **Cobrança de dívidas**

As certidões emitidas pela ADSE, de onde constem prestações a esta em dívida, qualquer que seja a respectiva natureza, têm força de título executivo nos termos dos artigos 162.º e 163.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, sendo a sua cobrança coerciva efectuada através do processo de execução fiscal.»

#### Artigo 196.º

##### **Sistema integrado de operações de protecção e socorro**

Fica a Autoridade Nacional de Protecção Civil autorizada a transferir para as associações humanitárias de bombeiros e para a Escola Nacional de Bombeiros ou para a entidade que a substitua, ao abrigo dos protocolos celebrados ou que venham a ser celebrados pela Autoridade Nacional de Protecção Civil, as dotações inscritas nos seus orçamentos referentes a missões de protecção civil, incluindo as relativas ao sistema integrado de operações de protecção civil, e ao sistema integrado de operações de protecção e socorro (SIOPS).

#### Artigo 197.º

##### **Redefinição do uso dos solos**

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 97.º-B do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 53/2000, de 7 de Abril, e 310/2003, de 10 de Dezembro, pelas Leis n.ºs 58/2005, de 29 de Dezembro, e 56/2007, de 31 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 316/2007, de 19 de Setembro, 46/2009, de 20 de Fevereiro, 181/2009, de 7 de Agosto, e 2/2011, de 6 de Janeiro, verificada a desafectação do domínio público ou dos fins de utilidade pública de prédios e equipamentos situados nas áreas de uso especial ou equivalentes e a sua reafectação a outros fins, o município promove, em prazo razoável, a redefinição do uso do solo, mediante a elaboração ou alteração do adequado instrumento de gestão territorial, de modo a consagrar os usos, os índices médios e os outros parâmetros aplicáveis às áreas limítrofes adjacentes que confinem directamente com as áreas de uso a redefinir.

2 — A deliberação da câmara municipal a que se refere o n.º 3 do artigo 97.º-B do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 53/2000, de 7 de Abril, e 310/2003, de 10 de Dezembro, pelas Leis n.ºs 58/2005, de 29 de Dezembro, e 56/2007, de 31 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 316/2007, de 19 de Setembro, 46/2009, de 20 de Fevereiro, 181/2009, de 7 de Agosto, e 2/2011, de 6 de Janeiro, é tomada no prazo de 60 dias a contar da data da verificação da desafectação.

#### Artigo 198.º

##### **Adjudicação de bens perdidos a favor do Estado**

Revertem a favor do Fundo para a Modernização da Justiça 50 % do produto da alienação dos bens perdidos



a favor do Estado, nos termos do artigo 186.º do Código de Processo Penal e do n.º 1 do artigo 35.º e do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, alterado e republicado pela Lei n.º 18/2009, de 11 de Maio, e alterado pela Lei n.º 38/2009, de 20 de Julho, e pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de Novembro.

#### Artigo 199.º

##### Depósitos obrigatórios

1 — Os depósitos obrigatórios existentes na Caixa Geral de Depósitos em 1 de Janeiro de 2004, e que ainda não tenham sido objecto de transferência para a conta do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P. (IGFIJ, I. P.), em cumprimento do disposto no n.º 8 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 324/2003, de 27 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, são objecto de transferência imediata para a conta do IGFIJ, I. P., independentemente de qualquer formalidade, designadamente de ordem do tribunal com jurisdição sobre os mesmos.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o IGFIJ, I. P., pode notificar a Caixa Geral de Depósitos para, no prazo de 30 dias, efectuar a transferência de depósitos que venham a ser posteriormente apurados e cuja transferência não tenha sido ainda efectuada.

#### Artigo 200.º

##### Prescrição dos depósitos obrigatórios e dos depósitos autónomos

1 — O direito à devolução de quantias depositadas à ordem de quaisquer processos judiciais, independentemente do regime legal ao abrigo do qual os depósitos tenham sido constituídos, prescreve no prazo de cinco anos, a contar da data em que o titular for, ou tenha sido, notificado do direito a requerer a respectiva devolução, salvo norma especial em contrário.

2 — As quantias prescritas nos termos do número anterior consideram-se perdidas a favor do IGFIJ, I. P.

#### Artigo 201.º

##### Processos judiciais eliminados

Os valores depositados na Caixa Geral de Depósitos ou à guarda dos tribunais, à ordem de processos judiciais eliminados após o decurso dos prazos de conservação administrativa fixados na lei, consideram-se perdidos a favor do IGFIJ, I. P.

#### Artigo 202.º

##### Exercício de funções públicas por beneficiários de pensões de reforma pagas pela segurança social ou por outras entidades gestoras de fundos

1 — O regime de acumulação de funções públicas remuneradas previsto nos artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação é aplicável aos beneficiários de pensões de reforma da segurança social e de pensões pagas por entidades gestoras de fundos de pensões ou planos de pensões de entidades públicas, designadamente de institutos públicos e de entidades pertencentes aos sectores empresariais do Estado, regional e local, a quem venha a ser autorizada ou renovada a situação de acumulação.

2 — O disposto no número anterior abrange os beneficiários que se encontrem no exercício de funções nos

serviços, entidades ou empresas a que se refere o artigo 78.º do Estatuto da Aposentação, na data de entrada em vigor da presente lei.

3 — No prazo de 10 dias contados da data referida no número anterior, os beneficiários aí referidos devem comunicar às entidades empregadoras públicas ou ao serviço processador da pensão em causa, consoante o caso, se optam pela suspensão do pagamento da remuneração ou da pensão, salvo no caso dos beneficiários que já o tenham feito ao abrigo do regime decorrente do artigo 173.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de Agosto, e 60-A/2011, de 30 de Novembro.

4 — Caso a opção de suspensão de pagamento recaia sobre a remuneração, deve a entidade empregadora pública a quem tenha sido comunicada a opção informar o serviço processador da pensão dessa suspensão.

5 — Quando se verificarem situações de acumulação sem que tenha sido manifestada a opção a que se refere o n.º 3, deve o serviço processador da pensão suspender o pagamento do correspondente valor da pensão.

6 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, gerais ou especiais, em contrário.

#### Artigo 203.º

##### Limites às acumulações por beneficiários de subvenções mensais vitalícias

O artigo 9.º da Lei n.º 52-A/2005, de 10 de Outubro, alterado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

#### «Artigo 9.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....

7 — Os beneficiários de subvenções mensais vitalícias que exerçam quaisquer actividades privadas, incluindo de natureza liberal, só podem acumular a totalidade da subvenção com a remuneração correspondente à actividade privada desempenhada se esta for de valor inferior a três vezes o indexante dos apoios sociais (IAS).

8 — Quando a remuneração correspondente à actividade provada desempenhada for de valor superior a três IAS, a subvenção mensal vitalícia é reduzida na parte excedente a três IAS até ao limite do valor da subvenção.

9 — Para efeitos do disposto no número anterior, os beneficiários de subvenções mensais vitalícias comunicam à Caixa Geral de Aposentações, até ao dia 31 de Janeiro de cada ano, o montante dos rendimentos provenientes de actividade privada auferidos no ano civil anterior.

10 — O incumprimento do dever de comunicação estabelecido no número anterior constitui o beneficiário de subvenção mensal vitalícia responsável pelo reembolso das importâncias que venha a abonar em consequência daquela omissão.»

## Artigo 204.º

**Revogação do Decreto-Lei n.º 49 403,  
de 24 de Novembro de 1969**

É revogado o Decreto-Lei n.º 49 403, de 24 de Novembro de 1969.

## Artigo 205.º

**Alteração ao Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto**

Os artigos 60.º, 61.º, 85.º, 89.º, 92.º e 94.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto, alterado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

## «Artigo 60.º

**Negociação e hasta pública**

O arrendamento é realizado preferencialmente por hasta pública ou por negociação, com publicação prévia de anúncio, sendo aplicáveis, com as necessárias adaptações, os procedimentos previstos nos artigos 86.º a 95.º e nos artigos 96.º a 104.º, respectivamente.

## Artigo 61.º

[...]

1 — Pode o membro do Governo responsável pela área das finanças autorizar o arrendamento por ajuste directo nas seguintes situações:

- a) Quando não tenham sido apresentadas propostas no procedimento por negociação;
- b) Quando a praça da hasta pública tenha ficado deserta;
- c) Quando o arrendatário pertença ao sector público administrativo ou ao sector empresarial do Estado, das regiões autónomas e das autarquias locais;
- d) Quando o arrendatário seja pessoa colectiva de utilidade pública e o imóvel se destine directa e imediatamente à realização dos seus fins por um período determinado;
- e) Quando o imóvel esteja ocupado há mais de cinco anos e o arrendatário seja o próprio ocupante;
- f) Por motivos de interesse público, devidamente fundamentado.

2 — O membro do Governo responsável pela área das finanças fixa, com base em proposta da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, a importância da respectiva renda e as condições a que o arrendamento fica sujeito.

3 — Ao arrendamento por ajuste directo é aplicável, com as devidas adaptações, o procedimento previsto nos artigos 105.º e seguintes.

## Artigo 85.º

[...]

- 1 — .....
- 2 — O período do pagamento em prestações não pode exceder seis anos.
- 3 — *(Revogado.)*

## Artigo 89.º

[...]

1 — As propostas a apresentar devem indicar um valor para arrematação do imóvel superior à base de

licitação e ser acompanhadas de um cheque de montante correspondente à percentagem do valor da proposta que for fixada no anúncio público, emitido à ordem do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P.

2 — A percentagem prevista no número anterior não pode ser inferior a 5 %.

3 — *(Anterior n.º 2.)*

4 — *(Anterior n.º 3.)*

5 — *(Anterior n.º 4.)*

## Artigo 92.º

[...]

1 — .....

2 — O adjudicatário provisório deve, de imediato, efectuar o pagamento de 5 % do valor da adjudicação, ou de outro montante superior que haja sido fixado no anúncio público, e declarar se opta pela modalidade do pagamento em prestações, se admitida, bem como se pretende que o imóvel seja para pessoa a designar, a qual deve ser identificada no prazo de cinco dias.

3 — No caso de o adjudicatário provisório ter apresentado proposta nos termos do artigo 89.º, tem de proceder ao pagamento apenas da diferença entre o valor a que se refere o número anterior e o valor do cheque que acompanhou a proposta, caso este seja inferior àquele.

4 — .....

5 — .....

6 — .....

## Artigo 94.º

[...]

1 — No pagamento a pronto, a quantia remanescente ao valor pago aquando da adjudicação provisória é liquidada no prazo de 30 dias contados da data da notificação da adjudicação definitiva.

2 — No pagamento a prestações, a quantia remanescente é paga até um máximo de 11 prestações semestrais.

3 — .....

4 — .....

## Artigo 206.º

**Aplicação no tempo do regime de regularização  
de arrendamentos**

O disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto, alterado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, na redacção introduzida pelo artigo anterior, aplica-se às situações de ocupação que estejam constituídas há mais de cinco anos à data da entrada em vigor da presente lei.

## Artigo 207.º

**Alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro**

O artigo 2.º da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro, alterada pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de Abril, e

55-A/2010, de 31 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 2.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — As modalidades previstas no n.º 1 têm natureza subsidiária e temporária, sendo aplicáveis a operações de capitalização de instituições de crédito a realizar até 31 de Dezembro de 2012.

4 — *(Revogado.)*»

Artigo 208.º

**Regularização extraordinária dos pagamentos aos fornecedores do sector público administrativo e empresarial**

1 — Compete aos órgãos de gestão das entidades dos sectores público administrativo e empresarial assegurar que a gestão de tesouraria dessas entidades é adequada ao cumprimento das condições de pagamento acordadas com os seus fornecedores.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, nos casos em que os prazos acordados, ou os prazos efectivos de pagamento, excedam os 60 dias, os órgãos de gestão devem contactar os fornecedores, propondo a renegociação das condições contratuais, em ordem a ser obtida uma adequada compensação em função do período de antecipação e do custo do financiamento implícito.

3 — O processo relativo a cada dívida deve ser organizado de modo a ser claramente identificado o fornecedor, a natureza de bem ou serviço, o prazo contratual do pagamento e o número, data de emissão e montante da factura a pagar e o respectivo cabimento orçamental.

4 — Na realização dos pagamentos aos fornecedores deve ser respeitada a ordem cronológica das dívidas.

5 — Compete aos órgãos de gestão das entidades referidas no n.º 1 assegurar a divulgação nas respectivas páginas electrónicas da situação no final de cada semestre, nos termos a fixar pelos serviços de inspecção com competência sobre cada entidade e em coordenação com a Inspeção-Geral de Finanças (IGF), devendo identificar, designadamente, os montantes em dívida para cada prazo, agrupados segundo a natureza de bem ou serviço fornecido.

6 — Compete aos órgãos de inspecção sectorial a avaliação da qualidade da informação divulgada pelas entidades referidas no n.º 1, bem como emitir recomendações relativas à sua melhoria.

7 — Findo o semestre, a IGF, em articulação com as inspecções sectoriais, divulga na sua página electrónica, até ao final do mês seguinte, um resumo da situação para o conjunto dos sectores público administrativo e empresarial, acompanhada de uma síntese da avaliação sobre o cumprimento do referido no n.º 1.

8 — Até ao final do mês de Março de 2012, os órgãos de gestão das entidades referidas no n.º 1 publicam os quadros relativos à situação em 31 de Dezembro de 2011.

9 — Os responsáveis dos órgãos de gestão a que se refere o n.º 1 incorrem em responsabilidade financeira e disciplinar, para além de outra eventualmente aplicável, quando, tendo disponibilidades financeiras decorrentes da aplicação da presente lei ou podendo a elas ter acesso, não efectuarem os pagamentos a fornecedores nos termos

estipulados no n.º 1 ou não criarem as condições para que tal possa suceder.

10 — A autorização de endividamento constante do artigo 95.º pode, até ao limite de € 1 000 000 000, ser utilizada para fazer face às necessidades de financiamento com regularização de dívidas a fornecedores, nos limites das possibilidades do exercício orçamental.

11 — Com respeito pelo disposto nos números anteriores, o membro do Governo responsável pela área das finanças fixa, por portaria, os procedimentos necessários para a concretização das modalidades de regularização.

12 — Nos casos das empresas regionais e municipais, o financiamento é efectuado às respectivas regiões e municípios.

13 — As entidades públicas beneficiárias do financiamento criam todas as condições para que os processos de conferência das facturas ocorram dentro de um prazo razoável.

Artigo 209.º

**Entidades com autonomia administrativa que funcionam junto da Assembleia da República**

1 — Os orçamentos da Comissão Nacional de Eleições, da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, da Comissão Nacional de Protecção de Dados e do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida são desagregados no âmbito da verba global atribuída à Assembleia da República.

2 — Os mapas de desenvolvimento das despesas dos serviços e fundos autónomos — Assembleia da República — orçamento privativo — funcionamento são alterados em conformidade com o disposto no número anterior.

Artigo 210.º

**Excepção ao princípio de onerosidade**

Fica o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) isento da aplicação do princípio de onerosidade previsto no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto, alterado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, para efeitos de pagamento da renda prevista no auto de cedência e aceitação assinado entre a Secretaria-Geral do MNE e a DGTF, no âmbito da cedência de imóvel àquele ministério com vista à instalação da sede da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Artigo 211.º

**Financiamento do Programa de Emergência Social**

Durante o ano de 2012, do total da receita do IVA resultante da revogação das verbas 2.12 e 2.16 da lista 1 anexa ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, ao abrigo da Lei n.º 51-A/2011, de 30 de Setembro, ficam consignadas ao orçamento da segurança social as seguintes verbas:

a) Até ao limite máximo de € 200 000 000 para financiamento do Programa de Emergência Social;

b) Até ao limite máximo de € 30 000 000 para financiamento do apoio social extraordinário ao consumidor de energia.

Artigo 212.º

**Norma interpretativa**

Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas

Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, a participação variável de 5 % no IRS a favor das autarquias locais das regiões autónomas é deduzida à receita de IRS cobrada na respectiva região autónoma, devendo o Estado proceder directamente à sua entrega às autarquias locais.

#### Artigo 213.º

##### Norma transitória

1 — Durante a vigência do PAEF, os magistrados jubila-dos podem, mediante autorização expressa dos respectivos conselhos, prestar serviço judicial, desde que esse exercício de funções não importe em qualquer alteração do regime remuneratório que auferem por força da jubilação.

2 — As pensões de aposentação dos magistrados jubila-dos podem ser objecto de contribuições extraordinárias nos termos da presente Lei do Orçamento do Estado.

#### Artigo 214.º

##### Norma revogatória

São revogados:

a) O Decreto-Lei n.º 290/75, de 14 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 109/85, de 15 de Abril;

b) O Decreto-Lei n.º 232/87, de 11 de Junho;

c) O n.º 6 do artigo 173.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e pelo Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de Novembro.

#### Artigo 215.º

##### Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2012.

Aprovada em 30 de Novembro de 2011.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Promulgada em 30 de Dezembro de 2011.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 30 de Dezembro de 2011.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

#### Mapa de alterações e transferências orçamentais

(a que se refere o artigo 7.º)

##### Diversas alterações e transferências

1 — Transferência de verbas inscritas no orçamento do Fundo para as Relações Internacionais, I. P. (FRI), para o orçamento de investimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), destinadas à cobertura de encargos com projectos de investimento da Secretaria-Geral e da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, ficando os mesmos, incluindo o Instituto Camões e o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, autorizados a inscrever no seu orçamento de investimento as verbas transferidas do FRI.

2 — Transferência de verbas inscritas no orçamento do Fundo para as Relações Internacionais, I. P. (FRI), para o orçamento da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), destinadas a suportar encargos com o financiamento do abono de instalação, viagens e transportes e assistência na doença previstos nos artigos 62.º, 67.º e 68.º do Estatuto da Carreira Diplomática, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 153/2005, de 2 de Setembro, e 10/2008, de 17 de Janeiro, e pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

3 — Fica autorizada a transferência de verbas inscritas no orçamento do Fundo para as Relações Internacionais, I. P. (FRI), para a associação MUDIP — Mutualista Diplomática Portuguesa, destinadas a suportar encargos com o financiamento do complemento de pensão de modo a garantir a igualdade de tratamento de funcionários diplomáticos aposentados antes da entrada em vigor do regime de jubilação previsto no n.º 5 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 28 de Fevereiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 153/2005, de 2 de Setembro, e 10/2008, de 17 de Janeiro, e pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, ou de quem lhes tenha sucedido no direito à pensão.

4 — Transferência de verbas a inscrever no orçamento do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P., para as autarquias locais, destinadas a projecto no âmbito do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros.

5 — Transferência de uma verba até € 2 855 000, proveniente do saldo de gerência do Turismo de Portugal, I. P., para a AICEP, E. P. E., Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, destinada à promoção de Portugal no exterior, nos termos a contratualizar entre as duas entidades.

6 — Transferência de uma verba, até ao limite de 10 % da verba disponível no ano de 2012 por despacho conjunto dos ministros responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional, destinada à cobertura de encargos, designadamente, com a preparação, operações e treino de forças, de acordo com a finalidade prevista no artigo 1.º da Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de Agosto.

7 — Alterações entre capítulos do orçamento do Ministério da Defesa Nacional decorrentes da Lei do Serviço Militar, da reestruturação dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas, das alienações e reafectações dos imóveis afectos às Forças Armadas, no âmbito das missões humanitárias e de paz e dos observadores militares não enquadráveis nestas missões.

8 — Transferência de verbas do Ministério da Defesa Nacional para a Caixa Geral de Aposentações, I. P., e para a segurança social, destinadas ao reembolso do pagamento das prestações previstas nas Leis n.ºs 9/2002, de 11 de Fevereiro, e 21/2004, de 5 de Junho, e no Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 118/2004, de 21 de Maio, e 320/2007, de 27 de Setembro.

9 — Transferências de verbas, entre ministérios, no âmbito da Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar, destinados à implementação dos programas integrantes da Estratégia Nacional para o Mar, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2006, de 12 de Dezembro, e das actividades do Fórum Permanente para os Assuntos do Mar, criado nos termos do despacho n.º 28267/2007 (2.ª série), de 17 de Dezembro.

10 — Alterações orçamentais e transferências necessárias ao reforço do orçamento do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território para a execução do Programa PRODER, até ao montante de € 50 000 000, tendo como contrapartida verbas não utilizadas e inscritas em outros programas orçamentais.

11 — Transferência de verbas, no montante de € 1 250 000, proveniente de receitas próprias do orçamento de receita da Autoridade Florestal Nacional (AFN), do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT), para o Instituto Geográfico Português (IGP), do mesmo Ministério, para assegurar a comparticipação do MAMAOT na contrapartida nacional do projecto inscrito em orçamento de investimento, da responsabilidade do IGP, que assegura o financiamento do Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (SINERGIC).

12 — Transferência de verbas através da Direcção-Geral das Autarquias Locais, a título de comparticipação financeira do Estado como contrapartida das actividades e atri-

buições de serviço público para a Fundação para os Estudos e Formação Autárquica.

13 — Transferência de verbas no âmbito do Ministério da Educação e Ciência, (capítulo 50), Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), destinadas a medidas, com igual ou diferente programa e classificação funcional, incluindo serviços integrados.

14 — Transferência de verbas inscritas nos orçamentos de laboratórios e outros organismos do Estado para outros laboratórios, independentemente da classificação orgânica e funcional, desde que as transferências se tornem necessárias pelo desenvolvimento de projectos e actividades de investigação científica a cargo dessas entidades.

15 — Transferência de receitas próprias do Instituto da Vinha e do Vinho, I. P., até ao limite de € 1 000 000 para aplicação no Programa PRODER em projectos de investimento ligados ao sector vitivinícola.

16 — Transferência de receitas próprias do Fundo Português de Carbono até ao limite de € 3 000 000 para aplicação no Programa PRODER em projectos agrícolas e florestais que contribuam para o sequestro de carbono.

#### Alterações e transferências no âmbito da administração central

	Origem		Destino	Limites máximos dos montantes a transferir (em euros)	Âmbito/objectivo
17	Ministério da Agricultura, do Mar, Ambiente, e Ordenamento do Território (MAMAOT).	Instituto da Água . . . . .	RECILIS — Tratamento e Valorização de Efluentes, S. A., e Trevo Oeste — Tratamento e Valorização de Resíduos Pecuários, S. A.	1 500 000	Participação em projectos de tratamento dos efluentes de suinicultura das bacias hidrográficas do rio Lis e dos rios Leal, Arnóia e Tornada.
18	Ministério da Agricultura, do Mar, Ambiente, e Ordenamento do Território (MAMAOT).	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR Norte).	Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.	300 000	Protocolo para despoluição das pedreiras de Lourosa.
19	Ministério da Economia e do Emprego (MEE).	Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).	Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P.	3 768 413	
20	Ministério da Solidariedade e Segurança Social (MSSS).	Instituto da Segurança Social (ISS).	Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P.	304 661	
21	Ministério da Economia e do Emprego (MEE).	Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT).	Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P.	30 000	
22	Ministério da Solidariedade e Segurança Social (MSSS).	Orçamento da segurança social	Programa Escolhas. . . . .	5 000 000	Financiamento das despesas de funcionamento e de transferências respeitantes ao mesmo Programa.
23	Ministério da Educação e Ciência.	Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC).	Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P. — Gestor do Programa Escolhas.	852 881	

#### Transferências relativas ao capítulo 50

	Origem		Destino	Limites máximos dos montantes a transferir (em euros)	Âmbito/objectivo
24	Ministério da Agricultura, do Mar, Ambiente, e Ordenamento do Território (MAMAOT).	Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU).	VianaPolis — Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Viana do Castelo, S. A.	928 228	Ministério da Agricultura, do Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT).
25	Ministério da Economia e do Emprego (MEE).	Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais.	Administração do Porto de Aveiro, S. A.	1 400 000	Financiamento de infra-estruturas portuárias e logísticas.

	Origem		Destino	Limites máximos dos montantes a transferir (em euros)	Âmbito/objectivo
26	Ministério da Economia e do Emprego (MEE).	Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais.	Administração do Porto da Figueira da Foz.	1 000 000	Financiamento de infra-estruturas portuárias e reordenamento portuário.
27	Ministério da Economia e do Emprego (MEE).	Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais.	Administração do Porto de Viana do Castelo, S. A.	1 100 000	Financiamento de infra-estruturas e equipamentos portuários e acessibilidades.
28	Ministério da Economia e do Emprego (MEE).	Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais.	CP — Comboios de Portugal, E. P. E.	2 200 000	Financiamento de material circulante e bilhética.
29	Ministério da Economia e do Emprego (MEE).	Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais.	ML — Metropolitano de Lisboa, E. P. E.	6 300 840	Financiamento de infra-estruturas de longa duração.
30	Ministério da Economia e do Emprego (MEE).	Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais.	Metro do Mondego, S. A. ....	2 300 000	Financiamento do sistema de metropolitano ligeiro do Mondego.
31	Ministério da Economia e do Emprego (MEE).	Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais.	Metro do Porto, S. A. ....	2 000 000	Financiamento de infra-estruturas de longa duração.
32	Ministério da Economia e do Emprego (MEE).	Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais.	REFER — Rede Ferroviária Nacional, E. P. E.	11 622 421	Financiamento de infra-estruturas de longa duração.
33	Ministério da Economia e do Emprego (MEE).	Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais.	TRANSTEJO — Transportes Tejo, S. A.	500 000	Financiamento da frota e aquisição de terminais.

#### Transferências para entidades externas, além das que constam do capítulo 50

	Origem		Destino	Limites máximos dos montantes a transferir (em euros)	Âmbito/objectivo
34	Ministério da Educação e Ciência.	Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.	Agência de Inovação Empresarial e Transferência de Tecnologia, S. A.	1 500 000	Financiamento de projectos de investigação, desenvolvimento e sua gestão, em consórcio entre empresas e instituições científicas.
35	Ministério da Educação e Ciência.	Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.	Hospitais com a natureza de entidades públicas empresariais.	1 500 000	Financiamento de contratos de emprego científico, projectos de investigação e desenvolvimento e de reuniões e publicações científicas.
36	Ministério da Economia e do Emprego (MEE).	IAPMEI .....	AICEP, E. P. E. ....	2 108 000	

#### Mapa referido no artigo 61.º

##### Mapa — Transferências para áreas metropolitanas e associações de municípios (Leis n.ºs 45/2008 e 46/2008, ambas de 27 de Agosto)

AM/CIM	FEF corrente dos municípios integrantes	Percentagem	Transf. OE/2012
	(1)	(2)	(3) = (1)*(2)
AM de Lisboa .....	52 298 245	1 %	522 982
AM do Porto .....	64 010 369	1 %	640 104
CIM da Beira Interior Sul .....	20 429 805	0,5 %	102 149
CIM da Cova da Beira e Beira Interior Norte .....	50 545 108	0,5 %	252 726
CIM da Lezíria do Tejo .....	33 854 058	0,5 %	169 270
CIM da Região Dão-Lafões .....	46 409 008	0,5 %	232 045
CIM da Região de Aveiro — Baixo Vouga .....	33 103 624	0,5 %	165 518
CIM da Serra da Estrela .....	11 229 843	0,5 %	56 149
CIM de Trás-os-Montes .....	69 775 612	0,5 %	348 878
CIM do Alentejo Central .....	44 101 368	0,5 %	220 507

AM/CIM	FEF corrente dos municípios integrantes	Percentagem	Transf. OE/2012
	(1)	(2)	(3) = (1)*(2)
CIM do Alentejo Litoral .....	25 497 778	0,5 %	127 489
CIM do Algarve .....	38 339 141	0,5 %	191 696
CIM do Alto Alentejo .....	42 244 587	0,5 %	211 223
CIM do Ave .....	41 637 053	0,5 %	208 185
CIM do Baixo Alentejo .....	49 064 432	0,5 %	245 322
CIM do Baixo Mondego .....	31 550 877	0,5 %	157 754
CIM do Cávado .....	32 918 340	0,5 %	164 592
CIM do Douro .....	57 966 531	0,5 %	289 833
CIM do Médio Tejo .....	35 225 444	0,5 %	176 127
CIM do Minho-Lima .....	42 424 256	0,5 %	212 121
CIM do Oeste .....	29 794 389	0,5 %	148 972
CIM do Pinhal Interior Norte .....	36 278 516	0,5 %	181 393
CIM do Pinhal Interior Sul .....	13 396 445	0,5 %	66 982
CIM do Pinhal Litoral .....	21 347 648	0,5 %	106 738
CIM do Tâmega e Sousa .....	60 199 154	0,5 %	300 996
<i>Total geral</i> .....	983 641 631		5 499 751

**MAPA I****RECEITAS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA**

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS	IMPORTÂNCIAS EM EUROS		
		POR ARTIGOS	POR GRUPOS	POR CAPÍTULOS
	<b>RECEITAS CORRENTES</b>			
<b>01</b>	<b>IMPOSTOS DIRECTOS</b>			
01	<i>Sobre o Rendimento</i>			
01	Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	9.532.394.391		
02	Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	4.755.269.230	14.287.663.621	
02	<i>Outros</i>			
01	Imposto sobre as sucessões e doações	3.400.000		
06	Imposto do uso, porte e detenção de armas	5.134.354		
99	Impostos directos diversos	41.517.719	50.052.073	14.337.715.694
<b>02</b>	<b>IMPOSTOS INDIRECTOS</b>			
01	<i>Sobre o Consumo</i>			
01	Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	2.276.100.000		
02	Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	14.741.636.379		
03	Imposto sobre veículos (ISV)	743.790.000		
04	Imposto de consumo sobre o tabaco	1.386.100.000		
05	Imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas (IABA)	210.900.000	19.358.526.379	
02	<i>Outros</i>			
01	Lotarias	28.041.700		
02	Imposto do selo	1.400.000.000		
03	Imposto do jogo	18.645.400		
04	Imposto único de circulação	178.000.000		
05	Resultados da exploração de apostas mútuas	2.809.000		
99	Impostos indirectos diversos	9.363.439	1.636.859.539	20.995.385.918
<b>03</b>	<b>CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL, A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES E A ADSE</b>			
03	<i>Caixa Geral de Aposentações e ADSE</i>			
02	Comparticipações para a ADSE	510.769.272		
99	Outros	18.966.704	529.735.976	529.735.976
<b>04</b>	<b>TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES</b>			
01	<i>Taxas</i>			
01	Taxas de justiça	19.334.500		
02	Taxas de registo de notariado	420.000		
03	Taxas de registo predial	62.999.234		
04	Taxas de registo civil	37.984.433		
05	Taxas de registo comercial	43.833.333		
06	Taxas florestais	10.984.400		
07	Taxas vinícolas	100.000		
08	Taxas moderadoras	409.700		
09	Taxas sobre espectáculos e divertimentos	1.001.200		
10	Taxas sobre energia	9.099.553		
11	Taxas sobre geologia e minas	4.632.650		
12	Taxas sobre comercialização e abate de gado	125.097		
15	Taxas sobre controlo metrológico e de qualidade	4.954.030		
16	Taxas sobre fiscalização de actividades comerciais e industriais	313.600		
17	Taxas sobre licenciamentos diversos concedidos a empresas	4.352.722		
19	Adicionais	13.000		
20	Emolumentos consulares	3.199.847		
22	Propinas	2.385.216		
99	Taxas diversas	168.128.852	374.271.367	

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS	IMPORTÂNCIAS EM EUROS		
		POR ARTIGOS	POR GRUPOS	POR CAPÍTULOS
02	<i>Multas e Outras Penalidades</i>			
01	Juros de mora	68.469.458		
02	Juros compensatórios	16.050.000		
03				
	Multas e coimas por infracções ao Código da Estrada e restante legislação	90.619.937		
04	Coimas e penalidades por contra-ordenações	120.319.762		
99	Multas e penalidades diversas	4.269.575	299.728.732	674.000.099
<b>05</b>	<b>RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE</b>			
01	<i>Juros - Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras</i>			
01	Públicas	390.587.656		
02	Privadas	30.000	390.617.656	
02	<i>Juros - Sociedades Financeiras</i>			
01	Bancos e outras instituições financeiras	56.252	56.252	
03	<i>Juros - Administrações Públicas</i>			
01	Administração central - Estado	3.120.823		
04	Administração local - Continente	15.000	3.135.823	
05	<i>Juros - Famílias</i>			
01	Juros - Famílias	634.000	634.000	
06	<i>Juros - Resto do Mundo</i>			
03	Países terceiros e organizações internacionais	8.658.119	8.658.119	
07	<i>Dividendos e Participações nos Lucros de Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras</i>			
01	Dividendos e participações nos lucros de sociedades e quase-sociedades não financeiras	51.899.886	51.899.886	
09	<i>Participações nos Lucros de Administrações Públicas</i>			
01	Participações nos lucros de administrações públicas	532.790	532.790	
10	<i>Rendas</i>			
01	Terrenos	2.325.440		
05	Bens de domínio público	198		
99	Outros	14.500	2.340.138	457.874.664
<b>06</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>			
01	<i>Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras</i>			
01	Públicas	48.708		
02	Privadas	4.326.402	4.375.110	
02	<i>Sociedades Financeiras</i>			
01	Bancos e outras instituições financeiras	298.120		
02	Companhias de seguros e fundos de pensões	2.500	300.620	
03	<i>Administração Central</i>			
01	Estado	9.131.520		
06	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	1.251.000		
07	Serviços e fundos autónomos	507.344.767		
10	Serviços e fundos autónomos - Participação portuguesa em projectos co-financiados	2.383.425	520.110.712	
05	<i>Administração Local</i>			
01	Continente	38.285.035	38.285.035	
06	<i>Segurança social</i>			
01	Sistema de solidariedade e segurança social	2.000		
03	Financiamento comunitário em projectos co-financiados	201.851.063		
04	Outras transferências	77.714.070	279.567.133	
07	<i>Instituições Sem Fins Lucrativos</i>			
01	Instituições sem fins lucrativos	1.268.959	1.268.959	
08	<i>Famílias</i>			
01	Famílias	14.590.475	14.590.475	
09	<i>Resto do Mundo</i>			
01	União Europeia - Instituições	87.619.768		
04	União Europeia - Países-Membros	120.670		
05	Países terceiros e organizações internacionais	10.621.327	98.361.765	956.859.809



CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS	IMPORTÂNCIAS EM EUROS		
		POR ARTIGOS	POR GRUPOS	POR CAPÍTULOS
<b>07</b>	<b>VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES</b>			
01	<i>Venda de Bens</i>			
01	Material de escritório	10.486		
02	Livros e documentação técnica	494.886		
03	Publicações e impressos	13.130.224		
04	Fardamentos e artigos pessoais	1.742.873		
05	Bens inutilizados	150.095		
06	Produtos agrícolas e pecuários	4.869.631		
07	Produtos alimentares e bebidas	2.830.945		
08	Mercadorias	162.100		
09	Matérias de consumo	6.414		
10	Desperdícios, resíduos e refugos	91.044		
11	Produtos acabados e intermédios	293.700		
99	Outros	45.234.417	69.016.815	
02	<i>Serviços</i>			
01	Aluguer de espaços e equipamentos	3.789.996		
02	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	1.735.400		
03	Vistorias e ensaios	2.079.529		
04	Serviços de laboratórios	2.884.019		
05	Actividades de saúde	48.302.491		
06	Reparações	18.086		
07	Alimentação e alojamento	32.010.220		
08	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	1.484.600		
99	Outros	244.466.048	336.770.389	
03	<i>Rendas</i>			
01	Habitações	117.358		
02	Edifícios	651.587		
99	Outras	599.696	1.368.641	407.155.845
<b>08</b>	<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>			
01	<i>Outras</i>			
01	Prémios, taxas por garantias de riscos e diferenças de câmbio	122.700.000		
03	Lucros de amodação	4.000.000		
99	Outras	177.542.868	304.242.868	304.242.868
	<i>Total das receitas correntes</i>			38.662.970.873
	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			
<b>09</b>	<b>VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO</b>			
01	<i>Terrenos</i>			
03	Administração Pública - Administração central - Estado	80.000	80.000	
04	<i>Outros Bens de Investimento</i>			
01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	40.000		
03	Administração Pública - Administração central - Estado	96.340.760		
10	Famílias	40.000	96.420.760	96.500.760
<b>10</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>			
03	<i>Administração Central</i>			
08	Serviços e fundos autónomos	11.976.410		
09	Serviços e fundos autónomos - Participação portuguesa em projectos co-financiados	4.666.941		
10	Serviços e fundos autónomos - Participação comunitária em projectos co-financiados	4.050	16.647.401	
05	<i>Administração Local</i>			
01	Continente	643.500	643.500	
09	<i>Resto do Mundo</i>			
01	União Europeia - Instituições	92.222.953	92.222.953	109.513.854

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS	IMPORTÂNCIAS EM EUROS		
		POR ARTIGOS	POR GRUPOS	POR CAPÍTULOS
<b>11</b>	<b>ACTIVOS FINANCEIROS</b>			
06	<i>Empréstimos a Médio e Longo Prazos</i>			
01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	800.000		
06	Administração Pública - Administração local - Continente	1.050.566		
10	Famílias	4.200.000		
12	Resto do mundo - Países terceiros e organizações internacionais	2.304.800	8.355.366	
07	<i>Recuperação de Créditos Garantidos</i>			
01	Recuperação de créditos garantidos	15.809.195	15.809.195	
10	<i>Alienação de Partes Sociais de Empresas</i>			
01	Alienação de partes sociais de empresas	1.600.000.000	1.600.000.000	
11	<i>Outros Activos Financeiros</i>			
08	Administração Pública - Segurança social			
08	Administração Pública - Segurança social	800.000	800.000	1.624.964.561
<b>12</b>	<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>			
02	<i>Títulos a Curto Prazo</i>			
01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	10.337.001.921		
02	Sociedades financeiras	48.731.580.486		
04	Administração Pública - Administração central - Serviços e fundos autónomos	29.534.291.203		
11	Resto do mundo - União Europeia	1.476.714.560	90.079.588.170	
03	<i>Títulos a Médio e Longo Prazos</i>			
01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1.476.714.560		
02	Sociedades financeiras	7.383.572.801		
04	Administração Pública - Administração central - Serviços e fundos autónomos	1.476.714.561		
10	Famílias	1.476.714.561	11.813.716.483	
06	<i>Empréstimos a Médio e Longo Prazos</i>			
11	Resto do mundo - União Europeia	29.534.291.204		
12	Resto do mundo - Países terceiros e organizações internacionais	16.243.860.163	45.778.151.367	147.671.456.020
<b>13</b>	<b>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>			
01	<i>Outras</i>			
01	Indemnizações	101.992		
99	Outras	4.046.506	4.148.498	4.148.498
	<i>Total das receitas de capital</i>			149.506.583.693
	*****			
<b>14</b>	<b>RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS</b>			
01	<i>Recursos Próprios Comunitários</i>			
01	Direitos aduaneiros de importação	170.000.000		
03	Quotização sobre açúcar e isoglucose	200.000	170.200.000	170.200.000
<b>15</b>	<b>REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS</b>			
01	<i>Reposições Não Abatidas nos Pagamentos</i>			
01	Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	70.054.352	70.054.352	70.054.352
<b>16</b>	<b>SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR</b>			
01	<i>Saldo Orçamental</i>			
01	Na posse do serviço	145.319.800		
04	Na posse do Tesouro	20.180.200	165.500.000	165.500.000
				188.575.308.918

## MAPA II

## DESPESAS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA, ESPECIFICADAS POR CAPÍTULOS

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 1

CAPÍTULO	DESIGNAÇÃO ORGÂNICA	IMPORTÂNCIAS EM EUROS	
		POR CAPÍTULOS	POR MINISTÉRIOS
	<b>01 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO</b>		<b>2 831 911 524</b>
01	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	15 139 118	
02	ASSEMBLEIA DA REPUBLICA	87 964 692	
03	SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	8 686 853	
04	TRIBUNAL CONSTITUCIONAL	4 649 869	
05	SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO	5 399 426	
06	TRIBUNAL DE CONTAS	15 568 468	
07	GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPUBLICA - REGIAO AUTONOMA DOS AÇORES	326 651 408	
08	GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPUBLICA - REGIAO AUTONOMA DA MADEIRA	240 810 267	
09	CONSELHO ECONOMICO E SOCIAL	1 619 171	
10	CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA	2 905 853	
11	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	2 121 246 399	
50	INVESTIMENTO	1 270 000	
	<b>02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS</b>		<b>275 332 988</b>
01	GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO	11 084 280	
02	SERVIÇOS DE APOIO E COORDENAÇÃO, ORGAOS CONSULTIVOS E OUTRAS ENTIDADES DA PCM	129 808 411	
03	SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	72 755 877	
50	INVESTIMENTO	61 684 420	
	<b>03 - FINANÇAS</b>		<b>158 161 719 788</b>
01	GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO	3 784 097	
02	SERV. GERAIS DE APOIO, ESTUDO, COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO	33 465 427	
03	ADMINISTRAÇÃO, CONTROLO E FISCALIZAÇÃO ORÇAMENTAL	22 811 045	
04	ADMINISTRAÇÃO, CONTROLO E FORMAÇÃO NO AMBITO DA ADMIN. PÚBLICA	5 971 138	
05	PROTECÇÃO SOCIAL	4 750 759 356	
06	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO	9 137 917	
07	GESTÃO DA DIVIDA E DA TESOURARIA PÚBLICA	131 875 369 493	
08	SERVIÇOS FISCAIS E ALFANDEGARIOS	512 523 550	
50	INVESTIMENTO	12 841 147	
60	DESPESAS EXCEPCIONAIS	19 264 856 618	
70	RECURSOS PROPRIOS COMUNITARIOS	1 670 200 000	
	<b>04 - NEGÓCIOS ESTRANGEIROS</b>		<b>315 873 642</b>
01	GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO	3 449 046	
02	SERVIÇOS GERAIS APOIO, ESTUDOS, COORDENAÇÃO E REPRESENTAÇÃO	176 067 568	
03	COOPERAÇÃO E RELAÇÕES EXTERNAS	127 053 174	
50	INVESTIMENTO	9 303 854	

## MAPA II

## DESPESAS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA, ESPECIFICADAS POR CAPÍTULOS

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 2

CAPÍTULO	DESIGNAÇÃO ORGÂNICA	IMPORTÂNCIAS EM EUROS	
		POR CAPÍTULOS	POR MINISTÉRIOS
	<b>05 - DEFESA NACIONAL</b>		<b>2 052 701 846</b>
01	GABINETE DOS MEMBROS DO GOVERNO E SERVIÇOS CENTRAIS DE SUPORTE	465 143 179	
02	ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS	39 181 481	
03	MARINHA	512 130 302	
04	EXERCITO	669 272 896	
05	FORÇA AEREA	350 236 488	
50	INVESTIMENTO	16 737 500	
	<b>06 - ADMINISTRAÇÃO INTERNA</b>		<b>1 903 312 503</b>
01	GABINETE DOS MEMBROS DO GOVERNO	2 635 210	
02	SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDOS, COORDENAÇÃO, COOPERAÇÃO E CONTROLO	38 959 071	
03	SERVIÇOS DE PROTECÇÃO CIVIL E SEGURANÇA RODOVIARIA	118 620 572	
04	SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E FORÇAS DE SEGURANÇA E RESPECTIVOS SERVIÇOS SOCIAIS	1 642 302 532	
50	INVESTIMENTO	100 795 118	
	<b>07 - JUSTIÇA</b>		<b>1 185 327 453</b>
01	GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO	2 225 948	
02	SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDO, COORDENACAO, CONTROLO E COOPERACAO	36 566 012	
03	ORGAOS E SERVICOS DO SISTEMA JUDICIARIO E REGISTOS	775 214 791	
04	SERVICOS DE INVESTIGACAO, PRISIONAIS E DE REINSERCAO	344 031 845	
50	INVESTIMENTO	27 288 857	
	<b>08 - ECONOMIA E DO EMPREGO</b>		<b>238 241 798</b>
01	GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO	7 809 941	
02	SERVIÇOS GERAIS DE APOIO E DE GESTAO INTERNA	11 718 595	
03	SERVIÇOS DE INSPECÇÃO, CONTROLO E DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA	24 981 119	
04	SERV REGIONAIS DE REGULAMENTAÇÃO, DE REGULAÇÃO E SUPERVISAO DA ECON	26 781 079	
05	SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO, INOVAÇÃO E QUALIDADE	11 967 241	
06	SERVIÇOS NA AREA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	199 397	
07	SERVIÇOS DE INTERVENÇÃO NAS AREAS DO EMPREGO, TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	40 589 187	
08	SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDOS, COOPERAÇÃO E RELAÇÕES EXTERNAS	6 227 544	
09	SERVIÇOS REGULAÇÃO, SUPERV., INSPECÇÃO, INVESTIG, OB.PUBLICAS, TRANSP. E COMUNIC	14 452 747	
50	INVESTIMENTO	93 514 948	

## MAPA II

## DESPESAS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA, ESPECIFICADAS POR CAPÍTULOS

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 3

CAPÍTULO	DESIGNAÇÃO ORGÂNICA	IMPORTÂNCIAS EM EUROS	
		POR CAPÍTULOS	POR MINISTÉRIOS
	<b>09 - AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO</b>		<b>594 735 297</b>
01	GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO	4 581 013	
02	SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDOS, COORDENAÇÃO E CONTROLO	44 003 121	
03	SERVIÇOS DE INTERVENÇÃO NO SECTOR DA AGRICULTURA, FLORESTAS E PESCAS	203 843 320	
04	SERV. DE COORDENAÇÃO REGIONAL DE AGRIC., MAR, AMBIENTE E ORDENAM. DO TERRITORIO	87 346 199	
05	SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO	20 985 569	
06	SERVIÇOS NA AREA DO AMBIENTE	34 431 198	
08	SERVIÇOS NA AREA DO ORDENAMENTO DO TERRITORIO	10 174 762	
50	INVESTIMENTO	189 370 115	
	<b>10 - SAUDE</b>		<b>7 632 835 658</b>
01	GABINETE DOS MEMBROS DO GOVERNO	2 525 509	
02	SERVIÇOS CENTRAIS DO MINISTERIO DA SAUDE	40 260 243	
03	INTERVENÇÃO NA AREA DOS CUIDADOS DE SAUDE	7 563 718 366	
50	INVESTIMENTO	26 331 540	
	<b>11 - EDUCAÇÃO E CIÊNCIA</b>		<b>6 889 116 501</b>
01	GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO	3 884 867	
02	SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDOS, COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO	2 988 312	
03	SERVIÇOS DAS ÁREAS DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	19 616 983	
04	ESTABELECEMENTOS DE ENSINO SUPERIOR E SERVIÇOS DE APOIO -TRANSF. DO OE	997 687 339	
05	SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDOS, COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO	852 505 251	
06	ESTABELECEMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO	4 611 974 101	
50	INVESTIMENTO	400 459 648	
	<b>12 - SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL</b>		<b>6 494 199 920</b>
01	GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO	2 214 275	
02	SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDOS, COORDENAÇÃO, COOPERAÇÃO E CONTROLO	16 251 693	
03	SERVIÇOS DE INTERVENÇÃO NA AREA DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL	10 745 442	
04	SEGURANÇA SOCIAL -TRANSFERENCIAS	6 457 227 024	
50	INVESTIMENTO	7 761 486	
	<b>TOTAL GERAL</b>		<b>188 575 308 918</b>

## MAPA III

## DESPESAS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 1

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIAS EM EUROS	
		POR SUBFUNÇÕES	POR FUNÇÕES
<b>1</b>	<b>FUNÇÕES GERAIS DE SOBERANIA</b>		<b>21 846 304 353</b>
1.01	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	16 875 686 246	
1.02	DEFESA NACIONAL	1 958 305 431	
1.03	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	3 012 312 676	
<b>2</b>	<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>		<b>26 526 125 368</b>
2.01	EDUCAÇÃO	6 608 321 402	
2.02	SAÚDE	8 304 289 308	
2.03	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	10 735 527 761	
2.04	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	248 871 784	
2.05	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	629 115 113	
<b>3</b>	<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>		<b>3 579 042 875</b>
3.01	AGRICULTURA E PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	473 010 040	
3.03	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	2 907 089 016	
3.05	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	198 943 819	
<b>4</b>	<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>		<b>136 623 836 322</b>
4.01	OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA	131 863 000 000	
4.02	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	4 357 246 399	
4.03	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	403 589 923	
	<b>TOTAL GERAL</b>		<b>188 575 308 918</b>

## MAPA IV

## DESPESAS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 1

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO DAS DESPESAS	IMPORTÂNCIAS EM EUROS	
		POR SUBAGRUPAMENTOS	POR AGRUPAMENTOS
<b>DESPESAS CORRENTES</b>			
01.00	DESPESAS COM O PESSOAL		8 813 362 752
02.00	AQUISICAO DE BENS E SERVICOS CORRENTES		1 901 195 536
03.00	JUROS E OUTROS ENCARGOS		8 013 824 636
04.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES		
04.03	ADMINISTRACAO CENTRAL	13 632 187 718	
04.04	ADMINISTRACAO REGIONAL		
04.05	ADMINISTRACAO LOCAL	1 796 420 645	
04.06	SEGURANCA SOCIAL	6 504 771 784	
04.01 E	OUTROS SECTORES	2 412 684 629	24 346 064 776
04.02 E			
04.07 A			
04.09			
05.00	SUBSIDIOS		304 097 065
06.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		872 807 575
<b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES</b>			<b>44 251 352 340</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>			
07.00	AQUISICAO DE BENS DE CAPITAL		509 301 264
08.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL		
08.03	ADMINISTRACAO CENTRAL	2 310 996 044	
08.04	ADMINISTRACAO REGIONAL	565 800 000	
08.05	ADMINISTRACAO LOCAL	747 196 425	
08.06	SEGURANCA SOCIAL	6 244 744	
08.01 E	OUTROS SECTORES	97 450 596	3 727 687 809
08.02 E			
08.07 A			
08.09			
09.00	ACTIVOS FINANCEIROS		17 827 132 505
10.00	PASSIVOS FINANCEIROS		122 250 000 000
11.00	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		9 835 000
<b>TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL</b>			<b>144 323 956 578</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>188 575 308 918</b>

**MAPA V**  
**RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM ESPECIFICAÇÃO**  
**DAS RECEITAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO**

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 1

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIAS EM EUROS
<b>01 ENCARGOS GERAIS DO ESTADO</b>	
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - ORÇAMENTO PRIVATIVO	83 502 649
COFRE PRIVATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS - AÇORES-ORÇAMENTO PRIVATIVO	421 600
COFRE PRIVATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS - SEDE - ORÇAMENTO PRIVATIVO	5 809 000
COFRE PRIVATIVO TRIBUNAL CONTAS - MADEIRA-ORÇAMENTO PRIVATIVO	512 100
CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA - ORÇAMENTO PRIVATIVO	5 549 920
ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL - ORÇAMENTO PRIVATIVO	4 305 371
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - ORÇAMENTO PRIVATIVO	16 464 118
SERVIÇO DO PROVIDOR DE JUSTIÇA - ORÇAMENTO PRIVATIVO	5 329 193
<b>02 PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS</b>	
ACIDI, IP - GESTOR DO PROGRAMA ESCOLHAS - ORÇ. PRIVATIVO	10 481 371
AGENCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P. - ORÇ. PRIVATIVO	32 369 421
CINEMATECA PORTUGUESA - MUSEU DO CINEMA, I.P.	4 350 000
FUNDO DE FOMENTO CULTURAL	24 417 915
FUNDO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL	399 825
GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL ESTRUTURAS COMUNS AO SIED E SIS - ORÇ. PRIVATIVO	11 370 948
INST DE GEST DO PATRIMONIO ARQUITECTÓNICO E ARQ, I.P.	14 546 556
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TROPICAL, I.P.	7 324 892
INSTITUTO DO CINEMA E DO AUDIOVISUAL , I.P.	11 500 000
INSTITUTO DO DESPORTO DE PORTUGAL- IP - ORÇ. PRIVATIVO	59 132 642
INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO, I.P.	17 243 474
OPART - ORGANISMO DE PRODUÇÃO ARTISTICA, EPE	17 726 622
RADIO E TELEVISAO DE PORTUGAL, SA	661 815 890
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANCA - ORÇ. PRIVATIVO	9 570 957
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS DE DEFESA - ORÇ. PRIVATIVO	6 616 205
TEATRO NACIONAL DE SAO JOAO, EPE	4 686 729
<b>03 FINANÇAS</b>	
AGENCIA NACIONAL DE COMPRAS PUBLICAS, E.P.E	5 228 079
CAIXA-GERAL DE APOSENTAÇÕES I. P.	9 028 585 097
COMISSAO DO MERCADO DE VALORES MOBILIARIOS	24 288 153
FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO	203 614 685
FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO ADUANEIRO	11 420 000
FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO TRIBUTARIO	142 110 000
FUNDO DE GARANTIA AUTOMOVEL	197 417 840
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL	8 277 784
FUNDO DE REGULARIZAÇÃO DA DIVIDA PUBLICA	4 549 000 000
GERAP EMPRESA DE GESTAO PARTILHADA DE RECURSOS DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA, E.P.E	28 713 880
INSTITUTO DE GESTAO DA TESOURARIA E DO CRÉDITO PÚBLICO I.P.	37 438 601
INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL	18 812 100
INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO I. P.	7 371 133
PARUPS, S.A	92 875 000
PARVALOREM, S.A	243 976 000
SERVIÇOS SOCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	15 236 010
<b>04 NEGÓCIOS ESTRANGEIROS</b>	
FUNDO PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, IP	22 000 000



**MAPA V**  
**RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM ESPECIFICAÇÃO**  
**DAS RECEITAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO**

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 2

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIAS EM EUROS
<b>04 NEGÓCIOS ESTRANGEIROS</b>	
INSTITUTO CAMOES, IP	32 404 635
<b>05 DEFESA NACIONAL</b>	
ARSENAL DO ALFEITE, SA	29 435 312
INSTITUTO DE ACÇÃO SOCIAL DAS FORÇAS ARMADAS	46 381 438
INSTITUTO HIDROGRÁFICO	9 385 000
LABORATÓRIO MILITAR DE PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	25 010 000
MANUTENÇÃO MILITAR	42 500 000
OFICINAS GERAIS DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTO	18 284 835
OFICINAS GERAIS DE MATERIAL DE ENGENHARIA	5 721 526
<b>06 ADMINISTRAÇÃO INTERNA</b>	
AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL	127 071 232
COFRE DE PREVIDÊNCIA DA P.S.P.	965 250
EMPRESA DE MEIOS AERÉOS, SA	44 908 564
SERVIÇOS SOCIAIS DA G.N.R.	17 560 269
SERVIÇOS SOCIAIS DA P.S.P.	6 957 700
<b>07 JUSTIÇA</b>	
INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA E DE INFRA-ESTRUTURAS DA JUSTIÇA, I.P.	521 538 035
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL, I.P.	17 850 870
INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL, I.P.	26 937 072
<b>08 ECONOMIA E DO EMPREGO</b>	
AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA-IP	9 855 023
AUTORIDADE METROPOLITANA DE TRANSPORTES DE LISBOA	1 947 002
AUTORIDADE METROPOLITANA DE TRANSPORTES DO PORTO	1 296 446
AUTORIDADE NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES - ICP	75 937 200
CENTRO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA (CEFPI)	4 136 264
CENTRO DE FORM. PROF. DOS TRAB. DE ESCRITÓRIO, COM., SERV. E NOVAS TECNOLOGIAS	2 303 326
CENTRO DE FORMAÇÃO E DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	4 130 775
CENTRO DE FORMAÇÃO PROF. DA INDUST. DE CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS DO SUL	6 357 904
CENTRO DE FORMAÇÃO PROF. P/ SECTOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS DO NORTE	6 800 000
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA DE CALÇADO	5 006 078
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA DE CORTIÇA	1 605 611
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA DE FUNDIÇÃO	1 579 800
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA DE OURIVESARIA E RELOJOARIA	1 888 926
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA ELECTRONICA	4 954 371
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA METALURGICA E METALOMECANICA	14 050 700
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA TEXTIL, VEST., CONF. E LANIFICIOS	8 269 445
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA REPARAÇÃO AUTOMÓVEL	3 596 402
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS INDÚSTRIAS DA MADEIRA E MOBILIÁRIO	1 744 906
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS PESCAS E DO MAR	5 852 578
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ARTESANATO	2 545 034
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA A INDÚSTRIA DE CERAMICA	3 097 099
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O COMÉRCIO E AFINS	3 207 451
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O SECTOR ALIMENTAR	4 937 947

**MAPA V**  
**RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM ESPECIFICAÇÃO**  
**DAS RECEITAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO**

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 3

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIAS EM EUROS
<b>08 ECONOMIA E DO EMPREGO</b>	
CENTRO DE FORMAÇÃO SINDICAL E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL	4 007 295
CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA	5 320 168
CENTRO PROTOCOLAR DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA JORNALISTAS	1 039 792
CENTRO PROTOCOLAR DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O SECTOR DA JUSTIÇA	2 864 242
ENATUR - EMPRESA NACIONAL DE TURISMO, S.A.	16 770 443
ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS IP	8 999 565
ESTRADAS DE PORTUGAL, S.A.	1 808 950 157
FCM - FUNDAÇÃO PARA AS COMUNICAÇÕES MOVEIS	3 181 500
INSTITUTO DA CONSTRUÇÃO E DO IMOBILIÁRIO	12 955 455
INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES TERRESTRES	62 496 100
INSTITUTO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E A INOVAÇÃO IP	426 838 745
INSTITUTO DE INFRA-ESTRUTURAS RODOVIARIAS	6 252 819
INSTITUTO DE TURISMO DE PORTUGAL IP	271 077 675
INSTITUTO DO EMPREGO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL IP	935 143 674
INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP	14 367 526
INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	57 976 181
INSTITUTO PORTUARIO E DOS TRANSPORTES MARITIMOS	48 030 502
INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE IP	6 794 020
INSTITUTO PORTUGUÊS DE ACREDITAÇÃO IP	4 450 000
LABORATORIO NACIONAL DE ENERGIA E GEOLOGIA IP	23 459 276
LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL	30 286 000
METRO DO PORTO, S.A.	399 046 278
METROPOLITANO DE LISBOA, S.A.	860 568 761
REDE FERROVIARIA NACIONAL - REFER, EPE	965 956 661
SIEV - SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO ELECTRONICA DE VEICULOS, S.A.	1 749 728
<b>09 AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO</b>	
ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO ALENTEJO	3 743 095
ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO ALGARVE	5 080 978
ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO CENTRO	11 875 840
ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO NORTE	7 297 104
ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO TEJO	15 198 870
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO	7 273 190
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO	6 605 718
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE	4 845 964
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO	10 403 563
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE	24 756 641
COSTA POLIS SOC PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROG POLIS NA COSTA DA CAPARICA, SA	2 876 750
ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DAS ÁGUAS E DOS RESIDUOS	7 890 000
FUNDO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL	1 000 000
FUNDO DE PROTECÇÃO DOS RECURSOS HIDRICOS	17 000 000
FUNDO PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE	1 100 000
FUNDO PORTUGUES DE CARBONO	63 569 636
INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE	21 438 770
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	256 221 286

**MAPA V**  
**RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM ESPECIFICAÇÃO**  
**DAS RECEITAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO**

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 4

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIAS EM EUROS
<b>09 AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO</b>	
INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO, I.P.	12 098 513
INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS, I.P.	1 038 053 903
INSTITUTO DOS VINHOS DO DOURO E DO PORTO, I.P.	10 137 942
INSTITUTO NACIONAL DE RECURSOS BIOLÓGICOS, I.P.	40 872 301
POLIS LITORAL NORTE, SA	34 831 285
POLIS LITORAL RIA DE AVEIRO, SA	44 917 012
POLIS LITORAL RIA FORMOSA, SA	35 313 452
POLIS LITORAL SUDOESTE-SOC. PARA A REQ. E VALOR DO SUD ALENTEJANO E C VICENTINA	17 321 178
TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CENTRO TURISTICO, CINEGETICO E DE EDUC AMB., CIRPL	814 250
VIANAPOLIS, SOC. PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROG POLIS EM VIANA DO CASTELO, SA	1 648 050
<b>10 SAUDE</b>	
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAUDE, I.P.	4 122 708 059
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.	1 353 388 098
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DO ALENTEJO, I.P.	155 621 465
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DO ALGARVE, I.P.	150 662 950
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P.	591 165 261
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DO NORTE, I.P.	1 231 877 631
CENTRO DE HISTOCOMPATIBILIDADE DO CENTRO	2 180 000
CENTRO DE HISTOCOMPATIBILIDADE DO NORTE	3 808 947
CENTRO DE HISTOCOMPATIBILIDADE DO SUL	6 552 742
CENTRO HOSPITALAR DE TORRES VEDRAS	30 802 300
CENTRO HOSPITALAR DO OESTE NORTE	42 986 852
CENTRO HOSPITALAR PSQUIATRICO DE LISBOA	29 677 480
CENTRO MEDICO DE REABIL. DA REG. CENTRO - ROVISCO PAIS	7 753 378
ENTIDADE REGULADORA DA SAUDE - ORÇ.PRIV.	3 829 219
HOSPITAL ARCEBISPO JOAO CRISOSTOMO - CANTANHEDE	4 650 154
HOSPITAL DR. FRANCISCO ZAGALO - OVAR	8 100 000
HOSPITAL JOSE LUCIANO DE CASTRO - ANADIA	4 646 944
INFARMED - AUTORIDADE NAC. DO MEDICAMENTO E PROD. DE SAUDE, I.P.	51 150 000
INSTITUTO NACIONAL DE EMERGENCIA MEDICA, I.P.	84 940 000
INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DR. RICARDO JORGE I.P.	32 620 743
INSTITUTO OFTALMOLOGICO DR. GAMA PINTO	6 957 687
INSTITUTO PORTUGUES DE SANGUE	74 985 038
MATERNIDADE DR. ALFREDO DA COSTA	24 226 562
SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTERIO DA SAUDE	3 132 427
<b>11 EDUCAÇÃO E CIÊNCIA</b>	
AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO, I.P	9 248 861
EDITORIAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	4 293 848
ESCOLA PORTUGUESA DE DILI	3 397 180
ESCOLA PORTUGUESA DE MOÇAMBIQUE	4 480 309
ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA	10 017 344
ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE LISBOA	9 736 004
ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DO PORTO	7 158 710
ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL	5 552 425

**MAPA V**  
**RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM ESPECIFICAÇÃO**  
**DAS RECEITAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO**

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 5

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIAS EM EUROS
<b>11 EDUCAÇÃO E CIÊNCIA</b>	
ESCOLA SUPERIOR NÁUTICA INFANTE D.HENRIQUE	3 700 848
ESTÁDIO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA	5 105 525
FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA, I.P.	394 575 542
GABINETE DE GESTÃO FINANCEIRA	159 361 331
INSTITUTO DE METEOROLOGIA, I.P.	14 326 729
INSTITUTO POLITÉCNICO BRAGANCA	25 633 126
INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA	12 087 555
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA	15 619 541
INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO	19 647 737
INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA	33 758 470
INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA	42 366 505
INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA	33 393 721
INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE	13 504 392
INSTITUTO POLITECNICO DE SANTARÉM	18 612 277
INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETUBAL	23 778 095
INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR	12 819 162
INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO	19 493 601
INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU	22 755 138
INSTITUTO POLITÉCNICO DO CAVADO E DO AVE	7 319 238
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO	44 473 869
INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DE LISBOA	21 902 357
INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DO PORTO	19 553 824
INSTITUTO TECNOLÓGICO E NUCLEAR, I.P.	9 507 580
ISCTE - INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA - FUNDAÇÃO PÚBLICA	28 057 515
PARQUE ESCOLAR - E.P.E.	509 155 048
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA	1 279 091
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA	680 923
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANCA	1 521 764
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO	1 056 698
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA	1 137 476
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA	3 917 424
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA	1 964 915
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE	1 075 946
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTAREM	861 051
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL	876 632
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR	746 661
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO	1 543 402
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU	1 422 892
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE	414 818
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO	2 009 006
SAS - UNIVERSIDADE BEIRA INTERIOR	2 724 537
SAS - UNIVERSIDADE DA MADEIRA	1 369 820
SAS - UNIVERSIDADE DE COIMBRA	10 243 204
SAS - UNIVERSIDADE DE ÉVORA	2 110 418
SAS - UNIVERSIDADE DE LISBOA	5 547 011

**MAPA V**  
**RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM ESPECIFICAÇÃO**  
**DAS RECEITAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO**

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 6

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIAS EM EUROS
<b>11 EDUCAÇÃO E CIÊNCIA</b>	
SAS - UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO	3 029 603
SAS - UNIVERSIDADE DO ALGARVE	2 569 205
SAS - UNIVERSIDADE DO MINHO	7 795 288
SAS - UNIVERSIDADE DOS AÇORES	1 442 245
SAS - UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	3 748 934
SAS - UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA	5 021 729
UL - CENTRO DE RECURSOS COMUNS E SERVIÇOS PARTILHADOS	2 945 081
UL - FACULDADE DE BELAS-ARTES	5 199 640
UL - FACULDADE DE CIÊNCIAS	28 369 388
UL - FACULDADE DE DIREITO	7 934 445
UL - FACULDADE DE FARMÁCIA	10 491 073
UL - FACULDADE DE LETRAS	14 470 806
UL - FACULDADE DE MEDICINA	15 240 844
UL - FACULDADE DE MEDICINA DENTÁRIA	6 437 281
UL - FACULDADE DE PSICOLOGIA	4 054 823
UL - INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	4 763 281
UL - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO	4 023 768
UL - INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	3 081 500
UL - REITORIA	22 805 011
UMIC - AGÊNCIA PARA A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO, I.P.	3 501 088
UNIVERSIDADE ABERTA	15 261 133
UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR	33 913 516
UNIVERSIDADE DA MADEIRA	14 503 324
UNIVERSIDADE DE AVEIRO - FUNDAÇÃO PÚBLICA	99 799 995
UNIVERSIDADE DE COIMBRA	124 296 298
UNIVERSIDADE DE ÉVORA	46 810 727
UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO	38 593 865
UNIVERSIDADE DO ALGARVE	48 681 571
UNIVERSIDADE DO MINHO	86 512 680
UNIVERSIDADE DO PORTO - FUNDAÇÃO PÚBLICA	217 719 488
UNIVERSIDADE DOS AÇORES	22 205 996
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	6 245 980
UNL - ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA	2 445 863
UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA	38 297 212
UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS	10 974 705
UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	20 143 027
UNL - FACULDADE DE DIREITO	2 114 824
UNL - FACULDADE DE ECONOMIA	8 974 969
UNL - INSTITUTO DE TECNOLOGIA QUÍMICA E BIOLÓGICA	10 846 878
UNL - INSTITUTO HIGIENE E MEDICINA TROPICAL	5 324 749
UNL - INSTITUTO SUPERIOR ESTATÍSTICA E GESTÃO DE INFORMAÇÃO	2 394 465
UTL - FACULDADE DE ARQUITECTURA	8 527 232
UTL - FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA	7 285 568
UTL - FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA	7 408 685
UTL - INSTITUTO SUPERIOR CIÊNCIAS SOCIAIS POLÍTICAS	7 594 962

Fonte: MF/DGO

**MAPA V**  
**RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM ESPECIFICAÇÃO**  
**DAS RECEITAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO**

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 7

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIAS EM EUROS
<b>11 EDUCAÇÃO E CIÊNCIA</b>	
UTL - INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA	15 934 284
UTL - INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO	15 049 387
UTL - INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO	85 541 605
UTL - REITORIA	6 195 402
<b>12 SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL</b>	
CASA PIA DE LISBOA, IP	40 846 193
INSTITUTO DE GESTÃO DO FUNDO SOCIAL EUROPEU, IP.-FUNC.	32 179 023
SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA, IP	237 975 000
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>35 595 436 312</b>

**MAPA VI**  
**RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA**

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 1

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS	IMPORTÂNCIAS EM EUROS		
		POR ARTIGOS	POR GRUPOS	POR CAPÍTULOS
	<b>RECEITAS CORRENTES</b>			
01.00.00	IMPOSTOS DIRECTOS			19 700 000
01.01.00	SOBRE O RENDIMENTO:		19 700 000	
01.01.01	IMP.S/REND.PESS.SINGULARES (IRS)	12 800 000		
01.01.02	IMP.S/REND.PESS.COLECTIVAS (IRC)	6 900 000		
02.00.00	IMPOSTOS INDIRECTOS:			1 077 528 708
02.01.00	SOBRE O CONSUMO:		636 411 151	
02.01.01	IMPOSTO S/ PRODUTOS PETROLIFEROS (ISP)	593 311 151		
02.01.02	IMPOSTO S/ VALOR ACRESCENTADO (IVA)	43 100 000		
02.02.00	OUTROS:		441 117 557	
02.02.03	IMPOSTO DO JOGO	116 896 020		
02.02.05	RESULTADOS EXPLORACAO APOSTAS MUTUAS	239 981 537		
02.02.99	IMPOSTOS INDIRECTOS DIVERSOS	84 240 000		
03.00.00	CONTRIBUICOES PARA SEG. SOCIAL, CGA E ADSE:			3 470 012 230
03.02.00	REGIMES COMPLEMENTARES E ESPECIAIS		5 675 000	
03.02.02	REGIMES COMPLEMENTARES	5 675 000		
03.03.00	CAIXA GERAL DE APOSENTACOES E ADSE:		3 464 337 230	
03.03.01	QUOTAS E COMPARTICIPACOES PARA A CGA	2 903 477 080		
03.03.99	OUTROS	560 860 150		
04.00.00	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:			1 731 774 293
04.01.00	TAXAS:		1 582 913 066	
04.01.01	TAXAS DE JUSTICA	167 092 809		
04.01.02	TAXAS DE REGISTO DE NOTARIADO	1 827 227		
04.01.03	TAXAS DE REGISTO PREDIAL	116 536 228		
04.01.04	TAXAS DE REGISTO CIVIL	27 693 177		
04.01.05	TAXAS DE REGISTO COMERCIAL	24 519 600		
04.01.07	TAXAS VINICOLAS	10 070 000		
04.01.08	TAXAS MODERADORAS	33 684 693		
04.01.09	TAXAS S/ ESPECTACULOS E DIVERTIMENTOS	17 000 000		
04.01.10	TAXAS S/ ENERGIA	1 500 000		
04.01.12	TAXAS S/ COMERCIALIZACAO E ABATE DE GADO	3 280 000		
04.01.13	TAXAS DE PORTOS	2 791 331		
04.01.15	TAXAS S/ CONTROLO METROLOGICO E DE QUALIDADE	3 158 352		
04.01.17	TAXAS S/ LICENCIAMENTOS DIV. CONCEDIDOS A EMPRESAS	21 364 439		
04.01.18	TAXAS S/ VALOR DE ADJUDICACAO DE OBRAS PUBLICAS	1 000 000		
04.01.20	EMOLUMENTOS CONSULARES	21 270 000		
04.01.21	PORTAGENS	316 842 248		
04.01.22	PROPINAS	317 678 957		
04.01.99	TAXAS DIVERSAS	495 604 005		
04.02.00	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:		148 861 227	
04.02.01	JUROS DE MORA	6 337 054		
04.02.02	JUROS COMPENSATORIOS	1 200		
04.02.04	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA-ORDENACOES	65 946 730		
04.02.99	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	76 576 243		
05.00.00	RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE:			401 968 490
05.01.00	JUROS - SOC. E QUASE SOC. NAO FINANCEIRAS:		12 325 595	
05.01.01	PUBLICAS	2 798 750		
05.01.02	PRIVADAS	9 526 845		
05.02.00	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS		46 928 860	
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANCEIRAS	46 928 860		
05.03.00	JUROS - ADMINISTRACOES PUBLICAS:		325 805 305	
05.03.01	ADMINISTRACAO CENTRAL - ESTADO	321 349 475		
05.03.02	ADMINISTRACAO CENTRAL - SFA	2 150 830		
05.03.04	ADMINISTRACAO LOCAL - CONTINENTE	2 270 000		
05.03.05	ADMINISTRACAO LOCAL - REGIOES AUTONOMAS	35 000		
05.04.00	JUROS - INSTITUICOES S/FINS LUCRATIVOS		50 050	
05.04.01	JUROS - INSTITUICOES S/FINS LUCRATIVOS	50 050		
05.05.00	JUROS - FAMILIAS		2 554 454	
05.05.01	JUROS - FAMILIAS	2 554 454		
05.06.00	JUROS - RESTO DO MUNDO:		2 800 000	
05.06.01	UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES	850 000		
05.06.02	UNIAO EUROPEIA - PAISES MEMBROS	1 850 000		
05.06.03	PAISES TERCEIROS E ORGANIZACOES INTERNACIONAIS	100 000		
05.07.00	DIVID. E PARTICIP. LUCROS DE SOC. E QUASE SOC. NAO		1 200 250	

Fonte: MF/DGO

**MAPA VI**  
**RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA**

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 2

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS	IMPORTÂNCIAS EM EUROS		
		POR ARTIGOS	POR GRUPOS	POR CAPÍTULOS
05.07.01	FINANCEIRAS DIVID E PARTICIP LUCROS DE SOC E QUASE-SOC NAO	1 200 250		
05.08.00	FINANCEIRAS DIVIDENDOS E PARTICIPACOES LUCROS DE SOC.		1 550 000	
05.08.01	FINANCEIRAS DIVIDENDOS E PARTICIP NOS LUCROS DE SOC.	1 550 000		
05.10.00	FINANCEIRAS RENDAS :		6 153 976	
05.10.01	TERRENOS	2 179 265		
05.10.03	HABITACOES	171 974		
05.10.04	EDIFICIOS	3 555 737		
05.10.99	OUTROS	247 000		
05.11.00	ACTIVOS INCORPOREOS:		2 600 000	
05.11.01	ACTIVOS INCORPOREOS	2 600 000		
06.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES:			15 902 583 880
06.01.00	SOCIEDADES E QUASE SOC. NAO FINANCEIRAS:		27 025 274	
06.01.01	PUBLICAS	2 978 020		
06.01.02	PRIVADAS	24 047 254		
06.02.00	SOCIEDADES FINANCEIRAS:		8 521 371	
06.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANCEIRAS	7 020 371		
06.02.02	COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSOES	1 501 000		
06.03.00	ADMINISTRACAO CENTRAL:		13 759 291 219	
06.03.01	ESTADO	13 553 896 383		
06.03.04	ESTADO - SUBSIST. DE PROT.A FAMILIA E POLIT.	225 967		
06.03.05	ACTIVAS DE EMP. E FORM. PROF			
06.03.07	ESTADO - PARTICIPACAO PORTUGUESA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	61 575 086		
06.03.10	SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS	136 912 095		
06.03.11	SFA - PARTICIPACAO PORTUGUESA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	5 478 951		
06.04.00	SFA - PARTICIPACAO COMUNITARIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	1 202 737		
06.04.01	ADMINISTRACAO REGIONAL:		8 526 119	
06.04.02	REGIAO AUTONOMA DOS ACORES	7 077 597		
06.05.00	REGIAO AUTONOMA DA MADEIRA	1 448 522		
06.05.01	ADMINISTRACAO LOCAL:		36 349 700	
06.05.02	CONTINENTE	36 316 007		
06.06.00	REGIAO AUTONOMA DOS ACORES	33 693		
06.06.01	SEGURANCA SOCIAL:		1 089 415 281	
06.06.02	SISTEMA DE SOLIDARIEDADE E SEGURANCA SOCIAL	38 000 000		
06.06.03	PARTICIPACAO PORTUGUESA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	45 044 613		
06.06.04	FINANCIAMENTO COMUNITARIO EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	512 889 281		
06.07.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS	493 481 387		
06.07.01	INSTITUICOES S/FINS LUCRATIVOS:		76 480 651	
06.08.00	INSTITUICOES S/ FINS LUCRATIVOS	76 480 651		
06.08.01	FAMILIAS:		40 491 085	
06.09.00	FAMILIAS	40 491 085		
06.09.01	RESTO DO MUNDO:		856 483 180	
06.09.04	UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES	838 799 614		
06.09.05	UNIAO EUROPEIA - PAISES MEMBROS	11 945 984		
07.00.00	PAISES TERCEIROS E ORGANIZACOES INTERNACIONAIS	5 737 582		
07.01.00	VENDA DE BENS E SERVICOS CORRENTES:			1 403 303 757
07.01.01	VENDA DE BENS:		146 022 179	
07.01.02	MATERIAL DE ESCRITORIO	14 450		
07.01.03	LIVROS E DOCUMENTACAO TECNICA	3 725 127		
07.01.04	PUBLICACOES E IMPRESSOS	9 343 378		
07.01.05	FARDAMENTOS E ARTIGOS PESSOAIS	70 000		
07.01.06	BENS INUTILIZADOS	86 590		
07.01.07	PRODUTOS AGRICOLAS E PECUARIOS	1 204 990		
07.01.08	PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS	11 682 768		
07.01.09	MERCADORIAS	69 309 546		
07.01.10	MATERIAS DE CONSUMO	5 155 350		
07.01.11	DESPERDICIOS, RESIDUOS E REFUGOS	241 995		
07.01.99	PRODUTOS ACABADOS E INTERMEDIOS	13 259 158		
	OUTROS	31 928 827		

Fonte: MF/DGO



**MAPA VI**  
**RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA**

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 3

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS	IMPORTÂNCIAS EM EUROS		
		POR ARTIGOS	POR GRUPOS	POR CAPÍTULOS
07.02.00	SERVICOS:		1 208 260 993	
07.02.01	ALUGUER DE ESPACOS E EQUIPAMENTOS	23 523 357		
07.02.02	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	75 441 192		
07.02.03	VISTORIAS E ENSAIOS	3 284 708		
07.02.04	SERVICOS DE LABORATORIOS	20 311 089		
07.02.05	ACTIVIDADES DE SAUDE	198 752 883		
07.02.06	REPARACOES	34 508 694		
07.02.07	ALIMENTACAO E ALOJAMENTO	47 893 013		
07.02.08	SERVICOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTO	28 013 731		
07.02.09	SERVICOS ESPECIFICOS DAS AUTARQUIAS	25 000		
07.02.99	OUTROS	776 507 326		
07.03.00	RENDAS:		49 020 585	
07.03.01	HABITACOES	10 879 035		
07.03.02	EDIFICIOS	12 442 932		
07.03.99	OUTRAS	25 698 618		
08.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES:			128 372 844
08.01.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES:		128 372 844	
08.01.01	PREMIOS, TAXAS POR GARANTIAS DE RISCO E DIFERENCAS DE CAMBIO	436 522		
08.01.02	PRODUTO DA VENDA DE VALORES DESAMOEDADOS	1 500		
08.01.99	OUTRAS	127 934 822		
	<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES RECEITAS DE CAPITAL</b>			<b>24 135 244 202</b>
09.00.00	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO:			51 776 074
09.01.00	TERRENOS:		11 830 515	
09.01.01	SOCIEDADES E QUASE SOC. NAO FINANCEIRAS	10 210 789		
09.01.09	INSTITUICOES S/FINS LUCRATIVOS	240 749		
09.01.10	FAMILIAS	1 378 977		
09.02.00	HABITACOES:		13 876 282	
09.02.01	SOCIEDADES E QUASE SOC. NAO FINANCEIRAS	1 491 477		
09.02.04	ADM. PUBLICAS - ADM. CENTRAL - SFA	300 000		
09.02.06	ADM. PUBLICAS - ADM. LOCAL - CONTINENTE	54 000		
09.02.10	FAMILIAS	12 030 805		
09.03.00	EDIFICIOS:		16 967 063	
09.03.01	SOCIEDADES E QUASE SOC. NAO FINANCEIRAS	14 310 245		
09.03.03	ADM. PUBLICAS - ADM. CENTRAL - ESTADO	100 000		
09.03.10	FAMILIAS	2 556 818		
09.04.00	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO:		9 102 214	
09.04.01	SOCIEDADES E QUASE SOC. NAO FINANCEIRAS	9 028 010		
09.04.04	ADM. PUBLICAS - ADM. CENTRAL - SFA	46 500		
09.04.10	FAMILIAS	27 704		
10.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL:			4 094 063 516
10.01.00	SOCIEDADES E QUASE SOC. NAO FINANCEIRAS:		479 123 012	
10.01.02	PRIVADAS	479 123 012		
10.02.00	SOCIEDADES FINANCEIRAS:		600 000	
10.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANCEIRAS	600 000		
10.03.00	ADMINISTRACAO CENTRAL:		2 401 172 885	
10.03.01	ESTADO	2 224 708 617		
10.03.06	ESTADO - PARTICIPACAO PORTUGUESA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	86 280 375		
10.03.08	SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS	76 359 514		
10.03.09	SFA - PARTICIPACAO PORTUGUESA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	12 091 054		
10.03.10	SFA - PARTICIPACAO COMUNITARIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	1 733 325		
10.04.00	ADMINISTRACAO REGIONAL:		15 445 245	
10.04.01	REGIAO AUTONOMA DOS ACORES	9 962 825		
10.04.02	REGIAO AUTONOMA DA MADEIRA	5 482 420		
10.05.00	ADMINISTRACAO LOCAL:		156 208	
10.05.01	CONTINENTE	156 208		
10.06.00	SEGURANCA SOCIAL:		43 440 384	
10.06.01	SISTEMA DE SOLIDARIEDADE E SEGURANCA SOCIAL	468 571		

Fonte: MF/DGO

**MAPA VI**  
**RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA**

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 4

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS	IMPORTÂNCIAS EM EUROS		
		POR ARTIGOS	POR GRUPOS	POR CAPÍTULOS
10.06.02	PARTICIPACAO PORTUGUESA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	27 972 769		
10.06.03	FINANCIAMENTO COMUNITARIO EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	14 968 104		
10.06.05	OUTRAS TRANSFERENCIAS	30 940		
10.07.00	INSTITUICOES S/FINS LUCRATIVOS:		1 269 466	
10.07.01	INSTITUICOES S/ FINS LUCRATIVOS	1 269 466		
10.08.00	FAMILIAS:		3 530 035	
10.08.01	FAMILIAS	3 530 035		
10.09.00	RESTO DO MUNDO:		1 149 326 281	
10.09.01	UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES	1 148 893 183		
10.09.03	UNIAO EUROPEIA - PAISES MEMBROS	209 538		
10.09.04	PAISES TERCEIROS E ORGANIZACOES INTERNACIONAIS	223 560		
11.00.00	ACTIVOS FINANCEIROS:			3 666 716 732
11.02.00	TITULOS A CURTO PRAZO:		2 718 715 468	
11.02.03	ADM. PUBLICAS - ADM. CENTRAL - ESTADO	2 718 715 468		
11.03.00	TITULOS A MEDIO E LONGO PRAZO:		457 342 450	
11.03.03	ADM. PUBLICAS - ADM. CENTRAL - ESTADO	448 242 450		
11.03.11	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA	9 100 000		
11.04.00	DERIVADOS FINANCEIROS:		65 819 748	
11.04.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	65 819 748		
11.05.00	EMPRESTIMOS A CURTO PRAZO:		845 000	
11.05.10	FAMILIAS	845 000		
11.06.00	EMPRESTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZO:		422 394 066	
11.06.01	SOCIEDADES E QUASE SOC. NAO FINANCEIRAS	388 533 190		
11.06.04	ADM. PUBLICAS - ADM. CENTRAL - SFA	1 000 000		
11.06.06	ADM. PUBLICAS - ADM. LOCAL - CONTINENTE	8 324 000		
11.06.07	ADM. PUBLICAS - ADM. LOCAL - REGIOES AUTONOMAS	250 000		
11.06.09	INSTITUICOES S/FINS LUCRATIVOS	3 538 300		
11.06.10	FAMILIAS	20 748 576		
11.09.00	UNIDADES DE PARTICIPACAO:		1 500 000	
11.09.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	1 500 000		
11.10.00	ALIENACAO DE PARTES SOCIAIS DE EMPRESAS:		100 000	
11.10.01	ALIENACAO DE PARTES SOCIAIS DE EMPRESAS	100 000		
12.00.00	PASSIVOS FINANCEIROS:			3 284 317 085
12.03.00	TITULOS A MEDIO E LONGO PRAZO:		97 282 000	
12.03.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	97 282 000		
12.05.00	EMPRESTIMOS A CURTO PRAZO:		401 000 000	
12.05.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	400 000 000		
12.05.04	ADM. PUBLICAS - ADM. CENTRAL - SFA	1 000 000		
12.06.00	EMPRESTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZO:		2 786 035 085	
12.06.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	54 705 935		
12.06.03	ADM. PUBLICAS - ADM. CENTRAL - ESTADO	2 535 586 905		
12.06.04	ADM. PUBLICAS - ADM. CENTRAL - SFA	1 000 000		
12.06.11	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA	194 742 245		
13.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL:			11 906 369
13.01.00	OUTRAS:		11 906 369	
13.01.01	INDEMNIZACOES	90 900		
13.01.02	ACTIVOS INCORPOREOS	9 636 000		
13.01.99	OUTRAS	2 179 469		
15.00.00	REPOSICOES NAO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS:			27 101 912
15.01.00	REPOSICOES NAO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS:		27 101 912	
15.01.01	REPOSICOES NAO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	27 101 912		
16.00.00	SALDO DA GERENCIA ANTERIOR			324 310 422
16.01.00	SALDO ORCAMENTAL		324 310 422	
16.01.01	NA POSSE DO SERVICO	250 161 425		
16.01.03	NA POSSE DO SERVICO - CONSIGNADO	74 148 997		
	<b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>			<b>11 460 192 110</b>
	<b>TOTAL GERAL</b>			<b>35 595 436 312</b>

Fonte: MF/DGO

**MAPA VII**  
**DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM**  
**ESPECIFICAÇÃO DAS DESPESAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO**

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 1

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIAS EM EUROS
<b>01 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO</b>	
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - ORÇAMENTO PRIVATIVO	83 502 649
COFRE PRIVATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS - AÇORES-ORÇAMENTO PRIVATIVO	420 130
COFRE PRIVATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS - SEDE - ORÇAMENTO PRIVATIVO	5 779 810
COFRE PRIVATIVO TRIBUNAL CONTAS - MADEIRA-ORÇAMENTO PRIVATIVO	507 725
CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA - ORÇAMENTO PRIVATIVO	5 549 920
ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL - ORÇAMENTO PRIVATIVO	3 984 172
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - ORÇAMENTO PRIVATIVO	16 464 118
SERVIÇO DO PROVIDOR DE JUSTIÇA - ORÇAMENTO PRIVATIVO	5 241 897
<b>02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS</b>	
ACIDI, IP - GESTOR DO PROGRAMA ESCOLHAS - ORÇ. PRIVATIVO	10 441 361
AGENCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P. - ORÇ. PRIVATIVO	32 282 269
CINEMATECA PORTUGUESA - MUSEU DO CINEMA, I.P.	4 155 922
FUNDO DE FOMENTO CULTURAL	24 417 915
FUNDO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL	399 825
GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL ESTRUTURAS COMUNS AO SIED E SIS - ORÇ. PRIVATIVO	11 370 948
INST DE GEST DO PATRIMONIO ARQUITECTÓNICO E ARQ, I.P.	14 492 478
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TROPICAL, I.P.	7 324 892
INSTITUTO DO CINEMA E DO AUDIOVISUAL, I.P.	11 336 588
INSTITUTO DO DESPORTO DE PORTUGAL- IP - ORÇ. PRIVATIVO	59 132 642
INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO, I.P.	17 214 972
OPART - ORGANISMO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA, EPE	15 889 417
RADIO E TELEVISAO DE PORTUGAL, SA	661 815 890
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANCA - ORÇ. PRIVATIVO	9 570 957
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS DE DEFESA - ORÇ. PRIVATIVO	6 616 205
TEATRO NACIONAL DE SAO JOAO, EPE	4 345 802
<b>03 - FINANÇAS</b>	
AGENCIA NACIONAL DE COMPRAS PUBLICAS, E.P.E	3 437 074
CAIXA-GERAL DE APOSENTAÇÕES I. P.	9 028 585 097
COMISSAO DO MERCADO DE VALORES MOBILIARIOS	22 860 860
FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO	158 870 286
FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO ADUANEIRO	11 420 000
FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO TRIBUTARIO	142 110 000
FUNDO DE GARANTIA AUTOMOVEL	144 470 054
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL	8 277 784
FUNDO DE REGULARIZAÇÃO DA DIVIDA PUBLICA	4 549 000 000
GERAP EMPRESA DE GESTAO PARTILHADA DE RECURSOS DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA, E.P.E	27 929 829

Fonte: MF/DGO

**MAPA VII**  
**DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM**  
**ESPECIFICAÇÃO DAS DESPESAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO**

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 2

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIAS EM EUROS
<b>03 - FINANÇAS</b>	
INSTITUTO DE GESTAO DA TESOURARIA E DO CRÉDITO PÚBLICO I.P.	30 837 009
INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL	17 589 696
INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO I. P.	7 371 133
PARUPS, S.A	92 875 000
PARVALOREM, S.A	243 976 000
SERVIÇOS SOCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	15 236 010
<b>04 - NEGÓCIOS ESTRANGEIROS</b>	
FUNDO PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, IP	22 000 000
INSTITUTO CAMOES, IP	32 404 635
<b>05 - DEFESA NACIONAL</b>	
ARSENAL DO ALFEITE, SA	26 785 762
INSTITUTO DE ACÇÃO SOCIAL DAS FORÇAS ARMADAS	46 381 438
INSTITUTO HIDROGRÁFICO	8 936 516
LABORATÓRIO MILITAR DE PRODUTOS QUIMICOS E FARMACÉUTICOS	24 869 512
MANUTENÇÃO MILITAR	42 119 355
OFICINAS GERAIS DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTO	18 146 059
OFICINAS GERAIS DE MATERIAL DE ENGENHARIA	5 452 574
<b>06 - ADMINISTRAÇÃO INTERNA</b>	
AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL	127 071 232
COFRE DE PREVIDÊNCIA DA P.S.P.	948 693
EMPRESA DE MEIOS AEREOS, SA	44 270 525
SERVIÇOS SOCIAIS DA G.N.R.	17 122 107
SERVIÇOS SOCIAIS DA P.S.P.	6 813 046
<b>07 - JUSTIÇA</b>	
INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA E DE INFRA-ESTRUTURAS DA JUSTIÇA, I.P.	515 549 988
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL, I.P.	17 414 022
INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL, I.P.	25 802 204
<b>08 - ECONOMIA E DO EMPREGO</b>	
AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA-IP	8 221 447
AUTORIDADE METROPOLITANA DE TRANSPORTES DE LISBOA	1 947 002
AUTORIDADE METROPOLITANA DE TRANSPORTES DO PORTO	1 296 446
AUTORIDADE NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES - ICP	50 541 718
CENTRO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA (CEFPI)	3 964 988
CENTRO DE FORM. PROF. DOS TRAB. DE ESCRITORIO, COM., SERV. E NOVAS TECNOLOGIAS	2 215 158

**MAPA VII**  
**DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM**  
**ESPECIFICAÇÃO DAS DESPESAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO**

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 3

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIAS EM EUROS
<b>08 - ECONOMIA E DO EMPREGO</b>	
CENTRO DE FORMAÇÃO E DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	3 974 512
CENTRO DE FORMAÇÃO PROF. DA INDUST. DE CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS DO SUL	6 128 612
CENTRO DE FORMAÇÃO PROF. P/ SECTOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS DO NORTE	6 486 637
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA DE CALÇADO	4 742 429
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA DE CORTIÇA	1 564 993
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA DE FUNDIÇÃO	1 494 592
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA DE OURIVESARIA E RELOJOARIA	1 808 075
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA ELECTRONICA	4 743 985
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA METALURGICA E METALOMECANICA	13 620 044
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA TEXTIL, VEST., CONF. E LANIFICIOS	8 049 691
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA REPARAÇÃO AUTOMOVEL	3 408 232
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS INDUSTRIAS DA MADEIRA E MOBILIARIO	1 645 704
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS PESCAS E DO MAR	5 568 641
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ARTESANATO	2 458 106
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA A INDUSTRIA DE CERAMICA	2 946 823
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O COMERCIO E AFINS	3 089 159
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O SECTOR ALIMENTAR	4 650 595
CENTRO DE FORMAÇÃO SINDICAL E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL	3 938 542
CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA	5 004 114
CENTRO PROTOCOLAR DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA JORNALISTAS	1 002 840
CENTRO PROTOCOLAR DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O SECTOR DA JUSTIÇA	2 759 983
ENATUR - EMPRESA NACIONAL DE TURISMO, S.A.	16 733 573
ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS IP	8 249 137
ESTRADAS DE PORTUGAL, S.A.	1 804 577 150
FCM - FUNDAÇÃO PARA AS COMUNICAÇÕES MOVEIS	2 787 584
INSTITUTO DA CONSTRUÇÃO E DO IMOBILIÁRIO	10 520 577
INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES TERRESTRES	58 721 336
INSTITUTO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E A INOVAÇÃO IP	426 523 225
INSTITUTO DE INFRA-ESTRUTURAS RODOVIARIAS	5 890 212
INSTITUTO DE TURISMO DE PORTUGAL IP	230 016 232
INSTITUTO DO EMPREGO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL IP	917 775 083
INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP	13 852 300
INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	56 495 394
INSTITUTO PORTUARIO E DOS TRANSPORTES MARITIMOS	48 030 502
INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE IP	6 558 403
INSTITUTO PORTUGUÊS DE ACREDITAÇÃO IP	4 340 915
LABORATORIO NACIONAL DE ENERGIA E GEOLOGIA IP	23 459 276

**MAPA VII**  
**DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM**  
**ESPECIFICAÇÃO DAS DESPESAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO**

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 4

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIAS EM EUROS
<b>08 - ECONOMIA E DO EMPREGO</b>	
LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL	30 112 820
METRO DO PORTO, S.A.	398 925 129
METROPOLITANO DE LISBOA, S.A.	854 043 368
REDE FERROVIARIA NACIONAL - REFER, EPE	955 795 474
SIEV - SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO ELECTRONICA DE VEICULOS, S.A.	1 363 346
<b>09 - AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO</b>	
ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO ALENTEJO	3 743 095
ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO ALGARVE	5 080 978
ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO CENTRO	11 875 840
ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO NORTE	7 297 104
ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO TEJO	15 198 870
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO	7 273 190
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO	6 605 718
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE	4 845 964
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO	10 403 563
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE	24 756 641
COSTA POLIS SOC PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROG POLIS NA COSTA DA CAPARICA, SA	2 876 750
ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DAS ÁGUAS E DOS RESIDUOS	7 411 581
FUNDO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL	1 000 000
FUNDO DE PROTECÇÃO DOS RECURSOS HIDRICOS	16 955 742
FUNDO PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE	1 092 219
FUNDO PORTUGUES DE CARBONO	58 047 000
INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE	21 438 770
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	239 711 004
INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO, I.P.	11 832 172
INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS, I.P.	1 038 053 903
INSTITUTO DOS VINHOS DO DOURO E DO PORTO, I.P.	9 610 981
INSTITUTO NACIONAL DE RECURSOS BIOLÓGICOS, I.P.	40 882 757
POLIS LITORAL NORTE, SA	34 831 285
POLIS LITORAL RIA DE AVEIRO, SA	44 917 012
POLIS LITORAL RIA FORMOSA, SA	35 313 452
POLIS LITORAL SUDOESTE-SOC. PARA A REQ. E VALOR DO SUD ALENTEJANO E C VICENTINA	17 321 178
TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CENTRO TURISTICO, CINEGETICO E DE EDUC AMB., CIRPL	765 900
VIANAPOLIS, SOC. PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROG POLIS EM VIANA DO CASTELO, SA	1 648 050
<b>10 - SAUDE</b>	
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAUDE, I.P.	4 121 560 929

**MAPA VII**  
**DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM**  
**ESPECIFICAÇÃO DAS DESPESAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO**

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 5

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIAS EM EUROS
<b>10 - SAUDE</b>	
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.	1 324 711 359
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DO ALENTEJO, I.P.	151 668 317
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DO ALGARVE, I.P.	146 088 580
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P.	573 478 707
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DO NORTE, I.P.	1 198 819 708
CENTRO DE HISTOCOMPATIBILIDADE DO CENTRO	2 100 240
CENTRO DE HISTOCOMPATIBILIDADE DO NORTE	3 719 409
CENTRO DE HISTOCOMPATIBILIDADE DO SUL	6 436 737
CENTRO HOSPITALAR DE TORRES VEDRAS	29 037 402
CENTRO HOSPITALAR DO OESTE NORTE	40 822 436
CENTRO HOSPITALAR PSQUIATRICO DE LISBOA	28 870 603
CENTRO MEDICO DE REABIL. DA REG. CENTRO - ROVISCO PAIS	7 446 602
ENTIDADE REGULADORA DA SAUDE - ORÇ.PRIV.	3 649 868
HOSPITAL ARCEBISPO JOAO CRISOSTOMO - CANTANHEDE	4 356 190
HOSPITAL DR. FRANCISCO ZAGALO - OVAR	7 733 492
HOSPITAL JOSE LUCIANO DE CASTRO - ANADIA	4 321 680
INFARMED - AUTORIDADE NAC. DO MEDICAMENTO E PROD. DE SAUDE, I.P.	35 853 583
INSTITUTO NACIONAL DE EMERGENCIA MEDICA, I.P.	83 298 241
INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DR. RICARDO JORGE I.P.	30 850 670
INSTITUTO OFTALMOLOGICO DR. GAMA PINTO	6 559 940
INSTITUTO PORTUGUES DE SANGUE	73 614 524
MATERNIDADE DR. ALFREDO DA COSTA	22 482 221
SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTERIO DA SAUDE	2 878 659
<b>11 - EDUCAÇÃO E CIÊNCIA</b>	
AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO, I.P	9 248 861
EDITORIAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	4 102 525
ESCOLA PORTUGUESA DE DILI	3 397 180
ESCOLA PORTUGUESA DE MOÇAMBIQUE	4 480 309
ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA	10 017 344
ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE LISBOA	9 736 004
ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DO PORTO	7 157 573
ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL	5 552 425
ESCOLA SUPERIOR NÁUTICA INFANTE D.HENRIQUE	3 700 848
ESTÁDIO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA	5 105 525
FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA, I.P.	394 575 542
GABINETE DE GESTÃO FINANCEIRA	159 361 331
INSTITUTO DE METEOROLOGIA, I.P.	14 277 483

**MAPA VII**  
**DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM**  
**ESPECIFICAÇÃO DAS DESPESAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO**

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 6

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIAS EM EUROS
<b>11 - EDUCAÇÃO E CIÊNCIA</b>	
INSTITUTO POLITÉCNICO BRAGANCA	25 633 126
INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA	12 087 555
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA	15 619 541
INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO	19 647 737
INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA	33 758 470
INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA	42 366 505
INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA	33 393 721
INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE	13 504 392
INSTITUTO POLITECNICO DE SANTARÉM	18 612 277
INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETUBAL	23 778 095
INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR	12 819 162
INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO	19 493 601
INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU	22 755 138
INSTITUTO POLITÉCNICO DO CAVADO E DO AVE	7 319 238
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO	44 473 869
INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DE LISBOA	21 902 357
INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DO PORTO	19 553 824
INSTITUTO TECNOLÓGICO E NUCLEAR, I.P.	9 507 580
ISCTE - INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA - FUNDAÇÃO PÚBLICA	28 057 515
PARQUE ESCOLAR - E.P.E.	508 859 422
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA	1 279 091
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA	680 923
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANCA	1 521 764
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO	1 056 698
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA	1 137 476
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA	3 917 424
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA	1 964 915
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE	1 075 946
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTAREM	861 051
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL	876 632
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR	746 661
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO	1 543 402
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU	1 422 892
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE	412 595
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO	2 009 006
SAS - UNIVERSIDADE BEIRA INTERIOR	2 724 537
SAS - UNIVERSIDADE DA MADEIRA	1 369 820
SAS - UNIVERSIDADE DE COIMBRA	10 142 742



**MAPA VII**  
**DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM**  
**ESPECIFICAÇÃO DAS DESPESAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO**

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 7

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIAS EM EUROS
<b>11 - EDUCAÇÃO E CIÊNCIA</b>	
SAS - UNIVERSIDADE DE ÉVORA	2 110 418
SAS - UNIVERSIDADE DE LISBOA	5 547 011
SAS - UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO	3 029 603
SAS - UNIVERSIDADE DO ALGARVE	2 569 035
SAS - UNIVERSIDADE DO MINHO	7 686 648
SAS - UNIVERSIDADE DOS AÇORES	1 442 245
SAS - UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	3 748 934
SAS - UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA	5 021 729
UL - CENTRO DE RECURSOS COMUNS E SERVIÇOS PARTILHADOS	2 945 081
UL - FACULDADE DE BELAS-ARTES	5 199 640
UL - FACULDADE DE CIÊNCIAS	28 369 388
UL - FACULDADE DE DIREITO	7 914 291
UL - FACULDADE DE FARMÁCIA	10 491 073
UL - FACULDADE DE LETRAS	14 453 857
UL - FACULDADE DE MEDICINA	15 240 844
UL - FACULDADE DE MEDICINA DENTÁRIA	6 387 701
UL - FACULDADE DE PSICOLOGIA	4 054 823
UL - INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	4 763 281
UL - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO	4 012 037
UL - INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	3 081 500
UL - REITORIA	22 805 011
UMIC - AGÊNCIA PARA A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO, I.P.	3 501 088
UNIVERSIDADE ABERTA	15 261 133
UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR	33 913 516
UNIVERSIDADE DA MADEIRA	14 503 324
UNIVERSIDADE DE AVEIRO - FUNDAÇÃO PÚBLICA	99 799 995
UNIVERSIDADE DE COIMBRA	124 296 298
UNIVERSIDADE DE ÉVORA	46 810 727
UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO	38 593 865
UNIVERSIDADE DO ALGARVE	48 681 571
UNIVERSIDADE DO MINHO	86 512 680
UNIVERSIDADE DO PORTO - FUNDAÇÃO PÚBLICA	217 719 488
UNIVERSIDADE DOS AÇORES	22 205 996
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	6 245 980
UNL - ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA	2 445 863
UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA	38 297 212
UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS	10 974 705
UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	20 143 027

**MAPA VII**  
**DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM**  
**ESPECIFICAÇÃO DAS DESPESAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO**

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 8

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIAS EM EUROS
<b>11 - EDUCAÇÃO E CIÊNCIA</b>	
UNL - FACULDADE DE DIREITO	2 114 824
UNL - FACULDADE DE ECONOMIA	8 962 365
UNL - INSTITUTO DE TECNOLOGIA QUIMICA E BIOLOGICA	10 846 878
UNL - INSTITUTO HIGIENE E MEDICINA TROPICAL	5 324 749
UNL - INSTITUTO SUPERIOR ESTATISTICA E GESTÃO DE INFORMAÇÃO	2 394 465
UTL - FACULDADE DE ARQUITECTURA	8 527 232
UTL - FACULDADE DE MEDICINA VETERINARIA	7 285 568
UTL - FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA	7 408 685
UTL - INSTITUTO SUPERIOR CIÊNCIAS SOCIAIS POLITICAS	7 577 225
UTL - INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA	15 934 284
UTL - INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO	15 049 387
UTL - INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO	85 541 605
UTL - REITORIA	6 195 402
<b>12 - SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL</b>	
CASA PIA DE LISBOA, IP	37 519 917
INSTITUTO DE GESTÃO DO FUNDO SOCIAL EUROPEU, IP.-FUNC.	30 139 935
SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA, IP	223 842 885
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>35 186 432 598</b>

## MAPA VIII

## DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 1

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIAS EM EUROS	
		POR SUBFUNÇÕES	POR FUNÇÕES
<b>1</b>	<b>FUNÇÕES GERAIS DE SOBERANIA</b>		<b>1 723 189 688</b>
1.01	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	878 828 694	
1.02	DEFESA NACIONAL	99 524 016	
1.03	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	744 836 978	
<b>2</b>	<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>		<b>21 009 826 281</b>
2.01	EDUCAÇÃO	2 342 440 631	
2.02	SAÚDE	7 910 360 097	
2.03	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	9 376 449 193	
2.04	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	559 919 774	
2.05	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	820 656 586	
<b>3</b>	<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>		<b>7 904 416 629</b>
3.01	AGRICULTURA E PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	1 108 045 006	
3.02	INDÚSTRIA E ENERGIA	35 034 899	
3.03	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	4 263 443 256	
3.04	COMÉRCIO E TURISMO	246 749 805	
3.05	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	2 251 143 663	
<b>4</b>	<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>		<b>4 549 000 000</b>
4.01	OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA	4 549 000 000	
	<b>TOTAL GERAL</b>		<b>35 186 432 598</b>

## MAPA IX

## DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 1

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO DAS DESPESAS	IMPORTÂNCIAS EM EUROS	
		POR SUBAGRUPAMENTOS	POR AGRUPAMENTOS
	<b>DESPESAS CORRENTES</b>		
01.00	DESPESAS COM O PESSOAL		3 282 058 190
02.00	AQUISICAO DE BENS E SERVICOS CORRENTES		8 492 695 856
03.00	JUROS E OUTROS ENCARGOS		1 146 978 098
04.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES		
04.03	ADMINISTRACAO CENTRAL	652 327 275	
04.04	ADMINISTRACAO REGIONAL	2 324 816	
04.05	ADMINISTRACAO LOCAL	34 159 141	
04.06	SEGURANCA SOCIAL	160 754 600	
04.01 E			
04.02 E	OUTROS SECTORES	8 930 487 271	9 780 053 103
04.07 A			
04.09			
05.00	SUBSIDIOS		649 375 696
06.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		542 975 832
	<b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES</b>		<b>23 894 136 775</b>
	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		
07.00	AQUISICAO DE BENS DE CAPITAL		2 248 433 956
08.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL		
08.03	ADMINISTRACAO CENTRAL	106 831 294	
08.04	ADMINISTRACAO REGIONAL	6 473 131	
08.05	ADMINISTRACAO LOCAL	48 708 462	
08.06	SEGURANCA SOCIAL		
08.01 E			
08.02 E	OUTROS SECTORES	687 643 065	849 655 952
08.07 A			
08.09			
09.00	ACTIVOS FINANCEIROS		4 528 279 407
10.00	PASSIVOS FINANCEIROS		3 645 980 795
11.00	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		19 945 713
	<b>TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>11 292 295 823</b>
	<b>TOTAL GERAL</b>		<b>35 186 432 598</b>

## Orçamento da Segurança Social - 2012

## Mapa X

## Recargas da Segurança Social por Classificação Económica

Capítulo	Grupo	Artigo	Designação	OSS 2012
			<b>Recargas Correntes</b>	<b>23.510.443.514,00</b>
<b>02</b>			<b>Impostos Indirectos</b>	<b>948.766.170,00</b>
	01		Sobre o consumo	948.766.170,00
		02	Imposto sobre o valor Acrescentado	948.766.170,00
<b>03</b>			<b>Contribuições para a Segurança Social</b>	<b>13.774.582.066,00</b>
	01		Subsistema Previdencial	13.766.897.066,00
	02		Regimes complementares e especiais	7.685.000,00
<b>04</b>			<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>96.808.270,00</b>
	01		Taxas	8.390.319,00
	02		Multas e outras penalidades	88.417.951,00
		01	Juros de mora	
		02	Juros compensatórios	
		04	Coimas e penalidades por contra ordenações	
		99	Multas e penalidades diversas	
<b>05</b>			<b>Rendimentos da propriedade</b>	<b>484.440.245,00</b>
	01		Juros - Soc. e quase soc. não financeiras	1.000,00
	02		Juros - Sociedades Financeiras	114.469.837,00
	03		Juros - Administração Pública	276.144.611,00
	04		Juros - Instituições sem fins lucrativos	11.000,00
	05		Juros - Famílias	
	06		Juros - Resto do mundo	35.669.534,00
	07		Dividendos e partic. nos lucros de soc. e quase soc. não financeiras	45.998.294,00
	08		Dividendos e particip. nos lucros de soc. financeiras	8.434.043,00
	10		Rendas	3.711.926,00
<b>06</b>			<b>Transferências Correntes</b>	<b>8.181.761.443,00</b>
	01		Sociedades e quase sociedade não financeiras	602.000,00
	03		Administração Central	<b>6.658.380.608,00</b>
		01	Estado	
		02	Estado-Subsistema de Solidariedade	4.411.631.178,00
		03	Estado-Subsistema de Acção Social	1.252.772.877,00
		04	Estado - Subsistema de Protecção Familiar	401.633.109,00
		06	Estado-Participação Comunitária em Projectos Cofinanciados	0,00
		07	SFA	97.840,00
		08	SFA - Subsistema de Acção Social	126.400.000,00
		09	SFA - Sistema Previdencial	18.144.600,00
		11	SFA - Participação Comunitária em Projectos Cofinanciados	9.011.348,00
		12	SFA-Sub.Solidariedade	10.000,00
		13	Estado - Sistema Previdencial	438.679.656,00
	07		Instituições sem fins lucrativos	151.510.000,00
		01	Instituições sem fins lucrativos	
	09		Resto do mundo	1.371.268.835,00
<b>07</b>			<b>Vendas de bens e serviços correntes</b>	<b>12.913.351,00</b>
	01		Vendas de bens	32.848,00

## Orçamento da Segurança Social - 2012

## Mapa X

## Recargas da Segurança Social por Classificação Económica

Capítulo	Grupo	Artigo	Designação	OSS 2012
08	02		Serviços	12.880.503,00
			<b>Outras Recargas Correntes</b>	<b>11.171.969,00</b>
	01		Outras	11.171.969,00
			<b>Recargas Capital</b>	<b>12.888.658.582,00</b>
09			<b>Venda de bens de investimento</b>	<b>20.001.100,00</b>
10			<b>Transferências de capital</b>	<b>6.298.942,00</b>
	03		Administração Central	6.244.754,00
		03	Estado - Subsistema de Acção Social	6.244.744,00
		06	Estado - Participação Portuguesa em Projectos Cofinanciados	0,00
		08	SFA	
		10	SFA - Participação Comunitária em Projectos Cofinanciados	10,00
	04		Administração Regional	
		02	Região Autónoma da Madeira	
	09		Resto do Mundo	54.188,00
		01	União Europeia - Instituições	
11			<b>Activos Financeiros</b>	<b>12.602.346.120,00</b>
	01		Depósitos, certificados de depósito e poupança	980.472,00
		02	Sociedades financeiras	980.472,00
	02		<b>Títulos a curto prazo</b>	<b>1.860.865.958,00</b>
		01	Sociedades e quase sociedades não financeiras	208.022.335,00
		02	Sociedades financeiras	500.000,00
		03	Administração Pública - Administração Central - Estado	1.518.858.827,00
		04	Administração Pública - Administração Central - SFA	500.000,00
		11	Resto do Mundo - União Europeia	14.642.327,00
		12	Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	118.342.469,00
	03		<b>Títulos a médio e longo prazo</b>	<b>3.722.731.916,00</b>
		01	Sociedades e quase sociedades não financeiras	500.000,00
		02	Sociedades financeiras	500.000,00
		03	Administração Pública - Administração Central - Estado	1.484.930.250,00
		06	Administração Pública - Administração Local - Continente	500.000,00
		07	Administração Pública - Administração Local - Regiões Autónomas	500.000,00
		11	Resto do Mundo - União Europeia	1.556.586.710,00
		12	Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	679.214.956,00
	04		<b>Derivados financeiros</b>	<b>1.970.858.073,00</b>
		01	Sociedades e quase sociedades não financeiras	500.000,00
		02	Sociedades financeiras	500.000,00
		11	Resto do Mundo - União Europeia	645.249.095,00
		12	Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	1.324.608.978,00
	06		Empréstimos a médio e longo prazo	0,00
		09	Instituições sem fins lucrativos	0,00
		10	Famílias	
	08		<b>Acções e outras participações</b>	<b>1.231.786.297,00</b>
		01	Sociedades e quase sociedades não financeiras	500.000,00
		02	Sociedades financeiras	500.000,00

## Orçamento da Segurança Social - 2012

## Mapa X

## Recargas da Segurança Social por Classificação Económica

Capítulo	Grupo	Artigo	Designação	OSS 2012
		11	Resto do Mundo - União Europeia	217.916.638,00
		12	Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	1.012.869.659,00
	09		Unidades de participação	<b>3.158.170.715,00</b>
		02	Sociedades financeiras	500.000,00
		11	Resto do Mundo - União Europeia	3.157.170.715,00
		12	Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	500.000,00
	11		Outros activos financeiros	<b>656.952.689,00</b>
		01	Sociedades e quase sociedades não financeiras	164.238.173,00
		02	Sociedades financeiras	164.238.173,00
		11	Resto do Mundo - União Europeia	164.238.172,00
		12	Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	164.238.171,00
12			<b>Passivos Financeiros</b>	<b>260.000.000,00</b>
	05		Empréstimos a curto prazo	<b>260.000.000,00</b>
		02	Sociedades financeiras	260.000.000,00
13			<b>Outras receitas de capital</b>	<b>12.420,00</b>
	01		Outras	12.420,00
			<b>Outras Recargas</b>	<b>942.670.469,00</b>
15			<b>Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	<b>263.730.784,00</b>
	01		Reposições não abatidas nos pagamentos	263.730.784,00
16			<b>Saldo do Ano Anterior</b>	<b>678.939.685,00</b>
	01		Saldo orçamental	678.939.685,00
			<b>TOTAL</b>	<b>37.341.772.565,00</b>
			<b>Total de Transferências</b>	<b>10.000.000,00</b>

**Orçamento da Segurança Social - 2012****Mapa XI****Despesas da Segurança Social por Classificação Funcional**

<b>Designação</b>	<b>OSS 2012</b>
Segurança Social	<b>34.327.175.909,00</b>
Prestações Sociais	20.938.689.426,00
Capitalização	13.388.486.483,00
Formação Profissional e Polít. Activ. Emprego	<b>2.404.782.987,00</b>
Políticas Activas de Emprego	532.423.767,00
Formação Profissional	1.872.359.220,00
Administração	<b>361.986.640,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>37.093.945.536,00</b>



## Orçamento da Segurança Social - 2012

## Mapa XII

## Despesas da Segurança Social por Classificação Económica

Euro

Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Designação	OSS 2012
			<b>Despesas Correntes</b>	<b>23.318.020.244,00</b>
<b>01</b>			<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>294.739.351,00</b>
<b>02</b>			<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>104.929.642,00</b>
<b>03</b>			<b>Juros e outros encargos</b>	<b>7.444.616,00</b>
<b>04</b>			<b>Transferências Correntes</b>	<b>22.284.929.012,00</b>
	01		Sociedades e quase Soc. Não Finan.	8.902.687,00
	03		Administração Central	<b>1.466.668.041,00</b>
		01	Estado	255.894.608,00
		02	Estado - Subsistema de Acção social	49.500.000,00
		05	Serviços e Fundos Autonomos	0,00
		06	SFA - Subsistema de Acção Social	38.000.000,00
		07	SFA - Sistema Previdencial	1.123.113.993,00
		08	SFA - Participação Por. Projectos Cofinanciados	159.440,00
	04		Administração Regional	<b>106.781.713,00</b>
		01	Região Autónoma dos Açores	67.250.034,00
		02	Região Autónoma dos Madeira	39.531.679,00
	05		Administração Local	16.600.952,00
	07		Instituições sem fins lucrativos	1.580.700.865,00
	08		Famílias	19.098.962.149,00
	09		Resto do Mundo	6.312.605,00
<b>05</b>			<b>Subsídios</b>	<b>615.324.700,00</b>
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras	230.077.807,00
	02		Sociedades financeiras	566.711,00
	07		Instituições sem fins lucrativos	384.169.127,00
	08		Famílias	511.055,00
<b>06</b>			<b>Outras despesas correntes</b>	<b>10.652.923,00</b>
	02		Diversas	10.652.923,00
			<b>Despesas Capital</b>	<b>13.775.925.292,00</b>
<b>07</b>			<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>27.786.628,00</b>
	01		Investimentos	27.786.628,00
<b>08</b>			<b>Transferências de capital</b>	<b>99.478.181,00</b>
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras	3.908.853,00
	03		Administração Central	0,00
	04		Administração Regional	0,00
	07		Instituições sem fins lucrativos	95.139.328,00
	09		Resto do Mundo	430.000,00
<b>09</b>			<b>Activos financeiros</b>	<b>13.388.660.483,00</b>
	02		Titulos a curto prazo	<b>1.896.656.068,00</b>
		01	Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas	199.417.926,00
		03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	509.480,00

## Orçamento da Segurança Social - 2012

## Mapa XII

## Despesas da Segurança Social por Classificação Económica

Euro

Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Designação	OSS 2012
		05	Administração pública central - Estado	1.616.663.268,00
		14	Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	8.510.220,00
		15	Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	4.669.225,00
		16	Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais	66.885.949,00
	03		Titulos a médio e longo prazo	<b>3.793.312.137,00</b>
		01	Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas	509.480,00
		03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	509.480,00
		05	Administração Pública Central - Estado	2.035.341.834,00
		08	Administração Pública Local - Continente	509.480,00
		09	Administração Pública Local - Regiões Autónomas	509.480,00
		14	Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	19.888.174,00
		15	Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	1.207.000.714,00
		16	Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais	529.043.495,00
	04		Derivados financeiros	<b>2.008.224.072,00</b>
		01	Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas	502.056.018,00
		03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	502.056.018,00
		15	Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	502.056.018,00
		16	Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais	502.056.018,00
	07		Acções e outras participações	<b>1.255.622.047,00</b>
		01	Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas	991.480,00
		03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	509.480,00
		04	Sociedades financeiras - Companhias de seguros fundos de pensões	509.480,00
		14	Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	264.911.346,00
		16	Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais	988.700.261,00
	08		Unidades de participação	<b>3.765.438.137,00</b>
		03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	527.480,00
		14	Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	2.729.584.775,00
		16	Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	1.035.325.882,00
	09		Outros activos financeiros	<b>669.408.022,00</b>
		01	Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas	167.352.006,00
		03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	167.352.006,00
		15	Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	167.352.006,00
		16	Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais	167.352.004,00
<b>10</b>			<b>Passivos Financeiros</b>	<b>260.000.000,00</b>
	05		Empréstimos de curto prazo	<b>260.000.000,00</b>
		03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	260.000.000,00
			<b>TOTAL</b>	<b>37.093.945.536,00</b>
			<b>TOTAL TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>10.000.000,00</b>

**Orçamento da Segurança Social - 2012**  
**Mapa XIII**

**Receitas do Sistema de de Protecção Social de Cidadania - Subsistema de Solidariedade**

Capítulo	Grupo	Artigo	Designação	OSS 2012
			<b>Receitas Correntes</b>	<b>4.412.491.928,00</b>
<b>04</b>			<b>Taxas multas e Outras penalidades</b>	<b>13.500,00</b>
	02		Multas e outras penalidades	13.500,00
<b>06</b>			<b>Transferências Correntes</b>	<b>4.411.641.178,00</b>
	03		Administração central	<b>4.411.641.178,00</b>
		02	Estado-Subsistema de Solidariedade	4.411.631.178,00
		12	SFA-Sub.Solidariedade	10.000,00
	06		Segurança Social	0,00
<b>07</b>			<b>Venda de Bens e Serviços Correntes</b>	<b>0,00</b>
	01		Venda de Bens	0,00
	02		Serviços	0,00
<b>08</b>			<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>837.250,00</b>
	01		Outras	837.250,00
			<b>Outras Receitas</b>	<b>27.036.980,00</b>
<b>15</b>			<b>Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	<b>27.036.980,00</b>
	01		Reposições não abatidas nos pagamentos	27.036.980,00
<b>16</b>			<b>Saldo de gerência do ano anterior</b>	<b>0,00</b>
	01		Saldo Orçamental	0,00
			<b>TOTAL</b>	<b>4.439.528.908,00</b>

**Orçamento da Segurança Social - 2012**  
**Mapa XIII**

**Receitas do Sistema de Protecção Social de Cidadania - Subsistema de Protecção Familiar**

Capítulo	Grupo	Artigo	Designação	OSS 2012
			<b>Receitas Correntes</b>	<b>1.124.034.679,00</b>
<b>02</b>			<b>Impostos Indirectos</b>	<b>718.766.170,00</b>
	01		Sobre o consumo	718.766.170,00
		02	Imposto sobre o valor Acrescentado	718.766.170,00
<b>04</b>			<b>Taxas multas e Outras penalidades</b>	<b>25.000,00</b>
	01		Taxas	0,00
	02		Multas e outras penalidades	25.000,00
<b>06</b>			<b>Transferências Correntes</b>	<b>401.730.949,00</b>
	03		Administração central	<b>401.730.949,00</b>
		04	Estado - Subsistema de Protecção Familiar	401.633.109,00
		07	SFA	97.840,00
	06		Segurança Social	
<b>07</b>			<b>Venda de Bens e Serviços Correntes</b>	<b>0,00</b>
	01		Venda de bens	0,00
	02		Serviços	0,00
<b>08</b>			<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>3.512.560,00</b>
	01		Outras	3.512.560,00
			<b>Outras Receitas</b>	<b>60.032.473,00</b>
<b>15</b>			<b>Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	<b>60.032.473,00</b>
	01		Reposições não abatidas nos pagamentos	60.032.473,00
<b>16</b>			<b>Saldo de gerência do ano anterior</b>	<b>0,00</b>
	01		Saldo orçamental	0,00
			<b>TOTAL</b>	<b>1.184.067.152,00</b>

## Orçamento da Segurança Social - 2012

## Mapa XIII

## Receitas do Sistema de de Protecção Social de Cidadania - Subsistema de Acção Social

Capítulo	Grupo	Artigo	Designação	OSS 2012
			<b>Receitas Correntes</b>	<b>1.778.618.154,00</b>
<b>02</b>			<b>Impostos Indirectos</b>	<b>230.000.000,00</b>
	01		Sobre o consumo	230.000.000,00
		02	Imposto sobre o valor Acrescentado	230.000.000,00
<b>04</b>			<b>Taxas multas e Outras penalidades</b>	<b>90.840,00</b>
	01		Taxas	150,00
	02		Multas e outras penalidades	90.690,00
<b>05</b>			<b>Rendimentos da propriedade</b>	<b>3.270.324,00</b>
	02		Juros - Sociedades financeiras	3.270.324,00
<b>06</b>			<b>Transferências Correntes</b>	<b>1.537.819.225,00</b>
	03		Administração central	<b>1.386.184.225,00</b>
		03	Estado-Subsistema de Acção Social	1.252.772.877,00
		05	Estado-Participação Portuguesa em Projectos Cofinanciados	0,00
		06	Estado-Participação Comunitária em Projectos Cofinanciados	0,00
		08	SFA - Subsistema de Acção Social	126.400.000,00
		11	SFA - Participação Comunitária em Projectos Cofinanciados	7.011.348,00
	06		Segurança Social	0,00
	07		Instituições sem fins lucrativos	151.510.000,00
		01	Instituições sem fins lucrativos	151.510.000,00
	09		Resto do Mundo	125.000,00
<b>07</b>			<b>Vendas de bens e serviços correntes</b>	<b>7.311.303,00</b>
	01		Venda de bens	7.152,00
	02		Serviços	7.304.151,00
<b>08</b>			<b>Outras receitas correntes</b>	<b>126.462,00</b>
	01		Outras	126.462,00
			<b>Receitas Capital</b>	<b>6.299.042,00</b>
<b>10</b>			<b>Transferências de capital</b>	<b>6.298.932,00</b>
	03		Administração Central	6.244.744,00
		03	Estado - Subsistema de Acção Social	6.244.744,00
		06	Estado - Participação Portuguesa em Projectos Cofinanciados	0,00
		10	SFA - Participação Comunitária em Projectos Cofinanciados	0,00
	04		Administração Regional	0,00
		02	Região Autónoma da Madeira	0,00
	09		Resto do Mundo	54.188,00
		01	União Europeia - Instituições	0,00
<b>11</b>			<b>Activos financeiros</b>	<b>0,00</b>
	06		Empréstimos a médio e longo prazo	0,00
		09	Instituições sem fins lucrativos	0,00
<b>13</b>			<b>Outras receitas de capital</b>	<b>110,00</b>
	01		Outras	110,00
			<b>Outras Receitas</b>	<b>149.352.666,00</b>
<b>15</b>			<b>Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	<b>12.368.383,00</b>
	01		Reposições não abatidas nos pagamentos	12.368.383,00
<b>16</b>			<b>Saldo de gerência do ano anterior</b>	<b>136.984.283,00</b>
	01		Saldo orçamental	136.984.283,00
			<b>TOTAL</b>	<b>1.934.269.862,00</b>

**Orçamento da Segurança Social - 2012**  
**Mapa XIII**

**Receitas do Sistema Previdencial - Repartição**

Capítulo	Grupo	Artigo	Designação	OSS 2012
			<b>Receitas Correntes</b>	<b>15.823.140.900,00</b>
<b>03</b>			<b>Contribuições para a Segurança Social</b>	<b>13.774.582.066,00</b>
	01		Subsistema Previdencial	13.766.897.066,00
	02		Regimes Complementares e Especiais	7.685.000,00
<b>04</b>			<b>Taxas multas e Outras penalidades</b>	<b>96.678.930,00</b>
	01		Taxas	8.390.169,00
	02		Multas e outras penalidades	88.288.761,00
<b>05</b>			<b>Rendimentos da propriedade</b>	<b>109.066.068,00</b>
	01		Juros - Soc. e quase soc. não financeiras	0,00
	02		Juros - Sociedades Financeiras	105.694.733,00
	03		Juros - Administração Pública	8.890,00
	04		Juros - Instituições sem fins lucrativos	11.000,00
	05		Juros - Famílias	
	06		Juros - Resto do mundo	
	07		Dividendos e participações nos lucros de socied. e quase socied. não financeiras	10,00
	08		Dividendos e participações nos lucros de sociedades financeiras	
	10		Rendas	3.351.435,00
<b>06</b>			<b>Transferências Correntes</b>	<b>1.830.570.091,00</b>
	01		Sociedades e quase sociedade não financeiras	602.000,00
	03		Administração Central	<b>458.824.256,00</b>
		01	Estado	
		07	SFA	0,00
		09	SFA - Sistema Previdencial	18.144.600,00
		11	SFA - Participação Comunitária em Projectos Cofinanciados	2.000.000,00
		13	Estado - Sistema Previdencial	438.679.656,00
	06		Segurança Social	0,00
	09		Resto do mundo	1.371.143.835,00
<b>07</b>			<b>Vendas de bens e serviços correntes</b>	<b>5.548.048,00</b>
	01		Vendas de bens	25.696,00
	02		Serviços	5.522.352,00
<b>08</b>			<b>Outras receitas correntes</b>	<b>6.695.697,00</b>
	01		Outras	6.695.697,00
			<b>Receitas Capital</b>	<b>270.492.892,00</b>
<b>09</b>			<b>Venda de bens de investimento</b>	<b>10.000.100,00</b>
<b>10</b>			<b>Transferências de capital</b>	<b>10,00</b>
	03		Administração Central	<b>10,00</b>
		08	SFA	0,00
		10	SFA - Participação Comunitária em Projectos Cofinanciados	10,00
<b>11</b>			<b>Activos financeiros</b>	<b>480.472,00</b>
	01		Depósitos, certificados de depósito e poupança	<b>480.472,00</b>
		02	Sociedades financeiras	480.472,00
	02		Títulos a curto prazo	<b>0,00</b>
		01	Sociedades e quase sociedades não financeiras	0,00
		04	Administração Pública Central - SFA	0,00
		11	Resto do Mundo - União Europeia	
		12	Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	
	03		Títulos a médio e longo prazo	
		03	Administração Pública - Administração Central - Estado	
		11	Resto do Mundo - União Europeia	
		12	Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	
	04		Derivados financeiros	
		11	Resto do Mundo - União Europeia	

## Orçamento da Segurança Social - 2012

## Mapa XIII

## Receitas do Sistema Previdencial - Repartição

Capítulo	Grupo	Artigo	Designação	OSS 2012
		12	Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	
	06		Empréstimos a médio e longo prazo	0,00
		09	Instituições sem fins lucrativos	0,00
		10	Famílias	
	08		Acções e outras participações	
		01	Sociedades e quase sociedades não financeiras	
		02	Sociedades financeiras	
		11	Resto do Mundo-União Europeia	
		12	Resto Mundo-Países terceiros-Organ.Internacionais	
	09		Unidades de participação	
		02	Sociedades financeiras	
		11	Resto do Mundo - União Europeia	
		12	Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	
	11		Outros activos financeiros	
		01	Sociedades e quase sociedades não financeiras	
		02	Sociedades financeiras	
		11	Resto do Mundo - União Europeia	
		12	Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	
12			<b>Passivos Financeiros</b>	<b>260.000.000,00</b>
	05		Empréstimos a curto prazo	260.000.000,00
		02	Sociedades financeiras	260.000.000,00
13			<b>Outras receitas de capital</b>	<b>12.310,00</b>
	01		Outras	12.310,00
			<b>Outras Receitas</b>	<b>306.248.350,00</b>
15			<b>Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	<b>164.292.948,00</b>
	01		Reposições não abatidas nos pagamentos	164.292.948,00
16			<b>Saldo de gerência do ano anterior</b>	<b>141.955.402,00</b>
	01		Saldo orçamental	141.955.402,00
			<b>TOTAL</b>	<b>16.399.882.142,00</b>

## Orçamento da Segurança Social - 2012

## Mapa XIII

## Receitas do Sistema Previdencial - Capitalização

Capítulo	Grupo	Artigo	Designação	OSS 2012
			<b>Receitas Correntes</b>	<b>373.985.753,00</b>
03			<b>Contribuições para a Segurança Social</b>	<b>0,00</b>
	01		Subsistema Previdencial	0,00
05			<b>Rendimentos da propriedade</b>	<b>373.931.753,00</b>
	01		Juros - Soc. e quase soc. não financeiras	1.000,00
	02		Juros - Soc. Financeiras	5.504.780,00
	03		Juros - Adm. Pública	276.135.721,00
	06		Juros - Resto do mundo	35.669.534,00
	07		Dividendos e partic. nos lucros de soc. e quase soc. não financeiras	45.998.284,00
	08		Dividendos e particip. nos lucros de soc.financeiras	8.434.043,00
	10		Rendas	2.188.391,00

Capítulo	Grupo	Artigo	Designação	OSS 2012
<b>07</b>			<b>Vendas de bens e serviços correntes</b>	<b>54.000,00</b>
	01		Vendas de bens	
	02		Serviços	54.000,00
			<b>Receitas Capital</b>	<b>12.621.866.648,00</b>
<b>09</b>			<b>Venda de bens de investimento</b>	<b>10.001.000,00</b>
<b>10</b>			<b>Transferências de capital</b>	<b>10.000.000,00</b>
	06		Segurança Social	10.000.000,00
<b>11</b>			<b>Activos Financeiros</b>	<b>12.601.865.648,00</b>
	01		Depósitos, certificados de dep+osito e poupança	500.000,00
		02	Sociedades financeiras	500.000,00
	02		Títulos a curto prazo	1.860.865.958,00
		01	Sociedades e quase sociedades não financeiras	208.022.335,00
		02	Sociedades financeiras	500.000,00
		03	Administração Pública - Administração Central - Estado	1.518.858.827,00
		04	Administração Pública - Administração Central - SFA	500.000,00
		11	Resto do Mundo - União Europeia	14.642.327,00
		12	Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	118.342.469,00
	03		Títulos a médio e longo prazo	<b>3.722.731.916,00</b>
		01	Sociedades e quase sociedades não financeiras	500.000,00
		02	Sociedades financeiras	500.000,00
		03	Administração Pública - Administração Central - Estado	1.484.930.250,00
		06	Administração Pública - Administração Local - Continente	500.000,00
		07	Administração Pública - Administração Local - Regiões Autónomas	500.000,00
		11	Resto do Mundo - União Europeia	1.556.586.710,00
		12	Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	679.214.956,00
	04		Derivados financeiros	<b>1.970.858.073,00</b>
		01	Sociedades e quase sociedades não financeiras	500.000,00
		02	Sociedades financeiras	500.000,00
		11	Resto do Mundo - União Europeia	645.249.095,00
		12	Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	1.324.608.978,00
	08		Acções e outras participações	<b>1.231.786.297,00</b>
		01	Sociedades e quase sociedades não financeiras	500.000,00
		02	Sociedades financeiras	500.000,00
		11	Resto do Mundo - União Europeia	217.916.638,00
		12	Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	1.012.869.659,00
	09		Unidades de participação	<b>3.158.170.715,00</b>
		02	Sociedades financeiras	500.000,00
		11	Resto do Mundo - União Europeia	3.157.170.715,00
		12	Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	500.000,00
	11		Outros activos financeiros	<b>656.952.689,00</b>
		01	Sociedades e quase sociedades não financeiras	164.238.173,00
		02	Sociedades financeiras	164.238.173,00
		11	Resto do Mundo - União Europeia	164.238.172,00
		12	Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais	164.238.171,00
<b>16</b>			<b>Saldo de gerência do ano anterior</b>	<b>400.000.000,00</b>
	01		Saldo orçamental	400.000.000,00
			<b>TOTAL</b>	<b>13.395.852.401,00</b>

<b>TOTAL do ORÇAMENTO</b>	<b>37.353.600.465,00</b>
<b>Total de transferências</b>	<b>10.000.000,00</b>
<b>TOTAL sem transferências</b>	<b>37.343.600.465,00</b>

## Orçamento da Segurança Social - 2012

## Mapa XIV

## Despesas do Sistema de Protecção Social de Cidadania - Subsistema de Solidariedade

Euro

Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Designação	OSS 2012
			<b>Despesas Correntes</b>	<b>4.435.613.805,00</b>
01			<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>48.745.504,00</b>
02			<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>16.849.564,00</b>
03			<b>Juros e outros encargos</b>	<b>447.246,00</b>
04			<b>Transferências Correntes</b>	<b>4.368.328.482,00</b>
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras	5.091.147,00
	03		Administração Central	671.748,00
		01	Estado	671.748,00
		05	Serviços e Fundos Autonomos	0,00
	06		Segurança Social	0,00
	07		Instituições sem fins lucrativos	31.261.522,00
	08		Famílias	4.331.304.065,00
05			<b>Subsídios</b>	<b>537.503,00</b>
	07		Instituições sem fins lucrativos	537.503,00
06			<b>Outras despesas correntes</b>	<b>705.506,00</b>
	02		Diversas	705.506,00
			<b>Despesas Capital</b>	<b>3.915.103,00</b>
07			<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>6.250,00</b>
	01		Investimentos	6.250,00
08			<b>Transferências de capital</b>	<b>3.908.853,00</b>
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras	3.908.853,00
	03		Administração Central	0,00
			<b>TOTAL</b>	<b>4.439.528.908,00</b>

## Orçamento da Segurança Social - 2012

## Mapa XIV

## Despesas do Sistema de Protecção Social de Cidadania - Subsistema de Protecção Familiar

Euro

Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Designação	OSS 2012
			<b>Despesas Correntes</b>	<b>1.184.067.152,00</b>
01			<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>12.698.731,00</b>
02			<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>4.478.766,00</b>
03			<b>Juros e outros encargos</b>	<b>119.282,00</b>
04			<b>Transferências Correntes</b>	<b>1.166.438.853,00</b>
	03		Administração Central	179.162,00
		01	Estado	179.162,00
		05	Serviços e Fundos Autonomos	0,00
	06		Segurança Social	0,00
	08		Famílias	1.166.259.691,00
05			<b>Subsídios</b>	<b>143.357,00</b>
	07		Instituições sem fins lucrativos	143.357,00
06			<b>Outras despesas correntes</b>	<b>188.163,00</b>
	02		Diversas	188.163,00
			<b>Despesas Capital</b>	<b>0,00</b>
07			<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>0,00</b>
	01		Investimentos	0,00
			<b>TOTAL</b>	<b>1.184.067.152,00</b>



Orçamento da Segurança Social - 2012  
Mapa XIV

## Despesas do Sistema de Protecção Social de Cidadania - Subsistema de Acção Social

				€uro
Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Designação	OSS 2012
			<b>Despesas Correntes</b>	<b>1.878.649.421,00</b>
<b>01</b>			<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>75.107.887,00</b>
<b>02</b>			<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>27.274.531,00</b>
<b>03</b>			<b>Juros e outros encargos</b>	<b>197.590,00</b>
<b>04</b>			<b>Transferências Correntes</b>	<b>1.762.750.795,00</b>
	01		Sociedades e quase Soc. Não Finan.	3.811.540,00
	03		Administração Central	<b>87.791.180,00</b>
		01	Estado	291.180,00
		02	Estado - Subsistema de Acção social	49.500.000,00
		05	Serviços e Fundos Autonomos	0,00
		06	SFA - Subsistema de Acção Social	38.000.000,00
	04		Administração Regional	0,00
		01	Região Autónoma dos Açores	0,00
		02	Região Autónoma dos Madeira	0,00
	05		Administração Local	7.006.556,00
	06		Segurança Social	0,00
	07		Instituições sem fins lucrativos	1.549.439.343,00
	08		Famílias	114.680.176,00
	09		Resto do Mundo	22.000,00
<b>05</b>			<b>Subsídios</b>	<b>11.248.460,00</b>
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras	0,00
	07		Instituições sem fins lucrativos	10.737.405,00
	08		Famílias	511.055,00
<b>06</b>			<b>Outras despesas correntes</b>	<b>2.070.158,00</b>
	02		Diversas	2.070.158,00
			<b>Despesas Capital</b>	<b>51.171.973,00</b>
<b>07</b>			<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>6.944.378,00</b>
	01		Investimentos	6.944.378,00
<b>08</b>			<b>Transferências de capital</b>	<b>44.227.595,00</b>
	03		Administração Central	0,00
	04		Administração Regional	0,00
	07		Instituições sem fins lucrativos	44.227.595,00
	09		Resto do Mundo	0,00
			<b>TOTAL</b>	<b>1.929.821.394,00</b>

## Orçamento da Segurança Social - 2012

## Mapa XIV

## Despesas do Sistema Previdencial - Repartição

Euro

Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Designação	OSS 2012
			<b>Despesas Correntes</b>	<b>15.814.151.848,00</b>
<b>01</b>			<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>156.641.416,00</b>
<b>02</b>			<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>56.274.813,00</b>
<b>03</b>			<b>Juros e outros encargos</b>	<b>2.757.383,00</b>
<b>04</b>			<b>Transferências Correntes</b>	<b>14.987.410.882,00</b>
	03		Administração Central	1.378.025.951,00
		01	Estado	254.752.518,00
		05	Serviços e Fundos Autonomos	0,00
		07	SFA - Sistema Previdencial	1.123.113.993,00
		08	SFA - Participação Por. Projectos Cofinanciados	159.440,00
	04		Administração Regional	106.781.713,00
		01	Região Autónoma dos Açores	67.250.034,00
		02	Região Autónoma dos Madeira	39.531.679,00
	05		Administração Local	9.594.396,00
	08		Famílias	13.486.718.217,00
	09		Resto do Mundo	6.290.605,00
<b>05</b>			<b>Subsídios</b>	<b>603.395.380,00</b>
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras	230.077.807,00
	02		Sociedades financeiras	566.711,00
	07		Instituições sem fins lucrativos	372.750.862,00
<b>06</b>			<b>Outras despesas correntes</b>	<b>7.671.974,00</b>
	02		Diversas	7.671.974,00
			<b>Despesas de Capital</b>	<b>342.351.733,00</b>
<b>07</b>			<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>20.510.000,00</b>
	01		Investimentos	20.510.000,00
<b>08</b>			<b>Transferências de capital</b>	<b>61.341.733,00</b>
	03		Administração Central	0,00
	06		Segurança Social	10.000.000,00
	07		Instituições sem fins lucrativos	50.911.733,00
	09		Resto do Mundo	430.000,00
<b>09</b>			<b>Activos financeiros</b>	<b>500.000,00</b>
	07		Acções e outras participações	482.000,00
		01	Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas	482.000,00
	08		Unidades de participação	18.000,00
		03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	18.000,00
<b>10</b>			<b>Passivos financeiros</b>	<b>260.000.000,00</b>
	05		Empréstimos de curto prazo	260.000.000,00
		03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	260.000.000,00
			<b>TOTAL</b>	<b>16.156.503.581,00</b>

Orçamento da Segurança Social - 2012  
Mapa XIV

## Despesas do Sistema Previdencial - Capitalização

Euro

Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Designação	OSS 2012
			<b>Despesas Correntes</b>	<b>7.365.918,00</b>
<b>01</b>			<b>Despesas com o Pessoal</b>	<b>1.545.813,00</b>
<b>02</b>			<b>Aquisição de Bens e Serviços</b>	<b>1.879.868,00</b>
<b>03</b>			<b>Juros e outros encargos</b>	<b>3.923.115,00</b>
<b>06</b>	02		<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>17.122,00</b>
			Diversas	17.122,00
			<b>Despesas Capital</b>	<b>13.388.486.483,00</b>
<b>07</b>	01		<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>326.000,00</b>
			Investimentos	326.000,00
<b>09</b>	02		<b>Activos financeiros</b>	<b>13.388.160.483,00</b>
			Títulos a curto prazo	<b>1.896.656.068,00</b>
		01	Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas	199.417.926,00
		03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	509.480,00
		05	Administração pública central - Estado	1.616.663.268,00
		14	Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	8.510.220,00
		15	Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	4.669.225,00
		16	Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais	66.885.949,00
	03		Títulos a médio e longo prazo	<b>3.793.312.137,00</b>
		01	Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas	509.480,00
		03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	509.480,00
		05	Administração Pública Central - Estado	2.035.341.834,00
		08	Administração Pública Local - Continente	509.480,00
		09	Administração Pública Local - Regiões Autónomas	509.480,00
		14	Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	19.888.174,00
		15	Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	1.207.000.714,00
		16	Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais	529.043.495,00
	04		Derivados financeiros	<b>2.008.224.072,00</b>
		01	Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas	502.056.018,00
		03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	502.056.018,00
		15	Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	502.056.018,00
		16	Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais	502.056.018,00
	07		Acções e outras participações	<b>1.255.140.047,00</b>
		01	Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas	509.480,00
		03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	509.480,00
		04	Sociedades financeiras - Companhias de seguros fundos de pensões	509.480,00
		14	Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	264.911.346,00
		16	Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais	988.700.261,00
	08		Unidades de participação	<b>3.765.420.137,00</b>
		03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	509.480,00
		14	Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	2.729.584.775,00
		16	Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	1.035.325.882,00
	09		Outros activos financeiros	<b>669.408.022,00</b>
		01	Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas	167.352.006,00
		03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	167.352.006,00
		15	Resto do Mundo - União Europeia - Países membros	167.352.006,00
		16	Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais	167.352.004,00
			<b>TOTAL</b>	<b>13.395.852.401,00</b>

<b>TOTAL do ORÇAMENTO</b>	<b>37.105.773.436,00</b>
<b>Total de transferências</b>	<b>10.000.000,00</b>
<b>TOTAL sem transferências</b>	<b>37.095.773.436,00</b>

**MAPA XV**  
**DESPESAS CORRESPONDENTES A PROGRAMAS**

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 1

PROGRAMA / MINISTÉRIO	TOTAL
P-001-ÓRGÃOS DE SOBERANIA ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	2 953 361 945
P-002-GOVERNAÇÃO E CULTURA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS	1 166 141 071
P-003-FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FINANÇAS	36 254 565 620
P-004-GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FINANÇAS	136 412 000 000
P-005-REPRESENTAÇÃO EXTERNA NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	370 278 277
P-006-DEFESA DEFESA NACIONAL	2 225 393 062
P-007-SEGURANÇA INTERNA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	2 099 538 106
P-008-JUSTIÇA JUSTIÇA	1 744 093 667
P-009-ECONOMIA E EMPREGO ECONOMIA E DO EMPREGO	6 270 285 902
P-010-AGRICULTURA E AMBIENTE AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	2 275 526 016
P-011-SAÚDE SAUDE	15 543 195 755
P-012-ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR EDUCAÇÃO E CIÊNCIA	6 260 233 790
P-013-CIÊNCIA E ENSINO SUPERIOR EDUCAÇÃO E CIÊNCIA	3 401 425 648
P-014-SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL	6 785 702 657
<b>Total Geral dos Programas</b>	<b>223 761 741 516</b>
<b>Total Geral dos Programas consolidado</b>	<b>207 059 399 185</b>

**MAPA XVI**  
**REPARTIÇÃO REGIONALIZADA DOS PROGRAMAS E MEDIDAS**

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 1

PROGRAMAS / MEDIDAS	NUTS I e II											TOTAL
	Total Continente	Continente						Açores	Madeira	Estrangeiro	Não Regionalizado	
		Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Varias Nuts II Continente					
<b>P-001-ÓRGÃOS DE SOBERANIA</b>												
M-001-SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2 100 000			2 100 000							234 308 838	236 408 838
M-012-SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - SISTEMA JUDICIÁRIO											22 542 052	22 542 052
M-036-SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA	440 000			440 000							2 940 484	3 380 484
M-038-SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - COMUNICAÇÃO SOCIAL											3 984 172	3 984 172
M-067-OUTRAS FUNÇÕES - TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES											2 687 046 399	2 687 046 399
<b>Total por Programa</b>	<b>2 540 000</b>			<b>2 540 000</b>							<b>2 950 821 945</b>	<b>2 953 361 945</b>
<b>P-002-GOVERNAÇÃO E CULTURA</b>												
M-001-SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL	12 841 106	2 499 736		8 217 852	100 422		2 023 096				112 554 121	125 395 227
M-004-SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARACTER GERAL	320 000			320 000							12 298 149	12 618 149
M-011-SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - FORÇAS DE SEGURANÇA											54 928 720	54 928 720
M-024-SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO											1 990 931	1 990 931
M-028-HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO											4 704 708	4 704 708
M-031-HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	2 766 500						2 766 500					2 766 500
M-034-SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO											614 888	614 888
M-036-SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA	49 942 054	11 672 328	12 019 553	7 016 155	1 717 784	102 452	17 413 782	14 684			155 866 483	205 823 221
M-037-SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - DESPORTO, RECREIO E LAZER	5 321 817			5 000 000			321 817				80 008 133	85 329 950
M-038-SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - COMUNICAÇÃO SOCIAL	20 000			20 000							669 421 199	669 441 199
M-063-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	1 457 436		4 113		1 811	513	1 450 999				1 055 142	2 512 578
M-065-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	15 000			15 000								15 000
<b>Total por Programa</b>	<b>72 683 913</b>	<b>14 172 064</b>	<b>12 023 666</b>	<b>20 589 007</b>	<b>1 820 017</b>	<b>102 965</b>	<b>23 976 194</b>	<b>14 684</b>			<b>1 093 442 474</b>	<b>1 166 141 071</b>
<b>P-003-FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>												
M-001-SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL	7 420 728			7 420 728							16 057 331 603	16 064 752 331
M-003-SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA											167 455 665	167 455 665
M-023-SAÚDE - SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE											530 298 557	530 298 557

Fonte: MF/DGO

2011-12-15

**MAPA XVI**  
**REPARTIÇÃO REGIONALIZADA DOS PROGRAMAS E MEDIDAS**

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 2

PROGRAMAS / MEDIDAS	NUTS I e II										TOTAL	
	Total Continente	Continente						Açores	Madeira	Estrangeiro		Não Regionalizado
		Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Varias Nuts II Continente					
M-026-SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - SEGURANÇA SOCIAL											13 259 906 394	13 259 906 394
M-027-SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - ACÇÃO SOCIAL											18 806 292	18 806 292
M-030-HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - HABITAÇÃO											134 256 000	134 256 000
M-036-SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA											22 188 746	22 188 746
M-037-SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - DESPORTO, RÉCREIO E LAZER											588 200	588 200
M-038-SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - COMUNICAÇÃO SOCIAL											453 647 614	453 647 614
M-054-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS											1 000 545 111	1 000 545 111
M-055-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES FERROVIÁRIOS											1 791 376 423	1 791 376 423
M-056-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES AÉREOS											29 050 800	29 050 800
M-057-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS											8 817 000	8 817 000
M-058-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES											4 532 000	4 532 000
M-063-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO											799 243	799 243
M-065-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	7 498 113			7 498 113							689 847 131	697 345 244
M-067-OUTRAS FUNÇÕES - TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES											1 670 200 000	1 670 200 000
M-068-OUTRAS FUNÇÕES - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS											400 000 000	400 000 000
<b>Total por Programa</b>	<b>14 918 841</b>			<b>14 918 841</b>							<b>36 239 646 779</b>	<b>36 254 565 620</b>
P-004-GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA												
M-066-OUTRAS FUNÇÕES - OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA											136 412 000 000	136 412 000 000
<b>Total por Programa</b>											<b>136 412 000 000</b>	<b>136 412 000 000</b>
P-005-REPRESENTAÇÃO EXTERNA												
M-001-SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1 498 399			1 498 399								1 498 399
M-002-SERV. GERAIS DA A.P. - NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	2 636 527			2 636 527					5 168 928		280 227 509	288 032 964
M-003-SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA											80 746 914	80 746 914
<b>Total por Programa</b>	<b>4 134 926</b>			<b>4 134 926</b>					<b>5 168 928</b>		<b>360 974 423</b>	<b>370 278 277</b>
P-006-DEFESA												
M-001-SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL											2 353 480	2 353 480

Fonte: MF/DGO

2011-12-15

**MAPA XVI**  
**REPARTIÇÃO REGIONALIZADA DOS PROGRAMAS E MEDIDAS**

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 3

PROGRAMAS / MEDIDAS	NUTS I e II										TOTAL	
	Total Continente	Continente						Açores	Madeira	Estrangeiro		Não Regionalizado
		Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Varias Nuts II Continente					
M-004-SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARACTER GERAL	100 000			100 000								100 000
M-005-DEFESA NACIONAL - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO											222 143 691	222 143 691
M-006-DEFESA NACIONAL - INVESTIGAÇÃO	370 000						370 000				8 751 516	9 121 516
M-007-DEFESA NACIONAL - FORÇAS ARMADAS	9 937 500			135 000			9 802 500	825 000			1 809 634 020	1 820 396 520
M-008-DEFESA NACIONAL - COOPERAÇÃO MILITAR EXTERNA											6 167 720	6 167 720
M-014-SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	1 400 000	290 000		1 110 000								1 400 000
M-017-EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NÃO SUPERIOR	1 600 000			1 600 000							286 880	1 886 880
M-018-EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR	100 000			100 000							2 101 950	2 201 950
M-022-SAÚDE - HOSPITAIS E CLÍNICAS											62 080 889	62 080 889
M-026-SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - SEGURANÇA SOCIAL											2 500 000	2 500 000
M-027-SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - ACÇÃO SOCIAL											52 955 876	52 955 876
M-036-SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA											1 263 225	1 263 225
M-049-INDÚSTRIA E ENERGIA - INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS											26 785 762	26 785 762
M-065-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS											14 035 553	14 035 553
<b>Total por Programa</b>	<b>13 507 500</b>	<b>290 000</b>		<b>3 045 000</b>			<b>10 172 500</b>	<b>825 000</b>			<b>2 211 060 562</b>	<b>2 225 393 062</b>
<b>P-007-SEGURANÇA INTERNA</b>												
M-003-SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA											2 820 620	2 820 620
M-009-SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	737 616						737 616				131 917 180	132 654 796
M-011-SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - FORÇAS DE SEGURANÇA	48 348 008						48 348 008				1 532 622 431	1 580 970 439
M-014-SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS											250 271 430	250 271 430
M-017-EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NÃO SUPERIOR											17 418 766	17 418 766
M-018-EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR											7 354 082	7 354 082
M-023-SAÚDE - SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE											79 574 204	79 574 204
M-027-SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - ACÇÃO SOCIAL											24 883 846	24 883 846
M-068-OUTRAS FUNÇÕES - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS											3 589 923	3 589 923
<b>Total por Programa</b>	<b>49 085 624</b>						<b>49 085 624</b>				<b>2 050 452 482</b>	<b>2 099 538 106</b>
P-008-JUSTIÇA												

Fonte: MF/DGO

2011-12-15

**MAPA XVI**  
**REPARTIÇÃO REGIONALIZADA DOS PROGRAMAS E MEDIDAS**

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 4

PROGRAMAS / MEDIDAS	NUTS I e II											TOTAL
	Total Continente	Continente						Açores	Madeira	Estrangeiro	Não Regionalizado	
		Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Varias Nuts II Continente					
M-001-SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1 351 251			1 351 251							1 284 344	2 635 595
M-009-SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	2 700 000						2 700 000				738 732 233	741 432 233
M-010-SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - INVESTIGAÇÃO	40 775 768	25 000	2 138 750	38 577 018		35 000					104 521 720	145 297 488
M-012-SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - SISTEMA JUDICIÁRIO	10 618 332	3 034 161	2 235 970	3 746 977	1 305 780	295 444		960 477	110 000		550 575 448	562 264 257
M-013-SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - SISTEMA PRISIONAL, DE REINserÇÃO SOCIAL E DE MENORES	8 789 012	90 442	258 000	8 440 570				14 914 102			241 685 125	265 388 239
M-063-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	3 341 059						3 341 059				17 414 022	17 414 022
M-065-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS											6 320 774	9 661 833
<b>Total por Programa</b>	<b>67 575 422</b>	<b>3 149 603</b>	<b>4 632 720</b>	<b>52 115 816</b>	<b>1 305 780</b>	<b>330 444</b>	<b>6 041 059</b>	<b>15 874 579</b>	<b>110 000</b>		<b>1 660 533 666</b>	<b>1 744 093 667</b>
<b>P-009-ECONOMIA E EMPREGO</b>												
M-001-SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL	6 205 515			2 774 459	37 968		3 393 088				1 321 629	7 527 144
M-003-SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA											1 399 017	1 399 017
M-004-SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL	5 142 084			5 142 084						399 999		5 542 083
M-037-SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - DESPORTO, RECREIO E LAZER	3 510 000					3 510 000						3 510 000
M-045-AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - PESCA	14 871 757	4 928 604	205 653	3 957 500		5 300 000	480 000					14 871 757
M-051-INDUSTRIA E ENERGIA - COMBUSTÍVEIS, ELECTRICIDADE E OUTRAS FONTES DE ENERGIA											8 249 137	8 249 137
M-052-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	12 347 460	800 000		11 547 460							74 417 919	86 765 379
M-053-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - INVESTIGAÇÃO											35 452 908	35 452 908
M-054-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	993 161 642						993 161 642				825 479 157	1 818 640 799
M-055-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	492 720 154	328 333 120	2 300 000	42 207 527			119 879 507				1 740 775 244	2 233 495 398
M-056-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES AÉREOS											54 400 724	54 400 724
M-057-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS	31 188 267	11 425 848	1 214 347	500 000		3 515 000	14 533 072				22 938 161	54 126 428
M-058-TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES											53 329 302	53 329 302
M-062-COMÉRCIO E TURISMO - TURISMO											246 749 805	246 749 805
M-063-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	12 922 270			10 040 731			2 881 539				79 240 226	92 162 496
M-064-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - RELAÇÕES GERAIS DO TRABALHO	22 784 132	4 854 741	3 287 336	5 449 679	4 458 376	4 734 000					1 029 000 314	1 051 784 446
M-065-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	377 059 240	204 068 887	100 459 543	16 749 792	9 225 766	5 400 000	41 155 252				125 219 839	502 279 079
<b>Total por Programa</b>	<b>1 971 912 521</b>	<b>554 411 200</b>	<b>107 466 879</b>	<b>98 369 232</b>	<b>13 722 110</b>	<b>22 459 000</b>	<b>1 175 484 100</b>			<b>399 999</b>	<b>4 297 973 382</b>	<b>6 270 285 902</b>
P-010-AGRICULTURA E AMBIENTE												

Fonte: MF/DGO

2011-12-15



**MAPA XVI**  
**REPARTIÇÃO REGIONALIZADA DOS PROGRAMAS E MEDIDAS**

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 5

PROGRAMAS / MEDIDAS	NUTS I e II											TOTAL
	Total Continente	Continente						Açores	Madeira	Estrangeiro	Não Regionalizado	
		Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Varias Nuts II Continente					
M-001-SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2 212 946			767 693		15 000	1 430 253				9 256 808	11 469 754
M-003-SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA	237 723	107 333				130 390					141 405	379 128
M-028-HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	772 010		308 355	463 655							58 339 504	59 111 514
M-030-HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - HABITAÇÃO	25 600 448	151 969		25 448 479				1 000			212 599 194	238 200 642
M-031-HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	2 396 848	1 700	192 776	509 321	329 656	536 195	827 200				10 918 054	13 314 902
M-032-HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA	78 453						78 453					78 453
M-033-HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	200 545 524	50 269 767	63 647 827	13 852 563	3 197 029	44 290 030	25 288 308				155 813 315	356 358 839
M-040-AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV. CAÇA, PESCA - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	500 000						500 000				146 371 154	146 871 154
M-041-AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV. CAÇA, PESCA - INVESTIGAÇÃO	4 360 000	400 000		200 000			3 760 000				55 144 863	59 504 863
M-042-AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV. CAÇA, PESCA - AGRICULTURA E PECUÁRIA	760 651 003	138 161 236	173 665 863	51 986 471	324 082 514	30 406 974	42 347 945				432 650 797	1 193 301 800
M-043-AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV. CAÇA, PESCA - SILVICULTURA	3 642 500						3 642 500				67 538 517	71 181 017
M-045-AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV. CAÇA, PESCA - PESCA	61 314 719	4 286 684	3 761 062	499 238		9 903 099	42 864 636				34 009 736	95 324 455
M-063-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	15 851 539		174 429	782 881		1 650 955	13 243 274				800 998	16 652 537
M-064-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - RELAÇÕES GERAIS DO TRABALHO											1 672 779	1 672 779
M-065-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	11 995 102	9 592 028			2 201 712		201 362				109 077	12 104 179
<b>Total por Programa</b>	<b>1 090 158 815</b>	<b>202 970 717</b>	<b>241 750 312</b>	<b>94 510 301</b>	<b>329 810 911</b>	<b>86 932 643</b>	<b>134 183 931</b>	<b>1 000</b>			<b>1 185 366 201</b>	<b>2 275 526 016</b>
<b>P-011-SAÚDE</b>												
M-003-SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA											500 000	500 000
M-020-SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	1 997 000			1 997 000							5 346 920 481	5 348 917 481
M-021-SAÚDE - INVESTIGAÇÃO	1 000 000			1 000 000							47 191 055	48 191 055
M-022-SAÚDE - HOSPITAIS E CLÍNICAS	33 801 701	32 224 988		1 576 713							4 516 640 970	4 550 442 671
M-023-SAÚDE - SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	32 602 094	8 182 692	7 938 488	10 837 926	4 194 330	1 448 658					5 562 542 454	5 595 144 548
<b>Total por Programa</b>	<b>69 400 795</b>	<b>40 407 680</b>	<b>7 938 488</b>	<b>15 411 639</b>	<b>4 194 330</b>	<b>1 448 658</b>					<b>15 473 794 960</b>	<b>15 543 195 755</b>
<b>P-012-ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR</b>												
M-003-SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA											13 427 578	13 427 578
M-015-EDUCAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	932 000			932 000							111 707 179	112 639 179
M-017-EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NÃO SUPERIOR	531 395 710	33 598 228	22 515 888	28 816 648	9 136 666	3 867 769	433 460 511				5 458 738 189	5 990 133 899
M-019-EDUCAÇÃO - SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO											144 033 134	144 033 134
<b>Total por Programa</b>	<b>532 327 710</b>	<b>33 598 228</b>	<b>22 515 888</b>	<b>29 748 648</b>	<b>9 136 666</b>	<b>3 867 769</b>	<b>433 460 511</b>				<b>5 727 906 080</b>	<b>6 260 233 790</b>
<b>P-013-CIÊNCIA E ENSINO SUPERIOR</b>												

Fonte: MF/DGO

2011-12-15

## MAPA XVI

### REPARTIÇÃO REGIONALIZADA DOS PROGRAMAS E MEDIDAS

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 6

PROGRAMAS / MEDIDAS	NUTS I e II											TOTAL
	Total Continente	Continente						Açores	Madeira	Estrangeiro	Não Regionalizado	
		Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Varias Nuts II Continente					
M-001-SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL											17 030 884	17 030 884
M-003-SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA											363 124	363 124
M-004-SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL	286 541 415	11 503 105		616 310			274 422 000		150 000	32 050 000	390 196 082	708 937 497
M-015-EDUCAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	4 000 000			4 000 000							49 776 335	53 776 335
M-016-EDUCAÇÃO - INVESTIGAÇÃO	3 700 000				3 700 000						171 314 900	175 014 900
M-018-EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR	55 504 784	16 154 961	23 668 264	9 475 126	4 206 433	2 000 000			400 000		2 161 803 572	2 217 708 356
M-019-EDUCAÇÃO - SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	1 030 000	230 000		800 000							227 564 552	228 594 552
<b>Total por Programa</b>	<b>350 776 199</b>	<b>27 888 066</b>	<b>23 668 264</b>	<b>14 891 436</b>	<b>7 906 433</b>	<b>2 000 000</b>	<b>274 422 000</b>		<b>550 000</b>	<b>32 050 000</b>	<b>3 018 049 449</b>	<b>3 401 425 648</b>
<b>P-014-SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL</b>												
M-001-SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1 516 742			1 516 742							1 351 353	2 868 095
M-003-SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA											252 454	252 454
M-024-SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO											15 353 603	15 353 603
M-027-SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - ACÇÃO SOCIAL	6 713 315	1 997 511	1 570 834	937 142	1 764 315	443 513					6 728 866 697	6 735 580 012
M-065-OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS											31 648 493	31 648 493
<b>Total por Programa</b>	<b>8 230 057</b>	<b>1 997 511</b>	<b>1 570 834</b>	<b>2 453 884</b>	<b>1 764 315</b>	<b>443 513</b>					<b>6 777 472 600</b>	<b>6 785 702 657</b>
<b>Total Geral</b>	<b>4 247 252 323</b>	<b>878 885 069</b>	<b>421 567 051</b>	<b>352 728 730</b>	<b>369 660 562</b>	<b>117 584 992</b>	<b>2 106 825 919</b>	<b>16 715 263</b>	<b>660 000</b>	<b>37 618 927</b>	<b>219 459 495 003</b>	<b>223 761 741 516</b>
<b>Total Geral consolidado</b>	<b>3 773 169 606</b>	<b>817 419 273</b>	<b>374 827 172</b>	<b>301 643 927</b>	<b>319 679 537</b>	<b>103 042 312</b>	<b>1 856 557 385</b>	<b>16 715 263</b>	<b>410 000</b>	<b>21 024 325</b>	<b>203 248 079 991</b>	<b>207 059 399 185</b>

Fonte: MF/DGO

2011-12-15

MAPA XVII

RESPONSABILIDADES PLURIANUAIS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS E DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, AGRUPADAS POR MINISTÉRIOS

(EM EURO)

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 1/2

MINISTÉRIOS / SERVIÇOS	ENCARGOS PLURIANUAIS TOTAIS	ESCALONAMENTO PLURIANUAL					
		2012	2013	2014	2015	2016	Seguintes
<b>01 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO</b>							
ESTADO	178 709	52 542	34 518	13 414			
SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	1 365 302	323 174	258 378	227 419	37 350	9 338	
<b>TOTAL POR MINISTÉRIO</b>	<b>1 544 011</b>	<b>375 716</b>	<b>292 896</b>	<b>240 833</b>	<b>37 350</b>	<b>9 338</b>	
<b>02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS</b>							
ESTADO	132 216 676	24 182 881	2 997 329	2 338 221	2 057 658	2 034 372	22 378 092
SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	46 132 730	12 295 594	8 606 322	1 760 194	1 000 000	750 000	
ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS	81 585 839	1 567 209	1 627 730	1 690 588	1 755 874	1 823 681	73 120 757
<b>TOTAL POR MINISTÉRIO</b>	<b>259 935 245</b>	<b>38 045 685</b>	<b>13 231 381</b>	<b>5 789 003</b>	<b>4 813 532</b>	<b>4 608 053</b>	<b>95 498 849</b>
<b>03 - FINANÇAS</b>							
ESTADO	144 839 053	35 769 161	10 717 960	5 859 569	5 483 105	5 180 193	2 480 322
SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	1 114 002	252 052	166 469	102 190			
ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS	252 669	195 818	56 850				
<b>TOTAL POR MINISTÉRIO</b>	<b>146 205 724</b>	<b>36 217 032</b>	<b>10 941 279</b>	<b>5 961 759</b>	<b>5 483 105</b>	<b>5 180 193</b>	<b>2 480 322</b>
<b>04 - NEGÓCIOS ESTRANGEIROS</b>							
ESTADO	24 714 861	1 536 364	1 547 199	1 557 843	1 569 200	1 580 274	592 069
<b>TOTAL POR MINISTÉRIO</b>	<b>24 714 861</b>	<b>1 536 364</b>	<b>1 547 199</b>	<b>1 557 843</b>	<b>1 569 200</b>	<b>1 580 274</b>	<b>592 069</b>
<b>05 - DEFESA NACIONAL</b>							
ESTADO	2 246 893 200	201 149 808	171 622 198	145 974 191	106 417 124	84 313 025	572 041 472
SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	115 026	37 173	38 292				
ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS	315 569	161 298	133 846	20 425			
<b>TOTAL POR MINISTÉRIO</b>	<b>2 247 323 795</b>	<b>201 348 280</b>	<b>171 794 337</b>	<b>145 994 616</b>	<b>106 417 124</b>	<b>84 313 025</b>	<b>572 041 472</b>
<b>06 - ADMINISTRAÇÃO INTERNA</b>							
ESTADO	560 153 093	49 211 339	48 508 211	50 733 980	50 173 962	49 119 465	177 234 620
SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	98 545	3 542	3 542	3 542	1 476		
ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS	241 336 465	22 145 806	14 618 291	14 612 312	14 612 312	14 612 312	160 735 432
<b>TOTAL POR MINISTÉRIO</b>	<b>801 588 103</b>	<b>71 360 687</b>	<b>63 130 044</b>	<b>65 349 834</b>	<b>64 787 750</b>	<b>63 731 777</b>	<b>337 970 052</b>

Fonte: MF/DGO

Nota: Inclui o financiamento nacional de projectos de investimento aprovados no âmbito do QREN

MAPA XVII

RESPONSABILIDADES PLURIANUAIS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS E DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, AGRUPADAS POR MINISTÉRIOS

(EM EURO)

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 2/2

MINISTÉRIOS / SERVIÇOS	ENCARGOS PLURIANUAIS TOTAIS	ESCALONAMENTO PLURIANUAL					
		2012	2013	2014	2015	2016	Seguintes
<b>07 - JUSTIÇA</b>							
ESTADO	127 954 986	49 755 264	4 858 215	2 600 825	2 457 717	407 610	
SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	141 108 287	57 651 491	58 578 839	4 342 889			
<b>TOTAL POR MINISTÉRIO</b>	<b>269 063 273</b>	<b>107 406 755</b>	<b>63 437 054</b>	<b>6 943 714</b>	<b>2 457 717</b>	<b>407 610</b>	
<b>08 - ECONOMIA E DO EMPREGO</b>							
ESTADO	3 261 820	655 405	92 715	4 897			
SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	51 029 495	6 968 138	962 346	625 533	592 149	584 352	1 468 338
ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS	14 865 209 465	230 712 035	179 285 573	543 362 164	672 499 883	736 077 143	12 503 272 668
<b>TOTAL POR MINISTÉRIO</b>	<b>14 919 500 780</b>	<b>238 335 578</b>	<b>180 340 634</b>	<b>543 992 595</b>	<b>673 092 032</b>	<b>736 661 495</b>	<b>12 504 741 006</b>
<b>09 - AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO</b>							
ESTADO	80 242 284	3 252 013	12 226 303	9 528 732	190 518		
SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	844 988 206	49 234 971	39 112 721	73 937 959	18 544 325	17 653 140	441 354 008
ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS	9 616 413	5 114 026	4 389 227	113 160			
<b>TOTAL POR MINISTÉRIO</b>	<b>934 846 903</b>	<b>57 601 011</b>	<b>55 728 251</b>	<b>83 579 850</b>	<b>18 734 843</b>	<b>17 653 140</b>	<b>441 354 008</b>
<b>10 - SAUDE</b>							
ESTADO	111 724 415	15 311 812	11 724 670	12 017 414	6 123 555		
SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	3 171 225 325	253 122 848	257 547 424	264 294 181	270 106 809	275 385 927	1 367 612 296
<b>TOTAL POR MINISTÉRIO</b>	<b>3 282 949 740</b>	<b>268 434 660</b>	<b>269 272 094</b>	<b>276 311 594</b>	<b>276 230 364</b>	<b>275 385 927</b>	<b>1 367 612 296</b>
<b>11 - EDUCAÇÃO E CIÊNCIA</b>							
ESTADO	465 891 065	100 470 434	70 826 098	60 875 456	59 600 000		
SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	11 381 666	2 004 267	1 423 937	56 774	9 633	590	
ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS	1 086 770 244	146 991 498	130 137 771	63 352 252	61 304 633	74 822 294	610 161 796
<b>TOTAL POR MINISTÉRIO</b>	<b>1 564 042 975</b>	<b>249 466 200</b>	<b>202 387 806</b>	<b>124 284 482</b>	<b>120 914 266</b>	<b>74 822 884</b>	<b>610 161 796</b>
<b>12 - SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL</b>							
ESTADO	628 933	265 092	11 529				
<b>TOTAL POR MINISTÉRIO</b>	<b>628 933</b>	<b>265 092</b>	<b>11 529</b>				
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>24 452 344 343</b>	<b>1 270 393 058</b>	<b>1 032 114 505</b>	<b>1 260 006 124</b>	<b>1 274 537 283</b>	<b>1 264 353 715</b>	<b>15 932 451 870</b>

Fonte: MF/DGO

Nota: Inclui o financiamento nacional de projectos de investimento aprovados no âmbito do QREN

**MAPA XVIII**  
**TRANSFERÊNCIAS PARA AS REGIÕES AUTÓNOMAS**

ANO ECONÓMICO DE 2012

Página 1

DESCRIÇÃO	IMPORTÂNCIAS EM EUROS	
	REG.AUTÓNOMA DA MADEIRA	REG.AUTÓNOMA DOS AÇORES
<b>LEI DAS FINANÇAS REGIONAIS</b>	190 040 796	325 759 204
<b>OUTRAS</b>	56 796 881	2 001 066
COM ORIGEM EM :		
SERVIÇOS INTEGRADOS	50 000 000	
SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	6 796 881	2 001 066
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>246 837 677</b>	<b>327 760 270</b>

MAPA XIX - TRANSFERÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS  
PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NOS IMPOSTOS DO ESTADO - 2012

MUNICÍPIOS	FEF FINAL			FSM	IRS			TOTAL TRANSFERÊNCIAS
	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL		IRS PIE	% IRS	IRS a transferir	
	(1)	(2)	(3)=(2)+(1)		(4)	(5)	(6)	
<b>AVEIRO (distrito)</b>								
ÁGUEDA	4 475 586	2 983 724	7 459 310	660 594	1 284 849	5,0%	1 284 849	9 404 753
ALBERGARIA-A-VELHA	2 855 345	1 903 563	4 758 908	402 272	549 085	5,0%	549 085	5 710 265
ANADIA	4 170 532	2 780 355	6 950 887	353 800	725 636	5,0%	725 636	8 030 323
AROUCA	4 760 936	2 563 581	7 324 517	429 933	306 534	5,0%	306 534	8 060 984
AVEIRO	2 124 263	1 416 176	3 540 439	1 045 228	4 213 824	4,5%	3 792 442	8 378 109
CASTELO DE PAIVA	2 922 376	1 948 250	4 870 626	372 224	160 200	5,0%	160 200	5 403 050
ESPINHO	2 115 500	1 410 334	3 525 834	642 337	1 297 806	5,0%	1 284 828	5 452 999
ESTARREJA	3 348 989	2 232 660	5 581 649	457 709	673 447	5,0%	673 447	6 712 805
ÍLHAVO	2 038 415	1 358 944	3 397 359	579 423	1 426 319	5,0%	1 426 319	5 403 101
MEALHADA	2 720 831	1 813 888	4 534 719	286 799	513 582	3,0%	308 149	5 129 667
MURTOSA	1 879 396	1 252 930	3 132 326	186 769	216 677	5,0%	216 677	3 535 772
OLIVEIRA DE AZEMÉIS	5 601 453	3 734 302	9 335 755	1 101 146	1 696 227	5,0%	1 696 227	12 133 128
OLIVEIRA DO BAIRRO	3 371 277	2 247 518	5 618 795	275 669	470 104	5,0%	470 104	6 364 568
OVAR	3 307 958	2 205 306	5 513 264	960 532	1 595 987	5,0%	1 595 987	8 069 783
SANTA MARIA DA FEIRA	7 268 633	4 845 756	12 114 389	2 192 990	2 929 521	5,0%	2 929 521	17 236 900
SÃO JOÃO DA MADEIRA	1 744 019	1 162 680	2 906 699	484 564	700 253	5,0%	700 253	4 091 516
SEVER DO VOUGA	2 606 309	1 737 540	4 343 849	211 812	247 008	5,0%	247 008	4 802 669
VAGOS	2 907 654	1 938 436	4 846 090	309 164	441 363	5,0%	441 363	5 596 617
VALE DE CAMBRA	3 367 664	2 245 109	5 612 773	395 177	512 740	5,0%	512 740	6 520 690
<b>TOTAL</b>	<b>63 587 136</b>	<b>41 781 052</b>	<b>105 368 188</b>	<b>11 348 142</b>	<b>19 961 162</b>	-	<b>19 321 369</b>	<b>136 037 699</b>
<b>BEJA (distrito)</b>								
ALJUSTREL	3 309 730	1 782 162	5 091 892	134 624	238 514	5,0%	238 514	5 465 030
ALMODÓVAR	4 939 489	2 659 725	7 599 214	103 647	160 240	5,0%	160 240	7 863 101
ALVITO	1 944 497	1 047 037	2 991 534	17 681	51 305	5,0%	51 305	3 060 520
BARRANCOS	1 810 306	1 206 870	3 017 176	25 512	24 308	5,0%	24 308	3 066 996
BEJA	4 970 017	3 313 344	8 283 361	497 621	1 538 039	5,0%	1 538 039	10 319 021
CASTRO VERDE	3 049 048	2 032 699	5 081 747	111 225	241 985	5,0%	241 985	5 434 957
CUBA	1 871 614	1 007 792	2 879 406	70 544	100 524	5,0%	100 524	3 050 474
FERREIRA DO ALENTEJO	3 853 073	2 074 732	5 927 805	108 932	139 683	5,0%	139 683	6 176 420
MÉRTOLA	6 416 770	3 455 184	9 871 954	93 338	103 548	5,0%	103 548	10 068 840
MOURA	5 571 313	2 999 937	8 571 250	277 371	247 702	5,0%	247 702	9 096 323
ODEMIRA	8 415 246	4 531 287	12 946 533	302 825	435 680	5,0%	435 680	13 685 038
OURIQUE	3 491 056	2 327 370	5 818 426	70 876	91 481	5,0%	91 481	5 980 783
SERPA	5 570 864	3 713 909	9 284 773	265 561	251 524	5,0%	251 524	9 801 858
VIDIGUEIRA	2 242 957	1 495 304	3 738 261	88 932	99 069	5,0%	99 069	3 926 262
<b>TOTAL</b>	<b>57 455 980</b>	<b>33 647 352</b>	<b>91 103 332</b>	<b>2 168 689</b>	<b>3 723 602</b>	-	<b>3 723 602</b>	<b>96 995 623</b>
<b>BRAGA (distrito)</b>								
AMARES	2 793 751	1 862 500	4 656 251	361 873	307 336	5,0%	307 336	5 325 460
BARCELOS	11 503 952	7 669 301	19 173 253	2 087 980	1 901 354	5,0%	1 901 354	23 162 587
BRAGA	6 452 798	4 301 865	10 754 663	2 755 840	7 209 689	5,0%	7 209 689	20 720 192
CABECEIRAS DE BASTO	3 584 646	2 389 764	5 974 410	361 513	212 546	5,0%	212 546	6 548 469
CELORICO DE BASTO	4 006 510	2 671 006	6 677 516	375 826	178 007	5,0%	178 007	7 231 349
ESPOSENDE	2 718 731	1 812 488	4 531 219	665 196	1 009 013	5,0%	1 009 013	6 205 428
FAFE	6 341 004	4 227 336	10 568 340	914 285	799 777	3,0%	479 866	11 962 491
GUIMARÃES	10 394 096	6 929 398	17 323 494	2 765 769	3 299 790	5,0%	3 299 790	23 389 053
PÓVOA DE LANHOSO	3 687 645	2 458 430	6 146 075	470 829	266 627	5,0%	266 627	6 883 531
TERRAS DE BOURO	3 127 551	2 085 034	5 212 585	129 529	72 654	5,0%	72 654	5 414 768
VIEIRA DO MINHO	3 499 553	2 333 035	5 832 588	255 584	181 587	0,0%	0	6 088 172
VILA NOVA DE FAMALICÃO	8 437 703	5 625 135	14 062 838	1 877 132	2 776 475	5,0%	2 776 475	18 716 445
VILA VERDE	6 303 962	4 202 641	10 506 603	962 447	585 381	5,0%	585 381	12 054 431
VIZELA	2 358 185	1 572 123	3 930 308	425 866	307 787	4,5%	277 008	4 633 182
<b>TOTAL</b>	<b>75 210 087</b>	<b>50 140 056</b>	<b>125 350 143</b>	<b>14 409 669</b>	<b>19 108 023</b>	-	<b>18 575 746</b>	<b>158 335 558</b>
<b>BRAGANÇA (distrito)</b>								
ALFÂNDEGA DA FÉ	3 085 971	2 057 314	5 143 285	73 720	81 754	5,0%	81 754	5 298 759
BRAGANÇA	7 028 219	4 685 479	11 713 698	455 778	1 362 374	5,0%	1 362 374	13 531 850
CARRAZEDA DE ANSLÃES	3 351 264	2 234 176	5 585 440	88 789	92 064	5,0%	92 064	5 766 293
FREIXO DE ESPADA À CINTA	2 696 523	1 797 682	4 494 205	48 491	56 004	5,0%	56 004	4 598 700
MACEDO DE CAVALEIROS	5 426 927	3 617 951	9 044 878	207 721	305 316	5,0%	305 316	9 557 915
MIRANDA DO DOURO	3 722 494	2 481 662	6 204 156	102 148	162 993	2,5%	81 497	6 387 801
MIRANDELA	5 464 865	3 643 243	9 108 108	388 212	577 284	5,0%	577 284	10 073 604
MOGADOURO	4 959 792	3 306 528	8 266 320	119 530	195 932	5,0%	195 932	8 581 782
TORRE DE MONCORVO	4 031 560	2 687 707	6 719 267	117 196	152 004	5,0%	152 004	6 988 467
VILA FLOR	3 146 873	2 097 915	5 244 788	104 041	103 911	2,0%	41 564	5 390 393
VIMIOSO	3 418 418	2 278 945	5 697 363	56 292	65 907	5,0%	65 907	5 819 562
VINHAIS	5 053 588	3 369 059	8 422 647	92 235	100 369	5,0%	100 369	8 615 251
<b>TOTAL</b>	<b>51 386 494</b>	<b>34 257 661</b>	<b>85 644 155</b>	<b>1 854 153</b>	<b>3 255 912</b>	-	<b>3 112 069</b>	<b>90 610 377</b>
<b>CASTELO BRANCO (distrito)</b>								
BELMONTE	2 144 828	1 429 886	3 574 714	111 860	114 169	0,0%	0	3 686 574
CASTELO BRANCO	7 699 327	5 132 884	12 832 211	822 763	2 051 441	5,0%	2 051 441	15 706 415
COVILHÃ	5 949 848	3 966 565	9 916 413	714 069	1 415 048	5,0%	1 415 048	12 045 530
FUNDÃO	5 675 831	3 783 887	9 459 718	381 745	573 140	5,0%	573 140	10 414 603
IDANHA-A-NOVA	6 569 708	4 379 805	10 949 513	127 152	145 170	5,0%	145 170	11 221 835
OLEIROS	3 540 350	2 360 234	5 900 584	53 522	70 448	0,0%	0	5 954 106
PENAMACOR	3 635 881	2 423 921	6 059 802	67 264	74 407	5,0%	74 407	6 201 473
PROENÇA-A-NOVA	3 447 958	2 298 638	5 746 596	107 133	142 851	5,0%	142 851	5 996 580

MUNICÍPIOS	FEF FINAL			FSM	IRS			TOTAL TRANSFERÊNCIAS
	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL		IRS PIE	% IRS	IRS a transferir	
	(1)	(2)	(3)=(2)+(1)		(4)	(5)	(6)	
SERTÃ	4 252 183	2 834 789	7 086 972	215 099	209 290	5,0%	209 290	7 511 361
VILA DE REI	2 149 586	1 433 058	3 582 644	46 411	34 187	2,5%	17 094	3 646 149
VILA VELHA DE RÓDÃO	2 514 815	1 676 543	4 191 358	32 363	65 426	0,5%	6 543	4 230 264
<b>TOTAL</b>	<b>47 580 315</b>	<b>31 720 210</b>	<b>79 300 525</b>	<b>2 679 381</b>	<b>4 895 577</b>	-	<b>4 634 984</b>	<b>86 614 890</b>
<b>COIMBRA (distrito)</b>								
ARGANIL	3 382 911	2 255 274	5 638 185	199 598	173 203	5,0%	173 203	6 010 986
CANTANHEDE	4 513 296	3 008 864	7 522 160	461 782	807 540	5,0%	807 540	8 791 482
COIMBRA	2 849 907	1 899 938	4 749 845	1 109 167	11 118 915	5,0%	11 118 915	16 977 927
CONDEIXA-A-NOVA	1 959 269	1 306 179	3 265 448	182 756	599 924	5,0%	599 924	4 048 128
FIGUEIRA DA FOZ	3 541 445	2 360 964	5 902 409	712 103	2 709 786	5,0%	2 709 786	9 324 298
GÓIS	2 773 749	1 493 557	4 267 306	55 514	47 369	2,5%	23 685	4 346 505
LOUSÃ	2 196 212	1 464 142	3 660 354	283 139	400 444	5,0%	400 444	4 343 937
MIRA	2 139 707	1 426 471	3 566 178	184 009	396 463	5,0%	396 463	4 146 650
MIRANDA DO CORVO	2 198 497	1 465 664	3 664 161	215 562	218 154	5,0%	218 154	4 097 877
MONTEMOR-O-VELHO	3 838 817	2 559 212	6 398 029	317 592	581 420	5,0%	581 420	7 297 041
OLIVEIRA DO HOSPITAL	3 597 224	2 398 149	5 995 373	407 152	322 414	5,0%	322 414	6 724 939
PAMPILHOSA DA SERRA	3 283 830	2 189 220	5 473 050	39 684	44 161	5,0%	44 161	5 556 895
PENACOVA	3 308 720	2 205 813	5 514 533	207 444	191 505	2,5%	95 753	5 817 730
PENELA	2 142 151	1 428 101	3 570 252	87 481	94 752	5,0%	94 752	3 752 485
SÓURE	3 735 326	2 490 218	6 225 544	207 398	388 267	5,0%	388 267	6 821 209
TÁBUA	3 209 940	1 728 429	4 938 369	220 271	170 243	5,0%	170 243	5 328 883
VILA NOVA DE POIARES	2 013 349	1 342 232	3 355 581	125 551	119 148	5,0%	119 148	3 600 280
<b>TOTAL</b>	<b>50 684 350</b>	<b>33 022 427</b>	<b>83 706 777</b>	<b>5 016 203</b>	<b>18 383 708</b>	-	<b>18 264 272</b>	<b>106 987 252</b>
<b>ÉVORA (distrito)</b>								
ALANDROAL	3 170 384	2 113 590	5 283 974	78 973	66 292	5,0%	66 292	5 429 239
ARRAIÓLOS	3 733 102	2 010 132	5 743 234	98 596	131 640	5,0%	131 640	5 973 470
BORBA	1 976 385	1 317 590	3 293 975	101 349	114 076	5,0%	114 076	3 509 400
ESTREMOZ	3 734 447	2 489 632	6 224 079	197 278	348 357	4,5%	313 521	6 734 878
ÉVORA	5 846 581	3 897 721	9 744 302	738 158	2 728 149	5,0%	2 728 149	13 210 609
MONTEMOR-O-NOVO	5 634 171	3 756 114	9 390 285	226 127	442 486	5,0%	442 486	10 058 898
MORA	2 530 115	1 686 744	4 216 859	65 152	97 178	5,0%	97 178	4 379 179
MOURÃO	1 954 265	1 302 844	3 257 109	57 796	40 274	5,0%	40 274	3 355 189
PORTEL	3 453 835	2 302 556	5 756 391	93 690	67 248	5,0%	67 248	5 917 329
REDONDO	2 768 249	1 490 595	4 258 844	106 592	119 197	5,0%	119 197	4 484 633
REGUENGOS DE MONSARAZ	2 819 429	1 879 620	4 699 049	192 654	240 887	5,0%	240 887	5 132 590
VENDAS NOVAS	2 003 918	1 079 033	3 082 951	148 230	302 347	5,0%	302 347	3 535 528
VIANA DO ALENTEJO	2 329 158	1 552 772	3 881 930	96 153	96 728	5,0%	96 728	4 074 811
VILA VIÇOSA	2 125 581	1 417 054	3 542 635	128 881	176 863	4,0%	141 490	3 813 006
<b>TOTAL</b>	<b>44 079 620</b>	<b>28 295 997</b>	<b>72 375 617</b>	<b>2 329 629</b>	<b>4 971 722</b>	-	<b>4 901 513</b>	<b>79 606 759</b>
<b>FARO (distrito)</b>								
ALBUFEIRA	2 173 036	1 448 691	3 621 727	704 509	1 182 358	0,0%	0	4 326 236
ALCOUTIM	3 439 274	2 292 850	5 732 124	28 866	40 941	0,0%	0	5 760 990
ALJEZUR	2 506 760	1 671 173	4 177 933	75 886	134 064	5,0%	134 064	4 387 883
CASTRO MARIM	1 906 252	1 270 834	3 177 086	84 497	150 245	5,0%	150 245	3 411 828
FARO	1 510 595	1 007 064	2 517 659	800 076	3 396 390	5,0%	3 396 390	6 714 125
LAGOA	1 631 410	1 087 606	2 719 016	362 016	607 289	5,0%	607 289	3 688 321
LAGOS	1 396 418	930 945	2 327 363	460 263	834 672	5,0%	834 672	3 622 298
LOULÉ	3 576 382	2 384 255	5 960 637	1 071 750	2 175 613	5,0%	2 175 613	9 208 000
MONCHIQUE	3 608 260	2 405 507	6 013 767	79 143	80 011	5,0%	80 011	6 172 921
OLHÃO	2 921 158	1 947 438	4 868 596	652 645	1 027 549	5,0%	1 027 549	6 548 790
PORTIMÃO	1 353 506	902 338	2 255 844	801 326	1 858 485	5,0%	1 858 485	4 915 655
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	2 011 335	1 083 026	3 094 361	171 678	309 291	5,0%	309 291	3 575 330
SILVES	3 998 555	2 665 704	6 664 259	510 857	758 894	5,0%	758 894	7 934 010
TAVIRA	3 276 046	2 184 030	5 460 076	338 503	694 944	5,0%	694 944	6 493 523
VILA DO BISPO	1 762 724	1 175 150	2 937 874	75 645	94 071	5,0%	94 071	3 107 590
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	1 245 601	830 401	2 076 002	312 306	453 113	5,0%	453 113	2 841 421
<b>TOTAL</b>	<b>38 317 312</b>	<b>25 287 012</b>	<b>63 604 324</b>	<b>6 529 966</b>	<b>13 797 930</b>	-	<b>12 574 631</b>	<b>82 708 921</b>
<b>GUARDA (distrito)</b>								
AGUIAR DA BEIRA	2 879 622	1 919 748	4 799 370	102 139	53 316	5,0%	53 316	4 954 825
ALMEIDA	4 429 894	2 385 328	6 815 222	82 129	145 658	5,0%	145 658	7 043 009
CELORICO DA BEIRA	3 062 770	2 041 847	5 104 617	118 615	115 021	5,0%	115 021	5 338 253
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	4 083 123	2 198 604	6 281 727	80 440	91 346	2,0%	36 538	6 398 705
FORNOS DE ALGODRES	2 265 964	1 510 643	3 776 607	88 959	74 486	5,0%	74 486	3 940 052
GOUVEIA	3 652 634	2 435 090	6 087 724	213 861	245 137	5,0%	245 137	6 546 722
GUARDA	6 440 943	4 293 962	10 734 905	620 215	1 582 698	5,0%	1 582 698	12 937 818
MANTEIGAS	2 250 212	1 211 653	3 461 865	63 877	63 498	5,0%	63 498	3 589 240
MEDA	2 885 642	1 923 761	4 809 403	71 767	73 561	5,0%	73 561	4 954 731
PINHÉL	4 132 128	2 754 752	6 886 880	119 047	146 539	5,0%	146 539	7 152 466
SABUGAL	5 790 467	3 860 311	9 650 778	122 361	173 514	5,0%	173 514	9 946 653
SEIA	5 305 811	3 537 207	8 843 018	305 099	484 076	5,0%	484 076	9 632 193
TRANCOSO	3 674 740	2 449 826	6 124 566	160 763	159 350	4,0%	127 480	6 412 809
VILA NOVA DE FOZ CÔA	3 263 664	2 175 776	5 439 440	107 174	128 360	5,0%	128 360	5 674 974
<b>TOTAL</b>	<b>54 117 614</b>	<b>34 698 508</b>	<b>88 816 122</b>	<b>2 256 446</b>	<b>3 536 560</b>	-	<b>3 449 882</b>	<b>94 522 450</b>
<b>LEIRIA (distrito)</b>								
ALCOBAÇA	5 354 374	3 569 582	8 923 956	789 190	1 193 000	5,0%	1 193 000	10 906 146
ALVALÁZERE	2 488 178	1 658 785	4 146 963	101 748	96 718	5,0%	96 718	4 345 429
ANSIÃO	2 713 454	1 808 970	4 522 424	184 570	191 152	5,0%	191 152	4 898 146
BATALHA	1 964 977	1 309 984	3 274 961	212 586	356 905	5,0%	356 905	3 844 452

MUNICÍPIOS	FEF FINAL			FSM	IRS			TOTAL TRANSFERÊNCIAS
	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL		IRS PIE	% IRS	IRS a transferir	
	(1)	(2)	(3)=(2)+(1)		(4)	(5)	(6)	
BOMBARRAL	1 965 144	1 058 155	3 023 299	220 002	301 155	5,0%	301 155	3 544 456
CALDAS DA RAINHA	2 838 058	1 892 038	4 730 096	730 185	1 687 743	3,0%	1 012 646	6 472 927
CASTANHEIRA DE PÉRA	1 690 242	1 126 828	2 817 070	49 877	41 304	5,0%	41 304	2 908 251
FIGUEIRÓ DOS VINHOS	2 458 352	1 638 901	4 097 253	91 952	99 435	5,0%	99 435	4 288 640
LEIRIA	6 989 769	3 763 722	10 753 491	1 585 104	4 457 468	4,0%	3 565 974	15 904 569
MARINHA GRANDE	2 375 464	1 583 643	3 959 107	639 882	1 154 987	4,0%	923 990	5 522 979
NAZARÉ	1 693 885	1 129 256	2 823 141	161 623	361 391	5,0%	361 391	3 346 155
ÓBIDOS	1 177 430	784 953	1 962 383	166 501	346 684	1,0%	69 337	2 198 221
PEDRÓGÃO GRANDE	2 113 001	1 408 668	3 521 669	54 836	49 130	5,0%	49 130	3 625 635
PENICHE	2 105 992	1 403 994	3 509 986	433 766	696 356	5,0%	696 356	4 640 108
POMBAL	6 576 727	4 384 485	10 961 212	707 711	1 035 669	5,0%	1 035 669	12 704 592
PORTO DE MÓS	3 429 062	2 286 041	5 715 103	353 725	486 259	5,0%	486 259	6 555 087
<b>TOTAL</b>	<b>47 934 109</b>	<b>30 808 005</b>	<b>78 742 114</b>	<b>6 483 258</b>	<b>12 555 356</b>	-	<b>10 480 421</b>	<b>95 705 793</b>
<b>LISBOA (distrito)</b>								
ALENQUER	2 723 284	1 815 523	4 538 807	623 401	1 185 492	5,0%	1 185 492	6 347 700
AMADORA	6 185 727	4 123 818	10 309 545	2 051 072	7 022 391	4,0%	5 617 913	17 978 530
ARRUDA DOS VINHOS	1 662 347	1 108 232	2 770 579	96 065	510 389	5,0%	510 389	3 377 033
AZAMBUJA	2 457 324	1 638 216	4 095 540	290 941	521 561	5,0%	521 561	4 908 042
CADAVAL	2 443 804	1 629 203	4 073 007	200 779	257 612	5,0%	257 612	4 531 398
CASCAIS	0	0	0	0	18 373 522	5,0%	18 373 522	18 373 522
LISBOA	0	0	0	0	59 912 356	5,0%	59 912 356	59 912 356
LOURES	4 752 719	3 168 480	7 921 199	2 277 325	9 511 654	5,0%	9 511 654	19 710 178
LOURINHÃ	2 159 135	1 439 424	3 598 559	406 324	647 497	5,0%	647 497	4 652 380
MAFRA	1 525 576	821 464	2 347 040	788 302	3 754 839	5,0%	3 754 839	6 890 181
ODIVELAS	4 421 588	2 947 725	7 369 313	1 713 465	5 578 828	5,0%	5 578 828	14 661 606
OEIRAS	0	0	0	0	17 657 360	4,8%	16 774 492	16 774 492
SINTRA	7 909 083	5 272 722	13 181 805	5 009 514	15 384 898	5,0%	15 384 898	33 576 217
SOBRAL DE MONTE AGRADO	1 535 123	1 023 415	2 558 538	153 798	321 244	5,0%	321 244	3 033 580
TORRES VEDRAS	4 483 440	2 988 960	7 472 400	1 059 409	2 532 525	4,0%	2 026 020	10 557 829
VILA FRANCA DE XIRA	3 853 985	2 569 324	6 423 309	1 693 735	4 930 204	5,0%	4 930 204	13 047 248
<b>TOTAL</b>	<b>46 113 135</b>	<b>30 546 506</b>	<b>76 659 641</b>	<b>16 364 130</b>	<b>148 102 372</b>	-	<b>145 308 521</b>	<b>238 332 292</b>
<b>PORTALEGRE (distrito)</b>								
ALTER DO CHÃO	2 500 151	1 346 235	3 846 386	55 102	67 584	5,0%	67 584	3 969 072
ARRONCHES	2 207 793	1 471 862	3 679 655	42 314	54 718	5,0%	54 718	3 776 687
AVIS	3 030 814	2 020 542	5 051 356	69 251	75 271	5,0%	75 271	5 195 878
CAMPO MAIOR	2 284 967	1 523 311	3 808 278	153 379	253 323	5,0%	253 323	4 214 980
CASTELO DE VIDE	2 365 469	1 273 714	3 639 183	50 698	93 730	5,0%	93 730	3 783 611
CRATO	2 761 117	1 840 745	4 601 862	39 257	60 544	5,0%	60 544	4 701 663
ELVAS	4 252 452	2 834 968	7 087 420	345 481	606 205	3,0%	363 723	7 796 624
FRONTEIRA	1 907 780	1 271 853	3 179 633	47 295	78 112	2,5%	39 056	3 265 984
GAVIÃO	2 262 386	1 508 258	3 770 644	45 492	56 617	0,0%	0	3 816 136
MARVÃO	2 092 225	1 126 582	3 218 807	47 759	68 692	5,0%	68 692	3 335 258
MONFORTE	2 314 385	1 542 924	3 857 309	52 801	50 848	5,0%	50 848	3 960 958
NISA	4 063 372	2 187 969	6 251 341	84 122	144 387	0,0%	866	6 336 329
PONTE DE SOR	4 388 406	2 925 604	7 314 010	247 483	325 374	5,0%	325 374	7 886 867
PORTALEGRE	3 654 361	2 436 240	6 090 601	348 807	980 902	5,0%	980 902	7 420 310
SOUSEL	2 327 313	1 253 168	3 580 481	78 839	108 173	5,0%	108 173	3 767 493
<b>TOTAL</b>	<b>42 412 991</b>	<b>26 563 975</b>	<b>68 976 966</b>	<b>1 708 080</b>	<b>3 024 480</b>	-	<b>2 542 804</b>	<b>73 227 850</b>
<b>PORTO (distrito)</b>								
AMARANTE	7 162 796	4 775 198	11 937 994	851 583	972 278	5,0%	972 278	13 761 855
BALÃO	4 398 738	2 368 551	6 767 289	382 153	186 852	5,0%	186 852	7 336 294
FELGUEIRAS	5 120 497	3 413 664	8 534 161	1 269 343	724 163	5,0%	724 163	10 527 667
GONDOMAR	6 538 925	4 359 284	10 898 209	2 194 852	4 345 399	5,0%	4 345 399	17 438 460
LOUSADA	4 538 431	3 025 620	7 564 051	1 016 025	498 452	5,0%	498 452	9 078 528
MAIA	2 333 070	1 555 380	3 888 450	1 555 018	6 266 549	5,0%	6 266 549	11 710 017
MARCO DE CANAVESES	4 464 962	4 309 974	10 774 936	1 261 078	556 885	5,0%	556 885	12 592 899
MATOSINHOS	2 925 004	1 950 002	4 875 006	1 939 849	9 038 873	5,0%	9 038 873	15 853 728
PAÇOS DE FERREIRA	3 899 976	2 599 984	6 499 960	1 170 592	636 115	5,0%	636 115	8 306 667
PAREDES	6 715 957	4 477 305	11 193 262	1 703 927	1 182 185	5,0%	1 182 185	14 079 374
PENAFIEL	7 197 931	4 798 620	11 996 551	1 568 721	1 078 787	5,0%	1 078 787	14 644 059
PORTO	1 482 829	988 552	2 471 381	2 126 515	20 608 790	5,0%	20 608 790	25 206 686
PÓVOA DE VARZIM	3 133 643	2 089 095	5 222 738	1 158 191	1 926 873	5,0%	1 926 873	8 307 802
SANTO TIRSO	6 291 343	4 194 228	10 485 571	1 085 911	1 449 050	5,0%	1 449 050	13 020 532
TROFA	3 045 172	2 030 114	5 075 286	683 442	808 154	5,0%	808 154	6 566 882
VALONGO	3 346 420	2 230 947	5 577 367	1 436 662	2 360 995	5,0%	2 360 995	9 375 024
VILA DO CONDE	3 304 174	2 202 783	5 506 957	1 296 284	2 378 451	5,0%	2 378 451	9 181 692
VILA NOVA DE GAIA	6 710 176	4 473 451	11 183 627	3 916 236	11 214 837	5,0%	11 214 837	26 314 700
<b>TOTAL</b>	<b>84 610 044</b>	<b>55 842 752</b>	<b>140 452 796</b>	<b>26 616 382</b>	<b>66 233 688</b>	-	<b>66 233 688</b>	<b>233 302 866</b>
<b>SANTARÉM (distrito)</b>								
ABRANTES	5 751 243	3 834 162	9 585 405	530 189	1 082 423	4,5%	974 181	11 089 775
ALCANENA	2 510 209	1 673 473	4 183 682	221 507	259 915	5,0%	259 915	4 665 104
ALMEIRIM	2 654 565	1 769 710	4 424 275	342 903	574 615	4,0%	459 692	5 226 870
ALPIARÇA	1 678 276	1 118 850	2 797 126	108 434	169 422	5,0%	169 422	3 074 982
BENAVENTE	1 672 006	1 114 671	2 786 677	483 058	963 105	5,0%	963 105	4 232 840
CARTAXO	2 182 443	1 454 962	3 637 405	360 042	753 722	4,0%	602 978	4 600 425
CHAMUSCA	3 876 671	2 584 448	6 461 119	130 690	146 170	5,0%	146 170	6 737 979
CONSTÂNCIA	1 769 003	1 179 336	2 948 339	79 502	104 269	5,0%	104 269	3 132 110
CORUCHE	5 583 797	3 722 532	9 306 329	268 387	389 659	5,0%	389 659	9 964 375



MUNICÍPIOS	FEF FINAL			FSM	IRS			TOTAL TRANSFERÊNCIAS
	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL		IRS PIE	% IRS	IRS a transferir	
	(1)	(2)	(3)=(2)+(1)		(4)	(5)	(6)	
ENTRONCAMENTO	1 191 839	794 560	1 986 399	274 907	922 146	5,0%	922 146	3 183 452
FERREIRA DO ZÉZERE	2 847 491	1 533 265	4 380 756	136 080	87 902	5,0%	87 902	4 604 738
GOLEGÃ	1 764 892	950 326	2 715 218	88 145	144 666	5,0%	144 666	2 948 029
MAÇÃO	3 505 795	2 337 196	5 842 991	103 788	120 506	5,0%	120 506	6 067 285
OURÉM	5 597 532	3 731 688	9 329 220	642 823	904 975	5,0%	904 975	10 877 018
RIO MAIOR	3 289 844	1 771 454	5 061 298	354 551	474 390	5,0%	474 390	5 890 239
SALVATERRA DE MAGOS	2 685 918	1 790 612	4 476 530	326 854	490 237	5,0%	490 237	5 293 621
SANTARÉM	5 990 889	3 225 863	9 216 752	830 563	2 421 995	5,0%	2 421 995	12 469 310
SARDOAL	2 100 842	1 131 222	3 232 064	72 976	82 046	5,0%	82 046	3 387 086
TOMAR	4 270 270	2 846 847	7 117 117	650 103	1 184 559	5,0%	1 184 559	8 951 779
TORRES NOVAS	4 005 104	2 670 069	6 675 173	494 095	1 093 751	4,0%	875 001	8 044 269
VILA NOVA DA BARQUINHA	1 658 309	1 105 539	2 763 848	104 345	210 128	4,5%	189 115	3 057 308
<b>TOTAL</b>	<b>66 586 938</b>	<b>42 340 785</b>	<b>108 927 723</b>	<b>6 603 942</b>	<b>12 580 601</b>	-	<b>11 966 929</b>	<b>127 498 594</b>
<b>SETÚBAL (distrito)</b>								
ALCÁÇER DO SAL	5 663 843	3 049 762	8 713 605	188 158	266 389	4,0%	213 111	9 114 874
ALCOCHETE	849 671	566 447	1 416 118	222 745	1 097 728	5,0%	1 097 728	2 736 591
ALMADA	3 051 520	2 034 346	5 085 866	1 923 544	9 168 481	5,0%	9 168 481	16 177 891
BARREIRO	3 234 146	2 156 098	5 390 244	1 109 118	2 927 057	5,0%	2 927 057	9 426 419
GRÂNDOLA	3 503 765	2 335 844	5 839 609	203 522	401 774	4,0%	321 419	6 364 550
MOITA	4 517 511	3 011 674	7 529 185	1 035 816	1 632 746	5,0%	1 632 746	10 197 747
MONTIJO	1 919 811	1 279 874	3 199 685	668 442	1 887 379	5,0%	1 887 379	5 755 506
PALMELA	2 527 769	1 685 180	4 212 949	750 468	2 547 893	5,0%	2 547 893	7 511 310
SANTIAGO DO CACÉM	6 177 755	3 326 484	9 504 239	389 677	1 254 677	5,0%	1 254 677	11 148 593
SEIXAL	3 537 877	2 358 585	5 896 462	2 003 428	5 975 698	5,0%	5 975 698	13 875 588
SESIMBRA	1 331 128	887 418	2 218 546	686 416	2 005 321	5,0%	2 005 321	4 910 283
SETÚBAL	2 640 985	1 760 657	4 401 642	1 556 109	5 585 173	5,0%	5 585 173	11 542 924
SINES	1 724 528	1 149 686	2 874 214	232 717	638 327	4,5%	574 494	3 681 425
<b>TOTAL</b>	<b>40 680 309</b>	<b>25 602 055</b>	<b>66 282 364</b>	<b>10 970 160</b>	<b>35 388 643</b>	-	<b>35 191 177</b>	<b>112 443 701</b>
<b>VIANA DO CASTELO (distrito)</b>								
ARCOS DE VALDEVEZ	5 845 051	3 896 700	9 741 751	304 981	317 270	3,0%	190 362	10 237 094
CAMINHA	3 207 425	2 138 284	5 345 709	196 312	513 364	5,0%	513 364	6 055 385
MELGAÇO	3 516 007	2 344 005	5 860 012	106 637	132 573	5,0%	132 573	6 099 222
MONÇÃO	4 179 527	2 786 352	6 965 879	250 478	333 048	5,0%	333 048	7 549 405
PAREDES DE COURA	3 583 690	2 389 127	5 972 817	116 569	108 787	3,0%	65 272	6 154 658
PONTE DA BARCA	3 187 059	2 124 706	5 311 765	190 325	170 727	3,0%	102 436	5 604 526
PONTE DE LIMA	6 324 442	4 216 294	10 540 736	806 243	648 975	0,0%	0	11 346 979
VALENÇA	2 972 970	1 981 980	4 954 950	210 020	239 601	5,0%	239 601	5 404 571
VIANA DO CASTELO	6 273 030	4 182 020	10 455 050	1 242 385	2 840 025	5,0%	2 840 025	14 537 460
VILA NOVA DE CERVEIRA	3 314 017	2 209 345	5 523 362	122 092	179 719	5,0%	179 719	5 825 173
<b>TOTAL</b>	<b>42 403 218</b>	<b>28 268 813</b>	<b>70 672 031</b>	<b>3 546 042</b>	<b>5 484 089</b>	-	<b>4 596 400</b>	<b>78 814 473</b>
<b>VILA REAL (distrito)</b>								
ALJÓ	3 714 862	2 476 575	6 191 437	186 321	140 426	5,0%	140 426	6 518 184
BÓTICAS	3 184 812	2 123 208	5 308 020	71 390	61 034	0,0%	0	5 379 410
CHAVES	6 771 817	4 514 545	11 286 362	576 345	1 057 987	5,0%	1 057 987	12 920 694
MESÃO FRIO	1 702 792	1 135 194	2 837 986	112 080	45 223	5,0%	45 223	2 995 289
MONDIM DE BASTO	3 313 084	1 783 968	5 097 052	174 081	83 197	5,0%	83 197	5 354 330
MONTALEGRE	5 636 065	3 757 376	9 393 441	160 016	156 635	5,0%	156 635	9 710 092
MURÇA	2 514 697	1 676 465	4 191 162	95 090	79 221	5,0%	79 221	4 365 473
PESO DA RÉGUA	3 155 603	2 103 736	5 259 339	307 612	349 255	5,0%	349 255	5 916 206
RIBEIRA DE PENHA	3 027 493	1 630 189	4 657 682	115 199	69 797	5,0%	69 797	4 842 678
SABROSA	2 703 810	1 802 540	4 506 350	101 452	87 470	5,0%	87 470	4 695 272
SANTA MARTA DE PENAGUIÃO	2 323 027	1 548 685	3 871 712	93 102	85 068	5,0%	85 068	4 049 882
VALPAÇOS	5 257 840	3 505 226	8 763 066	250 242	180 687	5,0%	180 687	9 193 995
VILA POUCA DE AGUIAR	4 556 753	2 453 636	7 010 389	225 977	185 532	5,0%	185 532	7 421 898
VILA REAL	5 094 118	2 742 987	7 837 105	777 128	1 997 387	5,0%	1 997 387	10 611 620
<b>TOTAL</b>	<b>52 956 773</b>	<b>33 254 330</b>	<b>86 211 103</b>	<b>3 246 035</b>	<b>4 578 919</b>	-	<b>4 517 885</b>	<b>93 975 023</b>
<b>UIVEU (distrito)</b>								
ARMAMAR	2 539 961	1 693 308	4 233 269	117 595	74 053	2,0%	29 621	4 380 485
CARRÉGAL DO SAL	2 097 271	1 398 181	3 495 452	185 075	145 425	5,0%	145 425	3 825 952
CASTRO DAIRE	4 274 470	2 849 646	7 124 116	295 179	177 117	5,0%	177 117	7 596 412
CINFÃES	4 238 257	2 825 504	7 063 761	405 503	182 105	3,0%	109 263	7 578 527
LAMEGO	3 952 844	2 635 230	6 588 074	458 592	736 146	5,0%	736 146	7 782 812
MANGUALDE	3 614 203	2 409 468	6 023 671	368 248	396 025	4,0%	316 820	6 708 739
MOIMENTA DA BEIRA	3 079 822	2 053 215	5 133 037	216 267	167 689	5,0%	167 689	5 516 993
MORTÁGUA	2 925 233	1 950 156	4 875 389	127 904	171 203	2,5%	85 602	5 088 895
NELAS	2 543 464	1 695 642	4 239 106	224 488	258 016	5,0%	258 016	4 721 610
OLIVEIRA DE FRADES	2 375 081	1 583 387	3 958 468	200 215	177 263	5,0%	177 263	4 335 946
PENALVA DO CASTELO	2 844 241	1 896 160	4 740 401	135 702	89 371	2,5%	44 686	4 920 789
PENEDONO	2 274 574	1 516 383	3 790 957	55 235	45 358	2,0%	18 143	3 864 335
RESENDE	3 503 209	1 886 343	5 389 552	207 812	127 500	1,0%	25 500	5 622 864
SANTA COMBA DÃO	2 196 862	1 464 575	3 661 437	189 570	216 129	5,0%	216 129	4 067 136
SÃO JOÃO DA PESQUEIRA	3 346 585	2 231 056	5 577 641	149 386	100 611	4,0%	80 489	5 807 516
SÃO PEDRO DO SUL	4 210 545	2 807 030	7 017 575	302 143	284 224	5,0%	284 224	7 603 942
SÁTÃO	2 984 768	1 989 846	4 974 614	236 873	173 139	5,0%	173 139	5 384 626
SERNANCELHE	2 833 490	1 888 994	4 722 484	91 728	57 372	5,0%	57 372	4 871 584
TABUAÇO	2 780 434	1 853 622	4 634 056	110 182	66 099	5,0%	66 099	4 810 337
TAROUÇA	2 578 754	1 719 170	4 297 924	164 089	96 655	5,0%	96 655	4 558 668
TONDELA	5 207 230	3 471 487	8 678 717	473 566	499 986	5,0%	499 986	9 652 269

MUNICÍPIOS	FEF FINAL			FSM	IRS			TOTAL TRANSFERÊNCIAS
	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL		IRS PIE	% IRS	IRS a transferir	
	(1)	(2)	(3)=(2)+(1)		(4)	(5)	(6)	
VILA NOVA DE PAIVA	2 165 198	1 443 465	3 608 663	116 534	60 898	5,0%	60 898	3 786 095
VEISEU	6 188 954	4 125 969	10 314 923	1 435 266	3 847 553	5,0%	3 847 553	15 597 742
VOUZELA	2 803 993	1 869 328	4 673 321	178 625	153 258	5,0%	153 258	5 005 204
<b>TOTAL</b>	<b>77 559 443</b>	<b>51 257 165</b>	<b>128 816 608</b>	<b>6 445 777</b>	<b>8 303 195</b>	-	<b>7 827 093</b>	<b>143 089 478</b>
<b>AÇORES</b>								
ANGRA DO HEROÍSMO	4 730 517	3 153 678	7 884 195	627 145	1 122 791	5,0%	1 122 791	9 634 131
CALHETA (SÃO JORGE)	1 906 516	1 271 010	3 177 526	67 418	47 151	5,0%	47 151	3 292 095
CORVO	859 310	572 874	1 432 184	4 728	11 949	5,0%	11 949	1 448 861
HORTA	2 790 593	1 860 396	4 650 989	280 278	479 233	5,0%	479 233	5 410 500
LAGOA (AÇORES)	2 338 178	1 558 785	3 896 963	341 248	264 819	5,0%	264 819	4 503 030
LAJES DAS FLORES	1 522 427	1 014 951	2 537 378	16 727	21 525	5,0%	21 525	2 575 630
LAJES DO PICO	2 163 709	1 442 473	3 606 182	84 223	75 275	5,0%	75 275	3 765 680
MADALENA	2 275 357	1 516 905	3 792 262	113 907	105 708	5,0%	105 708	4 011 877
NORDESTE	2 409 239	1 606 159	4 015 398	116 321	52 685	5,0%	52 685	4 184 404
PONTA DELGADA	5 942 958	3 961 972	9 904 930	1 548 766	2 534 817	5,0%	2 534 817	13 988 513
POVOAÇÃO	2 319 793	1 546 528	3 866 321	157 142	66 529	5,0%	66 529	4 089 992
RIBEIRA GRANDE	4 602 355	3 068 236	7 670 591	834 494	450 167	5,0%	450 167	8 955 252
SANTA CRUZ DA GRACIOSA	1 553 270	1 035 514	2 588 784	83 249	69 838	0,5%	6 984	2 679 017
SANTA CRUZ DAS FLORES	1 301 677	867 784	2 169 461	53 725	54 171	5,0%	54 171	2 277 357
SÃO ROQUE DO PICO	1 720 870	1 147 246	2 868 116	65 653	72 231	5,0%	72 231	3 006 000
VELAS	2 169 246	1 446 164	3 615 410	92 576	99 174	5,0%	99 174	3 807 160
VILA DA PRAIA DA VITÓRIA	3 400 228	2 266 818	5 667 046	478 595	408 904	5,0%	408 904	6 554 545
VILA DO PORTO	1 986 764	1 324 509	3 311 273	128 432	259 649	5,0%	259 649	3 699 354
VILA FRANCA DO CAMPO	2 314 738	1 543 159	3 857 897	275 777	123 320	5,0%	123 320	4 256 994
<b>TOTAL</b>	<b>48 307 745</b>	<b>32 205 161</b>	<b>80 512 906</b>	<b>5 370 404</b>	<b>6 319 936</b>	-	<b>6 257 082</b>	<b>92 140 392</b>
<b>MADEIRA</b>								
CALHETA	3 430 219	2 286 812	5 717 031	222 594	169 932	5,0%	169 932	6 109 557
CÂMARA DE LOBOS	3 707 753	2 471 835	6 179 588	799 302	295 147	5,0%	295 147	7 274 037
FUNCHAL	4 755 179	3 170 120	7 925 299	1 662 250	5 245 100	5,0%	5 245 100	14 832 649
MACHICO	3 020 716	2 013 810	5 034 526	468 721	313 514	5,0%	313 514	5 816 761
PONTA DO SOL	1 949 725	1 299 816	3 249 541	205 686	102 128	5,0%	102 128	3 557 355
PORTO MONIZ	2 082 219	1 388 146	3 470 365	50 898	30 932	5,0%	30 932	3 552 195
PORTO SANTO	948 844	632 562	1 581 406	91 437	305 547	5,0%	305 547	1 978 390
RIBEIRA BRAVA	2 424 344	1 616 229	4 040 573	323 006	155 983	5,0%	155 983	4 519 562
SANTA CRUZ	2 589 683	1 726 456	4 316 139	560 324	1 169 109	5,0%	1 169 109	6 045 572
SANTANA	3 037 880	2 025 254	5 063 134	123 357	74 483	5,0%	74 483	5 260 974
SÃO VICENTE	2 353 668	1 569 112	3 922 780	107 823	68 643	5,0%	68 643	4 099 246
<b>TOTAL</b>	<b>30 300 230</b>	<b>20 200 152</b>	<b>50 500 382</b>	<b>4 615 398</b>	<b>7 930 518</b>	-	<b>7 930 518</b>	<b>63 046 298</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.062.283.843</b>	<b>689.739.974</b>	<b>1.752.023.817</b>	<b>140.561.886</b>	<b>402.135.993</b>	-	<b>391.410.586</b>	<b>2.283.996.289</b>
<b>TOTAL CONTINENTE</b>	<b>983.675.868</b>	<b>637.334.661</b>	<b>1.621.010.529</b>	<b>130.576.084</b>	<b>387.885.539</b>	-	<b>377.222.986</b>	<b>2.128.809.599</b>

Mapa - Transferências para áreas metropolitanas e associações de municípios  
(Leis n.º 45/2008 e n.º 46/2008, ambas de 27 de Agosto)

AM/CIM	FEF corrente dos municípios integrantes (1)	Percentagem (2)	Transf. OE/2012 (3)=(1)*(2)
AM de Lisboa	52.259.096	1%	522.591
AM do Porto	63.968.961	1%	639.690
CIM da Beira Interior Sul	20.419.731	0,5%	102.099
CIM da Cova da Beira e Beira Interior Norte	50.520.426	0,5%	252.602
CIM da Lezíria do Tejo	33.836.625	0,5%	169.183
CIM da Região Dão-Lafões	46.385.902	0,5%	231.930
CIM da Região de Aveiro - Baixo Vouga	33.085.724	0,5%	165.429
CIM da Serra da Estrela	11.224.409	0,5%	56.122
CIM de Trás-os-Montes	69.741.927	0,5%	348.710
CIM do Alentejo Central	44.079.620	0,5%	220.398
CIM do Alentejo Litoral	25.485.137	0,5%	127.426
CIM do Algarve	38.317.312	0,5%	191.587
CIM do Alto Alentejo	42.412.991	0,5%	212.065
CIM do Ave	41.615.916	0,5%	208.080

AM/CIM	FEF corrente dos municípios integrantes (1)	Percentagem (2)	Transf. OE/2012 (3)=(1)*(2)
CIM do Baixo Alentejo	49.040.734	0,5%	245.204
CIM do Baixo Mondego	31.532.551	0,5%	157.663
CIM do Cávado	32.900.745	0,5%	164.504
CIM do Douro	57.938.384	0,5%	289.692
CIM do Médio Tejo	35.207.637	0,5%	176.038
CIM do Minho-Lima	42.403.218	0,5%	212.016
CIM do Oeste	30.142.016	0,5%	150.710
CIM do Pinhal Interior Norte	36.261.090	0,5%	181.305
CIM do Pinhal Interior Sul	13.390.077	0,5%	66.950
CIM do Pinhal Litoral	21.335.999	0,5%	106.680
CIM do Tâmega e Sousa	60.169.640	0,5%	300.848
<b>Total Geral</b>	<b>983.675.868</b>		<b>5.499.522</b>

MAPA XX  
TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS  
PARTICIPAÇÃO DAS FREGUESIAS NOS IMPOSTOS DO ESTADO - 2012

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Agadão	40 284
Aguada de Baixo	28 946
Aguada de Cima	57 985
Águeda	112 585
Barrô	33 827
Belazaima do Chão	28 588
Borralha	37 860
Castanheira do Vouga	38 385
Espínhel	45 423
Fermentelos	46 751
Lamas do Vouga	23 157
Macieira de Alcoba	17 068
Macinhata do Vouga	55 545
Óis da Ribeira	23 157
Préstimo	40 049
Recardães	45 399
Segadães	24 098
Travassô	32 580
Trofa	40 961
Valongo do Vouga	73 834
<b>ÁGUEDA (Total município)</b>	<b>846 482</b>
Albergaria-a-Velha	84 241
Alquerubim	42 206
Angeja	42 051
Branca	73 736
Frossos	25 127
Ribeira de Fráguas	46 304
São João de Loure	37 764
Valmaior	41 002
<b>ALBERGARIA-A-VELHA (Total município)</b>	<b>392 431</b>
Aguim	27 059
Amoreira da Gândara	29 931
Ancas	23 157
Arcos	54 039
Avelãs de Caminho	27 156
Avelãs de Cima	54 856
Mogofores	23 157
Moita	51 407
Óis do Bairro	23 157
Paredes do Bairro	25 826
Sangalhos	53 539
São Lourenço do Bairro	41 498
Tamengos	31 647

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Vila Nova de Monsarros	42 779
Vilarinho do Bairro	48 833
<b>ANADIA (Total município)</b>	<b>558 041</b>
Albergaria da Serra	20 763
Alvarenga	43 943
Arouca	44 654
Burgo	35 339
Cabreiros	24 028
Canelas	31 795
Chave	31 264
Covelo de Paivó	27 836
Escariz	39 008
Espiunca	24 118
Fermedo	32 471
Janarde	23 012
Mansores	30 463
Moldes	41 042
Rossas	35 502
Santa Eulália	44 782
São Miguel do Mato	33 736
Tropeço	30 140
Urró	28 948
Várzea	23 157
<b>AROUCA (Total município)</b>	<b>646 001</b>
Aradas	77 822
Cacia	83 321
Eirol	22 873
Eixo	57 374
Esgueira	109 224
Glória	84 574
Nariz	30 467
Nossa Senhora de Fátima	34 901
Oliveirinha	54 137
Requeixo	30 082
Santa Joana	70 032
São Bernardo	42 249
São Jacinto	31 285
Vera Cruz	97 035
<b>AVEIRO (Total município)</b>	<b>825 376</b>
Bairros	33 566
Fornos	29 433
Paraíso	42 552
Pedorido	33 224
Raiva	40 573
Real	54 474
Santa Maria de Sardoura	40 618

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
São Martinho de Sardoura	32 678
Sobrado	35 893
<b>CASTELO DE PAIVA (Total município)</b>	<b>343 011</b>
Anta	98 312
Espinho	93 263
Guetim	29 839
Paramos	64 446
Silvalde	81 124
<b>ESPINHO (Total município)</b>	<b>366 984</b>
Avanca	75 988
Beduído	83 949
Canelas	32 245
Fermelã	37 234
Pardilhó	55 522
Salreu	59 771
Veiros	40 039
<b>ESTARREJA (Total município)</b>	<b>384 748</b>
Gafanha do Carmo	31 288
Gafanha da Encarnação	60 295
Gafanha da Nazaré	120 515
Ílhavo (São Salvador)	164 208
<b>ÍLHAVO (Total município)</b>	<b>376 306</b>
Antes	23 983
Barcouço	45 038
Casal Comba	52 695
Luso	49 089
Mealhada	48 291
Pampilhosa	51 575
Vacariça	43 112
Ventosa do Bairro	27 017
<b>MEALHADA (Total município)</b>	<b>340 800</b>
Bunheiro	59 692
Monte	24 299
Murtosa	53 360
Torreira	63 351
<b>MURTOSA (Total município)</b>	<b>200 702</b>
Carregosa	46 069
Cesar	41 489
Fajões	42 745
Loureiro	57 108
Macieira de Sarnes	34 149
Macinhata da Seixa	27 218
Madail	23 157
Nogueira do Cravo	38 953
Oliveira de Azeméis	98 183
Ossela	42 217
Palmaz	43 898
Pindelo	39 630
Pinheiro da Bemposta	46 559
Santiago de Riba-Ul	51 105
São Martinho da Gândara	35 790
São Roque	63 141
Travanca	31 648
Ul	41 688
Vila de Cucujães	107 064
<b>OLIVEIRA DE AZEMÉIS (Total município)</b>	<b>911 811</b>
Bustos	49 449
Mamarrosa	35 067
Oiã	114 357
Oliveira do Bairro	96 769
Palhaça	49 019
Troviscal	50 961
<b>OLIVEIRA DO BAIRRO (Total município)</b>	<b>395 622</b>
Arada	47 431
Cortegaça	52 617
Esmoriz	104 415
Maceda	50 113
Ovar	173 482
São João	74 349
São Vicente de Pereira Jusã	38 442
Válega	78 408

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
<b>OVAR (Total município)</b>	<b>619 257</b>
Argoncilhe	85 062
Arrifana	68 797
Caldas de São Jorge	37 942
Canedo	98 093
Escapães	43 292
Espargo	29 410
Feira	96 092
Fiaes	85 599
Fornos	40 569
Gião	26 079
Guisande	28 356
Lobão	64 694
Louredo	33 420
Lourosa	87 203
Milheirós de Poiares	47 485
Mosteiró	33 186
Mozelos	65 000
Nogueira da Regedoura	56 614
Paços de Brandão	53 894
Pigeiros	27 639
Rio Meão	56 308
Romariz	47 407
Sanfins	32 831
Sanguedo	47 764
Santa Maria de Lamas	53 385
São João de Ver	90 275
São Paio de Oleiros	50 749
Souto	59 463
Travanca	34 267
Vale	37 178
Vila Maior	28 216
<b>SANTA MARIA DA FEIRA (Total município)</b>	<b>1 648 269</b>
São João da Madeira	252 456
<b>SÃO JOÃO DA MADEIRA (Total município)</b>	<b>252 456</b>
Cedrim	26 518
Couto de Esteves	35 607
Dornelas	23 157
Paradela	24 471
Pessegueiro do Vouga	40 787
Rocas do Vouga	38 738
Sever do Vouga	41 278
Silva Escura	36 758
Talhadas	45 811
<b>SEVER DO VOUGA (Total município)</b>	<b>313 125</b>
Calvão	38 218
Covão do Lobo	25 976
Fonte de Angeão	29 333
Gafanha da Boa Hora	51 938
Ouca	36 117
Ponte de Vagos	31 083
Sosa	45 735
Santa Catarina	25 747
Santo André de Vagos	37 716
Santo António de Vagos	34 144
Vagos	57 696
<b>VAGOS (Total município)</b>	<b>413 703</b>
Arões	69 792
Cepelos	41 204
Codal	23 297
Junqueira	37 817
Macieira de Cambra	64 743
Roge	41 634
São Pedro de Castelões	83 492
Vila Chã	51 933
Vila Cova de Perrinho	23 157
<b>VALE DE CAMBRA (Total município)</b>	<b>437 069</b>
<b>AVEIRO (Total distrito)</b>	<b>10 272 194</b>
Aljustrel	142 853
Ervidel	43 629
Messejana	71 803
Rio de Moinhos	40 766
São João de Negrilhos	59 950

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
<b>ALJUSTREL (Total município)</b>	<b>359 001</b>
Aldeia dos Fernandes	30 451
Almodôvar	142 368
Gomes Aires	48 325
Rosário	46 850
Santa Clara-a-Nova	66 013
Santa Cruz	75 302
São Barnabé	82 229
Senhora da Graça de Padrões	35 431
<b>ALMODÓVAR (Total município)</b>	<b>526 969</b>
Alvito	87 380
Vila Nova da Baronia	80 915
<b>ALVITO (Total município)</b>	<b>168 295</b>
Barrancos	168 634
<b>BARRANCOS (Total município)</b>	<b>168 634</b>
Albernoa	62 520
Baleizão	73 232
Beja (Salvador)	63 819
Beja (Santa Maria da Feira)	52 148
Beja (Santiago Maior)	92 450
Beja (São João Baptista)	68 959
Beringel	33 762
Cabeça Gorda	57 147
Mombeja	34 775
Nossa Senhora das Neves	51 276
Quintos	68 363
Salvada	47 967
Santa Clara de Louredo	46 104
Santa Vitória	61 222
São Brissos	28 130
São Matias	43 733
Trígaches	23 804
Trindade	51 319
<b>BEJA (Total município)</b>	<b>960 730</b>
Casével	32 835
Castro Verde	183 732
Entradas	53 715
Santa Bárbara de Padrões	53 379
São Marcos da Atabocira	60 282
<b>CASTRO VERDE (Total município)</b>	<b>383 943</b>
Cuba	82 068
Faro do Alentejo	41 727
Vila Alva	37 752
Vila Ruiva	28 772
<b>CUBA (Total município)</b>	<b>190 319</b>
Alfundão	45 975
Canhestros	47 798
Ferreira do Alentejo	156 415
Figueira dos Cavaleiros	93 120
Odivelas	64 113
Peroguarda	34 484
<b>FERREIRA DO ALENTEJO (Total município)</b>	<b>441 905</b>
Alcaria Ruiva	110 844
Corte do Pinto	53 930
Espírito Santo	69 896
Mértola	183 139
Santana de Cambas	89 934
São João dos Caldeireiros	64 401
São Miguel do Pinheiro	81 862
São Pedro de Solis	45 973
São Sebastião dos Carros	48 385
<b>MÉRTOLA (Total município)</b>	<b>748 364</b>
Amareleja	83 302
Moura (Santo Agostinho)	103 529
Moura (São João Baptista)	92 786
Póvoa de São Miguel	93 708
Safara	49 998
Santo Aleixo da Restauração	88 809
Santo Amador	49 872
Sobral da Adiça	80 045

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
<b>MOURA (Total município)</b>	<b>642 049</b>
Bicos	44 269
Colos	65 190
Luzianes-Gare	56 159
Odemira (Santa Maria)	62 065
Odemira (São Salvador)	62 681
Pereiras-Gare	41 264
Relíquias	67 597
Saboia	82 435
Santa Clara-a-Velha	59 469
São Luís	95 388
São Martinho das Amoreiras	77 975
São Teotónio	184 774
Vale de Santiago	46 329
Vila Nova de Milfontes	76 153
Zambujeira do Mar	41 754
Boavista dos Pinheiros	44 559
Longueira/Almograve	50 042
<b>ODEMIRA (Total município)</b>	<b>1 158 103</b>
Conceição	30 216
Garvão	42 795
Ourique	150 963
Panóias	66 828
Santa Luzia	34 438
Santana da Serra	107 944
<b>OURIQUE (Total município)</b>	<b>433 184</b>
Aldeia Nova de São Bento	150 570
Brinches	62 641
Pias	111 188
Serpa (Salvador)	180 287
Serpa (Santa Maria)	99 764
Vale de Vargo	49 425
Vila Verde de Ficalho	70 803
<b>SERPA (Total município)</b>	<b>724 678</b>
Pedrógão	77 659
Scelmes	81 952
Vidigueira	58 222
Vila de Frades	35 228
<b>VIDIGUEIRA (Total município)</b>	<b>253 061</b>
<b>BEJA (Total distrito)</b>	<b>7 159 235</b>
Amares	24 098
Barreiros	23 156
Besteiros	23 156
Bico	23 156
Bouro (Santa Maria)	24 371
Bouro (Santa Marta)	25 081
Caires	23 637
Caldelas	23 757
Carrzedo	23 156
Dornelas	23 156
Ferreiros	34 953
Figueiredo	23 514
Fiscal	23 156
Goães	23 156
Lago	31 754
Paranhos	15 368
Paredes Secas	14 473
Portela	15 820
Prozelo	23 156
Rendufe	24 277
Sequeiros	23 156
Seramil	23 156
Torre	23 156
Vilela	23 156
<b>AMARES (Total município)</b>	<b>558 975</b>
Abade de Neiva	33 318
Aborim	24 075
Adães	23 156
Aguiar	23 156
Airó	23 156
Aldreu	23 156
Alheira	26 454
Alvelos	34 269

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF	FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Alvito (São Martinho)	23 156	Viatodos	32 279
Alvito (São Pedro)	23 156	Vila Boa	24 098
Arcozelo	92 348	Vila Cova	35 390
Areias	23 654	Vila Frescaíña (São Martinho)	30 710
Areias de Vilar	27 631	Vila Frescaíña (São Pedro)	25 681
Balugães	23 156	Vila Seca	26 755
Barcelinhos	29 026	Vilar de Figos	23 156
Barcelos	45 858	Vilar do Monte	23 156
Barqueiros	34 387	<b>BARCELOS (Total município)</b>	<b>2 423 715</b>
Bastuço (Santo Estêvão)	23 156	Adaúfe	48 863
Bastuço (São João)	23 156	Arcos	22 872
Cambeses	24 188	Arentim	22 812
Campo	23 156	Aveleda	28 357
Carapeços	35 059	Braga (Cividade)	23 802
Carreira	26 708	Braga (Maximinos)	64 129
Carvalhal	25 249	Braga (São João do Souto)	22 872
Carvalhos	23 156	Braga (São José de São Lázaro)	108 124
Chavão	23 156	Braga (São Vicente)	67 226
Chorente	23 156	Braga (São Vítor)	137 884
Cossourado	24 286	Braga (Sé)	34 995
Courel	23 156	Cabreiros	28 717
Couto	23 156	Celeirós	34 380
Creixomil	23 156	Crespos	23 183
Cristelo	33 645	Cunha	22 872
Durrães	23 156	Dume	43 084
Encourados	23 156	Escudeiros	23 866
Faria	23 156	Espinho	26 710
Feitos	23 156	Esporões	31 721
Fonte Coberta	23 156	Este (São Mamede)	31 387
Fornelos	23 156	Este (São Pedro)	30 553
Fragoso	37 702	Ferreiros	52 452
Galegos (Santa Maria)	34 458	Figueiredo	23 802
Galegos (São Martinho)	27 147	Fradelos	22 872
Gamil	23 156	Fraião	29 064
Gilmonde	28 582	Frossos	23 802
Góios	23 156	Gondizalves	23 802
Grimancelos	23 156	Gualtar	43 658
Gual	23 156	Guisande	22 872
Igreja Nova	23 156	Lamações	23 802
Lama	24 098	Lamas	22 872
Lijó	34 130	Lomar	43 437
Macieira de Rates	34 960	Merelim (São Paio)	31 029
Manhente	28 502	Merelim (São Pedro)	26 988
Mariz	23 156	Mire de Tibães	36 704
Martim	35 100	Morreira	22 872
Midões	23 156	Navarra	22 872
Milhazes	23 322	Nogueira	51 090
Mínhotães	23 156	Nogueiró	23 802
Monte de Fralães	23 156	Oliveira (São Pedro)	22 872
Moure	23 156	Padim da Graça	28 482
Negreiros	30 495	Palmeira	53 440
Oliveira	24 621	Panoias	23 802
Palme	26 753	Parada de Tibães	22 872
Panque	23 156	Passos (São Julião)	22 871
Paradela	24 603	Pedralva	31 120
Pedra Furada	23 156	Penso (Santo Estêvão)	22 871
Pereira	25 828	Penso (São Vicente)	22 871
Perelhal	30 887	Pousada	22 871
Pousa	37 425	Priscos	25 974
Quintães	23 156	Real	30 588
Remelhe	28 267	Ruilhe	23 801
Rio Covo (Santa Eugénia)	24 098	Santa Lucrecia de Algeriz	22 871
Rio Covo (Santa Eulália)	23 982	Semelhe	22 871
Roriz	34 566	Sequeira	33 278
Sequeade	23 156	Sobreposta	26 100
Silva	23 156	Tadim	22 871
Silveiros	24 507	Tebosa	23 440
Tamel (Santa Leocádia)	23 156	Tenões	22 676
Tamel (São Pedro Fins)	23 156	Trandearas	22 871
Tamel (São Veríssimo)	41 451	Vilaça	22 871
Tregosa	23 156	Vimieiro	23 925
Ucha	26 513		
Várzea	24 098		

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF	FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
<b>BRAGA (Total município)</b>	<b>2 024 410</b>	Freitas	23 154
Abadim	26 460	Golães	35 105
Alvite	25 708	Gontim	15 847
Arco de Baúlhe	29 486	Medelo	24 097
Basto	23 179	Monte	23 154
Bucos	27 381	Moreira do Rei	39 747
Cabeceiras de Basto	34 126	Passos	24 384
Cavez	41 527	Pedraído	23 154
Faia	23 154	Queimadela	23 333
Gondães	26 422	Quinchães	38 264
Outeiro	26 033	Regadas	32 129
Painzela	24 097	Revelhe	23 154
Passos	23 154	Ribeiros	23 154
Pedraça	27 060	São Gens	35 663
Refojos de Basto	51 707	Seidões	23 154
Rio Douro	45 565	Serafão	27 463
Vila Nune	23 154	Silvares (São Clemente)	23 154
Vilar de Cunhas	25 098	Silvares (São Martinho)	29 147
<b>CABECEIRAS DE BASTO (Total município)</b>	<b>503 311</b>	Travassós	32 161
Agilde	29 088	Várzea Cova	24 080
Arnóia	38 946	Vila Cova	23 154
Basto (Santa Tecla)	23 154	Vinhós	23 154
Basto (São Clemente)	34 237	<b>FAFE (Total município)</b>	<b>1 048 651</b>
Borba de Montanha	29 719	Abação (São Tomé)	34 968
Britelo	37 612	Airão (Santa Maria)	28 444
Caçarilhe	23 154	Airão (São João Baptista)	23 154
Canedo de Basto	27 043	Aldão	23 154
Carvalho	23 626	Arosa	23 154
Codeçoso	23 154	Atães	33 964
Corgo	23 154	Azurém	78 872
Fervença	31 835	Balazar	23 154
Gagos	23 154	Barco	27 185
Gêmeos	23 154	Briteiros (Salvador)	26 257
Infesta	23 154	Briteiros (Santa Leocádia)	23 334
Molares	23 154	Briteiros (Santo Estêvão)	25 895
Moreira do Castelo	23 154	Brito	53 295
Ourilhe	23 154	Caldelas	45 558
Rego	32 358	Calvos	23 154
Ribas	28 282	Candoso (Santiago)	24 097
Vale de Bouro	23 951	Candoso (São Martinho)	28 404
Veade	23 154	Castelões	23 154
<b>CELORICO DE BASTO (Total município)</b>	<b>591 391</b>	Conde	24 097
Antas	35 404	Costa	40 839
Apúlia	53 578	Creixomil	71 381
Belinho	34 551	Donim	23 154
Curvos	22 871	Fermentões	46 283
Esposende	40 590	Figueiredo	23 154
Fão	41 776	Gandarela	23 912
Fonte Boa	27 234	Gêmeos	23 154
Forjães	37 431	Gominhães	23 154
Gandra	26 107	Gonça	29 403
Gemeses	25 202	Gondar	34 037
Mar	26 035	Gondomar	23 154
Marinhas	65 050	Guardizela	38 037
Palmeira de Faro	33 879	Guimarães (Oliveira do Castelo)	34 369
Rio Tinto	22 871	Guimarães (São Paio)	27 322
Vila Chã	30 476	Guimarães (São Sebastião)	24 097
<b>ESPOSENDE (Total município)</b>	<b>523 055</b>	Infantas	33 204
Aboim	24 406	Leitões	23 154
Agrela	22 892	Longos	32 045
Antime	26 686	Lordelo	55 035
Ardegão	23 154	Mascotelos	24 097
Armil	23 154	Mesão Frio	47 182
Arnozela	23 154	Moreira de Cónegos	64 664
Arões (Santa Cristina)	24 097	Nespereira	41 365
Arões (São Romão)	46 278	Oleiros	23 154
Cepães	28 046	Pencelo	24 814
Estorãos	30 700	Pinheiro	24 097
Fafe	121 546	Polvoreira	45 911
Fareja	23 154	Ponte	54 506
Felgueiras	16 242	Prazins (Santa Eufémia)	24 097
Fornelos	25 336	Prazins (Santo Tirso)	23 154

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF	FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Rendufe	23 154	Cantelães	27 093
Ronfe	51 759	Cova	23 155
Sande (São Clemente)	30 997	Eira Vedra	23 155
Sande (São Lourenço)	24 787	Guilhofrei	28 929
Sande (São Martinho)	40 081	Louredo	23 155
Sande (Vila Nova)	30 881	Mosteiro	26 784
São Torcato	46 020	Parada do Bouro	23 155
Selho (São Cristóvão)	30 438	Pinheiro	23 155
Selho (São Jorge)	57 215	Rossas	47 422
Selho (São Lourenço)	24 098	Ruivães	38 932
Serzedelo	51 505	Salamonde	23 155
Serzedo	26 987	Soengas	14 505
Silvares	38 959	Soutelo	23 155
Souto (Santa Maria)	23 155	Tabuaças	25 483
Souto (São Salvador)	23 497	Ventosa	23 155
Tabuadelo	30 054	Vieira do Minho	35 147
Urgezes	56 683	Vilar Chão	23 155
Vermil	24 098	<b>VIEIRA DO MINHO (Total município)</b>	<b>547 199</b>
São Faustino	22 950	Abade de Vermoim	23 155
Corvite	17 525	Antas	58 427
<b>GUIMARÃES (Total município)</b>	<b>2 294 066</b>	Arnos (Santa Eulália)	23 980
Águas Santas	23 155	Arnos (Santa Maria)	30 378
Ajude	14 695	Avidos	24 098
Brunhais	23 155	Bairro	47 000
Calvos	23 155	Bente	23 155
Campos	23 667	Brufe	32 523
Covelas	23 155	Cabeçudos	26 776
Esperança	23 155	Calendário	93 823
Ferreiros	23 155	Carreira	25 240
Fonte Arcada	28 081	Castelões	30 511
Frades	23 155	Cavalões	27 649
Friande	23 155	Cruz	29 772
Galegos	23 155	Delães	39 994
Garfe	25 771	Esmeriz	31 097
Geraz do Minho	23 155	Fradelos	55 928
Lanhoso	23 155	Gavião	48 634
Louredo	23 155	Gondifelos	35 164
Monsul	23 155	Jesufrei	23 155
Moure	22 603	Joane	75 790
Oliveira	23 155	Lagoa	23 155
Póvoa de Lanhoso (Nossa Senhora do Amparo)	52 625	Landim	41 710
Rendufinho	23 614	Lemenhe	25 443
Santo Emilião	23 155	Louro	35 794
São João de Rei	23 155	Lousado	49 811
Serzedelo	25 264	Mogege	29 102
Sobradelo da Goma	27 887	Mouquim	27 400
Taíde	30 466	Nine	39 937
Travassos	23 155	Novais	23 155
Verim	23 155	Oliveira (Santa Maria)	44 022
Vilela	23 155	Oliveira (São Mateus)	40 115
<b>PÓVOA DE LANHOSO (Total município)</b>	<b>714 618</b>	Outiz	23 155
Balança	23 155	Pedome	32 157
Brufe	15 061	Portela	23 155
Campo do Gerês	46 701	Pousada de Saramagos	24 964
Carvalheira	23 155	Requião	45 026
Chamoim	23 155	Riba de Ave	38 285
Chorense	23 155	Ribeirão	82 095
Cibões	25 537	Ruivães	33 398
Covide	26 010	Seide (São Miguel)	23 430
Gondoriz	23 155	Seide (São Paio)	23 155
Moimenta	23 155	Sezures	23 155
Monte	18 431	Telhado	31 662
Ribeira	22 694	Vale (São Cosme)	41 464
Rio Caldo	28 876	Vale (São Martinho)	32 089
Souto	23 155	Vermoim	42 225
Valdosende	25 134	Vila Nova de Famalicão	53 079
Vilar	16 230	Vilarinho das Cambas	32 196
Vilar da Veiga	60 372	<b>VILA NOVA DE FAMALICÃO (Total município)</b>	<b>1 790 583</b>
<b>TERRAS DE BOURO (Total município)</b>	<b>447 131</b>	Aboim da Nóbrega	29 462
Anissó	23 155	Arcozelo	23 155
Anjos	25 044	Atães	23 155
Campos	23 155	Atiães	23 155
Caniçada	23 155		



FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF	FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Azões	23 155	Pombal	15 061
Barbudo	29 663	Saldonha	15 061
Barros	23 155	Sambade	34 849
Cabanelas	34 564	Sendim da Ribeira	17 872
Carreiras (Santiago)	23 155	Sendim da Serra	16 173
Carreiras (São Miguel)	23 155	Socima	19 804
Cervães	35 222	Vale Pereiro	15 061
Codeceda	23 155	Vales	15 061
Couciceiro	23 155	Valverde	15 061
Covas	23 155	Vilar Chão	28 221
Dossãos	23 155	Vilarelhos	23 155
Duas Igrejas	32 894	Vilares de Vilarça	23 155
Escariz (São Mamede)	23 155	<b>ALFÂNDEGA DA FÉ (Total município)</b>	<b>452 011</b>
Escariz (São Martinho)	23 155	Alfaião	19 561
Esqueiros	23 155	Aveleda	39 102
Freiriz	25 846	Babe	23 803
Geme	23 155	Baçal	23 803
Goães	23 155	Bragança (Santa Maria)	50 417
Godinhaços	23 155	Bragança (Sé)	144 722
Gomide	23 155	Calvelhe	16 603
Gondiães	23 155	Carragosa	23 803
Gondomar	14 473	Carrazedo	20 983
Laje	34 267	Castrelos	19 561
Lanhas	23 155	Castro de Avelãs	23 483
Loureira	22 792	Coelhoso	23 803
Marrancos	23 155	Deilão	27 090
Mós	23 155	Donai	23 686
Moure	27 371	Espinhosela	26 682
Nevogilde	23 155	Failde	14 877
Oleiros	24 098	França	34 995
Oriz (Santa Marinha)	23 155	Gimonde	23 803
Oriz (São Miguel)	23 000	Gondesende	22 872
Parada de Gatim	23 155	Gostei	23 803
Passó	22 964	Grijó de Parada	25 171
Pedregais	23 155	Izedá	34 670
Penascals	23 070	Macedo do Mato	22 872
Pico	23 155	Meixedo	19 561
Pico de Regalados	23 155	Milhão	23 803
Ponte	23 155	Mós	19 561
Portela das Cabras	22 963	Nogueira	22 872
Prado (São Miguel)	23 155	Outeiro	28 424
Rio Mau	23 155	Parada	31 282
Sabariz	23 155	Paradinha Nova	14 877
Sande	23 155	Parâmio	23 803
Soutelo	32 934	Pinela	23 803
Travassós	22 304	Pombares	14 877
Turiz	24 098	Quintanilha	23 803
Valbom (São Martinho)	22 713	Quintela de Lampaças	23 803
Valbom (São Pedro)	22 930	Rabal	19 561
Valdreu	33 620	Rebordainhos	19 561
Valões	15 817	Rebordãos	24 083
Vila de Prado	53 302	Rio Frio	24 772
Vila Verde	39 209	Rio de Onor	26 814
Vilarinho	23 155	Salsas	23 889
<b>VILA VERDE (Total município)</b>	<b>1 456 846</b>	Samil	23 803
São João das Caldas de Vizela	45 911	Santa Comba de Rossas	22 872
São Miguel das Caldas de Vizela	64 807	São Julião de Palácios	24 663
Infias	24 923	São Pedro de Sarracenos	22 872
Tagilde	26 709	Sendas	23 803
São Paio de Vizela	24 098	Serapicos	23 803
Santo Adrião de Vizela	36 337	Sortes	23 803
Santa Eulália	57 813	Zoio	23 803
<b>VIZELA (Total município)</b>	<b>280 598</b>	<b>BRAGANÇA (Total município)</b>	<b>1 308 736</b>
<b>BRAGA (Total distrito)</b>	<b>15 204 549</b>	Amedo	23 155
Agrobom	20 291	Beira Grande	22 447
Alfândega da Fé	57 220	Belver	23 155
Cerejais	23 378	Carrazeda de Ansiães	32 325
Eucisia	24 699	Castanheiro	24 872
Ferradosa	23 155	Fonte Longa	23 155
Gebelim	24 037	Lavandeira	21 161
Gouveia	21 555	Linhares	32 827
Parada	19 142	Marzagão	23 682
		Mogo de Malta	17 587

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Parambos	23 155
Pereiros	23 155
Pinhal do Norte	23 941
Pombal	24 807
Ribalonga	15 313
Seixo de Ansiães	27 990
Selores	17 663
Vilarinho da Castanheira	37 461
Zedes	23 155
<b>CARRAZEDA DE ANSIÃES (Total município)</b>	<b>461 006</b>
Fornos	30 536
Freixo de Espada à Cinta	90 994
Lagoaça	40 466
Ligares	42 446
Mazouco	23 884
Poiães	40 778
<b>FREIXO DE ESPADA À CINTA (Total município)</b>	<b>269 104</b>
Ala	33 632
Amendocira	24 098
Arcas	24 443
Baguexie	18 926
Bornes	26 049
Burga	15 061
Carrapatas	23 155
Castelãos	23 155
Chacim	24 098
Cortiços	25 727
Corujas	23 155
Edroso	15 061
Espadanedo	19 804
Ferreira	24 098
Grijó de Vale Benfeito	23 155
Lagoa	30 204
Lamalonga	24 098
Lamas de Podence	23 155
Lombo	23 263
Macedo de Cavaleiros	70 928
Morais	44 429
Murçós	24 098
Olmos	24 098
Peredo	24 098
Podence	23 155
Salsclas	36 048
Santa Combinha	15 061
Sesulfé	19 804
Soutelo Mourisco	15 061
Talhas	38 635
Talhinhas	24 098
Vale Benfeito	23 155
Vale da Porca	24 098
Vale de Prados	23 155
Vilar do Monte	15 061
Vilarinho de Agrochão	23 155
Vilarinho do Monte	15 061
Vinhas	29 169
<b>MACEDO DE CAVALEIROS (Total município)</b>	<b>956 704</b>
Atenor	23 917
Cicouro	16 111
Constantim	22 514
Duas Igrejas	43 949
Genísio	29 967
Ifanes	29 213
Malhadas	30 610
Miranda do Douro	50 352
Palaçoulo	31 699
Paradela	16 891
Picote	25 867
Póvoa	26 328
São Martinho de Angueira	35 131
Sendim	44 212
Silva	31 542
Vila Chã de Braciosa	38 747
Águas Vivas	23 155

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
<b>MIRANDA DO DOURO (Total município)</b>	<b>520 205</b>
Abambres	24 098
Abreiro	25 876
Agueiras	23 395
Alvites	24 098
Avantos	15 061
Avidagos	24 098
Barcel	18 043
Bouça	23 155
Cabanelas	24 098
Caravelas	23 155
Carvalhais	36 544
Cedães	29 628
Cobro	23 155
Fradizela	23 155
Franco	23 984
Frechas	33 014
Freixeda	15 061
Lamas de Orelhão	25 613
Marmelos	24 098
Mascarenhas	33 487
Mirandela	106 235
Múrias	25 180
Navalho	15 061
Passos	24 098
Pereira	23 155
Romeu	23 155
São Pedro Velho	27 075
São Salvador	23 155
Sucções	38 806
Torre de Dona Chama	39 991
Vale de Asnes	25 134
Vale de Gouvinhas	24 098
Vale de Salgueiro	24 094
Vale de Telhas	23 529
Valverde	19 804
Vila Boa	15 061
Vila Verde	15 061
<b>MIRANDELA (Total município)</b>	<b>985 508</b>
Azinhoso	29 826
Bemposta	38 999
Bruçó	28 081
Brunhoso	24 098
Brunhozinho	15 531
Castanheira	15 061
Castelo Branco	44 181
Castro Vicente	31 766
Meirinhos	39 344
Mogadouro	64 263
Paradela	19 804
Penas Roias	34 040
Peredo da Bemposta	24 016
Remondes	24 098
Saldanha	24 098
Sanhoane	15 061
São Martinho do Peso	40 551
Soutelo	19 804
Tó	24 098
Travanca	20 458
Urrós	31 928
Vale da Madre	15 061
Vale de Porco	15 822
Valverde	22 124
Ventozelo	22 070
Vila de Ala	29 195
Vilar de Rei	15 061
Vilarinho dos Galegos	24 098
<b>MOGADOURO (Total município)</b>	<b>752 537</b>
Açoreira	29 850
Adeganha	41 871
Cabeça Boa	30 587
Cardanha	23 157
Carviçais	50 086

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF	FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Castedo	24 139	Vale das Fontes	25 566
Felgar	40 879	Vale de Janeiro	15 139
Felgueiras	28 508	Vila Boa de Ousilhão	18 178
Horta da Vilariaça	24 073	Vila Verde	23 155
Larinho	31 973	Vilar de Lomba	24 098
Lousa	35 042	Vilar de Ossos	24 098
Maçores	23 155	Vilar de Peregrinos	19 804
Mós	44 411	Vilar Seco de Lomba	24 098
Peredo dos Castelhanos	19 033	Vinhais	46 049
Souto da Velha	16 566	<b>VINHAIS (Total município)</b>	<b>809 905</b>
Torre de Moncorvo	53 578	<b>BRAGANÇA (Total distrito)</b>	<b>8 003 864</b>
Urros	43 829	Belmonte	65 145
<b>TORRE DE MONCORVO (Total município)</b>	<b>560 737</b>	Caria	68 931
Assares	15 817	Colmeal da Torre	25 159
Benlhevai	23 155	Inguias	34 289
Candoso	23 155	Maçainhas	28 926
Carvalho de Egas	14 682	<b>BELMONTE (Total município)</b>	<b>222 450</b>
Freixiel	39 375	Alcains	66 607
Lodões	15 061	Almaceda	51 885
Mourão	16 130	Benquerenças	46 450
Nabo	23 155	Cafede	22 872
Roiões	21 780	Castelo Branco	330 144
Samões	23 155	Cebolais de Cima	30 733
Sampaio	18 335	Escalões de Baixo	41 740
Santa Comba de Vilariaça	23 155	Escalões de Cima	28 723
Seixo de Manhoses	23 155	Freixial do Campo	23 803
Trindade	20 163	Junçal do Campo	25 037
Vale Frechoso	25 947	Lardosa	38 908
Valtorno	23 155	Louriçal do Campo	28 057
Vila Flor	54 582	Lousa	34 006
Vilarinho das Azenhas	20 810	Malpica do Tejo	114 769
Vilas Boas	34 288	Mata	25 607
<b>VILA FLOR (Total município)</b>	<b>459 055</b>	Monforte da Beira	66 358
Algoso	34 521	Ninho do Açor	22 872
Angueira	23 768	Póvoa de Rio de Moinhos	28 183
Argozelo	38 052	Retaxo	26 901
Avelanoso	28 988	Salgueiro do Campo	33 353
Caçarelhos	31 147	Santo André das Tojeiras	54 759
Campo de Vitoras	26 617	São Vicente da Beira	66 707
Carção	31 650	Sarzedas	100 244
Matela	39 221	Sobral do Campo	28 684
Pinelo	32 240	Tinalhas	24 008
Santulhão	42 506	<b>CASTELO BRANCO (Total município)</b>	<b>1 361 410</b>
Uva	31 983	Aldeia do Carvalho	37 097
Vale de Frades	35 433	Aldeia de São Francisco de Assis	28 660
Vilar Seco	25 585	Aldeia do Souto	23 155
Vimioso	46 645	Barco	24 993
<b>VIMIOSO (Total município)</b>	<b>468 356</b>	Boidobra	35 126
Agrochão	24 089	Canhoso	24 098
Alvaredos	15 061	Cantar-Galo	36 937
Candedo	27 269	Casegas	40 883
Celas	34 607	Cortes do Meio	44 417
Curopos	24 098	Coutada	23 155
Edral	24 884	Covilhã (Conceição)	75 427
Edrosa	21 306	Covilhã (Santa Maria)	36 331
Ervedosa	32 392	Covilhã (São Martinho)	57 435
Fresulfe	15 964	Covilhã (São Pedro)	28 196
Mofreita	15 061	Dominguizo	24 098
Moimenta	19 804	Erada	42 350
Montouto	22 380	Ferro	44 027
Nunes	17 949	Orjais	27 540
Ousilhão	15 470	Ourondo	23 155
Paçó	23 155	Paul	40 224
Penhas Juntas	27 351	Peraboa	37 922
Pinheiro Novo	24 139	Peso	24 098
Quirás	25 890	São Jorge da Beira	32 973
Rebordelo	29 799	Sarzedo	19 486
Santa Cruz	15 061	Sobral de São Miguel	31 235
Santalha	29 244	Teixoso	60 482
São Jomil	15 061	Tortosendo	61 453
Sobreiro de Baixo	24 572	Unhais da Serra	41 322
Socira	15 061	Vale Formoso	24 098
Travanca	15 061		
Tuizelo	34 992		

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Vales do Rio	23 155
Verdelhos	38 088
<b>COVILHÃ (Total município)</b>	<b>1 111 616</b>
Alcaide	25 072
Alcaria	33 943
Alcongosta	23 155
Aldeia de Joanes	24 098
Aldeia Nova do Cabo	23 625
Alpedrinha	31 874
Atalaia do Campo	24 098
Barroca	27 891
Bogas de Baixo	29 466
Bogas de Cima	31 569
Capinha	40 953
Castelejo	34 551
Castelo Novo	35 824
Donas	24 098
Enxames	26 215
Escarigo	23 155
Fatela	23 222
Fundão	88 275
Janeiro de Cima	23 155
Lavacolhos	24 098
Mata da Rainha	24 098
Orca	45 823
Pêro Viseu	28 202
Póvoa de Atalaia	24 098
Salgueiro	46 417
Silvares	33 280
Soalheira	27 952
Souto da Casa	36 748
Telhado	24 098
Vale de Prazeres	49 509
Valverde	31 231
<b>FUNDÃO (Total município)</b>	<b>989 793</b>
Alcafozes	35 824
Aldeia de Santa Margarida	23 155
Idanha-a-Nova	135 857
Idanha-a-Velha	16 437
Ladociro	53 053
Medelim	31 561
Monfortinho	44 408
Monsanto	80 792
Oledo	31 389
Penha Garcia	75 273
Proença-a-Velha	37 465
Rosmaninhal	114 744
Salvaterra do Extremo	44 748
São Miguel de Acha	40 856
Segura	41 063
Toulões	33 146
Zebreira	66 849
<b>IDANHA-A-NOVA (Total município)</b>	<b>906 620</b>
Álvaro	32 397
Amieira	27 181
Cambas	41 370
Estreito	52 819
Isna	29 831
Madeirã	25 664
Mosteiro	25 454
Oleiros	88 652
Orvalho	36 457
Sarnadas de São Simão	31 455
Sobral	24 587
Vilar Barroco	25 890
<b>OLEIROS (Total município)</b>	<b>441 757</b>
Águas	23 212
Aldeia do Bispo	23 898
Aldeia de João Pires	23 155
Aranhas	23 155
Bemposta	18 996
Benquerença	34 023

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Meimão	33 091
Meimoa	27 337
Pedrógão de São Pedro	29 189
Penamacor	197 377
Salvador	23 155
Vale da Senhora da Póvoa	25 307
<b>PENAMACOR (Total município)</b>	<b>481 895</b>
Alvito da Beira	35 199
Montes da Senhora	40 592
Peral	34 282
Proença-a-Nova	129 570
São Pedro do Esteval	49 234
Sobreira Formosa	75 640
<b>PROENÇA-A-NOVA (Total município)</b>	<b>364 517</b>
Cabeçudo	27 114
Carvalhal	23 159
Castelo	36 171
Cernache do Bonjardim	76 526
Cumçada	29 853
Ermida	29 402
Figueiredo	23 287
Marmeleiro	30 183
Nesperial	23 155
Palhais	26 952
Pedrógão Pequeno	40 887
Sertã	97 003
Troviscal	47 706
Várzea dos Cavaleiros	39 809
<b>SERTÃ (Total município)</b>	<b>551 207</b>
Fundada	44 246
São João do Peso	21 729
Vila de Rei	140 567
<b>VILA DE REI (Total município)</b>	<b>206 542</b>
Fratel	62 071
Perais	54 493
Sarnadas de Ródão	47 198
Vila Velha de Ródão	87 115
<b>VILA VELHA DE RÓDÃO (Total município)</b>	<b>250 877</b>
<b>CASTELO BRANCO (Total distrito)</b>	<b>6 888 684</b>
Anceriz	16 025
Arganil	59 093
Barril de Alva	23 155
Benfeita	28 454
Celavisa	23 155
Cepos	19 804
Cerdeira	23 155
Coja	38 928
Folques	26 161
Moura da Serra	19 804
Piódão	33 783
Pomares	34 452
Pombeiro da Beira	41 360
São Martinho da Cortiça	42 641
Sarzedo	25 142
Secarias	23 155
Teixeira	23 752
Vila Cova de Alva	23 855
<b>ARGANIL (Total município)</b>	<b>525 874</b>
Ançã	42 519
Bolho	24 098
Cadima	49 712
Camarneira	24 098
Cantanhede	87 894
Cordinhã	28 098
Corticeiro de Cima	23 155
Covões	47 303
Febres	50 596
Murte de	37 350
Ourentã	34 254
Outil	28 481
Pocariça	29 606
Portunhos	31 868

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF	FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Sanguinheira	44 764	<b>GÓIS (Total município)</b>	<b>256 216</b>
São Caetano	30 878	Casal de Ermio	23 155
Sepins	29 243	Foz de Arouce	33 133
Tocha	79 439	Lousã	107 635
Vilamar	23 155	Serpins	49 080
<b>CANTANHEDE (Total município)</b>	<b>746 511</b>	Vilarinho	46 181
Almalaguês	49 075	Gândaras	24 098
Ameal	33 172	<b>LOUSÃ (Total município)</b>	<b>283 282</b>
Antanhol	39 093	Carapelhos	23 155
Antuzede	37 023	Mira	126 201
Arzila	22 587	Praia de Mira	68 166
Assafarge	36 580	Seixo	35 593
Botão	39 060	<b>MIRA (Total município)</b>	<b>253 115</b>
Brasfemes	33 421	Lamas	31 293
Castelo Viegas	32 055	Miranda do Corvo	90 700
Ceira	54 474	Rio Vide	27 076
Cernache	50 255	Semide	52 420
Coimbra (Almedina)	23 508	Vila Nova	39 746
Coimbra (Santa Cruz)	66 885	<b>MIRANDA DO CORVO (Total município)</b>	<b>241 235</b>
Coimbra (São Bartolomeu)	22 587	Abrunheira	25 374
Coimbra (Sé Nova)	64 491	Arazede	84 077
Eiras	92 074	Carapinheira	45 925
Lamarosa	37 780	Ercira	23 155
Ribeira de Frades	34 014	Gatões	23 155
Santa Clara	83 430	Liceia	31 690
Santo António dos Olivais	249 384	Meãs do Campo	33 554
São João do Campo	37 358	Montemor-o-Velho	47 419
São Martinho de Árvore	23 227	Pereira	37 315
São Martinho do Bispo	115 313	Santo Varão	32 618
São Paulo de Frades	64 567	Seixo de Gatões	31 959
São Silvestre	42 941	Tentúgal	48 430
Souselas	45 005	Verride	23 155
Taveiro	35 954	Vila Nova da Barca	23 155
Torre de Vilela	24 066	<b>MONTE-MOR-O-VELHO (Total município)</b>	<b>510 981</b>
Torres do Mondego	41 893	Aldeia das Dez	27 981
Trouxemil	43 491	Alvoco das Várzeas	23 155
Vil de Matos	23 745	Avó	23 155
<b>COIMBRA (Total município)</b>	<b>1 598 508</b>	Bobadela	23 155
Anobra	32 042	Ervedal	33 841
Belide	22 571	Lagares	33 065
Bem da Fé	14 991	Lagos da Beira	25 157
Condeixa-a-Nova	41 753	Lajeosa	23 155
Condeixa-a-Velha	48 703	Lourosa	25 648
Ega	51 738	Meruge	23 155
Furadouro	23 155	Nogueira do Cravo	39 859
Sebal	36 128	Oliveira do Hospital	53 978
Vila Seca	28 441	Penalva de Alva	28 546
Zambujal	25 911	Santa Ovaia	23 155
<b>CONDEIXA-A-NOVA (Total município)</b>	<b>325 433</b>	São Gião	25 231
Alhadas	55 930	São Paio de Gramaços	23 772
Alqueidão	37 566	São Sebastião da Feira	22 873
Bom Sucesso	63 349	Seixo da Beira	44 328
Borda do Campo	26 086	Travanca de Lagos	34 230
Brenha	23 803	Vila Franca da Beira	23 155
Buarcos	81 836	Vila Pouca da Beira	23 155
Ferreira-a-Nova	33 895	<b>OLIVEIRA DO HOSPITAL (Total município)</b>	<b>603 749</b>
Lavos	59 657	Cabril	33 791
Maiorca	47 213	Dornelas do Zêzere	32 468
Marinha das Ondas	49 301	Fajão	46 594
Moinhos da Gândara	30 444	Janeiro de Baixo	43 772
Paião	43 946	Machio	21 328
Quiaios	57 539	Pampilhosa da Serra	69 124
Santana	31 044	Pessegueiro	31 183
São Julião da Figueira da Foz	98 063	Portela do Fojo	37 735
São Pedro	36 973	Unhais-o-Velho	40 515
Tavarede	68 923	Vidual	18 708
Vila Verde	51 045	<b>PAMPILHOSA DA SERRA (Total município)</b>	<b>375 218</b>
<b>FIGUEIRA DA FOZ (Total município)</b>	<b>896 613</b>	Carvalho	38 056
Alvares	70 800	Figueira de Lorvão	46 771
Cadafaz	33 759	Fríumes	26 398
Colmeal	33 293	Lorvão	57 771
Góis	81 543	Oliveira do Mondego	25 178
Vila Nova do Ceira	36 821	Paradela	23 155

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Penacova	55 004
São Paio de Mondego	23 155
São Pedro de Alva	43 097
Sazes do Lorvão	29 343
Travanca do Mondego	23 253
<b>PENACOVA (Total município)</b>	<b>391 181</b>
Cumeceira	38 913
Espinhhal	39 350
Penela (Santa Eufémia)	42 385
Penela (São Miguel)	51 343
Podentes	28 123
Rabaçal	23 155
<b>PENELA (Total município)</b>	<b>223 269</b>
Alfarelos	33 654
Brunhós	23 155
Degracias	24 493
Figueiró do Campo	33 400
Gesteira	29 948
Granja do Ulmeiro	30 737
Pombalinho	35 021
Samuel	41 836
Soure	122 725
Tapéus	23 636
Vila Nova de Anços	35 522
Vinha da Rainha	37 978
<b>SOURE (Total município)</b>	<b>472 105</b>
Ázere	26 069
Candosa	25 897
Carapinha	23 155
Covas	33 268
Covelo	23 155
Espariz	24 390
Meda de Mouros	23 155
Midões	41 288
Mourinho	36 890
Pinheiro de Coja	23 155
Póvoa de Midões	23 356
São João da Boa Vista	23 155
Sinde	23 810
Tábua	47 473
Vila Nova de Oliveirinha	23 155
<b>TÁBUA (Total município)</b>	<b>421 371</b>
Arrifana	52 166
Lavegadas	25 159
Poiães (Santo André)	77 218
São Miguel de Poiães	46 863
<b>VILA NOVA DE POIARES (Total município)</b>	<b>201 406</b>
<b>COIMBRA (Total distrito)</b>	<b>8 326 067</b>
Alandroal (Nossa Senhora da Conceição)	100 926
Capelins (Santo António)	56 586
Juromenha (Nossa Senhora do Loreto)	27 121
Santiago Maior	83 753
São Brás dos Matos (Mina do Bugalho)	47 524
Terena (São Pedro)	56 380
<b>ALANDROAL (Total município)</b>	<b>372 290</b>
Arraiolos	107 930
Gafanhocira (São Pedro)	42 135
Igrejinha	56 351
Sabugueiro	35 463
Santa Justa	30 765
São Gregório	49 027
Vimieiro	127 282
<b>ARRAILOS (Total município)</b>	<b>448 953</b>
Borba (Matriz)	67 232
Borba (São Bartolomeu)	23 155
Orada	47 714
Rio de Moinhos	62 555
<b>BORBA (Total município)</b>	<b>200 656</b>
Arcos	37 503
Estremoz (Santa Maria)	86 171
Estremoz (Santo André)	42 034
Évora Monte (Santa Maria)	61 448
Glória	51 687

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Santa Vitória do Ameixial	43 620
Santo Estêvão	25 430
São Bento do Ameixial	37 022
São Bento de Ana Loura	20 069
São Bento do Cortiço	30 709
São Domingos de Ana Loura	24 098
São Lourenço de Mamporcão	25 173
Veiros	43 494
<b>ESTREMOZ (Total município)</b>	<b>528 458</b>
Bacelo	75 901
Canaviais	34 637
Évora (Santo Antão)	25 807
Évora (São Mamede)	33 779
Horta das Figueiras	86 962
Malagueira	112 508
Nossa Senhora da Boa Fé	26 179
Nossa Senhora da Graça do Divor	50 130
Nossa Senhora de Guadalupe	43 203
Nossa Senhora de Machede	91 060
Nossa Senhora da Tourega	92 435
São Bento do Mato	52 283
São Manços	63 370
São Miguel de Machede	54 831
São Sebastião da Giesteira	35 624
São Vicente do Pigeiro	50 214
Sé e São Pedro	38 936
Senhora da Saúde	102 180
Torre de Coelheiros	102 182
<b>ÉVORA (Total município)</b>	<b>1 172 221</b>
Cabrela	87 445
Ciborro	46 203
Cortiçadas de Lavre	62 399
Foros de Vale de Figueira	51 076
Lavre	64 532
Nossa Senhora do Bispo	111 579
Nossa Senhora da Vila	142 391
Santiago do Escoural	85 137
São Cristóvão	74 365
Silveiras	59 286
<b>MONTEMOR-O-NOVO (Total município)</b>	<b>784 413</b>
Brotas	54 634
Cabeção	46 009
Mora	92 686
Pavia	105 612
<b>MORA (Total município)</b>	<b>298 941</b>
Granja	59 448
Luz	42 221
Mourão	96 700
<b>MOURÃO (Total município)</b>	<b>198 369</b>
Alqueva	51 272
Amieira	57 159
Monte do Trigo	70 047
Oriola	36 140
Portel	106 063
Santana	40 491
São Bartolomeu do Outeiro	37 605
Vera Cruz	37 296
<b>PORTEL (Total município)</b>	<b>436 073</b>
Montoito	54 180
Redondo	201 769
<b>REDONDO (Total município)</b>	<b>255 949</b>
Campinho	46 047
Campo	76 166
Corval	68 688
Monsaraz	59 419
Reguengos de Monsaraz	115 440
<b>REGUENGOS DE MONSARAZ (Total município)</b>	<b>365 780</b>
Landeira	49 965
Vendas Novas	173 625
<b>VENDAS NOVAS (Total município)</b>	<b>223 590</b>
Aguiar	34 429
Alcáçovas	151 632
Viana do Alentejo	78 036
<b>VIANA DO ALENTEJO (Total município)</b>	<b>264 097</b>

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Bencatel	45 085
Ciladas	70 492
Pardais	26 856
Vila Viçosa (Conceição)	66 873
Vila Viçosa (São Bartolomeu)	22 792
<b>VILA VIÇOSA (Total município)</b>	<b>232 098</b>
<b>ÉVORA (Total distrito)</b>	<b>5 781 888</b>
Albufeira	142 018
Ferreiras	58 425
Guia	54 453
Olhos de Água	49 122
Paderne	91 126
<b>ALBUFEIRA (Total município)</b>	<b>395 144</b>
Alcoutim	80 136
Giões	49 616
Martim Longo	90 354
Pereiro	58 957
Vaqueiros	82 950
<b>ALCOUTIM (Total município)</b>	<b>362 013</b>
Aljezur	127 634
Bordeira	53 268
Odeceixe	46 984
Rogil	42 785
<b>ALJEZUR (Total município)</b>	<b>270 671</b>
Altura	36 678
Azínhal	49 284
Castro Marim	90 064
Odeleite	80 724
<b>CASTRO MARIM (Total município)</b>	<b>256 750</b>
Conceição	50 414
Estói	66 331
Faro (São Pedro)	107 855
Faro (Sé)	236 436
Montenegro	61 773
Santa Bárbara de Nexe	62 633
<b>FARO (Total município)</b>	<b>585 442</b>
Carvoeiro	44 084
Estômbar	70 261
Ferragudo	32 485
Lagoa	74 941
Parchal	39 858
Porches	38 308
<b>LAGOA (Total município)</b>	<b>299 937</b>
Barão de São João	46 051
Bensafrim	63 978
Lagos (Santa Maria)	60 527
Lagos (São Sebastião)	102 414
Luz	44 883
Odiáxere	48 077
<b>LAGOS (Total município)</b>	<b>365 930</b>
Almancil	92 548
Alte	67 556
Ameixial	68 043
Benafim	46 977
Boliqueime	65 232
Loulé (São Clemente)	128 587
Loulé (São Sebastião)	84 021
Quarteira	127 399
Querença	37 875
Salir	113 069
Tôr	28 284
<b>LOULÉ (Total município)</b>	<b>859 591</b>
Alferce	65 557
Marmelete	94 305
Monchique	176 884
<b>MONCHIQUE (Total município)</b>	<b>336 746</b>
Fuseta	36 373
Moncarapacho	138 702
Olhão	133 339
Pechão	49 215
Quelfes	118 341
<b>OLHÃO (Total município)</b>	<b>475 970</b>

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Alvor	59 982
Mexilhoeira Grande	120 153
Portimão	305 474
<b>PORTIMÃO (Total município)</b>	<b>485 609</b>
São Brás de Alportel	196 060
<b>SÃO BRÁS DE ALPORTEL (Total município)</b>	<b>196 060</b>
Alcantarilha	41 992
Algoz	50 611
Armação de Pêra	46 086
Pêra	39 456
São Bartolomeu de Messines	176 559
São Marcos da Serra	92 368
Silves	166 577
Tunes	35 845
<b>SILVES (Total município)</b>	<b>649 494</b>
Cabanas de Tavira	25 329
Cachopo	102 649
Conceição	51 233
Luz	56 461
Santa Catarina da Fonte do Bispo	76 195
Santa Luzia	30 894
Santo Estêvão	37 634
Tavira (Santa Maria)	117 448
Tavira (Santiago)	70 380
<b>TAVIRA (Total município)</b>	<b>568 223</b>
Barão de São Miguel	23 510
Budens	51 394
Raposeira	29 225
Sagres	51 475
Vila do Bispo	48 431
<b>VILA DO BISPO (Total município)</b>	<b>204 035</b>
Monte Gordo	48 868
Vila Nova de Cacela	100 391
Vila Real de Santo António	95 160
<b>VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO (Total município)</b>	<b>244 419</b>
<b>FARO (Total distrito)</b>	<b>6 556 034</b>
Aguiar da Beira	42 394
Carapito	25 730
Cortiçada	23 803
Coruche	23 155
Dornelas	30 635
Eirado	23 155
Forninhos	23 155
Gradiz	23 155
Pena Verde	42 285
Pinheiro	23 825
Sequeiros	23 155
Souto de Aguiar da Beira	23 856
Valverde	23 155
<b>AGUIAR DA BEIRA (Total município)</b>	<b>351 458</b>
Ade	15 061
Aldeia Nova	15 061
Almeida	47 326
Amoreira	15 061
Azínhal	15 061
Cabreira	15 061
Castelo Bom	21 415
Castelo Mendo	19 616
Freineda	26 748
Freixo	23 187
Junça	18 136
Leomil	19 804
Malhada Sorda	40 025
Malpartida	24 098
Mesquitela	14 918
Mido	15 061
Miuzela	23 492
Monte Perobolço	15 061
Nave de Haver	38 868
Naves	15 061
Parada	19 804
Peva	15 383
Porto de Ovelha	15 061

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
São Pedro de Rio Seco	24 098
Senouras	15 061
Vale de Coelha	15 061
Vale da Mula	23 155
Vale Verde	18 648
Vilar Formoso	51 491
<b>ALMEIDA (Total município)</b>	<b>635 883</b>
Açores	23 155
Baraçal	23 155
Cadafaz	18 012
Carrapichana	23 155
Casa do Sociro	23 155
Celorico (Santa Maria)	31 369
Celorico (São Pedro)	32 529
Cortiço da Serra	23 155
Forno Telheiro	31 142
Lajeosa do Mondego	26 089
Linhares	23 473
Maçal do Chão	21 834
Mesquitela	23 979
Minhocal	23 155
Prados	23 155
Rapa	23 155
Ratoeira	23 155
Salgueirais	15 598
Vale de Azares	23 155
Velosa	15 856
Vide Entre Vinhas	18 358
Vila Boa do Mondego	16 533
<b>CELORICO DA BEIRA (Total município)</b>	<b>506 322</b>
Algodres	31 937
Almofala	30 411
Castelo Rodrigo	27 642
Cinco Vilas	17 736
Colmeal	27 849
Escalhão	55 439
Escarigo	17 167
Figueira de Castelo Rodrigo	56 665
Freixeda do Torrão	27 689
Mata de Lobos	36 852
Penha de Águia	20 859
Quintã de Pêro Martins	23 809
Reigada	28 303
Vale de Afonsinho	15 983
Vermiosa	37 326
Vilar de Amargo	27 323
Vilar Torpim	31 980
<b>FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO (Total município)</b>	<b>514 970</b>
Algodres	23 155
Casal Vasco	23 155
Cortiço	16 276
Figueiró da Granja	23 155
Fornos de Algodres	39 460
Fuinhas	15 061
Infias	23 155
Juncais	23 155
Maceira	23 155
Matança	23 155
Muxagata	23 155
Queiriz	23 155
Sobral Pichorro	23 155
Vila Chã	14 473
Vila Ruiva	17 002
Vila Sociro do Chão	23 155
<b>FORNOS DE ALGODRES (Total município)</b>	<b>356 977</b>
Aldeias	25 937
Arcozelo	36 507
Catívelos	24 459
Figueiró da Serra	23 155
Folgosinho	43 609
Freixo da Serra	15 061
Gouveia (São Julião)	31 274
Gouveia (São Pedro)	44 035

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Lagarinhos	23 155
Mangualde da Serra	19 913
Melo	23 155
Moimenta da Serra	23 155
Nabais	23 155
Nespeçeira	23 155
Paços da Serra	24 098
Ribamondego	23 155
Rio Torto	23 155
São Paio	29 384
Vila Cortês da Serra	23 155
Vila Franca da Serra	23 155
Vila Nova de Tazem	36 922
Vinhó	23 155
<b>GOUVEIA (Total município)</b>	<b>585 904</b>
Adão	24 098
Albardo	15 061
Aldeia do Bispo	15 061
Aldeia Viçosa	23 155
Alvendre	23 155
Arrifana	24 098
Avelãs de Ambom	15 061
Avelãs da Ribeira	23 155
Benespera	24 098
Carvalho Meão	15 061
Casal de Cinza	24 788
Castanheira	28 128
Cavadoude	23 155
Codessciro	23 155
Corujeira	15 061
Faia	23 155
Famalicão	25 012
Fernão Joanes	26 202
Gagos	15 061
Gonçalo	31 012
Gonçalo Bocas	23 155
Guarda (São Vicente)	98 794
Guarda (Sé)	76 764
Jarmelo (São Miguel)	23 155
Jarmelo (São Pedro)	24 424
João Antão	15 061
Maçainhas de Baixo	29 269
Marmeleiro	32 699
Meios	23 155
Mizarela	16 615
Monte Margarida	14 650
Panóias de Cima	23 520
Pega	19 418
Pêra do Moço	31 002
Pêro Soares	14 473
Porto da Carne	23 155
Pousada	19 804
Ramela	23 155
Ribeira dos Carinhos	15 061
Rocamondo	15 061
Rochoso	24 213
Santana da Azinha	24 098
São Miguel da Guarda	65 796
Seixo Amarelo	15 061
Sobral da Serra	23 155
Trinta	23 155
Vale de Estrela	23 390
Valhelhas	24 829
Vela	28 595
Videmonte	44 139
Vila Cortês do Mondego	23 155
Vila Fernando	24 300
Vila Franca do Deão	19 804
Vila Garcia	23 325
Vila Sociro	15 061
<b>GUARDA (Total município)</b>	<b>1 401 198</b>
Vale de Amoreira	23 391
Manteigas (Santa Maria)	63 753



FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF	FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Manteigas (São Pedro)	99 257	Rebolosa	23 155
Sameiro	35 089	Rendo	24 098
<b>MANTEIGAS (Total município)</b>	<b>221 490</b>	Ruivós	15 061
Aveloso	23 155	Ruvina	15 061
Barreira	28 197	Sabugal	44 021
Carvalho	16 356	Santo Estêvão	24 098
Casteirão	19 752	Seixo do Côa	24 098
Coniscada	27 786	Sortelha	38 865
Fonte Longa	19 149	Souto	40 859
Longroiva	38 107	Vale das Éguas	14 473
Marialva	24 805	Vale de Espinho	33 870
Meda	49 538	Vale Longo	15 061
Outeiro de Gatos	23 167	Vila Boa	23 155
Pai Penela	15 061	Vila do Touro	24 098
Poço do Canto	26 297	Vilar Maior	18 993
Prova	23 155	<b>SABUGAL (Total município)</b>	<b>989 802</b>
Rabaçal	23 155	Alvoco da Serra	38 336
Ranhados	28 718	Cabeça	23 155
Vale Flor	23 155	Carragozela	23 155
<b>MEDA (Total município)</b>	<b>409 553</b>	Folhadosa	23 155
Alverca da Beira	23 155	Girabolhos	26 059
Atalaia	23 090	Lajes	23 155
Azevo	27 432	Lapa dos Dinheiros	23 155
Bogalhal	15 450	Loriga	42 635
Bouça Cova	19 608	Paranhos	39 695
Cerejo	23 155	Pinhanços	23 155
Cidadelhe	21 285	Sabugueiro	39 985
Ervas Tenras	16 271	Sameice	23 155
Ervedosa	23 155	Sandomil	29 402
Freixedas	40 556	Santa Comba	24 321
Gouveia	28 954	Santa Eulália	23 155
Lamegal	26 816	Santa Marinha	27 624
Lameiras	24 902	Santiago	24 579
Manigoto	23 155	São Martinho	23 329
Pala	24 839	São Romão	46 800
Pereiro	27 323	Sazes da Beira	23 155
Pinhel	63 357	Seia	78 564
Pinzio	31 558	Teixeira	23 155
Pomares	19 804	Torrozeiro	23 155
Póvoa d' El-Rei	15 061	Tourais	38 330
Safurdão	15 061	Travancinha	23 842
Santa Eufémia	19 804	Valezim	23 155
Sorval	15 061	Várzea de Meruge	23 155
Souro Pires	26 032	Vide	43 905
Valbom	23 155	Vila Cova à Coelheira	23 155
Vale de Madeira	16 999	<b>SEIA (Total município)</b>	<b>871 576</b>
Vascoveiro	23 746	Aldeia Nova	30 095
<b>PINHEL (Total município)</b>	<b>658 784</b>	Carniças	18 250
Águas Belas	24 073	Castanheira	23 155
Aldeia do Bispo	23 155	Cogula	23 155
Aldeia da Ponte	29 352	Cótimos	23 155
Aldeia da Ribeira	22 299	Feital	15 061
Aldeia de Santo António	33 557	Fiaes	23 155
Aldeia Velha	24 098	Freches	24 450
Alfaiates	28 020	Granja	23 155
Badamalos	15 061	Guilheiro	23 155
Baraçal	23 155	Moimentinha	23 155
Bendada	37 621	Moreira de Rei	36 118
Bismula	24 057	Palhais	15 969
Casteleiro	37 318	Póvoa do Concelho	23 155
Cerdeira	24 098	Reboleiro	23 155
Fóios	25 106	Rio de Mel	27 342
Forcalhos	15 061	Sebadelhe da Serra	19 202
Lajeosa	23 229	Souto Maior	15 061
Lomba	14 608	Tamanhos	23 155
Malcata	24 098	Terrenho	15 061
Moita	17 601	Torre do Terrenho	23 155
Nave	24 098	Torres	23 155
Pena Lobo	15 061	Trancoso (Santa Maria)	40 807
Pousafóis do Bispo	24 098	Trancoso (São Pedro)	35 017
Quadrazais	35 702	Valdujo	23 155
Quinta de São Bartolomeu	23 155	Vale do Seixo	17 156
Rapoula do Côa	23 155	Vila Franca das Naves	28 103

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Vila Garcia	19 804
Vilares	23 155
<b>TRANCOSO (Total município)</b>	<b>681 666</b>
Almendra	43 771
Castelo Melhor	34 901
Cedovim	33 336
Chãs	24 098
Custóias	23 155
Freixo de Numão	33 169
Horta	23 155
Mós	23 155
Murça	15 061
Muxagata	29 169
Numão	25 734
Santa Comba	31 098
Santo Amaro	15 843
Sebadelhe	23 155
Seixas	23 155
Touça	23 155
Vila Nova de Foz Côa	67 633
<b>VILA NOVA DE FOZ CÔA (Total município)</b>	<b>492 743</b>
<b>GUARDA (Total distrito)</b>	<b>8 678 326</b>
Alcobaça	55 861
Alfizerão	53 859
Aljubarrota (Prazeres)	54 708
Aljubarrota (São Vicente)	40 707
Alpedriz	28 152
Bárrio	34 741
Benedita	88 681
Ccla	49 850
Coz	36 834
Évora de Alcobaça	68 040
Maiorga	35 706
Martingança	25 778
Montes	22 872
Pataias	89 276
São Martinho do Porto	39 907
Turquel	63 302
Vestiará	26 060
Vimeiro	40 513
<b>ALCOBAÇA (Total município)</b>	<b>854 847</b>
Almoster	36 822
Alvaiázere	45 166
Maças de Caminho	23 155
Maças de D. Maria	47 041
Pelmá	40 195
Pussos	40 062
Rego da Murta	31 167
<b>ALVAIÁZERE (Total município)</b>	<b>263 608</b>
Alvorge	44 423
Ansião	42 827
Avelar	34 824
Chão de Couce	44 948
Lagarteira	23 155
Pousaflores	38 888
Santiago da Guarda	60 967
Torre de Vale de Todos	23 155
<b>ANSIÃO (Total município)</b>	<b>313 187</b>
Batalha	85 583
Golpilheira	29 991
Reguengo do Fetal	52 231
São Mamede	70 708
<b>BATALHA (Total município)</b>	<b>238 513</b>
Bombarral	67 592
Carvalhal	59 242
Pó	24 298
Roliça	51 218
Vale Covo	29 274
<b>BOMBARRAL (Total município)</b>	<b>231 624</b>
A dos Francos	38 802
Alvorninha	54 737
Caldas da Rainha (Nossa Senhora do Pópulo)	123 007
Caldas da Rainha (Santo Onofre)	89 351

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Carvalhal Benfeito	31 777
Coto	23 803
Foz do Arelho	28 255
Landal	27 976
Nadadouro	28 564
Salir de Matos	45 379
Salir do Porto	24 302
Santa Catarina	47 147
São Gregório	27 832
Serra do Bouro	28 271
Tornada	46 310
Vidais	34 389
<b>CALDAS DA RAINHA (Total município)</b>	<b>699 902</b>
Castanheira de Pêra	131 091
Coentral	30 920
<b>CASTANHEIRA DE PÊRA (Total município)</b>	<b>162 011</b>
Aguda	51 033
Arega	40 593
Bairradas	26 177
Campelo	43 737
Figueiró dos Vinhos	80 883
<b>FIGUEIRÓ DOS VINHOS (Total município)</b>	<b>242 423</b>
Amor	57 553
Arrabal	44 288
Azoia	39 540
Bajouca	35 581
Barosa	36 189
Barreira	42 449
Bidocira de Cima	36 924
Boa Vista	34 477
Caranguejeira	63 059
Carreira	27 294
Carvide	42 571
Chainça	22 872
Coimbrão	65 367
Colmeias	57 427
Cortes	45 341
Leiria	113 185
Maccira	111 849
Marrazes	145 184
Memória	26 094
Milagres	44 913
Monte Real	42 246
Monte Redondo	65 600
Ortigosa	34 600
Parceiros	44 954
Pousos	72 981
Regueira de Pontes	36 711
Santa Catarina da Serra	60 197
Santa Eufémia	39 111
Souto da Carpalhosa	55 269
<b>LEIRIA (Total município)</b>	<b>1 543 826</b>
Moita	28 699
Marinha Grande	299 976
Vicira de Leiria	84 159
<b>MARINHA GRANDE (Total município)</b>	<b>412 834</b>
Famalicão	41 331
Nazaré	107 447
Valado dos Frades	51 435
<b>NAZARÉ (Total município)</b>	<b>200 213</b>
A dos Negros	34 217
Amoreira	31 294
Gaciras	33 929
Óbidos (Santa Maria)	37 221
Óbidos (São Pedro)	28 910
Olho Marinho	32 762
Sobral da Lagoa	22 587
Usseira	24 043
Vau	37 108
<b>ÓBIDOS (Total município)</b>	<b>282 071</b>
Graça	48 168
Pedrógão Grande	117 302
Vila Facaia	35 750
<b>PEDRÓGÃO GRANDE (Total município)</b>	<b>201 220</b>

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Atouguia da Balçada	118 237
Ferrel	42 510
Peniche (Ajuda)	82 407
Peniche (Conceição)	50 417
Peniche (São Pedro)	33 633
Serra de El-Rei	31 069
<b>PENICHE (Total município)</b>	<b>358 273</b>
Abiul	60 615
Albergaria dos Doze	40 934
Almagreira	56 075
Carnide	40 192
Carriço	81 009
Guia	52 169
Ilha	37 957
Lourical	74 414
Mata Mourisca	43 369
Meirinhas	29 634
Pelariga	45 130
Pombal	173 431
Redinha	51 732
Santiago de Litém	49 129
São Simão de Litém	34 503
Vermoil	47 195
Vila Chã	43 311
<b>POMBAL (Total município)</b>	<b>960 799</b>
Alcaria	23 155
Alqueidão da Serra	40 826
Alvados	28 115
Arrimal	28 703
Calvaria de Cima	38 332
Juncal	53 563
Mendiga	32 341
Mira de Aire	54 099
Pedreiras	41 387
Porto de Mós (São João Baptista)	44 193
Porto de Mós (São Pedro)	43 385
São Bento	42 454
Serro Ventoso	39 731
<b>PORTO DE MÓS (Total município)</b>	<b>510 284</b>
<b>LEIRIA (Total distrito)</b>	<b>7 475 635</b>
Abrigada	56 966
Aldeia Galega da Merceana	39 249
Aldeia Gavinha	23 803
Alenquer (Santo Estêvão)	60 524
Alenquer (Triana)	56 042
Cabanas de Torres	23 803
Cadafais	27 930
Carnota	37 333
Carregado	67 267
Meca	35 026
Olhalvo	30 848
Ota	45 336
Pereiro de Palhacana	22 872
Ribafria	23 803
Ventosa	40 788
Vila Verde dos Francos	38 761
<b>ALENQUER (Total município)</b>	<b>630 351</b>
Alfornelos	106 057
Alfragide	80 076
Brandoa	148 394
Buraca	139 872
Damaia	176 859
Falagueira	130 416
Mina	187 060
Reboleira	123 502
Casal de São Brás	179 387
Venda Nova	112 570
Venteira	197 008
<b>AMADORA (Total município)</b>	<b>1 581 201</b>
Arranhó	52 415
Arruda dos Vinhos	88 066
Cardosas	22 872
Santiago dos Velhos	36 650
<b>ARRUDA DOS VINHOS (Total município)</b>	<b>200 003</b>

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Alcoentre	60 127
Aveiras de Baixo	34 973
Aveiras de Cima	61 039
Azambuja	105 830
Maçussa	23 155
Manique do Intendente	43 131
Vale do Paraíso	23 980
Vila Nova da Rainha	31 677
Vila Nova de São Pedro	26 606
<b>AZAMBUJA (Total município)</b>	<b>410 518</b>
Alguber	31 818
Cadaval	38 023
Cercial	27 954
Figueiros	23 155
Lamas	54 937
Painho	29 644
Peral	29 900
Pêro Moniz	31 829
Vermelha	31 574
Vilar	37 094
<b>CADAVAL (Total município)</b>	<b>335 928</b>
Alcabideche	278 513
Carcavelos	147 408
Cascais	251 586
Estoril	191 037
Parede	140 647
São Domingos de Rana	320 608
<b>CASCAIS (Total município)</b>	<b>1 329 799</b>
Ajuda	166 857
Alcântara	145 651
Alto do Pina	90 239
Alvalade	80 398
Ameixocira	86 979
Anjos	82 320
Beato	119 252
Benfica	348 378
Campo Grande	96 156
Campolide	152 684
Carnide	150 551
Castelo	22 587
Charneca	92 057
Coração de Jesus	51 441
Encarnação	34 712
Graça	65 799
Lapa	81 153
Lumiar	297 646
Madalena	22 587
Mártires	22 587
Marvila	334 509
Mercês	55 056
Nossa Senhora de Fátima	127 465
Pena	61 406
Penha de França	110 052
Prazeres	80 924
Sacramento	22 587
Santa Catarina	47 375
Santa Engrácia	60 275
Santa Isabel	72 271
Santa Justa	22 587
Santa Maria de Belém	108 413
Santa Maria dos Olivais	379 949
Santiago	22 587
Santo Condestável	132 076
Santo Estêvão	31 957
Santos-o-Velho	49 766
São Cristóvão e São Lourenço	26 695
São Domingos de Benfica	269 538
São Francisco Xavier	78 373
São João	140 962
São João de Brito	126 350
São João de Deus	93 299
São Jorge de Arroios	136 044
São José	42 623

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
São Mamede	61 531
São Miguel	28 234
São Nicolau	23 432
São Paulo	45 938
São Sebastião da Pedreira	65 247
São Vicente de Fora	51 023
Sé	24 387
Socorro	36 720
<b>LISBOA (Total município)</b>	<b>5 179 685</b>
Apelação	48 340
Bobadela	81 612
Bucelas	208 992
Camarate	150 888
Fanhões	80 698
Frielas	44 671
Loures	214 714
Lousa	108 747
Moscavide	95 644
Portela	112 314
Prior Velho	57 869
Sacavém	133 570
Santa Iria de Azóia	142 994
Santo Antão do Tojal	104 510
Santo António dos Cavaleiros	172 115
São João da Talha	136 227
São Julião do Tojal	91 990
Unhos	94 466
<b>LOURES (Total município)</b>	<b>2 080 361</b>
Atalaia	30 770
Lourinhã	98 220
Martelira	30 498
Miragaia	33 682
Moita dos Ferreiros	41 689
Moledo	23 155
Reguengo Grande	34 129
Ribamar	33 976
Santa Bárbara	29 449
São Bartolomeu dos Galegos	28 592
Vimeiro	27 587
<b>LOURINHÃ (Total município)</b>	<b>411 747</b>
Azucira	41 510
Carvoeira	23 508
Cheleiros	29 554
Encarnação	56 088
Enxara do Bispo	36 379
Ericeira	60 298
Gradil	23 508
Igreja Nova	44 883
Mafra	111 239
Malveira	49 506
Milharado	57 109
Santo Estêvão das Galés	36 088
Santo Isidoro	47 047
São Miguel de Alcainça	23 508
Sobral da Abelheira	29 526
Venda do Pinheiro	56 552
Vila Franca do Rosário	23 177
<b>MAFRA (Total município)</b>	<b>749 480</b>
Caneças	97 684
Famões	80 972
Odivelas	332 921
Olival Basto	65 644
Pontinha	175 671
Póvoa de Santo Adrião	104 158
Ramada	114 879
<b>ODIVELAS (Total município)</b>	<b>971 929</b>
Algés	143 750
Barcarena	121 085
Carnaxide	149 285
Cruz Quebrada-Dafundo	69 956
Linda-a-Velha	149 702
Ociras e São Julião da Barra	248 216
Paço de Arcos	126 416

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Porto Salvo	117 761
Queijas	82 232
Caxias	68 286
<b>OEIRAS (Total município)</b>	<b>1 276 689</b>
Algueirão-Mem Martins	334 206
Almargem do Bispo	140 729
Belas	150 310
Casal de Cambra	73 205
Colares	122 396
Massamá	125 549
Monte Abraão	122 203
Montelavar	55 550
Pêro Pinheiro	71 078
Queluz	181 220
Rio de Mouro	271 188
São João das Lampas	192 431
Sintra (Santa Maria e São Miguel)	89 619
Sintra (São Martinho)	94 093
Sintra (São Pedro de Penaferrim)	106 163
Terrugem	91 016
Agualva	201 578
Cacém	110 721
Mira-Sintra	43 928
São Marcos	44 097
<b>SINTRA (Total município)</b>	<b>2 621 280</b>
Santo Quintino	77 134
Sapatária	49 659
Sobral de Monte Agraço	46 393
<b>SOBRAL DE MONTE AGRAÇO (Total município)</b>	<b>173 186</b>
A dos Cunhados	85 035
Campelos	45 239
Carmões	23 381
Carvoeira	33 969
Dois Portos	47 558
Freiria	38 506
Maceira	31 095
Matacães	30 373
Maxial	50 788
Monte Redondo	24 109
Outeiro da Cabeça	23 655
Ponte do Rol	35 696
Ramalhal	54 089
Runa	24 031
São Pedro da Cadeira	55 658
Silveira	70 222
Torres Vedras (Santa Maria do Castelo e São Miguel)	60 744
Torres Vedras (São Pedro e Santiago)	141 787
Turcifal	48 972
Ventosa	63 503
<b>TORRES VEDRAS (Total município)</b>	<b>988 410</b>
Alhandra	62 933
Alverca do Ribatejo	192 458
Cachoeiras	27 094
Calhandriz	23 585
Castanheira do Ribatejo	76 732
Forte da Casa	89 029
Póvoa de Santa Iria	110 870
São João dos Montes	52 972
Sobralinho	45 742
Vialonga	125 254
Vila Franca de Xira	311 295
<b>VILA FRANCA DE XIRA (Total município)</b>	<b>1 117 964</b>
<b>LISBOA (Total distrito)</b>	<b>20 058 531</b>
Alter do Chão	104 607
Chancelaria	50 893
Cunheira	36 229
Seda	65 744
<b>ALTER DO CHÃO (Total município)</b>	<b>257 473</b>
Assunção	121 957
Esperança	52 764
Mosteiros	43 299
<b>ARRONCHES (Total município)</b>	<b>218 020</b>

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Alcórrego	43 975
Aldeia Velha	65 145
Avis	69 013
Benavila	52 077
Ervedal	39 042
Figueira e Barros	45 803
Maranhão	35 702
Valongo	49 129
<b>AVIS (Total município)</b>	<b>399 886</b>
Nossa Senhora da Expectação	97 233
Nossa Senhora da Graça dos Degolados	36 273
São João Baptista	102 449
<b>CAMPO MAIOR (Total município)</b>	<b>235 955</b>
Nossa Senhora da Graça de Póvoa e Meadas	52 404
Santa Maria da Devesa	68 502
Santiago Maior	43 295
São João Baptista	53 990
<b>CASTELO DE VIDE (Total município)</b>	<b>218 191</b>
Aldeia da Mata	36 575
Crato e Mártires	103 440
Flor da Rosa	23 155
Gáfete	46 193
Monte da Pedra	44 810
Vale do Peso	46 952
<b>CRATO (Total município)</b>	<b>301 125</b>
Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso	68 990
Alcáçova	40 025
Assunção	79 249
Barbacena	36 155
Caia e São Pedro	85 272
Santa Eulália	66 909
São Brás e São Lourenço	51 231
São Vicente e Ventosa	64 182
Terrugem	55 637
Vila Boim	38 311
Vila Fernando	41 724
<b>ELVAS (Total município)</b>	<b>627 685</b>
Cabeço de Vide	52 700
Fronteira	102 033
São Saturnino	37 391
<b>FRONTEIRA (Total município)</b>	<b>192 124</b>
Atalaia	23 917
Belver	52 377
Comenda	60 276
Gavião	55 234
Margem	48 478
<b>GAVIÃO (Total município)</b>	<b>240 282</b>
Beirã	42 582
Santa Maria de Marvão	33 138
Santo António das Arcias	47 931
São Salvador da Aramenha	61 883
<b>MARVÃO (Total município)</b>	<b>185 534</b>
Assumar	49 075
Monforte	119 812
Santo Aleixo	47 369
Vaiamonte	55 363
<b>MONFORTE (Total município)</b>	<b>271 619</b>
Alpalhão	43 362
Amieira do Tejo	59 495
Arez	43 448
Espírito Santo	67 705
Montalvão	72 646
Nossa Senhora da Graça	43 034
Santana	30 845
São Matias	43 805
São Simão	24 558
Tolosa	35 161
<b>NISA (Total município)</b>	<b>464 059</b>
Foros de Arrão	57 800
Galveias	58 963
Longomel	47 663
Montargil	155 870
Ponte de Sor	161 562

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Tramaga	64 355
Vale de Açor	49 633
<b>PONTE DE SOR (Total município)</b>	<b>595 846</b>
Alagoa	28 212
Alegrete	66 013
Carreiras	35 872
Fortios	57 514
Reguengo	33 382
Ribeira de Nisa	31 895
São Julião	39 056
São Lourenço	66 858
Sé	95 584
Urra	85 548
<b>PORTALEGRE (Total município)</b>	<b>539 934</b>
Cano	49 465
Casa Branca	68 408
Santo Amaro	39 964
Sousel	69 302
<b>SOUSEL (Total município)</b>	<b>227 139</b>
<b>PORTALEGRE (Total distrito)</b>	<b>4 974 872</b>
Aboadela	34 728
Aboim	23 155
Amarante (São Gonçalo)	66 346
Ansiães	38 188
Ataíde	23 070
Bustelo	23 155
Canadelo	23 155
Candemil	28 236
Carneiro	23 155
Carvalho de Rei	23 156
Cepelos	24 098
Chapa	23 155
Figueiró (Santa Cristina)	26 250
Figueiró (Santiago)	40 628
Fregim	37 683
Freixo de Baixo	29 786
Freixo de Cima	28 412
Fridão	24 073
Gatão	28 115
Gondar	33 014
Gouveia (São Simão)	25 973
Jazente	23 155
Lomba	23 155
Louredo	23 155
Lufrei	32 589
Madalena	24 098
Mancelos	45 896
Oliveira	23 155
Olo	23 155
Padronelo	23 155
Real	48 298
Rebordelo	27 924
Salvador do Monte	26 916
Sanche	23 155
Telões	54 009
Travanca	37 735
Várzea	23 155
Vila Caiz	44 129
Vila Chã do Marão	25 770
Vila Garcia	23 155
<b>AMARANTE (Total município)</b>	<b>1 203 290</b>
Ancede	40 717
Baião (Santa Leocádia)	23 155
Campelo	42 686
São Tomé de Covelas	23 155
Freunde	23 155
Gestaço	32 979
Gove	35 408
Grilo	23 155
Loivos do Monte	23 155
Loivos da Ribeira	23 155
Mesquinhata	23 155

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Ovil	32 643
Ribadouro	23 155
Santa Cruz do Douro	33 484
Santa Marinha do Zêzere	41 731
Teixeira	35 961
Teixeiró	23 155
Tresouras	23 155
Valadares	25 408
Viariz	23 155
<b>BAIÃO (Total município)</b>	<b>575 722</b>
Aião	23 155
Airães	39 282
Borba de Godim	37 826
Caramos	32 564
Friande	26 369
Idães	36 671
Jugueiros	31 128
Lagares	34 093
Lordelo	23 155
Macieira da Lixa	34 580
Margaride (Santa Eulália)	81 301
Moure	24 773
Pedreira	29 634
Penacova	24 331
Pinheiro	23 399
Pombeiro de Ribavizela	33 604
Rande	23 155
Refontoura	29 331
Regilde	24 653
Revinhade	23 155
Santão	23 155
Sendim	32 660
Sernande	23 155
Sousa	23 165
Torrados	35 552
Unhão	23 155
Várzea	32 943
Varziela	31 265
Vila Cova da Lixa	45 234
Vila Fria	23 155
Vila Verde	23 155
Vizela (São Jorge)	23 155
<b>FELGUEIRAS (Total município)</b>	<b>975 908</b>
Baguim do Monte (Rio Tinto)	108 426
Covelo	49 670
Fânzeres	159 826
Foz do Sousa	122 069
Gondomar (São Cosme)	195 025
Jovim	74 303
Lomba	70 954
Medas	69 956
Melres	85 458
Rio Tinto	307 237
São Pedro da Cova	160 068
Valbom	114 369
<b>GONDOMAR (Total município)</b>	<b>1 517 361</b>
Alvarenga	23 155
Aveleda	29 506
Barrosas (Santo Estêvão)	23 177
Boim	28 333
Caíde de Rei	37 931
Casais	25 985
Cernadelo	23 155
Covas	23 155
Cristelos	38 939
Figueiras	25 280
Lodares	30 196
Lousada (Santa Margarida)	23 155
Lousada (São Miguel)	23 155
Lustosa	56 523
Macieira	24 098
Meinedo	50 090
Nespeira	30 254

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Nevogilde	38 453
Nogueira	23 145
Ordem	24 098
Pias	23 347
Silvares	34 254
Sousela	32 999
Torno	35 377
Vilar do Torno e Alentém	27 756
<b>LOUSADA (Total município)</b>	<b>755 516</b>
Águas Santas	168 085
Avioso (Santa Maria)	43 932
Avioso (São Pedro)	40 396
Barca	40 667
Folgosa	59 905
Gemunde	54 670
Gondim	30 214
Gueifães	91 537
Maia	81 992
Milheirós	51 928
Moreira	90 101
Nogueira	52 334
Pedrouços	90 996
São Pedro Fins	38 271
Silva Escura	40 858
Vermoim	101 626
Vila Nova da Telha	58 822
<b>MAIA (Total município)</b>	<b>1 136 334</b>
Alpendurada e Matos	57 585
Ariz	28 230
Avessadas	26 957
Banho e Carvalhosa	28 589
Constance	27 952
Favões	23 940
Folhada	25 267
Fornos	43 464
Freixo	23 155
Magrelos	23 155
Manhucelos	23 155
Maureles	23 155
Paços de Gaiolo	27 741
Paredes de Viaduros	27 919
Penha Longa	37 977
Rio de Galinhas	25 443
Rosem	23 155
Sande	34 401
Santo Isidoro	29 099
São Lourenço do Douro	23 246
São Nicolau	23 155
Soalhães	64 805
Sobretâmega	24 380
Tabuado	29 139
Torrão	23 155
Toutosa	23 155
Tuias	37 999
Várzea do Douro	33 779
Várzea da Ovelha e Alviada	40 573
Vila Boa do Bispo	43 611
Vila Boa de Quires	51 686
<b>MARCO DE CANAVESES (Total município)</b>	<b>979 022</b>
Custoias	140 155
Guifões	90 141
Lavra	117 247
Leça do Balio	136 963
Leça da Palmeira	146 952
Matosinhos	213 348
Perafita	116 306
Santa Cruz do Bispo	65 520
São Mamede de Infesta	169 028
Senhora da Hora	173 785
<b>MATOSINHOS (Total município)</b>	<b>1 369 445</b>
Atreigada	30 953
Carvalhosa	52 770
Codessos	23 155

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF	FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Eiriz	34 251	Sebolido	23 791
Ferreira	52 063	Urró	23 338
Figueiró	32 515	Valpedre	29 650
Frazão	52 738	Vila Cova	23 155
Freamunde	73 509	<b>PENAFIEL (Total município)</b>	<b>1 213 937</b>
Lamoso	29 237	Aldoar	117 455
Meixomil	39 439	Bonfim	224 981
Modelos	29 908	Campanhã	353 275
Paços de Ferreira	60 392	Cedofeita	200 622
Penamaior	47 714	Foz do Douro	104 011
Raimonda	35 944	Lordelo do Ouro	181 291
Sanfins de Ferreira	40 885	Massarelos	76 311
Seroa	44 694	Miragaia	47 004
<b>PAÇOS DE FERREIRA (Total município)</b>	<b>680 167</b>	Nevogilde	61 979
Aguiar de Sousa	60 291	Paranhos	382 122
Astromil	23 155	Ramalde	298 963
Baltar	55 441	Santo Ildefonso	89 175
Beire	35 315	São Nicolau	40 394
Besteiros	24 680	Sé	56 174
Bitarães	34 558	Vitória	42 639
Castelões de Cepeda	62 450	<b>PORTO (Total município)</b>	<b>2 276 396</b>
Cete	38 449	A Ver-o-Mar	67 940
Cristelo	24 098	Aguçadoura	53 535
Duas Igrejas	49 829	Amorim	41 380
Gandra	67 905	Argivai	31 782
Gondalães	22 989	Balazar	48 987
Lordelo	96 889	Beiriz	46 812
Louredo	26 483	Estela	49 731
Madalena	24 098	Laundos	42 469
Mouriz	38 369	Navais	29 583
Parada de Todcia	31 437	Póvoa de Varzim	191 960
Rebordosa	98 470	Rates	55 853
Recarei	61 175	Terroso	37 873
Sobreira	66 825	<b>PÓVOA DE VARZIM (Total município)</b>	<b>697 905</b>
Sobrosa	35 915	Agrela	31 499
Vandoma	34 532	Água Longa	47 275
Vila Cova de Carros	23 155	Arcias	38 146
Vilela	53 234	Aves	83 316
<b>PAREDES (Total município)</b>	<b>1 089 742</b>	Burgães	36 906
Abraão	38 349	Campo (São Martinho)	49 025
Boelhe	32 301	Carreira	23 155
Bustelo	31 399	Couto (Santa Cristina)	51 454
Cabeça Santa	37 096	Couto (São Miguel)	25 255
Canelas	34 142	Guimarei	25 635
Capela	34 832	Lama	27 504
Castelões	27 668	Lamelas	23 491
Croca	30 929	Monte Córdova	57 490
Duas Igrejas	36 937	Negrelos (São Mamede)	35 015
Eja	26 039	Negrelos (São Tomé)	52 722
Figueira	23 155	Palmeira	24 129
Fonte Arcada	29 752	Rebordões	48 436
Galegos	34 728	Refojos de Riba de Ave	25 929
Guilhufe	39 742	Reguenga	29 801
Irivo	33 300	Roriz	49 915
Lagares	38 462	Santo Tirso	122 012
Luzim	24 387	São Salvador do Campo	23 224
Marecos	24 221	Sequeiró	29 759
Milhundos	30 138	Vilarinho	51 342
Novelas	26 606	<b>SANTO TIRSO (Total município)</b>	<b>1 012 435</b>
Oldrões	33 223	Alvarelos	46 066
Paço de Sousa	47 539	Bougado (Santiago)	74 638
Paredes	23 996	Bougado (São Martinho)	119 294
Penafiel	78 253	Coronado (São Mamede)	52 219
Perozelo	27 000	Coronado (São Romão)	47 656
Pinheiro	33 861	Covelas	49 522
Portela	27 239	Guidões	32 669
Rans	29 318	Muro	30 907
Recezinhos (São Mamede)	26 309	<b>TROFA (Total município)</b>	<b>452 971</b>
Recezinhos (São Martinho)	32 644	Alfena	128 462
Rio Mau	29 392	Campo	94 099
Rio de Moinhos	41 601	Ermesinde	265 530
Santa Marta	26 653	Sobrado	115 644
Santiago de Subarrifana	22 792	Valongo	171 307
		<b>VALONGO (Total município)</b>	<b>775 042</b>

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Arcos	23 098
Árvore	50 857
Aveleda	27 079
Azurara	25 037
Bagunte	32 712
Canidelo	22 872
Fajozes	28 833
Ferreiró	22 872
Fornelo	29 289
Gião	29 252
Guilhabreu	35 510
Junqueira	35 105
Labruge	37 444
Maciceira da Maia	32 854
Malta	23 803
Mindelo	44 728
Modivas	31 895
Mosteiró	22 872
Outeiro Maior	22 872
Parada	22 872
Retorta	23 064
Rio Mau	34 257
Tougues	22 872
Touguinha	23 803
Touguinhó	27 389
Vairão	25 398
Vila Chã	42 361
Vila do Conde	170 254
Vilar	28 926
Vilar de Pinheiro	34 267
<b>VILA DO CONDE (Total município)</b>	<b>1 034 447</b>
Arcozelo	104 939
Avintes	106 918
Canelas	96 984
Canidelo	160 030
Crestuma	45 298
Grijó	98 012
Gulphilhares	85 629
Lever	51 182
Madalena	87 554
Mafamude	241 940
Olival	66 034
Oliveira do Douro	167 532
Pedroso	167 644
Perozinho	61 918
Sandim	100 351
São Félix da Marinha	101 292
São Pedro da Afurada	42 876
Seixezelo	30 396
Sermonde	23 803
Serzedo	76 636
Valadares	85 647
Vila Nova de Gaia (Santa Marinha)	209 207
Vilar de Andorinho	121 100
Vilar do Paraíso	100 987
<b>VILA NOVA DE GAIA (Total município)</b>	<b>2 433 909</b>
<b>PORTO (Total distrito)</b>	<b>20 179 549</b>
Abrantes (São João)	30 808
Abrantes (São Vicente)	108 063
Aldeia do Mato	34 328
Alferrarede	57 378
Alvega	52 459
Bemposta	115 652
Carvalhal	30 885
Concavada	30 012
Fontes	36 644
Martínchel	27 033
Mouriscas	45 949
Pego	48 235
Rio de Moinhos	35 908
Rossio ao Sul do Tejo	36 778
São Facundo	57 133
São Miguel do Rio Torto	62 897

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Souto	24 379
Tramagal	55 329
Vale das Mós	32 277
<b>ABRANTES (Total município)</b>	<b>922 147</b>
Alcanena	54 989
Bugalhos	32 366
Espinho	23 447
Louriceira	25 074
Malhou	26 537
Minde	53 001
Moitas Venda	25 061
Monsanto	35 320
Serra de Santo António	27 924
Vila Moreira	24 251
<b>ALCANENA (Total município)</b>	<b>327 970</b>
Almeirim	138 089
Benfica do Ribatejo	49 607
Fazendas de Almeirim	91 920
Raposa	53 217
<b>ALMEIRIM (Total município)</b>	<b>332 833</b>
Alpiarça	165 471
<b>ALPIARÇA (Total município)</b>	<b>165 471</b>
Benavente	120 753
Barrosa	22 587
Samora Correia	231 139
Santo Estêvão	51 709
<b>BENAVENTE (Total município)</b>	<b>426 188</b>
Cartaxo	98 881
Ereira	22 872
Lapa	26 437
Pontével	58 181
Valada	44 844
Vale da Pedra	34 712
Vale da Pinta	29 874
Vila Chã de Ourique	50 127
<b>CARTAXO (Total município)</b>	<b>365 928</b>
Carregueira	74 901
Chamusca	65 391
Chouto	96 912
Parreira	75 044
Pinheiro Grande	38 987
Ulme	79 058
Vale de Cavalos	75 558
<b>CHAMUSCA (Total município)</b>	<b>505 851</b>
Constância	31 427
Montalvo	38 178
Santa Margarida da Coutada	103 209
<b>CONSTÂNCIA (Total município)</b>	<b>172 814</b>
Biscainho	56 995
Branca	77 444
Coruche	199 398
Couço	193 776
Erra	51 764
Fajarda	51 654
Santana do Mato	67 560
São José da Lamarosa	78 079
<b>CORUCHE (Total município)</b>	<b>776 670</b>
São João Baptista	76 957
Nossa Senhora de Fátima	105 363
<b>ENTRONCAMENTO (Total município)</b>	<b>182 320</b>
Águas Belas	32 923
Arcias	49 747
Beco	31 141
Chãos	33 125
Dornes	30 272
Ferreira do Zêzere	46 624
Igreja Nova do Sobral	25 714
Paio Mendes	23 155
Pias	23 155
<b>FERREIRA DO ZÊZERE (Total município)</b>	<b>295 856</b>
Azinhaga	66 953
Golegã	94 513
<b>GOLEGÃ (Total município)</b>	<b>161 466</b>



FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Aboboreira	32 518
Amêndoa	38 476
Cardigos	54 637
Carvoeiro	43 925
Envendos	64 354
Mação	66 428
Ortiga	26 727
Penhascoso	41 927
<b>MAÇÃO (Total município)</b>	<b>368 992</b>
Alburitel	29 161
Atouguia	42 325
Casal dos Bernardos	34 156
Caxarias	40 138
Cercal	24 659
Espite	34 634
Fátima	113 342
Formigais	23 155
Freixianda	50 820
Gondemaria	28 509
Matas	29 022
Nossa Senhora da Piedade	71 035
Nossa Senhora das Misericórdias	74 172
Olival	41 109
Ribeira do Fárrio	31 465
Rio de Couros	39 239
Seiça	44 511
Urqueira	44 529
<b>OURÉM (Total município)</b>	<b>795 981</b>
Alcobertas	45 505
Arrouquelas	32 739
Arruda dos Pisões	23 155
Asseiceira	29 343
Assentiz	23 155
Azambujeira	23 155
Fráguas	29 681
Malaqueijo	23 155
Marmeleira	23 155
Outeiro da Cortiçada	27 695
Ribeira de São João	23 155
Rio Maior	146 039
São João da Ribeira	30 888
São Sebastião	25 596
<b>RIO MAIOR (Total município)</b>	<b>506 416</b>
Foros de Salvaterra	64 344
Glória do Ribatejo	63 415
Granho	36 896
Marinhais	74 772
Muge	46 972
Salvaterra de Magos	71 635
<b>SALVATERRA DE MAGOS (Total município)</b>	<b>358 034</b>
Abitureiras	33 773
Abra	35 137
Achete	44 652
Alcanede	98 519
Alcanhões	30 848
Almoster	47 080
Amiais de Baixo	28 891
Armeiro das Milharias	24 671
Azoia de Baixo	22 872
Azoia de Cima	22 872
Casével	39 084
Gançaria	22 872
Moçarria	27 402
Pernes	34 348
Pombalinho	22 872
Póvoa da Isenta	27 007
Póvoa de Santarém	22 872
Romeira	23 803
Santa Iria da Ribeira de Santarém	29 055
Santarém (Marvila)	90 717
Santarém (São Nicolau)	81 388
Santarém (São Salvador)	81 601

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
São Vicente do Paul	52 875
Tremês	43 925
Vale de Figueira	35 309
Vale de Santarém	40 460
Vaqueiros	22 872
Várzea	38 933
<b>SANTARÉM (Total município)</b>	<b>1 126 710</b>
Alcaravela	61 614
Santiago de Montalegre	31 512
Sardoal	75 687
Valhascos	25 461
<b>SARDOAL (Total município)</b>	<b>194 274</b>
Além da Ribeira	27 156
Alviobeira	23 155
Asseiceira	50 228
Beselga	27 761
Carregueiros	30 503
Casais	46 824
Junceira	26 918
Madalena	54 463
Olalhas	43 862
Paialvo	45 421
Pedreira	23 756
Sabacheira	40 949
São Pedro de Tomar	54 121
Serra	41 951
Santa Maria dos Olivais	123 030
Tomar (São João Baptista)	70 440
<b>TOMAR (Total município)</b>	<b>730 538</b>
Alcorochel	24 963
Assentiz	53 552
Brogueira	33 347
Chancelaria	45 592
Lapas	26 423
Olaia	41 784
Paço	23 155
Parceiros de Igreja	28 058
Pedrógão	49 415
Riachos	66 477
Ribeira Branca	23 155
Torres Novas (Salvador)	39 394
Torres Novas (Santa Maria)	61 724
Torres Novas (Santiago)	24 098
Torres Novas (São Pedro)	66 430
Zibreira	27 602
Meia Via	26 884
<b>TORRES NOVAS (Total município)</b>	<b>662 053</b>
Atalaia	42 622
Moita do Norte	42 540
Praia do Ribatejo	57 393
Tancos	23 047
Vila Nova da Barquinha	27 621
<b>VILA NOVA DA BARQUINHA (Total município)</b>	<b>193 223</b>
<b>SANTARÉM (Total distrito)</b>	<b>9 571 735</b>
Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo)	207 910
Alcácer do Sal (Santiago)	175 299
Comporta	73 138
São Martinho	52 577
Santa Susana	72 370
Torrão	159 891
<b>ALCÁCER DO SAL (Total município)</b>	<b>741 185</b>
Alcochete	121 730
Samouco	35 424
São Francisco	23 940
<b>ALCOCHETE (Total município)</b>	<b>181 094</b>
Almada	140 347
Cacilhas	69 889
Caparica	166 427
Charneca de Caparica	189 799
Costa da Caparica	109 023
Cova da Piedade	150 388
Feijó	124 538
Laranjeiro	157 509

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Pragal	75 170
Sobreda	95 204
Trafaria	67 984
<b>ALMADA (Total município)</b>	<b>1 346 278</b>
Alto do Seixalinho	149 298
Barreiro	92 735
Coina	60 722
Lavradio	107 277
Palhais	75 490
Santo André	102 618
Santo António da Charneca	110 515
Verderena	97 588
<b>BARREIRO (Total município)</b>	<b>796 243</b>
Azinheda dos Barros e São Mamede do Sádio	85 410
Carvalhal	52 907
Grândola	249 287
Mérides	90 416
Santa Margarida da Serra	37 174
<b>GRÂNDOLA (Total município)</b>	<b>515 194</b>
Alhos Vedros	132 900
Baixa da Banheira	168 712
Gaio-Rosário	64 458
Moita	161 425
Sarilhos Pequenos	35 283
Vale da Amoreira	110 786
<b>MOITA (Total município)</b>	<b>673 564</b>
Afonsoeiro	46 969
Alto-Estanqueiro-Jardã	38 535
Atalaia	23 508
Canha	117 478
Montijo	171 185
Pegões	43 504
Santo Isidro de Pegões	49 537
Sarilhos Grandes	41 995
<b>MONTIJO (Total município)</b>	<b>532 711</b>
Marateca	92 617
Palmela	165 028
Pinhal Novo	168 912
Pocirão	118 641
Quinta do Anjo	95 542
<b>PALMELA (Total município)</b>	<b>640 740</b>
Abela	78 715
Alvalade	104 331
Cercal	106 093
Ermidas-Sado	66 809
Santa Cruz	29 683
Santiago do Cacém	121 236
Santo André	133 611
São Bartolomeu da Serra	46 045
São Domingos	73 790
São Francisco da Serra	45 202
Vale de Água	53 565
<b>SANTIAGO DO CACÉM (Total município)</b>	<b>859 080</b>
Aldeia de Paio Pires	105 391
Amora	402 395
Arrentela	198 277
Corroios	306 415
Fernão Ferro	135 890
Seixal	38 342
<b>SEIXAL (Total município)</b>	<b>1 186 710</b>
Quinta do Conde	101 214
Sesimbra (Castelo)	202 315
Sesimbra (Santiago)	65 093
<b>SESIMBRA (Total município)</b>	<b>368 622</b>
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	83 519
Sado	66 594
São Lourenço	116 183
São Simão	64 708
Setúbal (Nossa Senhora da Anunciada)	148 141
Setúbal (Santa Maria da Graça)	77 124
Setúbal (São Julião)	115 758
Setúbal (São Sebastião)	305 628
<b>SETÚBAL (Total município)</b>	<b>977 655</b>

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Porto Covo	46 239
Sines	173 765
<b>SINES (Total município)</b>	<b>220 004</b>
<b>SETÚBAL (Total distrito)</b>	<b>9 039 080</b>
Aboim das Choças	23 155
Aguã	23 155
Alvora	23 155
Arcos de Valdevez (São Salvador)	22 792
Arcos de Valdevez (São Paio)	24 405
Ázere	23 155
Cabana Maior	23 155
Cabreiro	39 879
Carralcova	15 458
Cendufe	23 155
Couto	23 155
Eiras	23 155
Ermelo	17 959
Extremo	17 482
Gavieira	44 727
Gieia	23 155
Gondoriz	40 963
Grade	23 155
Guilhadeses	23 155
Jolda (Madalena)	23 155
Jolda (São Paio)	23 155
Loureda	23 155
Mei	14 473
Miranda	23 155
Monte Redondo	23 155
Oliveira	23 155
Paçõ	23 155
Padreiro (Salvador)	23 089
Padreiro (Santa Cristina)	14 473
Padroso	23 155
Parada	23 155
Portela	23 155
Prozelo	23 733
Rio Cabrão	14 473
Rio Frio	30 418
Rio de Moinhos	23 155
Sá	15 817
Sabadim	23 155
Santar	14 473
São Cosme e São Damião	23 155
São Jorge	25 545
Senharei	23 155
Sistelo	29 271
Soajo	50 411
Souto	23 155
Tabaçó	23 001
Távora (Santa Maria)	23 155
Távora (São Vicente)	23 155
Vale	28 612
Vila Fonche	23 155
Vilela	23 155
<b>ARCOS DE VALDEVEZ (Total município)</b>	<b>1 226 104</b>
Âncora	24 543
Arga de Baixo	18 619
Arga de Cima	16 994
Arga de São João	22 736
Argela	24 411
Azevedo	16 103
Caminha (Matriz)	27 571
Cristelo	22 872
Dem	22 872
Gondar	22 872
Lanhelas	24 707
Moledo	28 242
Orbacém	22 872
Riba de Âncora	25 862
Seixas	28 252
Venade	23 125
Vila Praia de Âncora	56 376

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF	FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Vilar de Mouros	25 492	Porreiras	16 473
Vilarelho	23 604	Resende	23 155
Vile	22 872	Romarigães	23 155
<b>CAMINHA (Total município)</b>	<b>500 997</b>	Rubiães	25 449
Alvaredo	23 155	Vascões	23 155
Castro Laboreiro	75 312	<b>PAREDES DE COURA (Total município)</b>	<b>501 883</b>
Chaviães	23 155	Azias	23 309
Cousso	23 155	Boivães	23 155
Cristoval	23 155	Bravães	23 155
Cubalhão	23 155	Britelo	24 732
Fiaes	23 155	Crasto	23 155
Gave	24 073	Cuide de Vila Verde	23 155
Lamas de Mouro	22 768	Entre Ambos-os-Rios	24 937
Paços	23 155	Ermida	18 640
Paderne	35 069	Germil	19 481
Parada do Monte	32 822	Grovelas	23 155
Penso	23 155	Lavradas	24 524
Prado	23 155	Lindoso	45 843
Remoães	14 473	Nogueira	23 155
Roussas	27 935	Oleiros	23 155
São Paio	23 386	Paço Vedro de Magalhães	23 155
Vila	25 595	Ponte da Barca	32 523
<b>MELGAÇO (Total município)</b>	<b>489 828</b>	Ruivos	22 917
Abedim	23 155	Sampriz	23 155
Anhães	17 527	Touvedo (Salvador)	15 046
Badim	23 155	Touvedo (São Lourenço)	23 155
Barbeita	25 657	Vade (São Pedro)	23 155
Barroças e Taiais	23 155	Vade (São Tomé)	22 776
Bela	23 155	Vila Chã (Santiago)	14 846
Cambeses	23 155	Vila Chã (São João Baptista)	24 073
Ceivães	23 155	Vila Nova da Muia	24 607
Cortes	24 098	<b>PONTE DA BARCA (Total município)</b>	<b>592 959</b>
Lapela	22 647	Anais	27 442
Lara	23 155	Arca	23 155
Longos Vales	29 489	Arcos	26 321
Lordelo	15 061	Arcozelo	52 865
Luzio	15 061	Ardegão	23 155
Mazedo	29 606	Bárrio	23 155
Merufe	41 026	Beiral do Lima	23 205
Messegães	23 155	Bertiandos	23 155
Monção	38 075	Boalhosa	22 655
Moreira	23 155	Brandara	23 155
Parada	14 473	Cabaços	23 155
Pias	26 972	Cabração	22 650
Pinheiros	23 155	Calheiros	26 431
Podame	23 155	Calvelo	23 155
Portela	23 155	Cepões	23 155
Riba de Mouro	30 434	Correlhã	42 731
Sá	23 155	Estorãos	25 635
Sago	23 155	Facha	34 278
Segude	23 155	Feitosa	23 155
Tangil	33 916	Fojo Lobal	23 155
Troporiz	23 155	Fontão	24 098
Troviscoso	25 338	Fornelos	32 304
Trute	23 155	Freixo	24 098
Valadares	22 611	Friastelas	23 155
<b>MONÇÃO (Total município)</b>	<b>805 626</b>	Gaifar	23 155
Agualonga	23 155	Gandra	24 098
Bico	24 182	Gemicira	23 155
Castanheira	24 361	Gondufe	23 155
Cossourado	23 155	Labruja	25 024
Coura	23 155	Labrujó	15 061
Cristelo	23 155	Mato	23 155
Cunha	28 854	Moreira do Lima	26 847
Ferreira	25 346	Navió	22 659
Formariz	23 155	Poiães	24 048
Infesta	23 155	Ponte de Lima	32 787
Insalde	26 117	Queijada	23 155
Linhares	23 155	Rebordões (Santa Maria)	24 929
Mozelos	23 155	Rebordões (Souto)	27 834
Padornelo	23 786	Refóios do Lima	39 599
Parada	23 155	Rendufe	23 155
Paredes de Coura	29 455		

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Ribeira	34 238
Sá	23 155
Sandiaes	23 155
Santa Comba	23 155
Santa Cruz do Lima	23 155
Scara	23 155
Serdedelo	23 155
Vilar das Almas	23 155
Vilar do Monte	14 635
Vitorino das Donas	24 044
Vitorino dos Piães	33 297
<b>PONTE DE LIMA (Total município)</b>	<b>1 309 533</b>
Arão	23 155
Boivão	23 155
Cerdal	46 289
Cristelo Covo	23 155
Fontoura	25 057
Frietas	23 155
Gandra	31 214
Ganfci	30 879
Gondomil	23 155
Sanfins	17 753
São Julião	23 155
São Pedro da Torre	26 314
Silva	23 155
Taião	17 832
Valença	43 539
Verdoejo	23 155
<b>VALENÇA (Total município)</b>	<b>424 117</b>
Afife	33 967
Alvarães	39 609
Amonde	23 155
Vila Nova de Anha	38 159
Areosa	56 846
Barroselas	47 414
Cardielos	24 098
Carreço	38 590
Carvoeiro	30 207
Castelo do Neiva	43 111
Chafé	36 909
Darque	73 023
Deão	23 155
Deocriste	23 155
Freixeiro de Soutelo	31 161
Geraz do Lima (Santa Leocádia)	26 471
Geraz do Lima (Santa Maria)	23 155
Lanheses	33 257
Mazarefes	24 633
Meadela	70 185
Meixedo	23 155
Montaria	40 144
Moreira de Geraz do Lima	23 155
Mujães	27 832
Neiva	27 762
Nogueira	26 813
Outeiro	34 132
Perre	43 358
Portela Susã	23 155
Portuzelo	50 777
Serreleis	23 569
Subportela	25 273
Torre	23 155
Viana do Castelo (Monsserrate)	59 092
Viana do Castelo (Santa Maria Maior)	83 058
Vila Franca	32 963
Vila Fria	28 272
Vila Mou	23 155
Vila de Punhe	35 180
Vilar de Murteda	23 155
<b>VIANA DO CASTELO (Total município)</b>	<b>1 417 415</b>
Campos	29 239
Candemil	23 155
Cornes	23 419

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Covas	57 190
Gondar	15 278
Gondarém	29 822
Loivo	25 378
Lovelhe	23 155
Mentrestido	23 155
Nogueira	23 155
Reboreda	23 593
Sapardos	23 155
Sopo	32 844
Vila Meã	23 155
Vila Nova de Cerveira	33 090
<b>VILA NOVA DE CERVEIRA (Total município)</b>	<b>408 783</b>
<b>VIANA DO CASTELO (Total distrito)</b>	<b>7 677 245</b>
Alijó	47 439
Amieiro	15 061
Carlão	34 723
Casal de Loivos	16 347
Castedo	23 913
Cotas	23 155
Favaios	35 932
Pegarinhos	27 984
Pinhão	23 155
Pópulo	23 155
Ribalonga	23 155
Sanfins do Douro	37 184
Santa Eugénia	23 155
São Mamede de Ribatua	31 438
Vale de Mendiz	23 155
Vila Chã	28 342
Vila Verde	42 102
Vilar de Maçada	34 528
Vilarelho de Cotas	15 817
<b>ALIJÓ (Total município)</b>	<b>529 740</b>
Alturas do Barroso	33 789
Ardãos	26 927
Beça	37 733
Bobadela	23 180
Boticas	29 790
Cerdedo	26 398
Codessoso	15 322
Covas do Barroso	31 140
Curros	15 565
Dornelas	35 542
Fiães do Tâmega	20 311
Granja	23 155
Pinho	28 516
São Salvador de Viveiro	25 304
Sapiãos	28 298
Vilar	23 155
<b>BOTICAS (Total município)</b>	<b>424 125</b>
Águas Frias	36 032
Anelhe	23 773
Arcossó	23 155
Bobadela	15 061
Bustelo	23 155
Calvão	26 858
Cela	23 155
Cimo de Vila da Castanheira	26 541
Curalha	23 155
Eiras	23 155
Ervededo	29 891
Faiões	24 098
Lama de Arcos	23 346
Loivos	24 098
Madalena	33 768
Mairos	23 155
Moreiras	23 155
Nogueira da Montanha	27 527
Oucidres	23 155
Oura	25 966
Outeiro Seco	24 098
Paradela	23 155

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF	FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Póvoa de Agrações	23 155	Santo André	24 098
Redondelo	27 725	Sarraquinhos	33 544
Roriz	23 155	Sezelhe	15 061
Samaiões	24 098	Solveira	23 155
Sanfins	24 347	Tourém	19 804
Sanjurge	23 155	Venda Nova	23 155
Santa Leocádia	23 155	Viade de Baixo	42 052
Santa Maria Maior	102 999	Vila da Ponte	23 155
Santo António de Monforte	23 155	Vilar de Perdizes (São Miguel)	30 814
Santo Estêvão	23 155	<b>MONTALEGRE (Total município)</b>	<b>906 145</b>
São Julião de Montenegro	23 155	Candedo	39 555
São Pedro de Agostém	40 691	Carva	23 155
São Vicente	31 695	Fiolhoso	26 442
Scara Velha	18 629	Jou	41 314
Selhariz	23 155	Murça	47 088
Soutelinho da Raia	18 296	Noura	26 315
Soutelo	23 155	Palheiros	30 848
Travancas	24 061	Valongo de Milhais	28 030
Tronco	23 155	Vilares	23 155
Vale de Anta	26 599	<b>MURÇA (Total município)</b>	<b>285 902</b>
Vidago	26 274	Canelas	35 052
Vila Verde da Raia	24 098	Covelinhas	23 155
Vilar de Nantes	30 935	Fontelas	23 972
Vilarelho da Raia	27 547	Galafura	32 642
Vilarinho das Paranhos	23 155	Godim	57 476
Vilas Boas	23 155	Loureiro	29 403
Vilela Seca	23 155	Moura Morta	23 155
Vilela do Tâmega	23 155	Peso da Régua	59 086
Santa Cruz/Trindade	33 169	Poiaras	32 119
<b>CHAVES (Total município)</b>	<b>1 354 785</b>	Sedielos	33 039
Barqueiros	28 579	Vilarinho dos Freires	28 359
Cidadelhe	22 733	Vinhós	24 280
Mesão Frio (Santa Cristina)	35 620	<b>PESO DA RÉGUA (Total município)</b>	<b>401 738</b>
Mesão Frio (São Nicolau)	23 155	Alvadia	32 189
Oliveira	23 155	Canedo	38 440
Vila Jusã	23 155	Cerva	67 167
Vila Marim	46 125	Límões	25 242
<b>MESÃO FRIO (Total município)</b>	<b>202 522</b>	Ribeira de Pena (Salvador)	65 889
Ateci	43 161	Santa Marinha	38 847
Bilbó	39 437	Santo Aleixo de Além-Tâmega	23 155
Campanhó	27 130	<b>RIBEIRA DE PENHA (Total município)</b>	<b>290 929</b>
Ermelo	49 062	Celeirós	23 155
Mondim de Basto	66 809	Covas do Douro	32 992
Paradaça	23 155	Gouvães do Douro	23 155
Pardelhas	24 570	Gouvinhas	23 213
Vilar de Ferreiros	41 599	Parada de Pinhão	23 155
<b>MONDIM DE BASTO (Total município)</b>	<b>314 923</b>	Paradela de Guiães	18 436
Cabril	53 053	Passos	29 890
Cambeses do Rio	19 290	Provesende	23 155
Cervos	31 868	Sabrosa	28 754
Chã	46 477	São Cristóvão do Douro	15 817
Contim	15 061	São Lourenço de Ribapinhão	23 239
Covelães	19 804	São Martinho de Antas	31 780
Covelo do Gerês	23 155	Souto Maior	23 155
Donões	15 061	Torre do Pinhão	23 617
Ferral	25 365	Vilarinho de São Romão	23 155
Fervidelas	15 061	<b>SABROSA (Total município)</b>	<b>366 668</b>
Fiães do Rio	15 061	Alvações do Corgo	23 155
Gralhas	24 098	Cumecira	35 652
Meixedo	24 098	Fontes	37 400
Meixide	15 061	Fornelos	23 155
Montalegre	40 684	Lobrigos (São João Baptista)	30 728
Morgade	24 098	Lobrigos (São Miguel)	27 009
Mourilhe	20 175	Louredo	23 155
Negrões	19 804	Medrões	23 155
Outeiro	36 397	Sanhoane	23 155
Padornelos	16 303	Sever	26 817
Padroso	15 061	<b>SANTA MARTA DE PENAGUIÃO (Total município)</b>	<b>273 381</b>
Paradela	23 155	Água Revés e Crasto	25 734
Pitões das Júnias	28 337	Argeriz	29 847
Pondras	19 569	Alvarelhos	19 804
Reigoso	23 155	Barreiros	23 155
Salto	62 056	Bouçães	31 075

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Canaveses	23 155
Carraceda de Montenegro	43 426
Curros	24 098
Ervões	31 463
Fiães	15 061
Fornos do Pinhal	23 155
Friões	34 625
Lebução	24 098
Nozelos	15 061
Padrela e Tazem	28 883
Possacos	24 098
Rio Torto	32 864
Sanfins	23 155
Santa Maria de Emeres	25 215
Santa Valha	31 852
Santiago da Ribeira de Alhariz	30 867
São João da Corveira	27 352
São Pedro de Veiga de Lila	25 504
Serapicos	23 155
Sonim	23 155
Tinhela	23 155
Vales	25 870
Valpaços	62 552
Vassal	23 795
Veiga de Lila	23 155
Vilarandelo	33 420
<b>VALPAÇOS (Total município)</b>	<b>851 804</b>
Afonsim	23 155
Alfarela de Jales	24 736
Bornes de Aguiar	52 042
Bragado	31 063
Capeludos	29 218
Gouvães da Serra	23 155
Parada de Monteiros	24 464
Pensalvos	28 296
Sabroso de Aguiar	24 788
Santa Marta da Montanha	17 532
Soutelo de Aguiar	22 067
Telões	48 122
Tresminas	44 624
Valoura	24 238
Vila Pouca de Aguiar	49 536
Vreia de Bornes	29 081
Vreia de Jales	45 585
Lixa do Alvão	17 367
<b>VILA POUCA DE AGUIAR (Total município)</b>	<b>559 069</b>
Abaças	31 852
Adoufe	37 024
Andrães	36 872
Arroios	22 872
Borbela	40 415
Campeã	39 887
Constantim	23 803
Ermida	22 872
Folhadela	37 165
Guiães	22 872
Justes	22 872
Lamares	22 894
Lamas de Olo	28 991
Lordelo	30 641
Mateus	24 992
Mondrões	28 519
Mouços	47 154
Nogueira	22 872
Parada de Cunhos	23 803
Pena	24 249
Quintã	14 877
São Tomé do Castelo	38 687
Torgueda	33 884
Vale de Nogueiras	29 649
Vila Cova	22 872
Vila Marim	40 031
Vila Real (Nossa Senhora da Conceição)	62 933

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Vila Real (São Dinis)	36 130
Vila Real (São Pedro)	52 511
Vilarinho de Samardã	30 967
<b>VILA REAL (Total município)</b>	<b>955 162</b>
<b>VILA REAL (Total distrito)</b>	<b>7 716 893</b>
Aldeias	23 155
Ariceira	23 155
Armamar	28 541
Cimbres	23 155
Coura	15 061
Folgosa	23 155
Fontelo	23 783
Goujoim	16 383
Queimada	23 155
Queimadela	23 155
Santa Cruz	23 155
Santiago	15 817
Santo Adrião	15 061
São Cosmado	32 713
São Martinho das Chãs	24 073
São Romão	23 155
Tões	14 803
Vacalar	23 155
Vila Seca	23 155
<b>ARMAMAR (Total município)</b>	<b>417 785</b>
Beijós	30 947
Cabanas de Viriato	41 401
Currelos	40 166
Oliveira do Conde	65 578
Papízios	27 280
Parada	29 612
Sobral de Papízios	23 155
<b>CARREGAL DO SAL (Total município)</b>	<b>258 139</b>
Almofala	24 773
Alva	23 179
Cabril	29 423
Castro Daire	63 941
Cujó	23 155
Ermida	23 155
Ester	23 155
Gafanhão	17 506
Gosende	28 246
Mamouros	23 760
Mezio	23 224
Mões	51 432
Molcedo	46 718
Monteiras	28 898
Moura Morta	15 822
Parada de Ester	34 949
Pepim	23 155
Picão	23 155
Pinheiro	30 805
Reziz	27 800
Ribolhos	23 155
São Joaquinho	23 155
<b>CASTRO DAIRE (Total município)</b>	<b>632 561</b>
Alhões	23 155
Bustelo	15 061
Cinfães	49 320
Espadanedo	28 182
Ferreiros de Tendais	28 223
Fornelos	25 355
Gralheira	23 155
Moimenta	23 155
Nespeçeira	51 135
Oliveira do Douro	34 895
Ramires	19 028
Santiago de Piães	37 882
São Cristóvão de Nogueira	39 848
Souselo	44 389
Tarouquela	28 254
Tendais	39 207
Travanca	24 405
<b>CINFÃES (Total município)</b>	<b>534 649</b>

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF	FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Avôes	23 155	Trezózi	25 837
Bigorne	14 856	Vale de Remígio	23 155
Britiãde	24 132	<b>MORTÁGUA (Total município)</b>	<b>354 710</b>
Cambres	40 541	Aguieira	23 155
Cepões	23 610	Canas de Senhorim	61 665
Ferreirim	25 267	Carvalho Redondo	26 350
Ferreiros de Avôes	23 155	Lapa do Lobo	25 646
Figueira	23 155	Morceira	23 155
Lalim	24 543	Nelas	59 130
Lamego (Almacave)	78 909	Santar	30 834
Lamego (Sé)	47 886	Senhorim	47 838
Lazarim	29 678	Vilar Seco	25 840
Magucija	24 833	<b>NELAS (Total município)</b>	<b>323 613</b>
Meijinhos	14 473	Arca	23 155
Melcões	14 473	Arcozelo das Maias	41 047
Parada do Bispo	15 817	Destriz	23 155
Penajóia	29 215	Oliveira de Frades	37 548
Penude	34 612	Pinheiro	38 681
Pretarouca	15 061	Reigoso	23 155
Samodães	23 155	Ribeiradio	33 255
Sande	24 052	São João da Serra	24 748
Valdigem	29 096	São Vicente de Lafões	23 934
Várzea de Abrunhais	23 155	Sejães	23 155
Vila Nova de Souto de El-Rei	24 935	Souto de Lafões	23 155
<b>LAMEGO (Total município)</b>	<b>651 764</b>	Varzias	23 155
Abrunhosa-a-Velha	27 831	<b>OLIVEIRA DE FRADES (Total município)</b>	<b>338 143</b>
Alcafache	28 606	Antas	23 155
Chãs de Tavares	36 467	Castelo de Penalva	42 699
Cunha Alta	23 156	Esmolfe	23 155
Cunha Baixa	31 024	Germil	23 155
Espinho	31 403	Ínsua	36 681
Fornos de Maceira Dão	33 605	Lusinde	23 020
Freixiosa	23 155	Mareco	15 013
Lobelhe do Mato	22 973	Matela	23 155
Mangualde	100 131	Pindo	47 662
Mesquitela	24 502	Real	23 155
Moimenta da Maceira Dão	23 155	Sezures	36 434
Póvoa de Cervães	23 155	Trancozelos	23 155
Quintela de Azurara	23 155	Vila Cova do Covelo	23 155
Santiago de Cassurães	37 592	<b>PENALVA DO CASTELO (Total município)</b>	<b>363 594</b>
São João da Fresta	23 155	Antas	25 918
Travanca de Tavares	15 061	Beselga	27 707
Várzea de Tavares	23 155	Castainço	21 562
<b>MANGUALDE (Total município)</b>	<b>551 281</b>	Granja	18 905
Aldeia de Nacomba	15 061	Ourozinho	18 559
Alvite	36 690	Penedono	49 013
Arcozelos	24 159	Penela da Beira	30 390
Ariz	15 120	Póvoa de Penela	26 992
Baldos	23 155	Souto	27 389
Cabaços	23 155	<b>PENEDONO (Total município)</b>	<b>246 435</b>
Caria	26 448	Anreade	26 086
Castelo	23 155	Barrô	31 093
Leomil	43 181	Cárquere	26 593
Moimenta da Beira	37 096	Feirão	15 711
Nagosa	15 061	Felgueiras	23 155
Paradinha	15 061	Freigil	23 155
Passô	23 155	Miomães	23 155
Pêra Velha	23 155	Ovadas	23 913
Peva	28 261	Panchorra	26 016
Rua	23 610	Paus	32 194
Sarzedo	17 651	Resende	54 286
Segões	14 757	São Cipriano	24 412
Sever	23 838	São João de Fontoura	23 155
Vilar	23 155	São Martinho de Mouros	45 881
<b>MOIMENTA DA BEIRA (Total município)</b>	<b>474 924</b>	São Romão de Aregos	23 155
Almaça	15 628	<b>RESENDE (Total município)</b>	<b>421 960</b>
Cercosa	23 155	Couto do Mosteiro	33 662
Cortegaça	23 195	Nagozela	23 155
Espinho	46 853	Ovoa	33 933
Marmeleira	26 089	Pinheiro de Ázere	27 823
Mortágua	54 031	Santa Comba Dão	45 905
Pala	48 042	São Joanhão	28 408
Sobral	68 725	São João de Arcias	44 057

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Treixedo	29 786
Vimieiro	23 156
<b>SANTA COMBA DÃO (Total município)</b>	<b>289 885</b>
Castanheiro do Sul	27 664
Ervedosa do Douro	48 072
Espinhosa	16 169
Nagozelo do Douro	23 155
Paredes da Beira	32 306
Pereiros	15 651
Riodades	28 138
São João da Pesqueira	57 596
Soutelo do Douro	26 480
Trevões	30 570
Vale de Figueira	24 152
Valongo dos Azeites	23 155
Várzea de Trevões	23 155
Vilarouco	30 625
<b>SÃO JOÃO DA PESQUEIRA (Total município)</b>	<b>406 888</b>
Baiões	23 155
Bordonhos	23 155
Candal	21 618
Carvalhais	41 760
Covas do Rio	27 452
Figueiredo de Alva	29 544
Manhouce	41 541
Pindelo dos Milagres	30 057
Pinho	29 245
Santa Cruz da Trapa	37 294
São Cristóvão de Lafões	23 155
São Félix	23 155
São Martinho das Moitas	31 175
São Pedro do Sul	49 737
Serrazes	30 425
Sul	49 101
Valadares	32 620
Várzea	29 425
Vila Maior	29 475
<b>SÃO PEDRO DO SUL (Total município)</b>	<b>603 089</b>
Águas Boas	23 155
Avelal	23 155
Decermilo	23 155
Ferreira de Aves	76 022
Forles	15 061
Mioma	31 325
Rio de Moinhos	28 071
Romãs	41 179
São Miguel de Vila Boa	32 843
Sátão	49 736
Silva de Cima	23 155
Vila Longa	23 155
<b>SÁTÃO (Total município)</b>	<b>390 012</b>
Armas	24 593
Carregal	27 963
Chosendo	23 155
Cunha	25 277
Eскурquela	15 139
Faia	15 061
Ferreirim	23 155
Fonte Arcada	23 155
Freixinho	16 652
Granjal	23 155
Lamosa	22 567
Macieira	18 945
Penso	23 155
Quintela	23 155
Sarzedá	28 635
Sernancelhe	34 794
Vila da Ponte	24 253
<b>SERNANCELHE (Total município)</b>	<b>392 809</b>
Adorigo	23 155
Arcos	23 155
Barcos	25 304
Chavães	23 155

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Desejosa	17 695
Granja do Tedo	23 155
Granjinha	14 473
Longa	23 155
Paradela	16 773
Pereiro	15 139
Pinheiros	17 603
Santa Leocádia	15 061
Sendim	36 623
Tabuaço	38 952
Távora	23 155
Vale de Figueira	15 159
Valença do Douro	23 155
<b>TABUAÇO (Total município)</b>	<b>374 867</b>
Dálvares	23 155
Gouviães	23 155
Granja Nova	23 155
Mondim da Beira	24 430
Salzedas	29 713
São João de Tarouca	42 832
Tarouca	61 927
Ucanha	23 155
Várzea da Serra	36 265
Vila Chã da Beira	23 155
<b>TAROUCA (Total município)</b>	<b>310 942</b>
Barreiro de Besteiros	41 720
Campo de Besteiros	29 482
Canas de Santa Maria	37 955
Caparrosa	29 766
Castelões	35 721
Dardavaz	29 469
Ferreiros do Dão	23 155
Guardão	36 831
Lajeosa	45 328
Lobão da Beira	30 973
Molelos	45 556
Mosteirinho	23 413
Mosteiro de Fráguas	23 390
Mouraz	26 544
Nandufe	23 155
Parada de Gonta	23 326
Sabugosa	23 155
Santiago de Besteiros	33 691
São João do Monte	49 848
São Miguel do Outeiro	27 239
Silvares	17 944
Tonda	26 903
Tondela	48 791
Tourigo	23 155
Vila Nova da Rainha	23 155
Vilar de Besteiros	27 157
<b>TONDELA (Total município)</b>	<b>806 822</b>
Alhais	23 155
Fráguas	23 806
Pendilhe	30 374
Queiriga	38 262
Touro	49 068
Vila Cova à Coelheira	42 615
Vila Nova de Paiva	30 026
<b>VILA NOVA DE PAIVA (Total município)</b>	<b>237 306</b>
Abraveses	70 345
Barreiros	22 872
Boa Aldeia	22 872
Bodiosa	47 904
Calde	45 476
Campo	56 469
Cavernães	32 608
Cepões	40 123
Cota	45 468
Couto de Baixo	25 148
Couto de Cima	27 162
Fail	22 872
Farminhão	25 279



FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF	FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Fragosela	35 258	Ribeirinha	23 155
Lordosa	41 550	Salão	23 155
Silgueiros	56 457	<b>HORTA (Total município)</b>	<b>393 736</b>
Mundão	35 510	Água de Pau	73 159
Orgens	48 426	Cabouco	31 777
Povolide	37 893	Lagoa (Nossa Senhora do Rosário)	64 306
Ranhados	36 659	Lagoa (Santa Cruz)	66 865
Repeses	24 089	Ribeira Chã	23 155
Ribafeita	35 593	<b>LAGOA (AÇORES) (Total município)</b>	<b>259 262</b>
Rio de Loba	79 043	Fajã Grande	26 455
Santos Evos	33 417	Fajãzinha	15 494
São Cipriano	30 862	Fazenda	26 667
São João de Lourosa	55 596	Lajedo	15 433
São Pedro de France	35 389	Lajes das Flores	43 545
São Salvador	34 929	Lomba	20 164
Torredeita	33 539	Mosteiro	14 473
Vil de Souto	22 894	<b>LAJES DAS FLORES (Total município)</b>	<b>162 231</b>
Vila Chã de Sá	31 369	Calheta de Nesquim	24 266
Viseu (Coração de Jesus)	75 997	Lajes do Pico	64 881
Viseu (Santa Maria de Viseu)	67 696	Piedade	30 775
Viseu (São José)	60 069	Ribeiras	41 745
<b>UISEU (Total município)</b>	<b>1 396 833</b>	Ribeirinha	23 155
Alcofra	39 225	São João	36 838
Cambra	39 206	<b>LAJES DO PICO (Total município)</b>	<b>221 660</b>
Campia	46 880	Bandeiras	32 175
Carvalhal de Vermilhas	23 155	Candelária	39 435
Fataunços	24 124	Criação Velha	29 330
Figúiredo das Donas	23 155	Madalena	56 910
Fornelo do Monte	23 155	São Caetano	32 432
Paços de Vilharigues	23 155	São Mateus	32 891
Queirã	40 976	<b>MADALENA (Total município)</b>	<b>223 173</b>
São Miguel do Mato	27 482	Achada	30 264
Ventosa	30 636	Achadinha	31 983
Vouzela	28 896	Lomba da Fazenda	36 670
<b>VOUZELA (Total município)</b>	<b>370 045</b>	Nordeste	50 102
<b>UISEU (Total distrito)</b>	<b>11 149 056</b>	Salga	27 029
Altares	38 060	Santana	23 610
Angra (Nossa Senhora da Conceição)	56 924	Algarvia	18 324
Angra (Santa Luzia)	43 352	Santo António de Nordestinho	18 567
Angra (São Pedro)	48 674	São Pedro de Nordestinho	21 170
Angra (Sé)	23 538	<b>NORDESTE (Total município)</b>	<b>257 719</b>
Cinco Ribeiras	23 239	Arrifes	87 719
Doze Ribeiras	23 155	Candelária	27 476
Feteira	23 812	Capelas	52 907
Porto Judeu	48 389	Covoada	28 556
Posto Santo	35 663	Fajã de Baixo	50 469
Raminho	23 155	Fajã de Cima	48 651
Ribeirinha	41 134	Fenais da Luz	32 481
Santa Bárbara	34 105	Feteiras	47 391
São Bartolomeu de Regatos	41 209	Ginetes	31 455
São Bento	37 119	Mosteiros	27 799
São Mateus da Calheta	45 273	Ponta Delgada (Matriz)	55 076
Serreta	23 155	Ponta Delgada (São José)	53 107
Terra Chã	41 107	Ponta Delgada (São Pedro)	73 303
Vila de São Sebastião	42 751	Relva	39 273
<b>ANGRA DO HEROÍSMO (Total município)</b>	<b>693 814</b>	Remédios	23 695
Calheta	38 932	Rosto do Cão (Livramento)	48 452
Norte Pequeno	23 155	Rosto do Cão (Roque)	58 880
Ribeira Seca	56 634	Santa Bárbara	24 906
Santo Antão	44 091	Santo António	35 818
Topo (Nossa Senhora do Rosário)	23 155	São Vicente Ferreira	33 403
<b>CALHETA (SÃO JORGE) (Total município)</b>	<b>185 967</b>	Sete Cidades	37 423
Capelo	30 466	Ajuda da Bretanha	18 182
Castelo Branco	38 345	Pilar da Bretanha	16 898
Cedros	33 879	Santa Clara	44 338
Feteira	34 051	<b>PONTA DELGADA (Total município)</b>	<b>997 658</b>
Flamengos	33 458	Água Retorta	28 387
Horta (Angústias)	42 633	Faial da Terra	25 019
Horta (Conceição)	23 900	Furnas	56 240
Horta (Matriz)	38 525	Nossa Senhora dos Remédios	34 345
Pedro Miguel	25 859	Povoação	59 981
Praia do Almojarife	23 155	Ribeira Quente	28 307
Praia do Norte	23 155	<b>POVOAÇÃO (Total município)</b>	<b>232 279</b>

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Calheta	23 155
Fenais da Ajuda	34 476
Lomba da Maia	38 080
Lomba de São Pedro	23 155
Maia	43 522
Pico da Pedra	35 057
Porto Formoso	31 657
Rabo de Peixe	86 142
Ribeira Grande (Conceição)	37 398
Ribeira Grande (Matriz)	51 517
Ribeira Seca	40 585
Ribeirinha	39 879
Santa Bárbara	32 148
São Brás	23 155
<b>RIBEIRA GRANDE (Total município)</b>	<b>539 926</b>
Guadalupe	45 918
Luz	32 175
São Mateus	33 425
Santa Cruz da Graciosa	43 868
<b>SANTA CRUZ DA GRACIOSA (Total município)</b>	<b>155 386</b>
Caveira	14 473
Cedros	17 951
Ponta Delgada	32 462
Santa Cruz das Flores	70 862
<b>SANTA CRUZ DAS FLORES (Total município)</b>	<b>135 748</b>
Prainha	33 234
Santa Luzia	32 290
Santo Amaro	23 155
Santo António	37 790
São Roque do Pico	47 467
<b>SÃO ROQUE DO PICO (Total município)</b>	<b>173 936</b>
Manadas (Santa Bárbara)	23 551
Norte Grande (Neves)	40 373
Rosais	37 263
Santo Amaro	36 411
Urzelina (São Mateus)	32 064
Velas (São Jorge)	45 469
<b>VELAS (Total município)</b>	<b>215 131</b>
Aigualva	50 270
Biscoitos	41 633
Cabo da Praia	23 155
Fonte do Bastardo	27 291
Fontinhas	35 670
Lajes	50 436
Praia da Vitória (Santa Cruz)	82 668
Quatro Ribeiras	23 255
São Brás	23 207
Vila Nova	32 750
Porto Martins	23 155
<b>VILA DA PRAIA DA VITÓRIA (Total município)</b>	<b>413 490</b>
Almagreira	24 075
Santa Bárbara	28 818
Santo Espírito	38 355
São Pedro	34 741
Vila do Porto	73 248
<b>VILA DO PORTO (Total município)</b>	<b>199 237</b>
Água de Alto	41 219
Ponta Garça	70 242
Ribeira das Tainhas	27 973
Vila Franca do Campo (São Miguel)	48 826
Vila Franca do Campo (São Pedro)	23 131
Ribeira Seca	24 736
<b>VILA FRANCA DO CAMPO (Total município)</b>	<b>236 127</b>
<b>RAA (Total RA)</b>	<b>5 696 480</b>
Arco da Calheta	74 227
Calheta	56 345
Estreito da Calheta	39 455

FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF
Fajã da Ovelha	48 195
Jardim do Mar	23 155
Paul do Mar	24 139
Ponta do Pargo	45 824
Prazeres	31 853
<b>CALHETA (Total município)</b>	<b>343 193</b>
Câmara de Lobos	130 164
Curral das Freiras	102 628
Estreito de Câmara de Lobos	90 067
Jardim da Serra	48 293
Quinta Grande	33 853
<b>CÂMARA DE LOBOS (Total município)</b>	<b>405 005</b>
Funchal (Santa Luzia)	63 914
Funchal (Santa Maria Maior)	120 889
Funchal (São Pedro)	70 086
Funchal (Sé)	41 299
Imaculado Coração de Maria	66 058
Monte	128 963
Santo António	191 511
São Gonçalo	74 956
São Martinho	151 948
São Roque	83 971
<b>FUNCHAL (Total município)</b>	<b>993 595</b>
Água de Pena	33 666
Canical	55 276
Machico	112 357
Porto da Cruz	76 510
Santo António da Serra	32 753
<b>MACHICO (Total município)</b>	<b>310 562</b>
Canhas	63 530
Madalena do Mar	23 155
Ponta do Sol	92 841
<b>PONTA DO SOL (Total município)</b>	<b>179 526</b>
Achadas da Cruz	28 189
Porto Moniz	75 189
Ribeira da Janela	35 511
Seixal	54 454
<b>PORTO MONIZ (Total município)</b>	<b>193 343</b>
Porto Santo	144 587
<b>PORTO SANTO (Total município)</b>	<b>144 587</b>
Campanário	59 533
Ribeira Brava	79 062
Serra de Água	56 326
Tábua	34 611
<b>RIBEIRA BRAVA (Total município)</b>	<b>229 532</b>
Camacha	83 383
Canico	91 870
Gaula	41 162
Santa Cruz	89 429
Santo António da Serra	38 643
<b>SANTA CRUZ (Total município)</b>	<b>344 487</b>
Arco de São Jorge	23 718
Faial	59 864
Ilha	31 393
Santana	72 625
São Jorge	51 374
São Roque do Faial	38 982
<b>SANTANA (Total município)</b>	<b>277 956</b>
Boa Ventura	65 380
Ponta Delgada	35 383
São Vicente	105 984
<b>SÃO VICENTE (Total município)</b>	<b>206 747</b>
<b>RAM (Total RA)</b>	<b>3 628 533</b>
<b>TOTAL CONTINENTE</b>	<b>174 713 437</b>
<b>TOTAL NACIONAL</b>	<b>184 038 450</b>

**MAPA XXI****RECEITAS TRIBUTÁRIAS CESSANTES DOS SERVIÇOS INTEGRADOS**

CAPÍ- TULOS	GRU- POS	ARTI- GOS	DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS (Por origem)	IMPORTÂNCIAS EM EUROS			
				POR ORIGEM	POR ARTIGOS	POR GRUPOS	POR CAPÍTULOS
01	01		<b>IMPOSTOS DIRECTOS</b>				
			<i>Sobre o Rendimento</i>				
		01	Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)				
			Energias renováveis	25.000.000			
			Contribuições para a Segurança Social	1.500.000			
			Missões internacionais	5.000.000			
			Cooperação	7.000.000			
			Deficientes	155.000.000			
			Organizações internacionais	3.000.000			
			Planos de Poupança-Reforma	105.000.000			
			Propriedade intelectual	4.500.000			
			Dedução à colecta de donativos	8.000.000			
			Donativos ao abrigo da Lei da Liberdade Religiosa	1.000.000			
			Donativos a igrejas e instituições religiosas	9.000.000			
			Tripulantes de navios ZFM	1.500.000			
			Prémios de Seguros de Saúde	40.000.000			
			Limite Benefícios Fiscais	-145.000.000	220.500.000		
		02	Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)				
			Benefícios fiscais por dedução ao rendimento	100.000.000			
			Benefícios fiscais por dedução ao lucro tributável	8.000.000			
	Redução de taxa	100.000.000					
	Benefícios fiscais por dedução à colecta	180.000.000					
	Isonção definitiva e/ou não sujeição	50.000.000	438.000.000	658.500.000	658.500.000		
02	01		<b>IMPOSTOS INDIRECTOS</b>				
			<i>Sobre o Consumo</i>				
		01	Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)				
			Relações internacionais	1.100.000			
			Navegação marítima costeira e navegação interior	19.900.000			
			Produção de electricidade ou de electricidade e calor (co-geração)	5.000.000			
			Processos electrolíticos, metalúrgicos e mineralógicos	13.400.000			
			Veículos de tracção ferroviária	8.100.000			
			Equipamentos agrícolas	68.900.000			
			Motores fixos	3.900.000			
			Aquecimento	14.900.000			
			Biocombustíveis	2.400.000	137.600.000		
		02	Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)				
			Decreto-Lei n.º 143/86, de 16 de Junho (Missões diplomáticas)	11.000.000			
			Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro (Igreja Católica)	13.000.000			
			Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro (IPSS)	30.000.000			
			Decreto-Lei n.º 113/90, de 5 de Abril (Forças armadas e de segurança)	35.000.000			
			Decreto-Lei n.º 113/90, de 5 de Abril (Associações de bombeiros)	2.500.000			
			Lei n.º 19/2003, de 20 de Junho (Partidos políticos)	2.500.000			
			Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Outubro (Automóveis - deficientes)	12.000.000	106.000.000		
03	Imposto sobre veículos (ISV)						
	Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Fevereiro (Deficientes das Forças Armadas)	400.000					
	Artigo 58.º do CISV (Transferência residência UE)	11.250.000					
	Artigo 54.º do CISV (Deficientes)	6.700.000					
	Artigo 36.º do CISV (Regresso a Portugal de funcionários diplomáticos e consulares)	700.000					
	Artigo 53.º do CISV (Táxis)	2.500.000					
	Artigo 58.º do CISV (Cidadãos residentes UE)	11.250.000					
	Artigo 52.º do CISV (Instituições de utilidade pública)	2.500.000					
	Outros benefícios	5.000.000	40.300.000				
04	Imposto de consumo sobre o tabaco (IT)						
	Relações internacionais	1.200.000	1.200.000				
05	Imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas (IABA)						
	Relações internacionais	100.000					
	Pequenas destilarias	900.000	1.000.000	286.100.000			

CAPÍ- TULOS	GRU- POS	ARTI- GOS	DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS (Por origem)	IMPORTÂNCIAS EM EUROS			
				POR ORIGEM	POR ARTIGOS	POR GRUPOS	POR CAPÍTULOS
	02	02	Outros Imposto do selo Pessoas colectivas de utilidade pública administrativa Instituições particulares de solidariedade social Actos de reorganização e concentração de empresas Utilidade turística Estatuto Fiscal Cooperativo Concordata entre o Estado Português e a Igreja Católica Zona Franca da Madeira e de Santa Maria Estado, Regiões Autónomas, autarquias locais Refer, EPE - Bens destinados ao domínio público do Estado Investimento de natureza contratual - Isenção Estradas de Portugal, EPE FIIAH/SIIAH - Artigo 8.º - Aquisição pelo FIIAH/SIIAH FIIAH/SIIAH - Artigo 8.º - Aquisição pelo arrendatário Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas	500.000 300.000 500.000 1.100.000 300.000 100.000 100.000 3.000.000 200.000 900.000 100.000 400.000 100.000 2.500.000			296.200.000
			<i>Total geral</i>				954.700.000

### RECEITAS TRIBUTÁRIAS CESSANTES DA SEGURANÇA SOCIAL

CAPÍ- TULOS	GRU- POS	ARTI- GOS	DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS	IMPORTÂNCIAS EM EUROS		
				POR ARTIGOS	POR GRUPOS	POR CAPÍTULOS
03	01	03	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL, A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES E A ADSE <i>Subsistema previdencial</i> Contribuições por políticas activas de emprego	312.506.593	312.506.593	312.506.593
			<i>Total geral</i>			312.506.593

### Lei n.º 64-C/2011

de 30 de Dezembro

**Aprova a estratégia e os procedimentos a adoptar no âmbito da lei de enquadramento orçamental, bem como a calendarização para a respectiva implementação até 2015**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

#### Artigo 1.º

##### Objecto

A presente lei dá cumprimento ao disposto no artigo 6.º da Lei n.º 52/2011, de 13 de Outubro, que alterou a lei de enquadramento orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, e alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de Outubro, aprovando a estratégia e calendarizando os procedimentos a adoptar no âmbito da LEO, nos termos do disposto no anexo I que dela faz parte integrante.

#### Artigo 2.º

##### Revisão da calendarização

O calendário referido no artigo anterior, que substitui, nomeadamente, o disposto no n.º 2 do artigo 12.º-D

da LEO, é o constante do anexo II à presente lei que dela faz parte integrante, e será objecto da revisão semestral, a enviar à Assembleia da República, mediante portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças.

#### Artigo 3.º

##### Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 30 de Novembro de 2011.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Promulgada em 30 de Dezembro de 2011.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 30 de Dezembro de 2011.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

## ANEXO I

(a que se refere o artigo 1.º)

**Estratégia e procedimentos a adoptar no âmbito da lei de enquadramento orçamental****1 — Introdução**

O processo orçamental compreende o conjunto de regras e procedimentos, de carácter formal ou informal, que regem a elaboração, aprovação, execução, monitorização, controlo e correcção do orçamento, bem como a prestação de contas. Pela sua dimensão, pelo número de actores envolvidos, pela sua complexidade e pela natureza dos incentivos presentes, o processo orçamental coloca importantes desafios de coordenação e de responsabilização dos diferentes intervenientes.

É hoje amplamente reconhecido que as características do processo orçamental são determinantes para o desempenho das contas públicas. Neste sentido, a alteração profunda das regras, procedimentos e práticas no domínio orçamental constitui um pilar fundamental da estratégia de ajustamento financeiro e macroeconómico em Portugal. Pretende-se um quadro orçamental que promova a estabilidade e sustentabilidade duradoura das contas públicas, bem como a qualidade, eficácia e eficiência da despesa pública.

As linhas orientadoras deste processo de mudança, enunciadas no Programa do Governo e no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), decorrem, em larga medida, das profundas alterações à lei de enquadramento orçamental (LEO) aprovadas pela Assembleia da República em Abril de 2011. A execução destas alterações terá de reflectir a evolução em curso no plano europeu, designadamente no que se refere ao reforço da governação económica na União Europeia e à definição de requisitos mínimos que os quadros orçamentais nacionais deverão respeitar.

Descrevem-se seguidamente as principais fragilidades do actual processo orçamental, enunciam-se os princípios e características de um novo modelo orçamental alinhado com as melhores práticas internacionais e apresentam-se a estratégia e o plano de concretização da reforma orçamental. As prioridades imediatas são a melhoria da qualidade da informação orçamental, o reforço do controlo dos compromissos assumidos pelas diversas entidades públicas, a reforma do Ministério das Finanças e a operacionalização do quadro plurianual de programação orçamental.

**2 — Fragilidades do processo orçamental português**

O processo orçamental português padece de importantes fragilidades, que são conhecidas e se encontram amplamente documentadas. Em termos genéricos, o processo orçamental português é caracterizado por mecanismos de planeamento assentes numa lógica de fluxos de caixa, anualidade e ausência de enfoque nos resultados a alcançar. Por seu turno, os mecanismos de controlo e prestação de contas são muito detalhados, baseados na legalidade e regularidade da despesa, com excessiva carga burocrática.

As mais importantes fragilidades do sistema são a elevada fragmentação do orçamento, a ausência de um quadro

orçamental plurianual para ancorar a despesa e a ausência de um sistema contabilístico completo e de informação crítica para avaliação do desempenho.

**2.1 — Fragmentação do processo orçamental**

A fragmentação do processo orçamental manifesta-se em diferentes planos.

No plano metodológico, há a considerar as diferenças entre a óptica da contabilidade nacional e a óptica da contabilidade pública. A contabilidade nacional — óptica relevante para o apuramento das contas no quadro europeu e, designadamente, para aferir o cumprimento dos requisitos no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento — assenta num princípio de especialização do exercício (*accrual*), considerando por esta via os compromissos assumidos no exercício. Assenta igualmente numa classificação das entidades em função da natureza das actividades que exercem (mercantis ou não mercantis). Por seu turno, a contabilidade pública, utilizada na elaboração do Orçamento do Estado, na execução orçamental e na prestação de contas por parte das diferentes entidades públicas, tem assentado numa óptica de fluxos de caixa e de classificação das entidades em função do seu regime jurídico, excluindo assim do universo do sector público as entidades públicas empresariais, empresas públicas e outras como as fundações.

A coexistência destas duas ópticas traduz-se em diferenças, que nos últimos anos têm assumido particular expressão, quer ao nível do universo das entidades que fazem parte do sector público quer ao nível do apuramento da receita e despesa do ano. Estas diferentes abordagens afectam a transparência das contas públicas e dificultam o controlo orçamental em tempo real. A alteração da LEO, em Maio passado, inclui normas que promovem a convergência dos dois universos.

No plano organizacional, há a considerar a fragmentação orgânica dentro da própria contabilidade pública. A elaboração e execução do orçamento e a prestação de contas não são centralizados a nível dos ministérios. A administração central é constituída por quase 600 entidades repartidas em serviços integrados, sem autonomia financeira e financiados essencialmente pelo Orçamento do Estado, e em serviços e fundos autónomos (SFA), que detêm autonomia financeira e são financiados por transferências do Orçamento do Estado e por receitas próprias. Esta situação obriga o Ministério das Finanças a manter várias centenas de interlocutores, tornando também aqui difícil manter em tempo real uma visão global e analítica do orçamento e impedindo um controlo orçamental eficaz. A situação é agravada pelo facto de muitas entidades submeterem mais de um orçamento (por exemplo, os fundos e serviços autónomos submetem o chamado «orçamento privativo» e um orçamento relativo à aplicação em despesa da transferência que recebem do Orçamento do Estado). No total, são submetidos ao Ministério das Finanças mais de 750 orçamentos para análise e validação (quadro n.º 1).

## QUADRO N.º 1

## Administração central — Orçamentos submetidos à Direcção-Geral do Orçamento

Ministério	Entidades que submetem Orçamento	Número Orçamentos Submetidos (1)
Encargos Gerais do Estado	23	31
Presidência do Conselho de Ministros	107	120
Ministério das Finanças	36	44
Ministério dos Negócios Estrangeiros	19	20
Ministério da Defesa Nacional	23	25
Ministério da Administração Interna	20	21
Ministério da Justiça	29	29
Ministério da Economia e do Emprego	81	91
Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	61	77
Ministério da Saúde	34	58
Ministério da Educação e Ciência	136	237
Ministério da Solidariedade e Segurança Social	12	13
<b>Total</b>	<b>581</b>	<b>766</b>

Fonte: Ministério das Finanças.

Notas: (1) Inclui orçamentos relativos à transferência do OE recebida pelos FSA e dotações específicas.

No plano contabilístico, as regras relativas à elaboração e execução do orçamento assentam num detalhe e complexidade excessivos, dificultando o controlo por parte dos órgãos competentes e a gestão por parte dos organismos. Os classificadores da despesa e da receita são independentes e não assentam numa estrutura e terminologia comuns. A multiplicidade e nível de detalhe das classificações orçamentais tornam inevitáveis inúmeras alterações orçamentais durante a execução e prejudicam a gestão e o controlo orçamental. Com efeito, a orçamentação da despesa é feita por classificação orgânica, por classificação funcional, por programa orçamental, medidas e projecto ou actividade e ainda por classificação económica e por fonte de financiamento. A orçamentação da despesa por classificação económica pode conter até cinco níveis de desagregação. Por seu turno, a orçamentação da receita é feita distinguindo receitas consignadas e receitas gerais. No que respeita à classificação de despesa e receita, as chaves orçamentais de registo são constituídas respectivamente por 46 e 26 dígitos, para além da conta do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP). Adicionalmente verifica-se que os classificadores orçamentais têm sido indevidamente utilizados para suprir diversas necessidades de informação, em detrimento da utilização generalizada da contabilidade económica (analítica ou de custos) e financeira, da evolução e integração dos sistemas

de informação e da sistematização da legislação vigente e procedimentos inerentes.

Também ao nível dos sistemas de informação, a fragmentação é muito considerável (quadro n.º 2). Com efeito, os sistemas de informação orçamental são pouco integrados e falta uniformização de conceitos e de estruturas de dados entre sistemas. A informação contabilística dos serviços integrados tem sido centralizada numa óptica de caixa no sistema central de contabilidade, sendo possível acompanhar a informação orçamental numa base diária. Os SFA têm, em geral, sistemas de contabilidade próprios, baseados no POCP ou planos sectoriais, estando obrigados a reportar mensalmente ao Ministério das Finanças a informação contabilística (em base caixa e patrimonial). Este reporte é feito através do designado sistema de informação e gestão orçamental. A informação sobre compromissos encontra-se dispersa no sistema central de encargos plurianuais e nas bases de dados de encargos assumidos e não pagos. Refira-se, no entanto, que a informação das entidades que já utilizam o sistema de contabilidade patrimonial GeRFiP/RIGORE-Local (com disseminação em curso) é agregada e consolidada, quer do ponto de vista orçamental quer patrimonial, no designado sistema RIGORE-Central, verificando-se uma evolução significativa na qualidade da informação para gestão, que se irá aprofundar à medida que o universo de utilizadores aumente.

## QUADRO N.º 2

## Sistemas de informação orçamental

Sistemas centrais			
Sigla	Designação	Objeto	Localização
SOE	Sistema de Informação da Elaboração do Orçamento do Estado	Carregamento da proposta de orçamento de cada entidade pública no perímetro do OE.	Instituto de Informática
SCEP	Sistema Central de Encargos Plurianuais	Registo, de forma permanente, da despesa com incidência plurianual dos Serviços Integrados, dos Serviços e Fundos Autónomos e das Entidades Públicas Recllassificadas (EPR). Substitui o SCCP - Sistema de Informação de Contratos Plurianuais.	Instituto de Informática
SCC	Sistema Central de Contabilidade	Informação agregada da gestão orçamental dos SI e transferências do OE.	Instituto de Informática
SI	Sistema de Informação dos Serviços Integrados	Controlo orçamental dos Serviços Integrados.	Instituto de Informática
SFA	Sistema de Informação dos Serviços e Fundos Autónomos	Controlo orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos.	Instituto de Informática
SCR	Sistema Central de Receitas	Informação agregada das receitas gerais e das receitas consignadas dos SI.	Instituto de Informática
SGT	Sistema de Gestão de Contas do Tesouro	Sistema bancário do IGCP.	Instituto de Gestão de Tesouraria e do Crédito Público
HB	Homebanking do Tesouro	Sistema de registo de contas bancárias não orçamentais.	Instituto de Gestão de Tesouraria e do Crédito Público
SCE	Sistema de Cobrança do Estado	Controlo e emissão de cobrança dos DUC.	Instituto de Gestão de Tesouraria e do Crédito Público
SIAL	Sistema Integrado de Informação da Administração Local	Gestão orçamental e patrimonial da Administração Local. Substitui a aplicação DOMUS da DGO.	Direção-Geral das Autarquias Locais
CGE	Conta Geral do Estado	Emissão de mapas para a Conta Geral do Estado	Instituto de Informática
ECE	Entidade Contabilística Estado	Controlo de emissão de fundos para as entidades aderentes ao GerFip, SIG-DN e SFA.	Instituto de Informática
RIGORE-Central	Rede Integrada de Gestão de Recursos do Estado - Central	Informação agregada e consolidada relativa à gestão orçamental, patrimonial e analítica dos serviços e organismos da administração central.	Instituto de Informática
Sistemas locais			
Sigla	Designação	Objeto	Localização
SIC	Sistema de Informação Contabilística	Gestão orçamental.	Serviços e organismos da administração central
SGR	Sistema de Gestão de Receitas	Contabilização das receitas.	Serviços e organismos da administração central
SRH	Sistema de Recursos Humanos	Gestão de pessoal e processamento de remunerações.	Serviços e organismos da administração central
SIG-DN	Sistema de Informação de Gestão da Defesa Nacional	Gestão orçamental e logística do Ministério de Defesa Nacional.	Serviços e organismos do MDN
GeRFIP-RIGORE	Gestão de Recursos Financeiros Partilhada	Gestão orçamental, patrimonial e analítica dos serviços e organismos da administração central em regime de serviços partilhados.	Instituto de Informática
Outros sistemas			
Sigla	Designação	Objeto	Localização
BIORC	Business Intelligence para aplicação na análise Orçamental	Sistema de informação de apoio à gestão.	Direção-Geral do Orçamento e Instituto de Informática
-	Serviços Online	Portal web para carregamento de informação a enviar à DGO pelas Entidades Coordenadoras de Programas Orçamentais, Serviços Integrados, Serviços e Fundos Autónomos, Segurança Social, Regiões Autónomas e Entidades Recllassificadas em Contas Nacionais.	Direção-Geral do Orçamento

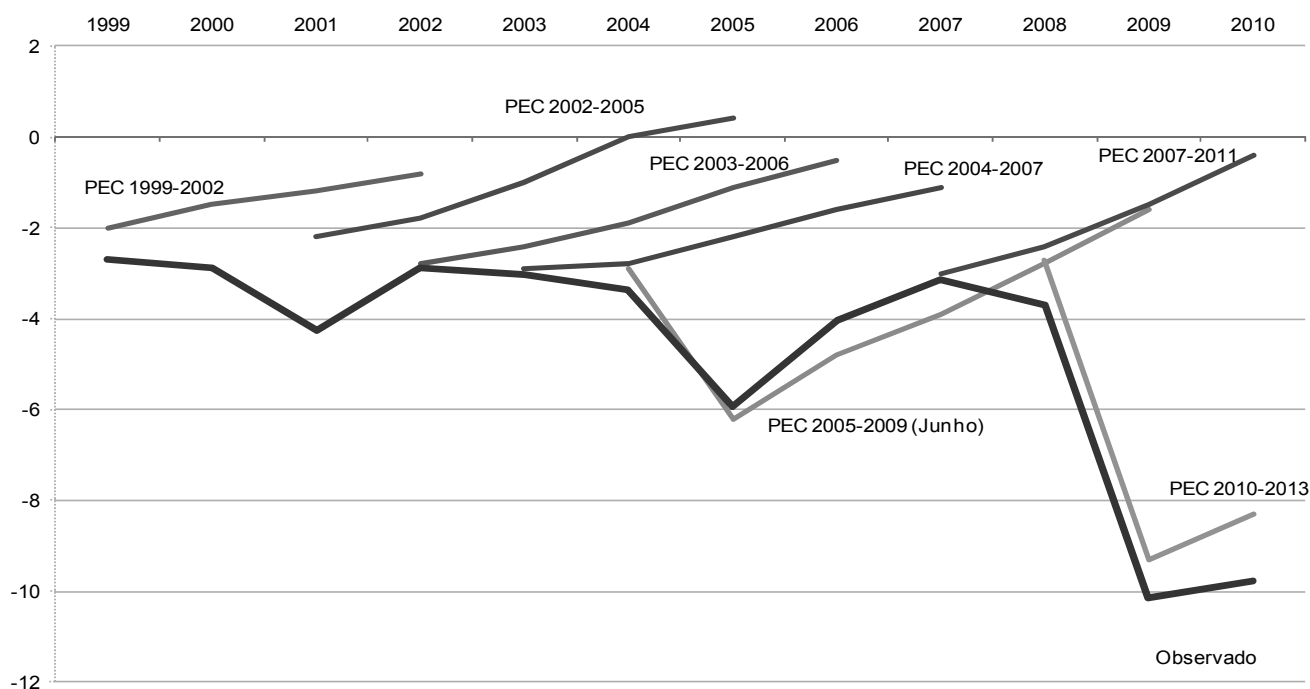
Fonte: Ministério das Finanças.

## 2.2 — Ausência de um quadro orçamental plurianual

O Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) tem sido o único instrumento de programação orçamental de médio prazo. O PEC apresenta as intenções de política orçamental do Governo e define objectivos orçamentais para um horizonte de quatro anos a um nível bastante

agregado. Tipicamente as medidas apresentadas para atingir os objectivos orçamentais têm um carácter geral e, até, programático. A experiência passada revela que os objectivos definidos não são respeitados. A evidência sugere a ausência de qualquer mecanismo de correcção (gráfico infra).

## Saldo Orçamental — Objectivos dos Programas de Estabilidade e Crescimento



## 2.3 — Sistema contabilístico incompleto e ausência de informação de desempenho

Os sistemas contabilísticos e de informação disponíveis não fornecem, com igual periodicidade, informação crucial para uma boa gestão e uma prestação efectiva de contas e responsabilização dos gestores dos dinheiros públicos. Como referido, a informação sobre a execução orçamental é ainda em larga medida baseada numa óptica de caixa, impedindo um conhecimento atempado da totalidade dos compromissos assumidos. Os sistemas existentes também não permitem obter, em tempo útil, informação consolidada sobre a posição financeira do sector público. De igual modo, é muito incipiente a informação relativa ao custo das actividades e dos projectos financiados pelo Orçamento do Estado.

A obrigatoriedade de utilização do POCP por parte dos organismos públicos encontra-se prevista na lei há cerca de 15 anos (Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro), mas a sua implementação tem sido morosa, à semelhança da experiência de diversos países. No entanto, nos últimos anos foram dados passos muito significativos neste processo.

Actualmente, mais de 90 % dos SFA da administração central aplicam o POCP, ou um plano de contas sectorial. Por seu turno, o número de serviços integrados que utilizam o POCP aumentou significativamente no contexto do projecto GeRFiP (Gestão de Recursos Financeiros Partilhada). Desde Janeiro de 2011, o GeRFiP está disponível e em funcionamento em 65 organismos da administração central (serviços integrados e SFA), pertencentes a nove ministérios (mais sete ministérios do que em 2010). Para estes organismos é já possível obter contas consolidadas através do sistema RIGORE-Central. Adicionalmente, o projecto em curso de expansão do RIGORE-Central irá permitir incorporar e consolidar de forma integrada a posição financeira da execução orçamental e dos resultados, não só dos serviços e organismos da administração central que aplicam o POCP e planos sectoriais, mas também das

entidades públicas reclassificadas, que passaram a integrar o subsector dos SFA e que utilizam o SNC.

O sector da segurança social e o das autarquias locais têm também sistemas de contabilidade patrimonial baseados em planos de contas sectoriais. No âmbito da administração local existe já em operação para a totalidade dos 308 municípios um sistema de recolha de dados orçamentais e patrimoniais, numa base mensal, trimestral ou anual, consoante a tipologia da informação (sistema SIAL).

## 3 — Caracterização do novo modelo orçamental

A literatura sobre finanças públicas e a experiência internacional permitem identificar um conjunto de princípios que estão invariavelmente presentes no processo orçamental dos países que tendem a ser melhor sucedidos em matéria de disciplina das contas públicas e de qualidade da despesa pública.

O quadro orçamental deve assentar em quatro princípios fundamentais, que se reforçam mutuamente: estabilidade, sustentabilidade, eficácia e eficiência. Um processo orçamental assente neste conjunto de princípios contribui decisivamente para a estabilidade macroeconómica em geral e para o crescimento da produtividade no conjunto da economia.

No plano macroeconómico, o quadro orçamental deve promover a estabilidade e a sustentabilidade das contas públicas, incentivando políticas consistentes com um grau razoável de previsibilidade dos níveis de tributação futuros.

No plano microeconómico, as preocupações fundamentais devem ser promover a eficácia e eficiência da despesa pública e da captação de receita. A produção de bens e serviços pela Administração Pública deve ser orientada para os resultados que se pretendem obter com as políticas públicas. O processo produtivo deve ser organizado de modo a garantir que, para uma dada quantidade e qualidade de bens e serviços, é utilizada a combinação de recursos que permite minimizar os custos de produção. De igual modo, para um dado nível de receita, a política fiscal



deve ser desenhada de molde a minimizar as distorções económicas decorrentes da tributação. Por seu turno, as políticas públicas devem ser definidas com a preocupação de minimizar a carga burocrática associada.

Este conjunto de princípios tem-se traduzido na adopção, crescentemente generalizada no plano internacional, de um modelo orçamental assente em cinco pilares: regras orçamentais; quadro orçamental plurianual; orçamento em programas; contabilidade patrimonial; e instituições orçamentais independentes. Este é o modelo subjacente à nova lei de enquadramento orçamental e também à directiva do Conselho da União Europeia relativa aos requisitos para os quadros orçamentais dos Estados membros.

#### 4 — Estratégia de reforma orçamental

As experiências internacionais bem-sucedidas revelam que a modernização do quadro orçamental é um processo exigente e moroso, que implica não apenas alterações legislativas e a adaptação dos sistemas de informação de suporte ao orçamento e à avaliação do desempenho, mas sobretudo a construção de capacidade técnica nos ministérios e uma mudança de atitude assente numa cultura generalizada de transparência e responsabilidade.

A complexidade e magnitude das mudanças necessárias para garantir a concretização no terreno da nova arquitectura orçamental implicam que a reforma será um processo contínuo. É importante garantir que o desenho detalhado do novo modelo e o seu calendário de implementação traduzem um consenso alargado entre os diferentes actores — Governo, Assembleia da República e Tribunal de Contas. É igualmente fundamental desenvolver uma estratégia de comunicação que esclareça a sociedade sobre os benefícios que podem ser retirados do novo modelo orçamental.

A reforma tem de ser devidamente planeada, acompanhada no terreno e objecto de avaliação permanente. A estratégia de definição e implementação do novo modelo orçamental assentará nos seguintes vectores:

*i)* Reforma liderada pelo Ministério das Finanças, garantindo o envolvimento dos principais intervenientes no processo orçamental;

*ii)* Abordagem faseada e temática, ainda que garantindo a visão de conjunto e coerência global do modelo orçamental em construção;

*iii)* Plano de acção, contendo o elenco detalhado e calendarização das acções a desenvolver, bem como a identificação das entidades responsáveis pela sua concretização;

*iv)* Acompanhamento, controlo e avaliação contínua dos trabalhos em curso e das mudanças implementadas;

*v)* Assistência técnica de instituições internacionais, em particular do Fundo Monetário Internacional e da Comissão Europeia, beneficiando do amplo conhecimento destas instituições sobre as melhores práticas internacionais e as dificuldades e desafios que se colocam à reforma orçamental.

#### 5 — Acções a desenvolver

As prioridades imediatas consistem na adopção de mecanismos reforçados de controlo de despesa e dos compromissos, a aplicar a partir do início de 2012; na reflexão sobre a reforma do Ministério das Finanças; e no lançamento dos trabalhos necessários à concretização da LEO, com destaque para a operacionalização do quadro orçamental plurianual. Numa perspectiva de médio prazo, a reforma não se esgota na actual LEO, merecendo

particular relevo a necessidade de revisão do processo de prestação de contas.

#### 5.1 — Reforço do controlo da despesa e compromissos

O estrito cumprimento dos limites trimestrais e anuais para o défice orçamental e dos limites à acumulação de dívidas impostos pelo PAEF exige medidas temporárias e de efeito imediato que permitam reforçar o controlo da despesa e dos compromissos assumidos pelas diferentes entidades e níveis da Administração Pública. Neste sentido, serão prosseguidas até final de 2011 diversas linhas de actuação.

##### 5.1.1 — Reforço dos procedimentos de controlo da despesa

Na execução orçamental de 2012 serão adoptadas medidas visando melhorar a qualidade da informação orçamental, limitar a fragmentação do orçamento e reforçar o controlo da despesa e dos compromissos assumidos pelos diferentes sectores da Administração Pública.

A aproximação do universo do Orçamento do Estado ao universo da contabilidade nacional, a partir de Janeiro de 2012, permitirá melhorar substancialmente a abrangência da informação orçamental disponível mensalmente.

Com o objectivo de atenuar as dificuldades de controlo que decorrem da elevada fragmentação orçamental, foram indicados, por cada ministro, interlocutores políticos e técnicos junto do Ministério das Finanças para o acompanhamento e controlo da execução orçamental. Até ao final de 2011, será definido um processo, envolvendo o Ministério das Finanças e os coordenadores dos programas orçamentais, para acompanhamento permanente da evolução da despesa pública e do número de efectivos por ministério, que permita uma visão global da situação financeira de cada ministério. Em linha com as recomendações da missão de assistência técnica do FMI e Comissão Europeia sobre gestão financeira pública, realizada em Julho de 2011, será prestada particular atenção ao controlo das dívidas vencidas (*arrears*) e à situação das empresas públicas e PPP.

Será igualmente instituído um reporte mensal do Ministro das Finanças ao Conselho de Ministros sobre a execução orçamental. Cada ministro será responsável pelo estrito cumprimento dos limites orçamentais fixados para o seu ministério, cabendo-lhe, designadamente, a responsabilidade de corrigir eventuais desvios.

Os procedimentos a definir deverão, na medida em que tal se justifique, ter consagração no decreto-lei de execução orçamental, que será aprovado em Conselho de Ministros até final de 2011.

No âmbito da reforma dos procedimentos orçamentais e do reforço do controlo da despesa, serão ainda reavaliados os circuitos orçamentais dos programas co-financiados pela União Europeia com o objectivo de permitir um mapeamento preciso entre o orçamento e execução anuais e a programação plurianual.

##### 5.1.2 — Revisão do regime da administração financeira do Estado e controlo de compromissos

A lei de bases da contabilidade pública (Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro), bem como a regulamentação constante no Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho, que estabelece o regime da administração financeira do Estado (RAFE), serão revistos até final de 2011, tendo em vista melhorar procedimentos, tornar mais eficazes as sanções por incumprimento e alargar o âmbito de aplicação.

Na sequência da publicação da circular n.º 1368 da DGO, de 9 de Setembro de 2011, relativa a cabimentos, compromissos e pagamentos em atraso, serão adoptadas medidas de reforço do controlo de compromissos, designadamente através da introdução de normas que limitem a assunção de compromissos aos meios financeiros existentes neste período de restrição de crédito, da criação de um sistema de certificação de compromissos (sem o qual os pagamentos a fornecedores serão recusados), da criação de mecanismos mais eficazes de controlo dos compromissos plurianuais e de penalizações reforçadas em casos de incumprimento.

Ainda no âmbito da revisão do RAPE, será ponderada a obrigatoriedade de periodicamente serem revistas as receitas próprias e consignadas dos organismos públicos quando estas não resultem da venda de bens e serviços mercantis ou de contratos com terceiros.

### 5.1.3 — Revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas e da Lei das Finanças Locais

Está prevista a apresentação até final de 2011 de uma proposta de revisão das Leis de Finanças Regionais e das Finanças Locais, com o objectivo de as adaptar aos princípios e regras estabelecidos pela nova LEO. Esta alteração deve abranger diversos aspectos, merecendo particular destaque a redução da fragmentação do orçamento e a introdução de mecanismos de responsabilização política dos decisores financeiros.

### 5.1.4 — Repensar o papel do Ministério das Finanças enquanto guardião da estabilidade e sustentabilidade das contas públicas

A definição detalhada das metodologias e procedimentos operacionais é condição necessária, mas não suficiente, para garantir a eficácia da nova arquitectura orçamental. O novo modelo orçamental exige a criação de capacidade analítica e de gestão nos ministérios sectoriais e, sobretudo, no Ministério das Finanças. Exige igualmente uma reorientação do enfoque do Ministério das Finanças, que deverá passar a centrar a sua actuação na definição e controlo do quadro plurianual, na avaliação de grandes projectos de investimento público e no controlo da situação financeira das empresas públicas. O processo de reforma orçamental é, assim, indissociável da reforma do próprio Ministério das Finanças.

Ao Ministério das Finanças fica reservada a competência de preparar o Programa de Estabilidade e Crescimento e de, nesse âmbito, definir e propor o quadro orçamental plurianual. Adicionalmente, o Ministério das Finanças deve concentrar-se no acompanhamento da execução orçamental global de cada ministério, analisando tendências, detectando desvios e discutindo com os ministérios sectoriais a sua correcção e escrutinando as decisões com impactos plurianuais. Esta reflexão sobre o papel do Ministério das Finanças não pode ser desligada de uma reflexão mais profunda sobre o modelo organizativo e de gestão do ministério no âmbito da 2.ª fase do PREMAC.

## 5.2 — Implementação da lei de enquadramento orçamental

A aplicação das normas da nova lei de enquadramento orçamental, a partir do Orçamento do Estado para 2012, trará alterações significativas ao processo orçamental, que se traduzirão em melhorias visíveis no domínio da transparência orçamental e contribuirão para minorar significativamente algumas das fragilidades acima identificadas.

Por força do previsto no artigo 2.º da nova lei, terá lugar uma aproximação do universo da contabilidade pública ao

universo da contabilidade nacional. Com efeito, as entidades públicas que, independentemente da sua natureza e forma, tenham sido incluídas no sector das administrações públicas no âmbito das contas nacionais publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística, e referentes ao ano anterior ao da apresentação do orçamento, passam a integrar o Orçamento do Estado, sendo para o efeito equiparadas a fundos e serviços autónomos. Neste contexto, integram o Orçamento do Estado para 2012, 53 novas entidades das 65 incluídas no sector das administrações públicas das contas nacionais em 2010 (mas não no universo do OE), destacando-se as grandes empresas públicas do sector dos transportes (Estradas de Portugal, REFER, Metro de Lisboa e Metro do Porto), a Parque Escolar, as fundações universitárias, as diversas sociedades Polis, o Arsenal do Alfeite, a Empresa de Meios Aéreos, a RTP, os teatros nacionais e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Conforme anteriormente referido, e na linha das melhores práticas e das recomendações a nível europeu, a arquitectura orçamental subjacente à nova LEO assenta em cinco elementos fundamentais: regras orçamentais; quadro orçamental plurianual; orçamentação por programas; contabilidade patrimonial; e instituições orçamentais independentes.

### 5.2.1 — Regras orçamentais

Nos termos do artigo 12.º-C da LEO, o saldo orçamental, corrigido de efeitos cíclicos e medidas temporárias, não pode ser inferior ao objectivo de médio prazo estabelecido no âmbito dos procedimentos de supervisão orçamental da União Europeia. Este objectivo está actualmente fixado em -0,5 % do PIB, no caso português. Quaisquer desvios a esta regra devem ser corrigidos nos anos seguintes, contrariando-se desta forma a tendência passada de acomodação sistemática dos desvios orçamentais. A regra orçamental aplica-se a partir de 2015, devendo as revisões anuais do Programa de Estabilidade e Crescimento a apresentar entretanto prever a trajectória de ajustamento compatível com a concretização do objectivo definido.

No que respeita à regra de orçamental é necessário:

- i) Definir a metodologia a utilizar na determinação do saldo estrutural e a forma de operacionalizar o mecanismo de correcção de desvios face aos objectivos orçamentais;
- ii) Reavaliar o objectivo de médio prazo para o saldo orçamental definido no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento;
- iii) Definir a forma como será feita a transição para a plena aplicação da regra de equilíbrio orçamental.

### 5.2.2 — Quadro plurianual de programação orçamental

O Governo apresentará anualmente à Assembleia da República uma proposta de lei com o quadro plurianual de programação orçamental, o qual definirá, para a administração central, limites de despesa da financiada por receitas gerais para os quatro anos seguintes, em consonância com os objectivos do Programa de Estabilidade e Crescimento (artigo 12.º-D da LEO). Serão estabelecidos limites vinculativos para cada programa orçamental para o ano a que respeita o Orçamento (ano  $N+1$ ), para agrupamentos de programas por áreas de intervenção política para o ano  $N+2$  e para o conjunto de todos os programas para os anos  $N+3$  e  $N+4$ .

Um quadro orçamental plurianual assente num cenário macroeconómico credível e em limites vinculativos para

grandes áreas da despesa imprime à condução da política orçamental uma perspectiva de médio prazo, contrariando o enviesamento para um crescimento excessivo da despesa inerente à actividade do sector público. A existência de um quadro orçamental plurianual permite ainda aos gestores dos organismos públicos conhecer, com um grau razoável de certeza, os recursos com que poderão contar num conjunto de anos, contribuindo desta forma para melhorar a sua capacidade de planeamento, a afectação de recursos e a responsabilização pelos resultados alcançados.

Para operacionalizar o quadro plurianual de programação orçamental, torna-se necessário definir:

*i)* O universo das despesas sujeitas a limites e a natureza desses limites (indicativos ou vinculativos). Em particular, é necessário responder a questões como: As despesas que não dependem da acção do Governo (por exemplo, o pagamento da contribuição financeira à União Europeia) devem estar sujeitas apenas a limites indicativos? Devem ser consideradas as despesas financiadas por receita consignada?;

*ii)* Procedimentos de elaboração das projecções de despesa e receita a médio prazo, incluindo a elaboração do cenário macroeconómico subjacente, a construção do cenário de políticas invariantes e a avaliação dos impactos de novas medidas de política;

*iii)* Regras relativas à transição de saldos, designadamente no que respeita a saldos de receita consignada ou de fundos para financiar projectos de investimento.

O quadro plurianual de programação orçamental será submetido pela primeira vez à Assembleia da República em Abril de 2012, em simultâneo com a apresentação do Programa de Estabilidade e Crescimento. Uma vez que

a elaboração de projecções de médio prazo é um exercício muito complexo que exige o desenvolvimento de capacidade analítica e a acumulação de experiência, os limites de despesa definidos serão, numa primeira fase, indicativos.

### 5.2.3 — Orçamento por programas

O Orçamento do Estado passará a estar estruturado por programas, permitindo uma melhor percepção dos recursos afectos às diferentes políticas públicas (artigos 18.º a 20.º da LEO). Uma estrutura de orçamento por programas, complementa a tradicional classificação orgânica e funcional da despesa com uma classificação centrada nos objectivos das políticas e nos resultados a alcançar.

A formulação do Orçamento do Estado por programas foi já ensaiada no Orçamento relativo a 2011 e será consolidada em 2012. O quadro n.º 3 elenca os 14 programas orçamentais que vigorarão no Orçamento do Estado para 2012. Cada programa orçamental terá um único ministério executor, ou seja, não haverá programas horizontais, reforçando-se, desta forma, a responsabilidade dos ministérios pelos resultados alcançados. Na generalidade dos casos, cada ministério será responsável por um único programa, o que permite uma maior flexibilidade na execução do orçamento. O Ministério da Educação e Ciência optou por definir programas independentes para o Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar e para a Ciência e Ensino Superior. O Ministério das Finanças executará igualmente dois programas: Finanças e Administração Pública e Gestão da Dívida Pública.

QUADRO N.º 3

#### Programas orçamentais e entidades gestoras

Código do Programa	Programa	Ministério Executor
001	Órgãos de Soberania	Encargos Gerais do Estado
002	Governança e Cultura	Presidência do Conselho de Ministros
003	Finanças e Administração Pública	Ministério das Finanças
004	Gestão da Dívida Pública	Ministério das Finanças
005	Representação Externa	Ministério dos Negócios Estrangeiros
006	Defesa	Ministério da Defesa Nacional
007	Segurança Interna	Ministério da Administração Interna
008	Justiça	Ministério da Justiça
009	Economia e Emprego	Ministério da Economia e do Emprego
010	Agricultura, Mar e Ambiente	Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território
011	Saúde	Ministério da Saúde
012	Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar	Ministério da Educação e Ciência
013	Ciência e Ensino Superior	Ministério da Educação e Ciência
014	Solidariedade e Segurança Social	Ministério da Solidariedade e Segurança Social

Fonte: Ministério das Finanças.

Em consonância com a filosofia subjacente à orçamentação por programas, o artigo 72.º da LEO prevê que o Governo envie à Assembleia da República, até 31 de Março do ano seguinte, um relatório de execução dos programas orçamentais, explicitando os resultados obtidos e os recursos utilizados. Uma vez que o Orçamento do Estado para 2012 é o primeiro a ser elaborado e executado de acordo com a nova LEO, este relatório deverá ser apresentado pela primeira vez em Março de 2013.

A plena implementação de um sistema de orçamentação por programas exige:

*i)* Definir orientações gerais relativas à definição e recolha de indicadores de desempenho;

*ii)* Clarificar a articulação dos indicadores com os sistemas de avaliação do desempenho existentes e, designadamente, o SIADAP;

*iii)* Clarificar a repartição de responsabilidades entre o Ministério das Finanças e os ministérios sectoriais.

#### 5.2.4 — Procedimentos contabilísticos e prestação de contas

A LEO prevê que a prestação de contas por parte de todas as entidades públicas deverá ser feita com base no POCP, com excepção das entidades que aplicam o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) ou que elaborem as suas contas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (artigo 11.º da LEO).

Como referido anteriormente, a adopção do POCP tem sido um processo muito moroso, ainda que se tenha registado um importante progresso nos últimos anos. O Governo está empenhado em concluir esta importante reforma de adopção de uma contabilidade patrimonial pela Administração Pública, que integrará as três vertentes da contabilidade — orçamental, patrimonial e analítica —, permitindo conhecer com maior rigor a situação financeira das diferentes entidades públicas, bem como os custos dos bens e serviços produzidos.

A adopção de sistemas de informação de gestão modernos e a utilização da informática de gestão é uma opção crucial da modernização do processo orçamental. A adopção destes sistemas deve também obrigar a um redesenho de processos e de procedimentos orçamentais e contabilísticos. De facto, os actuais processos e procedimentos foram desenhados há cerca de 20 anos. Neste período de tempo verificou-se uma enorme evolução dos sistemas de informação de gestão. Os ganhos da utilização destes novos sistemas decorrem não tanto da adopção de uma nova plataforma tecnológica, mas do redesenho de processo e procedimentos que uma nova plataforma tecnológica permite.

Em Portugal tem-se seguido a via de introdução de novos sistemas de informação sem alteração concomitante dos processos. A ausência desta reengenharia de processos orçamentais e contabilísticos tem consequências para a qualidade da informação, para o controlo e para os custos de implementação. De facto, os sistemas de informação de gestão tendem a incluir processos que reflectem *standards* internacionais, pelo que o abandono das idiossincrasias nacionais facilita consideravelmente a transição para sistemas de informação mais sofisticados.

Esta opção significa uma extensa revisão dos actuais procedimentos orçamentais e contabilísticos e da prestação de contas, quer relativamente à forma quer relativamente ao conteúdo. De facto, por um lado, a documentação de prestação de contas é extensa, confusa e muitas vezes repetitiva. Por outro lado, a prestação de contas deve permitir medir e comparar resultados. Estes devem ser comparados com o passado, com a restante economia e com outros sectores públicos. Estas três dimensões de avaliação impõem que o processo de prestação de contas seja estável ao longo do tempo, que utilize, tanto quanto possível, princípios, métodos e valorizações idênticos aos utilizados pela restante economia e que siga, ainda que com possíveis adaptações a situações concretas, as normas internacionais de contabilidade.

No âmbito da assistência técnica prevista no PAEF, foi sugerido que fossem utilizados os princípios da International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) na apresentação de contas das entidades do sector público. De acordo com as instituições internacionais, a adopção destes princípios contabilísticos aumentaria a transparência na prestação de contas e a responsabilização. Contudo, o reporte de informação em base de caixa manter-se-ia uma parte importante do processo de prestação de contas devido à necessidade de prever as necessidades de tesouraria e financiamento em termos globais.

Um outro aspecto referido no âmbito da assistência técnica é a necessidade da certificação externa das contas

no âmbito do processo de prestação de contas. Este desenvolvimento obrigará a uma reformulação significativa do processo de avaliação e certificação externa da Conta Geral do Estado e das contas das diversas entidades públicas.

#### 5.2.5 — Conselho das Finanças Públicas

Será criado um órgão independente — o Conselho das Finanças Públicas (CFP) — cuja missão consiste em pronunciar-se sobre os objectivos e cenários orçamentais, a sustentabilidade das contas públicas e o cumprimento das regras relativas ao saldo orçamental, à despesa da administração central e ao endividamento das regiões autónomas e autarquias locais (artigo 12.º-I da LEO).

A experiência internacional revela que a criação de uma entidade independente desta natureza permite aumentar de forma significativa a transparência sobre a situação orçamental e patrimonial do sector público. O CFP será, assim, instrumental para a melhoria do processo de decisão política e, portanto, para a qualidade da democracia. Será igualmente fundamental na recuperação da credibilidade externa do País perante os investidores internacionais.

A Assembleia da República aprovou os Estatutos do CFP no final de Setembro de 2011. A nomeação dos membros do conselho superior do CFP ocorrerá antes do final de 2011, sendo expectável que o conselho inicie a sua actividade nos primeiros meses de 2012. Os membros do conselho superior serão nomeados pelo Conselho de Ministros sob proposta conjunta do Presidente do Tribunal de Contas e do Governador do Banco de Portugal.

### ANEXO II

#### Calendário de efectiva implementação da estratégia e dos procedimentos referidos no artigo 2.º, a efectivar até 2015

##### Questões operacionais e calendarização

O desenho detalhado do novo quadro orçamental e a sua progressiva implementação devem ser encarados numa perspectiva de gestão de projecto. Neste sentido, será constituído um Steering Committee e dois grupos de trabalho (GT) temáticos. O Steering Committee será liderado pelo Ministro de Estado e das Finanças e composto pelos secretários de Estado do Ministério das Finanças, dirigentes do Ministério das Finanças e peritos externos, cabendo-lhe orientar e acompanhar os trabalhos dos grupos de trabalho.

O GT sobre a reforma do Ministério das Finanças será responsável pela elaboração de uma proposta de reforma do Ministério das Finanças e calendário de implementação. O GT sobre controlo da despesa pública será responsável por apresentar uma proposta de operacionalização da regra orçamental e do quadro plurianual contida na LEO, incluindo o calendário de implementação. Os grupos de trabalho serão compostos por técnicos do Ministério das Finanças, podendo integrar técnicos de outros ministérios e outros peritos nacionais ou internacionais, nomeadamente no âmbito da assistência técnica por parte do Fundo Monetário Internacional e da Comissão Europeia.

Os trabalhos terão três fases. A fase 1 destina-se ao desenho das soluções a adoptar no âmbito de cada área de trabalho e deverá culminar com a entrega de uma proposta de solução e de implementação. Na fase 2 serão tomadas as decisões quanto à solução a implementar. A fase 3, que poderá comportar diversas etapas, será de implementação.

## Implementação da lei de enquadramento orçamental

Data-limite	Acção	Responsável
30-Nov-11	Submissão ao Conselho de Ministros de proposta para reforço do controlo de despesa (processo envolvendo MF e Coordenadores dos Programas) a consagrar no Decreto-Lei de Execução Orçamental	Ministro das Finanças
15-Dez-11	Nomeação dos membros do Conselho Superior do Conselho de Finanças Públicas	Conselho de Ministros
29-Dez-11	Aprovação do DL de Execução Orçamental	Conselho de Ministros
31-Dez-11	Proposta de revisão da Lei N.º8/90 (Lei de Bases da Contabilidade Pública) e do DL N.º155/92 (Regime de Administração Financeira do Estado)	Ministro das Finanças
31-Dez-11	Proposta de revisão das Leis de Finanças Locais e Regionais	Presidência do Conselho de Ministros
28-Fev-12	Aprovação do desenho do quadro orçamental plurianual e calendário de implementação	Ministro das Finanças
15-Abr-12	Submissão à AR do Documento de Estratégia Orçamental 2013-2016, incluindo limites plurianuais de despesa por área de política	Ministro das Finanças
30-Abr-12	Submissão Programa de Estabilidade e Crescimento à União Europeia	Ministro das Finanças
16-Out-12	Orçamento do Estado para 2013	Ministro das Finanças
01-Jan-13	Início da implementação de novo modelo organizacional do Ministério das Finanças	GT Reforma MF
31-Mar-13	Relatório de execução dos programas orçamentais (Artigo 72.º da LEO)	Ministérios sectoriais

---

*I SÉRIE*



Depósito legal n.º 8814/85 ISSN 0870-9963

*Diário da República Electrónico:*

Endereço Internet: <http://dre.pt>

*Contactos:*

Correio electrónico: [dre@inem.pt](mailto:dre@inem.pt)

Tel.: 21 781 0870

Fax: 21 394 5750

Toda a correspondência sobre assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A. Unidade de Publicações Oficiais, Marketing e Vendas, Avenida Dr. António José de Almeida, 1000-042 Lisboa